

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA CAROLINE MASSUCHETTO

MULHERES, CONFLITOS E NORMATIVIDADES:
O DIREITO CRIMINAL E O FEMININO
NAS VILAS DE CURITIBA E PARANAGUÁ
(1750-1800)

CURITIBA

2021

VANESSA CAROLINE MASSUCHETTO

MULHERES, CONFLITOS E NORMATIVIDADES:

O DIREITO CRIMINAL E O FEMININO

NAS VILAS DE CURITIBA E PARANAGUÁ

(1750-1800)

Versão revisada da tese submetida à banca de defesa de doutorado como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira.

CURITIBA

2021

M422m

Massuchetto, Vanessa Caroline

Mulheres, conflitos e normatividades: o direito criminal e o feminino nas vilas de Curitiba e Paranaguá (1750-1800) [meio eletrônico] / Vanessa Caroline Massuchetto. - Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2021.

Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira.

1. Direitos das mulheres. 2. Direito penal - História - Paraná.
3. Violência. I. Pereira, Luís Fernando Lopes. II. Título.
III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 347.156

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB-9/1626

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM DIREITO

No dia dois de março de dois mil e vinte e um às 13:00 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPES, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **VANESSA CAROLINE MASSUCHETTO**, intitulada: **Mulheres, conflitos e normatividades: o direito criminal e o feminino nas vilas de Curitiba e Paranaguá. (1750-1800)**, sob orientação do Prof. Dr. LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), DANIELLE REGINA WOBETO DE ARAUJO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CLARA MARIA ROMAN BORGES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LILIAM FERRARESI BRIGHENTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ISABEL DRUMOND BRAGA (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 02 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:22:34.0

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:21:09.0

DANIELLE REGINA WOBETO DE ARAUJO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 13:41:26.0

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:20:28.0

LILIAM FERRARESI BRIGHENTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:47:18.0

ISABEL DRUMOND BRAGA

Avaliador Externo (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VANESSA CAROLINE MASSUCHETTO** intitulada: **Mulheres, conflitos e normatividades: o direito criminal e o feminino nas vilas de Curitiba e Paranaguá. (1750- 1800)**, sob orientação do Prof. Dr. LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:22:34.0

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:21:09.0

DANIELLE REGINA WOBETO DE ARAUJO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 13:41:26.0

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:20:28.0

LILIAM FERRARESI BRIGHENTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 17:47:18.0

ISABEL DRUMOND BRAGA

Avaliador Externo (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Ao meu irmão, meu ídolo.

Com muitas saudades.

AGRADECIMENTOS

Arlette Farge bem descreve as sensações que perpassam pesquisadoras e pesquisadores que frequentam os arquivos. O ambiente gelado, o folhear de documentos do século XVIII com o máximo cuidado, o debater-se com as grafias dos manuscritos e o encontrar histórias únicas e, ao mesmo tempo, tão representativas do período a que se está a investigar são algumas das percepções que a autora lista. O momento de satisfação indescritível é o descobrir as “brechas no tecido dos dias” depois do mergulho, da imersão, do afogamento e da emersão nos acervos. Essas experiências, que fazem parte do trabalho de investigação no campo da história do direito, parecem apresentar uma outra dimensão, causando sem dúvidas o grande apreço pelo sabor do arquivo.¹

Por proporcionar o apreço a esse sabor já ao meu primeiro ano de graduação, em 2008, por acompanhar e estar ao meu lado ao longo desses 13 anos de caminhada não apenas oferecendo a imprescindível orientação acadêmica, mas também a valiosa amizade pela qual tenho tanta afeição, os maiores agradecimentos são ao meu orientador, professor Dr. Luis Fernando Lopes Pereira. Os conselhos, os ensinamentos, os debates, o incentivo, as dicas, a motivação, o carinho, o acolhimento foram fundamentais para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Agradeço à co-orientadora no período de doutoramento sanduíche, Prof^a. Dr^a. Isabel Drumond Braga, por quem tenho muita estima e admiração, pelo acolhimento afetuoso em Lisboa, pelas preciosas aulas, pelos ensinamentos, pelo despertar de importantes questionamentos, por me instigar a ter um olhar de historiadora, pelo incessante incentivo, pelos conselhos, pela dedicação de tempo, pelas conversas e pela amizade, que me são muito valiosos.

À *mentor* durante o período no Instituto Max Planck, que se tornou uma amiga muitíssimo amada, Dr.^a Luísa Stella de Oliveira Coutinho Silva, pelas orientações e indicações, pelos questionamentos, pelas conversas, por todo o carinho, pelas palavras serenas e tranquilizadoras e pela amizade preciosa. Gostaria de agradecer, também, às pesquisadoras do Instituto, Dr.^a Mariana Armond Dias Paes, (em breve Dr.^a) Me. Maysa Espíndola Souza e (em breve Dr.^a) Me. Juelma Matos Ñgala, pelas indicações de leitura, pelos comentários ao trabalho e pelas observações valiosas à pesquisa com processos judiciais. Ainda, à Maysa e à Juelma, juntamente com (*soon a Ph.D.*) Me. Nicole Zilberszac, pela companhia cotidiana nos almoços e cafés, o que me proporcionou muito calor em meio ao inverno alemão. Acrescento neste

¹ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 9-14.

parágrafo, por tê-los conhecido também em Frankfurt, os agradecimentos ao (em breve Dr.) Me. Douglas Corrêa e à Prof.^a Dr.^a Fernanda Thomaz do Nascimento por compartilharem preciosos conhecimentos, pelos apontamentos de pesquisa, pela amizade e pela deliciosa convivência nesse período.

Às professoras membro da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Isabel, Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Andrezza e querida amiga Prof.^a Dr.^a Danielle Regina Wobeto de Araújo pelos apontamentos certos e fundamentais para a continuidade do trabalho. Às professoras membro da banca de defesa: novamente às Prof.^a Dr.^a Isabel e Prof.^a Dr.^a Danielle, à Prof.^a Dr.^a Clara Roman Borges e à Dr.^a Liliam Ferraresi Brighente por me concederem a honra de aceitarem realizar a avaliação final deste trabalho.

Ao PPGD-UFPR, nas pessoas especiais da Vanessa Sayuri Hoshina, do Eduardo e, pelos últimos anos, da Valquíria, pelos atendimentos e resoluções de problemas que muito me engatilharam a ansiedade. À Vanessa também pela amizade, pelo carinho, pelas receitas e pela companhia na hora do café antes das aulas.

Em geral, direcionando-me às pessoas supracitadas, que tive oportunidade conhecer e de dialogar em razão das atividades formais do doutorado, gostaria de salientar o agradecimento à humanidade e à empatia que todas me ofereceram.

Gostaria de agradecer, também, à atenção que me foi dada em todos os arquivos e bibliotecas em que tive oportunidade de pesquisar, especialmente o Arquivo Público do Paraná. Agradecimento carinhoso que faço às coordenadoras de pesquisa pelo período que frequentei, Marina Carneiro e à querida amiga Maureen Javorski.

À CAPES por proporcionar o financiamento indispensável ao desenvolvimento da pesquisa e o estágio de doutoramento sanduíche. Ao Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory pelos financiamentos para a participação na *Summer Academy 2017* e por meio do *Guest Programme 2019*, experiências incríveis e momentos fulcrais ao meu crescimento profissional e pessoal.

Aos meus pais por todo amor, apoio, incentivo e compreensão, acrescentando os desejos de que nossos corações possam encontrar o equilíbrio e permanecer em paz.

Agradeço, também, o apoio, o amor, o carinho, a companhia e as palavras de amigas e amigos tão amadas e amados, além de indispensáveis ao curso da vida, Camilla de Freitas Macedo, Mariana Fernandes, Jonathan Brandão, Francielle de Souza, Júlio Boll, Rafael Julião Evangelista, Federico Esposito, Julyane Hul, Rafael Souza, Flávia Fernandes, Sonia Martins de Oliveira e Rebeca Fernandes Dias, amigas valiosas que tenho a sorte de ter ao meu lado.

RESUMO

A presente pesquisa investiga as mulheres, os conflitos e as normatividades nas vilas de Curitiba e de Paranaguá na segunda metade do século XVIII através de processos crime do juízo secular. A metodologia empregada para análise das fontes principais foi a micro-história de Carlo Ginzburg, na busca de pistas e indícios que permitissem vislumbrar a vivência feminina, as suas sociabilidades e os modos pelos quais compareciam em juízo, tratando de fontes locais e relacionando-as com as questões do contexto histórico. A tese foi separada em duas partes, a primeira tratou do panorama da justiça criminal no Império Ultramarino Português e das representações femininas e a segunda das análises dos processos. Na parte I, realizaram-se os estudos sobre a ordem jurídica criminal do Antigo Regime português, a configuração da justiça criminal na América Portuguesa, as representações sobre a mulher circulantes entre o império e a metrópole e as retro influências dessas perspectivas com o direito e o processo criminais. Ainda, foram apresentadas as fontes processuais no contexto da América Meridional e da configuração sócio-política das vilas trabalhadas. Após a exposição dos elementos que fazem parte do pano de fundo da pesquisa, na parte II foi realizada a análise dos processos crime em que as personagens femininas envolveram-se em conflitos, classificados pelos crimes dos quais tratam: crimes contra a ordem moral e crimes contra a vida e a integridade das pessoas. As conclusões apontam pela existência de representações femininas fluidas e normatividades em movimento, características estas que eram acompanhadas pelas práticas da justiça criminal. As mulheres coloniais que compareceram a juízo desenvolveram estratégias para atuar em prol de seus interesses e apresentar argumentos que agissem em benefício de si, encontrando meios de acesso a condutas, relações, capacidades, competências tanto que estavam inseridas nas representações quanto fora delas, permitindo-lhes o uso de elementos do direito régio em seu proveito.

Palavras-chave: Mulheres; Representações femininas; Conflitos; Violência; Direito criminal; Vila de Curitiba; Vila de Paranaguá; América Portuguesa; Ordem jurídica criminal.

ABSTRACT

The research investigates women, conflicts and norms in the villages of Curitiba and Paranaguá in the second half of the 18th century through criminal lawsuits. The methodological perspective was Carlo Ginzburg's microhistory, in search of clues that would make it possible to glimpse the female experience, its sociability and how they appeared in court, dealing with local sources and relating them with the historical context. The structure was separated into two parts, the first one deals with the panoramic view of criminal justice in the Portuguese Empire and female representations; the second one analyzes criminal cases. In the first part, the study goes through the criminal legal order of the *Ancien Régime*, the criminal justice in Portuguese America, the representations about women that circulated among the empire and the influences of these perspectives on the law and the criminal procedure. In the second part, the lawsuits in which the female characters were involved in conflicts are analyzed, classified by the crimes they deal with: crimes against the moral order and crimes against people's lives and integrity. The conclusions point to the existence of fluid female representations and normativities, also characteristics of the criminal justice practices. Colonial women who appeared in court developed strategies to act in their interests and present arguments that would act for their benefit, finding ways to access conducts, relationships, capacities, and competencies in and out of the representations, allowing them to make social use of justice to their advantage.

Key-words: Women; Feminine representations; Conflicts; Violence; Criminal law; Village of Curitiba; Village of Paranaguá; Portuguese America; Criminal legal order.

RIASSUNTO

Questa ricerca ha come obiettivo lo studio delle donne, dei conflitti e delle norme a Curitiba e a Paranaguá nella metà del diciottesimo secolo tra i procedimenti criminali. La metodologia utilizzata per analizzare le fonti principali è la microstoria di Carlo Ginzburg, il quale indaga, tramite gli indizi, che gli consentono di analizzare il modo di vivere delle donne, la relativa sociabilità e le forme che le quali si presentavano in tribunale, relazionando i processi con le questioni del contesto storico. La tesi è stata suddivisa in due parti, la prima tratta del panorama della giustizia criminale nell'impero portoghese e delle rappresentazioni femminili; la seconda parte analizza i casi. Nella prima parte, prendiamo in esame l'ordine criminale del *Ancien Régime* portoghese, la configurazione della giustizia criminale nell'America portoghese, le rappresentazioni sulle donne che circolano tra l'impero e le influenze di queste prospettive con la legge e il processo criminale. Dopo la presentazione degli elementi i quali fanno parte del background della ricerca, nella seconda parte, è condotta l'analisi dei processi criminali in cui i personaggi femminili sono stati coinvolti nei conflitti, classificati in base ai reati che trattano: crimini contro l'ordine morale e crimini contro la vita e l'integrità delle persone. Le conclusioni indicano l'esistenza di rappresentazioni femminili fluide e normatività in movimento, caratteristiche che sono state accompagnate da pratiche di giustizia criminale. Le donne svilupparono strategie per agire nei loro interessi e presentare argomenti che avrebbero agito a loro vantaggio, trovando modi per accedere a comportamenti, relazioni, capacità e competenze che erano inserite dentro e fuori delle rappresentazioni, consentendo l'uso di elementi di diritto reale a proprio vantaggio.

Parole-chiavi: Donne; Rappresentazioni femminili; Conflitti; Violenza; Diritto criminale; *Vila* di Curitiba; *Vila* di Paranaguá; America Portoghese; Ordine giuridica criminale.

LISTA DE TABELAS

- Tabela I – Autos crime no acervo do Arquivo Público do Paraná
- Tabela II – Crimes cominados nas vilas de Paranaguá e de Curitiba de 1750 a 1800

LISTA DE SIGLAS

ACMC	– Arquivo da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba
AESP	– Arquivo do Estado de São Paulo
AHU	– Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	– Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APPR	– Arquivo Público do Estado do Paraná
BAMC	– Boletim do Archivo Municipal de Curitiba
BNP	– Biblioteca Nacional de Portugal
DIHCSP	– Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo
OF	– Ordenações Filipinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Estado da arte.....	19
Contornos conceituais	39
Fontes e metodologia.....	46
Estrutura do trabalho	50

PARTE I

JUSTIÇA CRIMINAL E REPRESENTAÇÕES FEMININAS

1. JUSTIÇA CRIMINAL NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS	53
1.1 ORDEM JURÍDICA CRIMINAL E MONARQUIA CORPORATIVA	58
1.1.1 Um direito doutrinário	64
1.1.2 A ordem jurídica e o direito criminal	68
1.2 JUSTIÇA CRIMINAL NO REINO E NA AMÉRICA MERIDIONAL NA SEGUNDA METADE DO XVIII	76
1.2.1 O Império no Ultramar: configuração da administração da justiça na América Portuguesa	87
2. O FEMININO ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA	94
2.1 REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PERÍODO MODERNO	95
2.2 <i>INFIRMITAS SEXUS</i> E O DIREITO CRIMINAL: CAPACIDADES, INCAPACIDADES E MITIGAÇÃO DAS PENAS	109
3. LOCALIZANDO OS ESPAÇOS DA AMÉRICA MERIDIONAL	131
3.1 CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DAS VILAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PARANAGUÁ E DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA .	134
3.2 OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CONTEXTO	151
3.2.1 Os instrumentos jurídicos e o rito ordinário: o processo criminal.....	157

PARTE II

MULHERES NOS PROCESSOS CRIME DAS VILAS DE CURITIBA E DE PARANAGUÁ

4. AS MULHERES NAS VILAS DE CURITIBA E DE PARANAGUÁ	167
--	-----

5. QUESTÕES DE HONRA E VIRGINDADE: OS CRIMES CONTRA A ORDEM MORAL.....	171
5.1 ESTUPRO, ADULTÉRIO, RAPTO, INCESTO E TRATOS ILÍCITOS.....	178
5.2 TOLERÂNCIA E ILICITUDE: NORMATIVIDADES SOBRE A HONESTIDADE ...	260
6. A VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA E A INTEGRIDADE DAS PESSOAS.....	264
6.1 HOMICÍDIO, ENVENENAMENTO, OFENSAS CORPORAIS E AMEAÇA	270
6.2 DESEJOS DE VINGANÇA E HUMILHAÇÃO: JUSTIÇA CRIMINAL E OFENSAS AO CORPO	339
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	343
FONTES E BIBLIOGRAFIA	352
ANEXO I – LISTA DE JURISTAS	388
ANEXO II – LISTA DE TESTEMUNHAS	390
ANEXO III – UMA AMOSTRAGEM DOS PROCESSOS CRIME.....	398

INTRODUÇÃO

Anas, Marias, Quitérias, Angela, Catarina, Narcisa, Luiza e Custódia são algumas das mulheres evidenciadas por esta pesquisa. Parcelas de suas vivências e de seus cotidianos têm enfoque privilegiado, lançando-se luzes nas narrativas dos processos judiciais de crimes ocorridos nas vilas de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba e de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá na segunda metade do século XVIII. Levadas à justiça criminal por delitos praticados ou sofridos, muitas delas expressaram ali suas histórias através dos relatos processuais, lograram demonstrar seus interesses e, em muitos casos, souberam por entre as normatividades vigentes o manejo daquelas que puderam atuar em seu benefício.

Este trabalho localiza-se no diálogo entre as áreas de história do direito e história das mulheres, incluindo em algumas passagens as relações de gênero, com foco na contribuição para o desenvolvimento da denominada história do direito das mulheres conforme teorizado por Luísa Stella de Oliveira Coutinho Silva.¹ O diálogo entre as áreas abre espaço para a discussão acerca do tratamento das diferenças de gênero no passado e contribui para o afastamento de noções como a universalidade da heteronormatividade (ou a imposição normativa da heterossexualidade) e a imutabilidade da noção de sexo. Essa intercomunicação é acrescida das abordagens críticas do direito a partir da percepção da problemática do gênero pelo feminismo jurídico.² Muito embora a história do direito tenha íntima relação com a história social, é um ramo cientificamente desenvolvido nas academias de direito. Isto é, possui interconexões fortes com aquele campo de pesquisa porém a gama de questionamentos específicos ao fenômeno jurídico advêm da intercomunicação com a ciência do direito, razão pela qual as críticas feministas contribuem à construção da história do direito das mulheres.

Caracterizado pela pluralidade, heterogeneidade, conflitividade e ausência de consenso, o feminismo jurídico corresponde a um conjunto de críticas, teorizações, proposições

¹ SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. **Nem teúdas, nem manteúdas**: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822). Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2020; SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. Women in the Captaincy of Paraíba: a Legal History Approach to the Sources of Colonial Brazil. In: WEBER, Ulla (ed.). **Fundamental questions: gender dimensions in Max Planck Research Projects**. Baden-Baden: Nomos, 2021.

A história do direito das mulheres, salienta a autora, não exclui o reconhecimento a outras possíveis abordagens das temáticas de sexo, gênero, sexualidade, diferença e relações de gênero pela história do direito; uma destas outras formas de abordagem é, a exemplo, a desenvolvida em diálogo com estudos *queer*, que colocam em xeque o binarismo de identidade em defesa de uma maior fluidez da sexualidade.

² Anteriormente, o campo era denominado de teoria feminista do direito, porém autoras e autores defendem soar como limitador, razão pela qual cunham o termo feminismo jurídico por ser portador de maior amplitude de atuação (FACCHI, Alessandra. El pensamiento feminista sobre el derecho: un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dahl. **Academia. Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, a. 3, n. 6, pp. 27-47, 2005).

metodológicas e atividades práticas em face do fenômeno jurídico. A proposta central é desenvolver reflexões promotoras de transformações das normas, discursos e práticas jurídicas com foco na igualdade de gênero e o combate do androcentrismo do direito, produto das sociedades patriarcais. O feminismo jurídico, enquanto produto e produtor da crítica feminista do direito, tem como foco o uso estratégico das leis visando a construção da igualdade de gênero, denunciando-as, construindo teorias e focando nas ações para a igualdade real pautada na valorização da diversidade.³

De modo sumário, as críticas são pautadas por diferentes vertentes feministas e estão direcionadas, como afirma Carol Smart, a três eixos principais modificados ao longo dos diferentes períodos históricos: a teoria do direito, determinadas instituições jurídicas e o modo como o direito é aplicado, denunciando sua configuração como um sistema sexista, masculino e sexuado. Em uma primeira gama de questionamentos pautados pela conquista de direitos civis e políticos – da corrente denominada feminismo igualitário liberal –, a revelação do sexismo da seara jurídica atuou na desconstrução da lógica de neutralidade, abstração e universalidade das normas apontando a uma série de discriminações de gênero feitas pela legislação.⁴

Sob influência do feminismo da diferença, a crítica de que o direito é intrinsecamente masculino (e heterossexual) – identificando que a característica está em suas raízes – funcionou como denúncia à sua instrumentalização pelo sistema patriarcal para manutenção e ampliação da dominação masculina. A existência de uma teoria patriarcal do direito encoberta pela teoria do direito e sua doutrina legal, atuando na defesa e proteção do homem, lançam a mulher aos

³ CAIN, Patricia. Feminist Jurisprudence: grounding the theories. **Berkeley Women's Law Journal**, v. 4, pp. 191-214, 1990; FACCHI, 2005, pp. 28-31.

As discussões sobre feminismo e relações de gênero foram introduzidas aos debates no campo do direito nos anos 70 (com maior profusão na década seguinte), pouco depois do desenvolvimento do campo de história das mulheres. Não é possível, todavia, afirmar a semelhança na velocidade dos impactos gerados. O direito, como área que possui características elitistas e cuja parcela dos juristas mantém a crença da pretensa neutralidade do campo, alguns dos avanços da pauta acabaram sendo freados se comparados a outras áreas das humanidades (SILVA, Salete Maria da. Feminismo jurídico: uma introdução. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, pp. 85-102 jan./mar. 2018, pp. 89-91). De todo modo, algumas das contribuições iniciais foram a *Feminist jurisprudence* elaborada por Ann Scales, a *Women's Law* por Tove Stang Dahl e a *Feminist legal theory* fomentada por Martha Fineman. Com a finalidade de relacionar a teoria feminista, o direito e a prática jurídica, a abordagem dos primeiros estudos era pautada pela intersecção entre mulheres, gênero e direito partindo do questionamento emergente das experiências femininas (SCALES, Ann. Towards a Feminist Jurisprudence. **Ind. L.J., Indiana Law Journal**, v. 56, iss. 3, pp. 375-444, 1981; DAHL, Tove Stang. **An Introduction to Feminist Jurisprudence**. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987; FINEMAN, Martha. Feminist Legal Theory. **Journal of Gender, Social Policy & the Law**, v. 13, n. 1, 2005; SILVA, L., 2020, pp. 31-32).

⁴ Nesse sentido, as reivindicações acabam tendo como finalidade um ponto de vista formal sobre a igualdade e por vezes acabam rechaçando regras protecionistas por entender que as mulheres, assim como os homens, são sujeitos dotados de plena autonomia. Contribuem para a exclusão manifesta da desigualdade na lei, porém criam discriminações ao promover o apagamento das diferenças entre as mulheres. (SMART, Carol. La teoria feminista y el discurso jurídico. In: LARRAURI, Elena (comp.). **Mujeres, derecho penal y criminología**. Madri: Siglo Veintiuno, 1994; FACCHI, 2005, pp. 31-32; RABENHORST, Eduardo Ramalho. O feminismo como crítica do direito. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 4, n. 3, 2009; SILVA, S., 2018, pp. 87-89).

espaços à margem. A neutralidade é desconstruída mediante o debate sobre a utilização e a utilidade do direito, questionando a oportunidade de se recorrer a ele no plano prático. Assim, passa a ser enxergado com desconfiança, visto que a proteção prometida às mulheres esconde a manutenção de uma estrutura opressora.⁵

O atestar que o direito é sexuado, por meio de correntes feministas pós-modernas, significou compreender não apenas que constrói o gênero bem como por ele é construído, e nesse sentido fortificou os apontamentos de existência de intersecções do jurídico com os diversos campos sociais, como gênero, classe, raça e etnia. As normas são construídas com fulcro em uma perspectiva ocidental, branca e heterossexual, impactando e sendo impactadas por um discurso feminista que finda a reproduzir esta lógica, afastando ao limiar interesses e desejos de mulheres que não se enquadram nesse estereótipo. O direito deve destacar as diferenças do grupo das mulheres e no seu interior de modo a considerá-las em sua diversidade.⁶ A tomada de consciência da subordinação do gênero feminino ao masculino nas experiências pessoais é o primeiro passo sustentado por Alda Facio em direção a soluções jurídicas não sexistas. Salienta, também, a necessidade de apreensão das distintas formas de manifestação do sexismo nos textos legislativos, identificando qual mulher – de modo explícito ou tácito – o texto está referindo e tomando como padrão de tratamento, e quais são os impactos àquelas que estão à margem deste estereótipo.⁷

Na corrente denominada de radical, a escuta às mulheres reais foi tomada como *Feminist method* por Catharine Mackinnon, acrescentando a oitiva destas por mulheres em prol da descoberta de experiências compartilháveis e, conseqüentemente, da produção de novos conhecimentos. A proposta é a crítica da teoria jurídica para a discussão dos fundamentos, dos métodos e das categorias objetivando a passagem a uma ciência jurídica feminista pautada em reformas concretas. A busca não seria pela igualdade ou diferença utilizando como referencial o tratamento dado aos homens, a revisão do direito deveria contemplar temas que impactam ao universo feminino atuando na desconstrução do direito como sistema de subordinação e opressão às mulheres em decorrência da perspectiva masculina do direito.⁸

⁵ SMART, 1994; RABENHORST, 2009, pp. 30-31. Uma das teorias desenvolvidas com base nesta orientação de críticas é o feminismo cultural de Carol Gilligan [GILLIGAN, Carol. *In a diferente voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2003 (primeira edição de 1982); FACCHI, 2005, pp. 34-35].

⁶ SILVA, S., 2018, pp. 87-89; RABENHORST, 2009, pp. 31-32; JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: WEST, Robin. *Género y teoría del derecho*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2000; WEST, Robin. *Género y teoría del derecho*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2000, p. 158; SMART, 1994.

⁷ FACIO, Alda. *Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)*. San José, C.R.: ILANUD, 1992.

⁸ MACKINNON, Catharine. *Feminism Unmodified*. Boston: Harvard University Press, 1987; FACCHI, 2005, pp. 35-36.

Esses pensamentos críticos⁹, em intersecção com o campo da história do direito, prestam auxílio na reflexão sobre mulheres, direito e justiça nos diferentes períodos históricos, e orientam a atenção da análise às características do direito como um complexo sexuado, masculino e sexista que podem estar presentes nos contextos de criação e disseminação das normatividades institucionais ao longo dos períodos históricos. Assim, além de permitir novas perspectivas na exploração das fontes jurídicas, abre espaço a trabalhos críticos sobre mulheres no direito, história das mulheres e foros jurídicos, história das mulheres e processos legislativos, dando enfoque às articulações entre a vivência (e a sobrevivência) cotidiana feminina e as instituições de administração da justiça, compreendendo seus impactos sociais e a produção de normatividades. Para o mundo colonial, segue-se também o prisma de Suely Creusa Cordeiro de Almeida no tocante à negação da passividade e submissão femininas generalizadas como uma realidade estática, considerando que as personagens encontradas por este estudo foram capazes de manejar e negociar elementos presentes nas representações da mulher do período moderno ou, até mesmo, negá-los em prol de seus interesses.¹⁰

Considerados os debates expostos, *Por uma história do direito das mulheres coloniais*¹¹, conforme sustentada por Coutinho Silva, ocupa-se principalmente de reflexões sobre como as questões relacionadas às mulheres eram concebidas pelo jurídico no universo colonial da América Portuguesa, tomando como objeto central da análise as visões, as formas de vivência e resistência daquelas submetidas à gama de normatividades existentes para além das institucionais. O foco é a escuta da voz dessas mulheres e a consideração de suas multiplicidades, retirando-as dos estereótipos de reclusão, submissão e excesso de religiosidade.

Estado da arte

Os campos de estudos que a presente pesquisa faz dialogar, de história do direito e de história das mulheres, encontram-se em intensa profusão de trabalhos acadêmicos e de

⁹ Em que pese não seja possível citar todos os trabalhos importantes que aprofundam nestes debates, pode-se mencionar algumas pesquisas dentre as mais relevantes: HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996; OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: RUIZ, A. (comp.). **Identidad femenina y discurso jurídico**. Buenos Aires: Biblos, 2000; BIRGIN, Haydée (ed.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000; TOVAR, Carolina Vergel. El concepto de justicia de género: teorías y modos de uso. **Revista de Derecho Privado**, n. 21, 2011; COSTA, Malena. El pensamiento jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas. **Revista Género e Direito**, n. 2, 2014.

¹⁰ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

¹¹ SILVA, L., 2020, p. 31.

pesquisas de qualidade, contribuindo para a extensão dos debates e à ampliação dos espaços ocupados. Para que a exposição das obras que influenciaram e auxiliaram a construção desta tese reste didática, importa realizar uma separação: primeiramente, serão listadas as obras de história das mulheres para que seja possível verificar o desenvolvimento da área no Brasil, posteriormente as que trabalham com mulheres na sociedade da América Portuguesa e, por fim, as especificidades do campo da história do direito.

Impulsionadas principalmente pelos movimentos feministas que tomaram proporções mais visíveis a partir da década 60 do século XX¹², as pesquisas a respeito das mulheres na história começaram a estabelecer gradualmente o campo específico de investigações no Brasil já nos anos 70. No início da década seguinte, a publicação da coletânea *Vivência*¹³, organizada por Maria Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg, reuniu trabalhos em desenvolvimento centrados nas temáticas da sexualidade e das imagens femininas ao longo dos séculos XVI a XX. Em 1981, Eni Mesquita de Samara¹⁴, investigando sobre a mulher no interior da família, publicou artigo sobre o papel do casamento no século XIX e introduziu a desconstrução do estereótipo de maridos dominadores e mulheres submissas, desvendando situações de conflitos, rebeldia e insatisfação. Na sequência, Mariza Corrêa¹⁵, ao trabalhar com processos judiciais do Tribunal do Júri de Campinas de casos de homicídio e de tentativas de homicídio entre casais nas décadas de 50 a 70 do século XX, inovou no trabalho com as fontes e trouxe à tona um sistema complexo de normatividades que permeavam as disputas narrativas do foro. Envolviam legislação, normas sociais e de gênero, e as disputas narrativas orientavam argumentos que remetiam os envolvidos a papéis sociais e de gênero que legitimavam, em muitos casos, as práticas de violência.

Privilegiando os trabalhadores e os estratos sociais pobres, Margareth Rago¹⁶ e Rachel Soihet¹⁷, respectivamente, contribuíram com importantes obras ao estudo de mulheres. Rago manipulou conceitos foucaultianos para o estudo dos operários e do anarquismo com atenção aos

¹² Sobre os movimentos feministas deste período – majoritariamente feminismo branco –, é importante destacar as críticas a respeito da ideia de que estas mobilizações foram “inventoras” do questionamento às opressões sexistas (PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi*, Niterói, v. 12, n. 22, pp. 270-283, 2011, p. 275).

¹³ BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

¹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. A família em questão – cadernos de pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.

¹⁵ CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

¹⁶ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁷ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

impactos na construção dos papéis sociais femininos. Soihet manuseou o conceito de “condição feminina” para o estudo da criminalidade das mulheres no Rio de Janeiro, utilizando fontes processuais para lançar luzes no que denominou de “elementos até então marginalizados”, isto é, pertencentes a camadas populares: mulheres trabalhadoras, prostitutas, homossexuais e criminosas. Focalizou na “faceta oculta” feminina do emprego de práticas de violência, desconstruindo o estereótipo de docilidade, passividade, fragilidade e submissão. O escrever a “história da exclusão” permaneceu como mote até pelo menos o final dos anos 80 na história das mulheres. O movimento de dar visibilidade às mulheres estava sendo internacionalmente empreendido por historiadoras como Michelle Perrot e Mary Nash.¹⁸

A *Revista Brasileira de História*, no intento de contribuir para a visibilidade do campo da história das mulheres, lançou o dossiê *A mulher no espaço público*¹⁹, organizado por Maria Stella Bresciani. Reuniu trabalhos de historiadoras como Michelle Perrot e Martha de Abreu Esteves, além das supramencionadas Corrêa, Rago e Soihet, configurando o primeiro volume periódico integralmente dedicado a investigações relativas à história das mulheres. Possibilitou o estabelecimento de diálogos com os principais conceitos utilizados, até aquele momento, para a análise e o estudo das mulheres na história: “mulher”, “mulheres” e “condição feminina”. O conceito de “gênero” era ainda novidade.²⁰

A publicação do famoso ensaio de Joan Wallach Scott em 1990, pela *Revista Educação e Realidade*, teve grandes impacto e reprodução nos estudos sobre mulheres no Brasil decorrente da inserção do gênero como um conceito passível de ser utilizado às análises históricas.²¹ A reflexão em torno das definições e seus usos, debatendo também a respeito de “mulher” e “mulheres”, foi incrementada por discussões desenvolvidas por historiadoras como Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Izilda Santos de Matos, Joana Maria Pedro, Samara,

¹⁸ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2017 (1ª edição de 1988); PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008; NASH, Mary. Desde la invisibilidad a la presencia de la mujer en la historia: corrientes historiográficas y marcos conceptuales de la nueva historia de la mujer. **Nuevas perspectivas sobre la mujer: actas de las Primeras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria**, coord. Pilar Folguera, v. 1, pp. 18-37, 1982.

¹⁹ BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. Dossiê: A mulher no espaço público. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

²⁰ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 281-300, 2007, pp. 283.

²¹ O texto original: SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

Publicado em português, traduzido a partir da versão em francês: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 5-22, jul./dez. 1990, e a versão consideravelmente revisada com amparo no original em inglês: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

Soihet e Rago.²² A partir destes trabalhos houve disseminação das discussões da dimensão da exclusão da mulher, além da irradiação do repensar sobre estereótipos e imagens de passividade, ociosidade e confinamento ao espaço doméstico, revelando esferas de influência, espaços de exercício de poder e autonomia. As análises mais descritivas foram paulatinamente sendo criticadas pelos questionamentos a respeito das formas de abordagens das personagens, com maior atenção aos seus testemunhos e às suas narrativas para colocá-las como centro da perspectiva e ótica das investigações. Não se tratava de incorporar as mulheres em uma narrativa histórica pronta, incluindo-as tão somente como objeto constituinte de uma fatia dos contextos. O esforço era por trazer ao centro as suas vozes e desvelar o mundo aos seus olhos.²³

A produção historiográfica dos anos 90 e 2000, orientada por estas discussões, alastrou-se por abordagens a campos diversos, resgatando cotidianos de trabalho, greves, recuperação de estratégias e resistências, relações entre “público” e “privado”²⁴, social e íntimo, destaque ao papel das mulheres na organização familiar, envolvendo questões referentes a casamento e maternidade, debates acerca das sexualidades, prostituição, educação, religião, disciplinarização, modelos de conduta, estudos biográficos.²⁵

Quanto aos trabalhos que trataram em alguma medida de temáticas referentes a normatividades e violência no cotidiano, cabe mencionar Magali Engel, Rago, Luiz Carlos Soares e Andrea Borelli. Engel, Rago e Soares trouxeram a prostituição como objeto específico de investigação, descobrindo a existência de um código moral embasado em princípios

²² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 67-75, 1998; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, pp. 35-44, 1994; SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997; SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 77-87, 1998; RAGO, Margareth. Descobrendo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 77-87, 1998; RAGO, Margareth. Epistemologia feminista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

²³ MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, pp. 5-15, 2013, pp. 6-7.

²⁴ Os termos seguirão entre aspas para marcar a historicidade dos conceitos.

²⁵ A profusão de estudos é ampla, então citam-se apenas alguns nomes além das autoras já citadas: Horário Gutiérrez (1993), Etelvina Trindade (1996), Carla Pinksy (1996), Cleci Eulália Favaro (2002), Júnia Ferreira Furtado (2003), Marlene de Faveri (2004) Tania Navarro-Swain (2000, 2006), Ivana Simili (2008), Eliana Ferreira (2010), Roseli Boschilia (2010).

(MATOS, 2013; SOIHET, PEDRO, 2007; SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997).

cristãos²⁶, que os discursos jurídicos consideravam as prostitutas como degeneradas natas²⁷ e, em que pese combatida, a prática era explicada como um fenômeno natural e social.²⁸ Em análise aos crimes passionais cometidos em São Paulo entre os anos 20 e 30 do século XX, Borelli²⁹ evidenciou perfis de masculinidade e de feminilidade através da manipulação argumentativa nos casos trabalhados. Modelos de comportamentos e relacionamentos socialmente aceitos fundamentavam as imagens de “homens ideais” e “mulheres ajustadas” que, por sua vez, construíam a lógica da inversão de papéis na qual vítimas tornavam-se réus e réus, vítimas.

Não obstante o desenvolvimento de questões que dizem respeito a práticas de crimes e condutas desviantes, o foco desses autores não foi o olhar ao direito. Privilegiaram elementos do social e do cultural, no entanto contribuíram para lançar luzes às estratégias femininas perante a violência, as normatividades sociais e jurídicas e, especialmente o trabalho de Corrêa, ao uso de processos judiciais como fontes históricas, ressaltando a importância de analisar os discursos que perpassam as causas.

Embora produzido por Anthony Russell-Wood, autor estadunidense, é necessário mencionar que um dos primeiros trabalhos específicos sobre as mulheres coloniais na América Portuguesa foi o artigo, publicado em 1977, denominado *Women and Society in Colonial Brazil*.³⁰ Mantendo no centro do estudo as mulheres brancas, solteiras e casadas, o autor destacou que detiveram importantes papéis no desenvolvimento da sociedade colonial, mais salientes do que os que a historiografia a seu tempo lhes atribuía. Em que pese manter alguns estereótipos advindos de outros períodos históricos e enquadrá-las em uma classificação fixa entre brancas, negras e indígenas, trouxe à tona as chefes de família como agentes importantes na economia da América Portuguesa, permanecendo no campo da histórica social.

²⁶ ENGEL, Magali Gouvea. **Meretrizes e doutores**: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁷ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

²⁸ SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas**: a prostituição no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

²⁹ BORELLI, Andrea. **Matei por amor**: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos editores, 1999.

³⁰ RUSSELL-WOOD, Anthony John R.. Women and Society in Colonial Brazil. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 9, n. 1, pp. 1-34, maio 1977; publicado também em: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Mulheres na América e no Mundo Ibérico**. São Paulo: Humanitas, 2011.

Charles Boxer, em 1975, publicou a obra *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, na qual descreveu a presença feminina em diversas atividades – ou, como definiu no título do trabalho: expôs “alguns factos, ideias e personalidades”. Todavia, pouco desenvolveu especificamente sobre suas condições e modos de sobrevivências na realidade colonial (BOXER, Charles. **A mulher na expansão ultramarina ibérica (1415-1815)**: alguns factos, ideias e personalidades. Lisboa: Livros Horizonte, 1975).

Na década de 80, na supracitada coletânea *Vivência*³¹, as contribuições de importantes autoras para a história colonial, como Maria Beatriz Nizza da Silva e Ilana Novinsky nos tópicos sobre, respectivamente, a justiça eclesiástica e o divórcio na capitania de São Paulo e a inquisição e as visitas na Bahia e em Pernambuco se faziam presente.³² Em 1984, Maria Odila Leite da Silva Dias³³ empregou o conceito de “mulheres” para evidenciar a presença feminina cotidiana em São Paulo no momento de crescimento populacional em fins do século XVII ao XIX, focando especificamente em camadas sociais pobres que exerciam funções comerciais para garantir a sobrevivência. Trouxe à tona mulheres livres, escravizadas e forras, que remanesciam sozinhas, que eram chefes de família ou concubinas, que viviam em meio a mediações sociais, tensões, conflitos e redes de solidariedade.

O *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984)³⁴, livro resultante do trabalho de pesquisa de Maria Beatriz Nizza da Silva em finais da década de 70, significou uma inovação ao uso das fontes e realizou grande aporte não apenas da legislação secular e eclesiástica vigente bem como de uma série de permissibilidades existentes na realidade colonial a partir das fontes de São Paulo. Eni Mesquita de Samara, com a obra *A família brasileira*³⁵, cuja primeira edição data de 1983, questionou as formas de organização familiar que até então se utilizavam para explicar as dinâmicas da sociedade colonial. Questionou o conceito de “família patriarcal”³⁶ como estático para toda a América Portuguesa, sustentando a complexidade das organizações familiares e as diferenças de características a depender do local e do momento histórico. Em análise a fontes da região Sudeste entre os séculos XVIII e XIX, examinou questões referentes às normas de casamento e a procedimentos judiciais seculares e eclesiásticos, concluindo que o comportamento das mulheres casadas nem sempre era o esperado pelas padronizações sociais.

É imprescindível mencionar a obra *As mulheres, o poder e a família* (1989)³⁷, em que Samara analisou especificamente o papel social da mulher no interior da família mantendo o posicionamento da complexidade desta organização. Embora o foco privilegiado da investigação seja o século XIX, a autora perpassa por algumas características das décadas finais

³¹ BRUSCHINI, ROSEMBERG, 1980.

³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O divórcio na Capitania de São Paulo; NOVINSKY, Ilana, Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o Nordeste Brasileiro nos séculos XVI e XVII). In: BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1980.

³³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

³⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

³⁶ Explorado pelas pesquisas de Gilberto Freyre e de Oliveira Vianna, como o exposto pela autora.

³⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

dos setecentos em decorrência das fontes utilizadas, revelando, outra vez, comportamentos que rompiam com os padrões. Mulheres chefes de família, prostitutas, integradas em negócios, que viviam em concubinato são algumas das vivências que fugiam ao esperado, mas que, em que pese as diferentes formas de organização, deixavam transparecer valores normativos dos grupos dominantes.

Luciano Figueiredo e Ana Maria Magaldi, na publicação de *Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial*³⁸, de 1984, investigaram as atividades comerciais nas Minas Gerais do século XVIII e identificaram facetas do cotidiano de sobrevivência de muitas mulheres negras, escravizadas, brancas livres e pobres. Desconstruindo a imagem da mulher ociosa, confinada ao espaço doméstico, e do indígena preguiçoso, desvendaram o trabalho feminino na venda de mercadorias básicas e as tensões sociais, muitas vezes causadas pelo comércio de produtos ou em locais proibidos. Concluíram, assim, pela rebeldia destas mulheres que não eram obedientes às normas postas pela governança às ações de vendas.

Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas trabalharam com questões relativas às mentalidades³⁹ coloniais a partir das fontes inquisitoriais. Trabalhando com enfoque no imaginário e nas práticas mágico-religiosas, a autora de *O diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986)⁴⁰ lançou luzes sobre as diferenças existentes entre o modelo tridentino, e o sistema de padroado, e a religiosidade popular. Vainfas, por sua vez, investigou as sexualidades e as moralidades do cotidiano em *Trópico dos pecados* (1989)⁴¹, concluindo pela flexibilidade das normas morais e religiosas na realidade colonial embora não sustente a contestação à tese dos jesuítas, particularmente do Frei Vicente de Salvador, sobre a inexistência de regras morais e de religiosidade na colônia.⁴²

Pautada pela documentação inquisitorial para descobrir a intimidade amorosa entre as mulheres, Ligia Bellini⁴³ investigou as moralidades católicas circulantes na colônia, os

³⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 54, pp. 50-61, 1985.

³⁹ Sob o prisma de Vainfas, as mentalidades, conceito herdeiro dos Annales, estão voltadas para o campo dos sentimentos, desejos, crenças, costumes e atitudes que estão entre o individual e o coletivo, o movimento e a estática (VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 14; **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 19).

⁴⁰ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁴¹ VAINFAS, 1989, 2011.

⁴² SALVADOR, Vicente de. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

⁴³ BELLINI, Ligia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

sentimentos e a sexualidade femininos. Revelou a existência de mulheres que se contrapunham à subordinação da sexualidade à maternidade desenvolvendo relações homoeróticas e, em decorrência destes comportamentos, eram tidas como perigosas à ordem moral da sociedade.

Com a passagem aos anos 90, e os debates sobre o conceito de gênero ensejados pela publicação de Joan Scott no Brasil, os estudos passaram a tomar outra roupagem. Até então, grande parte das pesquisas concentravam-se em torno da lógica da “condição feminina”, expressão que revelou muitas faces da exclusão, da obediência e da transgressão de mulheres. As abordagens denotaram as complexidades das relações de poder e subordinação, dos modos de opressão, proteção e dependências, porém frequentemente trabalhavam com noções binárias de exclusão e inclusão, poderes e contra-poderes amparadas na lógica da “dominação masculina”, traduzindo a tensão entre opressor e oprimida. Ainda, acabava por recair na criticada universalização da mulher e, conseqüentemente, mantinha opacas as diferenças dentro do grupo múltiplice.⁴⁴ A noção de gênero acabou por indicar que o aparato conceitual centrado nessas lógicas falhava em sua consistência, apontando a fundamentalidade da característica relacional dos processos sociais de construção das relações de poder e subordinação. O caráter relacional seria necessário para a compreensão do feminino e do masculino, dos estratos sociais, das raças e etnias, das gerações, tornando os parâmetros para a escrita da história mais complexos.⁴⁵

A preocupação com a multiplicidade orientou os trabalhos à desconstrução de discursos homogeneizantes a respeito da dominação sobre a mulher e à percepção de que frequentemente não correspondiam às realidades práticas. As representações sobre as mulheres e o feminino, disseminados por discursos médicos, religiosos, morais, jurídicos, pedagógicos, tinham reproduções imprevistas no plano dos comportamentos e o reconhecimento destas atuações foi denominado de resistência.⁴⁶

Caminhando a esse rumo, em 1992 Leila Mezan Algranti, com interesse privilegiado em espaços de reclusão no Sudeste, rompeu com os estereótipos das mulheres submissas em clausura e desvendou histórias e narrativas de experiências de casadas, solteiras e viúvas que ingressaram em recolhimentos e conventos (por vontade própria ou sob coação, como meio de corrigir os comportamentos). Trouxe à tona as resistentes e transgressoras ao mesmo tempo que destacou a necessidade de lançar olhos também sobre a existência das menos ousadas que se

⁴⁴ GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 69.

⁴⁵ COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, pp. 190-198.

⁴⁶ GONÇALVES, A., 2006, p. 71.

direcionavam à obediência do disciplinamento dos comportamentos. Os enclausuramentos representaram espaços de sociabilidade e de expressão da cultura feminina ao mesmo tempo que, embora não fossem instituições de educação, configuravam locais de projeção de valores e normatividades sociais que orientavam os comportamentos no sentido da representação ideal da mulher colonial: as honradas e devotas.⁴⁷

Mary Del Priore, com foco nas questões relativas ao corpo e abrangendo pensamentos médicos e religiosos, em *A mulher na história do Brasil* (1994, primeira edição em 1988)⁴⁸ e em *Ao sul do corpo* (1993)⁴⁹ levantou a tese da maternidade como um espaço de resistência feminina na América Portuguesa. Embora a existência de uma rede de normas que objetivavam o controle de comportamentos, a criação e a educação dos filhos, com o consequente estabelecimento dos laços afetivos, teriam possibilitado à mulher a detenção de um certo âmbito de exercício de poder e autoridade dentro da casa. Ainda, em *Mulheres no Brasil colonial* (2000), a autora prosseguiu sustentando que este poder poderia ser reforçado pela constituição de formas de sociabilidade e de solidariedade, principalmente através das trocas de saberes sobre o nascimento, o corpo feminino e as curas, que atuariam, “em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário”.⁵⁰

Merecem destaque as obras de Luciano Figueiredo, Emanuel Araújo e Eliana Rea Goldschmidt por incluírem em suas investigações, em paralelo a outras fontes, processos judiciais e, no caso de Araújo, legislação régia. Os autores desenvolvem perspectivas a respeito das práticas sociais e, embora demonstrem muitos pontos acurados a respeito da atuação da justiça – principalmente a eclesiástica –, esse não é o foco, antes o caminho.

As mulheres não brancas foram novamente objeto de pesquisa de Luciano Figueiredo a respeito da condição feminina em Minas Gerais. Em *O avesso da memória* (1993)⁵¹, retomou a temática do artigo publicado em 1984 a respeito do desempenho de funções para a garantia de sobrevivência e o sequenciou com capítulos acerca de outras práticas: a prostituição, o estabelecimento de laços familiares e o exercício da religião e o controle da sexualidade. A análise a devassas de jurisdição das varas eclesiásticas evidenciou a contenção social através

⁴⁷ ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822. 1 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Edunb, 1993.

⁴⁸ DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

⁴⁹ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

⁵⁰ DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 9-10.

⁵¹ FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

do casamento conjugado com transgressões de todas as camadas sociais, revelando, contudo, que as mulheres negras, forras e escravizadas estavam mais sujeitas às denúncias. Destacou, no tocante ao “poder, resistência e trabalho”, que ao mesmo tempo que desempenhavam funções marginais para a garantia da sobrevivência – sustentando a pobreza para a explicação acerca de suas condições de vida –, não raro chefiavam casas, acumulavam pecúlio e detinham escravizados. Em *Barrocas famílias* (1997)⁵², o autor voltou-se às unidades familiares sustentando, novamente, a existência de conflitos, tensões e resistências, porém neste estudo contra as visitas e visitas inquisitoriais. O matrimônio assume papel de destaque e, mantendo o posicionamento, defendeu-o como espaço de controle religioso e moral ao mesmo tempo em que abarcava algumas permissibilidades sob a extraconjugalidade.

Com a publicação da primeira edição de *O teatro dos vícios*⁵³ em 1993, Emanuel Araújo explorou as mentalidades e os papéis sociais através de análise aos comportamentos que eram dotados com significados de transgressão e àqueles que perpetuavam padrões. Delimitando o espaço urbano colonial para investigação e abarcando elementos da justiça secular, delineou características principais da “sociedade de aparências”, identificou a religiosidade particular da colônia com as permissibilidades das instituições eclesiásticas e das visitas inquisitoriais. Sustentou o brando tratamento das práticas de justiça frente a condutas desviantes – como a bigamia, adultérios, incestos, estupros, práticas de feitiçaria –, recebendo estes casos um tratamento conforme as conveniências. Salientou, nessa linha, a confluência de interesses como um elemento determinante para as decisões judiciais, afirmando que “A justiça, assim, com tantos interesses em jogo, não podia ser cega. Pelo menos jamais o foi no Brasil”.⁵⁴

A coletânea *História das mulheres no Brasil* (primeira edição de 1997)⁵⁵, organizada por Mary Del Priore e coordenada Carla Pinksy, trouxe trabalhos de Ronald Raminelli, Emanuel Araújo, Ronaldo Vainfas, Luciano Figueiredo, Renato Pinto Venâncio e Joana Maria Pedro acerca das mulheres coloniais ao longo das regiões da América Portuguesa. Dentre estas pesquisas, destaque-se o artigo intitulado *Eva Tupinambá*⁵⁶, de Raminelli, um dos primeiros trabalhos na historiografia brasileira com enfoque em mulheres indígenas, abarcando a maternidade, a infância, a juventude, a família, a sexualidade e os rituais que denomina de

⁵² FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵³ ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

⁵⁴ ARAÚJO, E., 1997, p. 285.

⁵⁵ DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

⁵⁶ RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: *Ibidem*, pp. 11-44.

“cerimônias canibalescas”. A análise, porém, foi desenvolvida com base nas representações produzidas por europeus e deixou à margem diversas dinâmicas sociais da realidade colonial que as envolviam.

Objetivando ir além das representações e construir um olhar crítico, João Azevedo Fernandes uniu história e antropologia ao desvendar, a partir de uma “visão interna” das estruturas sociais Tupinambá, o complexo lugar das mulheres no período inicial da colonização na obra *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil* (primeira edição de 2003).⁵⁷ Com atenção à diversidade étnica dos povos nativos, investigou o encontro de culturas e sustentou que, mesmo em um contexto de violência interétnica e de desestruturação das sociedades indígenas, houve a construção de esferas de consenso, interação social e transculturação fora das instituições portuguesas. Analisou aspectos do poder político Tupinambá, da força de trabalho e das relações familiares femininas ao longo do processo de colonização, verificando que, embora existência de transformações que ocasionaram a destruição dessas estruturas, as indígenas e mamelucas lograram lugares sociais para garantir a sua sobrevivência.

O trabalho de Eliana Rea Goldschmidt, elaborado a partir das fontes de São Paulo, *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)* (1998)⁵⁸ explorou a dimensão normativa da justiça eclesiástica na disseminação da moralidade, trazendo à tona os significados sociais do pecado e relacionando-os com a perda da honra. Analisou como as elites coloniais intentavam manipular o código moral que estabelecia o controle dos comportamentos femininos com finalidade de viver com o reconhecimento social da honra. Ainda, destaque-se a publicação de *Casamentos mistos – liberdade e escravidão em São Paulo colonial*⁵⁹ (2004), obra que trouxe inovações no que tange às fontes utilizadas e à perspectiva demográfica.

Aproximando-se de Algranti, a obra *O sexo devoto* (2005)⁶⁰, de Suely Creusa Cordeiro de Almeida, lançou luzes às mulheres reclusas em Pernambuco. Em crítica ao modelo de organização social “patriarcal”, sustentado por Freyre, a atenção foi voltada para as estratégias de sobrevivência cotidiana praticadas por estas mulheres, retirando-se a recolhimentos como locais de proteção, ou segurança à condição social por elas detida, ou contrapondo-se às

⁵⁷ FERNANDES, João de Azevedo. **De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil**. 2 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

⁵⁸ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

⁵⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Casamentos mistos – liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶⁰ ALMEIDA, 2005.

instituições como formas de resistir aos processos de dominação. Essas ações demandavam movimentação de arranjos sociais e, sustentou a autora, representavam formas de resistência.

Em destaque também às formas de resistência e às estratégias de sobrevivência, destaca-se a obra coletânea *Tecendo suas vidas: mulheres na América Portuguesa* (2017)⁶¹ organizada por Rachel dos Santos Marques, Martha Daisson Hameister e Hilton Costa com enfoque ao sul da colônia. Trazendo importantes contribuições acerca das dinâmicas sociais e familiares das mulheres coloniais, as investigações reunidas ressaltam a necessidade de revisão da premissa de submissão e a consideração das múltiplas formas de atuação. Salientam atividades femininas que extrapolam a lógica pautada no recato do lar, no cárcere doméstico e na devassidão, evidenciando que o caráter domiciliar não era uma realidade hegemônica e que existiam diferentes possibilidades de vivência das mulheres da América Portuguesa.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa de Ana Silvia Volpi Scott⁶² coloca em voga as formas de união para além do matrimônio católico, os diferentes arranjos familiares e os domicílios chefiados por mulheres, questionando a ideia da clausura da mulher colonial sobretudo em segmentos livres e pobres (fossem brancas, mestiças, negras ou indígenas). Ainda, expõe as agências daquelas pertencentes a esses segmentos no uso de variados “recursos” em busca de benefícios, diminuindo a usual presunção de vulnerabilidade e instabilidade dessas mulheres. Também no domínio da família, privilegiando o parentesco espiritual, Rachel dos Santos Marques⁶³ analisa as relações de amadrinhamento, revelando algumas perspectivas sobre o papel feminino e diferentes sociabilidades em contextos semelhantes a depender do grupo familiar e das circunstâncias presentes. A investigação desenvolve-se na identificação de três “espécies” de madrinhas conforme aparecem nas fontes paroquiais estudadas, a presente, a ausente e a santa, apontando para diferentes funções das escolhas realizadas dentre os múltiplos objetivos e estratégias familiares.

Na sequência da obra, Denize Terezinha Leal Freitas e Jonathan Fachini da Silva⁶⁴ trabalham com os significados do título “dona”, salientando que não estava estritamente ligado à vivência sob o poder marital e ao pertencimento a determinado estrato social; poderia ser

⁶¹ COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

⁶² SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Colocando a mulher no seu devido lugar”: uma reflexão sobre a agência feminina: a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 43-67.

⁶³ MARQUES, Rachel dos Santos. A presente, a ausente e a santa: as madrinhas no Rio Grande de São Pedro (1776-1795). In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 69-94.

⁶⁴ FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no extremo sul (freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822). In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 95-121.

adquirido independentemente do matrimônio e da situação econômica. Era uma denominação de prestígio social que auxiliava na manutenção de redes de influências e da sobrevivência de seus lares, e adquiriu na colônia roupagem menos rígida que na metrópole. A busca pelos significados sociais é também parte da investigação de Nathan Camilo⁶⁵ a respeito das nomeações das mulheres a partir de uma perspectiva dinâmica. A análise às formas de atribuição, incorporação e transmissão dos prenomes e sobrenomes da população livre e forra revelam estratégias de qualificação, de inclusão na comunidade em que se vive ou de busca por outra identidade. O autor, assim, coletou dados das trajetórias de duas mulheres da freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre pertencentes a estratos sociais diferentes e verificou a apreensão e descarte dos nomes das mães como formas de manejar a memória familiar, incluso o processo de criação de novas identidades familiares como um meio de ascensão ou manutenção social.

Orientando o enfoque às experiências, André Cavazzani⁶⁶ pesquisa a trajetória de duas mulheres naturais de Portugal na travessia à América, destacando que seus destinos na colônia detiveram influências de suas vivências na metrópole. As hierarquias sociais do local de saída permaneceram no destino, direcionando-as a matrimônios e experiências no sentido da manutenção do estrato social que possuíam. Em análise também às vivências, Márcio Munhoz Blanco⁶⁷ lança luzes à maternidade das mulheres escravizadas, suas relações familiares e as possibilidades de vida a partir das trajetórias de cinco mulheres. Analisou como, em que pese a gama de limitações impostas pela condição social de escravizadas, aproveitaram brechas para atuarem em prol da própria sobrevivência em um ambiente de exploração sexual e, na medida do possível, alcançarem algum benefício para si. Trabalhando também no eixo da escravidão, Luciano Costa Gomes⁶⁸ busca compreender a inserção econômica de mulheres libertas e desconstruir a lógica de que tinham necessariamente vivência dentre os estratos sociais empobrecidos. Salienta a presença de algumas em ramos comerciais e a possibilidade de acesso à terra de modo a deter condição social economicamente mais favorável.

⁶⁵ CAMILO, Nathan. Nomenclatura luso-brasileiras: um estudo de trajetórias femininas no extremo sul da América portuguesa entre o final do século XVIII e o início do século XIX. In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 123-150.

⁶⁶ CAVAZZANI, André. As mulheres que foram: notas acerca de duas portuguesas na fase imigratória de transição. In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 151-165.

⁶⁷ BLANCO, Marcio Munhoz. Entre Luzias e Marianas: vivências familiares de mães solteiras escravas no mundo rural (Campos de Viamão, 1747-c.1760). In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 167-183.

⁶⁸ GOMES, Luciano Costa. As forras e a luta pela autonomia na América portuguesa: produção agrícola e pequeno comércio urbano em Porto Alegre, décadas finais do século XVIII. In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 185-206.

Por derradeiro, trabalhando especificamente com processos judiciais da comarca de Paranaguá, Bruna Marina Portela⁶⁹ investiga mulheres, predominantemente de ascendência africana e indígena, acusadas de praticar feitiçaria. A conclusão, mediante a análise a 4 processos com 24 acusadas dentre 27 pessoas, aponta que a feitiçaria às mulheres tinha caráter ambíguo: poderia ser considerada como uma forma de lograrem melhores condições de sobrevivência e, ao mesmo tempo, um meio de vinganças de tensões pré-existentes aos processos judiciais. No primeiro caso, possuir poderes sobrenaturais poderia diminuir a hierarquia em determinadas relações sociais e de gênero, provendo-lhes maior capacidade de negociação e movimentação social. Nesse sentido, a autora defende que a maioria indígena demonstraria a ciência deste grupo acerca do papel social que possuíam diante da passagem da escravidão indígena à africana, abrindo-lhes maior espaço para que fizessem ameaças de lançamento de feitiços com a finalidade de ter o temor da população em prol de alguma proteção. No segundo caso, seria possível também a acusação de mulheres por homens com o objetivo de sujeitá-las a ofensas físicas, aprisionamento e uma possível condenação em decorrência de desavenças que extrapolam os contornos do crime. Portanto, mesmo que perante organizações sociais, institucionais e normativas que lhes fossem desfavoráveis, as mulheres lograram encontrar saídas, brechas, estratégias e meios de negociação para o alcance de seus interesses ou ao menos algum benefício que lhes possibilitasse a melhoria da condição social.

Estas têm sido as conclusões dos trabalhos mais recentes em história das mulheres. No mesmo caminho, a coletânea intitulada *Mulheres no mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade* (2020)⁷⁰, organizada por Georgina Silva dos Santos e Elisa Frühauf Garcia, apresentou-se como a reunião de pesquisas com o enfoque nas personagens anônimas, lançando luzes sobre a diversidade feminina ao analisar diferentes trajetórias e vivências principalmente daquelas que foram capazes de negociar ou rejeitar as representações impostas, com a finalidade de refletir sobre a alteridade e as lutas sociais pela emancipação feminina.

Neste conjunto, saliente-se o trabalho de Elisa Frühauf Garcia, intitulado *As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais*⁷¹, a respeito das indígenas no século XVI, suas agências, seus papéis nas sociedades nativas, suas

⁶⁹ PORTELA, Bruna Marina. Caramolas ou artes diabólicas: As mulheres e a feitiçaria na sociedade colonial do século XVIII. In: COSTA; HAMEISTER; MARQUES, 2017, pp. 207-227.

⁷⁰ SANTOS, Georgina Silva dos; GARCIA, Elisa Frühauf (orgs.). **Mulheres no mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

⁷¹ GARCIA, Elisa Frühauf. *As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais*. In: SANTOS; GARCIA, 2020, pp. 27-44.

capacidades de negociação e os significados que detiveram nas dinâmicas de colonização. Para tanto, analisa as narrativas das personagens Catarina Paraguaçu, Bartira e Maria do Espírito Santo Arco Verde como símbolos das interações das nativas com os portugueses. Também em pesquisa a trajetórias, mas de mulheres denunciadas ao Santo Ofício em visitas à América, Angelo Adriano Faria de Assis⁷² e Ademir Schetini Jr⁷³ investigaram as culpas imputadas às cristãs-novas e observaram o relevante papel destas mulheres na manutenção das práticas religiosas não católicas.

Em linhas gerais, as pesquisas supra mencionadas constituem marcos importantes para a história das mulheres coloniais. Além da continuidade dos trabalhos de autoras e autores já há décadas consagrados – ressaltem-se as obras de Maria Beatriz Nizza da Silva⁷⁴ – cabe citar que as publicações coletâneas colocam em voga não apenas novos pesquisadores no espaço da história das mulheres e das relações de gênero, mas também novas perspectivas, questionamentos e preocupações. Assim, esse campo de pesquisa tem reunido importantes investigações que disseminam os debates, proporcionam porosidade às temáticas e o sedimentam cada vez mais enquanto disciplina fundamental.

Até aqui foi realizado o repasse das principais obras específicas de história das mulheres coloniais que influenciaram as análises havidas neste trabalho. São agora apresentados os trabalhos próprios de pesquisadores do campo da história do direito que desenvolveram investigações imprescindíveis ao estudo do direito colonial.

É fundamental salientar o trabalho de António Manuel Hespanha, sem dúvida um dos principais nomes da área. Com intensa e excelente produção científica desde a década de 1970⁷⁵, uma de suas obras mais disseminadas corresponde à sua tese de doutoramento, de 1986,

⁷² ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Mulheres neoconvertidas perante o Santo Ofício: como resistir ao Monstrum horrendum? In: SANTOS; GARCIA, 2020, pp. 45-62.

⁷³ SCHETINI JR., Ademir. Costurando fragmentos: cristãs-novas da Bahia e rota sefardita no século XVIII. In: SANTOS; GARCIA, 2020, pp. 63-81.

⁷⁴ Com enfoque privilegiado nas vivências das mulheres brancas: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, pp. 75-96, 1995; mantendo atenção às diferenças sociais, étnicas e jurídicas das mulheres coloniais: **Donas e plebeias na sociedade colonial**. Lisboa: Ed. Estampa, 2002; adotando metodologia da micro-história para análise das donas de Minas Gerais: **Donas mineiras no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

⁷⁵ Com a publicação de obras fundamentais à pesquisa histórico-jurídica como, para citar apenas algumas, HESPANHA, António Manuel. **A história do direito na história social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977; **História das instituições: épocas medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982; **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994b; **La gracia del derecho**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993c; **Justiça e litigiosidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993b; **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005 (primeira edição de 1995); **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010b; **Como os juristas viam o mundo. 1550-1750**. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa, 2015; e seu último trabalho, **Filhos da terra**: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa. Lisboa: Tinta da China, 2019.

*Às vésperas do Leviathan*⁷⁶, com a qual problematizou o pensamento sobre a “centralização precoce” de Portugal, defendendo a pluralidade de centros de poder político, a presença da economia da graça e a montagem da monarquia corporativa portuguesa do século XVII. A partir da existência de vários poderes políticos autônomos, o jurídico também era configurado a partir da faceta plural.

Hespanha foi um dos grandes autores a consolidar a área da história do direito e a sustentar a função precípua de crítica. Uma das missões é “instigar uma forte consciência metodológica”, problematizar, questionar e desconstruir, dentro do jurídico, o que as disciplinas dogmáticas firmaram, e não raramente continuam a firmar, como pressupostos mediante a -instrumentalização da história como discurso legitimador. Pensando o direito sempre em sociedade, o autor trouxe à tona seu caráter eminentemente social, possuindo em seu bojo relações intrínsecas com o contexto e defendendo que as resoluções por ele apresentadas estão permeadas pelas circunstâncias nas quais está inserido. Ao mesmo tempo em que existem dinâmicas de impactos sociais do jurídico, existem processos sociais na sua produção. Nesse sentido, a identificação de valores jurídicos é um fenômeno que auxilia na própria leitura da sociedade. É a história, portanto, do campo jurídico, premida de descontinuidades e de permanências, alheia a uma lógica de progressão linear e necessária.⁷⁷

Os investigadores que dialogam com esses pensamentos atualmente correspondem a um número bastante amplo, dentre os quais destacam-se os nomes de Ângela Barreto Xavier⁷⁸, Pedro Cardim⁷⁹, Cristina Nogueira da Silva⁸⁰ e Maria Filomena Coelho⁸¹, pesquisadores que, seguindo os passos de Hespanha, têm contribuído para a história do direito português e das colônias, incluindo a América Portuguesa.

⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*: Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994a.

⁷⁷ Essas construções opõem-se à ideia de que o direito é marcado pelo formalismo, e a lei é a forma de disciplinar relações sociais por meio do “dever ser”. (HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, pp. 21-41; HESPANHA, António Manuel. Is there place for a separated legal history? A broad review of recente developments on legal historiography. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Florença, n. 48, pp. 7-28, 2019).

⁷⁸ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.); MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. O Antigo Regime – 1620-1810, v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993; XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa**: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

⁷⁹ CARDIM, Pedro. **O poder dos afectos**: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime. Lisboa, 2000. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

⁸⁰ SILVA, Cristina Nogueira da. **O modelo espacial do Estado Moderno, reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998; SILVA, Cristina Nogueira da, XAVIER, Ângela Barreto. **O governo dos outros**: poder e diferença no Império Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

⁸¹ COELHO, Maria Filomena. **A justiça d’além-mar**: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII). Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

Ao lado de Hespanha, Bartolomé Clavero, com produções também desde a década de 70, trouxe à tona importantes considerações histórico-jurídicas sobre o direito como um fenômeno local, sobre a *iurisdictio*, o direito comum, a graça e a política no Antigo Regime. Publicou em 1991 *Antidora: antropologia católica de la economía moderna*⁸², em que desenvolveu investigações sobre o conceito de cultura jurídica aproximando os campos da antropologia e da história do direito, sustentando a lógica do direito como usos e costumes locais oriundos da relação entre sociedade e aparatos de administração da justiça. Investiga, também, tópicos relativos a direito constitucional das tradições europeias e o “derecho indígena” da América Latina, abrangendo os poderes que o concernem e formas de ordem política de povos nativos latino-americanos.⁸³

Cabe destacar ainda a importância do *Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory* no desenvolvimento e na consolidação internacionais do campo histórico-jurídico com, além das investigações de qualidade, a ampla fomentação de espaços de diálogo com foco privilegiado em regimes de múltiplas normatividades e direito comparado. Especificamente no departamento que concentra investigações sobre *Historical Regimes of Normativity*, sob direção de Thomas Duve, há intensa profusão de pesquisas sobre o direito e as normatividades dos impérios portugueses na América, na África e no Japão e espanhol na América e nas Filipinas, com o desenvolvimento de um número expressivo de trabalhos sobre a América Ibérica.⁸⁴

No contexto das produções em história do direito colonial no Brasil, os autores internacionais supracitados foram os que exerceram maiores influências acadêmicas no tocante à escolha de fontes, às metodologias de análise e à orientação interpretativa de temáticas do direito e do pensamento europeus que detiveram circulação ao longo dos séculos na América Portuguesa. Arno Wehling foi um dos pioneiros do campo histórico-jurídico brasileiro ao desenvolver pesquisas específicas sobre o período do Antigo Regime e o direito colonial, publicando em 1986 a investigação sobre *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*.⁸⁵ Apontando as incongruências dos trabalhos de história do direito em

⁸² CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: antropologia católica de la economía moderna*. Milano: Giuffrè Editore, 1991.

⁸³ Como, a exemplo, CLAVERO, Bartolomé. *Tantas personas como Estados: por una antropología política de la historia europea*. Madrid: Tecnos, 1986; *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991; *Derecho indígena y cultura constitucional en América*. México: Siglo XXI ediciones, 1994.

⁸⁴ MAX PLANCK INSTITUTE FOR LEGAL HISTORY AND LEGAL THEORY. *Historical Regimes of Normativity, Department Thomas Duve*. 2021. Disponível em: <<https://www.lhlt.mpg.de/departament2>>; Acesso em: 05 fev. 2021.

⁸⁵ WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: UnB, 1986.

circulação na época, *A formação do Brasil colonial*⁸⁶, publicado juntamente com Maria José Wehling em 1994, é uma das importantes obras de base para os estudos sobre América Portuguesa, apresentando um panorama amplo e reforçando a existência de particularidades no direito colonial. A singularização temática dos autores ocorre na obra *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)* (2004)⁸⁷, verticalizando na documentação da instituição e desenvolvendo análises sobre, ademais do direito colonial, as formas de atuação da justiça, os oficiais e as dinâmicas processuais.

Dentre as pesquisas específicas mais recentes, Gustavo César Machado Cabral⁸⁸ investiga a literatura jurídica em voga no Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII através da pesquisa em um alto número de obras dos doutrinadores, focando especialmente no gênero *decisiones*. Distinguiu os significados das formas pelas quais as doutrinas se apresentavam, e revelou a importância desta espécie de literatura na disseminação do direito pátrio em um período no qual o direito comum era mais frequente. Construídas a partir da legislação régia e das decisões da Casa da Suplicação, as *decisiones*, defende o autor, auxiliaram a progressiva proeminência do direito português sobre o uso de autores do direito comum. Embora a pesquisa não trate de modo específico e exclusivo o direito colonial, a temática relaciona-se amplamente com as normas jurídicas que circulavam na América Portuguesa.

Um dos poucos trabalhos específicos sobre mulheres coloniais e o jurídico é a pesquisa de Luísa Stella de Oliveira Coutinho Silva⁸⁹, que buscou as mulheres da capitania da Paraíba entre 1661 e 1822. Para encontrá-las, a autora investigou em várias espécies de documentos entre jurisdições eclesiásticas e seculares, logrando delinear várias vivências e experiências femininas dada a própria multiplicidade de mulheres entre brancas, não brancas, livres e escravizadas, solteiras, casadas e viúvas. Utilizando os conceitos condição e *status*, trabalhou com normatividades referentes ao matrimônio, da escolha dos esposos aos processos de sponsais, experiências da maternidade, concubinato, bigamia, adultério, divórcio, prostituição, estupro, vivências nos conventos e recolhimentos, praticantes do judaísmo e mulheres que detinham bens. Nessas searas, identificou a existência de uma diversidade de normatividades não estáticas que não compartilhavam das mesmas formas a ideia da inferioridade feminina.

⁸⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **A formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

⁸⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

⁸⁸ CABRAL, Gustavo César Machado. **Literatura jurídica na Idade Moderna: as decisiones no reino de Portugal (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

⁸⁹ SILVA, L., 2020.

Esse panorama sumário de obras que manejam temáticas da história das mulheres coloniais e história do direito colonial constitui as redes de influências que perpassam este trabalho e que auxiliaram o desenvolvimento da análise das fontes. Isto exposto, vale, ainda, apresentar o contexto acadêmico específico dos trabalhos de história do direito colonial em Curitiba, investigações de fôlego que ofereceram grande assistência, inspiração, debates e questionamentos ao longo dos anos em que a tese foi desenvolvida.

De modo pioneiro à história do direito de Curitiba colonial, Luis Fernando Lopes Pereira traz à voga interpretações inovadoras à documentação da câmara da vila de Curitiba a partir do desenvolvimento dos conceitos de cultura jurídica⁹⁰, circularidade⁹¹ e aplicação da micro-história de Carlo Ginzburg às análises das fontes locais. Sustenta que as cidades coloniais representavam os nós do Império Ultramarino Português, construindo redes de trocas culturais, mercantis, políticas, jurídicas e de oficiais exatamente a partir desses pontos localizados nos litorais de regiões de todos os continentes. As cidades e vilas, assim, são áreas privilegiadas para a investigação dos fenômenos sociais da América Portuguesa, nestes inclusa a cultura jurídica. Lançou luzes à importância de análise do Juízo Ordinário e da Ouvidoria de Comarca para desvendar o direito colonial, destacando o movimento de circularidade cultural existente sobretudo no ofício de juiz ordinário. Opõe-se à ideia de que o direito por eles manejado seria marcado pela rusticidade e pela oralidade, evidenciando o formalismo e a prática de um direito que acompanhava a padronização jurídica colocada pelas Ordenações Filipinas.⁹²

⁹⁰ Para Pereira, o jurídico é compreendido a partir de sua dimensão cultural, ou seja, é encarado não como somente leis e regramentos advindos de um ente estatal, mas sim como signos e representações com dimensão normativa componentes da cultura, como os costumes, a religião, a moral, que detêm um caráter fluido dentro das relações sociais. O jurídico assim tomado é dotado de circularidade, como um elemento que participa das trocas realizadas entre sociedades, entre personagens (PEREIRA, Luis Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História do Direito Brasileira**. Ferramentas e Artesanias. Curitiba: Juruá, 2012).

⁹¹ A circularidade, segundo o autor, corresponde aos diversos pontos de enlace entre uma cultura colonial – ou uma “baixa” cultura jurídica – e uma cultura metropolitana – ou uma “alta” cultura jurídica de modo a realizar a interpenetração e a dinâmica de retro alimentação entre as culturas (PEREIRA, L., 2012).

⁹² PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Direito dos letrados nos confins da expansão portuguesa: ouvidores régios de Paranaguá/São Paulo em Curitiba (1711-1738). **História do Direito: RHD**, Curitiba, v. 1, n. 1, pp. 12-32, jul./dez. 2020; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Cultura jurídica dos rústicos da América Portuguesa: juizes ordinários da vila de Curitiba no século XVIII. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Ilustração: cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Cultura jurídica dos rústicos na América Portuguesa: juizes ordinários da vila de Curitiba no século XVIII. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. O Império Português: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito, ordem, razão e decisão**. Curitiba: Juruá, 2013; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Súditos del-Rey na América Portuguesa: monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a 172, v. 452, jul./set., p. 51-86, 2011; PEREIRA, L., 2012; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Estruturas político-jurídicas na América Portuguesa: entre centro e periferia. **Primer Encuentro Latino Americano de Historia del Derecho y la Justicia**, Cidade do México, 2009.

Orientadas por essas noções, Liliam Ferraresi Brighente e Danielle Wobeto de Araújo desenvolveram investigações sobre o direito na vila de Curitiba. Brighente, em análise a processos judiciais, trabalhou a condição jurídica dos indígenas desvendando a prevalência do costume local em prejuízo da legislação régia na prática da escravização indígena mediante a denominação de administração particular. Esta categoria específica não encontrava paralelo no direito régio, e tratava-se de um costume elaborado e enraizado na realidade colonial, dispondo de regras próprias.⁹³

Araújo investigou o ofício da almotaçaria e o direito por ele praticado em análise aos Livros de Correição e Audiência dos Almotacés. Verificou que o exercício das funções dos oficiais estiveram, de 1737 a 1828, dentro dos padrões postos pelas Ordenações Filipinas em desempenho da fiscalização e mediação de conflitos. Reproduziram, todavia, um “direito miscigenado” através de regras e costumes oriundos das circunstâncias locais, e, em termos de atuação administrativa, enquadrou-o como uma “polícia administrativa”, reproduzindo a “arte de governar”.⁹⁴

A autora, ainda, desenvolveu apontamentos sobre a cultura jurídica colonial a partir de pesquisa aos casos de feitiçaria ocorridos em Curitiba entre 1750 e 1777. Reunindo três processos crime acerca de práticas de feitiçaria e curandeirismo, identificou traços do imaginário a respeito do delito, destrinchou os argumentos jurídicos levantados e analisou os termos de processo criminal presentes nos autos. Desmistificou o imaginário sobre a “caça às bruxas”, sustentou que a cultura jurídica local não era marcada pela rusticidade, pelo contrário; os agentes que atuaram nos processos como operadores do direito detinham amplo conhecimento sobre as formalidades e direcionamentos práticos quanto ao direito criminal, acompanhando os debates sobre feitiçaria circulantes no Império Português. Não obstante o foco privilegiado da pesquisa seja o crime de feitiçaria e não as questões específicas no tocante ao feminino, a investigação revela-se uma importante contribuição para os estudos sobre mulheres coloniais na história do direito.⁹⁵

Em algumas linhas, essas foram algumas das autoras, alguns dos autores, algumas das obras, alguns dos debates e dos direcionamentos de pesquisa compartilhados durante a

⁹³ BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **Entre a liberdade e a administração particular**: a condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750). Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2012.

⁹⁴ ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **A Almotaçaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828)**. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2011.

⁹⁵ ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **Um “cartório de feiticeiras”**: direito e feitiçaria na vila de Curitiba (1750-1777). Curitiba, 2016. Tese (Doutorado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2016.

investigação apresentada nesta tese. Destaquem-se os alicerces nos trabalhos de Almeida e Algranti para a apreensão das nuances a respeito das vivências femininas, Del Priore para a compreensão de questões relativas ao corpo e à maternidade, Samara e Figueiredo para a percepção às esferas domésticas e constituições familiares, e, por derradeiro, Nizza da Silva e Goldschmidt para o espectro de entrada aos elementos jurídicos e institucionais que se faziam presentes nos cotidianos femininos. Especificamente à história do direito, a vasta obra de Hespanha foi essencial para todo o trabalho, a pesquisa de Coutinho Silva foi basilar para, com amparo na lógica da história do direito das mulheres, o levantamento de questionamentos específicos, a visualização de complexidades quanto às normatividades que por vezes não são trabalhadas pelos historiadores sociais e para a percepção dos instrumentais possíveis a serem utilizados na investigação. E, por fim, as pesquisas desenvolvidas por Wobeto Araújo foram imprescindíveis para a compreensão dos elementos do direito e do processo criminais circulantes na vila de Curitiba.

Contornos conceituais

O objetivo do texto nesta sequência é apresentar e historicizar os elementos conceituais que auxiliaram a leitura, a análise e a reflexão sobre as personagens postas em foco no presente trabalho, considerando sua multiplicidade como agentes históricos. O título do trabalho apresenta a articulação de três conceitos centrais utilizados para a análise das fontes: mulheres, conflitos e normatividades. Esta seção busca esclarecê-los e expor sob quais contornos e influências teóricas foram tomados ao longo da pesquisa.

Primeiramente, para o conceito de mulheres é importante referir as reflexões impulsionadas pelo conceito de gênero. No contexto da profusão dos movimentos feministas principalmente estadunidenses que se tornaram mais visíveis globalmente na década de 60 do século XX, o conceito de gênero foi empregado a priori para uso alternativo à categoria “mulher” – em oposição ao termo “homem” tomado como universal – e para o debate a respeito da subordinação das mulheres. A definição embasada na objeção ao masculino orientava a análise a uma generalização⁹⁶ e a um essencialismo⁹⁷ que não abrangia as mulheres detentoras de “diferença dentro da diferença”. A fragmentação em decorrência de raça, classe, etnia e

⁹⁶ Que, na década de 70, contribuiu aos movimentos feministas com o discurso da identidade coletiva (SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 402; 405).

⁹⁷ RAGO, 1995, p. 86.

sexualidade as posicionava, e posiciona, em diferentes níveis de subordinação e de opressão em relação às que defendiam o conceito “mulher”, e as mobilizou a reivindicar uma amplitude conceitual que também as explicasse. Detinham outras pautas, sustentavam não ser possível igualar a multiplicidade em decorrência do sexo biológico e defendiam o uso da categoria “mulheres”.⁹⁸

Joan Wallach Scott, ao explicar a respeito do gênero em aplicação às análises históricas, trouxe à luz do debate muito do que estava sendo pesquisado na década de 80.⁹⁹ Alguns dos principais esforços eram a rejeição à ideia de determinismo biológico implícito na palavra “sexo”, afastando a associação entre gênero e a expressão “sexo social/cultural” (enquanto “sexo” corresponderia à biologia) e aproximando-se da lógica embasada em relações advindas de diferenças sexuais; a dispensa de noções generalizantes, que reduzissem o papel social da mulher; a desconstrução do binarismo de categorias entre masculinidade e feminilidade; e a consideração do poder como socialmente multifacetado, e não centralizado.¹⁰⁰

Assumindo esses posicionamentos para especificar como os efeitos do gênero devem ser pensados e trabalhados nas relações sociais e institucionais, uma das contribuições de Scott foi a inclusão do poder nas relações de gênero, revelando hierarquias e, conseqüentemente, uma organização social embasadas em diferenças sexuais. O conceito corresponderia, pois, à constituição de relações sociais a partir de diferenças sexuais que incluem relações de poder e moldam representações sociais simbólicas. Papéis sociais, relações políticas, construções normativas e reproduções institucionais seriam advindos destas relações e, portanto, alicerçados no gênero.¹⁰¹ Em decorrência desse fundamento relacional, a pretensão de tomar homens ou mulheres completamente em apartado para análise seria vazia, defendendo que apenas em meio às relações é possível compreender a amplitude dos papéis sociais e do simbolismo sexual.¹⁰²

A emergência do termo gênero enquanto conceito histórico auxiliou a abordagem e o pensar sobre as personagens de modo multifacetado, considerando sua constituição não somente a partir de dinâmicas de diferença sexual mas também no interior de estratos sociais diversos, de diferenças étnico-raciais e de sexualidade. O esforço é pela compreensão das personagens enquanto múltiplas em vez de únicas, e contraditórias em vez de divididas,

⁹⁸ RAGO, 1998, p. 4; PEDRO, 2005, pp. 78-82; SOIHET, PEDRO, 2007, p. 287.

⁹⁹ SCOTT, J., 1995.

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 86-87.

¹⁰¹ *Ibidem*, pp. 86-89; 93.

¹⁰² SOIHET, PEDRO, 2007, pp. 288-289.

inseridas em um campo social, cultural e político heterogêneo, premido de tensões, acontecimentos e cotidianidades.¹⁰³

Todavia, o posicionar gênero como resultante das percepções de diferenças embasadas no sexo e, nessa esteira, um modo inicial de emprestar significado a todas as relações hierárquicas foi uma teorização criticada por alguns historiadores em decorrência da ordem de influência dos fatores e, por outros, pela própria apresentação do gênero inserido no dualismo com sexo, reafirmando o movimento binário entre cultura e biológico.

Atinente à separação entre gênero e sexo e com foco privilegiado na história da medicina, Thomas Laqueur¹⁰⁴ sustenta que a diferença entre os sexos é uma lógica que remonta ao século XVIII, dissertando que anteriormente os corpos eram percebidos a partir de suas semelhanças. O masculino correspondia ao corpo perfeito, a regra, e o feminino, por sua vez, constituía o “macho incompleto”, o corpo degenerado; biologicamente, detinham princípios de funcionamento equivalentes e, posteriormente aos setecentos, passaram a ser vistos como dois sistemas diferentes. Isto, ao fundo, quer significar que as diferenças sexuais foram assim delineadas pelo gênero, e não este por aquele. A influência descrita por Scott, pois, seria inversa: as relações de gênero constituíram o sexo.¹⁰⁵ Nesse mesmo sentido, Tania Navarro-Swain¹⁰⁶ sustenta que os sentidos atribuídos ao corpo não são pré-existentes, mas uma invenção social que atribui a um dado biológico um destino natural e culturalmente viável. A articulação desta invenção é a importância social – portanto, variável –, que atribui sentido aos corpos e, consequentemente, papéis e valores sociais.

Especificamente para a história do direito, o ponto sensível do texto de Scott seria a passagem em que refere que as construções normativas, as instituições e as relações políticas estão embasadas nas relações sociais amparadas nas diferenças sexuais, interpretando-as e reproduzindo-as. Isso ignifica abordar a lei, o direito e as normatividades como um sistema de práticas que assegura o significado de homem e mulher, de masculino e feminino. Essa dinâmica pode estar correta na análise de algumas relações sociais, porém não é passível de generalização no contexto em que o direito é constituído por normatividades fluidas, como o colonial. Assim como as normas podem reproduzir as relações sociais baseadas nas diferenças sexuais, pode constituir-las, retro alimentá-las ou, ainda, contrariá-las. Considerando a

¹⁰³ PEDRO, 2005, p. 88.

¹⁰⁴ LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹⁰⁵ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-98, 2005, p. 90.

¹⁰⁶ NAVARRO-SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, v. 8, n. 1/2, pp. 47-84, 2000.

necessidade de localização em espaço e tempo para que seja possível a identificação de quais são as dinâmicas exercidas entre gênero e normatividades, o conceito deve estar aberto.

Claudia de Lima Costa, na busca de superar o “atomismo das diferenças” e construir um conceito positivo que ao mesmo tempo articule as disparidades e consiga transmitir uma identidade coletiva, retoma a categoria “mulher” afirmando-a como heterogênea, porosa e atenta às dinâmicas sociais hierárquicas que a construíram historicamente por discursos e práticas variados geradores dessas diferenças. As discussões sobre o conceito de gênero foram imprescindíveis para desafiar a coerência e o poder explicativo do conceito “mulher”, excluindo a generalidade e a essencialidade epistemológicas, e questionando quando colocada no binarismo contrário a “homem”.¹⁰⁷

A autora sugere, então, “mulher como posicionalidade”, imprimindo a necessidade de observar a conjuntura na qual está sendo localizada, mediando lugares sociais e narrativas que o circundam para a alocação em uma realidade, importando também realizar a partir disso o mapeamento das potencialidades e limites dos significados que o conceito pode apreender. Dessa forma, explora as diferentes densidades sociais e é colocada em existência em relação a outras categorias igualmente fluidas, da mesma forma definidas de modo conjuntural. Ou seja, “mulher” é um conceito instável, dotado de fluidez e dinamicidade percebidas socialmente em relação a outras categorias igualmente dinâmicas, como as que envolvem questões de raça, estatuto jurídico, estrato social e sexualidade.¹⁰⁸

Portanto, mantendo atenção às contribuições dos debates a respeito da categoria gênero enquanto um instrumental possível para análise histórica, que salienta a negação da essencialidade e generalização do termo “mulher”, e a importância de sua análise relacional em meio a fluidas e complexas dinâmicas, para a presente investigação o conceito adotado é o de mulher orientado pelo teorizado por Costa. Assim, para o estudo das personagens femininas se remonta ao contexto no qual estavam inseridas, atentando às vicissitudes que davam significado a “mulher”, bem como às especificidades advindas das convivências e relações com grupos de homens, pessoas brancas, indígenas, africanas e descendentes, com distintas organizações sociais, livres e não livres, de elite e pobres, no intento de afirmar pela multiplicidade do grupo de mulheres coloniais e daquelas estudadas nesta investigação.

Avançando ao segundo conceito posto no título do trabalho, de conflitos, é importante referir que este abarca as práticas de violência, elementos que permeiam historicamente os comportamentos sociais de mulheres e homens. Natalie Zemon Davis, em estudo sobre

¹⁰⁷ COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 127-140, 1998.

¹⁰⁸ *Idem*.

movimentos sociais que empregaram a violência, defendeu ser o conflito uma parte permanente da vida social, diferenciando-se nas formas pelas quais emerge e a violência que o acompanha.¹⁰⁹ Essa conclusão, sustenta Isabel Drumond Braga, é válida também para a sociedade moderna portuguesa, tanto em áreas rurais quanto urbanas, em estratos sociais mais abastados quanto nos mais empobrecidos.¹¹⁰

Utilizando-se da discussão teórica feita por Irene Vaquinhas, a conflituosidade é um conceito amplo que abarca a noção de violência, assim como as de criminalidade e agressividade. É considerada um fenômeno social, uma das formas de socialização dos indivíduos, isto é, um dos meios pelos quais se criam e se moldam laços sociais. Por esta razão, não representa um fator que atuaria rompendo com a ordem social mas que contribui para a sua formação, até porque a aceitação desta ordem acaba por representar a própria fundamentação de origem de muitos conflitos.¹¹¹ Normalmente estes são identificados quando geram discrepâncias e produzem tensões, e a dimensão social é adquirida através da comoção social que consegue mobilizar.¹¹²

As práticas de violência, emergentes da conflituosidade, são portanto comportamentos que igualmente fazem parte da sociedade, constituindo uma forma de interação social habitual e cotidiana. Nestes termos, produzem vínculos sociais e validam relações de poder em hierarquias entre grupos sociais, sexos, gerações, grupos brancos e não-brancos, livres e escravizados. A criminalidade corresponde aos desvios específicos às normas institucionais postas em uma determinada sociedade. Representa, portanto, a transgressão legislativa, a prática de condutas definidas como crimes e reprovadas institucionalmente. Assim, pode-se afirmar que os significados dos conflitos sociais, da violência e da criminalidade estão ligados ao momento histórico e à localização espacial da sociedade em questão.¹¹³

Tomás Mantecón Movellán, para o período moderno, sustenta que as práticas de violência possuíam relações estreitas com as noções de ordem e desvio, sendo que este corresponderia antes a uma violação do consenso social do que uma contrariedade à ordem social em si. Tomando em conta que a própria noção de conflituosidade, consequentemente violência e criminalidade, são elementos de formação social, não seria correto, nesta lógica,

¹⁰⁹ DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 155.

¹¹⁰ BRAGA, Isabel Drumond. **Vivências no Feminino**. Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV a XIX. Lisboa: Tribuna da História, 2007, p. 13.

¹¹¹ VAQUINHAS, Irene Maria. **Violência, justiça e sociedade rural**: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 274.

¹¹² MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás. Los impactos de la criminalidad en sociedades del Antiguo Régimen: España en sus contextos europeos. **Vínculos de Historia**, Ciudad Real, n. 3, pp. 54-74, 2014, p. 55.

¹¹³ VAQUINHAS, 1995, pp. 274-275.

afirmar que o desvio referiria a uma subversão, ou resistência, à ordem em si. Era, sim, um fenômeno de incômodo social, que poderia provocar a correção, exclusão ou marginalização ao sujeito desviante, porém na maioria dos casos não se localiza fora da ordem estabelecida e fica compreendido nos limites da tensão entre a tolerância e intolerância sociais.¹¹⁴ Então o mais correto é colocá-lo como contrário ao consenso social.

Crimes e contrariedade ao consenso social detinham significados diferentes, e aqui cabe ainda expor sumariamente os contornos de crime e delito. Quando o desvio ensejava contrariedade ao que eram normas institucionalizadas, correspondia a um delito, uma conduta ilícita. A contrariedade, por exemplo, às normas régias de definição das sucessões de herdeiros corresponderia a um delito. Crime, por sua vez, era especificamente a contrariedade às normas institucionais de direito criminal, seculares ou eclesiásticas. Portanto, os crimes corresponderiam a delitos, mas nem todo delito corresponderia a um crime. Ainda, crimes e desvios ao consenso social não necessariamente eram coincidentes. Nesse sentido, o que representava ordem às instituições poderia representar desvio às práticas sociais, a ilicitude e o escândalo, o lícito e o tolerado não detinham essencialmente uma relação de identidade.¹¹⁵

A conflituosidade, a violência e a criminalidade a que se faz referência ao longo deste trabalho são, pois, aquelas que se manifestavam no interior das relações cotidianas de sociabilidade¹¹⁶ e que, constituindo delitos e crimes, passaram por processos de institucionalização à justiça criminal para investigação e culpabilização dos, ou das, agentes.¹¹⁷

Por derradeiro, para conceituar o jurídico a orientação é a lógica de múltiplas normatividades, conceito desenvolvido por Thomas Duve. Partindo da noção, consolidada e disseminada por Hespanha, de que o direito é produto de processos sociais ao mesmo tempo em que faz também parte do que lhes dá motor, o jurídico é um fenômeno social. Isto é, não há meios de pesquisá-lo sem a investigação acerca da sociedade a que se refere, suas relações,

¹¹⁴ MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás. **Conflitividad y disciplinamento social em la Cantabria rural del Antiguo Régimen**. Santander: Universidad de Cantabria, Fundación Marcelino Botín, 1997, pp. 23, 55.

¹¹⁵ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 14; MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás. Desviación, disciplina social e intervenciones judiciales en el Antiguo Régimen. **Studia Historica: Historia Moderna**, Salamanca, v. 14, pp. 223-243, 1996, p. 226.

¹¹⁶ Para a definição deste conceito, podem-se emprestar algumas discussões de Maurice Agulhon, a iniciar pela ideia de que a história da sociabilidade abarca a história conjunta da vida cotidiana. A sociabilidade abrange o comportamento social, composto pelo encontro das pessoas, pelas conversas que possam ter, pelo interagir e se relacionar. Diferenciam-se quando desentolvas a partir das interações existentes nos espaços urbanos e rurais, como ruas, praças, áreas portuárias, mercados, pontos de coleta de água, tabernas, lojas, fazendas e casas, aqui inclusos também os tratos laborais e familiares. A regularidade de manifestação dessas relações está vinculada à introjeção de normas de comportamento determinadas por fatores sociais, representando uma faceta do compartilhamento – consciente ou inconsciente – dos agentes a um determinado conjunto de regras de apreensão e reprodução coletivas, portanto dinâmico e variável (AGULHON, Maurice. **Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016, pp. 109-115).

¹¹⁷ Não configuram objeto deste trabalho violências reproduzidas no âmbito, a exemplo, de guerras e revoltas.

particularidades e significados impressos às perspectivas de mundo. Disso resulta, como salientado pelo mesmo autor, que o direito é um fenômeno eminentemente local, de modo que sua retro alimentação e rede de trocas de influências está amparado à regionalidade e à temporalidade específicas a que faz referência. Ainda, para a sociedade de Antigo Regime¹¹⁸ português – amparada na pluralidade de centros emanadores de poder –, esse direito correspondia a um pluralismo jurídico efetivo, quer dizer, o direito era composto de uma série de fatores sociais para além da legislação institucional. Sob essa égide a lei, expressa pelos direitos régio, comum e canônico, estava presente no social em conjunto com uma série de outras fontes do direito, principalmente os usos, costumes, práticas e religiosidades locais. O jurídico institucional é suavizado, posto em local parelho aos costumes locais e, muitas vezes, posicionado abaixo deles nas aplicabilidades das práticas dos foros.¹¹⁹

O pluralismo jurídico é um conceito imprescindível ao questionamento dos significados do jurídico nas sociedades de Antigo Regime, complexificando o que se entende por direito e expondo que nessa ideia estavam compartilhadas muitas outras formas normativas além das institucionais. Para os contextos da América, a convivência social é detida por maior diversidade e, conseqüentemente, a multiplicidade das formas normativas acaba sendo marcada por outras espécies de complexidades.

O conceito de múltiplas normatividades é amparado na lógica do pluralismo jurídico reforçando uma outra característica do direito do período moderno, visualizado a partir das pesquisas na geografia da Ibero-América. Na América Portuguesa e na Espanhola circularam os direitos régios, comum e canônico advindos dos reinos de Portugal e Espanha, e as perspectivas de análise do jurídico nesse contexto por vezes mantiveram a separação entre o que seria norma europeia e o que seria norma local, concentrada em uma região, cidade ou vila específicas. As múltiplas normatividades superam essa suposta dicotomia e incluem, de modo expresso, os valores morais e cristãos como esferas normativas.

¹¹⁸ O uso do conceito neste trabalho segue a orientação de Hespanha, perspectiva segundo a qual remete-se à complexidade existente na sociedade do ocidente no período aproximadamente limitado pelos anos quinhentos até fins dos setecentos, compreendendo o equilíbrio de poderes no seio de uma sociedade corporativa (HESPANHA, 1982). Cabe mencionar que, ainda, Ronaldo Vainfas conceitua o Antigo Regime como “dinâmica das sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII, a qual, no entanto, tende a dissolver-se durante o período – com a mercantilização das relações econômicas, com a formação do Estado moderno, com a secularização do pensamento (...) – para dar lugar a uma outra, bastante diferente, que rege predominantemente o mundo contemporâneo.” Para o autor, o termo surgiu na Assembleia Constituinte Francesa em 1789 com a finalidade de “caracterizar as instituições e o estilo de vida que se pretendia extinguir.” Com os estudos da Escola dos *Annales*, começou a ser frequentemente utilizado para reunir as características complexas desse período, incluindo as mudanças ocorridas no caminhar dos séculos, abarcando aspectos sociais, econômicos, demográficos e políticos (VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro Editoria Objetiva LTDA, 2000, pp. 43-46).

¹¹⁹ HESPANHA, 1994a.

Para que essa superação reste manifesta, Duve trabalha com o termo “*glocalization*”¹²⁰ e destaca que o direito colonial da América Portuguesa teve, em maior ou menor medida, algo de africano ocidental e oriental, de indiano e até mesmo de chinês e japonês.¹²¹ O conceito de múltiplas normatividades abrange todas essas vicissitudes a partir de análises que priorizem as práticas locais. Compreende, por fim, aos contatos e às interações de diferentes ordens normativas – como a moral, religiosa-cristã, social, judiciária, jurídica institucional. Essas dinâmicas não fecham os olhos às tensões, imposições e processos de desmantelamento correntes nas colônias. As trocas entre normatividades não foram sempre pacíficas, embora a existência de permissibilidades e de camadas de aceitabilidade; as relações existentes entre elas, sejam de compatibilidade ou enfrentamento, fazem parte dos interesses de historiadores do direito.¹²² Esta dinamicidade das normatividades acaba por tornar este trabalho mais profuso, evidenciando a dificuldade em cristalizar normas que eram flutuantes.

Diante do exposto, portanto, o presente trabalho se propõe a estabelecer diálogos entre os conceitos de mulheres, conflitos e normatividades através dos processos crime das vilas de Curitiba e de Paranaguá. Compreender as perspectivas e atuações das mulheres, tomadas em sua multiplicidade, nos conflitos em que estiveram envolvidas face às normatividades correntes, considerando as ordens social, moral e jurídico-institucional, inclusas convivências pacíficas e tensões.

Fontes e metodologia

A busca pelas mulheres em seu cotidiano no período colonial apresenta algumas dificuldades, sobretudo quando analfabetas, o que abarcava o universo das mulheres pobres, não brancas e, inclusive, muitas pertencentes à elite.¹²³ Poucas mulheres, nesses local e período, expressaram sozinhas e diretamente, mediante a própria escrita, suas perspectivas; assim, cabe às pesquisadoras e aos pesquisadores reconstruir as evidências femininas, recolhendo pistas e indícios nos documentos históricos de modo indireto, cada um apresentando uma espécie de

¹²⁰ No seio do projeto de pesquisa *Glocalising normativities*. MAX PLANCK INSTITUTE FOR LEGAL HISTORY AND LEGAL THEORY. **Portal virtual**. 2021. Disponível em: <<https://www.rg.mpg.de/joint-project/glocalising-normativities>>; Acesso em: 05 fev. 2021.

¹²¹ DUVE, Thomas. Global legal history – a methodological approach. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, Frankfurt, n. 4, 2016, pp. 1-12.

¹²² DUVE, 2016, pp. 11-13.

¹²³ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINKSY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 364.

desafio diversa. Nesse sentido, é possível concordar com Patricia Crawford e Sara Mendelsen de que as mulheres estão em todos e, ao mesmo tempo, em poucos lugares nos arquivos.¹²⁴

Os processos judiciais, fontes principais deste trabalho, acabam sendo um material bastante privilegiado na tarefa de trazer à luz a contribuição feminina aos processos históricos. Esses documentos colaboram para a aproximação aos seus cotidianos, os modos de suas vivências, suas táticas de sobrevivência, seus conflitos, a expressão de suas preocupações, os enlaces sociais mantidos e as normatividades que norteavam suas existências.¹²⁵ São fontes polifônicas que carregam mais que as vozes dos personagens envolvidos no conflito; trazem suas narrativas porém interpoladas na grande maioria pelos procuradores e pelos registros feitos pelas autoridades.

Arlette Farge ressalta a importância de se considerar que as vidas e personalidades ali presentes encontram-se fragmentadas por entre as formas jurídicas. As declarações prestadas naquele contexto podem ter sido direcionadas pelos procuradores ou pela autoridade de justiça, os depoimentos dados podem ter sofrido interrupções e alguns dos acontecimentos descritos podem ter recebido mais ênfase por parte dos procuradores em vista do objetivo do ganho de causa.¹²⁶ Expressavam interesses, fidelidades, comportamentos e perspectivas sobre a ordem social.¹²⁷

Essa documentação é mantida no acervo do Arquivo Público do Paraná, especificamente no Fundo do Poder Judiciário (código BR APPR PB 045).¹²⁸ O acervo é composto por mais de 13 mil processos judiciais (tanto da esfera cível como da criminal) produzidos entre os anos de 1697 a 1980, arquivados em 798 caixas. Destes, aproximadamente

¹²⁴ CRAWFORD, Patricia; MENDELSON, Sara. **Women in early modern England. 1550-1720**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 9.

¹²⁵ SOIHET, 2015, p. 364.

¹²⁶ FARGE, Arlette. **Fragile lives: violence, power and solidarity in eighteenth-century Paris**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993, pp. 2-3.

¹²⁷ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, pp. 22-23.

¹²⁸ Este fundo foi criado em 1986 a partir da transferência dos documentos históricos que se encontravam sob custódia da 10ª Vara Cível de Curitiba ao acervo permanente do Arquivo Público, acrescido de novas remessas provenientes da 1ª Vara Cível de Curitiba em 2002 e de diversos cartórios do estado do Paraná em 2008. Em que pese o fundo anteriormente mantido junto à 10ª Vara Cível de Curitiba ter sofrido um incêndio na década de 1930, resultando na perda e danificação de vários documentos, a quantidade de fontes processuais bem conservadas continua bastante grande e, sobretudo no que tange às referentes ao século XVIII, ainda estão pouco exploradas por pesquisadores (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (APPR). **Guia de Fundos**. Disponível em < <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>>; Acesso em 26 set. 2020). Não se encontram nesse fundo, todavia, a maior parte das devassas e das querelas às quais os demais procedimentos crime fazem referência. Todos os documentos cujos rastros demonstram que foram trasladados a Paranaguá para armazenamento na Ouvidoria – como é o caso da maioria das querelas e das devassas – não foram localizados. Acredita-se que infelizmente todo o acervo que estivera armazenado na Ouvidoria de Paranaguá acabou sendo perdido, considerando a busca por informações nos arquivos em Curitiba, Paranaguá, da cidade de São Paulo e em Lisboa.

5 mil referem-se a fontes produzidas ao longo do século XVIII, um dos fatores pelos quais a segunda metade dos setecentos foi selecionada para na pesquisa.

A outra motivação é por ter transcorrido nesse período o reinado de Dom José I (1750-1777), no qual o Marquês de Pombal pôs em marcha uma série de medidas políticas que pretenderam – e muitas efetuaram – reformas dos aparatos de governo incluindo a administração da justiça. No período posterior, Dona Maria I afastou algumas dessas medidas, ao mesmo tempo em que realizou alterações pontuais. As últimas décadas do XVIII, em específico, corresponderam ao período em que foram organizados conselhos régios com a finalidade de debater e exarar pensamentos acerca da reformulação do direito criminal e do direito “público” do reino. Ou seja, o recorte temporal fora realizado com o objetivo de compreender como esses movimentos refletiram nas normatividades da América Portuguesa no que tange ao direito criminal expresso nos processos crime e às vivências femininas.

Para apurar os casos crime com envolvimento de mulheres entre os anos 1750 e 1800, foram consultados e lidos 2.455 autos¹²⁹ judiciais, entre cíveis e criminais, das jurisdições dos Juízos Ordinários das vilas de Curitiba e de Paranaguá e da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá¹³⁰ entre os anos de 1750 e 1800.¹³¹ Destes, 282 correspondem a autos crime, dos quais 54 envolveram mulheres. O foco da investigação é, pois, as vilas de Curitiba e de Paranaguá. Neste novo recorte, restaram 199 autos, 43 envolvendo mulheres. A classificação escolhida para o desenvolvimento do trabalho foi amparada entre crimes contra a ordem moral e crimes contra a vida e a integridade¹³², mantendo a linha de análise aos conflitos e à violência. Com esta triagem, restaram 28 autos completos e incompletos.

Correspondem a 20 casos ocorridos vez que para algumas das ocorrências há mais de um auto, estando completo ou incompleto. A numeração dos casos classificando-os a partir dos crimes é: 7 casos contendo crimes contra a ordem moral (estupro, incesto, adultério, rapto e tratos ilícitos)¹³³ e 13 casos de crimes contra a vida e a integridade (mortes, envenenamento, infanticídio, ferimentos e ameaça).¹³⁴

¹²⁹ Utiliza-se o termo “autos” em vez de “processos” para definir a documentação pesquisada considerando a extensa fragmentação dos feitos crimes. Isto é, não necessariamente todos os códices contêm documentos inteiros, muitas vezes mantêm autos crimes incompletos, apenas uma petição, um rol de testemunhas ou um auto de prisão, a exemplo. Ver Tabela I no item 3.2.

¹³⁰ Da jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá existem procedimentos das vilas de Paranaguá, Curitiba, Castro, Lapa, Iguape, Cananeia, São Francisco e Lages.

¹³¹ Caixas 21 a 114, documentos de códices PB 045.PC694.21 a PB 045.PC3218.114.

¹³² LAS HERAS SANTOS, José Luis de. **La justicia penal de los Austrais en la corona de Castilla**. 2 ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

¹³³ Dentre estes, 3 casos de estupro, 1 adultério e rapto, 1 incesto e rapto, 1 incesto e 1 “tratos ilícitos”.

¹³⁴ São 3 casos envolvendo questões de morte, 1 infanticídio, 2 casos de envenenamento, 6 de ferimentos (sendo 2 com injúria) e 1 ameaça.

É importante mencionar que metodologicamente no curso da investigação tem-se em mente que o estudo a um número pequeno de casos – já que 43 autos (tratando de 20 casos) para um período de 50 anos não representa uma quantidade exaustiva – pode não deixar auferir rapidamente os aspectos de maior reprodução nos foros analisados, normalmente concluídos após extensa coleta quantitativa de processos judiciais. Contudo, permite por entre as linhas conhecer algumas das características cotidianas, dos costumes, da cultura locais e das dinâmicas sociais, englobando as plausibilidades da aplicação do direito de Antigo Regime em meio à normatividade característica deste contexto. Muito comumente, ainda, deixam entrever o que era considerado, ou posto, como padrão no que tange à performance no e do foro sem deixar à margem a gama de elementos particulares. O foco, inclusive, se dá muito mais nestes do que nos elementos gerais. É nesta linha de análise que a pesquisa tem seguido.

O viés metodológico de estudo dos processos segue a perspectiva de Carlo Ginzburg¹³⁵, através da qual o cerne é exatamente a interpretação de aspectos marginalizados, que extrapolam os espaços mais gerais – que neste trabalho correspondem ao Império Ultramarino Português como um todo e à América Portuguesa em toda sua extensão. Em uma análise histórica, um "caso-limite" – que parte de dados a um primeiro momento negligenciáveis – pode se revelar significativo por auxiliar na visualização e na compreensão do cerne de acontecimentos mais frequentes ao mesmo tempo em que permite a visibilização de aspectos mais latentes, mais particulares.¹³⁶ Ou seja, contém as características próprias do local, os modos de reprodução de culturas específicas, percebendo também os elementos comuns circulantes no período histórico em questão, visto que as regras de pensamento e de formatos de organização citadina acabam introjetadas nos espaços locais. Assim, são zonas privilegiadas que permitem o decifrar de realidades opacas.¹³⁷

A seleção das vilas de Curitiba e de Paranaguá segue, aliás, esta mesma orientação. Encontram-se em um espaço fronteiriço não somente no interior do Império Ultramarino Português como também na América Portuguesa. Estão localizadas em uma região afastada em comparação com as principais vilas imperiais. Para além, a vila de Curitiba em especial pode ser reconhecida como região limítrofe também por não se localizar em região litorânea. Assim, entende-se que a região se configura em um espaço privilegiado de visualização da reprodução

¹³⁵ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 149-152.

¹³⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 21.

¹³⁷ *Ibidem*, 2014, p. 177.

dos costumes locais e das regras imperiais circulantes na América Portuguesa, constituindo o direito local.¹³⁸

Por fim, a opção feita neste trabalho nas passagens em que há a citação direta das fontes manuscritas foi pela atualização ortográfica sem alteração da pontuação e das construções gramaticais. Entende-se que a grande variação na escrita dos escrivães, a existência de muitas palavras grafadas com abreviação e a junção de várias palavras atualmente grafadas separadamente comprometeriam a fluência do texto ao leitor. No que tange às citações diretas de fontes que foram objeto de publicação – tais como Ordenações, leis, textos de doutrinas e manuais e os Boletins do Archivo Municipal de Curitiba¹³⁹ –, a opção foi pelo respeito à grafia como consta na edição consultada do documento.

Estrutura do trabalho

A presente tese foi construída em duas partes, cada uma contendo três capítulos. A primeira parte objetiva construir uma moldura para a localização dos objetos de estudo. Assim, no primeiro capítulo foi exposto um panorama acerca da sociedade de Antigo Regime português e da justiça criminal, evidenciando a configuração corporativa da monarquia portuguesa, a existência de uma ordem jurídica criminal no Império Ultramarino e a conformação da justiça criminal na América Portuguesa. O segundo capítulo se dedicou à compreensão das representações femininas circulantes na metrópole e na colônia e compartilhadas entre as searas teológica, médica e jurídica, bem como as influências exercidas no direito criminal e no processo criminal no tocante ao tratamento direcionado às mulheres. No capítulo três, são expostos os contornos da configuração sócio-política das vilas de Curitiba e de Paranaguá localizando também o contexto das instituições de administração da justiça locais. Assim, foi possível apresentar o cenário específico e a conjuntura social em que se desenvolveram os processos judiciais trabalhados.

Dados os elementos que constituem o pano de fundo da investigação, na segunda parte do trabalho o foco são as mulheres e os processos crime. A forma selecionada para apresentação dos 20 casos coletados foi a classificação a partir dos crimes tendo em vista que deste modo é possível realizar um diálogo entre os acontecimentos surgidos nas fontes. Assim, os capítulos

¹³⁸ PEREIRA, 2013, pp. 579-581.

¹³⁹ Coleção dos documentos da Câmara Municipal de Curitiba transcritos por Francisco Negrão (NEGRÃO, Francisco (ed.). **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. vols. I a XVIII. Curitiba: Impressora Paranaense, Livraria Mundial, 1906-1925).

– após exposição de pesquisas sobre a presença feminina em Curitiba e em Paranaguá a partir dos processos jurídicos – dividem-se nas seções a respeito dos crimes contra a ordem moral e contra a vida e a integridade. Neles, as análises dos casos são realizadas ao longo das descrições dos processos, estabelecendo diálogo com as representações, a legislação, a doutrina, a documentação eclesiástica na medida em que as fontes assim o requerem. Ainda, o esforço é pela conexão com questões teóricas e pesquisas atinentes aos temas conforme os assuntos aparecem.

Por derradeiro, os anexos que contêm as listas de juristas mencionados e de testemunhos dos casos analisados pretendem colocar-se à disposição como material para consulta quando necessário. A pretensão é possibilitar a localização dos doutrinadores no contexto histórico, situando-os nos séculos em que produziram suas obras e nos locais em que detiveram seus estudos jurídicos. No que tange aos depoimentos, o anexo objetiva possibilitar a percepção de algumas das características específicas dos personagens que estiveram em juízo para declarar as narrativas através das quais os processos seguiram curso. O último anexo refere-se a uma amostragem das fontes principais deste trabalho no intento de permitir a visualização da documentação histórica trabalhada bem como a aproximação da leitora e do leitor à pesquisa desenvolvida.

PARTE I

JUSTIÇA CRIMINAL E REPRESENTAÇÕES FEMININAS

1. JUSTIÇA CRIMINAL NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS

Antes de adentrar à análise específica dos processos criminais que tramitaram nas vilas de Curitiba e de Paranaguá, das personagens trazidas à luz neste trabalho e suas trajetórias, resgatando as representações sobre as mulheres no Antigo Regime português e destacando os usos que fizeram das normatividades e as estratégias que nesse sentido desenvolveram, é importante a apresentação, embora sumária, dos contornos do direito criminal e do complexo da ordem jurídica no período moderno português. Nesta primeira parte o objetivo é, também, localizar a pesquisa na espacialidade do espectro do Império Ultramarino Português, ligando os espaços às redes imperiais, apresentando um panorama que serve de localização contextual das fontes trabalhadas.

Seguindo a perspectiva de António Manuel Hespanha para as dinâmicas jurídicas, acredita-se que através do ramo jurídico – abarcando suas complexidades e seus diversos níveis – é possível compreender o que se passava nas realidades pensada e praticada. A análise destes elementos permite perceber a dimensão dos cotidianos e dos costumes sociais, o que era de comum acontecimento, quais comportamentos configuravam ação ou reação a determinados padrões, quais a que se desejava extinção, ou aqueles fomentados, a quais padrões os sujeitos deveriam corresponder.¹⁴⁰

O direito no contexto do Antigo Regime português configurava-se muito mais como uma ordem jurídica do que um corpo encerrado de normas e leis positivadas. Desta afirmação, portanto, ao direito criminal sustenta-se que configurava uma ordem jurídica criminal, situando-se em meio a uma gama de normatividades advindas de diversas dimensões do social – tais como a família, a religião e a Igreja, a comunidade – providas de diferentes mecanismos que atuavam sobre os comportamentos de modo a discipliná-los. A legislação não configurava o único complexo regrador e, ainda mais, na maior parte dos casos não era o prioritário, sendo precedido por elementos cotidianos e adjacentes de controle.¹⁴¹ O fenômeno jurídico abrangia, neste momento precedente ao denominado por Paolo Grossi de modernidade jurídica¹⁴², as esferas da moral e das virtudes e, explícita ou tacitamente em passagens das fontes trabalhadas, atuavam de forma a moldar vários conteúdos.

¹⁴⁰ HESPANHA, 2015, p. 4.

¹⁴¹ HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda editorial, 2012, p. 131-132.

¹⁴² GROSSI, 2007.

Para a definição dos significados do controle de comportamentos no período moderno, apresentam-se os elementos fornecidos pelo conceito de disciplinamento social. Resgatando a ótica de Tomás Mantecón Movellán e de Irene Vaquinhas, a conflituosidade e seus desdobramentos – violência, criminalidade e agressividade – eram fenômenos sociais reproduzidos dentro dos contornos da ordem social e que estabeleciam relações habituais e cotidianas, produzindo vínculos e validando hierarquias sociais. Os conflitos eram, portanto, fatores de formação social, de sociabilidades e mantinham ligação essencial com a existência de uma ordem moral-religiosa e de disciplinamento sociais em seus termos.¹⁴³

A busca pelas normatividades sociais do cotidiano no período moderno associa-se com o disciplinamento como pano de fundo.¹⁴⁴ Desenvolvendo o conceito, Wolfgang Reinhard defende que na primeira modernidade o método utilizado para que os indivíduos assentissem um consenso social para o arraigamento do disciplinamento da sociedade e de si mesmos foi a estratégia da Igreja católica por intermédio das práticas da religiosidade. A ordem moral amparava-se em uma gama de comportamentos virtuosos que, seguidos pelos indivíduos em prol de uma ordem social, garantiriam o bem comum. A disciplina eclesiástica católica, conforme Heinz Schilling, correspondia a um expediente que dispunha de permeabilidade entre as camadas sociais em decorrência das práticas de religiosidade, além de, como expõe Federico Palomo, possuir capacidade institucional para tal alcance.¹⁴⁵

Os meios utilizados para a transmissão das virtudes foram reformulados em meados do século XVI pelo Concílio de Trento (1545-1563), mantendo fulcro em um complexo de provimentos de normatizações que atuaram de modos diferentes no seio social com a finalidade da educação com viés moral. As estratégias consistiam em catequização – associada à educação –, pregação, produções escritas, encenações teatrais, celebrações, festas e confissão¹⁴⁶, e

¹⁴³ VAQUINHAS, 1995, p. 274; MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 23; 2014, p. 55.

¹⁴⁴ O conceito foi desenvolvido no contexto da historiografia alemã por Gerhard Oestreich em crítica ao pensamento de centralização e absolutismo para os poderes monárquicos europeus no período moderno, temática desenvolvida por Hespanha para Portugal. A publicação em alemão data de 1969 e a tradução para português foi publicada em 1994: OESTREICH, Gerhard. Problemas estruturais do absolutismo europeu. In: HESPANHA, 1994b, pp. 179-200; REINHARD, Wolfgang. Disciplinamento sociale, confessionalizzazione, modernizzazione. Un discorso storiografico. In: PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994, pp. 102-103; PALOMO, Federico. "Disciplina christiana". Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de História Moderna**, Madrid, n. 18, pp. 119-136, 1997, pp. 119-120.

¹⁴⁵ REINHARD, 1994, pp. 103-104; SCHILLING, Heinz. Chiese confessionali e disciplinamento sociale. Un bilancio provvisorio della ricerca storica. In: PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994, pp. 125-142; PALOMO, 1997, pp. 121-122.

¹⁴⁶ A confissão voltava-se à disciplina interna como finalidade primeira, caracterizada pela interação subjetiva e não pública entre padre e fiel, com um expediente de interrogatório contendo os valores morais e religiosos do catolicismo. Amparava-se na concepção católica de purificação e salvação, combinada ao exercício espiritual e à

deveriam ser exercidas pelas instituições religiosas de assistência, pelas escolas criadas por bispos, pelas paróquias e pelas missões de ordens religiosas.¹⁴⁷

As monarquias europeias entre os séculos XVI ao XVIII, muito embora deva-se relativizar a lógica de um projeto de centralização em atenção à complexidade social e até mesmo a ausência desse molde de mentalidade, vislumbraram no processo de dissipação dessas estratégias possibilidades de alastrar os braços institucionais. Assim, o gradual aumento de aparatos de administração régia paralelamente às instituições eclesiásticas foram fenômenos que aconteceram de forma associada. Ao disciplinamento social secular era acrescentado o reforço do sentimento de pertencimento das possessões ao domínio régio, à cooperação da Igreja a nível institucional e ao incremento na difusão da disciplina aos comportamentos sociais, ocasionando uma progressiva transformação da consciência moral e, consequentemente, do comportamento social no sentido da padronização dos súditos.¹⁴⁸

Nessa conjuntura, a Companhia de Jesus deteve grande importância sobretudo no tocante à catequização e à educação. A fundação de instituições educativas, cuja pedagogia assentava-se no ensino de virtudes juntamente às letras, consistiu em estratégia de êxito que permitiu à ordem religiosa a preponderância no campo educativo europeu. Acrescidas a isso, as relações estabelecidas com grupos dirigentes e centros de poder político favoreceram as redes de influência da Companhia, permitindo a propagação pedagógica embasada em saberes da filosofia aristotélica e na teologia de tradição Escolástica que contemplavam um regime disciplinar de atitudes cotidianas dentro das virtudes cristãs. A aprendizagem e a fiscalização no interior de hierarquias eclesiásticas contribuíram para a fixação, transmissão e reprodução de normas de disciplinamento social.¹⁴⁹

Contudo, insta salientar que esses fenômenos ocorreram de modos muito particulares a depender das relações entre o papa e os reis. O ingresso das diretrizes em Portugal foi realizado pelos representantes enviados ao Concílio, posteriormente submetidas à autorização do monarca e recepção dos decretos em 1564. No mesmo ano foram traduzidos para o português, ordenando-se às justiças que facilitassem o desempenho das atribuições dos dignitários e juízes eclesiásticos.¹⁵⁰ Assim, as hierarquias eclesiásticas detiveram uma expansão

interiorização do arrependimento. A purificação era materialmente representada pela comunhão realizada após o cumprimento das penitências postas pela confissão, isto é, apenas seria alcançada se respeitadas as etapas anteriores que pressupunham a interiorização dos comportamentos morais e religiosos disseminados pela disciplina eclesiástica (SCHILLING, 1994, pp. 156-158).

¹⁴⁷ *Ibidem*, pp. 125-136, 143-154; PALOMO, 1997, pp. 121-122.

¹⁴⁸ REINHARD, 1994, pp. 113-114.

¹⁴⁹ SCHILLING, 1994, p. 154; PALOMO, 1997, p. 130.

¹⁵⁰ BRAGA, Isabel Drumond. **A bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir mal do sacramento do matrimônio?** Hugin Editores, 2003, p. 22.

no tocante ao poder jurisdicional, sobretudo em locais nos quais a presença régia era mais escassa.¹⁵¹

Especificamente na América Portuguesa, as complexidades se acentuavam. O catolicismo foi inicialmente propagado e organizado pelos jesuítas com incentivo da coroa portuguesa, instituindo o Padroado e sustentando as missões em terras coloniais. As diretrizes tridentinas não detiveram a priori preocupações centrais relativas às regiões ultramarinas, muito embora durante as sessões houvesse sido criado o bispado da Bahia (1551) – o único colonial até 1676, quando a prelazia do Rio de Janeiro foi transformada em diocese.¹⁵²

A partir do XVII, foram disseminados alguns modelos de instituições eclesiásticas – com maior impulso no XVIII –, porém a fluidez – ou, como expõe Ronaldo Vainfas, a fragilidade¹⁵³ – destas organizações parece ter sido a regra. Nuances como a ausência de visitas pastorais com regularidade, a falta de párocos, o largo espaço de atuação de capelães vinculados a engenhos, as permissibilidades ao descumprimento dos sacramentos, as particularidades sociais pela convivência entre brancos, indígenas e negros, escravizados e livres, e a larga permanência de práticas pagãs e sincréticas criaram situações de religiosidades multifacetadas e bastante peculiares.¹⁵⁴ A presença do paganismo e do sincretismo – incluindo mesclas do catolicismo, religiões africanas e indígenas e do judaísmo – e de práticas mágicas vivida no cotidiano colonial são os elementos mais evidenciados por Laura de Mello e Souza¹⁵⁵, as nuances no tocante às normas morais sobre sexualidade, a tolerância às transgressões sexuais são os fatores ressaltados por Vainfas e as práticas de casamentos clandestinos foram destacadas por Maria Beatriz Nizza da Silva e por Luciano Figueiredo.¹⁵⁶

Entretanto, a estratégia da “pastoral do medo”¹⁵⁷, pela qual pairava a constante ameaça divina ao cometimento do pecado, marcava o pensamento cristão disseminado sobretudo pelos jesuítas na colônia. Mesmo que a prática estivesse premida de uma série de elementos que a tornavam mais flexível, os aparatos eclesiásticos intentavam o domínio da conscientização individual e a redenção das almas, especificamente tratado no sacramento da confissão. Na judicialização das condutas, o pecado adquiria vestes de crime, a confissão era o elemento que visava ao reconhecimento da culpa e o objetivo apontava na direção da emenda do mau comportamento. As estratégias e os conteúdos morais e religiosos de disciplinamento que

¹⁵¹ PALOMO, 1997, p. 125.

¹⁵² SOUZA, L., 1986, pp. 86-100; VAINFAS, 2011, pp. 19-24.

¹⁵³ VAINFAS, 2011, p. 40.

¹⁵⁴ SOUZA, L., 1986, pp. 86-100; VAINFAS, 2011, pp. 25-27.

¹⁵⁵ SOUZA, L., 1986, pp. 86-100.

¹⁵⁶ VAINFAS, 2011, pp. 25-26; SILVA, M., 1984; FIGUEIREDO, 1997, p. 34.

¹⁵⁷ DELUMEAU, Jean. Apud VAINFAS, 2011, p. 43.

pautavam a justiça eclesiástica eram compartilhados também pela justiça régia, marcando o contexto jurídico da colônia por uma doutrinação moralizadora.¹⁵⁸

A própria dinamicidade das diversas sociedades em diferentes momentos históricos era percebida nas normatividades, não sendo possível cristalizá-las em regras estáveis. Ou seja, o complexo normativo que integrava o disciplinamento social para o controle de comportamentos era composto por regras em uso social, em reprodução de costumes, em movimento – noções, estas, fomentadas pelas instituições.

A produção legislativa levada a cabo pelas organizações institucionais não pode ser compreendida enquanto desejo por uma regulação efetiva. O objetivo era muito mais a afirmação enfática de um conjunto de valores sociais disseminados pelas normatividades e defendidos pelos aparatos de administração do poder enquanto parâmetros mínimos de convivência social. Retomando o prisma de Hespanha, compreende-se que a ordem jurídica criminal configurava um “sistema axiológico subjacente”, amparado em valores morais e de virtude muito mais para a expressão dos comportamentos sociais desejáveis do que para a condenação e punição dos agentes.¹⁵⁹

As normatividades, compreendendo os valores e as virtudes, configuravam um dos elementos presentes nas dinâmicas de trocas existentes no Império Ultramarino Português. Esses movimentos têm sido compreendidos pela historiografia brasileira das últimas décadas enquanto uma “rede de fluxos”, conceito que pretende realizar o descentramento e a complexificação da ideia de configuração imperial com centro e periferias. Desenvolvido pelos historiadores Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso, a definição foi empregada no objetivo de ressaltar os agentes, os sujeitos, com esquemas explicativos menos abstratos e referentes a pequenos grupos (grupos de parentes, associações políticas, grupos mercantis), porém os traços dessas redes foram encontrados na ideia de “comunicação política”.¹⁶⁰ A reflexão orienta para a atenção além dos sujeitos envolvidos, lançando luz à rede enquanto processos comunicativos que estabelecem ligações ao longo do império. Na ótica de João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro¹⁶¹, representava uma via de mão dupla, através da qual os territórios imperiais comunicavam-se entre si.

¹⁵⁸ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 31-32, 51-53; LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 68-73.

¹⁵⁹ HESPANHA, 2012, p. 131-132.

¹⁶⁰ Com o passar dos anos, pois, tem sido utilizado e refinado por historiadores não apenas da Universidade Federal Fluminense (GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010).

¹⁶¹ FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Ainda, destaque-se que esses autores concordam que a sociedade colonial era constituída de um “sistema de normas” impregnado por “incoerências e fraturas” em razão da própria abertura ao cotidiano. Uma organização social partilhada pelos seus agentes, que viabilizava as relações sociais e que não compreendia uma normatização rígida e coerente; pelo contrário, era porosa e por vezes contraditória em razão de seu contínuo movimento.¹⁶² Esta lógica estava presente em virtude da própria concepção corporativa de sociedade e consequente pressuposição de autonomias relativas aos poderes locais. A este respeito, importa referir a monarquia corporativa e como a ordem jurídica e a administração da justiça funcionavam em seu interior.

1.1 ORDEM JURÍDICA CRIMINAL E MONARQUIA CORPORATIVA

Ao tratar de temas referentes ao direito – e com o objetivo de tecer um estudo atento à importância das particularidades da construção dos aparatos de controle da justiça no Antigo Regime português –, importa expor algumas considerações a respeito da questão do “Estado” no sistema político da época moderna.¹⁶³ Embora o debate esteja bastante sedimentado na seara historiográfica¹⁶⁴, faz-se estas considerações sumárias para que seja possível a visualização da ordem jurídica enquanto fenômeno em reprodução em uma sociedade cujos corolários de atuação diferem das noções essencialmente carregadas pelo paradigma “estadualista”.¹⁶⁵ O sistema político do período moderno não se fundava numa lógica de poder centralizado e global, em que as unidades políticas prestariam auxílio e participação na efetivação deste poderio.¹⁶⁶ A lógica de um poder político concentrado em uma entidade emanadora e delegadora de funções representa uma forma mais recente de distribuição do poder, desenvolvida ao longo

¹⁶² GOUVÊA; FRAGOSO, 2010, pp. 12-13.

¹⁶³ HESPANHA, 2012, p. 116.

¹⁶⁴ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 165-166.

¹⁶⁵ De acordo com este paradigma, o poder político estaria ligado ao Estado, dotado naturalmente de suas instituições e pautado por ideias de racionalidade, imparcialidade e igualdade. Em decorrência, o ente racional carregaria a diferenciação nítida entre os âmbitos público e privado, a crença de que o seu poder seria, na realidade, a representação da vontade geral, de que a justiça oficial seria a única forma de solução de conflitos, sempre amparada na relação essencial entre direito e lei. Nestes termos, o direito corresponderia ao “oficial-estatal” e a dogmática, a ciência do direito e o pensamento jurídico seriam áreas externas complementares. (HESPANHA, 2005. Pp. 49-52; HESPANHA, António Manuel. A historiografia jurídico-institucional e a “morte do Estado”. **Anuário de filosofía del derecho**, Madrid, n. 3, pp. 191-228, 1986).

¹⁶⁶ HESPANHA, 1994b, pp. 40-41.

dos séculos XVII e XVIII a partir de pensadores denominados iluministas, porém passou a adentrar aos aparatos de poder em fins do XVIII.¹⁶⁷ Nesses termos, sustenta-se que a configuração de um sistema de “Estado”, nos termos do descrito pela literatura política supracitada, apenas produz efeitos na realidade praticada – para além da realidade pensada – em meados do século XIX. Nas palavras de Hespanha, “Realmente, o que é difícil na história do mundo é encontrar Estados centralizados, não o contrário.”¹⁶⁸

A “matriz de organização política”¹⁶⁹ da sociedade de Antigo Regime desenvolvia-se a partir da noção corporativa de sociedade. Isto significa afirmar que esta concepção moldava o imaginário social a respeito da sociedade e do poder, explicando as condicionantes e os modos de organização e de distribuição desse poder.¹⁷⁰

O ponto de partida para a explicação dessa sociedade é a compreensão acerca do coletivo e do individual. O pensamento social medieval era dominado pela ideia de ordem universal (o *cosmos*), girando em torno da noção de organizações supra individuais, utilizando a metáfora do corpo enquanto a imagem da comunidade política-social. A sociedade, assim, era vista enquanto um organismo vivo, e a organização administrativa seguia este modelo: o rei corresponderia à cabeça e os demais grupos políticos, às articulações institucionais, todas partes do mesmo corpo e cada uma dotada de uma função específica no seio social. A atribuição régia era a manutenção do equilíbrio nas relações entre os grupos políticos nos termos de uma ordenação natural, com auto-organização e auto-regência em razão de suas finalidades específicas.¹⁷¹

A perspectiva tomada era aquela expressa por São Tomás de Aquino, qual seja, de que a ordenação natural das coisas era uma dádiva de Deus, e a manifestação divina dentro dessa ordem era dada pelas simpatias naturais, que atraíam as coisas para junto uma das outras. Esses afetos/essas simpatias seriam atraídos pela natureza diversa de cada coisa e seriam expressos por diferentes níveis de sensibilidade (como intelectual, racional, animal ou natural). Ou seja, a ordem natural ocorria em razão de sentimentos naturais e plurais que permeavam os corpos sociais. Isso explica em grande medida o porquê do caráter estrutural de determinados

¹⁶⁷ HESPANHA, 1994a, p. 296.

¹⁶⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. Os juristas como couteiros: a ordem na Europa ocidental dos inícios da Idade Moderna. In: HESPANHA, Antônio Manuel. **A política perdida: ordem e governo antes da modernidade**. Curitiba: Juruá, 2010a, p. 20.

¹⁶⁹ HESPANHA, 1994a, p. 297.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 295.

¹⁷¹ HESPANHA, 1994a, pp. 298-300; COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2010, pp. 106-107.

dispositivos disciplinares – como a religião, o amor, a amizade, a honra, a vergonha, a magnanimidade, a gratidão.¹⁷²

As funções exigidas eram, portanto, orientadas neste sentido, definindo a cada parte do corpo uma função específica, cooperando cada qual ao seu modo para a manutenção da ordem social, o fim comum. A auto-regência dos organismos, seguindo esta perspectiva, não comprometia o equilíbrio, era antes um pressuposto para o funcionamento do corpo.¹⁷³

Dentro desse espectro, os juristas medievais representavam uma espécie de protetores desse mundo multiordenado. Não tinham como atribuições, nem mesmo qualquer objetivo neste sentido, de criação, reordenação ou ressignificação dessa ordem. A atuação destes personagens era orientada no sentido de manutenção da organização natural, que por si só já era detentora do equilíbrio desejado/pensável, a partir dos recursos retirados dos dispositivos supracitados – as sensibilidades. As atribuições dos juristas, então, eram reproduzir a ordem jurídica como espontaneamente surgia, observando, refletindo, sentindo, acreditando, meditando, lembrado e interpretando toda a pluralidade de ordens existentes e encontrando formas de aplicar a hermenêutica divina.¹⁷⁴

Disso, decorre a lógica de indispensabilidade dos diferentes organismos sociais e a impossibilidade de um governo político absolutamente centralizado. O governo deveria ser mediato, repousando na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*, nos termos de Clavero¹⁷⁵ e de Costa¹⁷⁶) dos corpos sociais e respeitando sua articulação natural. O apuramento deste conceito, realizado pela dogmática jurídica medieval, foi o elemento que permitiu a distinção de diferentes dimensões e âmbitos de exercício do poder, sendo possível a conceitualização de um complexo de relações políticas no interior de um “sistema de poder essencialmente pluralista”.¹⁷⁷

No interior desse sistema, a função da cabeça não seria destruir a autonomia dos corpos sociais hierarquicamente inferiores ou realizar alguma espécie de tomada de controle sobre todo o corpo social. Antes, a atribuição régia seria representar a unidade do corpo e manter a harmonia e o equilíbrio entre seus constituintes através de uma justiça comutativa, atribuindo a cada um o que lhe é próprio através de seu estatuto específico. À essa finalidade correspondia a crença dos juristas no significado do poder político, isto é, a manutenção da ordem social. A

¹⁷² HESPANHA, 2010a.

¹⁷³ HESPANHA, 1994a, pp. 299-300.

¹⁷⁴ HESPANHA, 2010a.

¹⁷⁵ CLAVERO, Bartolomé. **Antidora**: antropologia católica de la economía moderna. Milano: Giuffrè Editore, 1991.

¹⁷⁶ COSTA, P., 2010.

¹⁷⁷ HESPANHA, 1994a, p. 302.

justiça era dada, pois, com base na diferença, na hierarquia, nos estados e privilégios. Essa diferença mantinha, em grande medida, legitimação com base na maior ou menor dignidade das funções que lhe eram naturalmente, e essencialmente, atribuídas.¹⁷⁸

A ideia de uma sociedade naturalmente estratificada estava em conjunto com a lógica de uma sociedade naturalmente ordenada. Esta ordem natural não significava somente um objetivo coletivo, representando também o direcionamento da ação individual. A partir deste “ideal de interação política” e da compreensão de que a estratificação social igualmente fazia parte da ordenação natural do mundo, consequentemente criara diferentes estatutos sociais, vinculados a determinados grupos – que a teoria social e jurídica de Antigo Regime denominada ‘estados’ ou ‘ordens’ – cada qual com a conformação de quais seriam suas funções, lidas a partir da tradição e da natureza. Isto é, cada organismo possui uma função específica e diferenciada, e por esta razão que a autonomia deve ser a eles conferida para que seja possível o desempenho das suas funções. Essa noção da autonomia funcional, segundo Hespanha, está ligada à lógica do auto-governo ao qual o pensamento jurídico medieval atribuiu o poder de fazer leis e estatutos, de constituir magistrados e de julgar os conflitos e emitir comandos.¹⁷⁹

Especificamente quanto às questões de gênero e, consequentemente nessa seara, às de representação, as mulheres eram tidas como naturalmente detentoras de menor dignidade que os homens. Não eram, assim como os “varões”, a imagem e semelhança divinas, fator que atuava diretamente na compreensão de seus privilégios e estatutos social e jurídico. As condições “naturais” – as representações – de fraqueza e fragilidade colocavam o gênero feminino no posicionamento passivo das relações sociais e pessoais, bem como em grande medida marcavam as demais normatividades existentes ao seu redor. Ou seja, a mulher deveria sempre estar sujeita à tutela de algum homem visto que não seria capaz de reger a si mesma e, em decorrência da natural ignorância, seria incapaz de conhecer o direito. Era equiparada, no tocante a determinadas capacidades jurídicas, às crianças em decorrência destas fraqueza e fragilidade e, em relação à fraqueza intelectual, aos rústicos pela incapacidade de compreensão das normas jurídicas. Essa opinião, sustenta Hespanha, era unânime entre os juristas portugueses do período e os textos determinavam, em decorrência, a sujeição à *potestas* do pai ou à curatela do marido.¹⁸⁰ As fontes, contudo, lançam luzes a realidades mais complexas sobre as representações, a condição, o estatuto e os estados sociais apreendidos sobre as mulheres, teorizados e reproduzidos pelas dinâmicas da seara jurídica como será visto adiante.

¹⁷⁸ HESPANHA, 1994a, p. 300; HESPANHA, 2010b, p. 57.

¹⁷⁹ HESPANHA, 1994a, pp. 300-308.

¹⁸⁰ HESPANHA, 2010b, pp. 102-116.

Isto é, destaca-se que o universo dos titulares de direitos era compreendido diretamente a partir dos estados apreendidos pelos sujeitos em decorrência dos grupos aos quais estavam integrados. Um mesmo sujeito que partilhasse de funções em diferentes grupos sociais poderia deter os estatutos jurídicos de todos, constituindo uma pluralidade de pessoas em um mesmo indivíduo, apagando a materialidade física e psicológica individual. Não havia necessariamente uma correspondência a um substrato físico, “passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face, situação ou estado em que um indivíduo se lhe apresenta”.¹⁸¹

Neste ponto da apreensão dos indivíduos e grupos pelo direito enquanto uma estratégia de conceitualização para o entendimento do social pela dimensão jurídica – bem como a reprodução do substrato jurídico nas questões sociais¹⁸² –, recorre-se a Raphael Bluteau¹⁸³, no seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, para a possível visualização das nuances do significado de “pessoa”. Para o autor, a acepção era de

individual substancia da natureza intellectual; masculino, ou feminino individuo da natureza humana. Tanto tem hum homem de pessoa, quanto tem de razaõ; por isso o bruto não he pessoa, porque não he racional. Pessoa se diz assim do homem, como da mulher. Pessoa muito douta, muito prudente, se for homem, dirseha *Homo doctissimus, homo consideratissimus*, ou *vir circumspectissimus*; se for mulher, diremos, *Mulier doctissima, faemina consideratissima*. (...) Pessoa. Por pessoa às vezes se entende o corpo, a figura, & o extrior do homem, ou da mulher, & neste sentido se poderá dizer, *Corpus, oris. Neut.* ou *species, ei. Fem.* ou *habitus, ús. Masc.* ou *habitus oris ac totius corporis* Bem feyto de sua pessoa. (...).¹⁸⁴

Eram, portanto, as qualidades, e não a natureza biológica, que influíam nos estatutos jurídicos. A própria divisão de grande parte dos textos da tradição jurídica doutrinária tratava das questões sobre o “gênero homem” a partir de categorização das qualidades das pessoas quanto a seus deveres e direitos no seio social. Assim, as classificações partiam, a grosso modo,

¹⁸¹ *Ibidem*, pp. 58-59.

¹⁸² Tendo em vista a retroalimentação existente entre estas searas – não tão delimitadas enquanto possa se fazer ver a um primeiro momento –, é possível afirmar que o movimento de teorização e “criação” de conceitos por parte do universo jurídico não somente é influenciado pelo social mas como, também, os alimenta e os influencia nas mesmas medidas e proporções. O saber dos juristas era voltado à prática, à interferência, ao mesmo tempo em que a descrição era realizada nas suas formas de visualizar o mundo em que viviam; assim, pois, dirigiam o saber ao direcionamento dos comportamentos ao mesmo tempo em que, em confronto à realidade a que estavam expostos, propunham soluções possíveis, plausíveis, na intensão de suscitar consensos. Por esta razão que é adequado afirmar que a visão jurídica do mundo do período moderno “pressupõe este contínuo trânsito entre ‘cultura’ de um grupo e a ‘natureza’ de todos”. (HESPANHA, 2015, pp. 3-4, 12, 14).

¹⁸³ D. Raphael Bluteau, nascido em Londres filho de franceses, expressava-se a partir da vivência religiosa como clérigo regular, com formação em Paris e em Roma. Embora tenha vivido em várias regiões da Europa, passou a maior parte da vida em Portugal (SILVA, Innocência. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo septimo. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862, pp 42-44).

¹⁸⁴ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720, pp. 466-468.

de estados como livres, escravizados, libertos, pais, filhos, tutores, curadores e pupilos.¹⁸⁵ Bluteau expôs que, dentre uma grande sorte de significados, estado também era o “Genero de vida. (...) Modo de viver. Neste sentido. Estado he grao de alguma excellencia, ou occupação espiritual, ou temporal, não quer dizer *Estado*, immobibilidade de cousa que está sem se mover”.¹⁸⁶ Ou seja, errôneo acreditar que os estados não possuíam dinamicidade; tendo em vista que -configuravam papéis sociais, muito comumente estavam a ser ocupados e desocupados pelos agentes na dependência dos elementos da vivência em sociedade. O autor finaliza este trecho exemplificando esta denominação de estado com a frase “Tenho huma filha mayor, a que não posso dar estado, porque não tem dote (...). Dar estado a sua filha casandoa”.¹⁸⁷ O estado feminino a que fez alusão pressupunha, pois, uma série de deveres familiares, jurídicos e sociais, entrando por certo nas qualidades de pessoa.

O dar ou tomar estado às mulheres significava localizá-las nas posições sociais hegemônicas daquele período, isto é, casadas ou religiosas, e não raro as famílias de estratos médios buscavam esses estados como modo de demonstração de prestígio e de ascensão sociais.¹⁸⁸ O modo como este pensamento se traduz no seio da sociedade é através da representação de uma qualidade da natureza dos sujeitos. Dessa feita, a sociedade se analisa a partir dos “grupos de indivíduos portadores da mesma função e titulares de um mesmo estatuto”.¹⁸⁹

As funções, os estatutos e a integração grupal dos indivíduos acabavam sendo definidos pela tradição, alocando-os em seus lugares sociais tradicionalmente ocupados. Estes termos permitem afirmar que o estatuto social não era definido pela situação na qual as pessoas se encontravam, mas por uma “posse de estado” estabelecida pela tradição familiar ou grupal, pelos usos e pela fama. Não se deseja defender a inexistência das possibilidades de mobilidade social no interior deste sistema, mas destacar as práticas de uma sociedade hierarquizada e estratificada com fundamentos na tradição, nas lógicas de essencialidade e de natureza das coisas, reforçada pela ideia de virtudes decisivas (constitutivas da fama) e pela observância dos direitos e deveres de cada lugar social.¹⁹⁰

Disso se retira que estado eram papéis sociais cabíveis a vários indivíduos e acumuláveis por uma mesma pessoa. Hespanha os coloca enquanto uma situação objetiva,

¹⁸⁵ HESPANHA, 2015, pp. 203-204.

¹⁸⁶ BLUTEAU, 1712, p. 302.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ ALMEIDA, 2005, p. 25.

¹⁸⁹ HESPANHA, 1994b, p. 308.

¹⁹⁰ *Idem*.

tendo em vista constituir-se como uma posição na ordem social, e consequentemente na ordem jurídica, que não dependia da vontade. Colocação esta que carregava em seu bojo uma série de tarefas e deveres, o que leva a afirmar que nas sociedades de Antigo Regime “Homem que não tenha estado não é pessoa”.¹⁹¹ Isto quer dizer que a ausência de qualidade retirava, portanto, a tratativa jurídica. A inexistência de uma posição social que fosse assim incorporada pela seara jurídica findava em retirar as capacidades para atuar no interior das instituições da ordem jurídica.¹⁹²

Portanto, a lógica de estados era apreendida pela ordem jurídica e articulada como forma de refletir sobre o social. Constituíam um movimento de assimilação das questões sociais pelo jurídico bem como de retro influência à sociedade, representando um fluxo em cadeia permanentemente constante e possibilitado, em grande medida, pela característica doutrinal do direito do Antigo Regime português.

1.1.1 Um direito doutrinário

Tomando o movimento de apreensão do social pelo jurídico a partir do exercício de produção textual pelos juristas, pode-se afirmar que a ordem jurídica era muito mais definida pela presença doutrinária do que pela atividade legislativa. Os ditames régios em formato normativo não detinham protagonismo perante as outras fontes do direito e o espaço amplo de produção jurídica era preenchido pela atuação doutrinária, “as leis apenas concretizavam aspectos de detalhe que a doutrina tinha deixado imprecisos”.¹⁹³ Nessa conjuntura destaca-se a presença da tradição jurídica do *ius commune* (o direito comum), que correspondia a um conjunto de normatizações que compunham uma ordem jurídica comum entre as regiões europeias. Não era um direito europeu em termos materiais, reunido em um mesmo documento ou balizado por uma teoria específica criada no período medieval, mas um mesmo núcleo romano-cristão, lido através de uma unidade de “espírito” objetiva estruturada a partir de categorias fundantes do pensamento ocidental. As principais dentre essas categorias circulavam em torno de ideias como “o humanismo cristão, o senso de direito, a vocação a uma missão de

¹⁹¹ HESPANHA, 2015, pp. 203-204; HESPANHA, 2010b, p. 60.

¹⁹² HESPANHA, 2010b, p. 60.

¹⁹³ HESPANHA, 2015, p. 11.

civilização, a concepção universal, isto é unitária e ao mesmo tempo plural, da organização civil".¹⁹⁴

Não se pode, claro, colocar à parte a diferenciação e algumas rivalidades que mantinham a separação dos povos europeus, mesmo porque o direito comum não significava unidade das comunidades. Antes, representava um mesmo estilo de pensamento e uma mentalidade específica no que tange à organização jurídica europeia, cimentada, em grande medida, pela presença massiva do cristianismo e pela construção de uma tradição romana.¹⁹⁵ Constituído nesses moldes, o direito comum não tinha a pretensão de suplantar as regras jurídicas existentes nos locais, mas fornecer instrumentos de justiça nos momentos de lacuna, confluindo lado a lado com aquelas normas consuetudinárias regionais.¹⁹⁶

No interior do contexto dessa tradição, o elemento mais considerado era a *opinio communis*, surgida, segundo Gustavo Cabral, no contexto da pluralidade de obras e da dificuldade em determinar que linha deveria ser seguida pelos juristas que detinham atuação na prática. A terminação correspondia à opinião dos doutores – sujeitos detentores de autoridade e hierarquia, juristas célebres – a respeito dos temas de direito. Não correspondia, à época, pois, a uma maioria generalizada, mas a uma maioria qualificada – distinção esta que resolveria através da hierarquização a pluralidade de opiniões.¹⁹⁷

Ressalte-se que essas espécies de produções intelectuais eram consideradas como uma das principais produções do direito, e, até mesmo, do campo da literatura moderna de modo mais abrangente. O impacto por elas proporcionado à sociedade de Antigo Regime – mantendo a premissa de que o direito descrito vigorava através dos livros – era de auxiliar na modelação das mentalidades de quem os lia, sobretudo professores universitários, estudantes, advogados e

¹⁹⁴ "l'umanesimo cristiano, il senso del diritto, la vocazione ad una missione di civiltà, la concezione universalistica, cioè unitaria ed insieme pluralistica, dell'organizzazione civile." (Tradução livre de: CAVANNA, Adriano. **Storia del diritto moderno in Europa**. Le fonti e il pensiero giuridico, v. II. Milão: Dott. A. Giuffrè Editore, 2005, p 16).

¹⁹⁵ Essa presença do cristianismo amparava o fundamento social na ordenação natural e orientava a estrutura política para que os grupos sociais compostos pelos súditos compartilhassem um sentimento de pertencimento ao império. Reconheciam-se, antes de qualquer identificação à comunidade ou ao povo de que faziam parte, como cristãos, e isso configurava o que Adriano Cavanna denominou de uma cultura comunitária de proporções e de natureza europeias. Outro pilar da estrutura do direito comum foi a tradição romana, recolocada em circulação principalmente no século XII pelas escolas de glosadores e posteriormente dos comentadores a partir da releitura do *corpus iuris civilis*, compilado por Justiniano no século VI. A inserção, na interpretação do *corpus*, dos valores, dos conteúdos e dos significados medievais foi em grande medida realizada através da leitura na perspectiva da noção de equidade, até o ponto em que se tornou compreensível e dialogável com aquela contemporaneidade. A norma resulta reinventada, readequada à aplicação na tradição medieval, portanto com viés prático àquele período. Dessa feita, o direito romano que compunha o direito comum constituía uma experiência jurídica diversa daquela existente ao longo do período anterior no medievo. (*Ibidem*, pp. 15-16; 21; pp. 27-28).

¹⁹⁶ *Ibidem*, pp. 27-28.

¹⁹⁷ Uma das formas de aferir esta qualidade seria verificando o número de edições da obra, o impacto efetivo no pensamento e nas obras de outros juristas, medido pelas citações feitas por outros autores. (CABRAL, G., 2017, pp. 20-22).

magistrados. Ademais, é correto afirmar que alcançavam aqueles que exerciam a operacionalização e a prática jurídica, como escrivães, procuradores e representantes que atuavam nos foros menores, mesmo que estes cargos não exigissem amplo domínio do direito. Hespanha frisa que a acessibilidade aos livros era tida majoritariamente por uma certa parcela da elite, sobretudo aquelas que detinham circulação em ambientes urbanos, porém estas especificidades não fizeram com que os livros deixassem de se disseminar através tanto de outros estratos sociais como outras áreas geográficas.¹⁹⁸

Um dos elementos através dos quais essa disseminação se deu foi pela característica de discurso de brocardos das teorizações dos juristas, fazendo com que as doutrinas fossem convertidas em um instrumento com maior acessibilidade e eficácia através da comunicação oral. Não eram acompanhados da argumentação que lhes dava origem, e muitas vezes não se sabia a origem de um brocardo famoso, entretanto eram comumente aceitos, detinham valor em sua expressividade e extrapolavam os círculos dos leitores de livros. Ainda, existiam as fórmulas ou cláusulas, ferramentas estas um pouco mais extensas que os brocardos utilizadas pelos notários para a atermção das demandas das partes, transformando-as em querelas aceitáveis pelas construções da ordem jurídica¹⁹⁹ e que circulavam mesmo nas franjas do império.

A partir do século XVII o cenário desta literatura passou paulatinamente a ser dominado por tratativas doutrinárias de elementos do direito especificamente português, com enfoque maior às soluções e às construções concretas bem como às repetições praticadas no foro.²⁰⁰ O fomento às doutrinas de direito régio foi maior na segunda metade do século XVIII²⁰¹, sobretudo a partir das medidas político-jurídico-administrativas e das balizas na interpretação das fontes do direito empreendidas pelo Marquês de Pombal. Nesse momento, houve um esforço para que o direito advindo das instituições do rei passasse a ser identificado como o

¹⁹⁸ Mesmo que os livros de direito não fossem muito transportáveis, nem os materiais com os quais eram produzidos muito resistentes a diferentes climas e a pragas, muitos exemplares desta literatura podem ser encontrados não somente nas franjas do reino, mas também nas fronteiras do império. Esta ampla circulação – possibilitada pelas práticas de trocas e movimentação – dava aos locais mais afastados da metrópole elementos para o conhecimento da tradição jurídica letrada mesmo na ausência de bacharéis, oferecendo instrumentos para a padronização do manejo e da aplicação da ordem jurídica (HESPANHA, 2015, pp. 12-13). Para as vilas de Curitiba e de Paranaguá encontram-se passagens que demonstram a circulação de livros nos foros locais versando sobre conteúdos tanto de direito régio quanto do direito comum. Essas evidências são coletadas principalmente do manejo argumentativo realizado pelos procuradores, os quais construíam petições com referências a doutores de ampla influência no império.

¹⁹⁹ *Ibidem*, pp. 12-13.

²⁰⁰ HESPANHA, 1982, pp. 518-519.

²⁰¹ Isto não significa, porém, que não existissem mais doutrinadores que tratassem do direito comum. Juristas, em geral, que tinham formação no estrangeiro e que possuíam carreira universitária comumente mantinham esta tratativa.

direito comum do reino, gradativamente denominado de direito pátrio que convivía com o direito comum. Gradualmente elementos do direito comum foram sendo absorvidos pelo direito pátrio – sobretudo no que tange ao direito “privado”²⁰² –, existindo inclusive uma relação de complementariedade recíproca.²⁰³

Em termos de documentos normativos produzidos em Portugal – ou, como já mencionado, o conjunto que ao longo do século XVIII passou a ser denominado direito pátrio – para o período trabalhado na presente investigação a principal compilação legislativa eram as Ordenações Filipinas, publicadas em 1603 no período do contexto da União Ibérica (1580-1640), pelo rei Filipe II. Esse formato de corpo normativo não foi produzido à época com a finalidade de marginalizar ou minorar a aplicabilidade do direito comum e das normatividades preexistentes, até porque grande parte das Ordenações era premida por essas influências. Correspondiam a orientações normativas subsidiárias, que intentavam expor uma padronização do funcionamento institucional ao longo do Império Português, delineando constituição dos aparelhos de administração jurídica e política, indicando quais funções seriam atribuídas aos oficiais régios, orientando as formas de resolução dos conflitos sociais e normatizando alguns comportamentos.²⁰⁴

Hespanha disserta que as Ordenações direcionavam a normatização de alguns setores no tocante à regulamentação jurídica, resumindo-se “praticamente, apenas a organização dos órgãos do poder ‘oficial’ (central e local, mas não de todos, nem num plano nem no outro), organização processual e o direito penal”²⁰⁵, e as áreas relativas a temas que se pode denominar de direito “privado”, “civil”, “comercial”, administrativo, eram tratadas de modo amplo pela doutrina e pela legislação extravagante. Esta era publicada quando o rei desejava introduzir normas jurídicas que de alguma forma contrariar normatizações existentes usualmente

²⁰² O termo segue entre aspas para marcar a historicidade do conceito.

²⁰³ Inclusive, os direitos próprios (*iura própria*) eram componentes importantes do direito comum (*ius commune*) (CABRAL, G., 2017, pp. 37-39).

²⁰⁴ Anteriormente, no reinado de Dom Afonso V, a primeira compilação feita nesses moldes de corpo normativo subsidiário foram as Ordenações Afonsinas (1446)²⁰⁴, representando uma tentativa de padronização das interpretações e da aplicação do direito. Significavam um esforço no sentido de tornar mais ampla a aplicação de disposições específicas o reino português sem, contudo, a aniquilação das normatividades já circulantes.²⁰⁴ Posteriormente, embasadas nas Afonsinas, foram publicadas as Ordenações Manuelinas (1521) com essas mesmas finalidades (HESPANHA, 1982, pp. 502-505).

A versão das Ordenações Filipinas utilizadas neste trabalho corresponde a uma recompilação realizada no século XIX, por Candido Mendes de Almeida, 14ª edição e publicada em 1870, com notas de rodapé explicativas e indicação de algumas legislações extravagantes. Conforme: PORTUGAL, **Ordenações Filipinas**. Livros I a V. 14ª ed. (Recompiladas por Candido Mendes de Almeida segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1821). Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. Será referenciada como “OF”.

²⁰⁵ HESPANHA, António Manuel. Lei e justiça: história e perspectiva de um paradigma. In: HESPANHA, António Manuel. **Justiça e Litigiosidade**: história e perspectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993d, pp. 13-14.

defendidas pela doutrina do direito comum frente ao poder régio quando não estivesse sob vestes de lei. Nos demais casos, mesmo que fosse para estabelecer alguma regra nova, o rei e os oficiais régios utilizavam-se de outros meios normativos, como o precedente judicial (o estilo, ou os assentos), as instruções a órgãos administrativos inferiores (os decretos, as provisões, os alvarás e as portarias), as regulamentações internas (como os regimentos).²⁰⁶

É importante destacar novamente que a relação da legislação com a doutrina não era de que a lei era tão somente uma fonte de direito menor, bem como era um fenômeno subordinado. As formas de interpretação mantinham regras formuladas pela doutrina que, na prática, faziam com que as novidades legislativas fossem absorvidas pelo saber dos juristas em razão da dependência de serem interpretadas segundo eles mesmos.²⁰⁷ Ou seja, detinham grande influência à produção legislativa régia e dominavam os debates e decisões nos foros.

Esses contornos colocados à legislação régia não existiam apenas nas áreas de domínio doutrinário, como também no confronto com as normas jurídicas específicas dos diferentes corpos sociais. A exemplo, no domínio da família havia a ordem doméstica, isto é, os poderes disciplinares do chefe de família; no que tange às questões relativas à Igreja, os poderes eram eclesiásticos; em grupos sociais, ou comunidades, havia o poder de regulamentação das questões específicas àquele grupo embasado na própria natureza da sociedade. Isso vai de encontro com a própria noção corporativa de sociedade e embasamento na autonomia dos corpos²⁰⁸, orientando a compreensão do direito sob a ótica de Bartolomé Clavero: era um fenômeno eminentemente local, era um direito de usos e costumes das autoridades locais em relacionamento com os membros da comunidade²⁰⁹, noções estas a serem retomadas na sequência.

1.1.2 A ordem jurídica e o direito criminal

Face ao exposto sobre o panorama da ordem jurídica, é salutar delinear sumariamente²¹⁰ neste momento ponderações acerca do direito criminal, ou melhor, da ordem jurídica criminal do Antigo Regime português. Cabe iniciar este trecho com a seguinte

²⁰⁶ HESPANHA, 1993d, pp. 13-14.

²⁰⁷ *Ibidem*, pp. 14-15.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 15.

²⁰⁹ CLAVERO, Bartolomé. Gracia y derecho entre localización, recepción y globalización (lectura coral de las vísperas constitucionales de António Hespanha). **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Giuffrè Editore, Milano, n. 41, pp. 675-763, 2012, p. 698.

²¹⁰ Sumariamente considerando que estes elementos serão resgatados e melhor detalhados nas análises dos processos crime.

consideração: a ordem jurídica criminal do Antigo Regime configurava, pois, um complexo axiológico. Detinha finalidade direcionada à sua dimensão simbólica enquanto modo de disciplinamento social, com fulcro nas virtudes humanas compreendidas como essenciais às esferas política e jurídica modernas.²¹¹ Isso significa que a estratégia de controle de comportamentos na seara penal era orientada pelo peso simbólico adquirido pela figura régia perante os súditos e desembocando no método desvendado por Hespanha: da ameaça sem cumprimento, certificando a virtualidade do direito criminal.²¹²

O Livro V das Ordenações Filipinas, no qual encontravam-se as normativas a respeito do controle de comportamentos através da descrição das condutas seguida da cominação de castigos, estava premido com orientações de aplicação da pena de morte e demais suplícios corporais. Essas regras, portanto, carregavam em si a ameaça do que o poder régio poderia desempenhar àqueles que transgredissem a ordem que o império intentava manter. Contudo, a prática acompanhava a natureza política plural própria da monarquia corporativa – pautada pela existência efetiva de múltiplos poderes – e, nessa esteira, não se embasava em intervenções de punição cotidiana. A administração da justiça criminal possuía configuração política que, entre a cominação legislativa e a aplicação punitiva, permitia o atravessar de uma série de condicionalismos que, ao fim, significavam o afastamento da pena. A multiplicidade de jurisdições, as dilatações processuais, a carência de estrutura na aplicação efetiva das penas, como a escassez logística²¹³ e de oficiais para alocação em organismos régios, e a ausência de fiscalização eficaz desses aparatos (principalmente aqueles localizados nas franjas do império), eram algumas razões que relativizavam, ou traziam obstáculos – e diminuía consideravelmente –, a execução penal. Ademais dos fatores estruturais, existia um amplo regime de perdão e livramento vinculado à graça régia.²¹⁴

A imbricação da ordem jurídica criminal com a economia da graça e com os imperativos da misericórdia é o que trazia a estruturação político-social que a manteve como traço essencial do Império Português por mais de três séculos. A justiça configurava-se a principal virtude régia, todavia não deveria se afastar do amor e da amizade para com seus súditos, mantendo sempre a prontidão para a concessão do perdão mais que para condenar e punir. Assim, a função da ameaça de punição aproximava-se da representação do rei como

²¹¹ HESPANHA, 2012, p. 132.

²¹² HESPANHA, António Manuel. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel. **Justiça e litigiosidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993a, pp. 500-501.

²¹³ Como o exemplo mencionado por Hespanha da longa demora, ou até mesmo ausência, de navios para o transporte dos condenados a degredo para as regiões nas quais devem cumprir a pena (*Ibidem*, pp. 500-502).

²¹⁴ *Idem*.

figura de juiz supremo e dispensador da justiça.²¹⁵ Ainda seria mantida a finalidade da correção do pecado mediante a equidade, porém o perdão poderia ser doado mediante a compaixão com vistas a não contrariar o justo equilíbrio social.²¹⁶ O embasamento para tais normas de governo do corpo social estava permeado pela lógica do amor, mantendo impactos tanto na tradição canônica quanto na civilista.²¹⁷

Nessa linha de pensamento era orientado o gênero literário moderno dos espelhos de príncipe. Correspondia a tratados político-pedagógicos direcionados à educação dos reis e príncipes sobre a pragmática da boa governança, realizando reflexões de orientação moral e política atreladas a este modelo cristão de virtudes. Muito frequentemente a noção de virtudes era fundamentada nas relações de amor, sendo a vinculação, pois, entre amor e política uma tônica significativa.

Inclusive, a respeito da temática dos espelhos de príncipe é importante salientar que Nicolau Maquiavel escreveu *O Príncipe* manifestando alguns conselhos contrários à ideia de que o rei deveria empregar políticas de governo com a finalidade de ser amado por seus súditos como meio de auxiliar a reconstituição da estabilidade de um reino. Isto é, o aconselhamento de que ao rei era preferível inspirar o temor de seus súditos – em suspensão à moral e às virtudes – apenas seria válido, em termos maquiavelianos, para o restabelecimento da ordem natural. O parecer seria direcionado apenas para momentos de extremo descontrole dos súditos, devendo prevalecer, acertado o equilíbrio natural das coisas, os tratos do amor. De todo modo, nem nos momentos de crise os teóricos portugueses chegaram a indicar aos reis a inspiração do temor aos súditos. E, de fato, Hespanha atesta que esse viés constituía a tônica dessa literatura.²¹⁸

Um dos destaques desses textos era a administração e o exercício da justiça. O ser justo configuraria em uma das principais virtudes régias, além de representar uma forma de interferência na ordem das coisas para a regulamentação e reestabelecimento do equilíbrio e da harmonia sociais. Assim, nos momentos em que o rei atuasse na esfera da justiça, deveria o fazer com fundamentos no afeto do amor. Esta estratégia estava compreendida no interior do simbolismo da ordem jurídica criminal não somente para a retomada da ordem e do equilíbrio social, mas representava também uma forma de harmonização dos súditos para com o rei tendo em vista o embasamento da reciprocidade dos agraciados em relação à misericórdia régia,

²¹⁵ HESPANHA, 2012, p. 133.

²¹⁶ BRAGA, 2007, p. 13.

²¹⁷ CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra*, 2 série, 11, pp. 21-57, 1999, p. 29; CARDIM, 2000; HESPANHA, António Manuel. O amor nos caminhos do direito: *amor e iustitia* no discurso jurídico moderno. In: HESPANHA, 2010a, pp. 66-74.

²¹⁸ HESPANHA, 2012, p. 16.

efetivando a criação de laços de afeto e de pertencimento dos agentes sociais com relação à imagem simbólica de um rei benevolente. Configurava-se em uma estratégia para que os súditos se sentissem pertencentes à governança de um soberano bondoso e, consequentemente, endossassem o seu poder político – também jurídico e administrativo – com a retribuição da fidelidade.²¹⁹

O afeto era entendido como um vínculo virtuoso, marcado pela benevolência recíproca, e representava a relação do rei com seus súditos, materializado na acessibilidade, na afabilidade, na entreajuda material. Os súditos nobiliárquicos acreditavam nesse sentimento de amizade para, além de os transformar em agentes com distinção e reforço de importância social disseminada ao seu corpo político, representar um salutar estabelecimento de canais de influência junto ao rei.²²⁰ Ainda, “Tratava-se de um sentimento tão elevado que não estava sequer ao alcance dos membros do sexo feminino – aliás, mais uma herança das concepções gregas sobre a *philia*”.²²¹ Era um sentimento detido por homens nobres, discretos e virtuosos.

A compreensão a partir desse espectro permite verificar que a sociedade de Antigo Regime possuía uma dimensão de análise que extrapolava os padrões modernos de estudo, usualmente concentrados numa esfera puramente jurídica, política ou econômica. A dimensão simbólica e afetiva que cimentava maioria das relações traz à tona chaves de análise fundamentais para o entendimento dos significados da ordem jurídica criminal no interior da monarquia corporativa, até porque a existência de meios de domínio simbólico era um dos elementos mais essenciais que tornava possível a própria configuração da ordem político-jurídica. Estavam presentes diversas camadas de regras, sendo que o direito régio e as demais normatividades compartilhavam deste universo; os mecanismos criminais, pois, extrapolavam as tênues linhas do direito, dissipando-se entre as extensas redes políticas, religiosas, culturais, morais e afetivas.²²²

Diante do exposto, os aspectos das relações de amor e amizade na política, reverberando na economia da graça, estavam presentes também nas literaturas teológica e jurídica, atuando como pano de fundo. Os textos permitiam identificar o papel social do amor e da amizade deixando entrever, também, que as esferas os saberes que poderiam produzir

²¹⁹ HESPANHA, 2012, p. 16.

²²⁰ CARDIM, 1999, p. 42.

²²¹ *Idem*.

²²² HESPANHA, António Manuel. La economía de la gracia. In: HESPANHA, António Manuel. **La gracia del derecho**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993c, p. 152.

reflexões sobre a ordem social e a padronização de comportamentos eram, pois, as esferas religiosa e jurídica.²²³

Pedro Cardim afirma que era um costume entre os teólogos publicar compilados de sentenças, aforismos e máximas com a exposição de fundamentação moral de comportamentos cotidianos, dirigidos a um uso rápido e prático, representando uma “panóplia de ‘lugares-comuns’ da bem querença”. Esses recursos auxiliavam a normatização das relações sociais por intermédio da dissipação de valores sociais aos usos cotidianos. Essa faceta das relações sociais atuava como uma forma de disciplinamento voltada à interações fundadas na comunicação e na reciprocidade. Dessa forma, eram desenhados uma série de vínculos dotados de concretude, tanto na ação quanto na reação, gerando uma série de contraprestações obrigatórias, colocando a retribuição como específica e necessária, atrelada a uma ordem natural e necessária. A violação à esta ordem representava não somente um delito como também, e principalmente, um pecado. Ou seja, o fundamento estava inscrito em uma dimensão anímica da existência e os constrangimentos principais encontravam-se na ordem teológica-moral.²²⁴

É possível a visualização da dimensão e da espessura supracitadas a partir dos discursos dados por religiosos na ocasião de eventos na vida régia – a parenética. Esses sermões permitem entrever, em diferentes momentos da vida da família real de um modo mais amplo, algumas das representações da vida política, tendo em vista serem eles mesmos funções de instrumentos de caráter político na medida em que auxiliam a construção e o reforço da imagem da Coroa. Nestas há a descrição “Como se sabe, justiça e clemência são virtudes que caracterizam a correcta acção régia, sendo a ausência das mesmas entendida como tirania.”²²⁵

As práticas da justiça, mantendo respeito à lógica das relações de amor e amizade, construíam um complexo aparato de normatividade na transmutação destas relações para elementos formais e materiais, posicionando a graça como o elemento de primazia sob o ordenamento jurídico.²²⁶ A exemplo, a concatenação de mecanismos que possuíam em mente a liberação dos agentes a qualquer momento no trato com a administração da justiça, como os autos de livramento crime, as formas de perdão, o alvará de soltura e a carta de seguro. Eram esses instrumentos previstos na legislação que asseguravam a soltura do sujeito que houvesse

²²³ CARDIM, 1999, p. 35.

²²⁴ *Ibidem*, pp. 56-57.

²²⁵ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. A parenética franciscana ao serviço da Monarquia por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793). **Paralellus. Revista Eletrônica em Ciências da Religião**, Recife, v. 6, n. 12, p. 119-138, jan./jun. 2015, pp. 130-132.

²²⁶ CLAVERO, 2012, p. 698.

sido condenado ou que estivesse sendo processado por quaisquer dos processos na seara criminal.

Um desses instrumentos eram as cartas de perdão. Consistiam na doação da graça régia aos súditos como forma de interceder no curso dos acontecimentos em benefício deles, concretizando a demonstração da clemência e da benevolência do rei e a justa aplicação da equidade. Evitavam, dessa forma, a execução de penas cruéis, embora estivessem previstas na legislação para manter o tom de ameaça ao povo e, com o perdão régio, restasse a devoção à benevolência e justiça do rei. Não obstante a priori fossem pensadas como um instrumento de aplicação pontual, em que o poder régio interferiria na ordem natural das coisas para que, alterando-a, pudesse salvaguardar seu súdito de uma punição injusta, ao passar dos anos revelaram-se em um estilo e um expediente de rotina da prática jurídica. Eram pedidas pelos súditos por requerimentos encaminhados e despachados por meio do Desembargo do Paço em nome do rei e detinham, de acordo com as discussões na doutrina jurídica portuguesa²²⁷, expediente preenchido por alguns requisitos.²²⁸

De acordo com o exposto pelo direito régio, o perdão era concedido com a característica de regalia, a partir de uma causa justa à concessão e quando a parte ofendida tivesse dado seu perdão ao ofensor. Os doutrinadores, porém, apresentavam práticas mais permissivas sem a observância a esses termos – como o perdão àqueles que não tivessem remissão da vítima –, além da presença massiva de comutação de penas por meio desse instrumento.²²⁹

Não apenas nesses procedimentos específicos existiria a presença das dinâmicas dos afetos. Em momentos de arbitragem pelos magistrados, ou até mesmo na composição da lide pelas partes envolvidas em conflito, a reverência aos afetos mantinha-se uma tônica. Cardim sustenta que essa forma de solução de conflitos era considerada como melhor desde tempos “ancestrais” por regenerar a concórdia e a harmonia no interior da comunidade. O direito canônico também mantinha essa reverência ao poder dos afetos, enaltecendo a solução de conflitos no seio de composições amigáveis, dispensando a intervenção de instâncias jurídicas superiores.²³⁰ Estas são nuances e compreensões que devem ser mantidas em mente no momento do estudo da justiça na América Portuguesa, tendo em vista que estas dimensões se encontram – de modo mais ou menos aparente – presentes nas tratativas da justiça régia como

²²⁷ Sobretudo PORTUGAL, Domingos Antunes. *Tractatus de donationibus regijs*. Lisboa: Ioannis Costa, 1699.

²²⁸ HESPANHA, 1993a, pp. 521-523.

²²⁹ HESPANHA, 1993a, pp. 523-524.

²³⁰ CARDIM, 1999, p. 29.

um todo. Muito embora os esforços de ampliação dos aparatos de administração da justiça nos séculos XV e XVI, abrangendo também a justiça criminal e as estratégias de manutenção da ordem social²³¹, a presença do poder dos afetos aparenta ter permanecido com importância.

Uma dessas estratégias para a manutenção da ordem social era a família no domínio doméstico. A ordem de normatividades jurídico-teológico-morais – os valores sociais – não representava um complexo apanhado pela justiça régia para imposição às populações locais, eram compartilhados pelas demais esferas sociais de poder e, para além, também delas oriunda. Os sujeitos submetidos a essas normas eram, em maior parte das situações, os seus próprios agentes de efetivação.²³²

O domínio doméstico para a sociedade de Antigo Regime era concebido no governo da casa, configurada em Portugal e na América Portuguesa como uma unidade econômica e familiar submetida a um chefe de família e usualmente vinculada à uma porção de terra.²³³ Era um local por excelência de estabelecimento de relações interpessoais e redes de sociabilidade constituídas a partir de hierarquias sociais, pressupondo divisões internas de funções e estabelecimento de papéis sociais embasados na lógica da ordem natural das coisas. Era um campo por excelência de reprodução – e produção – de valores entendidos como socialmente fundamentais e amparados por um conjunto de bem simbólicos e materiais.²³⁴

Em cada casa havia um chefe de família que, mantendo uma sociabilidade embasada em relações de fidelidade e de intercâmbio de serviços por proteção e representação de seus dependentes – vínculos que geravam serviços e obrigações, acordos e conflitos –, era investido de poderes para a correção dos comportamentos daqueles que vivessem sob seu domínio com base em valores fundamentais compartilhados socialmente. O estabelecimento da configuração das relações domésticas dependia de princípios e limites específicos, tanto de familiares quanto da vizinhança, produzindo formas de sujeição dos dependentes aos chefes. Significava uma subordinação dos membros à autoridade familiar quanto a questões como as práticas matrimoniais, o exercício de funções de trabalho, as identidades familiares e as formas de interação que os membros mantinham com a vizinhança. Abrangiam variáveis sociais que dependiam em grande medida das relações dos chefes com os membros da família bem como

²³¹ MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 8.

²³² REINHARD, 1994, p. 107; MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 17.

²³³ SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite. A longa sombra da casa. Poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do Antigo Regime à modernidade. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 178, n. 473, pp. 327-424, 2017, pp. 330-332.

²³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As grandes casas. In: MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal**. v. 2. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

entre as autoridades de grupos familiares diferentes, sendo estas relações compreendidas como a ordem e o governo da casa.²³⁵

O governo do reino e o governo da casa seriam ambos, cada qual em sua esfera de competência, incumbidos de poderes para regulamentar a convivência e corrigir comportamentos que transgredissem aos valores sociais.²³⁶ A proteção do reino à casa e a garantia de sua expansão como um modelo de ordem da sociedade de Antigo Regime significava, para a coroa portuguesa, uma das principais formas de garantir que os súditos viveriam em obediência aos seus mandos. O incentivo ao estabelecimento de núcleos familiares como forma de organização social e a disseminação dos valores cristãos àqueles que estivessem na América Portuguesa pode explicar o fomento às práticas matrimoniais, inserindo elementos presentes no pensamento teológico e moral paulatinamente na esfera doméstica. Os organismos de administração da justiça régia – também permeados por esses valores e noções de ordem –, nessa conjuntura mantiveram relações de retro influências com os domínios familiares. Nesses termos, parece correto afirmar que, consoante Airton Cerqueira Leite Seelaender, casa e coroa tinham uma relação recíproca de proteção e de completude no sentido da ordem social.²³⁷

Os parentes, os vizinhos, os compadres poderiam influir nos comportamentos e decisões de seus pares tanto através de conflitos quanto de relações solidárias. A dinâmica de controle de comportamentos entre os membros das unidades familiares ocorria por meio de integrações sociais, sociabilidades, domésticas ou extradomésticas, permitidas pelas relações e redes sociais da vida cotidiana, laços de vizinhança. Nas ocorrências de transgressões às normatividades sociais circulantes em decorrência dos valores cristãos e morais, a reparação realizada pela autoridade doméstica era amparada em “métodos doces de controle” combinados com estratégias agressivas de violência física. A punição dos familiares por transgressões ao comportamento esperado era entendida, aos que governavam as casas, como uma prática que pertencia à esfera doméstica, e por muitos séculos os aparatos de administração da justiça régia não interferiam de modo contundente nessas relações. Em Portugal e na América Portuguesa foi principalmente no século XVIII, com a introdução de algumas normas específicas pelo direito régio, que este cenário passou a ser – muito – lentamente modificado, sem de maneira alguma esvaziar o poder doméstico do chefe de família.²³⁸

²³⁵ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, pp. 29-30.

²³⁶ SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite. A "polícia" e as funções do Estado: notas sobre a "polícia" do Antigo Regime. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, n. 49, p. 73-87, 2009, p. 75.

²³⁷ SEELAENDER, 2017, pp. 345-347.

²³⁸ SEELAENDER, 2017, pp. 329; 338-343; MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, pp. 17, 29-30.

Destaque-se que compreender os contornos da vizinhança, entendendo os espaços de interação, como eram percebidos e quais eram as formas de identificação dos grupos são importantes para a compreensão de uma sociedade local. Realizar este movimento a partir do governo das casas e das sociabilidades de seus membros possibilita verificar quais eram normatividades apreendidas, às quais se fazia vistas grossas, na constituição da ordem social local. A intervenção seja dos agentes sociais seja das autoridades familiares auxiliaram a ver quais práticas eram vistas como desvios, quais configuravam em ilicitudes e, ainda, quais eram práticas escandalosas.²³⁹

1.2 JUSTIÇA CRIMINAL NO REINO E NA AMÉRICA MERIDIONAL NA SEGUNDA METADE DO XVIII

Muchembled sustenta que a justiça criminal ao longo do século XVIII passou por alterações quanto às prioridades de criminalização dos comportamentos mediante disseminação de medidas e estratégias de controle da violência cotidiana, debatidas, destaca Silvia Alves, a nível doutrinário e impactadas por teorias da centralidade do ser humano, denominadas humanistas, abordadas mesmo que em contrastes com a tradição jurídica vigente. Nesse período, acrescenta Sbriccoli, houve o alargamento paulatino de aparatos régios e religiosos de controle no empenho de resolver os conflitos sociais com procedimentos institucionais, ensejando gradativa atenuação das práticas de violência cotidiana. São alguns exemplos que apontam nesse sentido a ampliação e o agravamento de penas à lesa-majestade contra os riscos de mitigação do poder régio, e a profusão de leis que proibiam crimes contra bens em uma época de impulso econômico e comercial. Nesse particular, é necessário ressaltar o alertado por Muchembled: o aumento de legislação com viés de proteção a bens não correspondeu, necessariamente nesse período, ao crescimento da ocorrência de crimes de roubo ou furto em detrimento dos delitos contra a vida e a integridade das pessoas, denominados pelo autor de “violência cotidiana”. A mudança dos níveis de criminalidade foi proveniente antes da transformação nas estratégias da justiça criminal do que de uma modificação brusca das realidades dos delitos.²⁴⁰

²³⁹ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 31.

²⁴⁰ MUCHEMBLED, 2012, p. 16; SBRICCOLI, 2009, pp. 7-8; ALVES, Silvia. **Punir e humanizar**. O direito penal setecentista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p. 4.

Cabe ressaltar que esse processo foi acompanhado pela dissipação, também, dos valores a que era desejada defesa, tomados os significados à noção de crime como relacionais ao tempo e ao espaço aos quais se referem. Os comportamentos inscritos como delitos pelas normas positivadas vigentes, e alaistradas por meios institucionais, carregavam em seu bojo orientações jurídicas, morais e teológicas consoantes à ordem social que poder régio – e, em grande medida, o poder eclesiástico – intentava manter. Porém, em decorrência da própria reprodução em diferentes sociedades, sobretudo considerando as particularidades específicas das sociedades coloniais, estavam premidas de um dinamismo temporal e espacial, correspondendo aos princípios fundamentais que elas querem defender.²⁴¹

Muito embora as questões acerca do disciplinamento social caibam para a realidade da Europa, na América Portuguesa a questão parece complexificada; a ideia de disciplina talvez imprima um caráter excessivamente controlador, o que pode dar a impressão de que as relações coloniais eram dadas a partir destas normas. Assim, preferivelmente a noção de valores sociais e de normatividades parece adequar-se melhor às particularidades salientadas pelas fontes locais.

Em Portugal, a segunda metade do século XVIII compreende o período conhecido como do Iluminismo Português, sendo principalmente no reinado de D. José I, de 1750 a 1777, em conjunto com seu secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo²⁴², traçada uma série de importantes medidas que pretendiam inserir uma racionalização às práticas jurídicas que tiveram impactos na disciplinarização social. Os anos de 1777 a 1800 corresponderam ao reinado de Dona Maria I²⁴³, e, muito embora os movimentos empreendidos pela administração pombalina tenham sido refreados ou padecido de prática, foram neste período organizados conselhos régios com a finalidade de debater e exarar pensamentos acerca da reformulação do direito criminal e do direito “público” do reino. Em que pese não ter sido neste momento

²⁴¹ MUCHEMBLED, 2012, p. 14.

²⁴² Desde o ano de 1736, durante o reinado de Dom João V, os organismos de assistência real foram ordenados em três secretarias de Estado: dos Negócios Interiores do Reino, dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Com a assunção de D. José I em 1750, foi atribuída a Sebastião José esta última secretaria, enquanto que às outras foram nomeados Diogo de Mendonça Corte Real – à segunda – e Pedro da Motta e Silva – à primeira. Até 1756, o Marquês de Pombal, embora detivesse competência específica, influenciou em grau considerável âmbitos da administração portuguesa que não faziam parte do seu espaço de atribuições. Após a morte do secretário dos Negócios Interiores do Reino, a demissão do secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ambas ocorridas em 1756, e a criação da secretaria de Estado adjunta em 1759, foram esses cargos atribuídos a oficiais que fossem de alguma forma ligados a Sebastião José – e que lhe prestassem apoio –, o que lhe proporcionou maior influência em todas secretarias. (MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **A legislação pombalina**. Alguns aspectos fundamentais. Coimbra: Almedina, 2006, p 27-28).

²⁴³ Dona Maria I reinou de 13 de maio de 1777 até 20 de março de 1816. Contudo no ano de 1792 foi diagnosticada com doenças mentais e por isso foi obrigada a aceitar que seu filho, Dom João VI, assumisse como príncipe regente neste mesmo ano.

publicado um Código Criminal, a formação de comissões para a redação de tal documento possibilitou grandes debates entre doutrinadores portugueses.²⁴⁴

Este foi um período em que as estruturas de pensamento e mentalidade conviveram com a perspectiva cosmológica de mundo, práticas que estavam em reprodução desde o medievo e teorias que gradualmente inseriram o ser humano ao centro das explicações mundanas, tomando espaço nas dimensões científico-naturais, éticas, sociais, econômicas, políticas e jurídicas. A presença do catolicismo como um traço estrutural português contribuiu para que as leituras dos pensadores iluministas realizadas na metrópole, com todo seu reformismo e pedagogismo, não detivessem caráter revolucionário, anti-histórico e não religioso. Da mesma maneira, pode-se apontar como fonte dessas características o fato de que muitas doutrinas e releituras eram buscadas em nações de igual traço religioso, como a Itália. O iluminismo italiano circulou bastante na região ibérica, tendo sua difusão em terras portuguesas auxiliada principalmente por Luis Antonio Verney²⁴⁵ através do estabelecimento de um diálogo sem produzir rupturas.²⁴⁶ Ao longo do XVIII, vários intelectuais membros da elite que foram realizar seus estudos fora de Portugal – os denominados "estrangeirados" – intentavam disseminar alguns dos pensamentos inovadores bem como incentivar o estudo dos pensadores e realizar reformas nos sistemas administrativos, políticos e educacionais. A maioria dessas tentativas de mudanças, sobretudo aquelas exaradas por Verney, somente alcançaram a realidade prática no contexto das reformas pombalinas.

A reforma universitária realizada por meio dos Estatutos Novos da Universidade de Coimbra²⁴⁷, de 1772, foi uma das mais representativas. Os Estatutos propuseram uma reforma nos estudos através da estipulação do método e da orientação de ensino, propondo o método "sintético-demonstrativo-compendiário" – instituindo a obrigatoriedade de produção de

²⁴⁴ HESPANHA, 1993a, p. 539; NEDER, 2007, p. 19.

²⁴⁵ Luís António Verney (1713-1792) foi filósofo, teólogo, padre e escritor. Difundiu alguns pensamentos em reformas pedagógicas tentadas por D. João V e, embora não tenha provocado mudanças à ordem política e institucional da sua contemporaneidade, os Estatutos Novos da Universidade de Coimbra ampararam-se em várias de suas ideias (CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Verney e a questão do Iluminismo em Portugal**. Curitiba, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2005, pp. 39-41).

²⁴⁶ NEDER, 2007, p. 19.

²⁴⁷ Elaborados pela Junta Providência Literária, organizada em 1770 com o objetivo de analisar o ensino universitário, sugerir medidas adequadas de reformas. Desta, ainda, houve a publicação do Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra, em 1771, no qual houve a reafirmação de várias medidas contidas na obra de Luis Antonio Verney. Este Compêndio apontou que a decadência da universidade havia sido provocada pela administração dos jesuítas, e um dos graves defeitos do ensino jurídico a preferência absoluta que se realizava à aplicação do direito romano – neste incluía-se a interpretação extensa aos comentários de Bártolo e ao método bartolista – em detrimento dos direitos pátrio e natural. (NEDER, 2007, pp. 27-28).

compêndios por parte dos professores –, em oposição ao silogismo, bastante comum no período.²⁴⁸

O segundo livro dos Estatutos era o que estabelecia o currículo das Faculdades de Leis e de Cânones juntamente com regras que intentavam guiar o modo como o ensino do direito deveria ser realizado. Inseriu o estudo da história do direito português, incluindo leis, usos, costumes especificamente portugueses, além de história das jurisprudências teórica (ou ciência das leis em Portugal) e prática (ou exercício das leis). Ainda, o direito romano, o visigodo e o canônico deveriam ser ensinados com fundamentos no que haviam trazido à legislação portuguesa, isto é, a história do direito português ensejaria a seleção do direito romano útil e do direito romano caduco.²⁴⁹ Sobre o direito natural, às leis “pátrias” e às leis das “Nações Civilizadas”, foi exposto a referência ao “uso moderno” que deveria ser feito do direito romano – a ser extraído dos textos pelos professores –, da forma como estava sendo realizado, de acordo com os Estatutos, nas “Nações Iluminadas”.²⁵⁰ Com base neste trecho, Mario Costa conclui que a boa razão detinha ligação direta com as doutrinas dos grandes pensadores da escola alemã do *usus modernus pandectarum*.²⁵¹ De acordo com os pensadores desta, a recepção do direito romano deveria ser realizada a partir de uma recepção prática, ou seja, os textos romanos teriam validade à tradição jurídica local na medida em que fosse útil para resolver questões práticas. Em outros termos, seria filtrado pela realidade através do instrumental disponível na experiência jurídica local.²⁵²

A Lei de 18 de Agosto de 1769 foi, também, uma das medidas mais representativas dos intentos de mudança na administração pombalina. Tinha como objetivo realizar uma reforma judiciária com base na revisão da hierarquia das fontes do direito, intentando balizar os modos de interpretação e fixando o direito pátrio como hierarquicamente acima de todos os demais na leitura do direito vigente. Segundo a justificação exposta no texto da lei, na prática dos foros “nas Allegações, e Decisões se vão pondo em esquecimento as Leis Patrias, fazendo-se uzo sómente das dos Romanos”, razão pela qual excluiu o uso nas alegações dos procuradores e a aplicação pelos magistrados dos comentários de Bártolo ao *corpus iuris civilis*, reservando o uso do direito romano tão somente em casos de omissão do direito “pátrio” e se

²⁴⁸ PORTUGAL, **Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772**. Livro II que contém os cursos jurídicos das Faculdades de Cânones e de Leis. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772, título III, cap I, §§ 18-23, pp. 303-306.

²⁴⁹ PORTUGAL, 1772, título III, cap. IX, 1-2, pp. 357-359; ALVES, 2014, p. 5.

²⁵⁰ *Ibidem*, título V, cap. III, §§ 7-10, pp. 434-436.

²⁵¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. Coimbra: Almedina, 1996, p. 370.

²⁵² HESPANHA, 2005, p 259-261.

conforme a “boa razão”.²⁵³ Estabelecia que os costumes somente poderiam ser utilizados se com mais de 100 anos de existência, caso estivesse nos termos das leis régias e conforme a boa razão. Os estilos das cortes, por sua vez, apenas deteriam validade se aprovado por Assento da Casa da Suplicação, e a legislação das "Nações Cristãs, iluminadas e polidas" foram inclusas como instrumento fonte do direito. Pode-se afirmar que a lei esboçou uma espécie de guia, com preceitos novos, para interpretação do próprio direito, com a finalidade de reduzir a complexidade própria do Antigo Regime através da mitigação da pluralidade de fontes.²⁵⁴

A Lei definiu a separação no julgamento dos crimes que ensejassem foro misto, em que a justiça régia, em decorrência do título LXIV do Livro Terceiro das Ordenações Filipinas (que dispunha sobre a aplicação do direito canônico aos casos que envolvessem comportamentos pecaminosos), estava incumbida de aplicação do direito canônico. Com o argumento de que este título estava a sustentar um conflito entre os textos de direito canônico e os textos de direito civil, determinou que a justiça régia não deveria conhecer dos pecados visto que pertenciam exclusivamente ao foro interior, e, portanto, de competência ao privativo julgamento da Igreja. Assim, estabeleceu que a competência dos tribunais seculares era apenas ao conhecimento de delitos, e não de pecados.²⁵⁵ Nestes termos, em crimes que envolvessem delito e pecado – aqueles, portanto, que deteriam foro misto – estava a justiça régia incumbida do que viesse a significar impactos externos à conduta. A justiça eclesiástica, em decorrência do objetivo de disciplinamento interno dos indivíduos, era responsável pelo controle das intenções.

As medidas de reorganização dos cursos de Leis e Cânones da Universidade de Coimbra e as regras de interpretação postas pela Lei da Boa Razão foram, portanto, focadas nas orientações do racionalismo, do humanismo, do reforço de preponderância da legislação régia

²⁵³ A expressão "boa razão" não era, neste momento, nova. Antes disso, era utilizada em vários mandos régios e, inclusive, nas Ordenações Filipinas no sentido corrente de "razão natural" e de "justa razão". Entretanto, quando utilizada como condicional em vários aspectos da referida lei – a ponto de fazer com que os juristas do século XIX lhe dessem o nome de "Lei da Boa Razão" pelo maciço aparecimento da expressão –, passava a reter um significado novo. Em um primeiro momento este novo sentido foi expresso na própria lei, e poderia ser a “boa razão natural” “que consiste nos primitivos princípios, que contém verdades essenciaes, intrinsecas, e inalteraveis, que a Ethica dos mesmos Romanos havia estabelecido, e que os Direitos Divino, e Natural, formalizarão para servirem de Regras Moraes, e Civís entre o Christianismo”; a boa razão conforme se havia estabelecido “universalmente” o “Direito das Gentes para a direcção, e governo de todas as Nações civilizadas”; a boa razão estabelecida por “Leis Politicas, Economicas, Mercatis, e Maritimas” promulgadas pelas mesmas “Nações” para a ordem pública (PORTUGAL. Lei de 18 de Agosto de 1769. In: PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774.** Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1829, item 9, pp. 411).

²⁵⁴ ANTUNES, Álvaro de Araujo. Pelo rei, com razão: sobre as reformas pombalinas no campo jurídico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 452, p 15-50, 2011, p 32-33; NEDER, 2007, p. 24; PORTUGAL. Lei de 18 de Agosto de 1769. In: PORTUGAL, 1829, itens 13 e 14, pp. 413-414.

²⁵⁵ PORTUGAL. Lei de 18 de Agosto de 1769. In: PORTUGAL, 1829, item 12, p. 413.

portuguesa sobre as demais fontes jurídicas, do uso do direito romano enquanto subsidiário e do apreço à história – aos costumes e à tradição jurídica – de Portugal. Os juristas, todavia, não deixavam de carregar consigo as reflexões embasadas nos direitos que a lei intentava limitar, resultando na reprodução prática ainda muito atuante dessas fontes do direito.²⁵⁶

Nessa conjuntura, a criação da Intendência Geral da Polícia pelo Alvará de 25 de Junho de 1760, “com ampla, e illimitada jurisdição na materia da mesma Policia sobre todos os Ministros criminais”²⁵⁷ foi uma providência com a intenção de ampliação institucional para disseminação do disciplinamento social. Anteriormente, haviam sido promulgados os Alvarás de 25 de Dezembro de 1608²⁵⁸ e de 25 de Março de 1742²⁵⁹ para o aumento do número de corregedores e juizes do crime nos bairros de Lisboa, instituição de vigilância aos bairros nos quais os magistrados eram moradores colocando o dever de interferir nos casos e nos delitos que ali ocorressem. A criação da Intendência realizou a separação das funções de justiça dos bairros e de Polícia da Corte, e do Reino, considerando que ambas as funções em um mesmo oficial não lhes possibilitava o correto exercício de fiscalização. Orientou, ainda, aos juizes dos bairros com “Instrucções mais sábias, e mais uteis” à prevenção e à proteção “em beneficio publico” contra a ocorrência de insultos e de mortes violentas, no intento de manutenção da ordem.²⁶⁰ O alvará, também, definiu os termos do procedimento sumário havido na seara criminal e que deveria ser seguido pelos juizes e corregedores dos crimes, através dos quais o processamento dos crimes deveria ser desenvolvido de modo célere e essencialmente verbal sob a fiscalização do Intendente Geral.²⁶¹

Anteriormente, a polícia era identificada, no meio urbano, com o disciplinamento social das práticas cotidianas, tais como construção e conservação de ruas, abastecimento de água, limpeza de locais comuns, controle de pesos e medidas nos comércios. Com o aumento populacional passou a existir aumento de arrecadação, fomento à imigração, controle dos padrões de higiene, instituição de companhias coloniais, intentos de dar maior segurança aos comerciantes, facilitação da circulação de mercadorias. Ou seja, o termo passou a referir as

²⁵⁶ NEDER, 2007, p. 21; ALVES, 2014, pp. 4-5.

²⁵⁷ PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL, 1810, pp. 731-732.

²⁵⁸ PORTUGAL. Alvará de 25 de Dezembro de 1608. In: PORTUGAL, 1819a, pp. 87-90.

²⁵⁹ PORTUGAL. Alvará de 25 de Março de 1742. In: PORTUGAL. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, posteriores a’ nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603**. Tomo I de Decrett., Cartt., Etc. Que comprehende os Reinados de Filippe II e III; e dos Senhores D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819b, pp. 477-478.

²⁶⁰ Os principais crimes que deveriam ser recebidos e processados sumariamente pelos juizes e corregedores dos bairros, e enviados para inspeção pelo Intendente Geral eram: de armas proibidas, insultos, conventiculos (conspirações), sedições, ferimentos e mortes. (PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL, 1810, p. 733, § 4).

²⁶¹ PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL, 1810, p. 733, § 5.

opções políticas da administração para controle dos comportamentos e também de favorecer o crescimento do número de súditos e, neste sentido, manter o poder régio.²⁶² Com o estabelecimento das leis supracitadas – principalmente a que instituiu a Intendência –, a seara de competência da polícia era, também, a fiscalização dos comportamentos sociais que ensejassem delitos. A fiscalização deveria ser realizada oficialmente, assim, por moradores dos próprios bairros, que detinham o poder de aprisionar e processar sumariamente seus vizinhos.

Com esta ampliação gradativa realizada no governo pombalino, Seelaender defende que a lógica de “polícia” passava a ser a orientação de atuação da administração régia, não representando somente a busca pela ordem social mas, também, reformas para a melhoria do bem comum. Sob esse pretexto, destaque-se, normatizavam contra práticas que fossem contrárias aos valores cristãos ou condutas que fossem muito chocantes com os costumes do período. Através dessa lógica, os aparatos de governo passaram a absorver outras funções e, consequentemente, reproduzir-se institucionalmente. A este movimento o autor atribui a ideia de uma administração ativa que, na formação de um “Estado de polícia”, passou a valorar dinâmicas utilitaristas e eficientes.²⁶³

A instrumentalização da legislação passou a ser utilizada para intervir nos domínios domésticos com a invocação, novamente, da proteção ao bem comum e da racionalização contrárias ao que alguns textos de lei denominaram de “abusos”. Estas medidas não intentavam o choque contra o poder doméstico, tanto que outras leis estabeleceram diretrizes de reforço da autoridade da casa. Era normalmente atribuído a um homem, e este possuía o dever e o direito de fiscalizar e corrigir aqueles que estivessem sob seu comando, sobretudo as mulheres. Todavia, mesmo a produção de leis para a proteção do poder doméstico poderia estabelecer algumas tensões. Isso porque a própria existência de legislação a respeito do poder doméstico, mesmo que para protegê-lo, representaria uma interferência.²⁶⁴

Pode-se afirmar que o período pombalino tentou instrumentalizar politicamente as leis criminais, objetivando um maior controle e disciplinamento social. Estas ideias, sem dúvida, encontram respaldo na própria compreensão a respeito dos instrumentos legislativos que passou a ser disseminada a partir dessa segunda metade do XVIII. Alguns princípios emergentes foram aceitos pelo poder político, segurança e aplicabilidade mais precisa passaram a fazer parte da agenda concernente ao jurídico na sua seara legislativa em prol de uma racionalização.²⁶⁵ As

²⁶² SEELAENDER, 2009, pp. 77-78.

²⁶³ *Ibidem*, p. 79

²⁶⁴ SEELAENDER, 2017, pp. 343-347.

²⁶⁵ SEELAENDER, 2009, p. 75.

modificações não alteraram, porém, a forma como a ordem jurídica criminal era sustentada e, inclusive, continuou utilizando a estratégia da ameaça por meio do incremento da penalização a determinados como finalidade de manutenção dos súditos e hegemonia imperial pelo viés das relações simbólicas de amizade e de amor. Conforme Alves, as permanências acabaram por se sobrepor às rupturas visto que o conjunto nuclear de normas e institutos foram mantidos.²⁶⁶

Em 1777, com a morte de D. José I e a assunção de D. Maria I, o Marquês de Pombal foi afastado do cargo e muitas de suas políticas foram revertidas, sobretudo as reformas na educação e a perseguição aos jesuítas. Porém muitos dos funcionários presentes nos aparatos administrativos foram mantidos.²⁶⁷ Já ao início do reinado, houve a criação, pelo Decreto de 31 de Março de 1778, da Junta de Ministros para que atualizassem as Leis Extravagantes e as Ordenações Filipinas no que fossem antiquadas, inúteis ao presente e ao futuro ou gerassem dúvidas ou interpretações contrárias na prática forense, cujo teor a experiência aconselharia a modificação. A finalidade não era extinguir as normas das Ordenações vez que “constando-Me a boa aceitação, com que até ao presente tem sido recebida de todos os Meus Vassallos”, acrescentando que, também, não desejava obrigar aos magistrados, formados na e acostumados com a tradição jurídica do Antigo Regime, a adequarem-se a um novo método – “ainda que melhor na opinião de alguns”.²⁶⁸ Hespanha sustenta que a lógica de redução e sistematização do direito a um corpo era dominante entre os doutrinadores do período, além de ser um fator que alinharia o Império Português com outros reinos que mantinham preocupações semelhantes e nos quais projetos desta ordem já estavam sendo ventilados.²⁶⁹

Do que o decreto deixou claro, é possível concluir que o objetivo era manter as normas vigentes e apenas realizar a releitura do direito português com base no que era útil, sem que isso significasse uma reforma estrutural da administração da justiça.²⁷⁰ Dessas determinações, surgiram os projetos de Código de Direito Público e de Código Criminal²⁷¹ – ambos não postos

²⁶⁶ ALVES, 2014, p. 8.

²⁶⁷ NEDER, 2007, pp.112-115.

²⁶⁸ PORTUGAL, Decreto de 31 de Março de 1778. In: PORTUGAL, 1828, p. 162.

²⁶⁹ HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português**. Coimbra: Almedina, 2004, p. 35.

²⁷⁰ PORTUGAL, Decreto de 31 de Março de 1778. In: PORTUGAL, 1828, pp. 162-163; HESPANHA, 2004, p. 34.

²⁷¹ Sob encargo de Pascoal José de Melo Freire para a revisão e atualização do Livro II das Ordenações Filipinas – que tratava do direito “público” político-administrativo – e, posteriormente, o Livro V – que regulava o direito régio criminal. Esse jurista foi o que mais seguiu orientações do iluminismo jurídico dissipadas ao longo do governo pombalino, auxiliando, inclusive a implantação e consolidação da reforma universitária. Nesta oportunidade, a coroa incentivou vários juristas lentes à escrita de novos compêndios para servirem de guia às aulas naquela academia e apenas os manuais de Mello Freire foram oficialmente aprovados para tal finalidade, além de terem permanecido por largo tempo como um dos alicerces do ensino, da literatura jurídica e da vida prática. Dentre esses compêndios, estão as instituições de direito criminal. (FREIRE, Pascoal José de Melo.

em vigência – e, embora o Criminal tenha sido apresentado à Junta em 1786, não chegou a ser discutido. Não efetuaram, portanto, impactos diretos na prática dos foros no período, mas movimentaram debates entre doutrinadores no tocante à complexidade das fontes do direito existentes no Antigo Regime – ou ao menos à sua organização sistemática no direito escrito.²⁷²

Gizlene Neder conceitualizou o momento da segunda metade do século XVIII no direito criminal como “iluminismo-jurídico-penal luso-brasileiro”. A base desta concepção é a permanência da perspectiva ideológica, política e afetiva²⁷³ entre Portugal e a América Portuguesa no campo do direito a partir da educação jurídica. Sustenta, ainda, que nesta seara as ideias iluministas de rompimento com noções estabelecidas sobre a autoridade intelectual e secularização do conhecimento não encontraram adeptos no ultramar. Apesar da expulsão dos jesuítas da América por Pombal, outras ordens religiosas se realocaram, em acompanhamento à forte permanência religiosa da sociedade portuguesa.²⁷⁴

Conforme Alves, o direito criminal português deste período representou confluências de dois eixos, quais sejam, a tradição jurídica criminal do Antigo Regime e algumas proposições advindas do direito do reformismo humanista. Com a presença destes dois discursos, a legislação josefina configurou um espaço de embate entre tendências contrárias, porém não necessariamente opostas. Medidas com caráter ora um rigor repressivo, ora um viés mais humanitário, coexistiram de modo consideravelmente harmônico.²⁷⁵

No intento de verificar se existiu uma “teoria geral do direito penal” português ao começo dos setecentos, uma característica atestada pela autora foi a progressiva – embora lenta – tendência para maior conceitualização e sistematização das concepções constantes do direito criminal. O casuísmo – um traço da ordem jurídica do Antigo Regime – era uma das características que faziam com que este campo não detivesse mais que definições rápidas sobre as condutas e os crimes considerando a atuação variada da prática. Havia considerações mais gerais a alguns poucos fatores que deveriam ser ponderados pelos magistrados e ensejavam graduação da aplicação penal, como idade, anomalias psíquicas, surdez-mudez e embriaguez. Mas, defende a autora, o direito criminal anterior à segunda metade do XVIII foi uma área por

Código Criminal intentado pela Rainha D. Maria I. Lisboa: Typographo Simão Thaddeo Ferreira, 1823; COSTA, M., 1996, pp. 378-379; 383-385).

²⁷² HESPANHA, 1993a, p. 289; 2004, p. 40-45.

²⁷³ Neste particular a autora considera o sentimento e o desejo de obediência e submissão intelectuais a partir da interpretação de Pierre Legendre (LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1983 Apud NEDER, 2007, p. 20).

²⁷⁴ NEDER, 2007, pp. 19-21.

²⁷⁵ ALVES, 2014, p. 3.

essência descritiva e circunstancial, construído a partir das situações reais que ensejavam perdão, absolvição, condenação e agravamento da punição.²⁷⁶

Isso não quer dizer que inexistiam doutrinadores que debatessem as noções de direito criminal, mas que o foco principal da maioria não era a formulação de conceitos gerais orientados à construção de uma “ciência criminal”. A partir da segunda metade do século, porém, esta lógica passou a ser gradativamente abordada como um desdobramento das mudanças no ramo da educação jurídica, a introdução de reflexões das propostas humanistas de tentativa de reorganização sistemática das fontes do direito criminal. Na medida em que a busca era pela apresentação de soluções mais justas na aplicação das penas, os doutrinadores passaram a não apenas descrever as condutas tidas como crime, mas a explicar os termos que as compunham e dentre estes retirar a característica que explicaria o afastamento das penas ordinárias. A maior parte do esforço dogmático deste período, portanto, concentrou-se neste movimento a que Alves denominou de “anatomia do crime”, abarcando “o carácter *derivado, acessório ou instrumental das consequências jurídicas do crime*”.²⁷⁷ Isto é, a atenção era concentrada nos comportamentos criminosos que deveriam ser corrigidos, e os efeitos havidos a partir deles eram considerados como desdobramentos, portanto secundários.

A doutrina da prevenção apropriou-se da estratégia da ameaça sem o cumprimento das cominações penais exaradas pelo Livro V das Ordenações, com amparo no medo à punição reacomodado, contudo, a algumas noções utilitaristas como, a exemplo, a aplicação de as penas de galés, as pecuniárias e a comutação, além das funções de prevenção geral e especial.²⁷⁸ Ou seja, a funcionalidade das penas não configurava algo exatamente inovatório na ordem jurídica criminal setecentista, mas a atribuição do embasamento na compreensão de prevenção geral e especial intentavam afastar da dimensão simbólica régia.²⁷⁹

A reflexão passou a ser no sentido de como evitar a ocorrência de crimes através do disciplinamento de comportamentos, e, nesse sentido, defendeu o jurista Joaquim José Caetano Pereira e Sousa que o castigo não deveria ser executado somente após ocorridos os delitos,

²⁷⁶ ALVES, 2014, pp. 8-9.

²⁷⁷ ALVES, 2014, pp. 9-14 (grifos no original).

²⁷⁸ O jurista mais conhecido e influente defensor do utilitarismo no direito criminal foi Cesar Beccaria (1738-1794). Mediante a sustentação de um “interesse da humanidade”, atacou o direito vigente e a tradição jurisprudencial, opondo-se à definição dos delitos e das penas a partir da esfera teológica e defendendo a utilidade para a sociedade. As funções de prevenção na aplicação das penas voltavam-se à certificação, social (geral) e específica do delinquente (especial), como forma de precaver o cometimento do crime cuja penalização era executada (A edição original é de 1764. BECCARIA, Cesar. **Dos delitos e das penas**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, s/d. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000015.pdf>>; Acesso em: 26 set. 2020. CAVANNA, 2005, pp. 195-197).

²⁷⁹ ALVES, 2014, pp. 27-30.

devendo-se prevenir as suas causas para que não acontecesse.²⁸⁰ A legislação, nestes termos, passou a ser exarada com o objetivo de evitar delitos determinados, como, a exemplo, no Alvará de 29 de Agosto de 1783 posto contra a queimada de madeiras em matas, D. Maria I expressou que “minhas Reaes providencias se dirigem sempre mais a evitar delitos, do que a castigallos”.²⁸¹

Diante do exposto, porém, a questão é: qual era a forma pela qual esta configuração da ordem jurídica criminal era disseminada nas práticas locais? E aqui aproxima-se da perspectiva de Mantecón Movellán, consoante o qual o direito criminal adquiria uma característica difusionista com duas facetas principais sobre a percepção da justiça e das funções judiciárias: uma via institucional, orientada pela padronização imperial supracitada, e uma via das práticas do foro, mais adaptada aos costumes locais.²⁸²

A localização do poder nos grupos produzia a cediça pluralidade política da sociedade, gerando uma “geometria variável”²⁸³ em que a periferização do poder (acompanhado de seu caráter contextual) gerava a abertura do direito às normas locais da vida social. A incorporação da dimensão normativa local na ordem jurídica não representava uma manifestação isolada, era uma adaptação natural dos diferentes contextos aos quais o Império Português se estendia e reforçava a validade do modelo corporativo de administração político-jurídica.²⁸⁴

A multiplicidade de células sociais relativamente autônomas mantinha uma unidade interna a partir dos laços políticos, ressaltados por Cardim, estabelecidos entre o poderio régio e seus súditos. Nesse quadro, a identificação do local do qual emana o poder não poderia considerar poderio régio e seus grupos políticos mais próximos como organismos separados ou divergentes. Pelo contrário, a articulação dos poderes da coroa estava embasado no modelo de compartilhamento dos vínculos nos organismos menores, quais sejam, a vassalagem e a jurisdição, mantendo relações antes no sentido de uma “simples superioridade” do que de exclusividade na detenção do poder.²⁸⁵

Esse complexo mecanismo encontrava-se presente em todo o largo espaço do Império Ultramarino Português, as intensidades a depender de cada local. É importante destacar a inserção dos elementos presentes tanto em Portugal quanto na América Portuguesa no interior

²⁸⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes**. Por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, advogado na Casa da Suplicação. Obra Posthuma. Tomo primeiro. A-E. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1825, p. 331.

Sobre o jurista, ver anexo I.

²⁸¹ PORTUGAL. Alvará de 29 de Agosto de 1783. In: PORTUGAL, 1828, p. 341.

²⁸² MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 17.

²⁸³ HESPANHA, 2005. p 166.

²⁸⁴ HESPANHA, 2012, pp. 27-28.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 35, e resgatando CARDIM, 1999.

do espectro imperial de natureza global, dotado de iniciativa pluriocênica e pluricontinental. O caráter global²⁸⁶ das dinâmicas do complexo imperial, nos termos do defendido por Russell-Wood, é destacado como um fator determinante na explicação do contexto em que estava inserida a América Portuguesa. Não se deseja realizar um estudo que fragmente este território de todo o complexo que significava fazer parte do Império Ultramarino Português, mas ressaltar a rede de trocas e de relações amparadas em diversidade social, cultural, racial, religiosa e de “nações” que englobavam muito mais do que América e metrópole.²⁸⁷

Nesse espectro, a acomodação e a convivência foram as tônicas da maior parte das colonizações portuguesas. Mantendo as considerações supra expostas no horizonte, o próximo tópico lança luzes mais detidas ao estudo das particularidades da América Portuguesa. O intento é de demonstrar a complexidade na qual o direito do Antigo Regime e as normatividades circulantes nas vilas de Curitiba e de Paranaguá estavam inseridas.

1.2.1 O Império no Ultramar: configuração da administração da justiça na América Portuguesa

Ao longo do período moderno, o reino de Portugal estendeu-se por mais 3 continentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII deteve domínio à costa oriental da América²⁸⁸, à região da bacia do Prata, às costas ocidental e oriental da África²⁸⁹ bem como vários locais da Ásia.²⁹⁰ Configurava-se em um Império de proporções ultramarinas, em que as estratégias de ocupação dos territórios visavam muito mais um domínio dos oceanos que uma vastidão continental,

²⁸⁶ Destaque-se que, sob esta chave de leitura de Russell-Wood, no contexto das expedições marítimas dos séculos XV e XVI as rotas da expansão portuguesa não alcançaram somente a Antártida e possivelmente a Austrália. Ou seja, os portugueses navegaram pelos principais oceanos e mares do mundo, entrando em contato com uma diversidade de regimes políticos, de religiosidades e de práticas comerciais. (RUSSELL-WOOD, Anthony John R.. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Algés: DIFEL Difusão Editorial S.A., 1998, pp. 15, 21-22).

²⁸⁷ RUSSELL-WOOD, p. 16.

²⁸⁸ No XVI, ainda, teve domínios na região de Terra Nova e Labrador.

²⁸⁹ Marrocos (Ceuta até 1668, Mazagão até 1769 e Tânger até 1662), Mauritânia (Arguim até 1633), Guiné, Senegal (Zinguinchor a partir de 1645) Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Tanzânia (até 1630) e Quênia (Mombaça até 1720).

²⁹⁰ Na Índia: Baçaim até 1739, Bombaim até 1661, Cananor até 1663, Chaul até 1740, Chittagong até 1666, Cochim até 1663, Coulão até 1661, Cranganor até 1662, Damão, Dadra a partir de 1779, Nagar-Aveli a partir de 1779, Diu ao longo dos dois séculos, igualmente Goa, Hughli até 1632, Mangalore até 1659, Marsulipatão até 1610, Nagapattinam até 1657, Paliacate até 1619, Salsette até 1737, São Tomé de Meliapore até 1662 e posteriormente de 1687 a 1749, Surate até 1612 e Thoothukudi até 1658. No Sri Lanka: Ceilão (até 1658).

Na Indonésia: Bante (XVI a XVIII), Flores (XVI a XIX) e Macassar (XVI a XVII). No Timor-Leste, a partir de 1642. No Myanmar: Sirião, até início do século XVII. Na Malásia: Malaca até 1641. No Irã: Bandar Abbas até 1615, Ormuz até 1622. Na Arábia Saudita: Bahrein até 1602. No Omã: Mascate até 1650, Zanzibar até 1698. Na Insulíndia: Molucas até 1605. Na China: Macau (território subordinado a Goa de 1557 a 184). No Japão: Nagasaki até 1639.

embora fosse composto por uma teia de cidades e vilas em locais estratégicos para as trocas comerciais.

Ao início do reinado josefino existiram esforços de mobilização para a ampliação da ocupação dos espaços americanos. O objetivo era aplicar recursos científicos e militares para o estabelecimento de uma nova lógica jurídica nesta apropriação. O Tratado de Madri, em 1750, a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a transferência do centro de governo da América Portuguesa de Salvador ao Rio de Janeiro, em 1763, foram medidas cujos desdobramentos resultaram em um reordenamento da administração colonial. A necessidade de demarcação de fronteiras entre as colônias portuguesa e espanhola demandou a adoção de políticas territoriais, que também focavam na comunicação entre os portos americanos e o repovoamento das regiões sul e interioranas.²⁹¹

O impacto das alterações legislativas do governo pombalino deteve reflexos no tocante à implementação de uma administração de governo mais ativa. A característica de “Estado de polícia” foi sentida principalmente no âmbito dos municípios da América Portuguesa por intermédio dos conselhos camarários. A tentativa de maior disciplinamento atraiu à competência régia a supervisão a determinadas práticas administrativas das localidades, sobretudo referentes a saneamento, urbanismo e economia política. A tentativa de mudança – ou, como coloca Magnus Roberto de Mello Pereira, de atualização – de certas formas de administração municipal, ou da maneira do “viver em cidade”²⁹², fez com que a coroa interferisse principalmente nas questões de salubridade e em normas de abastecimento municipal.²⁹³

Especificamente em referência às tentativas de alterações à administração da justiça e às práticas forenses, entretanto, os processos judiciais trabalhados nesta pesquisa não permitem concluir por uma interferência direta e imediata nos âmbitos locais da América Meridional. Isso pode ser resultado, em alguma medida, à própria ausência de recepção das estruturas coloniais às ideias circulantes em Portugal, como o sustentado por Neder.²⁹⁴ As modificações tomadas a uma compreensão mais geral da justiça criminal apresentam-se muito fluidas, decorrendo de

²⁹¹ KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 463-464.

²⁹² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O Direito de Almotaçaria. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & NICOLAZZI JR., Norton Frehese (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, pp. 13-15.

²⁹³ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, António Cesar de Almeida. Códigos de Posturas Municipais. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Posturas municipais – Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 14.

²⁹⁴ NEDER, 2007, pp. 19-21.

um largo decurso de tempo e aparentemente antes relacionadas aos pensamentos dos juristas doutrinadores que circulavam na colônia – utilizados principalmente nas argumentações de procuradores – que às alterações legislativas em si. Algumas das mudanças sentidas advindas das leis – inclusos alvarás e decretos régios – eram, como o exposto por Alves, direcionadas ao casuísmo (até porque não houve por parte dos juristas a intenção de construção de uma “teoria geral” do direito criminal), dificultando a vinculação a pensamentos de reforma jurídica.²⁹⁵ Mesmo porque, ainda sob a ótica da autora, as normas régias frequentemente direcionavam-se a elementos inerentes a casos, portanto muito particularizados; em reflexão a este sentido, algumas orientações se fizeram sentir – como, a exemplo, a negativa de mulheres com idade superior a 17 anos no ingresso de queixas de estupro, norma exarada pela Lei de 6 de Outubro de 1784.²⁹⁶

Mas, ademais desses fatores, há de se relevar as complexidades específicas da realidade colonial, conjugadas com a constituição política múltipla das instituições régias – aqui inclusa a justiça criminal –, como fatores primordiais no jogo de escalas do direito do reino à América. As relações sociais constituídas moldaram vivências díspares daquelas metropolitanas, incluindo uma série de valores sociais mais ou menos – sobretudo menos – potencializados, o que contribuiu para a configuração de uma realidade premida de movimentação e fluidez, tanto em aspectos e valores sociais, quanto de religiosidade, de moralidade e de normatividade.

Não apenas em decorrência dessas especificidades, mas em conjugação com a ausência de homogeneidade, centralidade e hierarquias rígidas da moldura institucional colonial, é possível afirmar que as expansões ultramarinas foram realizadas com arranjos de estatutos coloniais múltiplos. A prática da lógica plural dos poderes imprimia por vezes o usufruto de uma larga autonomia, sobretudo se considerado o estabelecimento dos organismos de administração mediante negociações com as autoridades já presentes na região – como é o caso do Timor, de Macau e da costa oriental da África.²⁹⁷

As instituições fundamentais na construção e manutenção do Império foram as câmaras municipais, figurando um dos mais importantes pilares da colonização portuguesa. Garantiam uma continuidade no território que nenhuma outra forma institucional de ocupação e governo conseguia assegurar (como os governos de capitania, bispados e magistrados passageiros). Detinham uma relativa uniformidade institucional ao longo das localidades, sendo

²⁹⁵ ALVES, 2014, pp. 9-14.

²⁹⁶ PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828.

²⁹⁷ RUSSELL-WOOD, 1998, p. 15; HESPANHA, 2001, p. 167.

que o padrão era definido pelas Ordenações Filipinas. A composição principal era dois juízes – ofício que, sobretudo nos territórios americanos, eram em maioria ocupados por juízes ordinários, mas o poderiam ser pelos juízes de fora –, três vereadores, um almotacé²⁹⁸ e um procurador²⁹⁹ e oficiais indicados pelos membros da vereação, como os escrivães. Em terras maiores poderia existir um número maior de vereadores e em vilas menores, um juiz e dois vereadores.³⁰⁰

No que tange especificamente à administração da justiça, os principais oficiais que a desempenhavam na colônia eram os juízes ordinários, composta também pelos escrivães judiciais, tabeliães, contadores, distribuidores e inquiridores. Sem dúvida, a maior das atribuições dos juízes circundava a justiça local, cível e criminal, contudo tinham também responsabilidades na manutenção da ordem pública, na defesa da jurisdição régia, na contenção de abusos de poderosos, nas atividades de “polícia”, além de prover assistência aos vereadores e almotacés. Várias outras atribuições foram sendo incluídas em sua competência ao longo dos séculos pela legislação extravagante e mesmo pela prática, tendendo a ampliar muitas vezes de modo irregular os seus espaços efetivos de poder.³⁰¹

Os juízes ordinários eram oficiais honorários, isto é, eleitos, sem que houvesse a necessidade em ser versado nas letras³⁰², e fizeram na América Portuguesa maioria frente aos juízes de fora³⁰³ ao longo dos séculos XVII e XVIII. Administravam a “justiça aos Povos” com

²⁹⁸ Os almotacés tinham como função específica a fiscalização da organização estrutural urbana e de elementos econômicos, como o domínio do abastecimento, a inspeção dos mercados, a verificação de balanças e pesos, a limpeza citadina, a regulamentação estrutural urbanística, aos regimentos de fabrico, entre outros. Também, a atribuição de fiscalização das justiças no que tange a estas matérias em específico e poderiam lançar decisões em determinados casos, sendo que destas era cabível recurso às câmaras – saliente-se que esta era a única forma de interposição de recurso ao conselho da câmara e não aos magistrados (juiz ordinário ou ouvidor). (HESPANHA, 1994a, p. 163). Especificamente quanto à atuação do ofício de almotacé na Vila de Curitiba no século XVIII e ao início do XIX, consultar: ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **A Almotacaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828)**, Curitiba, 2011, Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná; PEREIRA, M.; NICOLAZZI JR., 2003.

²⁹⁹ O procurador tinha como atribuição a representação do conselho no acompanhamento dos feitos relativos a rendas e bens camarários, a arrecadação e guarda das terças e desempenhar as funções de tesoureiro quando não houvesse um oficial designado para tal cargo (HESPANHA, 1994a, p. 163).

³⁰⁰ Os vereadores³⁰⁰, que compunham o corpo de oficiais de governo, tinham como atribuições principais “todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo o que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, (...)” (OF, L. I, tit. LXVI). Ou seja, eram os oficiais que cuidavam dos assuntos de territorialidade das vilas – como a ocupação de terras pelos moradores, a divisão das terras da vila entre termo e rocio, bem como a doação de terras nesses limites citadinos – além de gerirem os bens do conselho, estarem a cargo das obras e, de modo mais ou menos direto, da conservação da ordem pública e da boa convivência comunitária (HESPANHA, 1994a, p. 163; BICALHO, 2001).

³⁰¹ HESPANHA, 1994a, pp. 170-174.

³⁰² Deve-se interpretar a ausência de treinamento conforme no caminho da lei como a simples falta do bacharelado em direito, o que não remete a esses oficiais a característica necessária e indissociável da rusticidade (PEREIRA, L., 2009; 2013, p. 599).

³⁰³ Os juízes de fora, ofício criado em 1352 em razão de eventuais “falhas” cometidas pelo juiz ordinário, era oficial letrado, nomeado pelo rei e com competências semelhantes à do juiz ordinário no conselho. O requisito de indicação régia para o exercício do ofício e a proibição de estabelecimento de conexões locais levam a crer que

base nas normatividades sociais existente no local, nos forais, nos preceitos do direito e da justiça régios cujo manejo ocorria segundo seu arbítrio e de acordo com elementos casuísticos. Por ser um oficial escolhido entre a elite local e detentor de um elevado poder de autonomia no interior do conselho camarário, figurava como uma peça-chave na comunicação entre vila e metrópole que, ao mesmo tempo no qual procurava estabelecer o direito letrado advindo de autoridades régias, mantinha atuação consoante interesses das elites locais em diversos ramos.³⁰⁴

Em alguns locais houve maior grau de jurisdição do reino ao mesmo tempo em que em outros havia uma espécie de composição híbrida ou até mesmo subsidiária. De todo modo, a pulverização das jurisdições em uma constelação de polos relativamente autônomos orientava a uma unidade mantida antes através de um plano simbólico do que de um modo “prático” ou coercitivo, constituindo-se como molde essencial no manejo desse poder.³⁰⁵

Ainda no nivelamento micro, situadas acima das câmaras municipais na hierarquia jurídica – a nível de comarca, portanto –, existiam as ouvidorias de comarca. Os ouvidores eram oficiais de carreira, letrados e selecionados pela coroa para o deslocamento a uma região específica ao longo do Império Ultramarino. No desempenho do ofício na América Portuguesa, num primeiro momento, eram oficiais senhoriais, ou seja, recebiam doações dos donatários da coroa. Posteriormente, foram atraídos à administração régia e passaram a acumular as funções descritas nas Ordenações para os corregedores, cujas atribuições versavam acerca da administração da justiça e, ao mesmo tempo, do poder de polícia e fiscalização das vilas. Eram responsáveis pelo segundo grau de jurisdição (ou seja, pelo conhecimento de agravos), por inquirir as justiças locais, defender a jurisdição real e a ordem pública, mover ação nova ou avocar processos dos juízos ordinários sob sua jurisdição em determinados casos. Às competências criminais, deveriam abrir devassas para investigação de determinados crimes graves, dar cartas de seguro, inspecionar as prisões.³⁰⁶

Como instância recursal das ouvidorias de comarca encontravam-se os Tribunais da Relação. Eram basicamente uma corte de apelação cujas funções ultrapassavam questões jurisdicionais, perpassando pelos ramos político e administrativo. Dentre suas atribuições,

esses oficiais estariam menos sujeitos às pressões locais e, consequentemente, empenhariam em favor do rei um maior controle. No entanto, Hespanha salienta que as funções e a autonomia dotadas tanto pelo juiz ordinário quanto pelo juiz de fora eram idênticas, o que fazia com que “o juiz de fora apenas de forma muito indirecta servia o controlo pelo poder central dos poderes periféricos” (OF, L. I, tit. LXV; HESPANHA, 1994a, pp. 196-198; SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 29).

³⁰⁴ OF, L. I, tit. LXV, nota 2; HESPANHA, 1994a, pp. 171-176.

³⁰⁵ HESPANHA, 1994, pp. 46, 297; CLAVERO, 2012; HESPANHA, 2015, p. 21.

³⁰⁶ HESPANHA, 1994a, pp. 192-193; OF, L. I, tits. V e XXXIV

estavam o recebimento de determinadas ações por meio de competência originária, decidir recursos advindos de despachos interlocutórios e sentenças de juízes ordinários, juízes de fora e ouvidores de comarca, além de realizar correições nas vilas e comarcas sob sua jurisdição. Para além, tinham competência na concessão de cartas de seguro às partes que estivessem envolvidas em um processo que estivesse sob a competência do Tribunal.³⁰⁷

As Relações existentes nas porções coloniais eram tidas pela doutrina como tribunais soberanos, tendo em vista que detinham no ultramar as mesmas prerrogativas dos tribunais supremos do reino: a Casa da Suplicação e a Casa do Cível.³⁰⁸ Especificamente quanto aos recortes espacial e temporal da presente pesquisa, o tribunal que detinha jurisdição sobre a América Meridional na segunda metade do século XVIII era o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro – anteriormente, era o Tribunal da Relação da Bahia (criado em 1609) que detinha jurisdição sobre toda a região. Figurando como corte máxima na colônia competente pelas jurisdições das capitanias da região sudeste e sul, a Relação do Rio de Janeiro foi criada por decisão real de 16 de fevereiro de 1751 (mas instalada apenas em 15 de julho de 1752) seguindo o modelo daquela corte situada na Bahia. Arno Wehling e Maria José Wehling sustentam que o estabelecimento desse tribunal aponta à reafirmação da autoridade régia a partir de um corpo de oficiais ligado à alta burocracia, que também teriam como função um maior controle sobre uma região em cuja submissão integral à autoridade do rei era tradicionalmente dificultada.³⁰⁹

Acima das Relações coloniais, estavam a Casa da Suplicação e Casa do Cível, cortes máximas imperiais no que tange aos pleitos judiciais.³¹⁰ A instância superior era o Desembargo do Paço, o que mantinha maior proximidade ao rei, funcionando, dentre atribuições políticas que mantinham impacto no reino e no ultramar – sobretudo a apreciação e a concessão da graça

³⁰⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça do Brasil Colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 83-84.

³⁰⁸ HESPANHA, 2001, p. 180.

³⁰⁹ WEHLING, WEHLING, 2004, p. 121-125.

³¹⁰ Ambas possuíam as mesmas atribuições como última instância de toda a administração da justiça do Império Ultramarino Português, a diferenciação encontrava-se basicamente na jurisdição: a Casa do Cível detinha competência sobre as comarcas e ouvidorias da porção norte de Portugal, como Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira (à exceção de Castelo Branco), Esgueira e Coimbra, enquanto que a Casa da Suplicação era competente pelas porções sul de Portugal e ultramarinas do Império, além de determinados juízos privilegiados e especiais. As funções dos oficiais no interior destes organismos estavam divididas nos termos das Ordenações³¹⁰ pelas suas competências, existindo, assim, um grupo de magistrados específicos a cada instrumento recursal cuja importância dentro do tribunal variava de acordo com a matéria de que tratava: desembargadores dos agravos, corregedores dos feitos crimes, corregedores dos feitos cíveis, ouvidores do crime, juízes dos feitos da coroa e juízes dos feitos da fazenda. Em que pese a existência de pluralidade de magistrados nas duas instituições, Hespánha salienta a existência de uma grande homogeneidade entre as práticas e os hábitos dos dois tribunais. (HESPANHA, 1994a, pp. 228-229).

régia –, detinha competência de formulação e correção legislativa e designação de magistrados.³¹¹

O panorama da ordem jurídica criminal como o cenário que esteve a orientar as práticas da justiça portuguesa d'aquém e d'além mar, a ser composta por ela e também retro influenciada, apresentava uma série de vicissitudes em decorrência dos fatores e processos históricos supra expostos. A conjuntura de estar, no século XVIII, sob uma tradição jurídico-político-administrativa advinda da montagem da sociedade corporativa – e, consequentemente, de uma monarquia corporativa – foi um dos elementos que detiveram longa permanência nas práticas jurídicas imperiais e conferiram às organizações institucionais uma plasticidade particular, relativamente intensificada na América Portuguesa. A justiça criminal, assentada nesse contexto, desenvolveu uma gama de normatividades que tornavam o sistema punitivo bastante flexível através de atos de graça e judiciais. Pode-se afirmar pelo seu caráter não punitivo, isto é, a atuação da justiça criminal (assim também do direito e do processo criminais) não estava amparada em uma finalidade exclusivamente de execução de castigos, mas antes de alguma organização social pautada pelo simbólico.

³¹¹ HESPANHA, 1994a, p. 174; SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal Vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 146; SCHWARTZ, 2011, p. 33.

2. O FEMININO ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA

As representações femininas circulantes no campo jurídico, a forma pela qual as mulheres eram tratadas pelas normatividades institucionais, os referenciais tomados pelos magistrados, pelos oficiais régios e pelos agentes atuantes em juízo, bem como os espaços de atuação por elas ocupados e os instrumentos jurídicos por elas utilizados em prol de seus interesses, são fatores que auxiliam a compreensão do desenvolvimento das causas criminais na prática dos foros locais. Os modos pelos quais as mulheres eram percebidas pelos textos dos juristas doutrinadores, com reflexos em e retro influências das Ordenações Filipinas, das leis extravagantes, dos alvarás e dos decretos régios, incluindo alguns elementos provenientes e influentes de relações de gênero, auxiliam a compreensão e a análise da presença feminina nos procedimentos crime dos casos ocorridos em Curitiba e em Paranaguá, além de orientar as razões pelas quais, em muitos períodos históricos, as mulheres foram o “centro simbólico” de debates sobre política, poder e integridade social e cultural.³¹²

Configuram-se em discursos não neutros, mas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas ou condutas.”³¹³ Assim, é plausível sustentar que as representações frequentemente encontram-se em um campo concorrencial, em que existem debates de discursos em razão de controvérsias de poder e prestígio. Configurava-se, nesse sentido, em um espaço em que também estavam presentes conflitos sociais, no qual a imposição de concepções e valores importam em maior ou menor domínio de grupos em pontos decisivos das dinâmicas sociais.³¹⁴

A construção das representações era tanto o processo quanto o produto da representação e da auto-representação.³¹⁵ Esta, por sua vez, não engloba apenas a adequação a modelos de comportamento socialmente incentivados, ensejados ou impostos para o

³¹² QUATAERT, Jean H.. Preface. *Europeans Women's History at the Crossroads*. In: SIMONTON, Deborah (ed.). **The Routledge History of Women in Europe Since 1700**. London and New York: Routledge, 2006, p. xiv.

³¹³ LOPES, Maria Antônia. Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). ROSSI, Maria Antonietta (a cura di). **Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)**. Viterbo: Sette Città, 2017, p. 27.

³¹⁴ CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel Difusão Editorial, 1988, p. 17.

³¹⁵ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 217.

apontamento dos significados de ser mulher. Estavam diretamente atrelados ao parecer, indissociável da auto-representação e da materialidade e do simbolismo do corpo.³¹⁶

Destaque-se que as noções que constituíam as representações femininas no período moderno eram dadas pelos olhares e pensamentos que sobre as mulheres eram postos pelos homens. No século XVIII, embora o campo político-jurídico estivesse recebendo algumas contribuições femininas, como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft para exemplificar com os nomes mais conhecidos, o jurídico era pensado e escrito pelos homens. Os entendimentos a respeito da “mulher”, tomada como conceito sobre o qual incidem atos juridicamente válidos, a atribuição de capacidades e de limitações dentro da ordem jurídica, eram expressos, refletidos, ponderados, aplicados, registrados e atermados pelos homens: doutrinadores, juristas, magistrados, promotores, advogados, procuradores, escrivães. Significavam, pois, modelos de interpretação, pensados, elaborados e desenvolvidos sob uma malha de argumentos amparados em várias camadas, como heranças medievais e da antiguidade mesmo que a base de fundo científico ou ético pudessem ter perdido validade com o passar dos séculos.³¹⁷

Este capítulo busca expor e discutir os modelos de interpretação que contribuíram para a construção das representações femininas na seara jurídica.

2.1 REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PERÍODO MODERNO

O pensamento acerca da mulher na colônia e na metrópole estava em grande medida influenciado pelas obras publicadas principalmente em Portugal e na Espanha³¹⁸, expressas, pois, em textos e em livros difundidos na América e matizados pela circulação, pelo acolhimento de alguns pensamentos e reprodução com bases nas interpretações locais. Estes textos tratavam dos comportamentos femininos, num viés do dever ser da mulher ideal, sendo incluídos nos textos jurídicos doutrinários.

³¹⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editoria Fiocruz, 2004, p. 12.

³¹⁷ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994b, pp. 16-22; CANDAU CHACÓN, Maria Luisa. Disciplina católica e identidad de género. *Mujeres, sensualidad y penitencia en la España moderna*. **Manuscrits**, Barcelona, n. 25, pp. 211-237, 2007, p. 212.

³¹⁸ ALMEIDA, 2005, p. 76.

A respeito do tom das publicações portuguesas sob um espectro mais amplo, Suely de Almeida, embasada na perspectiva de Maria Regina Tavares Silva³¹⁹, expõe ser possível aglutinar em duas linhas principais: a primeira, que denomina de “pró-feminino”, com exposições mais favoráveis ao feminino, com louvores a mulheres excepcionais, qualificando-as de santas, virtuosas, inteligentes para artes e letras, corajosas e heroínas; e a segunda, que a autora designa de “declaradamente misógina”, apoiava-se em discursos de essência negativa e trabalhou no sentido de construir a inferioridade do feminino. Os textos alocados na primeira linha usualmente correspondem aos espelhos de casados³²⁰ e utilizavam-se de personagens históricas de Portugal como exemplos de caracterizações femininas e voltavam-se, a priori e expressamente, a um grupo definido, qual seja, mulheres nobres e fidalgas.³²¹

Maria Antónia Lopes sustenta a existência de composição tríplice das características normalmente levantadas pelas representações, conjugando inferência sobre corpo, personalidade e funções, compartilhando da lógica de naturalidade da ordem universal. Isto é, as imagens que os agentes tinham a respeito dos seres que compunham o cosmos naturalmente ordenado compartilhavam, influenciavam e eram influenciados pela lógica essencialista de mundo. Assim, as compreensões acerca do feminino concentravam-se na ideia de uma essência atemporal determinada pela formação biológica e religiosa-moral. Configurava-se, pois, em um “eterno feminino”, cosmologicamente determinado, imutável e inquestionável, do qual todas as mulheres naturalmente compartilhavam. As características usualmente identificadas a esta essência circundavam elementos como emoção, fragilidade, enfermidade, abnegação, docilidade, perversidade e periculosidade, todas apontando à configuração da inferioridade moral.³²²

Todavia, particularmente no período em questão, o jurídico e seus discursos eram alimentados (e alimentavam) pelas confluências de pensamentos advindos de outros campos, principalmente o teológico e o médico. Assim, é interessante percorrer, mesmo que de modo

³¹⁹ SILVA, Maria Regina Tavares da. O que se dizia sobre as mulheres. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 21, pp. 81-88, jan./mar. 1995.

³²⁰ Gênero literário que pretendia colocar-se como um manual moral para os comportamentos dos esposos nas relações conjugais. Embora direcionados ao homem e à mulher, acabava por direcionar grande parte das indicações e sugestões às mulheres na lógica de que eram delas as condutas a serem controladas [LOPES, Maria Antónia. *O Espelho de casados* (1540) do Dr. João de Barros: concepções sobre as mulheres, o casamento e a relação conjugal na obra e na época. In: FLECK, Eliane Deckmann; DILLMANN, Mauro (orgs.). **O universo letrado da Idade moderna: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2019].

³²¹ ALMEIDA, 2005, pp. 76-77.

³²² LOPES, Maria Antónia. Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). ROSSI, Maria Antonietta (a cura di). **Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-xxi)**. Viterbo: Sette Città, 2017, p. 27.

brevíssimo, pelas representações femininas havidas nessas searas que mantinham um amplo impacto na vida cotidiana.³²³

Os discursos destes campos a respeito das mulheres mantinham questões de fundo desenvolvidas a partir de noções clássicas, considerando que os textos fundadores eram, conforme a tradição letrada difundida no Antigo Regime português, essenciais à discussão das questões da compreensão do mundo e do homem. Os principais discursos usualmente trazidos à tona nas questões de direito mantinham fulcro em leituras religiosas das teorias platônica e aristotélica³²⁴, sendo que às crenças médicas³²⁵ o fundamento era buscado usualmente nos *Aforismos* de Hipócrates e dos textos de Galeno.³²⁶ O modelo teórico de explicação desses autores era guiado por princípios cósmicos e a perspectiva sobre os corpos dos seres humanos era pautada em termos hierárquicos.³²⁷

A continência sexual para os homens traduzia-se no autocontrole, às mulheres na manutenção da virgindade e a ambos a reclusão religiosa. Estes formatos de comportamento – minoritários em um primeiro momento – aos poucos foram sendo apreendidos como condutas de distinção entre os grupos sociais e, durante o medievo, passou a significar a busca pela purificação espiritual. Essa lógica, sustentada pela teologia medieval, tomava o ser humano como associação da duplicidade entre partes exterior e interior, transpostas para a alma e o corpo. Os prazeres mundanos estavam ligados ao corpo, convertiam-se em comportamentos que deveriam, em teoria, ser controlados em prol da hierarquia do espírito sobre a carne e em direção ao caminho para a reforma da alma.³²⁸ Entre a dicotomia e a complementariedade entre o masculino e o feminino, o homem seria associado ao espírito e a mulher à carne, sendo que

³²³ LOPES, M., 2017, p. 27; HESPANHA, 2010b, p. 102.

³²⁴ Explica-se pelas leituras religiosas – bastante conhecidas pela historiografia – destes (e de vários outros) autores da Antiguidade grega realizadas sobretudo por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Cabe destacar que a Península Ibérica manteve até o século XIX uma forte influência do pensamento tomasiano sobretudo em razão da Escola Ibérica de Direito Natural. Afirmo Hespahanha que, embora essa escola não tivesse mantido fidelidade a São Tomás de Aquino, em muitos pontos fez uma espécie de revisão de suas teorias do direito natural, além de em alguns temas aproximar-se do pensamento franciscano (HESPANHA, 2005, pp. 291-293).

³²⁵ Em fins do medievo a anatomia e fisiologia da mulher foi intensamente debatida, sobretudo no que tange à gravidez e à reprodução. Deteve disseminação entre os letrados, não apenas entre os médicos, em decorrência da circulação de enciclopédias medievais produzidas por autores como Vicente de Beauvais e Alexandre Neckham. Os teólogos, como São Tomás de Aquino, mantinham interesse nestas tratativas médicas pela finalidade de explicação teórica e fisiológica à concepção de Cristo (THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994, pp. 68-69).

³²⁶ HESPANHA, 2010b, p. 102.

³²⁷ LAQUEUR, 2001, pp. 26-28; MARTINS, A., 2004, pp. 26-27.

³²⁸ SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. O corpo dos pecados: as representações femininas nos Reinos Ibéricos (1250-1350). **T.E.X.T.O.S. de H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, v. 9, n. 1/2, pp. 13-31, 2001, pp. 14-17.

este enfoque rendia ponderações sobre aparência física, erotismo, reprodução da espécie, mortificação e magia atribuídos à materialidade mundana.³²⁹

Em geral, a lógica exposta nestes pensamentos era de que o feminino era um ser inferior de natureza corrompida, preso à *imbecillitas*³³⁰ de sua condição. À imbricação teológica, esta característica usualmente era fundamentada pelo pecado original e a consequente expulsão dos seres humanos paraíso em decorrência de culpa da primeira mulher. Este pecado teria impresso em todas as filhas de Eva a maldade natural, além de imputá-las a responsabilidade pelo sofrimento humano. Santo Agostinho, bem como os precedentes textos patrísticos, associou o pecado original ao pecado sexual da mulher – entendida como essência inata compartilhada por todas as mulheres –, compondo as tendências da filosofia grega no sentido de demonização da sexualidade feminina.³³¹

São Tomás de Aquino³³², largamente influenciado pelo pensamento aristotélico, ratificou o desenvolvimento da hierarquia entre corpo e alma e dividiu os pecados entre carnis e espirituais. Nesses termos, a releitura dos fundamentos da inferioridade do gênero feminino foi pelo autor realizada, em grande medida, com amparo na falibilidade do corpo e na justificação da hierarquia entre os sexos. A superioridade masculina era explicada a partir da dicotomia entre natureza e cultura, através da qual a submissão feminina seria explicada pela sua inferioridade fisiológica, dada pela sua própria natureza.³³³

E essa lógica foi reforçada pelo discurso médico, incluindo aspectos da anatomia com influências aristotélica, de Galeno e de Hipócrates. O modelo teórico principal era a “medicina dos fluidos”³³⁴, através da qual a diferença sexual era amparada também em outros elementos

³²⁹ Em decorrência, a teologia moldou três representações femininas principais: a associação ao pecado carnal, ao diabo e, consequentemente, à Eva, a vinculação ao corpo virgem e santo, ligada à virgem Maria, e a pecadora arrependida, remetendo à Maria Madalena. Foi a partir destas figuras que os clérigos pensavam a respeito da singularidade teológica do feminino (SANTOS, D., 2001, pp. 20-21; KLAPISCH-ZUBER, 1994b, p. 16).

³³⁰ “Imbecillidade”, seguindo a conceitualização realizada por Bluteau, significava fraqueza do corpo, falta de forças e falta de valores. Poderia, nos termos do *Vocabulário*, referir-se à imbecilidade da razão, à imbecilidade da idade e à imbecilidade das forças. (BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. A-K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 695; BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1713, p. 58).

³³¹ LOPES, Maria Antónia. Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). ROSSI, Maria Antonietta (a cura di). **Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)**. Viterbo: Sette Città, 2017, p. 29.

³³² A *Summa Theologica*, de Tomás de Aquino, foi uma obra que influenciou decisivamente a cultura europeia antes e depois do Concílio de Trento. (HESPANHA, 2010b, pp. 106-107).

³³³ HESPANHA, 2010b, p. 106; MARTINS, A., 2004, p. 22.

³³⁴ O fundamento basilar era no pressuposto da existência de quatro humores ou fluidos (sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra) e de quatro qualidades (quente, frio, seco e úmido) responsáveis pelo equilíbrio e pelo desequilíbrio do corpo e do temperamento. O corpo feminino seria naturalmente frio e úmido e o masculino, quente e seco. (LOPES, M., 2019, p. 110; LOPES, M., 2017, p. 31; LAQUEUR, 2001, p. 50).

que não estritamente os órgãos sexuais. As composições dos corpos feminino e masculino detinham disparidades dadas, em suma, pela presença ou ausência de calor, o que causava desenvolvimento ou atrofia da genitália. Nessa ótica, as concepções medievais acreditavam que os órgãos reprodutores masculino e feminino possuíam uma semelhança inversa: um detinha formação acabada (pela presença de calor) e, portando, para o exterior do corpo e, o outro, para o interior pois atrofiado e inacabado (pela ausência de calor). Pela própria dificuldade em observar a anatomia interna feminina, acabava condicionada ao modelo masculino e seria formada à sua semelhança, porém com constituição inversa por ser um corpo incompleto. Cada órgão masculino existiria no feminino com composição defasada – ou seja, possuiriam biologicamente a mesma essência, ausente o calor vital às mulheres.³³⁵

Segundo a tradição aristotélica de “uma só semente”, em virtude da deformação o corpo feminino não produziria sêmen e não detinha papel ativo na procriação; o macho trabalharia sobre a massa menstrual, ou “catamênio”, espécie de matéria prima para a criação dos seres humanos.³³⁶ Durante a gestação, a mulher representaria uma “incubadora” e a força reprodutora era atribuída somente ao homem. Estes, “superiores” que eram, só poderiam gerar machos, e a geração de fêmeas representaria a ocorrência de irregularidades da matriz feminina pela degeneração do sêmen.³³⁷ Com amparo nesses entendimentos, Tomás de Aquino vinculava ao gameta masculino a atribuição das virtudes e, considerando as mulheres como acidentes da natureza, representavam também uma defasagem da virtude ativa. O desdobramento desta debilidade, para o autor, mantinha-se na imagem da dignidade feminina e configurava um elemento advindo da própria lei da natureza.³³⁸

Estas concepções sobre o corpo estavam embasadas em noções havidas como naturais, universais e ausentes de dúvidas. As diferenças anatômicas não eram tomadas de modo isolado

³³⁵ THOMASSET, 1994, pp. 69-70; LOPES, M., 2017, p. 31; LAQUEUR, 2001, p. 16.

³³⁶ LAQUEUR, 2001, pp. 55-58.

Os debates em torno do gameta feminino findam apenas em 1827 com a identificação dos óvulos por Karl Ernest von Baer (1792-1876). Os gametas masculinos foram identificados com o uso de microscópio em 1667 por Leeuwenhoek (1632-1723) (LOPES, M., 2017, p. 31).

³³⁷ *Ibidem*, p. 31.

³³⁸ HESPANHA, 2010b, p. 106.

Sob influência dos pensamentos aristotélico e galênico, as qualidades quente e seco garantiriam a saúde e o frio e a umidade ocasionariam a doença. Assim, tudo o que fosse quente e seco – atributos que “fomentavam o uso do espírito, da razão, da força, da criatividade e da honestidade” – era superior ao que fosse frio e úmido – provocadores da baixeza, do desejo desenfreado, da irracionalidade. A partir destas chaves de compreensão médica, o corpo masculino era identificado com as qualidades de quentura e secura e o da mulher, por sua vez, com a frieza e a umidade. O homem, portanto, era propenso às virtudes e a mulher aos vícios (LOPES, M., 2019, p. 110; LOPES, M., 2017, p. 31).

para a definição de arranjos sociais e não eram vistas como divergências que colocavam os sexos em polos opostos.³³⁹

A representação de mulher ideal nos textos jurídicos, políticos e morais recebeu ingerências profundas destas noções, configurando, assim, a versão imperfeita do homem. Thomas Laqueur denomina esta visão de “modelo do sexo único”, no qual o masculino era a referência para a medida da plenitude dos seres na ordem natural. Essa perspectiva permaneceu em vigência até pelo menos início do século XVIII na Europa e, aplicada às relações sociais, fazia com que o olhar às mulheres fosse dado a partir das relações de gênero. Isto é, os pensamentos teológico e médico identificavam o feminino em relação de semelhança ou diferença em comparação ao homem, as disparidades sexuais eram apreendidas a partir de analogias entre os sexos. Os corpos não eram determinantes, mas eram tomados como expressões do cosmos que naturalmente diferenciava os seres entre machos e fêmeas. As disparidades eram dadas, portanto, pelas hierarquias metafísicas e a anatomia embasada na diferença sexual era uma estratégia de representação referente a uma ordem natural estável.³⁴⁰

Para o autor, estas teorias, gestadas e interpretadas pelos pensadores do período moderno, geraram o “modelo das homologias sexuais”, que atrelava às representações tanto dos homens quanto das mulheres elementos para além das evidências dos órgãos sexuais. Ainda vinculada à ordem natural, a diferença sexual era dada pelo gênero, em conjunto com os significados sociais, fazendo com que o corpo fosse submetido a uma série de comportamentos específicos.³⁴¹ Klapisch-Zuber sustenta que neste contexto a mulher continuou a ser pensada em referência ao corpo, todavia os atributos advindos da vida social passaram a deter maior peso. Os comportamentos ideais religiosos e domésticos propostos orientaram a uma nova moralidade matrimonial, colocando às mulheres o exercício das virtudes da obediência, temperança e castidade. O sexo, portanto, passou a significar a determinante das condutas sociais que os indivíduos deveriam ter. O esforço passou a ser em apontar o que diferenciava a mulher do homem partindo da noção de dois corpos diversos e estáveis, com diferenças universais e opostas.³⁴²

Os pensamentos médico e teológico entrelaçavam as concepções sobre o corpo e as funções da maternidade³⁴³, moldando um complexo de normatividades que extrapolavam o

³³⁹ LAQUEUR, 2001, pp. 44-45.

³⁴⁰ LAQUEUR, 2001, p. 19, 50; MARTINS, A., 2004, pp. 27-28.

³⁴¹ LAQUEUR, 2001, p. 50; MARTINS, A., 2004, pp. 27-28.

³⁴² SANTOS, D., 2001, p. 21; KLAPISCH-ZUBER, 1994b, pp. 16-17.

³⁴³ Mesmo que a determinadas questões, como a exemplo a amamentação dos filhos na fase da criação, desobrigasse as mulheres pertencentes às condições sociais elevadas. (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida**

âmbito clínico e alcançavam a ordem moral. O gênero feminino estaria destinado à reprodução pela natureza, e a mulher-mãe, além de cumprir um papel sagrado e natural, estaria satisfazendo também suas funções morais e políticas. Assim, o útero acabava sendo um dos importantes focos da maior parte dos tratados de medicina que abordassem o corpo feminino.³⁴⁴

Contudo, a apreensão das representações sobre a maternidade não constituía a tônica dos escritos eclesiásticos sobre a mulher, apesar do “dever” feminino encontrar-se pontuado por autores modernos sobretudo em textos direcionados ao aconselhamento matrimonial. O comportamento doméstico-familiar mais destacado era a submissão e obediência ao marido, pois toda a atenção da mulher deveria estar voltada ao marido e ao papel econômico enquanto esposa que administrava a casa.³⁴⁵

A passagem entre os modelos “do sexo único” e “das homologias sexuais” foi gradativa principalmente ao longo do século XVIII e um dos impactos causados foi o crescimento do interesse de registros jurídicos pela diferenciação exata e a identificação dos sexos. Já que definiam papéis sociais, era necessário que estivessem claramente detectáveis.³⁴⁶

Houve a reestruturação das práticas sexuais em favor da defesa da virgindade, das compreensões dos papéis sociais de gênero e dos significados de quais eram elementos do masculino e quais eram do feminino.³⁴⁷ Atrelada às representações primeiramente de Eva, a mulher detinha natureza pecadora, inferior, frágil e imperfeita, simbolizando um perigo aos homens que atuava através da sedução. As concepções vinculadas à Virgem Maria apontavam em um sentido oposto e, portanto, deveriam ser seguidas pelas mulheres como modelo de virgindade, devoção, obediência e submissão. Porém configurava-se em um ideal assexuado e intangível por extrapolar a própria natureza humana, era elevada a um nível de perfeição inexistente.³⁴⁸

É possível afirmar que as representações teológicas femininas estavam muito vinculadas à sexualidade. A finalidade era preservar a honestidade, a castidade, a virgindade, comportamentos estes que, a nível do pensamento do período moderno, garantiriam às

privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI. 2 ed.. Lisboa: Editorial Estampa, 2004, p. 14).

³⁴⁴ DEL PRIORE, 1994, pp. 50-54; SILVA, L., 2019, pp. 149-150; MARTINS, A., 2004, p. 14; LAQUEUR, 2001, pp. 17-18.

³⁴⁵ LOPES, M., 2017, p. 40.

³⁴⁶ LAQUEUR, 2001, pp. 18-19.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 19.

³⁴⁸ CANDAU CHACÓN, Maria Luisa. Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidad y penitencia em la España moderna. **Manuscrits**, Barcelona, n. 25, pp. 211-237, 2007, p. 213.

linhagens familiares a pureza de sangue, a honra e a conservação patrimonial ao mesmo tempo que configurava o ideal de virgindade cristã.³⁴⁹

Nessa perspectiva, o Concílio de Trento intentou constranger a prática sexual lícita apenas se realizada no interior do sacramento do matrimônio.³⁵⁰ A finalidade das diretrizes foi regulamentar e clarificar a matéria dos impedimentos, excluir comportamentos reprovados e reprimir condutas que originavam casamentos clandestinos sob pena de excomunhão.³⁵¹

Havia, contudo, a possibilidade de requerimento de dispensas aos impedimentos, poder este delegado ao bispo do Brasil em 1561 para dispensas *a posteriori*, no objetivo de remediar as uniões já consumadas em que houvesse parentescos de 4º grau simples, 3º e 4º graus mistos, consanguinidade ou afinidade, impedimento de pública honestidade ou que tivesse havido situação de adultério sem que estivessem envolvidos na morte do cônjuge traído.³⁵² Em 1790 o processo de concessão de dispensas matrimoniais foi simplificado e a competência elastecida a todos os bispos na América Portuguesa. A partir de então, poderiam autorizar casamentos entre todos os graus de parentesco à exceção do primeiro de consanguinidade em linhas direta e transversal e o primeiro de afinidade em linha direta. Cabe salientar, todavia, que – e seguindo a perspectiva de Silva – estas permissões vieram a homologar a situação que já ocorria desde antes em terras americanas, visto que “Os bispos do Brasil já há muito concediam dispensas”.³⁵³

A figura de Eva era a representação que as normatividades do matrimônio desejavam coibir. As balizas como indissolubilidade e característica de contrato civil direcionavam ao controle de comportamentos como a fraqueza da carne, propensão aos prazeres mundanos, a sedução, o engano, a luxúria, a malícia e a sensualidade, que levavam às mulheres – e também aos homens – a pecar do mesmo modo como fizera Eva. A radicalização de histórias bíblicas

³⁴⁹ *Ibidem*, pp. 214-215.

³⁵⁰ Debatidas na seção XXIV, as diretrizes do casamento católico foram postas em 12 cânones compilados em dois decretos, um de natureza dogmática – em que foi confirmado enquanto sacramento indissolúvel e a abertura à imposição de impedimentos pela Igreja – e outro, disciplinar – vinculando a validade à forma estabelecida pelo Concílio. Anteriormente, eram realizados pelas palavras de presente, pronunciadas sob juramento, e o casamento de benção pressupunha que fosse realizado na Igreja ou à sua porta com a presença de um clérigo (BRAGA, 2003, pp. 21-24).

³⁵¹ Impedimentos denominados dirimentes e proibitivos (ou impeditivos): dos primeiros, o cometimento representava um pecado mortal e o matrimônio restava nulo (incapacidade, vícios de consentimento, objeções quanto às relações entre os noivos e ausência do pároco na celebração), enquanto dos segundos o cometimento também era de pecado mortal, todavia o casamento mantinha-se válido (interditos eclesiásticos e prática de crimes).

Silva e Braga apresentam, no estudo quanto às classificações dos impedimentos e de quais práticas encontram-se em quais tipos de impedimentos, algumas diferenças de perspectivas. Como estas diferenças não trazem grandes impactos às análises das fontes contidas neste trabalho, não serão ora esmiuçadas. Adota-se, pois, a classificação conforme feita por Braga. (BRAGA, 2003, pp. 23-24; SILVA, M., 1984, pp. 128-131).

³⁵² SILVA, M., 1984, pp. 131-132.

³⁵³ *Ibidem*, p. 133.

de mulheres santas buscava acentuar determinadas posturas que se desejava incentivar e utilizá-las como formas de exemplaridade. Nesse contexto, a representação teológica que passou a deter maior espaço foi a figura de Maria Madalena, a pecadora arrependida que, após interiorização dos ideais cristãos, obteve a salvação, teve o perdão e a amizade de Cristo. Simbolizava ao mesmo tempo o cometimento dos pecados em sentido amplo, representados pela luxúria (a prostituição) possibilitada pela natureza fraca e imperfeita, e as virtudes ideais, como a humildade, o amor a Deus e a devoção.³⁵⁴

Candau Chacón expõe que por muitos autores dos quinhentos as lendas de Madalena eram fundidas com as de Maria de Betânia, irmã de Lázaro, para acrescentar o ideal de uma vida de penitência³⁵⁵ e de serviço a Deus. As representações nas histórias bíblicas eram de uma jovem vaidosa, bonita, rica, orientada pelos desejos da carne e tomadas pelas paixões mundanas. Comportamentos vaidosos amparados na beleza feminina eram tidos como fatores que causavam a tentação às adulações, desdobrando-se em modos de proceder que chamassem as atenções – principalmente masculinas – ensejando palco para o cometimento dos pecados. Todavia, arrependeu-se, foi perdoada e, na lógica da culpabilidade, cumpriu sacrifícios de duras penitências. Ainda, com base nas trajetórias bíblicas destas figuras, eram admiradas a tristeza – representadas pelas lágrimas – enquanto manifestação do sofrimento causado pelo cumprimento das penas pagas, pela culpa e pela dor de haver ofendido a Deus; e a correção de sua fama e exclusão dos rumores escandalosos – Madalena cometera um pecado de modo “público” – por meio das penas de mortificação do corpo, como ausência de vaidade pela perda da beleza, devoção pela vida em solidão, jejum e pobreza.³⁵⁶

Esses discursos reproduziam um profundo desprezo, discursos penderes à reprodução de imagens negativas e a negação de uma série de capacidades às mulheres. A mulher geralmente era descrita como luxuosa, ociosa, perversa e facilmente corrompível, características naturais combatíveis mediante a observância do modelo virtuoso da virgem Maria: assexuada, recolhida, silenciosa e obediente. Os elogios tecidos iam neste mesmo sentido, enaltecendo aquelas que detinham comportamentos considerados como providos de gravidade, sisudez, modéstia e recato. Os comportamentos no tocante ao discernimento eram,

³⁵⁴ CANDAU CHACÓN, 2007, pp. 215-216; 221.

³⁵⁵ Interessante notar que os ideais de comportamento ligados aos temas do arrependimento, da conversão e da penitência não eram direcionados somente às mulheres, era um modelo posto também aos homens, servia a todos os pecadores. Porém as representações da conversão necessitavam de um pecado tido como grave o suficiente para ensejar repúdio amplo: tomavam, pois, a mulher e a luxúria, colocando aquela que gozava de liberdade, práticas libertinas e atitudes desenvoltas como um insulto às ordens moral e social em superação a qualquer outro pecado (CANDAU CHACÓN, 2007, p. 220).

³⁵⁶ *Ibidem*, pp. 216-220.

igualmente, tidos como virtudes a serem seguidas: discrição – que englobam o saber pensar, saber estar e saber dizer –, modéstia, paciência e devoção à Deus e ao marido. Lopes sustenta, em conclusão, que o desejado era a interiorização de sua inferioridade.³⁵⁷

Em relação à realidade colonial, não parece correto afirmar que as mulheres foram desconsideradas das políticas régias e das estratégias eclesásticas nos momentos de ocupação. Foram tomadas em conta exatamente no ponto que toca aos papéis a elas atribuídos pelas representações; foi delas esperado que cumprissem deveres de matrimônio, maternidade, transmissão de valores e tradições sociais e morais.³⁵⁸

A partir de relatos de viajantes e de memórias das ocupações, entre outras fontes, é comum surgir na historiografia dos primórdios da colonização menções sobre o número reduzido de mulheres brancas em comparação com os homens destinados à povoação.³⁵⁹ Não raro, também, são os relatos sobre situações de concubinatos entre os portugueses e mulheres indígenas, situação que causou espanto de alguns missionários por configurar em um dos “pecados da carne”. O matrimônio era uma das bases do incentivo régio para o incremento da população colonial, e em um primeiro momento o estímulo era para a contração de laços com mulheres brancas. A escassez combinada com a prática do concubinato foram as razões pelas quais a Carta Régia de 2 de Setembro de 1603 intentou determinar o envio de “donzelas” órfãs “de bons pais” para que se casassem com os ocupantes de cargos da administração na América e contribuíssem no povoamento da colônia. A primeira representação, assim, que se destacava da mulher para a sociedade colonial era de que deveria servir às finalidades do matrimônio.³⁶⁰

³⁵⁷ LOPES, M., 2017, pp. 30-35.

A tese defendida por Maria Antónia Lopes em estudo às fontes literárias aponta para a existência no Portugal urbano setecentista a partir de 1750 (e, principalmente, em 1770) de uma modificação dos costumes dos estratos médio e alto e, conseqüentemente, de uma alteração também nos costumes femininos. Uma das conclusões da autora demonstra que a alteração nos costumes e sociabilidades femininas causaram uma “tensão no relacionamento do discurso normativo, que as enquadrava, com as práticas sociais que passaram a adotar”; a mulher modelo, detentora das virtudes supra descritas e necessariamente adstrita ao ambiente doméstico, passava a chocar-se com a prática da mulher moderna, que sabia tocar, cantar, dançar e mantinha interações sociais abertamente com homens. Em razão da mudança nos comportamentos e nas práticas as representações sobre a mulher também se alteraram, porém sem a exclusão do modelo de mulher virtuosa do campo das representações sociais (LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989).

³⁵⁸ ALGRANTI, 1993, pp. 53; 62-63.

³⁵⁹ BOXER, 1975.

Poucas foram as mulheres que, no momento inicial da ocupação, acompanhavam os maridos na arriscada travessia de Portugal à América. Usualmente permaneciam no reino à espera do retorno dos esposos ou de notícias positivas quanto à instalação nas terras para darem busca a oportunidades de viajarem ao seu encontro. Muitas destas esperas, contudo, foram em vão (ALGRANTI, 1993, pp. 53; 62-63).

³⁶⁰ PORTUGAL. Carta Régia de 2 de Setembro de 1603. In: PORTUGAL. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa**. Compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 22; ALGRANTI, 1993, pp. 62; 67.

As demais, que atuavam no que se pensava sobre as mulheres em Portugal, dissiparam-se nas terras coloniais e, considerando as diferenças sociais e o contexto da escravidão, constituiu distinções nas relações de gênero e entre mulheres brancas e não brancas, livres e não livres. Os modelos e expectativas de papéis sociais tinham variação orientada com os estados tomados, os estratos sociais e, também, na dependência da situação de cor e do estatuto legal.³⁶¹

O imaginar corrente sobre indígenas preguiçosos, avessos ao trabalho, e negros dóceis, naturalmente destinados à escravização, contribuíram para delinear uma esfera de marginalização a estes grupos, compreendendo restrições a determinados espaços das ruas, limitação às lavouras e aos ambientes domésticos em que desempenhavam funções de trabalho, e exclusão de uma série de convívios sociais destinados à fidalguia.³⁶² As representações sobre mulheres não brancas, negras e indígenas, versavam usualmente sobre as suas estéticas e sexualidades. As indígenas eram usualmente retratadas nos diários de viagens como detentoras de belezas exóticas, atraentes e sensuais. Eram tidas como mulheres sempre disponíveis, que “à troca de quaisquer objetos deitavam-se com os portugueses”. em decorrência principalmente da descrição de andarem com seios à mostra, causando repulsa registrada em correspondências entre cleros na colônia e o rei.

As mulheres negras eram vulgarmente representadas como natural detentoras de maiores “apetites”, razão pela qual eram vistas como sensuais e exploradas sexualmente. Muitas delas dedicavam-se a pequenos comércios de produtos alimentícios, função desempenhada comumente por mulheres pobres independentemente do estrato social em que se encontrassem.³⁶³

Mulheres brancas compartilhavam dos espaços da fidalguia, quando de elite, e, quando pobres estavam, também, marginalizadas pela ausência de acesso aos privilégios que aquelas alcançavam. De todo modo, a todas estavam vinculadas as representações de incapacidade e de passividade em decorrência da imbecilidade de seu sexo. O pensamento as atrelava aos lugares sociais de proteção à honra, espaços em que as normatividades em teoria poderiam cumprir amplamente a função de disciplinarização.³⁶⁴ As mulheres deveriam, então, restringirem-se aos espaços domésticos, ter cerceada sua rede de sociabilidades com a finalidade de manutenção da

³⁶¹ ALGRANTI, 1993, p. 54.

³⁶² FIGUEIREDO, MAGALDI, 1985, p. 51; MENEZES, Jeannie da Silva. O direito e o costume: mulheres brancas entre representações e práticas no século XVIII. **Mneme, Revista de Humanidades**, Caicó, v. 7, n. 16, pp. 211-229, 2005, pp. 211-212.

³⁶³ FIGUEIREDO, MAGALDI, 1985, p. 56.

³⁶⁴ MENEZES, 2005, pp. 211-213.

família e, às casadas, de servidão ao marido e cuidado dos filhos. As saídas, em tese, estariam atreladas às obrigações religiosas que deveriam cumprir, como comparecer à missa e realizar a confissão.³⁶⁵

A vida doméstica feminina, voltada à contração de matrimônio, entrelaçava-se com as obrigações relacionadas à maternidade. As representações sobre o corpo feminino usualmente o compreendiam como naturalmente delineado para a reprodução, e a concepção acabava por significar um dever às mulheres casadas. Após o Concílio de Trento, além da geração dos filhos, a importância da família atribuiu às mães a responsabilidade da transmissão dos valores cristãos e morais.³⁶⁶ Mary Del Priore, com fulcro nessa relevância, defende que a maternidade foi uma das principais formas de resistência das mulheres coloniais, utilizando-se da união aos filhos nos espaços domésticos como formas de enfrentar situações de opressão. Essa seria uma estratégia desempenhada também pelas escravizadas e forras, dedicando-se às crianças recém-nascidas com os mesmos cuidados tomados pelas mulheres brancas.³⁶⁷

Quanto à transmissão dos valores, a partir dos 7 anos introduziam-se as diferenças no tocante à educação feminina e masculina. Do nascimento até os 3 anos de idade – fase da primeira infância, da criação – as crianças estavam a cargo da responsabilidade materna.³⁶⁸ Dos 4 anos em diante a questão dos alimentos eram destinados ao encargo do pai e até os 7 anos – fase da segunda infância – a criança acompanhava a vida dos adultos sem, entretanto, serem-lhe exigidas contraprestações de trabalho e de obrigações religiosas. Aos 7 começavam a cumprir os papéis a que eram destinados, com deveres religiosos e de trabalho. Meninos eram destinados às primeiras letras e meninas, aos serviços domésticos.³⁶⁹

A representação da ociosidade das mulheres brancas de elite, como denominado por Maria Beatriz Nizza da Silva, sustentava a perspectiva de que não seriam afeitas a quaisquer ocupações, envergonhavam-se de serem vistas desempenhando algum serviço e, por esta razão, os trabalhos domésticos eram delegados aos escravizados pertencentes à família.³⁷⁰ Saberes comuns às mulheres de elite em Portugal, como passar o tempo costurando, bordando, fiando

³⁶⁵ SILVA, M., 1995, p. 86; ALGRANTI, 1993, p. 116.

³⁶⁶ ALGRANTI, 1993, p. 47.

³⁶⁷ DEL PRIORE, 1993, p. 18; 2000, pp. 81-82.

³⁶⁸ Especificamente quanto à amamentação, não raro mulheres da nobreza e fidalguia transferiam esta obrigação às amas, e o questionamento a esta prática tornou-se pauta da divisão de opiniões ao final do século XVIII. De um lado, defensores de que o estatuto livraria mulheres “de qualidade” desta obrigação – com indicações da medicina popular para secagem segura do leite – e, de outro, argumentos de que o alimento à criança era por natureza encargo da mãe, contrariando os instintos maternos se assim não o fizesse (SILVA, M., 2004, pp. 13-20).

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ Denominado pela autora como um mito disseminado principalmente pelos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX, como Victor Athanase Gendrin e Adèle Toussaint-Samson (*Ibidem*, 1995, p. 76).

algodão, fazendo colchas e rendas, eram tidos como alvos de desinteresse àquelas que viviam na colônia pelo trabalho das escravizadas, forras e brancas pobres.³⁷¹

A conjuntura passível de ser visualizada nas fontes estudadas sugere um cotidiano feminino diverso desse descrito pela autora. A partir das narrações de algumas ocupações diárias das mulheres que compareceram aos juízos de Curitiba e de Paranaguá para prestarem testemunhos³⁷² nas causas analisadas, a sugestão é de que a vivência abrangia o exercício de alguma forma de trabalho à maior parte, incluindo entre elas as que pertenciam às famílias da “nobreza da terra”. Funções desempenhadas em lavouras de subsistência familiar e em vendas foram comuns e mais numerosas em comparação às que declaravam viver sob o poder do pai ou do marido.³⁷³

As viúvas de elite, ou casadas na ausência dos maridos, poderiam exercer ocupações quando logravam autorização régia³⁷⁴ ao desempenho de funções de gestão da casa, assumindo a administração patrimonial, as atividades exercidas nos engenhos, vendas ou comércios que pertenciam aos seus esposos.³⁷⁵ Porém, essas eram situações que, embora pudessem ser frequentes na dependência da vila ou cidade, não eram a regra. A vida doméstica em teoria deveria ser dominada pelo governo do homem, pai ou marido, e era de sua responsabilidade a correção aos membros da entidade familiar. Nos casos de insubmissão e transgressão dos valores familiares, não raro a autoridade paterna, ou marital, utilizava-se de estratégias de agressão física de punição ou para a prevenção.³⁷⁶ Às mulheres, poderia ser acrescido a esta forma de correção o envio à clausuras no intento de assegurar suas virtudes e, principalmente, suas honras. Não era incomum, nas vilas em que existissem recolhimentos e conventos³⁷⁷, que os pais e maridos optassem por enviar suas filhas e esposas à tutela das instituições, mesmo que de forma passageira, e com finalidade punitiva ou não.³⁷⁸

³⁷¹ *Ibidem*, pp. 79-82.

³⁷² Expõe-se especificamente aos testemunhos por ser nesse comparecimento ao juízo obrigatória a declaração das ocupações. Quando autoras ou rés dos processos, não há descrição clara.

³⁷³ Sobre isso, é possível ver no anexo II quando as testemunhas declaravam quais eram suas ocupações.

³⁷⁴ Esta autorização era realizada por concessões régias (SILVA, M., 1995, pp. 79-80).

³⁷⁵ *Ibidem*, pp. 79-82.

³⁷⁶ SEELAENDER, 2017, pp. 329; 338-343.

³⁷⁷ Os conventos eram voltados à contemplação do divino, dedicação à religiosidade e desenvolvimento de uma vida de fé, tendo o fundamento do afastamento na vocação religiosa. Os recolhimentos, por sua vez, eram instituições que objetivavam o resguardo das mulheres solteiras no afastamento ou desejo dos pais, ou das órfãs, o depósito das casadas durante a ausência dos maridos, a acolhida de viúvas e visavam corrigir aquelas enviadas em razão de falhas de comportamento no julgamento dos pais ou maridos. Isto é, não objetivavam retirar as mulheres da sociedade mais sim prover uma correta inclusão, conservando, por isso mesmo, um significado educacional (ALMEIDA, 2005, p. 27; SILVA, M., 1984, pp. 23-24).

³⁷⁸ SILVA, M., 1995, p. 86; ALGRANTI, 1993, p. 51.

Ambos representavam locais de preservação, pela reclusão, da honestidade. Em geral, expõem Almeida e Algranti, a clausura feminina nestes moldes institucionais se relacionava mais com a condição feminina que com a simples devoção religiosa. Não ser tutelada pela família e ser obrigada a se aplicar em trabalhos manuais para a sobrevivência eram dois dos fatores que acarretariam a piora da condição de mulheres da elite, fazendo-as deteriorar a boa estima social. Foram locais cujos propósitos eram manter a virtude e a castidade pela distância das sociabilidades familiares e das cidades, além de representarem uma alternativa para que as mulheres não sofressem as consequências da pobreza e da miséria, situações que colocavam em risco a conservação da sua condição. Refletem, nesta esteira, um zelo bastante grande com a castidade das mulheres e, conseqüentemente, com o prestígio das famílias, considerando que, em um contexto em que os ditames religiosos detinham tamanha importância ao reconhecimento social, o envio das filhas a conventos e recolhimentos parecia ser o almejado enquanto uma condição maior.³⁷⁹

Apesar da existência desses formatos de instituições nas regiões que atualmente correspondem aos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, trabalhadas da pesquisa de Algranti, não foram encontrados tais indícios nas vilas de Curitiba e de Paranaguá. As fontes sugerem que quando os pais e maridos ausentavam-se da residência deixando as filhas ou esposas sozinhas, era mais comum que tomassem para si a gestão dos assuntos da casa ou permanecessem assistindo na residência de algum parente, principalmente do pai ou dos tios.³⁸⁰

Parece correto apontar que as representações femininas na colônia foram permeadas pelas lógicas teológica e médica provenientes da metrópole, reverberando ideais de devoção, obediência, discrição e, sobretudo, de honestidade, orbitando ao redor desta uma gama de comportamentos esperados pela ordem cristã e moral à sua proteção. A condução à reclusão como forma primordial de proteção colocava, em teoria, o ambiente doméstico como por excelência o espaço em que deveriam as mulheres ser mantidas. Não significou, entretanto, seu o estrito cumprimento; é preciso colocar, novamente, a matização em decorrência das particularidades sociais impressas pela escravização, pelas presenças indígena e negra, pelo direcionamento dos portugueses ao matrimônio ao menos na conjuntura da ocupação, pela ausência de projeto político da coroa portuguesa na colonização, pela flexibilidade institucional régia e eclesiástica, incluindo os que ali desempenhavam funções.

³⁷⁹ ALMEIDA, 2012, pp. 97; 110-113; 2005, pp. 32; 103-105; ALGRANTI, 1993, pp. 40-45, 51, 105-106; SILVA, M., 2004, pp. 25-26.

³⁸⁰ Como foi o caso de Ana Michaela, analisado na parte II.

2.2 *INFIRMITAS SEXUS* E O DIREITO CRIMINAL: CAPACIDADES, INCAPACIDADES E MITIGAÇÃO DAS PENAS

Os ideais de comportamentos femininos expostos pelos pensamentos da teologia, da medicina e do direito circulavam nas vilas de Paranaguá e de Curitiba. Configuravam-se muitas vezes como normas inscritas na legislação portuguesa para atestar as capacidades e as incapacidades femininas, interferindo diretamente na perspectiva da prática judicial e na tratativa de magistrados e oficiais da administração da justiça em relação às mulheres. Nos processos crime, estas noções integravam a tônica das facetas da fama e de alguns dos argumentos, muitas vezes postas como elementos que ensejavam a culpa ou que excluía a punição, significando na maioria das vezes fatores cruciais à fundamentação dos magistrados na prática dos foros.

Essa circulação se fazia sentir na elaboração das doutrinas ou nas instâncias de decisão, os juristas a realizavam a partir da articulação de conceitos e com uma linguagem própria do jurídico, e não a partir das coisas – muito embora em decorrência delas. Com base na estratégia usual de construção teórica do direito do período moderno, o ser mulher, então, não poderia para o direito significar ser uma coisa, teria de deter sua relevância nas definições e classificações realizadas pelo jurídico.³⁸¹

O significado era dado em decorrência da relação entre os gêneros e o masculino era a referência a partir da qual eram verificadas as diferenças. As concepções reverberavam, também, a hierarquização dos gêneros presente nas compreensões sociais e a reforçavam, ou a explicitavam, nas searas textuais e normativas, isto é, na doutrina e na legislação. A lógica de mundo partia deste modelo de ordem natural e o direito o apreendia, interpretava-o de acordo com a sua linguagem interna, e o refletia quando da sua reprodução na sociedade. As influências entre as facetas que compunham o social e o jurídico eram, portanto, recíprocas.

O jusnaturalismo de fundo tomista dava amparo ao jurídico com fulcro na lógica de ordem natural. Dentro desse espectro, haveria um direito natural proveniente dessa ordem, e aos juristas caberia a manutenção deste mundo multiordenado sem qualquer objetivo de criação, reordenação ou ressignificação. As atribuições, então, seriam reproduzir a ordem jurídica como espontaneamente surgia, observando, refletindo e interpretando toda a pluralidade de ordens existentes e encontrando formas de aplicar o direito dela advindo.³⁸²

³⁸¹ HESPANHA, 2010b, p. 103.

³⁸² HESPANHA, 2010a.

Os textos jurídicos não configuravam um espelho da realidade social, "mas um seu filtro e reconstrução"³⁸³, atuando de modo a ressignificar alguns elementos sociais ao mesmo tempo que silenciava outros, criando realidades imaginárias aos juristas daquele tempo, possuindo portanto uma autonomia relativa. Não é somente um aspecto da realidade, mas incluem o relacionamento com as outras realidades a eles contemporâneas, influenciando-as e alimentando-se delas.³⁸⁴

As disparidades do feminino em relação ao masculino detinham impactos das concepções sociais e estavam igualmente conduzidas pela lógica da essencialidade dos gêneros. Circulavam representações compartilhadas entre o jurídico, o teológico e o médico, como a fraqueza, a debilidade intelectual, o ócio e a indignidade, enquanto manifestações do que significava a natureza do ser mulher. Nas normas jurídicas, o todo era representado pelo homem e a essência feminina delineava as situações em que houvesse diferenciação, podendo lhe imprimir uma série de incapacidades a atos jurídicos. Isto é, as palavras e denominações inscritas na legislação e na doutrina abarcavam as representações, ensejando a demonstração lógica e natural de determinadas ideias morais.³⁸⁵

Partindo de um conceito, então, o significado de ser mulher na esfera jurídica estava entrelaçado com compreensões de fora do ramo jurídico³⁸⁶, em influências recíprocas que definida pela lógica da essencialidade do gênero. Essas construções passaram, no século XIII, a deter explicação teórica jusnaturalista por Tomás de Aquino, a partir do qual os pensadores passaram a justificar de modo sistemático a lógica da fraqueza constitutiva da mulher.³⁸⁷

As modificações dos modos de pensamento sobre a diferenciação sexual entre homens e mulheres, o enfoque maior nos papéis sociais do que na anatomia do corpo, foram acompanhadas por debates – principalmente humanistas – entre pensadores e pensadoras dos séculos XVII e XVIII a respeito dos “direitos civis”³⁸⁸ das mulheres. O ambiente intelectual ainda detinha como perspectiva a orientação pela ordem natural, a qual justificava as hierarquias entre gêneros pautadas pelas representações femininas. Amparavam-se na constituição física e intelectual, diferença atrelada ao sexo biológico, portanto ao corpo, e intransponível.³⁸⁹ Nessa

³⁸³ HESPANHA, 1993, pp. 494-495.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ LOPES, 2017, p. 30; HESPANHA, 2015, pp. 246-248; HESPANHA, 2010b, pp. 103-105.

³⁸⁶ ALVES, Silvia. *Infirmitas sexus, animi levitas*. Notas sobre a punição das mulheres na vigência das Ordenações Filipinas. *Revista Duc In Altum*, Recife, v. 4, n. 6, pp. 9-62, jul./dez. 2012, p. 14.

³⁸⁷ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. As normas do controlo. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994a, pp. 27-28.

³⁸⁸ O termo está entre aspas para marcar sua historicidade, o que compreende, também, questões a respeito da amplitude de alcance das capacidades civis a que se estava a discutir neste momento histórico.

³⁸⁹ MARTINS, A., 2004, pp. 30-31.

ótica, a fundamentação de proibições com fulcro em incapacidades no campo jurídico advindas da fragilidade, fraqueza e debilidade do sexo foi muito comum entre os juristas, mesmo que através de argumentos frequentemente contraditórios.³⁹⁰ A *infirmitas*, a fraqueza débil oposta à *integritas*, que abrangeria não apenas o corpo mas o ânimo, o entendimento³⁹¹, seria a característica definidora do feminino. Sob a perspectiva de Hespanha, essa lógica foi unânime.³⁹²

A inferioridade e a submissão eram, pois, as ideias manifestadas regularmente.³⁹³ Nos séculos XVI e XVII, Álvaro Valasco e Manuel Álvares Pegas sustentavam que a ignorância era atributo natural das mulheres, razão pela qual eram equiparáveis às crianças e aos rústicos, condição que as faria não serem inteligíveis às complexidades do direito e impossibilitaria a presunção de que conhecessem os elementos e articulações jurídicas.³⁹⁴ António Cardoso do Amaral, com fulcro no direito comum circulante em Portugal ao começo do século XVIII, fundamentava que a fragilidade imprimia a elas a deterioração natural.³⁹⁵

Algumas das noções sobre as mulheres e o direito, entre doutrinadores, o direito comum e o direito régio, podem ser trazidas à tona através da conhecida obra de Rui Gonçalves.³⁹⁶ A publicação reuniu algumas sugestões que permitem compreender o universo intelectual dos juristas sobre o feminino vez que se dedicou inteiramente a expor as condições através das quais compreendiam os comportamentos das mulheres.³⁹⁷ O autor fora o primeiro a sistematizar dentre as normatividades presentes no direito português elementos que permitissem afirmar por algum grau de salvaguarda e de menor discriminação às mulheres. Isto

³⁹⁰ ALVES, 2012, p. 18.

³⁹¹ BLUTEAU, 1713, p. 203.

³⁹² HESPANHA, 2015, p. 249.

³⁹³ ALVES, 2012, p. 19.

³⁹⁴ VALASCO, Álvaro. *Decisionum, Consultationum ac Rerum Iudicararum in Regno Lusitaniae*. Livro Segundo. Genebra (Colloniae Allobrogum): Marci-Michaelis Bousquet & Sociorum, 1735, *consultatio* CXXXVIII, n. 5, pp. 95-96; PEGAS, Manuel Álvares. *Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae*. Tomo quarto. Lisboa: Ex Typographia Ioannis A Costa, 1672, Lib. I, tit. 62, parag. 43, n. 5, p. 679.

Sobre os juristas, ver anexo I.

³⁹⁵ AMARAL, António Cardoso. *Liber Utilissimus Iudicibus et Advocatis*. Tomo II. Coimbra: Apud Franciscum de Olyveira Universitatis Typographi, & Familiaris Sancti Officij, & Sumptibus, 1733, verbo *Mulier*, p. 114.

Sobre o jurista, ver anexo I.

³⁹⁶ Primeira edição: GONÇALVES, Rui. *Dos privilegios e praeerogativas q ho genero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino*. Apud Jobannē Barreiu Regium Typograpbum, 1557.

Segunda edição: GONÇALVES, Rui (autor); S., J. A. Presbit. (ed.). *Privilegios e prerogativas que o genero feminino Tem por direito commum, e Ordenações do Reino, mais que o genero masculino*. Dedicado á Serenissima Rainha D. Catharina pelo licenciado Rui Gonçalves Lente de Instituta na Universidade de Coimbra, novamente offerecido a Augustissima Senhora D. Maria I. rainha de Portugal e Algarves Por J. A. Presbit. S.. Lisboa: Na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.

Sobre o jurista, ver anexo I.

³⁹⁷ HESPANHA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 21, pp. 8-16, jan./mar. 1995.

é, no interior de uma ordem que carregava a manutenção de situações desfavoráveis ao feminino, fizera o esforço de enaltecer algumas normas que, por mais que pudessem compor argumentos frágeis, abrissem um espaço de mínimo anteparo às mulheres.³⁹⁸

As noções de privilégio e de prerrogativas estavam vinculadas a um estatuto jurídico específico, representando as particularidades jurídicas àqueles pertencentes a determinados grupos sociais. Significava um conjunto de normas que, permeado pelos estratos, estados e condições, lhes vinculavam a um regime próprio.

A primeira edição fora publicada em 1557, momento em que existia uma influência de teóricos definidos como humanistas e a reprodução, entre os filósofos e literatos, de discussões acerca das capacidades femininas.³⁹⁹ O propósito maior da obra, para além da inserção em meio a referências que explicassem a possibilidade de se escrever uma literatura jurídica específica às mulheres, foi a dedicatória endereçada à D. Catarina de Áustria (1507-1578), rainha regente de Portugal a partir de 1557.⁴⁰⁰ A finalidade, pois, não era o questionamento das representações estabelecidas sobre o feminino, mas antes incitar o agraciamento régio, embora tenha também contribuído para o debate sobre as representações de forma contra majoritária.⁴⁰¹ Em decorrência das opiniões divergentes à época, representou uma abertura de espaço para a discussão das questões relativas às mulheres e o direito, e a retomada deste texto em discursos posteriores sobre a mulher portuguesa colaborou para, segundo a Almeida, o fortalecimento dos argumentos levantados nos séculos seguintes que pudessem favorecer o feminino.⁴⁰²

Na segunda edição, de 1785, o capelão de D. Maria I explicou à abertura da obra que, embora o objetivo de Gonçalves tenha sido a proteção régia de uma soberana, não seria a este objetivo de direcionamento da segunda publicação, mas a combater “as mentirosas opinioens

³⁹⁸ LOPES, M., 2019, p. 124.

³⁹⁹ A exemplo, o *De institutione foeminae christiane*, publicado em 1529 e de autoria de Juan-Luis Vives, foi uma das obras referência a respeito da educação feminina no século XVI, resumindo as indicações de comportamentos próprios que direcionavam à proteção da honestidade e da castidade. Os debates humanistas sobre a situação feminina em oposição à separação das mulheres e da *humanitas* tiveram profusão iniciada no século XIV no conjunto que ficou conhecido como *Querelle des Femmes* (LOPES, M., 2019, p. 111; MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem embargo de ser femea**: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no ‘direito local’ de Pernambuco no século XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife, 2010. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010, pp. 120-121).

⁴⁰⁰ A publicação fez com que Gonçalves fosse nomeado a procurador da Casa da Suplicação – fato bastante comum aos letrados que prestassem obras em homenagem à família real. O autor não fora, portanto, o único a endereçar um livro à D. Catarina de Áustria; outros – em sua maioria de cunho mais religioso e moral – já haviam a ela oferecido suas obras, muitas das quais repetindo as mesmas qualidades morais e políticas da rainha (FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Literatura moral e discursos jurídicos: em torno dos “privilégios” femininos no século XVI em Portugal*. **Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas**, Porto, n. XVII, pp. 403-418, 2000, p. 406-408; SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **Direito e Gênero: Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)**, Goiânia, 2007, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, p. 54).

⁴⁰¹ HESPANHA, 2010b, p. 101; 1995, p. 8.

⁴⁰² ALMEIDA, 2005, p. 78.

dos antigos escriptores”. No prólogo do editor, manifestou-se a respeito da produção literária “para instrução da mocidade, ja na moral, na historia, na politica, e ja na economia, no comercio, e nas artes” em circulação em Portugal por trabalho de tradutores portugueses. Todavia, identificou a necessidade de publicar, também, “hum antigo volume por lisonjear particularmente as Fidalgas Portuguesas, que justamente deviam apeteer hum livrinho em abono do seu sexo”.⁴⁰³

A obra foi estruturada em duas partes. A primeira trouxe nove virtudes cujos discursos utilizados sugerem uma mescla entre elementos jurídico-filosóficos e passagens aproximadas ao gênero panegírico, adequando imagens clássicas e símbolos à visão cristã.⁴⁰⁴ Na segunda parte estavam expostas as prerrogativas que as mulheres possuíam no direito.⁴⁰⁵

As virtudes femininas descritas eram: doutrina e saber, conselho, fortaleza, devoção e amor a Deus, liberalidade, clemência e misericórdia, castidade, amor conjugal e ociosidade. A doutrina e o saber eram eminentemente dotados por homens, mas possíveis – mesmo que de modo escasso – de serem encontradas em mulheres. De cunho político, representavam a capacidade de versar a respeito das letras, das artes, das ciências e do governo, abarcando as virtudes do conselho e da fortaleza, isto é, o entendimento sobre confecção de leis e estratégias de guerra. A liberalidade, por sua vez, era compreendida como generosidade específica dos príncipes, vinculada às atividades de governabilidade com a graça. A clemência e a misericórdia seriam, para o autor, melhor expressadas pelas mulheres que pelos homens – por considerá-las mais devotas a Deus –, possuíam importante função política enquanto parte do amor e da amizade e mantinham papel fundamental de governabilidade ao lado da mercê. Estes atributos – tipicamente masculinos – deslocariam a mulher do seu local essencial e a capacitariam com habilidade para aprender, gerir, escrever e decidir, como o governo da casa, administração da justiça, de negócios e, à extensão, o governo de reinos.⁴⁰⁶

⁴⁰³ GONÇALVES, 1785, fls. 3-4.

⁴⁰⁴ Este tom laudatório em textos a respeito das mulheres pode ser observado ao longo de todo o século XVII (ALMEIDA, 2005, p. 79).

⁴⁰⁵ Os exemplos são retirados de autores como Santo Agostinho, Homero, Marco Aurélio, Cícero, Sêneca, Plutarco além de diversas passagens bíblicas. Esta utilização, porém, não representava à época algo inédito realizado por Gonçalves. Os modelos de mulheres embasados nos comportamentos morais e virtuosos eram largamente utilizados por uma variedade de literaturas portuguesas. A exemplo, as obras que dedicavam-se à educação matrimonial publicadas no mesmo período em que a obra fora desenvolvida também utilizavam-se desta estratégia, como *Carta de Guia de Casados* (1650), de Francisco de Melo, *Instrucción de la mujer Cristiana* (1528, original data de 1524), de Lluís Vives, *Espelho de Casados* (1540), de João de Barros, *Coloquios Matrimoniais* (1550), Pedro de Luján, *La perfecta casada* (1583), Luis de Leon, *Casamento Perfeito* (1630), Diogo Paiva de Andrada e *Tratado en loor de las mujeres* (1529), Cristóvão da Costa (SERRA, Pedro. Da figura à voz anônima. Aproximação aos *exempla* femininos no discurso moralístico sobre o casamento (sécs. XVI-XVII). **eHumanista Journal of Iberian Studies**, Santa Barbara, v. 1, pp. 98-118, 2001).

⁴⁰⁶ GONÇALVES, 1557, pp. 9-22; 1785, pp. 8-48.

As virtudes com as quais o autor iniciara o livro foram orientadas diretamente ao papel desempenhado pela mulher cuja atenção objetivava alcançar: uma rainha. Todavia, note-se que – muito embora afirmar que estes comportamentos eram contrários à natureza feminina – o argumento pela capacidade política, de apreensão das letras, da ciência e de exercício de jurisdição era uma concepção a temperar o regime português das incapacidades, sobretudo quanto à governabilidade, à sucessão de feudos, morgados, regalias e ao governo da casa. Este pensamento não era unânime.

Ao início do XVII, Manuel Mendes de Castro e Jorge de Cabedo posicionavam-se contrários a esta lógica. Em decorrência do estabelecimento da Lei Mental (1434), que excluía as mulheres da linha sucessória aos bens da coroa e impactava nos regimes de transferência de herança, Cabedo sustentou serem as mulheres incapazes de deter competência a muitos atos que significassem exercício de jurisdição – e de guerra –, como julgar e nomear ofícios específicos, tais como ouvidor e juiz.⁴⁰⁷ Particularmente à impossibilidade de governo da casa, Mendes de Castro defendia ser prerrogativa do sexo feminino em decorrência da sua fragilidade, vez que ao homem caberia suportar os fardos da família.⁴⁰⁸

Pegas, relativizando a regra em argumentação desenvolvida em processo de sucessão de uma mulher como donatária da capitania de Pernambuco no século XVII, defendeu que a situação de ser a única herdeira lhe daria aptidão para concorrer ao patrimônio de forma legítima.⁴⁰⁹ Amaral, expondo a existência, no direito comum, da ponderação à regra consoante essas limitações, argumentou não existir impossibilidade taxativa ao exercício de julgar e decidir, mas apenas a atribuições de ofícios de administração jurídico-política por estarem demasiadamente afastadas das capacidades femininas.⁴¹⁰ Os costumes – ou a delegação régia –, porém, poderiam permitir que detivessem uma jurisdição extra judicial e o condicionamento não seria a capacidade, mas a honestidade.⁴¹¹

A ordem natural e a representação da essência frágil imprimiam essa incapacidade no exercício de formas de jurisdição à mulher, porém Pegas e Amaral pontuaram pela relativização desse pensamento a partir de fatores apreendidos de cada caso. A capacidade surgiria, portanto,

⁴⁰⁷ CABEDO, Jorge de. **Praticarum observationum, sive Decisionum Supremi Senatus Regni Lusitaniae**. Pars Secunda. Antuérpia: Joannem Baptistam Verdussen, 1734b, Decisio XXVII, p. 38.

Sobre o jurista, ver anexo I.

⁴⁰⁸ CASTRO, Manoel. **Practica Lusitana**. Tomo III. Coimbra: Josephum Ferreyra: Universitat. Typograph, 1680, cap. 9, p. 111.

Sobre o jurista, ver anexo I.

⁴⁰⁹ PEGAS, Manuel Álvares. Apud MENEZES, 2010, pp. 126-127.

⁴¹⁰ Para Gonçalves, o exercício destas funções não traria “saúde à alma” (GONÇALVES, 1557, p. 45; 1785, p. 110).

⁴¹¹ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 114.

na situação de a mulher ser a única herdeira nas questões de sucessão e em decorrência dos costumes na dependência de deter um comportamento honesto. Isto é, ambos doutrinadores sugeriram que, ao contrário da explicação essencialista à incapacidade, a capacidade seria circunstancial.

Os ecos desta construção de pensamento atuaram na flexibilização da Lei Mental através de dispensas expressas⁴¹², e, conseqüentemente, no afastamento progressivo de sua aplicação ao longo dos séculos XVII e XVIII. Esta reverberação parece ter sido abarcada pelas Ordenações Filipinas e normatizado a gestão de bens e o governo da casa pelas mulheres. Os títulos XCIV e XCV do Livro IV, que regem a sucessão entre consortes, definiram que a mulher poderia ficar “em posse e cabeça de casal por morte do seu marido”⁴¹³, desde que cumpridos os pré-requisitos de que estivesse vivendo com ele no momento em que falecera, que permanecesse no estado de viúva e residente na mesma casa.⁴¹⁴ O Livro III, título XLVIII, estabeleceu que o marido não poderia ajuizar ações a respeito de bens de raiz sem que tivesse a autorização expressa de sua esposa.⁴¹⁵ Ainda, o trânsito das mulheres no comércio, conforme Pereira e Sousa, teve mercê concedida pelo Decreto de 16 de Dezembro de 1757 que estabeleceu o Estatuto dos Mercadores de Retalho, possibilitando-lhes, embora excluídas das corporações de mercadores, a venda exclusiva de determinados tecidos em locais específicos de Lisboa vez que “não he justo que fiquem privadas deste modo de ganhar a sua sustentação”.⁴¹⁶

Pode-se fazer menção, ainda, a um documento interessante encontrado entre as fontes do Juízo Ordinário de Curitiba. Josefa da Silva, portuguesa que viera à colônia na companhia de seus pais, ingressou em 1749 com petição de justificação perante o juiz ordinário requerendo que, mediante o recém tomado estado de viúva pelo falecimento de seu marido, pudesse permanecer com a tutela de seus seis filhos. Justificou ter “capacidade, e toda a suficiência” para tanto, bem como para reger seus bens. Trouxe a juízo três depoentes, todos homens e seus vizinhos, que relataram “em vida do dito seu marido viveu com muito zelo no aumento de sua fazenda”, “ser discreta”, “por ser ágil e ter entendimento e outrossim saber ler e escrever”,

⁴¹² FREIRE, 1789-1794; 1967, pp. 60-61.

Sobre o jurista, ver anexo I.

⁴¹³ OF, L. IV, tit. XCV, p. 949.

⁴¹⁴ MENEZES, 2005, p. 215.

⁴¹⁵ OF, L. III, tit. XLVII, p. 631.

⁴¹⁶ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes**. Obra Posthuma. Tomo segundo. F-Q. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1827a, p. 276; PORTUGAL. Decreto de 13 de Dezembro de 1757, Estatuto dos Mercadores de Retalho. In: PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maignense, 1830, p. 574.

sendo que uma das testemunhas narrou ter com ela trocado cartas. À Josefa foi concedida a tutela e autorizada a gestão dos bens, exercendo muito provavelmente a chefia de sua família.⁴¹⁷

Retornando à descrição das virtudes por Gonçalves, expôs aquelas que eram colocadas como mais afeitas às mulheres, como o exercício da devoção, reforçando a submissão feminina. A castidade – exigida de ambos os gêneros – seria a manifestação contrária aos pecados da incontinência e sensualidade e, à transgressão, o direito permitia o castigo da morte pelas mãos do próprio pai.⁴¹⁸ Em sequência, atendo-se à vida sexual, à legitimidade dos filhos e ao controle, expôs o autor a virtude do amor conjugal e, por derradeiro, a ociosidade, definida como algo contra a natureza humana tendo em vista que abria espaços à reprodução de muitas malícias. Por esta razão, não teria sido incomum em Portugal que as mulheres, mesmo pertencentes aos estratos sociais de elite, fossem empregadas a trabalhos manuais.⁴¹⁹

A lógica do pecado era vinculada ao feminino vez que, atingindo a alma através da carne, encontraria nas mulheres maior suscetibilidade. Assim, a castidade – isto é, o vencimento dos elementos corpóreos, o transcender à vontade do corpo – estaria entre uma das práticas contrárias à própria natureza feminina e integraria o reconhecimento da essência varonil. Às mulheres, o comportamento casto significaria a negativa à feminilidade tal como pensada no período.

Os argumentos estavam amparados em uma noção essencialista a respeito dos gêneros, imprimindo as virtudes como um meio de fundamentação das incapacidades e das capacidades da mulher. O autor, por derradeiro, sugeriu a possibilidade de “igualdade dos sexos” no tocante às virtudes mediante a renúncia daquilo que era estabelecido como feminino e a adoção de condutas essencialmente masculinas. Mesmo que as adotasse, porém, o lugar textual da mulher continuaria conhecido.

A este lugar, ainda, conformava-se a exaltação realizada pelo primeiro grupo de virtudes: a imagem idealizada da mulher casta, submissa, amorosa ao marido, devota a Deus e que tem misericórdia por aqueles que a cercam – virtudes estas direcionadas ao feminino como um todo. Foram desta seção omitidas atribuições correntes, como a vergonha, a submissão e o silêncio. Talvez isto se explique pela tentativa de maior atenção às características que poderiam ser diretamente relacionadas às capacidades da vida política e talvez aproximar virtudes que pontuassem características pelas quais as mulheres eram elogiadas mantendo o tom da obra no enfoque dos privilégios. De todo modo, a gama de exemplos trazidos à tona são, em maioria,

⁴¹⁷ APPR. PB 045.PC715.21, Caixa 21, Autuação de petição ao diante junta, 1749.

⁴¹⁸ GONÇALVES, 1557, pp. 17-18; 1785, pp. 36-53.

⁴¹⁹ SANTOS, G., 2007, p. 86.

representações de mulheres casadas, em que os comportamentos teriam a finalidade direcionada, de um modo ou de outro, ao marido e aos filhos.

As Ordenações Filipinas possuíam como pano de fundo o pensamento de que o feminino significava fraqueza, fragilidade e imbecilidade, traduzindo-se em grande medida no gênero débil. Nessa perspectiva, registraram várias incapacidades jurídicas em “respeito à fraqueza do entender das mulheres”⁴²⁰, como, a exemplo, a proibição normativa de figurarem como fiadoras⁴²¹, a limitação de valores dos bens que solteiras e viúvas poderiam doar⁴²², a perda dos bens geridos pela viúva quando contraísse segundo matrimônio⁴²³ e, especificamente em decorrência da fragilidade, a perda da qualidade se contraísse casamento com alguém de estrato social hierarquicamente abaixo e a impossibilidade de manter a linhagem e a memória familiar.⁴²⁴ Assim, Amaral concluiu que a gama de incapacidades que por essência possuíam era a motivação pela qual deveriam estar submetidas à tutela alheia a vida toda: primeiramente à do pai – sob a *patria potestas* – e, após a contração do matrimônio, à curatela do marido.⁴²⁵

Além das incapacidades supracitadas, atributos como perversão, lascívia, depravação, imodéstia, avareza e impureza estavam usualmente moldando o prisma dos juristas sobre determinadas proibições. A descrição de alguns comportamentos pelas Ordenações mantinha como embasamento a lógica da conservação da honestidade e a regra da manutenção do pudor.⁴²⁶

Gonçalves deu seguimento à obra desenvolvendo a segunda parte com a listagem de 106 “privilégios e prerrogativas” amparando-se nas Ordenações Manuelinas, nas Siete Partidas, no Corpus Iuris Civilis, nas Leis Extravagantes, no Regimento dos Desembargadores do Paço e em excertos bíblicos, o que permite ter uma mostra das variadas fontes do direito que circulavam no Antigo Regime. No que tange às temáticas de direito “civil”⁴²⁷, a maioria das

⁴²⁰ OF, L. IV, tit. LXI.

⁴²¹ OF, L. IV, tit. LXI; BARBOSA, Manuel. **Remissiones Doctorum ad Contractus, ultimas voluntates, et delicta spectantes**. Lisboa: Ex officina Petri Craesbeeck, 1618, ad Ord. Lib. IV, tit. LXI, p. 124. Sobre o jurista, ver anexo I.

⁴²² OF, L. IV, tit. LXII.

⁴²³ OF, L. IV, tit. XCV.

⁴²⁴ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 118. Se o homem nobre contraísse casamento com “plebeia” passaria a ela sua qualidade (PEGAS, Manuel Álvares. **Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae**. Tomo sétimo. Lisboa: Antonii Leite Peretra, 1682, ad Ord. Lib. I, tit. XC, § 16, gl. XVIII, n. 1, p. 387).

Isso não significava, porém, que em sendo ambos os pais nobres a mãe não poderia derivar sua qualidade. Sob a ótica do argumento de Melo Freire ao final do XVIII, as Ordenações Filipinas previam a possibilidade da passagem nobilitária aos filhos pela via materna à escolha, vez que poderiam “tomar somente estremes as armas da parte de suas mães, podel-o-hão fazer” (OF, L. V, tit. XCII, § 4; FREIRE, 1789-1794, 1967, p. 46).

⁴²⁵ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 118.

⁴²⁶ HESPANHA, 2015, pp. 250-251.

⁴²⁷ As prerrogativas identificadas como mais aproximadas ao direito “civil” são aquelas que dizem respeito à gestão, administração e alienação de bens, bem como empréstimos de dinheiro, sobretudo no que afetariam o dote e as questões de sucessão, testamentárias e inventariais. (GONÇALVES, 1557, pp. 35-106; 1785, pp. 80-287).

prerrogativas concerniam ao dote e à sua administração, elemento oriundo de regra matrimonial de direito comum e acolhido pelas Ordenações.⁴²⁸ Em alguns casos, poderia ser considerado como uma forma de salvaguarda econômica da mulher no período moderno⁴²⁹, mas era também a garantia material da honestidade ao mesmo tempo em que asseguraria a menoridade econômica feminina pela transferência patrimonial através da linhagem masculina.⁴³⁰ A matéria era objeto de considerações por vários doutrinadores, a tradição comum e a legislação, ao mesmo tempo que colocavam algumas limitações ao acesso das mulheres a seus dotes em decorrência da teórica incapacidade de gestão patrimonial, apontavam no sentido de tentar assegurar que não fossem alvo de abusos por parte de seus maridos. A exemplo, Amaral⁴³¹ expôs que, embora proibido a elas dispor dos bens dotais em prejuízo dos maridos, era defeso que deles os esposos as privassem, caso em que o homem estaria praticando um delito. Não poderia ser alienado pelo marido sem o consenso da esposa devidamente comprovado por escritura pública⁴³² e não seria contabilizado para o pagamento de dívidas oriundas de crimes por ele cometidos.⁴³³ Quando contraíssem matrimônio após os cinquenta anos – idade convencionada em que o corpo feminino cessaria as funções de reprodução⁴³⁴ –, seus bens não se comunicariam em favor do marido no intento de frear a cobiça dos homens.⁴³⁵ Essas disposições sugerem por uma tentativa de dar instrumentos que possibilitassem alguma salvaguarda econômica das viúvas e dos órfãos, o que permitem supor que uma vez faltando o marido às suas esposas, corriam estas e os filhos grandes riscos de findarem na miséria.

Quando se adentra à seara criminal, é importante ressaltar a complexidade da relação entre o domínio familiar e as normas régias. Em determinadas matérias, as Ordenações poderiam agir no sentido de amparar o exercício do poder no ambiente doméstico e, em outras, eram capazes de o contrariar ou intentar limitá-lo. A contenção, em alguns casos, poderia lograr efeitos, ou poderia manter-se comedida pelos obstáculos postos pelo domínio familiar. Determinadas normatividades, situadas no estatuto que conferia às mulheres algum espaço de

⁴²⁸ FREIRE, Pascoal José de Melo. **Institutiones Juris Civilis Lusitani cum Publici tum Privati**. Livros I, II, III. Lisboa, 1789-1794. Tradutor Português: Miguel Pinto de Meneses. **Boletim do Ministério da Justiça**, Lisboa, ns. 161 a 171, 1967, pp. 71-72.

⁴²⁹ PINHO, Sebastião Tavares de. O primeiro livro “feminista” português (séc. XVI). In: INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. **A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio**. Coimbra, 20 a 22 de março de 1985, p. 212.

⁴³⁰ FERNANDES, 2000, p. 415.

⁴³¹ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 116.

⁴³² Poderia ser por ela revogada a venda caso não houvesse sua autorização (OF, L. IV, tit. XLVIII).

⁴³³ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 116.

⁴³⁴ Os juristas consideravam que mulheres após os cinquenta anos raramente conceberiam (AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 121-122; PEGAS, 1672, cap. IV).

⁴³⁵ PORTUGAL, Lei de 9 de Setembro de 1769. In: PORTUGAL, 1829, pp. 429-430.

atuação na esfera jurídica, acabavam inexecutáveis em decorrência do controle familiar e exercendo poucos impactos na sociabilidade intra-familiar (e inter-familiar).⁴³⁶ Em outros casos, porém, a introdução das regulamentações régias poderia surtir efeitos e permear o interior dos espaços familiares, alcançando progressivas transformações nos comportamentos sociais.

Outra esfera de normatividades que impactou sobre a família e, em grande medida, transpassou através dela a ordem moral foi a religião. A justiça eclesiástica detinha larga competência de regulamentação do casamento, sendo exclusivas nas questões específicas à intimidade do leito matrimonial.⁴³⁷

Após o Concílio de Trento, a Igreja passou a ter uma prática mais ativa de proibição dos casamentos clandestinos, entretanto foi apenas em meados do XVII que o poder régio português passou a colaborar com ela e a expedir normatividades com esta finalidade.⁴³⁸ Assim, o Alvará de 13 de Novembro de 1651 trouxe a cargo dos oficiais da administração da justiça régia a fiscalização e o processamento de matrimônios que não estivessem nos termos tridentinos. Considerando que “não são bastantes as penas Ecclesiasticas, para se evitarem estes danos”⁴³⁹ que intentavam evitar a ocorrência de casamentos clandestinos, determinou aqueles que incorressem em matrimônio considerado ilegítimo pela Igreja perderiam todos os seus bens em favor do fisco real e seriam desterrados para um dos territórios de colonização. A normativa aplicava-se a pessoas de quaisquer qualidades, e caso o patrimônio fosse oriundo de herança, estavam os pais autorizados a deserdar. Ainda, determinou que os magistrados realizassem as investigações sobre casamentos clandestinos nas devassas gerais, procedimento, pois, *ex officio* realizado a cada início de ano.

Estes decretos tridentinos de regulamentação do casamento foram retomados ao longo dos cinco livros das Ordenações Filipinas, estabelecendo os termos da união a partir do título XLVI do Livro IV, “Como o marido e a mulher são meeiros em seus bens”. O matrimônio católico, assim, detinha também validade civil, já que eram marido e mulher aqueles que casassem “por palavras de presente á porta da Igreja, ou por licença do Prelado della, havendo cópula carnal”. Era admitido por este título, ainda, uma outra forma de casamento através da qual se pudesse provar que o casal vivia “em casa teúda e manteúda, ou em casa de seu pai, ou em outra, em publica voz e fama de marido e mulher por tanto tempo, que, segundo Direito, baste que para presumir Matrimonio entre elles”, ainda que não se provasse o correto

⁴³⁶ ALGRANTI, 1993, pp. 54-55.

⁴³⁷ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 35-36.

⁴³⁸ SILVA, M., 1984, p. 113.

⁴³⁹ PORTUGAL. Alvará de 13 de Novembro de 1651. In: PORTUGAL, 1819. pp. 550-552.

cumprimento das palavras de presente.⁴⁴⁰ Ou seja, a legislação admitia estas duas formas de união e presumia a existência de matrimônio quando os cônjuges morassem juntos e possuíssem fama pública de casados. Elevava ao patamar civil daquela união que seguira a normativa tridentina.⁴⁴¹

Na América Portuguesa, as normas eclesiásticas eram difundidas principalmente pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Compreendidas, sob o prisma de Goldschmidt, como marco colonial da sintonia do episcopado com os dogmas tridentinos, representaram o esforço de aplicação do direito canônico adotado pela metrópole. Considerando que as “Constituições de Lisboa se não podião em muitas cousas accommodar a esta tão diversa Região, resultando dahi alguns abusos no culto Divino, administração da justiça, vida, e costumes”, a elaboração deste documento normativo objetivou a “direcção dos costumes, extirpação dos vícios, e abusos, moderação dos crimes, e recta administração da Justiça”.⁴⁴² Em conjunto com as Ordenações, difundiram as normatividades da ordem cristã e moral, colocando que o que não fosse virtude era entendido como pecado, lançando nas populações uma mentalidade, segundo a autora, maniqueísta em torno da lógica da salvação.⁴⁴³

O tratamento destinado às mulheres pelas Constituições carregava uma tradição moral com a indicação de comportamentos e retaliação por ofensas, originando noções de honra e desonra⁴⁴⁴, posicionando-se a respeito da sexualidade feminina mais pelas condutas que deixassem de ter do que por aquelas que efetivamente normatizava.

Retornando à seara doméstica, em prol do poder familiar o título XXXVI do Livro V das Filipinas expunha que a justiça régia deveria se retirar e as “penas não haverão lugar” quando a violência fosse empregada para o castigo das mulheres.⁴⁴⁵ Melo Freire, na tentativa de definir o que seria o “direito de impor penas”, defendeu que a regra era a detenção exclusiva pelo poder régio. Excetuou, entretanto, os casos que envolvessem o domínio dos pais sobre os filhos, dos senhores sobre os escravizados e dos maridos sobre as esposas por reconhecer a existência de poderes daqueles sobre estes. O poder do marido sobre a mulher era entendido como advindo do direito natural e lhe dava “faculdade de digirir as acções da mulher”, porém

⁴⁴⁰ OF, L. IV, tit. LXVI, § 1.

⁴⁴¹ SILVA, M., 1984, pp. 110-111.

⁴⁴² VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade.** Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimba em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta Capital. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes, 1853.

⁴⁴³ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 17, 26-27.

⁴⁴⁴ BOSSY, John. *Apud Ibidem*, pp. 26-27.

⁴⁴⁵ OF, L. V, tit. XXXVI, § 1.

não era reconhecido pela legislação como ilimitado; os castigos estavam condicionados à aplicação de certas punições e, ainda, de forma leve e moderada apenas “quando desregrada”.⁴⁴⁶

Na esteira desse pensamento, as Ordenações o elasteciam caso o marido encontrasse a esposa em adultério, sendo-lhe lícito matá-la sem que sofresse penalização. Para tanto, era obrigatório que comprovasse tanto o matrimônio nos termos tridentinos quanto a situação delituosa e o flagrante, caso contrário seria condenado e banido do acesso aos bens dotais.⁴⁴⁷ Para o direito comum do século XVI, entretanto, a amplitude desta permissibilidade era direcionada ao pai, e ao marido, de acordo com as Ordenações Manuelinas, caberia o processamento judicial contra a mulher com a possibilidade de perdoá-la a qualquer momento⁴⁴⁸ – ou de deixar o feito à justiça.⁴⁴⁹ O perdão foi mantido nas Filipinas e, ademais, foi expressa a possibilidade de absolvição da adúltera mesmo que engravidasse da relação ilícita.⁴⁵⁰ Manuel Barbosa, na primeira metade do XVII, expressou que, embora lícito ao direito régio, matar a esposa significaria um pecado ao foro íntimo do marido⁴⁵¹, e neste ponto haveria a vinculação expressa de que na seara teológica, e para o direito canônico, causar a morte a alguém estaria sempre condicionado a uma consequência espiritual, referindo-se ao “foro da alma”.⁴⁵²

Saliente-se o traço da clemência em articulação à justiça pela possibilidade de doação do perdão da parte do marido à mulher adúltera. À luz da justiça criminal amparada na misericórdia régia como um dos mais importantes atributos a temperar as prescrições das penalidades pelas Ordenações Filipinas, aqueles vitimados pelos crimes descritos tinham a possibilidade – e, talvez, o incentivo – de perdoar as ofensas causadas mesmo que não viesse indicado no título correspondente. No caso específico do adultério, estava expreso.

Quanto às questões de processo criminal, Cabedo sustentou, com fulcro nas Ordenações Manuelinas, que não era possível que as mulheres atuassem de modo ativo – como autoras – em causas judiciais sem o consentimento de seus maridos.⁴⁵³ Esta norma, todavia, não permaneceu nas Filipinas, e a proibição de ajuizamento era dada de modo expreso em alguns

⁴⁴⁶ FREIRE, 1789-1794, 1967, pp. 60-61; 127; OF, L. V, tit. XXXVI, § 1, tit. XCV, § 4. Mello Freire utilizou como embasamento do reconhecimento pela lei, também, o título LXVI do Livro IV em decorrência do uso da expressão “em poder do marido” (OF, L. IV, tit. LXVI, *caput*).

⁴⁴⁷ OF, L. V, tit. XXXVIII.

⁴⁴⁸ GONÇALVES, 1557, p. 23-24; 1785, p. 52-53; pp. 108-109; OF, L.V, tit. XXV, § 4º.

⁴⁴⁹ BARBOSA, M., 1618, ad Ord. Lib. V, tit XXIII, § III, p. 287.

⁴⁵⁰ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 118; OF, L. V, tit. XXV, § 4º; tit. LV.

⁴⁵¹ BARBOSA, M., 1618, ad Ord. Lib. V, tit. XXXVIII, pp. 303-304.

⁴⁵² AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 121.

⁴⁵³ CABEDO, Jorge de. **Praticarum observationum, sive Decisionum Supremi Senatus Regni Lusitaniae**. Pars Prima. Antuérpia: Joannem Baptistam Verdussen, 1734a, Decis. CVI, n. 7, p. 240, mediante fundamentação nas Ordenações Manuelinas, Livro III, tit. XXXII.

casos determinados. Ou seja, a capacidade para ingressar com procedimentos judiciais, sustenta Hespanha, era a regra.⁴⁵⁴

A capacidade jurídica às mulheres lhes permitia requerer perante os magistrados apenas quando reclamassem de lesão contra si próprias. Demandar em causa alheia, figurar como representantes, procuradoras ou mandatárias lhes era defeso.⁴⁵⁵ Esta disposição estava presente nas Ordenações Filipinas, Livro V, título CXVII, § 6, e abarcava a todos aqueles que desejassem ingressar com causa judicial e não detivessem as licenças para atuar como procuradores.⁴⁵⁶ Desta forma, explicou Barbosa, seriam evitados os equívocos e as dúvidas a respeito dos autores das ações.⁴⁵⁷

Era possibilitado, continuou Gonçalves, que comparecessem em juízo por procurador para oferecer acusações sem que fossem obrigadas a se apresentarem pessoalmente ao juiz, além de poderem ser representadas em juízo para informar sua ausência ou impedimento por qualquer pessoa, mesmo outra mulher ou alguém que pertencesse a estratos sociais hierarquicamente inferiores.⁴⁵⁸ Isto é, aos litigantes, mesmo que acompanhados por procuradores, era mandatório que se apresentassem aos oficiais de justiça ao menos na primeira audiência para que lhes fosse possibilitada a acusação⁴⁵⁹, e, para o autor, a dispensa a este dever significava a concessão de um privilégio. A norma permanecera nas Ordenações Filipinas⁴⁶⁰ acrescida da possibilidade de exercício também na segunda instância⁴⁶¹, e o pano de fundo sob o qual se amparava era a lógica da honestidade e a manutenção do pudor⁴⁶², pela qual as mulheres estariam restritas à participação de espaços em que se reuniam homens.⁴⁶³

As limitações, que impunham incapacidades, acabavam por envolver particularidades quanto às pessoas do ofensor e do ofendido quanto ao gênero, às qualidades, às condições e à idade, além da natureza e das circunstâncias do delito, sendo frequentemente expresso nas leis e alvarás que as restrições assim o estavam sendo postas em decorrência de costumes ou de experiências.⁴⁶⁴ A exemplo, as mulheres não poderiam querelar de seus esposos pelo delito de

⁴⁵⁴ HESPANHA, 2015, p. 572.

⁴⁵⁵ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 120.

Na dependência do procedimento específico ao crime em questão, as Ordenações Filipinas determinavam algumas particularidades ao ajuizamento de queixas e denúncias, melhor tratadas na sequência.

⁴⁵⁶ OF, L. V, tit. CXVII, § 6.

⁴⁵⁷ BARBOSA, M., 1618, ad. Ord. Lib. V, tit. CXVII, p. 364.

⁴⁵⁸ GONÇALVES, 1557, p. 23-24; 1785, pp. 84-86.

⁴⁵⁹ OF, L. V, tit. CXVII, § 18.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, tit. CXXIV, §16, p. 1292.

⁴⁶¹ FREIRE, 1789-1794, 1967, p. 145.

⁴⁶² HESPANHA, 2015, pp. 250-251.

⁴⁶³ GONÇALVES, 1785, pp. 92-93.

⁴⁶⁴ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Classe dos crimes**, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1803, pp. 14-15.

adultério em decorrência do Alvará de 26 de Setembro de 1769, que definira competência exclusiva do marido⁴⁶⁵; em decorrência da Lei de 6 de Outubro de 1784, o ajuizamento de querela de estupro contra o ofensor fora limitada à idade de 17 anos⁴⁶⁶; havia a proibição, também, que ingressassem contra os homens por injúria e difamação sem que houvesse, cumulativamente, questões de maus tratos, sendo permitido que se fizesse o requerimento de cautela contra a crueza ou a negligência masculinas, contudo, se não lhes ofendesse a honra.⁴⁶⁷ Por outro lado, igualmente citando para exemplificação, nos casos em que a mulher honesta sofresse ferimentos e ofensas, e concedesse perdão àquele que lhe houvesse causado os insultos, a penalização pecuniária imputada seria maior.⁴⁶⁸

É necessário destacar novamente o poder familiar quando se considera o ingresso de ações judiciais, sobretudo as criminais, vez que não são apenas os entraves legislativos e doutrinários que podem surgir como obstáculos a esta capacidade feminina. Algranti relata não ser raro encontrar nas fontes conflitos entre familiares, como entre casais – em decorrência da existência de maridos violentos – e entre pais e filhas – envolvendo muitas vezes a punição parental como forma de correção dos comportamentos – que não foram solucionados pelos instrumentos de administração da justiça.⁴⁶⁹

O ingresso de acusações, portanto, pendia entre capacidade e incapacidade, havendo apontamentos expressos na legislação quanto aos espaços de atuação femininos em foro e às limitações. Em geral, do que é possível inferir das fontes trabalhadas nesta tese, os requisitos para acusação eram seguidos pela prática das vilas de Curitiba e de Paranaguá, mas isso não significou exatamente o impedimento das mulheres às acusações que desejavam realizar. Tendo em vista que o conteúdo particular dessa afirmação depende das circunstâncias de cada caso, será melhor tratado na segunda parte do trabalho. Pode-se mencionar, a esse respeito, que uma estratégia das mulheres que aparece mais de uma vez nos processos crime de Curitiba e de Paranaguá é a acusação de “aleivosia e traição” sendo que as circunstâncias do caso e a ofensa praticada pelo crime específico não foram exatamente contra si. Assim, vão a juízo reclamar de crime cometido contra outras pessoas, não sob argumento de serem procuradoras ou

⁴⁶⁵ Questão melhor explorada na segunda parte deste trabalho (PORTUGAL. Alvará de 26 de Setembro de 1769. In: PORTUGAL, 1829, pp. 432-433; FREIRE, Pascoal José de Melo. Instituições de Direito Criminal Português. 1794. Tradução de: Miguel Pinto de Menses. **Boletim do Ministério da Justiça**, Lisboa, n. 155, 156, pp. 45-202, 1966, p. 192).

⁴⁶⁶ Questão melhor explorada na segunda parte deste trabalho (PORTUGAL. Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, p. 363).

⁴⁶⁷ BARBOSA, M., 1618, ad. Ord. Lib. V, tit. CXVII, p. 363.

⁴⁶⁸ GONÇALVES, 1557, pp. 97-98; 1785, pp. 257-258.

⁴⁶⁹ ALGRANTI, 1993, pp. 54-55.

representantes em juízo, mas levantando questões que acreditavam serem ofensivas a si mesmas.

Referente às condenações, ao que parece não havia inclinações à culpabilização ou à inimputabilidade. O que parece ter sido o direcionamento foram as mitigações ou o afastamento das penas. Nesse particular, retorna-se à obra de Gonçalves, em que defendeu que as penas direcionadas às mulheres deveriam ser mais brandas por serem “naturalmente menos ousadas”.⁴⁷⁰ Esta disposição estava amparada no direito comum, e, frequentemente, a doutrina cristã direcionava à recomendação pela mitigação penal, porém mediante a fundamentação pela fraqueza natural.⁴⁷¹ A menor ousadia – noção talvez utilizada pelo autor numa tentativa interessada de suavizar as palavras com as quais o gênero feminino normalmente era descrito pelos juristas –, no sentido de que as mulheres não seriam aptas ao cometimento de delitos, talvez fosse decorrente da debilidade natural, o que explicaria o castigo a menor pelas características próprias dos crimes. Isto é, a punição deveria ser menor a considerar a ausência de intelecto para a compreensão dos comportamentos. Já o exposto pela teologia parece apontar tanto para a imbecilidade no ato de delinquir quanto para a fragilidade feminina na recepção da punição. A fraqueza de essência seria considerada não apenas na faceta mental e de percepções de mundo, bem como sob o viés corporal, adicionando razões pelas quais o castigo deveria ser mais ameno.

No direito criminal do século XVIII a previsão penal era equiparada à lógica do castigo e, conforme o exposto por Pereira e Sousa, representativa de uma forma de expiação do crime com a finalidade de reparação da ofensa. Deveria, assim, estar mensurada proporcionalmente ao escândalo causado pelo delito.⁴⁷² Ao longo da segunda metade do século, as majorações das penas previstas seguiram esta orientação, como foi o caso do Alvará de 28 de Julho de 1751.⁴⁷³

Considerando que as menções no masculino eram tidas como abrangentes aos que poderiam sofrer as consequências postas pela legislação, quando havia a exposição de uma pena sem as especificações ela deveria, portanto, ser aplicada também às mulheres.⁴⁷⁴ Mello Freire e Pereira e Sousa, nesta linha de pensamento, sustentavam que as mulheres deveriam receber

⁴⁷⁰ GONÇALVES, 1557, pp. 96; 1785, pp. 252-256.

Como já exposto na seção anterior, a ordem jurídica criminal do Antigo Regime português era caracterizada muito mais pela ausência do que pela presença, acompanhada das ameaças à punição colocadas nas Ordenações Filipinas como estratégia simbólica de manutenção e contenção social. Portando, a menção às penas ora feita não intenta compreendê-las na medida em que compunham as representações que impactaram na prática judicial.

⁴⁷¹ GOLDSCHMIDT, 1998, p. 52.

⁴⁷² SOUSA, 1827a, p. 358.

⁴⁷³ Para o crime de auxílio à fuga de presos (PORTUGAL. Alvará de 28 de Julho de 1751. In: PORTUGAL, 1830, pp. 99-100).

⁴⁷⁴ AMARAL, 1733, verbo *Poena*, p. 185.

castigos mais amenos por serem “mais delicadas, e sensíveis, que os homens”⁴⁷⁵ e, em decorrência da “timidez e fragilidade do sexo”, poderiam ir a cárcere apenas por delitos graves.⁴⁷⁶

Alves, com fulcro na doutrina de Gonçalves, classifica as formas de mitigação das penas às mulheres em quatro, quais sejam, a debilidade física e intelectual, a função doméstica e familiar, o pudor e a menor propensão para o crime. Destas, o desempenho das funções no seio familiar adquiria um papel secundário, portanto menos frequente, e a fragilidade do intelecto em conjunto com a incapacidade de suportar o rigor de certas penas, as mais recorrentes. Tais razões desempenhavam influências diferentes e detinham pesos diversos quando da consideração dos delitos.⁴⁷⁷

Estes fundamentos desenvolveram, sob a perspectiva da autora, o “princípio do *favor sexus*”, segundo o qual as mulheres deveriam receber tratamento criminal mais ameno e castigá-las excessivamente poderia representar uma baixeza de honra ou um ato vergonhoso. Nessa lógica, matar uma mulher não possuiria qualquer notabilidade, mesmo que lícito ao marido em caso de adultério. Ainda, com amparo neste pensamento, os homens deveriam de todo modo ser mais asperamente punidos pois deles era esperado que fossem superiores às mulheres no exercício das virtudes bem como no exercício das funções de governá-las no domínio da casa.⁴⁷⁸

Alguns exemplos do afastamento da punição ou de sua minoração eram: a pena de morte e tormentos não poderiam ser executados em mulheres grávidas (mesmo que de relação adulterina)⁴⁷⁹, as galés nunca eram aplicadas a rés⁴⁸⁰ e não seriam submetidas a cortamento de membro ou açoites.⁴⁸¹ Ainda, não poderiam ser condenadas em ação de furto quando realizado em favor de seu marido⁴⁸² nem quando estivessem a fugir de seus concubinos.⁴⁸³ Esta última

⁴⁷⁵ SOUSA, 1803, p. 14.

⁴⁷⁶ MELLO FREIRE, 1789-1794, 1967, p. 145

⁴⁷⁷ ALVES, 2012, pp. 20-22.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁷⁹ GONÇALVES, 1557, pp. 99-100; CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica judicial muyto útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, & advogar, & para todos os que solicitão causas nos Auditorios de um, & outro foro.** Coimbra: Officina de Antonio Simoes Ferreyra, 1730, p. 311; FERREIRA, Manuel Lopes. **Pratica criminal expedida na fo'rma da praxe observada neste Reino de Portugal.** Tomo IV. Porto: Na Officina de Antônio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767, p. 532; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras linhas sobre o processo criminal.** Segunda edição. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, pp. 213-214.

Sobre o jurista, ver anexo I.

⁴⁸⁰ Quando cometessem os delitos para os quais a previsão era de galés, a pena, conforme o Alvará de 10 de Novembro de 1708, seria comutada para degredo (PORTUGAL. Alvará de 10 de Novembro de 1708. In: PORTUGAL, 1819b; SOUSA, 1827a, p. 60.

⁴⁸¹ OF, L.V, tit. CXIII, § 3.

⁴⁸² Esta prerrogativa se dava em razão de honra ao seu matrimônio, podendo ser obrigada somente ao retorno das coisas que teriam sido furtadas.

⁴⁸³ GONÇALVES, 1557, p. 39; 1785, p. 92-93; BARBOSA, M., 1618, ad Ord. Lib. V, tit XXIX, p. 290.

normativa permanecera no Livro V das Ordenações Filipinas em título específico, mantida a escusa de pena à mulher e acrescentando que, se o concubino fosse casado, a sua esposa poderia cobrar dele os bens roubados ou furtados pela concubina.⁴⁸⁴

Essas eram as previsões postas pela legislação, mas cabe salientar que a aplicabilidade era interpolada por uma série de fatores que rendiam a baixa punibilidade. Além do extenso regime de perdões com fulcro na graça régia e com perdões das partes ofendidas que perpassava todo o direito criminal, em termos de processo existiam também instrumentos judiciais para o livramento, a rediscussão da culpa e a exclusão do crime.

Em relação às prerrogativas processuais, Gonçalves mencionou a desobrigação de junção do auto de prisão, hábito e tonsura para o seguimento processual⁴⁸⁵, impossibilidade de serem aprisionadas nas mesmas cadeias que os homens para que não fossem “ofendidas ou injuriadas na castidade”⁴⁸⁶ e a impossibilidade de se considerar a fuga do cárcere como confissão de culpa, tomando que talvez pudesse ser resultado da tentativa de proteção da honestidade.⁴⁸⁷

Embora estas as atenuações ao longo do processamento criminal e após a condenação estivessem presentes nas Ordenações, a afirmação categórica de Gonçalves aparentemente foi munida do interesse que mantinha com a publicação da obra, o agrado à rainha. Não parece seguro asseverar de modo categórico pela existência, no direito criminal do século XVI, de uma forma generalizada de atenuação das penas que deveriam ser imputadas. Do mesmo modo, pode-se referir ao XVIII. Da leitura do Livro V das Ordenações é possível verificar uma ponderação quando as punições estavam direcionadas às mulheres⁴⁸⁸, e o fundamento encontrava-se em meio às razões classificadas por Alves: debilidade física e intelectual, pudor, menor propensão para o crime e, com menor força, função doméstica e familiar.⁴⁸⁹ Porém, não é plausível que se conclua por uma regra geral neste sentido. Assim como poderiam existir casos em que as mulheres tivessem cominadas penas mais brandas ou excluídos os castigos,

⁴⁸⁴ OF, L. V, tit. XXIX.

⁴⁸⁵ Situação na qual a pessoa que estivesse em cárcere deveria aguardar até a referida junção para então poder adicionar aos autos sua defesa.

⁴⁸⁶ GONÇALVES, 1557, p. 40; 1785, pp. 92-93; pp. 108-109; SOUSA, 1800, p. 73.

⁴⁸⁷ GONÇALVES, 1557, p. 40; 1785, pp. 92-93; pp. 108-109.

Afirma o autor que este privilégio não tem mais lugar por estarem as mulheres presas em cadeias apartadas dos homens; quando são acusadas mulheres fidalgas e nobres de delitos graves o Rei costuma manda-as entregar a meirinhos para que delas tenham guarda; a prisão em cadeias públicas representaria grande ofensa tendo em vista que ali permanecem presas somente mulheres de pouca sorte e qualidade.

⁴⁸⁸ À exceção da rainha.

⁴⁸⁹ ALVES, 2012, p. 17.

havia casos em que tinham cominada penalidade mais rígida ou exclusiva, como é o caso, a exemplo, dos delitos de adultério, concubinato com clero⁴⁹⁰ e alcovitaria.

O adultério, de acordo com as disposições das Ordenações Filipinas, era um crime cujo cometimento seria possível, via de regra, apenas à mulher, e a ela era reservado um tratamento específico. O título XXV do Livro V considerava o delito quando um homem “dorme com mulher casada”, e aos maridos que cometiam adultério contra suas esposas não haveria imputação criminal que pudesse ter processamento por elas ajuizado. Isso não significava, todavia, que a punibilidade advinda desta cominação seria igualmente exclusiva. A queixa era de capacidade apenas do marido e a persecução e condenação poderiam ser direcionadas ao casal adúltero. Da mesma forma, o gênero definia quem poderia cometer o concubinato com clero, definido pelo título XXX. A alcovitaria, por sua vez, poderia ser imputada aos homens, porém havia determinação do castigo específico às mulheres: caso não lhe fosse imputada a pena de morte ou o degredo, “traga sempre polaina ou enxarvia vermelha na cabeça fora de sua caza”.⁴⁹¹

Resgatando os pensamentos acerca dos defeitos femininos, parece correto pensar que estes três delitos mantinham como pano de fundo a concepção de que o gênero feminino era naturalmente lascivo. Diferindo da virgindade, e opondo-se à honestidade, era uma ofensa moral oriunda do corpo imperfeito da mulher. Era uma característica natural, vez que este corpo se configurava em uma versão defasada e imperfeita do masculino, e a fraqueza feminina não era capaz de conter o ímpeto das paixões. Imprimia a suscetibilidade à luxúria, pelo que fazia com que as mulheres estivessem, em tese, sempre propensas ao cometimento desta ordem de pecados e, conseqüentemente, de crimes.

Essa lógica, também, não pode ser adotada como uma regra geral para a análise do feminino no direito criminal do século XVIII. Afirmar por uma regra geral a respeito do abrandamento das punições não encontra plausibilidade assim como estabelecer pela excessiva persecução ao comportamento sexual em todas as situações. Ademais, cabe destacar que estas balizas eram realizadas a cada caso nos momentos de aplicabilidade, tomando em conta as características e particularidades sociais. Aos casos encontrados em Curitiba e em Paranaguá as representações da lascívia não aparentavam ter grande peso inclusive nos crimes contra a ordem moral. Se houve influências, é provável que tivessem permeado os valores concernentes à honestidade, esta sim muito reforçada.

⁴⁹⁰ AMARAL, 1733, verbo *Mulier*, p. 118.

⁴⁹¹ ALVES, 2012, p. 17; OF, L. V, tit. XXV, XXX e XXXII.

Por derradeiro, Gonçalves aconselhou meios de fundamentar argumentos favoráveis às mulheres nos processos judiciais mas que, entretanto, amparavam-se exatamente nas representações de debilidade. De acordo com o direito comum, em casos de proveito e interesse em que a mulher não possuísse à disposição um letrado que a informasse, poderia aproveitar-se da ignorância presumida aos termos de direito para sua defesa no foro. Poderiam, também, argumentar pela existência do medo, fundamento para a exclusão de culpabilidade.⁴⁹² A fraqueza mental refletiria na debilidade da expressão do desejo, causaria instabilidade mental, ou inconstância de espírito, e as tornaria facilmente enganáveis.⁴⁹³ Ainda, a ausência de razão, entendida como a virtude que controla as paixões, faria com que as mulheres não detivessem pleno controle de determinadas ações, podendo lhes significar o afastamento da culpa.⁴⁹⁴ As sugestões dadas orientavam no sentido de apreender as representações na construção de argumentos que, levados a cabo pelos magistrados na prática dos foros, significaria um amparo normativo – sempre a depender das circunstâncias dos casos – favorável às mulheres.

Entendidas como honras, estas noções de privilégios procuravam demonstrar que em determinadas situações existiria uma benevolência da tradição jurídica comum e da régia para com o gênero feminino. A maior parte dos elementos indicados como prerrogativas ao feminino eram instrumentos institucionalizados que consagravam a diferença entre os sexos ao mesmo tempo em que lhes permitiam algumas condescendências em razão da fragilidade ou debilidade natural – o que condicionava a uma “real inferioridade ou menoridade social”.⁴⁹⁵

As representações no âmbito do direito criminal, e permeando o modo como eram moldadas as especificidades de aplicabilidade da legislação, detinham um caráter ambíguo. Na ordem jurídica, o masculino compreendia o feminino à exceção das construções que demonstrassem uma situação inferior das mulheres – os “privilégios” –, deixando entrever as estruturas sociais que as impediam de usufruir das mesmas capacidades que os homens.⁴⁹⁶ Ao mesmo tempo, porém, estas representações da inferioridade poderiam ser utilizadas em determinados momentos para favorecer a condição ou a situação das mulheres quando envolvidas em delitos e em trâmites processuais.

Algranti sustenta que na prática dos tribunais e instituições portuguesas, não raro recorriam a estas representações com a finalidade de fazerem-se ouvidas, utilizando as dinâmicas de inferiorização em prol de suas causas. Findavam por cumprir a atenção à uma

⁴⁹² GONÇALVES, 1557, p. 81; 1785, pp. 108-109; 209.

⁴⁹³ ALVES, 2012, p. 22.

⁴⁹⁴ ALVES, 2012, p. 23.

⁴⁹⁵ FERNANDES, 2000, pp. 416-417.

⁴⁹⁶ PINHO, 1985, p. 214.

imagem esperada, de boa fama, seguimento de etiquetas e preceitos cerimoniais, incorporação de discursos elaborados, componentes das culturas laica e religiosa com intuito estratégico de atingir seus interesses.⁴⁹⁷

Aparentemente o grande objetivo exposto por Gonçalves e havido pelo conjunto legislativo do período seria velar pela honra das mulheres. A feminilidade, o conceito para que então o abarcasse as pessoas que dele se utilizariam, foi representado pela generalidade do termo “a mulher” mas com delimitadas características: partia necessariamente do fulcro na debilidade, na fragilidade e, parece que com muita importância para o direito criminal da segunda metade do século XVIII, na honestidade. Dentre os fatores que compunham o pensamento dos juristas e encontram-se impressos nos elementos normativos ao longo da listagem das prerrogativas estão o medo da exposição pública e da desonestidade da mulher. Estas seriam consequências diretas dos “vícios” e dos “defeitos” femininos, características que imprimiam comportamentos que se desejava evitar. Assim, é plausível afirmar que estas noções, que compunham parte das representações femininas, serviram à base da construção de diversos dispositivos jurídicos.⁴⁹⁸

Muito embora a legislação pudesse apresentar alguma rigidez nas ameaças punitivas, vez que escrita e disseminada simbolicamente embasada nesta estratégia, saliente-se que as normas não eram, no século XVIII, estáticas. As múltiplas normatividades que permeiam o tecido social configuravam-se em formas dinâmicas, apreendidas pelo social de modo a desenvolvê-las e modificá-las caso a caso, na medida em que lhe fosse de interesse. Portanto afirmar por um estatuto da mulher neste período sem ressaltar as complexidades estaria sem acuro, e por esta razão que se sustenta por um estatuto jurídico em movimento. Conforme o exposto por Hespanha, as capacidades femininas estavam fundadas nas diferenças sociais, significando que os estatutos jurídicos eram, também, diversos.⁴⁹⁹

Em que pese sob tutela masculina, as mulheres poderiam comparecer a juízo, tinham o direito de se manifestar, mover processos judiciais, prestar queixa, denunciar, testemunhar, possuir e legar seus bens, ser inventariante e executar testamento. Ademais, se caso os instrumentos disponibilizados falhassem, detinham capacidades para enviar petições diretamente ao rei.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ ALGRANTI, 1993, p. 54.

⁴⁹⁸ LOPES, M., 2019, p. 124.

⁴⁹⁹ HESPANHA, 2010b, p. 59.

⁵⁰⁰ ALGRANTI, 1993, p. 54.

Frise-se que não apenas as normatividades detinham esta fluidez em perpassar o social, bem como as representações. Percebe-se que no mesmo corpo normativo das Ordenações e consideradas as leis extravagantes, as representações eram movimentadas para significar capacidades e culpabilidades, incapacidades, mitigações e exclusões de pena. No direito criminal aparentemente a balança pendia mais para as incapacidades e as mitigações, porém este pender sofria diversas influências das conjunturas sociais e das normatividades circulantes. A partir destas confluências, as mulheres eram percebidas no espaço social através das posições em que se alocavam a depender das circunstâncias, e com amparo nestas se expressavam e organizavam suas estratégias em prol de sua sobrevivência.⁵⁰¹

⁵⁰¹ ALMEIDA, 2005, pp. 35-36; 2012, p. 99.

3. LOCALIZANDO OS ESPAÇOS DA AMÉRICA MERIDIONAL

A ocupação da América Meridional esteve incluída em uma série de processos políticos e sociais mais amplos no contexto da colonização e não podem ser desconsiderados em seu estudo.⁵⁰² Esteve vinculada à exploração de terras auríferas, à captura de indígenas para escravização e à proteção dos limites coloniais contra as ameaças espanholas, estendendo-se até a Colônia de Sacramento. A porção despertou maior interesse da coroa em fins do XVI e início do XVII, porém Romário Martins expôs que até o início do século XVIII Paranaguá e Curitiba configuravam as franjas da colônia americana, sendo as vilas mais meridionais do território, aquela no litoral e esta, no sertão.⁵⁰³

A descoberta de minas de ouro na região na virada do XVII para o XVIII potencializou os fluxos de pessoal, intensificou os vínculos e alianças sociais, políticas e econômicas na região e alargou as rotas continentais e marítimas de ligação destes pontos com os demais do império ultramarino. O povoamento foi iniciado a partir da costa em direção ao primeiro planalto, em abertura a caminhos que originaram a rota do Viamão⁵⁰⁴, fundamentado primeiramente na busca de ouro e captura de indígenas e, posteriormente, em alguma movimentação comercial a partir da região da Prata.⁵⁰⁵

Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas, e neste mesmo ano, foi possibilitada a venda da capitania de Paranaguá. Marquês de Cascais, herdeiro das terras, requereu a D. João V que autorizasse a venda por 40 mil cruzados a José de Góis de Moraes, morador na capitania e representativo de um “melhor cuidado” àquelas terras. Os moradores de São Paulo, todavia, ofereceram a mesma quantia, e, caso houvesse o aceite, as terras passariam à competência da coroa sob requerimento de algumas honras e mercês, restando consequentemente suprimida a figura do donatário. Tendo em vista as notícias de descoberta de ouro nas regiões americanas, o Conselho Ultramarino aconselhou ao rei que admitisse a

⁵⁰² NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p. 11.

⁵⁰³ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3ª ed. Curitiba: Editora Guaíra, 1950, pp. 202-203; Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, pp. 3-4; 54-56.

⁵⁰⁴ Ligação terrestre entre Sorocaba e Viamão passando pelas regiões de Curitiba, dos Campos Gerais e de Lages. (BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 29-30).

⁵⁰⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lúcia M. Bastos P.. **História de São Paulo colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 44.

negociação e, embora o preço excessivo, a escritura de compra foi feita em 19 de setembro de 1711.⁵⁰⁶

Em 1738, com a instalação do governo da Ilha de Santa Catarina, parcela da porção sul foi retirada da competência da capitania e, em 1748, inteiramente suprimida e transferida ao Rio de Janeiro. A autonomia administrativa da capitania de São Paulo foi refundada em 1765 com a nomeação de D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, como governador. Este ato estava incluído em uma série de políticas de cunho econômico, administrativo e jurídico do reinado de Dom José I, consequentemente da administração pombalina, a partir de estratégias de fracionamento das regiões que correspondem às tentativas de maior conhecimento e controle dos territórios da América Portuguesa. Em conjunto, foram empreendidas medidas como o recenseamento da população realizado pelos capitães-mores, com auxílio de oficiais da justiça. A fragmentação territorial, o envio de oficiais da administração régia para o governo de cada fadia e a obrigatoriedade anual de mapear o povoamento representa uma das facetas de uma administração político-jurídica mais ativa que nos reinados anteriores. Isto é, apontava para a configuração de uma administração orientada nos termos do "Estado de polícia".⁵⁰⁷

As estratégias de governo passaram, na segunda metade do século XVIII, a imprimir nos aparatos de governo um viés mais ativo, focadas no estímulo à atividade econômica, controle da vida social no interior da lógica de preservação ou restauração sociais, ocasionando impulsos de instrumentalização dos governados pelos governantes, interferência em aspectos cotidianos da vida cidadina, controle dos territórios que estavam sob administração da Coroa, sobretudo aqueles localizados no ultramar, crescimento dos exércitos para a defesa de fronteiras, entre outros. Para tanto, foram aplicadas estratégias estatísticas de apreensão dos domínios imperiais por meio de contagens populacionais, delimitação dos territórios, medição das distâncias, identificação de rios e de acidentes geográficos, que mantinham como finalidade a apreciação das potencialidades econômicas das terras. Antônio de Almeida Santos explica esse controle a partir de documentos que registraram a leitura, pelo Marquês de Pombal, da teoria de William Petty, a aritmética política.⁵⁰⁸

A capitania, assim, fora despossada de parte do território que antes lhe cabia, e a extensão passou a corresponder aos atuais estados de São Paulo, Paraná e uma parte da região

⁵⁰⁶ SILVA, M., BACELLAR, GOLDSCHMIDT, NEVES, 2009, pp. 18-19.

⁵⁰⁷ SEELAENDER, 2000, pp. 76-77.

⁵⁰⁸ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR, 2009, pp. 143-152.

leste de Santa Catarina. A reinstalação foi incentivada, ainda, pelos conflitos entre portugueses e espanhóis no sul. Na segunda metade do XVIII a região meridional continuou representando um espaço de disputas entre as coroas, mantendo-se na agenda de ocupação continental por parte de ambos os Impérios. Houve criação e extinção de capitanias por parte da administração pombalina no intento da proteção dos territórios limítrofes, a conquista da Colônia do Sacramento pelos espanhóis em 1763 e a moção da capital para o Rio de Janeiro no mesmo ano. O Marquês de Pombal, por meio do governador da capitania, expediu instruções para organização de tropas e construção de fortificações em razão da necessidade de proteção das regiões de Santa Catarina e de Rio Grande.⁵⁰⁹

Terminado o período josefino, com assunção de D. Maria I a tratativa da região passou a ser por intermédio de negociações diplomáticas para apaziguar as disputas territoriais. Estabeleceu-se a manutenção portuguesa nas regiões do Rio Grande até a ilha de Santa Catarina e Sacramento permanecera sob domínio espanhol.⁵¹⁰

Muito embora a região meridional detivesse alguma importância para a estratégia política e significasse o assegurar da extensão territorial da colônia a Portugal, até o século XVIII a porção que hoje corresponde ao Paraná detinha meios de economia e subsistência bastante precários. As notícias de existência de terras auríferas e de pedras preciosas – componentes do que Sérgio Odilon Nadalin denomina de a “miragem do ouro”⁵¹¹ – revelaram-se um tanto escassas, frustrando as perspectivas de rápido proveito material e o deslocamento de um alto contingente populacional para a povoação das localidades. Segundo o sustentado por Nizza da Silva e Cecília Westphalen, aos paulistas o maior impulso à apropriação da região foi a captura de indígenas para forçá-los ao trabalho de extração de pau-brasil e na lavoura. Westphalen defende que, do ponto de vista econômico, foi esta atividade que a priori os assegurou a subsistência, visto que o “índio era, aliás, o remédio da pobreza do paulista”.⁵¹²

A presença de indígenas, assim como em toda a América Portuguesa⁵¹³, era massiva. Os grupos principais que ocuparam a região pertenciam às famílias linguísticas Jê e Tupi-Guarani, esta por toda a porção paranaense. Com os avanços das colonizações, a oeste foram

⁵⁰⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777). **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 23-45, 2013, p. 33.

⁵¹⁰ *Ibidem*, pp. 34; 42-45.

⁵¹¹ NADALIN, 2001, p. 30.

⁵¹² WESTPHALEN, Cecília. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998, p. 202.

⁵¹³ Maria Luiza Andreazza e Sérgio Odilon Nadalin expõem que as estimativas para o século XV apontam para aproximadamente 8 milhões de nativos considerando os diferentes grupos culturais (ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes no Brasil, colonos e povoadores**. Curitiba: Editora Nova Didática, 2000, p. 13).

restritos à vivência em aldeias e forçados à adaptação ao modo de vida dos jesuítas espanhóis e, a leste, capturados e escravizados – administrados – pelos portugueses. Estes, cristãos, para a administração dos indígenas os catequizavam, batizavam e impunham sobre eles a ordem moral sobre a qual se apoiava a disciplina católica. Formadas portanto com base na violência, as relações criadas entre portugueses e indígenas através da convivência ensejou amplas trocas culturais, sobretudo medicinais, alimentícias, linguísticas e de costumes cotidianos.⁵¹⁴

As mulheres indígenas, especificamente, significaram um ponto fundamental da expansão dos paulistas em direção ao sul e ao oeste. Além da consequência das representações de disponibilidade sexual – na prática, muitas vezes forçada porém também consensual –, significaram a comunicação entre indígenas e invasores, e fontes de sabedoria a respeito da sobrevivência em meio à floresta.⁵¹⁵

Assim, os caminhos foram paulatinamente tornando-se mais percorríveis, fazendo com que essa conjugação de fatores possibilitasse algum sucesso das empreitadas. As expedições realizadas pela região do que atualmente corresponde ao Paraná foram sendo gradativamente intensificadas ao longo dos séculos para a procura de ouro, a captura de indígenas e a afronta à ameaça de conquista espanhola dessa faixa territorial em decorrência do estabelecimento de algumas ocupações na zona do Guairá. Esses movimentos foram incentivando o fluxo populacional e o estabelecimento de algumas famílias nas regiões tanto de Paranaguá como de Curitiba.

3.1 CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DAS VILAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PARANAGUÁ E DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA

Paranaguá e Curitiba foram vilas que não representavam exatamente locais privilegiados pelos portugueses para a colonização da América Portuguesa. As ocupações eram usualmente orientadas em razão de estratégias de abastecimento ao longo dos caminhos marítimos de trocas comerciais, pelo que o usual era o estabelecimento de vilas e cidades em regiões costeiras que se ligavam entre si em rede e representavam os nós do Império.⁵¹⁶ Ambas

⁵¹⁴ ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: Editoria UFPR, 2001, pp. 15-16.

⁵¹⁵ ANDREAZZA, Maria Luiza. Andanças e paranças pelos sertões da área de irradiação paulista (1500-1899). **Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-bresilien**, Toulouse, n. 99, pp. 15-34, 2012, pp. 25-26.

⁵¹⁶ PEREIRA, L., 2013, p 579-581.

as vilas eram lugares distantes dos principais polos políticos e econômicos do Império e não significaram, até os setecentos, locais de faturamentos rentáveis. Paranaguá era uma das exceções na ocupação portuguesa da costa americana em decorrência do litoral excessivamente recortado, condição que dificultava a travessia das caravelas e naus, e da inexistência até o início do século XVIII de estrutura portuária que abarcasse navios de alto bordo.⁵¹⁷ Curitiba, por sua vez, não estava em região litorânea e o primeiro planalto era um local de difícil acesso. O caminho aberto a partir de Paranaguá foi percorrido pelo Ouvidor Raphael Pires Pardino e descrito em carta a D. João V, em 1721, como arriscado e tortuoso, iniciado por um rio com muitas cachoeiras, seguido da subida pela serra do mar com floresta fechada e precipícios e, por fim, o atravessar da região de campos até chegar à vila.⁵¹⁸

Gradativamente a povoação foi assentada e foram desenvolvidas algumas atividades mercantis e portuárias, agricultura e pouca criação de animais. Estabelecida a povoação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, o governador do Rio de Janeiro mandou levantar o pelourinho em 1646⁵¹⁹ e, pela Provisão Régia de 29 de julho de 1648, foi dada a autorização para a elevação à condição de vila com a ordem para a criação das justiças. A 9 de janeiro do ano seguinte houve a eleição do conselho camarário.⁵²⁰ De acordo com Romário Martins, em 1649 aqueles que povoaram a região já se haviam alastrado pela parte continental da vila em sítios.⁵²¹

O pelourinho foi definido por Bluteau como uma “especie de coluna, em algú lugar publico da Cidade, ou Villa, em sinal da jurisdição, que tem de exercitar justiça com pena de morte” que, expôs o autor, fazia parte da herança romana, descrevendo-o como edificação de pedra com argolas para enforcar e pontas de lanças para exposição de cabeças.⁵²² Essa definição, embora talvez não enseje as práticas mais correntes, demonstra a vinculação do pelourinho com a justiça régia, representando o simbolismo, nas cidades e vilas, da figura do rei e de sua instituição enquanto a ameaça da punição em casos de transgressão. Na colônia, o pelourinho era o símbolo também do estabelecimento da justiça régia nas localidades

⁵¹⁷ NADALIN, 2001, p. 36-37; WESTPHALEN, 1998, p. 25.

⁵¹⁸ PARDINHO, Raphael Pires. Carta do ouvidor geral de São Paulo ao rei D. João V, 30 de Agosto de 1721. In: SANTOS, Antônio Cesar de Almeida (org.). **Monumenta. Provimientos do ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá (1721)**. v. 3, n. 10. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, p. 21; WESTPHALEN, 1998, p. 157.

⁵¹⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para o bom regime da República: os ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. In: SANTOS, A., 2000, p. 3; PARDINHO, Raphael Pires. Treslado dos capítulos de correição desta villa de Nossa Senhora do Rosario de Pernagua este anno de 1721. In: SANTOS, A., 2000, p. 83.

⁵²⁰ CAVAZZANI, André Luiz. **Tendo o sol por testemunha**: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). São Paulo: Alameda, 2015, p. 48; PEREIRA, L., 2009, p. 17; NADALIN, 2001, p. 41.

⁵²¹ MARTINS, R., 1995, p. 248.

⁵²² BLUTEAU, 1720, p. 383; BLUTEAU, 1789b, p. 180.

pertencentes ao Império Ultramarino Português, e significava que o território em que fora erigido estava sob jurisdição portuguesa. A partir de sua afirmação, estariam definidos os padrões da justiça local nos termos da legislação portuguesa.

Ao redor de Paranaguá ao longo dos anos foram surgindo outras povoações, como São Sebastião do Porto de Cima, Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes, Nossa Senhora do Pilar de Antonina e Guaraqueçaba, todas desenvolvendo-se a partir do litoral recortado e dos rios que desaguam na baía. Ao longo dos séculos XVII e XVIII a porção territorial que compunha a vila de Paranaguá correspondia a uma grande extensão do litoral iniciada a norte nos termos das vilas de São Vicente e Cananéia, a oeste na Serra do Mar, local em que se encontrava o termo da vila de Curitiba e ao sul no termo da vila de São Francisco do Sul. A câmara municipal mantinha competência sob as povoações e freguesias de Porto de Cima, de Antonina (até 1798), Morretes (até 1798), Guaraqueçaba e Guaratuba (até 1771), além das ilhas localizadas na região, como a Ilha Rasa da Cotinga, Ilha da Cotinga, Ilha do Curral e Ilha das Pedras. Na segunda metade do XVIII foram desmembradas povoações e criadas as vilas de São Luís de Guaratuba da Marinha (1771) e de Antonina (1798), que abarcava a freguesia de Morretes.⁵²³

Embora a região não tenha possuído uma profusão de jazidas de ouro, a extração foi uma constante até fins do século XVIII⁵²⁴, atividades estas que aparecem na documentação como motivação para desavenças não apenas entre autoridades em decorrência das retenções feitas à coroa, mas também entre os próprios moradores da vila. A exemplo, em 1658 houve registro das desavenças existentes entre os oficiais locais e os que trabalhavam nas atividades de mineração. Jaime Comas, minerador de origem espanhola, enviara uma carta ao administrador geral das minas de Paranaguá – responsável pela fiscalização, controle e taxaço do que era encontrado – relatando os maus tratos que vinha recebendo das autoridades locais.⁵²⁵

Além da mineração, a vila remetia a outras vilas algum excedente de farinha – porém insignificante para o incremento econômico da região. A produção não ensejava grandes quantias e por ocasiões o pagamento demorava a ser feito.⁵²⁶ Eram enviados montantes a destinos como Rio Grande, Santos, Rio de Janeiro, Salvador e – menos frequente – Colônia de Sacramento para o abastecimento de base alimentícia. Por vezes, os oficiais da câmara alegavam o prejuízo dos moradores de Paranaguá para que conseguissem recusar os pedidos de

⁵²³ MEQUELUSSE, 1975, pp. 10-12.

⁵²⁴ CAVAZZANI, 2015, p. 48, nota 42; WESTPHALEN, 1999, p. 31.

⁵²⁵ AHU, ACL, CU, 023, Cx. 1\Doc. 8, fls. 1 e 2.

⁵²⁶ AHU, ACL, CU, 023, Cx. 3\Doc. 187 (1)

envio quando solicitado pelas autoridades.⁵²⁷ Uma constante da documentação é a alegação, tanto em nome dos moradores quanto dos oficiais da câmara, da miserabilidade em que sobreviviam os habitantes da vila. Os relatos de que viviam de pescarias e de suas lavouras, e alguns cumulavam com atividades de mineração, eram frequentemente utilizados para abster-se de diversas cobranças financeiras.⁵²⁸

Um reflexo da carência de recursos para a propulsão econômica da vila foi o pedido dos oficiais do conselho a D. João V, em 1732, por auxílio financeiro para que fosse possível empreender obras na igreja matriz e pela licença régia para realizar a reforma na capela de Nossa Senhora das Mercês, no morro da Cotinga. Dentre as coisas mais “úteis e necessárias para o bem comum”, descreveram, estavam as obrigações religiosas, porém o montante arrecadado pela câmara muito provavelmente finalizaria as construções em tempo largo.⁵²⁹

No século XVIII o porto foi melhor estruturado e passou a ter maior comunicação com as demais vilas e cidades da América Meridional, figurando como um local de paragem e reabastecimento de embarcações que atravessavam a costa americana em direção à Ilha de Santa Catarina e ao Rio Grande, e de envio e recebimento de gêneros alimentícios e mercadorias.⁵³⁰ Era mais usual a articulação entre locais da capitania de São Paulo, mas houve, também – mesmo que não frequente – algumas trocas com Buenos Aires, Colônia de Sacramento, Rio de Janeiro e Salvador.⁵³¹ Houve, também, chegadas e partidas de embarcações a outros pontos do Império Ultramarino, como a metrópole, Angola e Moçambique.

As tentativas de controle sobre o movimento do porto não foram, conforme explora Cavazzani, acatadas sem questionamentos pelos membros da câmara. A exemplo, uma das situações salientadas pelo autor é a tentativa de centralização do controle das embarcações em Santos pelo governo do Morgado de Mateus⁵³², movimento este que ensejou a oposição dos oficiais da câmara tendo em vista ser prejudicial aos gêneros que a vila costumava enviar e receber. Motivado por tal contestação, em 1767 o vice rei do mar e terra do Brasil, D. Luiz

⁵²⁷ CAVAZZANI, 2015, pp. 49-51; AHU, ACL, CU, 023, Cx. 1\Doc. 37 (1).

⁵²⁸ Como, a exemplo, ao recolhimento de recursos para a construção da fortificação

⁵²⁹ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 13\Doc. 1225 (2).

⁵³⁰ O envio de gêneros como, por exemplo na segunda metade do século XVIII, farinha de mandioca, madeiras, peixe, café, arroz e cipós para a confecção de cordas. Sob um viés econômico, as quantidades que a região conseguia vender, todavia, não foram significativas para que as condições de pobreza fossem dizimadas. Até porque o recebimento de mercadorias era maior que a emissão. Dentre os artigos adquiridos estavam algodão, panos, sedas, pólvora, chumbo, chapéus, cera, ferragens, sal, azeite de peixe e vinho (WESTPHALEN, 1998, pp. 112-113).

⁵³¹ Esta articulação, todavia, sofreu interferências quando da reorganização administrativa do sul da colônia, culminando na criação da capitania de São Paulo em 1765 (CAVAZZANI, 2015, pp. 55, 58; WESTPHALEN, 1998, pp. 37; 208-218).

⁵³² AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 13\Doc. 2427; CAVAZZANI, 2015, pp. 56-57.

Antônio de Souza, enviara ao vice rei, o Conde da Cunha, carta na qual deixou entrever sua irritabilidade argumentando que a câmara de Paranaguá era “pouco acostumada a experimentar outro governo que não seja o proprio dos seus Republicanos, de que há annos anda de posse”. Argumentou pela inexistência de ministros letrados na vila, pelo que “desde o principio do meu Governo sempre executou remissa as Ordês que lhe distribui”.⁵³³ Aparentemente, na sua perspectiva, os oficiais camarários resistiam às regras impostas em sua competência.⁵³⁴

D. Luiz destacou, também, que os oficiais lhe responderam algumas vezes “com as alegações da Ordenação muito mal applicadas, e com uns capítulos do Desembargador Pardinho que lhes servem para tudo”.⁵³⁵ Sob a ótica, então, de um agente régio letrado aparentemente aqueles que cumpriam funções na localidade, por serem oriundos da vila e eleitos dentre as elites locais, não saberiam aplicar de modo preciso o direito régio, apontando para a rusticidade daqueles que exerciam funções político-jurídico-administrativas na América Portuguesa. Entretanto, embora não “letrados” e, no caso da informação contida na carta referida, ausentes de um ministro que lhes aconselhasse – isto é, um ouvidor – familiarizavam-se com a prática da administração da justiça, com os termos judiciais, as técnicas e os formalismos próprios dos conselhos e tentavam ao máximo reproduzir o estilo jurídico da metrópole. O exercício prático usualmente fornecia aos oficiais concelhios modos de apreensão das técnicas da instituição e a ausência de “letramento” não implicava necessariamente em ignorância, rusticidade ou analfabetização.⁵³⁶

Subindo a serra, a ocupação do planalto e a formação da vila de Curitiba foi oriunda do povoamento espontâneo e disperso daqueles que, incentivados pela “miragem do ouro”, e pela captura de indígenas, seguiram a margem dos rios cuja foz desembocava em Paranaguá.⁵³⁷ A rentabilidade de extração aurífera teve o mesmo destino que em Paranaguá; foi frustrada e os moradores foram também submetidos a viver em condições escassas, sobretudo da agricultura

⁵³³ AESP. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. v. XXIII, São Paulo: Typographia Andrade & Mello:1896, pp. 213-214. Será utilizada a sigla DIHCSP para referir esta série de documentos.

⁵³⁴ SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁵³⁵ DIHCSP, v. XXIII, 1896, pp. 213-214. A menção aos “capítulos” do desembargador Pardinho será melhor explicada na sequência.

⁵³⁶ PEREIRA, L., 2013, p 599. Inclusive, a este respeito deseja-se mencionar que o colégio dos jesuítas foi objeto de alguns requerimentos da câmara municipal entre fins do XVII até o início de sua construção, em 1740. Foram solicitadas autorização do Superior Geral da Companhia de Jesus, do Provincial da Companhia e, em 1738, licença régia (SANTOS, Antônio Vieira dos. **Memória Histórica de Paranaguá**: tomo I. Curitiba: Vicentina, 2001, p. 69-70; AHU ACL CU 023-01, Cx. 13\Doc. 1225 (2)).

⁵³⁷ A busca pelo ouro foi motivadora, mas Nadalin e Westphalen salientam que o deslocamento dos paulistas em direção ao interior do continente ocorreu após o esgotamento de reservas indígenas existentes no litoral e após a destruição das estruturas espanholas em Guairá (NADALIN, 2001, pp. 41-42; WESTPHALEN, 1998, p. 202).

de subsistência e, posteriormente, na criação de gado direcionada ao abastecimento dos arraiais das Minas Gerais.⁵³⁸

Em 1639 já existiam notícias de povoamento nos campos de Curitiba⁵³⁹ constituído principalmente por algumas famílias de mineradores. A partir de 1654⁵⁴⁰, fixaram-se alguns grupos na região que atualmente corresponde à Praça Tiradentes em razão da proximidade com o rio Ivo, no local foi fundada a Paróquia e, conseqüentemente, realizada a construção da capela do povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais.⁵⁴¹

Em 1668, no contexto da contenda judicial entre os herdeiros de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza pela posse das capitâneas do sul os moradores da povoação fizeram um requerimento de estabelecimento das justiças ao capitão-mór Gabriel de Lara. Este, em proveito da lacuna de poder sobre aquelas terras, atuou de modo polivalente, isto é, como representante de um dos herdeiros⁵⁴², governador em nome do outro⁵⁴³ e, ainda, como agente do poder régio, e mandou que fosse erigido um pelourinho em 4 de novembro do mesmo ano simbolizando o estabelecimento da justiça.⁵⁴⁴

Entretanto, apesar de já erguido o pelourinho e dada a permissão para o estabelecimento das justiças, a eleição para o conselho camarário ocorreu em 1693, quando fizeram novo pedido ao então capitão povoador Mateus Martins Leme⁵⁴⁵ o requerimento para a instalação da justiça régia. O amparo do pedido foi a existência de um maior número de moradores na vila, razão pela qual a justiça senhoria não estava mais sendo suficiente. Mateus Leme estava já “decrepito” e acabava por lançar os moradores ao desamparo de “governo e disciplina da justiça”. Assim, foram multiplicados os “desaforos”, como os insultos de roubos, obrigando a todos que andassem armados⁵⁴⁶, passagem esta que sugere o crescimento da

⁵³⁸ WESTPHALEN, 1998, pp. 204-205; BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII – 1751-1800 segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974, pp. 5-6.

⁵³⁹ Por Ébano Pereira, segundo Júlio Estrella Moreira. (MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1972, pp. 17-18).

⁵⁴⁰ Segundo Ermelindo de Leão, a capela que teve origem em 1654 resistiu até 1714, ano em que foi projetada a igreja matriz, concluída em 1720 (PEREIRA, L., 2011, p 63).

⁵⁴¹ *Ibidem*, p. 63.

⁵⁴² Do conde da Ilha do Príncipe.

⁵⁴³ O marquês de Cascais.

⁵⁴⁴ NEGRÃO, Francisco (ed.). **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. vol I – Fundação da Villa de Curytiba (1668 a 1721). Curitiba: Impressora Paranaense, 1906, p. 3. Será utilizada a sigla BAMC para referir esta coleção de documentos.

⁵⁴⁵ A partir da data da morte de Gabriel de Lara, a povoação estava sob tutela do capitão povoador Mateus Martins Leme (BAMC, vol. I, 1906, p. 4).

⁵⁴⁶ PEREIRA, L., 2009, p. 18.

violência em decorrência da própria forma como muito provavelmente era a resposta dada a estes atos de “insulto”.

Coadunando-se esta lógica à definição de Bluteau à palavra pelourinho, esta edificação (um tanto simples para a vila de Curitiba) estaria atrelada à administração do direito criminal régio. A fundamentação exposta apontou o crescimento de atos de violência à integridade corporal a princípio dos homens que viviam na região, e não indicou conflitos que adentrariam à área cível.⁵⁴⁷ Essa pode ter sido uma estratégia argumentativa dos signatários da petição por acreditarem que a violência e os assassinatos poderiam ensejar maior preocupação das autoridades – sobretudo do rei, cujo interesse era a povoação e ocupação da América Meridional.

Curitiba foi originada, assim como grande parte das cidades da América Portuguesa, a partir de instrumentos jurídicos.⁵⁴⁸ Este requerimento deixa entrever que, ao menos no pensamento daqueles subscritores, a presença da figura régia, alastrada às instituições que configuravam braços seus nos domínios ultramarinos, significava manutenção da ordem e da harmonia sociais através de suas justiças, atuando na resolução de conflitos de modo justo e misericordioso.

A jurisdição da câmara inicialmente alcançava o território que atualmente corresponde ao município de Curitiba e região metropolitana até a região em que se iniciava a Serra do mar.⁵⁴⁹ O espaço em que atualmente está o município de São José dos Pinhais era, inicialmente, o bairro do Patrimônio de São José, a partir de 1759 passou a ser freguesia de São José (cujo principal povoado denominava-se Arraial Grande) e, em 5 de março de 1741 teve eleito seu primeiro oficial, vinculado ao conselho camarário da vila de Curitiba, o juiz de vintena, bem como a este ofício designado um escrivão. Com o aumento da população e alocação de povoados em regiões mais afastadas, a competência alastrou-se em direção às porções equiparadas aos atuais municípios da Lapa (designada como freguesia de Santo Antônio da

⁵⁴⁷ E aqui se pode refletir: no Fundo do Poder Judiciário Estadual mantido pelo Arquivo Público do Paraná a grande maioria dos documentos são autos cíveis referentes a dívidas. Autos cíveis de ação d'alma, autos cíveis de assinação de dez dias e procedimentos de execução destas duas formas de contenda judicial são encontrados em numeração maior aos autos crimes.

⁵⁴⁸ PEREIRA, L., 2009, p. 18.

⁵⁴⁹ Os bairros eram denominados de: Cidade, Rocio, Palmital, Arraial Queimado (região que atualmente corresponde a Campina Grande do Sul), Borda do Campo, Tatuquara, Atuba, Barigui, Botiatuba, Conceição, Descuberto do Cardoso, Juruqui, Tinguiquera, Campo Largo, Santa Quitéria, Papagaios Novos, Taperussu, Passauna, Rio Verde, Itambé, Capela da Nossa Senhora da Conceição (posteriormente denominada de Votuverava), Campo Magro e Santa Cruz. Atualmente, correspondem às regiões não somente da cidade de Curitiba e região metropolitana, mas também dos municípios de Bocaiúva, Campina Grande do Sul, Rio Branco, Palmeira, Campo Largo e Ponta Grossa (WESTPHALEN, Cecília; CARDOSO, Jaime Antônio. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981, pp. 42-57; SCHAAF, 1974, pp. 46; 56A).

Lapa em 1763⁵⁵⁰) e, por fim, de Castro (em 1769 denominada freguesia de Sant'Ana do Iapó até 1789, quando foi alçada a vila Nova de Castro e foi retirada da jurisdição de Curitiba).⁵⁵¹

Muito embora as escolhas dos oficiais entre os anos de 1693 e 1721 não tenham seguido à risca os procedimentos eleitorais definidos nas Ordenações Filipinas, o número de membros que compunham a câmara correspondia ao padrão de três vereadores, dois juízes ordinários e um procurador.⁵⁵²

Em 1721, o ouvidor da capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho⁵⁵³ percorreu toda a faixa da jurisdição de seu ofício realizando correições e deixando provimentos ao longo dos primeiros anos após a nomeação régia em 1717. A competência desta ouvidoria, criada em 1699, compreendia um largo território de Santos à Colônia de Sacramento, incluídas as vilas existentes do sertão. Pardinho iniciara viagem pela vila de Santo Antônio da Laguna em sentido norte. Em junho de 1720, atingiu os campos de Curitiba, permaneceu até fevereiro de 1721 e na sequência se dirigiu à vila de Paranaguá. Em 30 de agosto deste mesmo ano enviou carta a D. João V expressando suas impressões a respeito das vilas compreendidas ao sul da colônia. A respeito da população, estimou a existência de mais de 2.000 “pessoas de confissão”, número no qual 360 eram casais, em Paranaguá e mais de 1.400 moradores, e 200 casais, em Curitiba.⁵⁵⁴

A respeito das funções judiciais na seara criminal, descreveu que houve na vila de Paranaguá ocorrências de mortes às quais os juízes não tiraram devassas ou, cumprido o

⁵⁵⁰ ANDREAZZA, Maria Luiza. O clero, as viúvas e as solteiras: matrimônio num vilarejo luso-americano. In: ANDREAZZA, Maria Luiza; BOSCHILIA, Roseli. **Portuguesas na diáspora**: histórias e sensibilidades. Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 232.

⁵⁵¹ BARLETA, Leonardo Brandão. **O sertão partido**: a formação dos espaços no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII). Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, pp. 134-135; WESTPHALEN, CARDOSO, 1981, pp. 42-57; BURMESTER, 1974, pp. 16-18.

⁵⁵² SANTOS, Antônio Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Eleitores e eleições no Brasil colônia (Curitiba, 1749-1827). In: SANTOS, Antônio Cesar de Almeida; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos (orgs). **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, pp. 19-20.

⁵⁵³ Raphael Pires Pardinho formou-se em direito em Coimbra e havia exercido, antes da vinda à colônia, os cargos de juiz de fora e do crime na vila de Algarve, entre 1702 e 1705, e em Lisboa, entre 1707 e 1715. Após exercer funções de ouvidor da capitania de São Paulo, foi Intendente em Minas Gerais, prestando serviços por 16 anos na América Portuguesa. Posteriormente, em 1743, foi nomeado membro do Conselho Ultramarino e, em 1754, Conselheiro de Sua Majestade. É interessante notar que a partir de cargos menores, de atuação eminentemente local, o oficial português alçou carreira após passar pela colônia. Do ponto de vista dos sujeitos que serviam o aparato político-jurídico-administrativo imperial, a ida à colônia para o exercício de encargos significava grandes chances de acrescentamento e engrandecimento (MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda. & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 280-281).

⁵⁵⁴ PARDINHO, Raphael Pires. Carta do ouvidor geral de São Paulo ao rei D. João V, 30 de Agosto de 1721. In: SANTOS, A., 2000, pp. 22-24. Esta carta e os provimentos deixados em Paranaguá encontram-se transcritos em MARCONDES, Moysés. **Documentos para a história do Paraná**. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, 1926.

processamento, não exararam pronúncias de captura por não ter havido culpado. Porém, sob sua ótica expôs que os oficiais realizaram inquirições mal feitas, e não haviam encontrado culpados por desejarem proteger aos réus ou por eles terem sofrido ameaças; por esta razão, o ouvidor colheu depoimentos de mais testemunhas e concluiu que os réus eram pobres e não teriam condições de pagar as custas.⁵⁵⁵

Esse trecho salienta qual seria a finalidade das visitas do ouvidor às vilas que estavam localizadas nos confins do império: verificar de forma mais aproximada as atuações dos oficiais camarários nas vilas e instruir-lhes sobre os estilos de administração político-jurídica portuguesa. Não tentou a imposição de regras do direito régio, mas a exposição de termos das Ordenações Filipinas e das leis extravagantes, demonstrando como usualmente era feito o funcionamento da burocracia para que pudessem adaptar ao cotidiano conselheiro.

A retomada destes provimentos para a sequência deste trabalho explica-se pela importância que deteve na difusão dos padrões da prática jurídica e judiciária portuguesa, com orientações de ordem sobretudo processual nas questões que tangem ao direito criminal. Foram direcionamentos armazenados pelos membros a cada ano e, como sublinhado pela carta de D. Luiz Antônio de Souza para o Conde da Cunha⁵⁵⁶ e pelas certificações de leitura da câmara de Curitiba ao início de quase todos os anos⁵⁵⁷, os provimentos foram repetidos em seu conteúdo até o século XIX, quando ocorreu a mudança nos organismos de administração jurídico-política pela legislação imperial.⁵⁵⁸

O ouvidor Pardinho, em decorrência das funções próprias de fiscalização e corregedoria adotadas pelas ouvidorias na América Portuguesa, tentou reforçar a correta aplicação da legislação portuguesa e, principalmente, das Ordenações Filipinas. Registrou nos provimentos explanações a respeito das normas régias em diferentes áreas do cotidiano e da prática das câmaras municipais em atuar como organismos de disciplinamento social

⁵⁵⁵ Na sequência da carta não houve especificação das decisões que o ouvidor Pardinho empreendera contra estes réus. Pela descrição da impossibilidade de arcar com os gastos processuais, reflete-se que possivelmente os tenha perdoado em nome do rei ou tenha provido o livramento mediante algum instrumento judicial.

Para exemplificar o que sustentava, o ouvidor descreveu dois dos casos: aprisionados dois homens escravizados acusados de cometerem homicídios contra seus senhores, os parentes aproveitaram-se do encarceramento e assassinaram ambos. Os juízes, porém, não expediram pronúncia contra os familiares e argumentaram que as mortes ocorreram por insurgência dos moradores. O outro ocorrido, em 1716, versava sobre um homem cuja sobrinha o havia mandado assassinar por um indígena com quem vivia em mancebia. Pardinho o aprisionou, juntamente com dois outros homens em coautoria, e alegou que o levaria consigo para a praça de Santos (PARDINHO, Raphael Pires. Carta do ouvidor geral de São Paulo ao rei D. João V, 30 de Agosto de 1721. In: SANTOS, A., 2000, pp. 24-25).

⁵⁵⁶ DIHCSP v. XXIII, pp. 213-214.

⁵⁵⁷ Existem registros de tais leituras realizadas em 1736, 1737 (BAMC, v. VIII, p. 62), 1738, 1739 (*Ibidem*, p. 65), 1740, 1741, 1742, 1743 (*Ibidem*, pp. 68-70), 1744, 1745 (*Ibidem*, pp. 73-74), 1746 (*Ibidem*, p. 77), 1747, 1748, 1749 e 1751 (*Ibidem*, p. 79).

⁵⁵⁸ PEREIRA, L., 2013, p. 21.

amparando-se nas regras advindas da metrópole e em repetidas citações aos preceitos das Ordenações. Muito embora não tenham sido localizados documentos que demonstrem as datas exatas anteriores a 1693 em que cópias dos livros das Ordenações passaram a circular nas vilas em questão, não foi a partir deste momento, contudo, que os habitantes e os oficiais conselhos detiveram o contato com a legislação régia. Saliente-se que foi já neste documento que os moradores fundamentaram o requerimento de criação das justiças.⁵⁵⁹ Ainda, Pereira expõe que, entre os documentos atinentes às receitas e despesas da câmara de Curitiba, identificam-se pagamentos realizados em razão da compra, pelo conselho, de uma coleção dos livros da referida legislação régia em 1704⁵⁶⁰, bem como entre 1706 e 1709, o que comprova o contato dos oficiais com as regras formais do Império em período anterior à compra do território em que estava localizada a vila pela Coroa portuguesa.⁵⁶¹

O ouvidor disciplinou – em 178 provimentos para Paranaguá e 129 para Curitiba – diversas minuciosidades sobre as estruturas das câmaras (ressaltando a obrigação de se fazer um prédio da câmara e da cadeia em ambas as vilas), os arruamentos, a necessidade de construção de um chafariz em Paranaguá, as funções e competências de cada oficial da câmara, das ordenanças e do clero, os procedimentos burocráticos e judiciais que os membros teriam que seguir, as regras para a feitura e execução de testamentos e inventários (como a impossibilidade de os juízes mandarem avaliar indígenas administrados de pessoas falecidas), o trânsito de embarcações e pessoas no porto de Paranaguá, a posse de animais, a venda de determinados alimentos, o dever da câmara em incentivar que os moradores plantassem lavouras, a demarcação dos campos de Curitiba e proveu a eleição de um juiz de vintena para a freguesia de São José para causas de valores pequenos⁵⁶² em decorrência da distância do centro da vila de Curitiba.

Dentre aqueles de número 121 a 134 em Paranaguá e 76 a 93 em Curitiba, a orientação foi específica para as questões de processamento dos crimes através de devassas e querelas, indicando as etapas que os juízes deveriam acatar. Em citação aos parágrafos 31 ao 38, do título LXV, Livro I, e o título CVII, Livro V das Ordenações Filipinas, explanou a respeito do cabimento de cada espécie de ação criminal – esclarecendo qual a orientação de questionamentos que deveriam ser realizados nas devassas especial e geral –, do corpo de delito,

⁵⁵⁹ BAMC, v. I, 1906, p 4.

⁵⁶⁰ BAMC. v. VI, 1908, p 40.

⁵⁶¹ PEREIRA, L., 2013, p 598.

⁵⁶² Até 400 réis, tendo competência também para aprisionar réus e criminosos e remetê-los para a cadeia da câmara (PARDINHO, Raphael Pires. Provimentos da vila de Curitiba 1721. In: SANTOS, A., 2000, p. 51).

advertiu a respeito da numeração de depoimentos que deveriam ser colhidos em cada espécie de ação criminal e determinou a remessa do traslado das devassas gerais à ouvidoria.⁵⁶³

Dentre os provimentos deixados em Paranaguá, houve uma maior insistência a respeito da numeração mínima de depoentes, o que pode sugerir pelo costume contrário na vila. Determinou, assim, o juiz eleito na sequência poderia finalizar as inquirições não completadas pelo antecessor com o objetivo de que corretamente prosseguissem as devassas tiradas. Os membros camarários tinham conhecimento das atribuições no que tange ao processamento de crimes, mas talvez existissem interesses locais relacionados a determinadas causas que os fizessem acreditar ser mais vantajoso ou sem necessidade o seguimento dos regramentos nos exatos termos conforme expostos nas Ordenações.

No provimento 134 de Paranaguá e no 86 de Curitiba, o ouvidor orientou que o juiz ordinário prevenisse o cometimento de conflitos entre moradores que estivessem em pública discordância através do estabelecimento de amizades com eles “para que nam chegue a mayor rompimento, obrigandoos se necessário for a fazerem termo de guardarem paz entre sy”.⁵⁶⁴ Esta passagem leva a crer que a atuação jurisdicional em si, o objetivo de manutenção da ordem social, pressupunha a existência de influências do juiz aos habitantes do local sob sua competência. Não apenas o cargo lhe traria uma rede política de influências, mas aquela que trouxesse consigo deveria também ser utilizada em prol do “bem comum”. No caso sugerido pelo ouvidor Pardinho, a orientação foi de que, mesmo que o juiz não detenha alguns moradores sob seu domínio, o deveria estabelecer através de laços de amizade.

Em cada grupo de provimentos, Pardinho manifestou três que se referissem especificamente às moradoras das vilas, dois dos quais de alguma maneira as vinculava aos seus maridos. A explanação sobre a citação aos casais para que reparassem suas casas considera que não apenas o dono da casa receberá intimação bem como sua mulher. Ainda, o provimento que estabeleceu que as mulheres que deveriam conceder outorga ao marido em escritura de contratos deveriam estar presentes e registrar rubrica quando da assinatura, sob pena de nulidade. Por fim, expôs que a regra para a concessão de tutela de órfãos, caso o pai falecido não o houvesse definido em testamento, consideraria a mãe como primeira escolha e avó como

⁵⁶³ PARDINHO, Raphael Pires. Trelado dos capítulos de correição desta villa de Nossa Senhora do Rosario de Pernagua este anno de 1721. In: SANTOS, A., 2000, pp. 132-138.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 138; PARDINHO, Raphael Pires. Provimentos da vila de Curitiba 1721. In: SANTOS, A., 2000, p. 56.

terceira, caso fossem capazes para tanto; perderiam, todavia, a tutela caso contraíssem segundas núpcias.⁵⁶⁵

Talvez estas passagens, poucas dentre todos os provimentos, apontem para a perspectiva a respeito do lugar textual da mulher no direito no século XVIII. No geral, estavam compreendidas nas disposições direcionadas aos homens, destacando-se quando deveriam, pela tradição jurídica, ser especificadas. A anuência da mulher em contratos referia-se ao fato que os homens se poderiam enriquecer a partir dos dotes recebidos, o que faria com que as mulheres permanecessem vinculadas a esta parcela do patrimônio. E a consideração da mãe e da avó de órfãos – assim considerados quando do falecimento do pai – para a tutela se capazes apenas as considera em decorrência da ausência do pai, que era automaticamente o curador.

Na sequência, Pardinho propôs que, em vista que as vilas que visitara eram muito afastadas da cidade de São Paulo, a administração régia instituiu uma nova ouvidoria com competência sobre as vilas ao sul da América Meridional. Criada, então, a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá pela Carta Régia de 17 de junho de 1723, a capitania foi dividida em duas comarcas. A jurisdição da nova ouvidoria era sobre Curitiba, Paranaguá, Cananéia, Iguape, São Francisco⁵⁶⁶, Laguna e, ao longo do século XVIII foram elevadas à condição de vila e incorporadas à jurisdição as povoações de Desterro (1726)⁵⁶⁷, Lages (1771), Guaratuba (1771), Castro e Antonina (1797).⁵⁶⁸ A Ouvidoria da Comarca de Paranaguá foi mantida até 1812, ano em que a sede da comarca foi transferida para Curitiba.⁵⁶⁹ As funções de ouvidor estavam cumuladas com o de provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos, e o

⁵⁶⁵ PARDINHO, Raphael Pires. Treslado dos capítulos de correição desta villa de Nossa Senhora do Rosario de Pernagua este anno de 1721. In: SANTOS, A., 2000, p. 120; PARDINHO, Raphael Pires. Provimentos da vila de Curitiba 1721. In: SANTOS, A., 2000, p. 59; 64.

⁵⁶⁶ Esta vila, em 1780, foi objeto de conflitos de jurisdições entre o ouvidor da comarca e o ouvidor da Ilha de Santa Catarina. Em ofício ao governador de Santa Catarina, o vice-rei Luis de Vasconcellos e Sousa estabeleceu competência à Ouvidoria de Paranaguá (DIHCSP. v. LVII, pp. 152-154).

⁵⁶⁷ Em 1738 houve a instalação do governo da Ilha de Santa Catarina e em 1749 Desterro foi elevada à condição de cabeça de comarca, saindo do termo da Ouvidoria de Paranaguá (PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007, pp. 48-49).

⁵⁶⁸ *Idem*.

⁵⁶⁹ Conforme Francisco Negrão em BAMC, v. VIII, 1924, p. 52.

primeiro a ser nomeado foi António Alvares Lanhas Peixoto⁵⁷⁰ em 1724. Atuou apenas até 1726, e em 1730 foi nomeado António dos Santos Soares⁵⁷¹.⁵⁷²

Além da demora na nomeação e envio de um oficial para o desempenho das funções, em abril de 1726 Lanhas Peixoto solicitou à ouvidoria da comarca de São Paulo as cópias dos autos e livros referentes às vilas sob sua jurisdição e, no mesmo ano, queixou-se de não tê-los recebido.⁵⁷³ Ainda neste ano foi incumbido, por ordem de D. João V, a acompanhar o então governador da capitania, Rodrigo César de Menezes, às minas de Cuiabá, viagem na qual foi morto. Em 1733, seu sucessor, nomeado 6 anos após a vacância da função, encaminhou correspondência ao rei informando que ainda não haviam sido remetidos.⁵⁷⁴

A construção da cadeia de Paranaguá, em que pese Pardinho tenha deixado uma planta de referência e a indicação de quais materiais deveriam ser utilizados, em 1735 ainda não havia sido finalizada. O governador de São Paulo, António da Silva Caldeira Pimentel, informou a D. João V que, embora iniciada por Santos Soares, não havia mais que um terço construído. Descreveu que o custo do edifício estava bastante alto, maior que o da construção da vila de Santos mesmo sendo esta superior. Concluiu que “parece desnecessária a dita despesa na cadeia de povoação tão pequena, onde seria mais necessária uma fortaleza”.⁵⁷⁵ Orientou aos oficiais da câmara, portanto, que prosseguissem com a obra mesmo que o rendimento anual da câmara não fosse suficiente para rápida conclusão.

A convivência, na mesma vila, da ouvidoria de comarca e da câmara municipal, representando muitas vezes a sobreposição de jurisdições, não era sempre pacífica. A exemplo, os oficiais conselheiros, em carta a D. José I a 18 de dezembro de 1751, queixaram-se sobre a intromissão do corrente ouvidor nas competências que deveriam ser por eles desenvolvidas. A razão, segundo o registrado, era porque frequentemente o oficial letrado via que não havia quem aconselhasse as atuações dos membros da câmara, porém a denúncia era de que desejava “que somente se faça a sua vontade”. As interferências estariam impedindo que servissem corretamente ao rei e que atendessem ao “bem comum” dos moradores da vila provendo o “governo econômico” e a manutenção da justiça às suas queixas. Estariam os oficiais impedidos

⁵⁷⁰ António Alvares Lanhas Peixoto havia exercido funções como juiz de fora de Penamã e juiz de fora de Portoalegre (PEGORARO, Jonas Wilson. **Zelo pelo serviço real**: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII), Curitiba, 2015, Tese (Doutorado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2015, p. 103).

⁵⁷¹ António dos Santos Soares foi juiz de fora em Olivença, em Santos e, antes de nomeado à ouvidoria de Paranaguá, lhe havia sido prometida uma posição em Angola (DIHCSP. v. XXXVIII, pp. 149-151; PEGORARO, 2015, p. 103).

⁵⁷² MARTINS, R., 1997, pp. 171-172.

⁵⁷³ AHU, ACL, CU, 023, Cx. 1\Doc. 57 (1)\Doc. 58 (1).

⁵⁷⁴ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 10\Doc. 1061.

⁵⁷⁵ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 10\Doc. 1058.

de syndicar das condutas do ouvidor por ser exatamente este o destinatário de acusações feitas contra os agentes do rei no local.⁵⁷⁶

As câmaras eram, sob a ótica da administração régia, os organismos locais mais importantes para a manutenção da ordem e o estabelecimento do domínio régio sobre a colônia. Cabe ressaltar, entretanto, que as instituições eclesiásticas também tiveram grande importância no estabelecimento de povoações, na ocupação territorial e na certificação da ordem moral. A Igreja católica igualmente contribuiu para o estabelecimento da divisão dos povoados sob competência das paróquias, subdividindo os espaços citadinos em distritos. Os padres alocados eram responsáveis pelo exercício das funções religiosas e de “controle das almas”⁵⁷⁷ através do recrutamento confessional, da celebração eucarística – purificando o bairro dos pecadores manifestos e escondidos –, da administração dos sacramentos para a salvação dos moradores e os registros dos nascimentos, óbitos e contração de matrimônios dos moradores.⁵⁷⁸

Ao abrigo primeiramente da competência do bispado do Rio de Janeiro e, a datar de 1745, do bispado de São Paulo, as paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba foram estabelecidas nos séculos XVI e XVII. Ao longo do XVIII foram construídas outras igrejas na região central, em Paranaguá a Igreja da Ordem Terceira e Igreja do São Benedito, em Curitiba a Capela de Nossa Senhora do Terço, doada à Ordem dos Franciscanos da Província do Rio de Janeiro, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito.⁵⁷⁹

Nos seiscentos e nos setecentos, ainda, surgiram ordens terceiras e irmandades religiosas com a finalidade principal de devoção específica a alguma santa ou a algum santo e de assistência aos fiéis. Foram organizações que também atuaram na disseminação dos valores cristãos através, em suma, da oração em missas e sepultamentos, e organização de festas. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos (especificamente em Paranaguá), de Nossa Senhora da Luz (apenas em Curitiba), de São Miguel das Almas, de São Benedito e do Santíssimo Sacramento foram as principais surgidas nas vilas, além da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas.⁵⁸⁰

⁵⁷⁶ AHU, ACL, CU, 023, Cx. 4\Doc. 249.

⁵⁷⁷ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia; BOTELHO, Tarcísio (orgs.). **Linhas e entrelinhas**: diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 149.

⁵⁷⁸ SCHILLING, 1994, pp. 135-136.

⁵⁷⁹ BURMESTER, 1974, p. 19-20.

⁵⁸⁰ POLETO, Lizandro. **Pastoreio de almas em Terras Brasilis**: a igreja católica no “Paraná” até a criação da Diocese de Curitiba (XVII-XIX). São Paulo: Dialética Editora, 2020, pp. 89-90; ANDREAZZA, TRINDADE, 2001, p. 29.

O comparecimento dos moradores à matriz era obrigatório quando das principais festas católicas, quais sejam, Corpus Christi, visitação de Nossa Senhora, comemoração do anjo da guarda, de São Sebastião e celebração da padroeira da vila.⁵⁸¹ Na sequência às procissões, as comemorações usualmente seguiam com danças, músicas, desfiles e jogos carregados de elementos profanos, configurando um espaço para descanso, prazeres e alegria com um viés de celebração ritual. As festividades apreendiam, simultaneamente, importante função social de introjeção de valores e normatividades da vida coletiva ao mesmo tempo em que permitiam, no momento posterior à celebração eucarística, o compartilhamento de sentimentos coletivos, práticas e conhecimentos.⁵⁸²

Há de se complexificar a presença das instituições eclesiásticas nas localidades vez que isoladamente não pode ser interpretada como a garantia das práticas cristãs. A flexibilidade poderia ser advinda tanto por parte dos moradores como do próprio clero, bem como em decorrência da ausência de padres na vila. A exemplo, em 1716 os oficiais da câmara de Curitiba encaminharam representação ao Conselho Ultramarino com a queixa de que o vigário responsável pela paróquia não estava administrando corretamente os sacramentos muito embora estivesse sendo pago pelos moradores para tanto. Solicitaram, assim, que lhes fosse encaminhado um clérigo pago pela Fazenda Real. Em resposta, o bispo do Rio argumentou estar a vila de Curitiba demasiadamente afastada, e raramente os vigários conseguiam comparecer rapidamente quando existentes pessoas moribundas. Por esta razão o sacramento da extrema unção não era administrado e a responsabilidade seria dos próprios moradores que não enviavam informação e chamado a tempo. O parecer do Conselho Ultramarino, em 1717, considerou que, ainda que houvesse “algumas faltas nos vigários por se ausentarem”, o fato de não residirem na vila ou em sua vizinhança lhes retiraria a culpa pela ausência. Assim, mandou que fosse enviado vigário conforme o requerido que “se não falte com o pasto espiritual às suas ovelhas”.⁵⁸³ No ano de 1771, porém, houve exemplo de uma situação oposto ao requerimento de Curitiba para que o vigário comparecesse à vila. O padre Manoel Alvares da Silva, após visita às freguesias do bispado de São Paulo, constatou “tanta ignorancia em alguns dos moradores” sobretudo a respeito da obrigação de pagamento do dízimo. Descreveu que a ele queixaram-se alguns alegando já haverem dispendido muitos gastos com a fortaleza construída em Paranaguá a mando de Afonso Botelho, além de terem sido submetidos às expedições ao

⁵⁸¹ OF, L. I, tit. LXVI, § 48; PARDINHO, Raphael Pires. Provimentos da vila de Curitiba 1721, Santos, A., 2000, p. 31.

⁵⁸² ANDREAZZA, TRINDADE, 2001, p. 24; DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 9-10.

⁵⁸³ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 2\Doc. 121.

sertão do continente. Por fim, registrou o vigário, haveriam questionado “*Que couza hé Dizimo? Nunca ouvimos tal nome, nunca pagámos tal penção*”.⁵⁸⁴

Retomando a suposição registrada por Pardinho para o início do século XVIII, a vila de Paranaguá tinha aproximadamente 3.000 habitantes e a de Curitiba, 1.400. Estes dados, porém, referem-se às “pessoas de confissão”, isto é, maiores de sete anos e livres vez que o ouvidor utilizara os róis de confessados para estimar a contagem; excluídos os escravizados, os administrados e as crianças. O incremento populacional progressivo ocorrido ao longo do século XVIII é visível nas fontes com amparo em registros e contagens de moradores: os registros paroquiais e as listas nominativas. Os registros de batismos, casamentos, confissões e óbitos – pois, sacramentos – realizados pela Igreja tinham como finalidade a cura das almas daqueles pertencentes àquela hierarquia eclesiástica específica; as listas nominativas, por sua vez, era realizado pelos agentes da administração régia – capitães-mores, com auxílio de oficiais da justiça – e representava um dos reflexos da administração pombalina orientada nos termos do “Estado de polícia”.⁵⁸⁵ Muito embora estes documentos mereçam ressalvas quanto à precisão⁵⁸⁶, detêm utilidade para a contextualização do espectro populacional no qual as personagens vindas à tona nos processos judiciais estavam inseridas.

De acordo com os trabalhos de Mariza Budant Schaaf e Maria Ignês Mancini de Boni das listas nominativas, a vila de Curitiba possuía, em 1772⁵⁸⁷, 1.939 moradores (928 mulheres e 104 pessoas escravizadas), e 1798, 6.565 pessoas (1.688 mulheres e 1.172 escravizados).⁵⁸⁸ Os registros paroquiais apontam, consoante Ana Maria de Oliveira Burmester, que os números mais altos de batismos e casamentos localizam-se ao final do século, entre 1794 e 1798, e a baixa de matrimônios ocorrera principalmente na década de 70.⁵⁸⁹ Para a vila de Paranaguá, Jair Mequelusse expôs que existiam 3.166 habitantes livres em 1776 e 4.259 em 1801, porém a numeração geral é superior em decorrência da ausência de escravizados e administrados e da ausência das regiões de Guaratuba, Antonina e Morretes.⁵⁹⁰

⁵⁸⁴ DIHCSP, v. XXXIV, pp. 418-419 (grifos no original).

⁵⁸⁵ SEELAENDER, 2000, pp. 76-77; SANTOS, A., 2009, pp. 143-152.

⁵⁸⁶ Segundo Schaaf, alguns capitães-mores não realizavam a atualização anual correta originando algumas incoerências na comparação entre as listas (SCHAAF, Mariza Budant. **A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes – 1786-1799**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974, pp. 31-33). Ainda, Burmester aponta para a existência do que denomina de “sub-registro” dos registros paroquiais, isto é, a ausência de registros principalmente da população escravizada (BURMESTER, 1974, p. 42).

⁵⁸⁷ Data da primeira lista nominativa da vila de Curitiba (BONI, 1974, pp. 17-18).

⁵⁸⁸ BONI, 1974, pp. 17-18; SCHAAF, 1974.

⁵⁸⁹ BURMESTER, 1974, pp. 42-43.

⁵⁹⁰ MEQUELUSSE, 1975, p. 62.

Boni e Schaaf concluem que a população de Curitiba na segunda metade dos setecentos era composta em maioria por mulheres e por maior parcela de jovens até 19 anos. Destacam, ainda, o expressivo número de mulheres solteiras e defendem que o menor contingente populacional masculino em idade adulta muito provavelmente deveu-se às passagens de oficiais e ao recrutamento em razão das conquistas territoriais, como as expedições a Tibagi (1752 a 1773) e a Guarapuava (1768 a 1775), e a “Recruta Grande” em 1777, em razão da ocupação da Ilha de Santa Catarina.⁵⁹¹

A principal forma de organização destes contingentes populacionais observada pelas pesquisas específicas sobre as vilas de Paranaguá e de Curitiba era a entidade familiar a partir dos laços de parentesco. Segundo as autoras Burmester, Boni e Schaaf este foi um convívio que, em maior ou menor medida, todos os estratos sociais experienciaram em Curitiba. Isto é, a família não foi uma configuração havida apenas por camadas de elite ou pelos grupos de pessoas livres mesmo que empobrecidos. De acordo com a pesquisa de Adriano Bernardo Moraes Lima, estas relações foram conhecidas também pela população escravizada.⁵⁹² Considerando a proximidade territorial, política e social, além das intensas trocas existentes entre as vilas, arrisca-se alargar estas conclusões também para Paranaguá.

Os laços presentes na família, entendidos de forma mais elástica que apenas a consanguinidade, presentes também em alianças matrimoniais e de compadrio, tinham amparo na lógica da proteção e influências mediante os atos de dar, receber e retribuir.⁵⁹³ Na sociedade colonial, as perspectivas, trajetórias e cotidianos perpassavam pela ótica familiar, compreendendo a rede de normatividades a níveis religioso e social, estabelecendo várias das relações de sociabilidade e provendo amparo econômico.

Extrapolando a consanguinidade, os laços estabelecidos por relações de compadrio simbolizavam alianças que corroboravam e aumentavam os tratos já existentes entre as famílias, além de significarem estratégias de ascensão ou manutenção dos locais sociais. Ou seja, as dinâmicas sociais estavam intimamente vinculadas ao estabelecimento dos laços entre famílias pelo apadrinhamento, com o amparo do desenvolvimento de alguma forma de assistência

⁵⁹¹ BONI, 1974, pp. 15-17; 62-137; SCHAAF, 1974, pp. 69-79.

⁵⁹² LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajetórias de crioulos**: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760-c.1830). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2001, pp. 58; 63.

⁵⁹³ SCOTT, Ana Silvia. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; Silva, Jonathan Fachini da. **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editoria Unisinos, 2014, p. 27.

mútua, assegurando condições sociais e chegando até mesmo a deter amplitudes patrimoniais na ausência de herdeiros necessários.⁵⁹⁴

Ao longo do século XVIII, ambas as vilas não consistiram em populações grandes, ou em locais com prosperidade econômica. Através dos registros das testemunhas⁵⁹⁵, é possível verificar que a maior parte dos moradores sobreviviam com alguma atividade de trabalho e os registros sobre os bairros das vilas sugerem que eram locais eminentemente rurais e as regiões centrais não eram grandes. Paranaguá, em razão dos fluxos do porto, possuía a parte urbana um pouco maior que Curitiba, situação que reflete também na quantidade de moradores.

De todo modo, não obstante compostas por populações pequenas e espalhadas em regiões rurais, as vilas possuíam movimentação jurídica considerável. Isto é, os Juízos Ordinários e a Ouvidoria de Comarca, ao que as fontes permitem concluir, tinham uma atuação bastante frequente demonstrável pela numeração dos procedimentos judiciais que resistiram até a contemporaneidade.

3.2 OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CONTEXTO

A documentação histórica reunida no desenvolvimento da presente pesquisa, como mencionado na introdução deste trabalho, foi coletada no Fundo do Poder Judiciário Estadual mantido pelo Arquivo Público do Paraná. Este acervo armazena documentação judicial dos períodos compreendidos entre 1697⁵⁹⁶ a 1980, e do século XVIII mantém aproximadamente 5 mil autos⁵⁹⁷ oriundos dos juízos ordinários de vilas sob jurisdição da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, bem como originários deste organismo. Existem autos das vilas de Paranaguá, Curitiba, Castro, Lapa, Iguape, Cananeia, São Francisco e Lages. Para a busca dos documentos

⁵⁹⁴ CHAGAS, Paula Roberta. **Usos cotidianos do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2010.

⁵⁹⁵ Vez que ao início dos depoimentos havia a obrigatoriedade de coletar os dados da testemunha: nome, idade, naturalidade, ocupação, residência e se possuía alguma relação específica com os envolvidos no procedimento. Ver anexo II.

⁵⁹⁶ Data do primeiro documento, o inventário de Balthazar Carrasco dos Reis (ESTADO DO PARANÁ. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Portal virtual do Arquivo Público do Paraná. Guia de Fundos**. 2021. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/Pagina/Acervo-Documental-e-Guia-de-Fundos>>; Acesso em: 20 jan. 2021).

⁵⁹⁷ Relembrando, o termo “procedimentos” é utilizado em vez de “processos” em decorrência da extensa fragmentação dos feitos crimes; não são todos os códices que contêm processos inteiros e muitas vezes, a exemplo, os autos crimes estão incompletos, ou há apenas uma petição, um rol de testemunhas ou um auto de prisão.

selecionados nesta pesquisa, de 1750 a 1800 foram consultados o total de 2.455 autos, nesta numeração incluídos feitos cíveis e criminais.⁵⁹⁸

Embora seja numericamente significativo, o acervo encontra-se bastante fragmentado. Grande parte foi removida da 10ª Vara Cível de Curitiba para o Arquivo em 1986, outra parcela em 2002 proveniente da 1ª Vara Cível. Até estas datas os documentos foram mantidos em condições precárias de armazenamento, além de partes consumidas por um incêndio e possivelmente extraviadas pelo desinteresse de organização.⁵⁹⁹

A fragmentação do acervo na segunda metade do século XVIII, especificamente nos feitos crimes, vai além da forma de conservação anteriormente à remessa ao Arquivo. Em vista do seguimento dos procedimentos que os oficiais camarários deveriam respeitar, as ações criminais deveriam ser encaminhadas à Ouvidoria, além daquelas que eram movidas pelo próprio ouvidor sobretudo durante as correições. Nas fontes é possível perceber que estes movimentos processuais existiram, como as remissões de processos de toda a jurisdição ao ouvidor e o envio de autos à Relação do Rio de Janeiro e à Casa da Suplicação⁶⁰⁰, porém esta documentação não foi localizada e deixou algumas lacunas entre a documentação que resistiu. Quanto aos documentos cujos rastros demonstram que foram trasladados a Paranaguá para armazenamento na Ouvidoria – como é o caso da maioria das querelas e das devassas –, acredita-se que infelizmente o acervo acabou sendo perdido, considerando a busca por informações nos arquivos em Curitiba, Paranaguá, da cidade de São Paulo e em Lisboa.⁶⁰¹

Além da fragmentação pela incompletude documental que não foi possível sanar, não raro existem autos referentes ao mesmo caso distribuídos pelo fundo em códices distantes –

⁵⁹⁸ Caixas 21 a 114, documentos de códices PB 045.PC694.21 a PB 045.PC3218.114. Dentro da numeração mencionada consideram-se os diferentes autos armazenados sob o mesmo código.

⁵⁹⁹ Deseja-se, neste ponto, fazer um destaque: durante a pesquisa, foram feitas visitas às instituições de Paranaguá na busca de processos judiciais do Juízo Ordinário e da Ouvidoria de Comarca daquela cidade. Nesta oportunidade, a procura foi feita também nos arquivos do judiciário, tanto do fórum que reúne varas cíveis e, principalmente, das criminais. No Fórum de Justiça, em que estão as varas criminais, especificamente, foi descoberto um acervo significativo de processos judiciais armazenado numa espécie de garagem, aos fundos do fórum, em condições bastante precárias, depositados em pilhas do chão ao teto, sem higienização muito menos climatização, organização ou exclusividade de espaço. Pelo que foi possível acessar, estima-se que os documentos sejam em maioria referentes ao século XIX. Intentou-se a remoção para algum acervo histórico, infelizmente impossibilitada por entraves burocráticos.

⁶⁰⁰ Muito embora razões como pesadas custas judiciais e excessiva morosidade para a resolução das lides faça acreditar que não teria sido a maioria das partes que figuravam em processos que recorriam a instâncias superiores à Ouvidoria.

⁶⁰¹ Em pesquisa às instituições de armazenamento documental: Arquivo Público do Paraná, Arquivo Municipal de Curitiba, Museu da Justiça do Tribunal do Estado do Paraná, Casa da Memória de Curitiba, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Arquivo Municipal de Paranaguá, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Fórum Cível da Comarca de Paranaguá, Fórum de Justiça de Paranaguá, Varas Criminais de Paranaguá, Arquivo Público de São Paulo e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

muitas vezes em caixas diferentes –, bem como mais de um auto, relativos a crimes e personagens diversos, armazenados nos mesmos códigos.⁶⁰²

Esta explicação torna-se necessária quando da tentativa de uma contabilização panorâmica dos processos criminais. Ou seja, a contagem dos códigos não corresponde ao número de processos, existindo sempre a margem de erro para mais – no caso de mais autos em um mesmo código – e para menos – no caso de vários códigos referirem-se a partes do mesmo processo. Assim, a decisão foi pela contagem a partir do número de códigos, porém adicionando ao montante os autos sobre casos diversos que estivessem armazenados juntamente.

Disto, o universo total é de 2.455 autos consultados. Dentre estes, foram coletados 282 criminais sob competências dos Juízos Ordinários de Curitiba, Paranaguá, Castro, Iguape, Cananéia, São Francisco e Lages, e da Ouvidora da Comarca de Paranaguá em processos originários, em agravos e em autos de correição às mesmas vilas.⁶⁰³ Em meio a estes, 54 correspondem a autos criminais com envolvimento de mulheres, contabilizados não somente aqueles documentos em que foram autoras ou acusadas, mas também em que figuraram enquanto vítimas e que estiveram de algum modo envolvidas. Especificamente quanto aos casos ocorridos em Curitiba e em Paranaguá, a numeração investigada foi de 199 e envolvendo mulheres, 43. Os autos que versam sobre crimes contra a ordem moral e contra a vida e integridade das pessoas somam o montante de 28.

Tabela I – Autos crime no acervo do Arquivo Público do Paraná

	Ocorridos na jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá*	Ocorridos na jurisdição dos Juízes Ordinários das vilas de Curitiba e Paranaguá
Autos crime	282	199
Autos com mulheres	54	43
Autos sobre crimes contra a ordem moral e contra a vida e integridade		28

Fonte: A autora, a partir das fontes do Arquivo Público do Paraná, Fundo do Poder Judiciário Estadual (PB045), códigos PC694.21 a PB 045.PC3218.114.

*Compreende documentos das vilas de Curitiba, Paranaguá, Castro, Iguape, Cananéia, São Francisco e Lages.

A título de uma breve visualização panorâmica sobre os conteúdos dos casos, intentou-se construir a tabela a seguir. Uma explicação é indispensável: usualmente existiram alegações de mais de um crime no mesmo auto e a alegação dos delitos nem sempre era realizada com a

⁶⁰² A exemplo, o código PB045.PC813.24 traz 3 devassas e 1 auto sumário referentes todos a casos diferentes.

⁶⁰³ As numerações específicas são: 27 de Iguape, 23 de São Francisco, 20 de Cananéia, 8 de Castro, 3 de Lages, além de duas cartas precatórias de inquirições, uma vinda de Santos e outra do Rio de Janeiro. Não existe coerência ou padrão dentre os procedimentos de outras vilas armazenados neste fundo; aparentemente, compõem o acervo em decorrência do acaso, advindo dos encaminhamentos das vilas sob jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá ao ouvidor.

utilização dos termos jurídicos postos nas doutrinas e nas Ordenações Filipinas. A opção adotada foi pela aglutinação dos termos utilizados (mantendo-os mencionados entre aspas) para referência ao mesmo delito a partir da denominação jurídica utilizada e separação dos crimes conforme declarados nas nomenclaturas das devassas e nas pronúncias dos magistrados, mesmo que presentes na mesma acusação. Isto é, vários dos processos possuem mais de um crime, a exemplo uma ação que compreende ferimento e injúria. Para que fosse possível a construção didática do quadro no tocante às ocorrências, contabilizou-se os crimes em separado, ou seja, ferimento foi aglutinado com as ocorrências de ferimentos (inclusos “pancadas” e “tiros”) e injúria foi contabilizado com os demais casos semelhantes.

Vale destacar que o número de autos não corresponde ao número de condenações e execuções de pena realizadas pelos Juízos Ordinários de Paranaguá e de Curitiba e da Ouvidoria de Paranaguá. A este respeito, cabe ressaltar a conclusão de Antônio Manuel Hespanha a respeito da existência de uma baixa punibilidade do processo criminal português do Antigo Regime.⁶⁰⁴ A faceta de ameaça sem punição, amparada na clemência e benevolência régia, foi percebida entre os processos sob jurisdição do Juízo Ordinário de Curitiba e da Ouvidoria de Paranaguá entre os anos de 1777 e 1800. A ordem jurídica criminal portuguesa era dotada de uma plasticidade tanto nas formas de pensamento como nas estratégias de efetivação, característica que marcava a ausência de correspondência entre as penas estabelecidas pela legislação e a prática da justiça criminal. A sua efetivação era propensa, assim, à libertação mais que à condenação e à punição, valendo-se da estratégia da ameaça para se fazer temer e ao perdão para se fazer amar.⁶⁰⁵ As balizas de aplicabilidade da legislação e a baixa punibilidade poderiam deter maior ou menor força a depender da região analisada, e para a localidade de Curitiba o livramento foi a regra.⁶⁰⁶ Acredita-se que esta conclusão pode ser elastecida para os anos anteriores e, na medida em que os casos estudados nesta tese permitem, para a vila de Paranaguá. Porém as especificidades serão vistas na sequência do trabalho.

Ainda, é importante mencionar que o número de autos não corresponde, também, ao montante de conflitos e confrontos sociais que possivelmente existiram entre as práticas dos moradores das vilas de Curitiba e Paranaguá. Configuram-se enquanto dados representativos, porém não correspondentes. As demandas judiciais são bons indicadores da intensidade e da

⁶⁰⁴ HESPANHA, 1993a.

⁶⁰⁵ *Idem*; ARAÚJO, Danielle Wobeto de; STRICKER, Gabrielle. **Processo dos delitos e heresias**: um guia de leitura das Ordenações Filipinas (1603) e do Regimento Inquisitorial (1640). Porto Alegre: Editora Fi, 2019, pp. 43-44.

⁶⁰⁶ MASSUCHETTO, Vanessa. **Os autos de livramento crime e a vila de Curitiba: apontamentos sobre a cultura jurídica criminal (1777-1800)**. Curitiba, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2016.

frequência dos conflitos mais intensos, visto que o acionamento institucional – pode-se refletir – não seria usualmente a primeira alternativa intentada para a solução de tensões sociais.⁶⁰⁷

Tabela II – Crimes cominados nas vilas de Paranaguá e de Curitiba de 1750 a 1800

Crimes	1750-1760	1761-1770	1771-1780	1781-1790	1791-1800	Total
Estupro ("defloramento", "estupro", "levar da honra e virgindade")	-	-	4	3	-	7
Rapto a mulheres ("furto", "roubo")	-	-	1	1	-	2
Adulterio	-	-	1	-	-	1
Incesto	-	-	-	1	1	2
Tratos ilícitos	-	-	-	1	-	1
Homicídio ("mortes feitas")	8	5	3	6	2	24
Envenenamento	1	-	-	-	-	1
Ferimentos ("tiros", "pancadas")	6	4	3	22	9	44
Injúria*	5	4	2	11	1	23
Feitiçaria	-	1	4	-	-	5
Ameaça**	3	-	-	3	-	6
Portar faca de ponta**	1	-	-	3	-	4
Arrombamento de cadeia e fuga de presos ("quebrantamento" e fuga)	1	1	4	7	1	14
Resistência a oficiais da câmara	1	-	-	2	-	3
Fuga/roubo de escravizados	2	-	-	2	1	5
Açoitar ("dar açoites")	-	-	1	1	-	2
Roubo e furto	6	5	3	12	7	33
"Dar prejuízo às roças"	-	-	1	-	-	1
"Vadios"	-	-	-	-	3	3
Perturbação à ordem	2	-	5	-	-	7
Contrabando ("atravessador")	1	-	-	3	-	4
Pesos e medidas falsificados	-	-	5	2	-	7
Crimes relacionados aos ofícios na câmara	-	1	9	1	-	11
Processo finalizado sem culpas***	-	-	-	-	1	1
Não foi possível concluir pela fragmentação documental	2	-	-	-	-	2
Total	39	21	46	81	26	211

Fonte: A autora, a partir das fontes do Arquivo Público do Paraná, Fundo do Poder Judiciário Estadual (PB045), códices PC694.21 a PB 045.PC3218.114.

* As injúrias estão consideradas na contabilização de crimes por aparecerem configuradas como "injúria atroz" ou estarem vinculadas a outros delitos, como ferimento, ameaças e estupro.

** A ameaça não constituía um crime para as Ordenações Filipinas, contudo é aqui inserida em decorrência da análise, na sequência do trabalho, de um caso com tal ocorrência. Da mesma forma, não era crime portar faca de ponta, mas nos casos encontrados os réus foram processados pelo rito sumário pelo comportamento ser visto, pelo que as fontes sugerem, como possível intenção de matar.

*** Este corresponde a um processo de investigação movido pelo intendente geral da polícia, função exercida pelo ouvidor da comarca, em dezembro de 1800.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, pp. 22-23.

⁶⁰⁸ APPR. PB045.PC3119.114, Paranaguá, 1800.

Partindo de um espectro geral, a primeira característica a que se pode lançar atenção é à quantidade total de alegações de crimes em cada década da segunda metade do XVIII. Observa-se um crescimento gradual nos números, o que poderia representar reflexos do incremento populacional pelo qual as vilas passaram ao longo do século, em especial na década de 80, o que poderia significar uma maior conflitividade entre os moradores combinada com a busca pelos aparatos de administração da justiça para a resolução destes conflitos. Os elevados números de ferimentos e injúrias, sobretudo considerando que em muitos autos constam ambas as alegações, leva a crer que os desentendimentos cotidianos e os insultos tinham a violência física como primeiro impulso de defesa. O ferido, assim, poderia buscar a justiça no intento de restaurar a humilhação já que, a partir da ocorrência, percebera ser o elo mais fraco da situação.

A hipótese do aumento populacional seguido de mais litígios, porém, torna-se frágil diante dos 26 crimes alegados para a década seguinte. Esta disparidade leva a pensar não apenas sobre as questões de conservação do acervo, conforme já exposto, mas nas atuações dos oficiais nas vilas e em meio aos moradores, principalmente dos ouvidores e, consequentemente, dos promotores. Isso porque a quantidade de causas judiciais poderia direcionar a reflexão a respeito dos modos como os oficiais desempenhavam suas funções na realização de correições e abertura de devassas, podendo ser plausível, também, que existisse algum meio de incentivo para que os moradores viessem a juízo especificamente neste período. Poderia ser possível pensar, ainda, no sentido de maior circulação na vila de moradores que fizessem as vezes de procuradores, o que corresponderia a um número maior de queixas e denúncias no ingresso de querelas e devassas especiais.

É necessário ressaltar, também, a problemática sustentada por Muchembled para as flutuações dos números de ocorrência dos delitos ao longo do século XVIII. Defende que o aumento ou a queda dos níveis de criminalidade estavam muito mais vinculados com a transformação nas estratégias da justiça criminal do que com uma modificação brusca das realidades dos delitos na cotidianidade social.⁶⁰⁹

Nas 13 alegações que constam como delitos contra a ordem moral⁶¹⁰, em todos há o envolvimento de mulheres – como seria de se supor em decorrência dos crimes.⁶¹¹ Quanto aos

⁶⁰⁹ MUCHEMBLEMED, 2012, p. 16.

⁶¹⁰ Compreendem os delitos de estupro, rapto, adultério, incesto e tratos ilícitos, consoante classificação de José Luis de Las Heras Santos (LAS HERAS SANTOS, 1994, p. 224).

⁶¹¹ Especificamente quanto aos delitos contra a ordem moral, menciona-se que, dentre os procedimentos das demais vilas sob jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá, foram identificados outros 4 procedimentos: uma acusação de alcovitaria em São Francisco em 1781, uma alegação de estupro em Cananéia e outra em Iguape, ambos feitos processados em 1794, e um caso de adultério em Castro em 1800, cujo ingresso fora do marido contra o adúltero.

contra a vida e a integridade das pessoas⁶¹², 15 compreendem as atuações femininas em juízo. O baixo número destes registros em juízo ao serem comparados com o total de alegações faz refletir sobre qual era o cerne da maior parte dos conflitos na região, quais eram as causas acolhidas pelos magistrados e, sobretudo, o que representava às mulheres a busca pela justiça régia para o ingresso com causas criminais em decorrência de ofensas sofridas. Os pleitos relativos às causas de estupro foram todos iniciados por demandas femininas com queixas contra homens em prol de reparações às quais as envolvidas acreditavam merecer. As circunstâncias e nuances eram diferentes, porém as narrativas podem conter elementos representativos destes modos de pensar.

Para ser possível a compreensão sobre os significados das ocorrências destes crimes é necessário conhecer as formas pelas quais eram processados, já que era no momento da aplicabilidade da legislação na ordem jurídica criminal portuguesa do Antigo Regime que ocorriam as balizas que permitem entrever a gama de normatividades correntes. Nestas balizas compreendiam-se as influências do contexto social que incentivavam a adoção de medidas de maior ou menor flexibilização e fluência das normas escritas do direito régio.

3.2.1 Os instrumentos jurídicos e o rito ordinário: o processo criminal

No direito e processo criminais do século XVIII, o processamento dos casos crime pelas câmaras municipais e pelas ouvidorias de comarca passava, de forma bastante generalizada, pelas etapas de investigação e de acusação⁶¹³, incluindo nesta a possibilidade do livramento. Na primeira, poderiam ser apontados culpados do crime investigado; na segunda, os culpados poderiam sofrer acusação da parte ofendida ou do promotor do conselho e serem condenados pelo delito; e na terceira, era possibilitado que requeressem a rediscussão dos termos de sua culpa, apresentando demais elementos para a defesa e, sob arbítrio judicial, alcançando o livramento do crime imputado.

As formas de investigação, nos termos das Ordenações Filipinas, eram principalmente as devassas (gerais e especiais) e as querelas.⁶¹⁴

⁶¹² Homicídio, envenenamento, ferimentos, injúrias e ameaça. (LAS HERAS SANTOS, 1994, p. 217).

⁶¹³ ARAÚJO, D., STRICKER, 2019, p. 53.

⁶¹⁴ Vanguerve Cabral expôs existir a espécie “ofício da justiça” e Pereira e Sousa, a “denúncia”, todavia como parte inicial para abertura da devassa especial (CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, pp. 44-45; SOUSA, 1800, cap. IV, §§ 44, p. 37).

ARAÚJO, STRICKER, 2019, p. 53; HESPANHA, 2015, pp. 618-619.

As devassas eram, conforme o exposto por Mateus Homem Leitão, um dos instrumentos essenciais ao direito régio que mais divergiam do direito comum.⁶¹⁵ Definidas pelos títulos LVIII⁶¹⁶ e LXV⁶¹⁷ do Livro I das Ordenações, eram procedimentos realizados de modo *ex-officio*, isto é, efetuados obrigatoriamente pelos magistrados em decorrência do próprio exercício do ofício, sem a necessidade de provocação de partes. Eram de competência dos corregedores (na América Portuguesa, pois, dos ouvidores) dos juízes ordinários e dos juízes de fora nos locais em que houvesse tal ofício e o modo de processamento exigia o interrogatório de pelo menos trinta testemunhas – número inferior acarretava a nulidade da inquirição –, podendo este número ser maior caso existam depoentes referidos.⁶¹⁸

A diferenciação entre as devassas gerais e as especiais era dada pelo conteúdo principal da busca empreendida com as inquirições: as gerais estavam vinculadas à procura por crimes incertos (e, caso os depoentes expressassem informações a respeito de algum delito, caso detivessem conhecimento deveriam indicar os responsáveis), ou certos caso dele se ouvissem notícias (porém sem denúncia nem queixa), e a outra, por sua vez, era realizada na investigação sobre a autoria de um crime do qual foi recebida denúncia. A distinção foi, em um primeiro momento, assim feita pela doutrina e não "pelos Direitos"⁶¹⁹, porém as denominações foram posteriormente adotadas pelas Ordenações, e passaram a referir-se em razão dos delitos ou das pessoas.⁶²⁰

As gerais eram ordinariamente formadas em determinadas épocas do ano (usualmente em janeiro, razão pela qual eram conhecidas como "janeirinhas") e o procedimento era realizado mediante inquirição aos moradores na busca pelo conhecimento dos crimes, e consequentemente dos responsáveis, ocorridos na vila. Os juízes locais eram autorizados a tirar no início do período para o qual foram eleitos a respeito dos oficiais que haviam servido no

⁶¹⁵ LEITÃO, Mateus Homem. **Do direito lusitano – Dividido em três tratados. Agravos, Cartas de seguro, inquirições. Obra útil a todos os Professores de Leis e indispensável aos que trabalham nos tribunais.** Coimbra: Tipografia do Real Colégio das Artes, 1745. Tradução de António Manuel Hespanha. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, pp. 369-370.

O modo mais usual disseminado pela tradição jurídica comum era baseado na acusação por uma parte e não em procedimento que se amparava na inquirição de testemunhas. A introdução fora a partir do direito canônico, porém o desenvolvimento do regime de processamento no direito português era bastante singular. (HESPANHA, 2015, p. 618; HESPANHA, 2009, pp. XXIII-XXV).

⁶¹⁶ Disciplinava as competências dos corregedores de comarca, e a definição para tirar devassas estava no § 31.

⁶¹⁷ Versava sobre as competências dos juízes ordinários e de fora, e sobre as devassas especificamente nos §§ 31 a 33, 39 a 67.

⁶¹⁸ LEITÃO, 1745, 2009, p. 468; CASTRO, 1680, t. II, cap. 1, n. 1; SOUSA, 1800, cap. II, § 22, nota 5, p. 22, § 25, p. 25;

⁶¹⁹ Aqui, pode-se afirmar que a referência aos Direitos adentra à concepção jusnaturalista de raiz propriamente tomista. (HESPANHA, 2005, p. 289).

⁶²⁰ LEITÃO, 1745, 2009, p. 373.

período anterior⁶²¹ – devendo ter início nos primeiros dez dias de ofício e fim em trinta dias mesmo que sem culpados – e os ouvidores corregedores as deveriam executar quando fizessem correições anuais, sendo feitas mesmo que na ausência completa de informações ou suspeitas de ocorrência de delitos, e deveriam seguir um rol de perguntas padronizadas que versavam sobre diversas matérias do cotidiano dos moradores e da atuação dos oficiais locais.⁶²²

As devassas especiais deveriam ser formadas quando eram trazidas notícias ao conhecimento do juiz acerca de crimes cometidos de modo singular, a partir de um acontecimento específico. A ocorrência do delito, assim, era certa, e o foco da investigação era a busca pelo culpado. A forma pela qual a informação chegava aos magistrados era a denúncia, sendo o denunciante "aquele que não tem particular interesse no negócio que denuncia, ou ainda que o tenha não quer contudo ser nele Parte"⁶²³, e somente ensejaria a abertura da devassa nos casos colocados pela legislação.⁶²⁴

Recebida a notícia do acontecimento de um crime (mesmo que sem vestígios do seu acontecimento⁶²⁵) ou a denúncia e aberta a devassa especial, o primeiro instrumento a ser colhido pelo juiz era o exame do corpo de delito. Quando existissem vestígios, deveria ser feito o corpo de delito direto e, do contrário, poderia ser realizado o indireto, isto é, constituído e comprovado a partir dos relatos das testemunhas. De todo modo, era um procedimento

⁶²¹ Os juízes locais referenciados são o ordinário e o de fora, o juiz de órfãos deveria ser devassado (PORTUGAL, Assento 23º. In: PORTUGAL. **Collecção Chronológica dos assentos das Casas da Supplicação e do Civil**. Quarta edição na qual vão inseridos na ordem Chronologica os cinco Supplementos as edições anteriores. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867, p. 19).

⁶²² Dentre os questionamentos estabelecidos pelas Ordenações, estavam: se existiam casos de incesto entre pessoas comprometidas para casamento (livro V, tit 17, § 15); se existiam casamentos clandestinos (Lei de 13 de Novembro de 1651) ou aliciação à clandestinidade (Lei de 6 de Outubro de 1784, Assento de 15 de Maio de 1787); se existiam pessoas concubinadas (a partir do Alvará de 26 de Setembro de 1769, apenas aqueles casais que estivessem convivendo na mesma casa com geral escândalo); se existiam casos de lenocínio/alcovitaria (Alvará de 1 de Julho de 1776, XXV). Ainda: se os moradores estavam utilizando espingardas, pistolas, facas e armas curtas (Lei de 5 de Julho de 1613, Lei de 20 de janeiro de 1634, Lei de 4 de Outubro de 1649; Alvará de 23 de Julho de 1678, Lei de 29 de Março de 1719, Lei de 25 de Julho de 1749); se houve recolhimento de furtos (Alvará de 25 de Dezembro de 1608, § 21); se os carcereiros receberam subornos dos presos (livro I, tit. LVIII, § 31); se estavam ocorrendo contrabandos (Lei de 14 de Novembro de 1757). (SOUSA, 1800, cap. II, § 18, nota 1, pp. 18-20). Os ouvidores e corregedores não deveriam tirar devassas gerais apenas quando o juiz de fora, nas localidades em que houvesse, já a tivesse procedido (PORTUGAL, Assento 43º. In: PORTUGAL, 1867, p. 125).

⁶²³ SOUSA, 1800, cap. IV, § 44, nota 1, 37.

⁶²⁴ Dentre os quais, estavam os crimes de: forças de mulheres (livro I, tit LXV, § 31); homicídio (livro I, tit LXV, § 31); propinação de veneno, ainda que não se siga a morte (Alvará de 28 de Fevereiro de 1743); fuga de preso, arrombamento de cadeia, resistência, ofensas corporais (livro I, tit LXV, § 31); (SOUSA, 1800, cap. I, § 19, nota 1, pp. 20-21).

⁶²⁵ Isso porque as Ordenações fixavam, como supracitado, "vindo à notícia dos Juizes (...) sendo-lhe assim dito por alguma pessoa, ou pela mesma parte". (OF, L. I, tit. LXV, § 31).

obrigatório para que a investigação não fosse anulada.⁶²⁶ Após, iniciava-se a oitiva das trinta testemunhas, podendo ser reduzidas para oito nos casos de crimes mais leves.⁶²⁷

Nas duas espécies de devassa, para que os depoimentos fossem válidos, o magistrado, juntamente com o escrivão, deveria realizar o juramento da testemunha, sob o qual se garantiria, simbolicamente em decorrência da solenidade, que informasse a verdade daquilo que soubesse. Na especial, apenas ao fim do juramento, ou do relato dado, o juiz lhe deveria perguntar a respeito “dos costumes”, isto é, se havia algum grau de parentesco, compadrio, amizade ou inimizade entre a testemunha e as pessoas envolvidas no processo. Pereira e Sousa sustentou que assim o deveria ser vez que as devassas constituíam inquirições abertas, não sendo possível a escolha dos inquiridos.⁶²⁸

A querela, por sua vez, era o processamento crime quando havia uma parte que desejava prestar uma queixa ao juiz e constituir uma demanda. Estabelecida pelo título CXVII do Livro V das Ordenações, diferia das devassas sobretudo por terem como requisito de ponto de partida a delação por parte do ofendido às justiças, devendo ser assinada pela parte queixosa e pelo magistrado competente.⁶²⁹ A prerrogativa dada às mulheres, conforme defendida por Rui Gonçalves, de realizar acusação por procurador sem comparecer pessoalmente em juízo referia-se ao momento da acusação por meio da querela⁶³⁰, autorizado, também, àqueles legitimamente impedidos.⁶³¹

Existiam duas espécies de querelas quanto aos queixosos: uma de interesse particular, em que o ofendido prestava delação ao juízo – o que o obrigava a realizar o juramento mas não o obrigava a depositar fiança em juízo⁶³² –, e outra de interesse “público”⁶³³, que poderia ser dada por qualquer pessoa – exigia depósito da fiança para pagamento de toda perda e dano, emendas, custas e satisfação. No tocante aos crimes, existia a diferenciação entre os “públicos”

⁶²⁶ SOUSA, 1800, cap. II, § 25, p. 25.

⁶²⁷ Esta numeração de oito testemunhas era válida apenas para vilas de tamanho mediano; para menores, poderiam ser ouvidas 6 testemunhas, para maiores 12 e, em cidades, 20. Os crimes leves seriam como, a exemplo, furtos menores mediante pedido da parte ofendida, prejuízo causado a uma horta ou a um pomar e incêndio (OF, L. I, tit. LXV, §§ 31 e 32; L. V, título LXXXVI, § 2; CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, p. 45; LEITÃO, 1745, 2009, pp. 403-404; 470-471).

⁶²⁸ OF, L. I, tit. LXXXVI; SOUSA, 1800, cap. II, § 22, nota 5, pp. 22-23.

⁶²⁹ OF, L. V, tit. CXVII, § 6.

⁶³⁰ *Ibidem*, § 18; tit. CXXIV, §16; GONÇALVES, 1557, p. 23-24; GONÇALVES, Rui (autor); S., J. A. Presbit. (ed.). 1785, pp. 84-86; FREIRE, 1789-1794: 1966, p. 145.

⁶³¹ CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, p. 45; SOUSA, 1800, cap. III, §§ 40.

⁶³² OF, L. V, tit. CXVII, § 6.

⁶³³ Quanto aos termos “público” e “privado”, cabe lembrar que a questão específica da proteção de um interesse público remeteria às noções da boa governança do reino em prol do bem comum e o privado, por sua vez, remetia ao governo da casa (SEELAENDER, 2000, pp. 74-75).

– os que agredissem a ordem “pública” e que poderiam ser delatados por qualquer pessoa⁶³⁴ – e os “privados” – de ofensas particulares, que estariam restritos à queixa do ofendido.⁶³⁵ As mulheres eram detentoras de capacidade de apresentarem queixas e querelar apenas de causas que lhes lesionassem, isto é, em que fossem a parte ofendida, e estariam incapacitadas de acusar seus maridos em crimes de infâmia.⁶³⁶

Após a apresentação de petição ao juízo com a queixa do ofendido – ou de quem a estivesse a oferecer, juntamente com o depósito de fiança quando não fosse o ofendido⁶³⁷ –, a descrição das circunstâncias do crime e a indicação de no máximo quatro depoentes⁶³⁸, seguiam-se a atermção do Auto de querela pelo escrivão, o primeiro juramento ao querelante, formação do corpo de delito e oitiva das testemunhas indicadas.⁶³⁹

Realizadas as oitivas das testemunhas tanto nas devassas geral e especial quanto na querela, o juiz expediria uma pronúncia⁶⁴⁰, que poderia ser de captura, para que o suspeito se livrasse como seguro ou de modo definitivo.⁶⁴¹ A primeira, de captura, tinha como objetivo o encarceramento mediante mandado de prisão passado em segredo ao alcaide ou ao meirinho para posteriores acusação e condenação, e era expedida quando os testemunhos colhidos indicassem um suspeito dos crimes na devassa geral, amparassem a denúncia na devassa especial ou sustentassem a queixa na querela.⁶⁴²

Neste mesmo sentido era a pronúncia do suspeito como seguro, porém não indicava a prisão do suspeito em decorrência da existência de uma carta de seguro. Instrumento de graça régia concedida, na América Portuguesa, pelo ouvidor da comarca por um ano mediante pagamento de custas, tinha como objetivo manter o segurado livre porém vinculado ao processo judicial que lhe estava a acusar. Garantia-lhe que não seria encarcerado, mas o obrigava a permanecer na jurisdição do juízo em que o procedimento estivesse sendo desenvolvido e a

⁶³⁴ Dentre os quais estavam: estupro violento, estupro consentido, casar ou dormir com criada, dormir com infiel, incesto, alcovitaria, concubinato, bigamia, homicídio, quebrantamento e fuga de cadeia, furto (OF, L. V, títs. XXIII, CXVII; SOUSA, 1800, cap. III, § 29, pp. 29-30).

⁶³⁵ Como é o caso do adultério e das ofensas corporais (SOUSA, 1800, cap. III, § 37, p. 33).

⁶³⁶ OF, L. V, tit. CXVII, § 6; SOUSA, 1800, cap. III, §§ 26, 29, nota 1, 33 a 36, pp. 27-33; FERREIRA, 1767, tomo II, trat. 3, n. 33 e 37).

⁶³⁷ OF, L. V, tit. CXVII, § 6; SOUSA, 1800, cap. III, § 38, p. 34.

⁶³⁸ Não poderiam ser substituídas após a abertura da querela e deveriam comparecer a juízo no prazo de vinte dias (SOUSA, 1800, cap. III, § 38, nota 4, § 39 e OF, L. V, tit. CXVII, § 6 e 18).

Segundo Vanguerve Cabral, deveriam ser nomeadas duas ou três testemunhas nesta petição de abertura da querela. Pode-se afirmar que essa diferenciação entre dois praxistas pertencentes a diferentes trajetórias e localidades em razão do fato de que no Antigo Regime os costumes quanto à atuação judicial das localidades é que acabavam moldando os termos das práticas locais (CABRAL, A. 1730, parte I, cap. XXXIII, p. 45).

⁶³⁹ CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, p. 47.

⁶⁴⁰ Pronúncia era, segundo Pereira e Sousa, a “Sentença do Juiz, que declara o Réu suspeito do delito, que faz o objeto da Devassa, ou da Querela contra ele dada, e o põe no número dos culpados” (SOUSA, 1827, p. 403).

⁶⁴¹ LEITÃO, 1745, 2009, p. 541.

⁶⁴² CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, p. 46-47.

comparecer em todos os atos judiciais. Na petição de requerimento ao ouvidor, o suspeito poderia negar ou confessar parte do crime do qual foi indicado como culpado, gerando as cartas de seguro negativa ou confessativa.⁶⁴³ Era um dos mais salientes e corriqueiros modos de livrar na prática judicial dos setecentos no Império Português.⁶⁴⁴

Estas duas espécies de pronúncia eram dadas em decorrência do reconhecimento judicial de que os testemunhos expostos formavam a culpa do suspeito, fazendo com que o escrivão anotasse seu nome no rol dos culpados.⁶⁴⁵ A menção à culpa formada é recorrente nas fontes e indica a presunção de culpabilidade mensurada a partir das particularidades de cada caso.⁶⁴⁶ Não excluía, todavia, a possibilidade de ingresso de outro procedimento com outros pedidos advindos do mesmo crime, já que após a condenação o autor, se desejasse, poderia prosseguir com a acusação tendo em vista que do mesmo crime poderiam resultar não somente as penas corporais bem como as civis.⁶⁴⁷

A pronúncia de livramento de modo definitivo era a decisão judicial que concluía pela ausência de culpas do suspeito, declarando-o livre de quaisquer consequências que poderiam ser advindas daquele crime.⁶⁴⁸ No caso das devassas gerais, a decisão seria pela ausência de culpas, em decorrência da escassez de indícios presentes nos testemunhos coletados para o apontamento de um suspeito.

Finalizadas estas etapas de investigação dos crimes, os autos deveriam ser remetidos aos corregedores do crime que, na América Portuguesa, correspondiam aos ouvidores e corregedores de comarca.⁶⁴⁹

As formas de processamento na sequência eram semelhantes nas devassas e nas querelas visto que seguiam o rito ordinário consoante descrito pelo título CXXIV do Livro V.⁶⁵⁰

⁶⁴³ As Ordenações previam outras duas espécies de carta de seguro, porém que não foram vistas dentre as fontes trabalhadas. São elas: carta régia de seguro, ou carta de seguro real, que objetivavam conter ofensas de inimigos do segurado, e a concedida pelo juiz do couto (região pertencente a um senhor na qual a justiça régia não detinha jurisdição) ao sujeito que para lá fugia para que pudesse transitar no reino com segurança (OF, L. I, tit. VII, § 20; L. V, tit. CXXVIII; LEITÃO, 1745, 2009, p 219-220).

⁶⁴⁴ Especificamente sobre as cartas de seguro, ver: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831)**. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011; MASSUCHETTO, 2016.

⁶⁴⁵ OLIVEIRA, Maria Gabriela Souza de. **O Rol das Culpas: Crimes e criminosos em Minas Gerais (1711-1745)**. Ouro Preto, 2014, Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

⁶⁴⁶ Como, a exemplo, a pré-existência de inimizades entre ofendido e ofensor (as rixas, importando, inclusive, se eram inimizades antigas ou novas), qual a gravidade da ferida, com quais armas foi provocada, em que região do corpo (TEIXEIRA, 2011, p. 48).

⁶⁴⁷ CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXIII, p 46-47.

⁶⁴⁸ OF, L. V, tit. CXVII, §§ 18 e 19.

⁶⁴⁹ OF, L. I, tit. LXV, § 67; OF, L. V, tit. CXVII, § 15. As devassas, ainda, deveriam ser remetidas com a obediência aos itens elencados pelas Ordenações (PORTUGAL, Assento 227º. PORTUGAL, 1867, pp. 204-205).

⁶⁵⁰ OF, L. V, tit. CXXIV.

O ofendido, nos casos de devassa especial ou querela, ou o promotor do conselho camarário, nos casos de devassa geral, ingressava com o libelo⁶⁵¹ acusatório, petição em que apresentava os artigos de acusação contra o culpado que, então, tornava-se réu. Após, ambas as partes compareciam em juízo – acompanhados ou não por advogados – para audiência na qual era feita as citações das partes e seus requerimentos, após os quais o juiz dava abertura aos prazos para a contrariedade (ou contestação, na dependência do teor da petição), e, posteriormente, para réplicas e trélicas. Ulteriormente, era realizada a produção de provas por intermédio de novas oitivas de testemunhas, o juiz dava abertura à apresentação das razões finais⁶⁵² e, por derradeiro, o sentenciamento. Na América Meridional, da decisão final do juiz ordinário era possibilitado que se agravasse à ouvidoria e, após, apelasse ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.⁶⁵³

Caso ausente o ofendido, o culpado, aprisionado ou seguro, usualmente ingressava com uma petição requerendo que fosse dado início aos termos de seu livramento, requerendo ao tabelião que expedisse alvará para mandar correr folhas aos escrivães da região para que declarassem se tinham culpas do réu em seus cartórios.⁶⁵⁴ A partir deste instrumento, portanto, formavam-se os autos de livramento crime, ação que, dentre os processos crime coletados, corresponde à maior parte. Estes autos detinham como foco a rediscussão dos termos da culpa através das circunstâncias do delito e de elementos formais que a pudessem excluir. Para este efeito, o promotor do conselho apresentava o libelo acusatório e, posteriormente, o réu apresentava a contrariedade com os artigos de sua defesa. Caso fosse necessário rediscutir as circunstâncias do crime – isto é, poderia ser apresentada alguma nulidade processual como ausência de corpo de delito ou prescrição do prazo para que o ofendido ingressasse com a querela –, o réu apresentava testemunhas que, inquiridas, usualmente contradiziam as declarações das testemunhas das devassas ou da querela. Avaliadas pelo juiz, eram

⁶⁵¹ Libelo correspondia à peça inicial em que uma das partes apresenta as suas razões no processo judicial e que, também, dava nome ao processo judicial a partir dele desenvolvido.

⁶⁵² Saliente-se que, nos processos judiciais trabalhados, nas razões finais os procuradores das partes sustentavam os argumentos com base em citações de brocados e passagens em latim, e referências a autores doutrinários portugueses – de direito português e de direito comum – e italianos.

⁶⁵³ Caso o réu não comparecesse nesta audiência inicial, aos procedimentos era dada continuidade à sua revelia. Posteriormente, era realizada uma outra audiência, em que, em caso de não comparecimento do autor, a Justiça estaria autorizada a tomar o feito e movê-lo contra o réu. (CABRAL, A., 1730, parte I, cap. XXXVI, pp. 47-50).

⁶⁵⁴ Conforme verificado em pesquisas anteriores, este procedimento era seguido pelo escrivão do juízo ordinário de Curitiba, porém sem razões para tanto. Isso porque o único escrivão que poderia falar sobre as culpas em cartório na região era o mesmo que expedia o requerimento de informações sobre os registros; assim, para adotar as formalidades previstas pelo direito processual criminal português, o escrivão enviava solicitação a si mesmo, respondia e remetia os autos novamente a si mesmo (MASSUCHETTO, 2016).

normalmente acolhidas como razões para o afastamento das culpas e, conseqüentemente, exarava conclusão para o livramento do crime.⁶⁵⁵

Estas etapas e elementos processuais eram a padronização posta pelas Ordenações Filipinas para o Império Ultramarino Português. Via de regra, eram nestes moldes desenvolvidos os processos judiciais crime pesquisados nas vilas de Curitiba e Paranaguá tanto pelos juízos ordinários quanto pela ouvidoria, a depender das jurisdições e dos períodos de correição. Isso não significa, porém, que não existam feitos crime que representem exceções. As práticas locais – efetivadas pelos juízes ordinários, ouvidores, escrivães, promotores, procuradores, pelas personagens que compareceram à justiça requerendo o processamento de suas causas, por aquelas que foram levadas a juízo como réis, entre outros agentes que aparecem nos processos judiciais – são passíveis de serem detectadas por entrelinhas, por meio de algumas sutilezas e, por vezes, pelo levantamento de questões até mesmo contrárias às normas portuguesas.

Para além da ausência ou presença do respeito às normatividades de direito e processo criminais português, os processos fazem emergir histórias, experiências, cotidianos, práticas e sociabilidades de diferentes grupos presentes nas sociedades da América Meridional. Dentre os grupos de mulheres, existem mulheres solteiras, casadas, viúvas, nascidas na região, provenientes de outras vilas americanas e do reino, membros de elites locais, anciãs, jovens – incluindo algumas muito jovens, com idades que atualmente ainda correspondem à infância –, moradoras de bairros afastados das regiões centrais da vila, que trabalhavam com a terra e viviam com parcas condições econômicas, indígenas e descendentes, mulheres caracterizadas como pardas e mulatas, escravizadas, forras, libertas.

Expressando a multiplicidade de personagens que têm partes de suas vidas contadas nestes procedimentos judiciais deseja-se salientar a todos os casos que o recurso aos aparatos régios de administração da justiça já traz em si atributos interessantes, estando as mulheres no polo ativo, passivo ou na figura de testemunhas. Sem aprofundar, neste primeiro momento, na multiplicidade das câmaras municipais e da ouvidoria, sobretudo em decorrência da atuação dos oficiais e suas próprias redes de sociabilidade e influências, o comparecimento destas mulheres aos foros demonstra uma camada de aceitabilidade presente nas normatividades da América Meridional e, mais amplamente, do Antigo Regime português.

Àquelas que buscaram aos magistrados para denunciar e para prestar queixas, a procura pode ser vista, no fundo, como a busca pela abertura de um espaço que lhe auxiliasse a

⁶⁵⁵ MASSUCHETTO, 2016.

fazer valer o que elas acreditavam ser o comportamento tido como justo – ou de seu merecimento – com base na gama de compreensões existentes à sua época. Poderiam entender ser de seu merecimento contrair matrimônio após manter relação com um homem, ou receber a satisfação da ofensa causada a algum familiar, ou o resgate de sua honra, com a consequente reparação pecuniária, em caso de terem apanhado na rua, poderiam entender ser de seu merecimento ensejar a culpa a quem causou a morte a um filho. Compreendiam ser o justo a contratação de um procurador que lhes auxiliasse a atuar nos meios judiciais, mesmo que em algumas passagens seja possível verificar mais a voz do representante que da representada.

PARTE II

MULHERES NOS PROCESSOS CRIME DAS VILAS DE CURITIBA E DE PARANAGUÁ

4. AS MULHERES NAS VILAS DE CURITIBA E DE PARANAGUÁ

Mulheres indígenas, “pardas”, negras, “mulatas”, brancas, escravizadas, forras, livres, pobres e de elite. Essas, em suma, constituíam a multiplicidade do que era a presença feminina na América Portuguesa. Na realidade colonial as tradições, representações e compreensões europeias ibéricas mantinham contínuo contato, interação e influências recíprocas com as indígenas, africanas e orientais. Cada universo mantinha representações particulares acerca da mulher e trazia à tona um contexto específico, elementos estes que contribuíram para a pluralidade de estatutos legais, condições e qualidades. Esta concepção diversa de mulheres foi acompanhada, pois, de uma multiplicidade grande de comportamentos, inexistindo um perfil único que identifique o grupo feminino da região Meridional e o diferencie frente às mulheres pertencentes a outros locais da América Portuguesa.⁶⁵⁶

Para iniciar esta abordagem, é importante mencionar que as mulheres estiveram presentes na América meridional desde os inícios de sua ocupação. Considerando-se nesta afirmação as indígenas habitantes das regiões, as nascidas a partir do que muitos historiadores denominam de “miscigenação” e, ainda, as portuguesas vindas da metrópole. Existem alguns debates e desencontros de fontes no que tange especificamente à chegada das mulheres portuguesas, porém de todo modo os registros de casais vindos em naus datam das primeiras décadas da colonização.⁶⁵⁷

Retomando as contribuições citadas na última seção do capítulo anterior a respeito da presença das mulheres nas listas nominativas e nos registros paroquiais de Curitiba e de Paranaguá, importa ressaltar a conclusão a que os autores chegaram, De Boni e Schaaf para Curitiba e Mequelusse para Paranaguá, de que na documentação analisada o maior número de habitantes das vilas correspondia a mulheres jovens. Inclusive, um maior número de mulheres solteiras em comparação às viúvas nas últimas décadas de Curitiba e um aumento expressivo das mulheres detentoras deste estado em Paranaguá.⁶⁵⁸

A respeito da vivência dessas jovens, Marcia Luzia Krinski explorou nos autos de esponsais os tratos de amor, as promessas, as brincadeiras, as prendas, os carinhos e os afagos que trocavam. Analisada através desse espectro de relações com os homens, sustenta que as

⁶⁵⁶ ALGRANTI, 1993, pp. 60-61; DEL PRIORE, 2000, pp. 10-14; PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 278.

⁶⁵⁷ DEUS, Frei Gaspar Madre de. **Memórias para a Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil**. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920, pp. 143-144.

⁶⁵⁸ SCHAAF, 1974, pp. 69-79; MEQUELUSSE, 1975, pp. 47; 62.

mulheres jovens detinham considerável transitoriedade nos espaços das vilas, que conheciam bem a sociedade em que viviam e sabiam quais eram os valores mais afirmados pelas normatividades. Aprendiam, ainda, quais eram as contradições e as fissuras que as permitisse travar relacionamentos, a ponto de terem promessas de casamento informais e, ao ajuizarem justificação de esponsais, os pais afirmassem não deter conhecimento – o que é exatamente o que acontece no caso de Ana de Ramos.⁶⁵⁹

Nos caminhos da conquista e da sedução, os jovens poderiam exhibir as pretensões e relações em frente aos vizinhos, podendo – usualmente no contexto de famílias abastadas e em regiões mais urbanizadas, como era o caso da vila de Paranaguá em comparação a Curitiba – fazer até mesmo cantorias, travar conversas noturnas e trocar cartas. Em Curitiba, local em que a população era no geral mais empobrecida, os encontros ocorriam nos “matos”, nas casas de farinha, nas cerimônias religiosas e nas casas de conhecidos, com riscos de estarem sob as vistas dos que residissem na região. Mesmo que o casal não fosse visto por ninguém, Krinski expõe que não era raro em conversas entre homens que os jovens expusessem suas “aventuras sexuais” com a finalidade que fosse apreciado pelos demais. Esses moldes de relacionamento não pareceram ter sido incomuns nas vilas, mesmo que fora dos termos do matrimônio tridentido. Nesse sentido, a autora conclui por certa tolerância social (dos adultos, como afirma) aos comportamentos dos mais jovens.⁶⁶⁰

Além dessas relações das juventudes, é preciso considerar a existência da extraconjugalidade. Rafael Ribas Galvão expõe, com amparo nos processos do juízo eclesiástico, que o concubinato foi uma prática bastante comum e complexa em Curitiba. Entre os processos analisados, trabalha com defesas de homens e de mulheres, apontando que a presença do escândalo foi um dos fatores que mais instigou as denúncias e os depoimentos dados pelos vizinhos ao vigário. De acordo com as declarações dadas no juízo eclesiástico, os significados de escândalo estavam usualmente atrelados à disseminação da fama do relacionamento ilícito.⁶⁶¹

Analisando a exposição na América Portuguesa, especificamente no contexto da vila de Curitiba, André Cavazzani explora os impactos sociais desta “prática”, as preocupações

⁶⁵⁹ KRINSKI, Marcia Luzia. **“Com doces palavras e felizes promessas”**: vivência de jovens na região do Paraná tradicional, segunda metade do século XVIII. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2003a; KRINSKI, Marcia Luzia. **Promessas desfeitas**: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750 a 1796). Coleção Monumenta. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003b.

⁶⁶⁰ KRINSKI, 2003a, pp. 54-70.

⁶⁶¹ GALVÃO, Rafael Ribas. **Relações amorosas e ilegitimidade**: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2006, pp. 83-.

acerca da sobrevivência dos expostos, bem como o impacto na própria vida destes expostos, e, sobretudo, os significados no que tange às questões matrimoniais. Identifica o alto contingente de expostos na vila, em quais casas eram deixados e abarca também os abandonos realizados em locais ermos, em que os recém-nascidos acabavam sendo lançados à morte. Considerando que a exposição usualmente estava vinculada a um relacionamento ilícito, a prática representava uma tentativa de salvaguarda da honra da mulher e da família envolvidas.⁶⁶²

Lançando luzes às mulheres que gerenciavam suas famílias, Francielle de Souza explorou as chefes de família registradas nas listas nominativas na vila de Curitiba. Identificou ser uma posição familiar normal às mulheres, chefiando domicílios com grande número de filhos. Porém, o fato de estarem à frente das suas famílias não significava que desejavam posicionar-se fora dos papéis sociais vistos como femininos, representava mais uma estratégia tomada para evitar a vulnerabilidade social e econômica. Assim, abarcavam na unidade familiar filhos e agregados, relações construídas com base no parentesco espiritual além das consanguíneas, acolhendo também dependentes que ficassem vulneráveis pela morte de suas chefes. A autora descobriu a existência de chefes de famílias não apenas viúvas, bem como solteiras, com uma crescente concentração de filhos, familiares, expostos, agregados e escravizados aos seus fogos. A numeração mais alta concentra-se no estado de viúva, todavia a existência de chefes solteiras pode deixar visíveis uma série de estratégias sociais possíveis às mulheres como ferramentas de análise.⁶⁶³

A chefia era a posição familiar que, em tese, geria o patrimônio usualmente por meio da transmissão do dote, dos testamentos e da execução dos inventários. Milton Stanczyk Filho, em trabalho específico sobre testamentos, inventários e autos de contas em Curitiba entre os anos 1695 e 1805, identificou que, dos 32 inventários, 10 eram de mulheres e, entre os 42 testamentos, 14 eram testadoras, numeração correspondente a solteiras, casadas e, na maioria, viúvas. Aponta, ainda, que esses documentos, que giravam em torno dos núcleos familiares, revelam em alguma medida uma espécie de ponderação dos relacionamentos ali existentes pautados na escolha dos sucessores. Registravam os ascendentes e descendentes, destacando o pertencimento familiar e afirmando condições de prestígio, distinção ou qualidades detidas pela pessoa falecida e, conseqüentemente, por aqueles com quem teve vínculos em vida.⁶⁶⁴

⁶⁶² CAVAZZANI, 2005.

⁶⁶³ SOUZA, Francielle de. **As mulheres chefes de domicílio na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1776-1797)**. Curitiba, 2019. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2019.

⁶⁶⁴ STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805)**. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, pp. 48; 50; 57-58; 73-76.

Desses trabalhos, a perspectiva sobre as mulheres nas vilas de Curitiba e de Paranaguá é de que, entre jovens, adultas e senis, detinham considerável transitoriedade pelos espaços da vila, não permaneciam reclusas aos ambientes domésticos, muitas amasiavam-se, outras engravidavam solteiras e enjeitavam ou abandonavam os filhos, e muitas assumiam a chefia da família como estratégia de sobrevivência. Ou seja, demandadas pelas suas realidades, as mulheres desenvolviam formas de viver e sobreviver.

5. QUESTÕES DE HONRA E VIRGINDADE: OS CRIMES CONTRA A ORDEM MORAL

A doutrina moral cristã do período moderno possuía como alicerces os sacramentos do matrimônio e o da penitência, apoiando-se sobre eles a normatização social proposta pela reforma católica. Restringido pelo Concílio de Trento, que delimitou a flexibilidade mantida pela Igreja às relações conjugais, o matrimônio católico passou a ter natureza pública e institucional. Consequentemente, em meio a esta doutrinação houve a regulamentação da sexualidade, definindo que a licitude ocorria somente dentro do casamento perfeitamente constituído e os seus contornos passaram a definir os padrões de comportamento desejáveis.⁶⁶⁵ Especificamente a sexualidade feminina representava, caso não regradada, uma ameaça ao equilíbrio doméstico, à segurança de determinados grupos sociais e, até mesmo, à ordem posta pelas instituições régias e eclesiásticas.⁶⁶⁶

Os delitos desta natureza, portanto, representavam transgressões à ordem moral vigente, ou, conforme José Luiz de Las Heras Santos, contra a moral sexual dominante.⁶⁶⁷ O pano de fundo presente nesta ordem de crimes são as questões relativas à honra, englobando elementos como a honestidade, a castidade e, consequentemente, a virgindade. Cabe mencionar que o conceito de honra não pode ser tomado enquanto detentor de uma única definição, variando de acordo com o período histórico e a espacialidade em questão, bem como na dependência da espécie de fontes que se está a trabalhar.⁶⁶⁸ No que tange aos processos judiciais estudados nesta tese, os contornos da noção de honra apontam para dois eixos principais, quais sejam, os comportamentos honestos exigidos às mulheres e os desdobramentos para alguns casos de violência física. Em decorrência da separação dos crimes para análise nesta segunda parte do trabalho, a primeira noção será tratada nesta seção, a segunda, na seção seguinte específica sobre os crimes de violência contra o corpo, as ofensas corporais.

⁶⁶⁵ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 33, 39-40.

⁶⁶⁶ ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINKSY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 45.

⁶⁶⁷ LAS HERAS SANTOS, 1994, p. 224.

⁶⁶⁸ TWINAM, Ann. The negotiation of honor. Elites, sexuality and illegitimacy in Eighteenth-Century America. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 72; JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya. Introduction. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, pp. 2, 6.

Ao longo do tempo, foi tomando contornos próprios, acomodados às realidades da colônia, incluída a presença da diversidade cultural e étnico-racial em decorrência dos povos indígenas e dos africanos escravizados, criando o que Lyman Johnson e Sonya Lipsett-Rivera denominam, para a América Latina, de cultura da honra, desenvolvida em ligação com as especificidades regionais, imprimindo diferenças de significados sócio-culturais.⁶⁶⁹

Correspondia aos valores dados a uma pessoa pela sociedade com a qual interage, orientando diretamente o valor que era dado a si mesma.⁶⁷⁰ A sua apreensão e a sua perda, assim, relacionam-se com a forma como os indivíduos eram vistos por seus pares no que tange às qualidades que possuíam – advindas pelo estatuto no qual nascia e nos títulos que poderia vir a receber – e aos comportamentos virtuosos.⁶⁷¹ Especificamente quanto ao exercício de virtudes, não estaria configurada enquanto atributo exclusivo da nobreza⁶⁷², e o esforço dos autores é pela complexificação do conceito levando em consideração os diferentes significados compartilhados pelos diversos grupos sociais, por múltiplos estatutos. Por esta razão, pois, que as virtudes são, também, meios de construção, conservação ou destruição da honra de homens e mulheres. Os aspectos considerados para a aferição eram os comportamentos, implicando, pois, na observação das práticas sociais dos indivíduos e daqueles que compartilhavam do mesmo estatuto.⁶⁷³

Johnson e Lipsett-Rivera salientam que a grande mobilidade social de homens e mulheres existente nas colônias americanas fez com que a vinculação do que denominam de “cultura da honra” (com reputação e qualidade familiar) se tornasse um tanto flexível. Assim, muitas vezes findava por residir nas autoridades político-jurídico-administrativas vindas dos reinos a função de árbitro de questões relativas à honra.⁶⁷⁴

Ann Twinam destaca que, muito embora a existência dessa flexibilização, era comum que os membros de grupos da elite considerassem a honra como algo hereditário vindo tanto do pai quanto da mãe, razão pela qual quaisquer motivações para ilegitimidade familiar impactavam nos descendentes. Quando existentes tais razões, contudo, não eram necessariamente uma questão permanente, a depender da ocorrência que manchava a honra era possível restaurá-la.⁶⁷⁵

⁶⁶⁹ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 5.

⁶⁷⁰ E, ainda, Claude Gauvard e Julius Ruff. (BRAGA, 2003, pp. 63-64).

⁶⁷¹ GARNOT, Benoît. Justiça e sociedade na França do século XVIII. *Textos de História*, v. 11, n. 1/2, pp. 13-27, 2003.

⁶⁷² Como defendido por José António Maravall. (MARAVALL, José António. *Poder, Honor y Elites en el siglo XVIII*. Madrid: Siglo XXI, 1989 Apud BRAGA, 2003, pp. 63-64).

⁶⁷³ BRAGA, 2003, p. 64.

⁶⁷⁴ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 5-6.

⁶⁷⁵ TWINAM, 1998, pp. 69-70.

A faceta da honra ligada às virtudes era reconhecida através dos comportamentos, podendo na mesma medida ser conquistada ou perdida, acumulada ou maculada pela conduta de um membro ou da família.⁶⁷⁶ Esta gama de atitudes e ações desejadas era embasada na doutrina moral católica e controlada pelas estratégias do disciplinamento social. Nestes termos, possuía distinções quanto aos gêneros, diferenciando-se, portanto, o que era esperado das mulheres e as expectativas do comportamento dos homens.⁶⁷⁷

A compreensão da honra é dada, portanto, a depender dos contextos de referência, isto é, a que grupo social diz respeito bem como se relativa a uma mulher ou a um homem. Uma das perspectivas era a compreensão de que para que fosse transmitida como uma herança era necessário o nascimento no interior de um matrimônio legítimo, fazendo com que, a depender das circunstâncias, estivesse relacionada a questões sexuais.⁶⁷⁸

No que tange às diferenças, Garnot afirma que a honra masculina usualmente estava associada à coragem, à retidão e à fidelidade à palavra dada, enquanto a feminina ligava-se a uma série de representações descritas na seção anterior, sobretudo ao pudor, à virgindade e à fidelidade ao marido. A virgindade era também um atributo requerido aos homens, porém muito raramente ameaçava a honra masculina. Este controle recaía, pois, sobre as mulheres. Nestes termos, a honra feminina estava diretamente vinculada à honestidade, considerada a maior entre as virtudes atribuídas às mulheres do Antigo Regime português, conferindo-lhes maior prestígio e estima social. O atributo principal da honestidade era a castidade, sendo a virgindade compreendida enquanto uma prova fundamental pela qual era possível auferi-la.⁶⁷⁹

A honra atribuída às mulheres estava correlacionada ao comportamento sexual e, por esta razão, adquiria assento nas diferenças biológicas entre os sexos tendo em vista que a elas era possível apurar quando detivesse um comportamento sexual ativo – uma gravidez e a existência de filhos tinha difícil ocultação – e ao homem, não. A honra feminina acabava sendo controlada pela reprodução, e a honra masculina pela autenticação da paternidade. De todo modo, as mulheres tinham o comportamento sexual controlado para que fossem dignas de honra, e a concepção apenas de crianças legítimas era o fator que a assegurava.⁶⁸⁰

O valor social individual das mulheres estava, portanto, essencialmente atrelado à sua reputação. Isto porque sem a confirmação social a reivindicação individual não possuía

⁶⁷⁶ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 3-4.

⁶⁷⁷ SPURLING, Geoffrey. Honor, sexuality, and the colonial church: the sins of Dr. González, Cathedral Canon. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 45.

⁶⁷⁸ TWINAM, 1998, p. 81.

⁶⁷⁹ LOPES, M., 2017, p. 34; BRAGA, 2003, p. 64; TWINAM, 1998, p. 81.

⁶⁸⁰ BRAGA, 2003, pp. 12; 64-65; BRAGA, 2018, p. 171; ALGRANTI, 1993, pp. 111-112.

fundamentos e revelava-se insustentável. Assim, precisava ser defendida e afirmada socialmente – razão pela qual eram feitas de modo a revestirem-se de solenidades públicas⁶⁸¹ –, caso contrário poderia oferecer risco à posição social de um indivíduo e de sua família. A grande questão da honra, portanto, parece passar pela publicidade das qualidades e pelos comportamentos que expressassem as virtudes desejadas. No contexto americano, a honra detinha uma natureza pública, representando muito mais do que um conjunto normativo para a regulamentação dos comportamentos: significava a própria organização social, perpassando pelos cotidianos e definindo uma série de papéis sociais – ressalte-se, “públicos” – a homens e mulheres, sobretudo aos pertencentes aos grupos de elite.⁶⁸²

Todavia, este disciplinamento dos comportamentos sexuais femininos não significava que as mulheres não detivessem relacionamentos sexuais fora de um enlace matrimonial. Situações em que existiam promessas de casamento eram costumeiras, e não raro as mulheres mantinham uma vida sexualmente ativa com os futuros maridos. Twinam destaca que tal realidade ocorria até mesmo com mulheres da elite, e muitas delas não detiveram necessariamente suas honras arruinadas em decorrência do relacionamento ou de alguma gravidez antes do casamento. Mesmo quando não havia um matrimônio em vista, muitas mulheres mantinham relações mesmo com risco de gravidez.⁶⁸³

A tendência era a proteção maior às mulheres pelo amedrontamento de que a perda da honra destas significasse a mácula à honra da família. Isto é, a honra feminina simbolizava a honra masculina do pai ou do marido, até mesmo do irmão, denotando especial impacto nas questões econômicas matrimoniais. O contrato de arras e o dote eram formas pelas quais isto poderia ser verificado, tomando em conta que significava o pagamento, do marido à mulher, pela sua honestidade e virgindade no momento do casamento. Em especial o dote revelava ser uma estratégia de reprodução social através do acúmulo, da concentração e da doação de patrimônios por meio do casamento, resultando em alianças políticas entre a elite, implicações territoriais e, em certa medida, em endogamia familiar.⁶⁸⁴ Usualmente, pois, faziam com que as questões concernentes à virgindade das jovens acabassem se transformando em uma prioridade familiar⁶⁸⁵, em decorrência dos impactos patrimoniais e sociais que adquiriria a família.

⁶⁸¹ A busca pela honra frequentemente era manifesta em conflitos, duelos, processos judiciais, genealogias familiares e com a preocupação de arranjos matrimoniais apropriados à família (JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 7).

⁶⁸² JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 6-7; TWINAM, 1998, p. 83.

⁶⁸³ TWINAM, 1998, pp. 79-84.

⁶⁸⁴ BRAGA, 2003, p. 67.

⁶⁸⁵ VANDENBOGAERDE, Sebastiaan. (Wo)Men in legal history: possibilities and challenges for gendered legal historical research. In: VANDENBOGAERDE, Sebastiaan; LELLOUCHE, Iris; DUFFULER-VIALLE, Hélène;

Algranti expõe que a honra detinha o significado de um bem atribuído pelos valores sociais e, muito embora a ordem moral a estabelecesse às mulheres livres, todas aquelas que estivessem abarcadas pelas normatividades desta ordem estavam sujeitas a disciplinamento e punições das transgressões. A preservação era fundamental às relações entre os sexos em decorrência da própria ordem estabelecida e do impacto que causava em toda a família. Porém o ideal de honra não causava os mesmos impactos em todas as mulheres, e na sociedade colonial as diferenças entre os estatutos legais e os privilégios orientavam o exigido dos diferentes grupos femininos. As negras e indígenas escravizadas eram consideradas mulheres sem honra, razão pela qual acreditava-se que os abusos sexuais cometidos contra elas pelos seus senhores não seriam isoladamente passíveis de denúncia judicial. Tendo em vista que apenas mulheres consideradas não brancas eram escravizadas, mesmo aquelas que fossem livres, libertas ou forras poderiam ser vistas pelos brancos ainda sem honra e, conseqüentemente, sem virtudes.⁶⁸⁶

Nessa esteira, aquelas pertencentes a estes grupos sociais não privilegiados, tanto solteiras quanto casadas, estavam mais vulneráveis a seduções e ataques não somente nas ruas, bem como em suas casas quando da ausência da proteção masculina. Estas formas de violação, consoante Braga, aparentemente foram crimes de pobres e humilhados, sugerindo que a elite tivesse a prática de solucionar estas questões através de meios privados. Ademais dos casos de violações através de ataques, a autora expõe a existência de um alto número de ocorrências em que os envolvidos assumiram – com a ciência da irregularidade – manter relações sexuais antes do casamento independentemente da presença de uma promessa, sendo que em alguns foram gerados relacionamentos posteriormente. Não era incomum, também, a prática da mancebia, através da qual os envolvidos encontravam-se em relações estáveis mesmo que sob críticas da vizinhança e punições por parte das autoridades. Nestes casos, especificamente, a autora menciona que na maior parte dos casos analisados a coabitação sem matrimônio existia em razão de um dos cônjuges já haver contraído casamento anterior. A expressividade dos dados fornecidos pelas fontes é tamanha que a autora afirma que “Se fosse possível generalizar a toda a sociedade plebeia, a exceção apareceria com a noiva virgem e não com as relações pré-nupciais.”⁶⁸⁷

De todo modo, a perda da virgindade bem como a existência de relações sexuais fora do casamento era um dos principais danos sociais às mulheres, findava por sacrificar a

DHALLUIN, Sébastien; DEBAENST, Bruno. **(Wo)Men in legal history**. Lille: Centre d'Histoire Judiciaire, 2016, pp. 16-17.

⁶⁸⁶ ALGRANTI, 1993, pp. 121-122; 129.

⁶⁸⁷ BRAGA, 2003, pp. 65-67; 70; 75.

honestidade e a honra. Uma das evidências da amplitude do significado do dano – e consequente valor da virgindade – era a própria preocupação dos parentes e familiares com a violação, não sendo incomum que exercessem pressão sob os homens que a tivessem obrado para que casassem com a mulher “deflorada”. Em algumas situações, as próprias mulheres também exerciam esta pressão alegando as terem levado de suas honras – constituindo-se enquanto argumento –, no objetivo de reparação da ofensa que lhes havia sido feita.⁶⁸⁸

No tocante à lógica de reparação, cabe mencionar que, no contexto das colônias portuguesa e espanhola na América, Twinam expôs que os personagens históricos raramente tomavam a mácula enquanto característica imutável. Muito embora a presença dos discursos acerca da ruína da honra sob determinados fundamentos, a documentação histórica sugere que era comum a tentativa, e o sucesso em muitos casos, de reparação. Seria algo a ser apreendido, e em muitas situações poderia ser negociada.⁶⁸⁹

No caso das mulheres que tinham a honestidade questionada em decorrência da perda da virgindade ou da castidade, em Portugal foi comum a prática da contração do matrimônio com o homem envolvido como modo de reparação da honra, ou até a existência de uma promessa de casamento.⁶⁹⁰ Acredita-se que este costume pode ser compreendido como uma forma de negociação na medida em que o enlace não envolvia somente os nubentes, mas em conjunto as famílias e os desdobramentos sociais e patrimoniais que os casamentos despertavam. Não é difícil de imaginar que a existência de relações sexuais entre dois jovens levadas a público seriam objeto de negociação entre os parentes, sobretudo os ligados à mulher. A reparação da honestidade e da honra adquiria uma faceta até mesmo de negociação pública em decorrência da reputação a ser mantida.⁶⁹¹ Tomando em conta as vicissitudes no que tange à regularidade – ou melhor, irregularidade – do matrimônio tridentino, não é difícil de imaginar que esta prática possa ter tido larga efetividade na colônia, abrangendo inclusive uniões clandestinas – e socialmente aceitas – em prol da honestidade.

A mulher honrada, então, era detentora de um comportamento inatacável, o que significa dizer que detinha boa fama. Discrição e recato no viver, no vestir⁶⁹², no se expressar faziam parte do conjunto de condutas que a mulher deveria ter para ser considerada detentora de honra. Essas orientações do comportamento pesavam sobretudo às solteiras, tendo em conta

⁶⁸⁸ BRAGA, 2003, pp. 65; 68; 77.

⁶⁸⁹ TWINAM, 1998, pp. 72; 96-97.

⁶⁹⁰ BRAGA, 2003, pp. 65; 68; 77.

⁶⁹¹ TWINAM, 1998, p. 96.

⁶⁹² Neste ponto é necessário fazer uma ressalva: Nizza da Silva afirma, embasando-se nos relatos de viajantes, que tais normas no que tangerem ao recato nas formas de sociabilidade e nos trajes parecem ter sido mais flexíveis na colônia que na metrópole (SILVA, M., 1984, p. 71).

que a perda da virgindade as fazia ter diminuídas de modo considerável as chances de contrair um matrimônio vantajoso para a família. Eram estes os elementos que deixariam auferir a honestidade e, conseqüentemente, a manutenção da castidade; em caso de não ser mais casta, o aconselhamento era que fosse cautelosa e o aparentasse ser, já que o que importava era a reputação auferida publicamente. O aparentar ser acabava sendo mais valorizado do que o efetivamente ser, e essa busca orientava no sentido de preservação da boa fama.⁶⁹³

O vir a público uma atividade sexual feminina fora do casamento trazia à tona a problemática do escândalo, manchando a boa fama da mulher envolvida. Esta parece em grande medida ser um dos pontos principais quando da análise da legislação e do cometimento dos crimes contra a honestidade. O escândalo, conforme definido por Mantecón Movellán, representava os comportamentos que não eram por algum motivo aceitos no consenso social, desvios que ensejavam a intolerância em decorrência do conflito com relação aos costumes sociais e frequentemente eram alvo de denúncias, mesmo que não fossem condutas ilícitas. Isto é, o escândalo era um indicador da transgressão às normatividades sociais assim como a ilicitude – os crimes e delitos – representava o desvio às normatividades criminais régias, e não necessariamente um mesmo comportamento correspondia à violação às duas ordens ao mesmo tempo.⁶⁹⁴

Nesse interim, tanto as condutas escandalosas quanto as ilícitas compunham facetas as normatizações circulantes. Por vezes, é possível afirmar, com base na sugestão das fontes, que o escândalo ensejava formas de imposição de disciplina muito mais eficazes que a ilicitude.

Por derradeiro, destaque-se que os crimes contra a ordem moral se encontravam no cruzamento entre normatividades dos valores cristãos dissipadas nos domínios domésticos e as normas institucionais. Mantinha íntimas vinculações com as noções de matrimônio e de transmissão de heranças ao mesmo tempo em que carregava a faceta, que talvez mais salte aos olhos na leitura das fontes, da expressão social. Isto é, estes crimes englobam não somente as dinâmicas intra familiares, bem como as inter familiares, e, conseqüentemente, sociais na medida em que trazem à tona as ligações existentes no interior de um grupo social ou de grupos sociais distintos. Impactavam no trâmite dos casos e as informações havidas em sede processual possuíam desdobramentos nas sociabilidades dos personagens. Isto é, havia uma dinâmica de retroalimentação e circulação de informações que dizem respeito eminentemente à compreensão social ampla a respeito daquela mulher, daquele homem e, conseqüentemente, das famílias às quais eles pertenciam.

⁶⁹³ ALMEIDA, 2012, pp. 98-99; 2005, p. 89; SILVA, M., 1984, p. 70.

⁶⁹⁴ MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 14; 1996, p. 226.

Os crimes explorados por este trabalho correspondem a conflitos que afrontaram a honestidade feminina e, alguns deles, movimentaram ímpetos de proteção à honra. O estupro, o adultério, o rapto, o incesto e os tratos ilícitos tratavam de condutas ilícitas que tinham relação com comportamentos sexuais tomados por mulheres e por homens. Não obstante configurassem crime – isto é, infringissem a legislação régia –, poderiam ou não estar contrários ao consenso social, significando que, à dependência dos casos, das circunstâncias e das práticas exercidas, flutuavam entre o escandaloso e o tolerado.

5.1 ESTUPRO, ADULTÉRIO, RAPTO, INCESTO E TRATOS ILÍCITOS

Estupro

Inicia-se com a tratativa a respeito do crime de estupro. Os casos encontrados foram 3, que, embora finalizados da mesma forma – com a absolvição do acusado – detêm percursos diferentes.

Em 1771, Ana de Ramos, de 26 anos, moradora da vila de Paranaguá, teve seu caso levado à Ouvidoria da Comarca de Paranaguá pela mãe, Maria de Lemos dona viúva, que querelou de José da Rocha Martins por este ter “aleivosamente com enganos carícias e falsidades” levado da honra e virgindade de sua filha. Segundo Maria, o autor teria calculado com malícia o feito em decorrência de manutenção de amizade com a autora, e a prova da consumação do ato restava clara, tendo em vista que Ana parira uma criança.⁶⁹⁵

Também em 1771 Angela Maria Barbosa levou seu caso ao Juízo ordinário da vila de Curitiba querelando de João Antonio Moreira por ter dormido com ela mediante entrada em casa de sua irmã, Escolástica Maria⁶⁹⁶ de Albuquerque, “debaixo de mansa amizade”.⁶⁹⁷ Em 1780, perante o mesmo Juízo Ordinário, Ana Maria do Espirito Santo querelou do tenente

⁶⁹⁵ APPR. PB 045.PC1713.52, Caixa 52, Paranaguá, Autos de livramento crime de José da Rocha Martins, 1771, 99 fls.

⁶⁹⁶ De acordo com a documentação referente ao matrimônio de Escolástica Maria de Albuquerque com Bernardo Ferreira, o segundo nome aparece como Moreira; a identificação da personagem fora feita a partir da identificação dos pais e do marido, cujos nomes todos são os mesmos em que pese haja a incompatibilidade completa dos sobrenomes de Escolástica. Por um lado, sugere-se os erros de grafia, podendo tanto Moreira quanto Maria serem abreviados como M.^a

⁶⁹⁷ APPR. PB 045.PC1756.54, Caixa 54, Curitiba, Traslado de testemunhas da querela que deu Angela Maria Barbosa, 1771, 3 fls.; APPR. PB 045.PC1746.53, Caixa 53, Curitiba, Autuação de mandado entre partes A. João Antonio Moreira R. Angela Maria Barbosa, 1771, 6 fls.; APPR. PB 045.PC1720.52, Caixa 52, Curitiba, Autos de libelo crime entre partes A. Escolástica Maria de Albuquerque R. João Antonio Moreira, 1771, 9 fls.

Antônio José do Prado por tê-la forçado a dormir com ele. A prova alegada deste caso era, igualmente, o fato de que tivera um filho do seu ofensor. A autora, porém, concedeu ao réu o perdão de parte sob alegação de que havia ingressado com a querela por pressão e medo de seus pais.⁶⁹⁸

De acordo com o libelo crime oferecido pela autora Maria de Lemos, bem como as alegações dela trazidas a este processo por meio do traslado dos autos da querela⁶⁹⁹, o réu José da Rocha Martins – que servia de sacristão em uma freguesia da vila de Paranaguá – havia construído com ela uma amizade “por espaço de muitos tempos”⁷⁰⁰, preenchida por carinhos e afagos que teriam demonstrado um afeto sincero. Alegou que pelo fato de que começara a frequentar sua casa passara a requisitar sua filha, Ana de Ramos, consternando-a a tal ponto que levara de sua virgindade. Além da destruição da honra de Ana, a autora trouxe a demanda em juízo em razão de ter sido praticado contra ela o delito de traição, aleivosia e injúria⁷⁰¹.

As testemunhas da autora na querela – quase todas suas vizinhas – confirmaram a sua descrição dos acontecimentos, afirmando que o réu adentrava à casa dela tanto pela porta da rua quanto pela porta do quintal – elemento este que demonstrava uma considerável intimidade. Testemunharam sobre momentos que aconteciam dentro da casa de Maria, relatando que o réu frequentemente “folgava” e brincava com Ana⁷⁰², além de uma testemunha descrever ter visto o réu açoitando a Ana com um bastão. Outra testemunha relatara que quando Ana se punha a conversar com alguma pessoa o réu demonstrava ciúmes, e todos os depoentes confirmaram que a autora era uma viúva grave, que vivia honestamente, e que era sabido na vila que o réu havia engravidado sua filha. A alegação para a culpabilização do réu fora aleivosia e traição pela qual deixara Maria injuriada e sua filha infamada. Por estas razões, fora o réu pronunciado à captura e encarcerado em quatro de março de 1771.

É importante lembrar que o aprisionamento não era compreendido, no Antigo Regime, como um modo de penalização em processos crime, isto é, não estava cominada nas Ordenações

⁶⁹⁸ APPR. PB 045.**PC2393.80**, **Caixa 80**, Curitiba, Autos de livramento crime entre A Justiça por seu Promotor – A. e o Tenente Antônio José do Prado – R., 1783, 22 fls.

⁶⁹⁹ O processo judicial que deixa conhecer este caso começa com o pedido do réu para dar início aos termos de seu livramento crime tornando-se um libelo crime em razão da vinda da autora aos autos para oferecer sua acusação. José da Rocha Martins encontrava-se preso em razão de pronúncia de captura havida em sede de querela e ingressa com uma petição requerendo seu livramento, o que significava a solicitação de rediscussão dos termos da culpa que lhe fora imputada no processo investigatório para que pudesse ser livrado não somente do cárcere como também do crime (APPR. PB 045.**PC1713.52**, 1771).

⁷⁰⁰ APPR. PB 045.**PC1713.52**, 1771, fl. 23-v, destaques no original.

⁷⁰¹ Todavia a denúncia pelo crime de injúria ocorre na petição de abertura de querela, não sendo mais alegada nas demais etapas do libelo crime da autora.

⁷⁰² Uma das testemunhas alega tê-lo sido com “brinquedos desonestos” (APPR. PB 045.**PC1713.52**, 1771, fl. 28-v).

Filipinas enquanto uma pena a ser aplicada. Neste momento mantinha a função de impedir a fuga do acusado depois que houvesse sido pronunciado em algum processo investigatório, possibilitando que, em sede de processo condenatório, o ofendido apresentasse o libelo acusatório e ensejasse a aplicação de pena. Todavia, é importante mencionar que as condições dos cárceres, de acordo com o relato das fontes e com pesquisas sobre prisões que existiam em Portugal e na América Portuguesa, eram sempre muito ruins. A estrutura do cárcere deveria ser mantida pela Câmara Municipal – sendo, inclusive, a recomendação padrão de planta para a construção básica do prédio da Câmara possuir a cadeia no andar térreo e as salas da Câmara no primeiro andar (no caso de Curitiba, o Ouvidor da Capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, deixou em 1721 aos oficiais camarários um projeto de prédio a ser construído para a Câmara e a cadeia) –, porém não era de responsabilidade deste organismo a subsistência dos presos, o que fazia com que não somente a estrutura fosse muito precária como a descrição de situações de fome bastante comuns.⁷⁰³

As sete testemunhas⁷⁰⁴ trazidas para a comprovação dos elementos alegados no libelo crime da autora mantiveram alegações de cunho mais generalizado, sem descrições pormenorizadas do cotidiano da casa de Maria. Assim, confirmaram ser de conhecimento geral a proibição aos homens de levarem enganosamente a honra e a virgindade de “donzelas”, afirmaram a honestidade, a gravidade da vida da autora bem como de sua filha em seu poder, sendo elas pertencentes a uma das importantes famílias da região. Disseram, ainda, que nunca souberam ser a casa de Maria um local “devassado”, confirmaram a existência de cortejo por parte do réu à filha da autora, bem como que esta engravidara, tivera dele uma criança e com ele havia de se casar. O único elemento um pouco mais específico em alguns argumentos das testemunhas de defesa foi o depoimento de uma destas testemunhas – Caetano Felix de Assunção – afirmando que Ana por vezes retornava sozinha da roça à sua casa.⁷⁰⁵

No momento em que expressam conhecimento da proibição aos homens de levarem da virgindade e honra das “donzelas”, o elemento trazido à tona enquanto origem da proibição são as leis divinas e humanas. Muito embora estas declarações provavelmente tenham sido

⁷⁰³ LOPES, Maria Antónia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)**. Coimbra: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010). Por esta razão, o cárcere poderia não ser uma forma de penalização, porém era visto em grande medida enquanto um castigo e frequentemente era um elemento a ser levado em consideração no momento da apenação dos sujeitos.

⁷⁰⁴ Dentre as quais quatro eram mulheres: Ilena Maria da Conceição, Escolástica Maria de Godoy, Izabel filha de Domingos Mathoso e Ana Gonçalves Ramos, mulher “parda” casada com Inácio da Silva (APPR. PB 045 **PC1713.52**, 1771, fl. 13); ver anexo II.

⁷⁰⁵ APPR. PB 045.**PC1713.52**, 1771, fl. 14.

direcionadas pelas perguntas feitas pelo ouvidor e registradas pelo escrivão, isso deixa entrever algo que aponta a um binarismo das práticas de estupro (bem como dos crimes contra a moral de modo mais generalizado). Em um momento em que a própria mentalidade e a compreensão sociais funcionavam no movimento de convergência e divergência de binômios como clemência/crueldade, perdão/castigo – noções administradas pela Igreja católica e pela figura régia⁷⁰⁶ –, as práticas sexuais estavam compreendidas entre as noções de delito e de pecado. O estupro, pois, por vezes fora considerado enquanto um delito híbrido por trazer em seu cerne a complexidade dessa dupla proibição.⁷⁰⁷ Configurava-se um delito porque supunha fraude legislativa, atentando contra a ordem normativa existente, e pecado porque atentava contra a moral através da luxúria e do engano, além de retirar a honestidade feminina e a condenar a uma situação social negativa.⁷⁰⁸ Além de ser uma figura delitiva em si, o estupro mantinha também relações com fatores patrimoniais em razão da ligação com o matrimônio. Este fator igualmente adentrava ao enorme peso dos “códigos morais” e dos costumes em aspectos da vida em comum, fazendo com que o fardo do delito tivesse relação com a condição.⁷⁰⁹

No prosseguimento da causa, o procurador da autora manifestou-se novamente e descreveu com maiores detalhamentos o que supostamente teria acontecido. Alegou que o réu havia feito promessa de casamento a Ana, passando-lhe por escrito para que conseguisse convencê-la a deitar-se com ele. Teoricamente, passaram a manter tratos e Ana já o tinha por esposo, agindo com lealdade e com “a sinceridade de mulher debaixo do pretexto da promessa e segurança que o R. lhe tinha dado no escrito que lhe fez”⁷¹⁰. Maria, todavia, não possuía conhecimento da promessa e, segundo o alegado, o réu havia proibido que Ana lhe dissesse. Existindo a “preocupação com o ventre” de Ana, solicitara o réu que lhe entregasse o escrito e o rasgou, enfurecido, deixando-a ofendida. Em razão da gravidez, Ana não conseguira manter

⁷⁰⁶ UNDURRAGA, Verónica; GAUNE, Rafael. Diálogos y propuestas historiográficas desde um espacio de disciplinamiento. In: UNDURRAGA, Verónica; GAUNE, Rafael (eds.). **Formas de control y disciplinamiento**. Lima: Uqbar Editores, 2014, p. 21.

⁷⁰⁷ TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita. El estupro em el Informe jurídico de Meléndez Valdés. Una visión ilustrada de un delito contra el honor familiar (1796). In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018; BLANCO CARRASCO, José Pablo. Una notación histórica sobre el delito de estupro hasta la codificación penal. In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018; MARTÍNEZ LLORENTE, Félix. “Adónde irán los secretos?” Reflexiones em torno l estupro y el mercado matrimonial em la Edad Moderna, In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

⁷⁰⁸ BLANCO CARRASCO, 2018.

⁷⁰⁹ *Idem*.

⁷¹⁰ APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fl. 29-v.

o acontecido longe do conhecimento da mãe, tendo ciência, somente neste momento, da traição e aleivosia que tinha sofrido.

A promessa de casamento, nos termos do que sugerem as fontes, era frequentemente um elemento importante dentre as argumentações da vítima de estupro consentido para que pudesse alegar o engano. Porém antes, é importante referir que dentre os títulos que tratam de crimes morais do Livro V das Ordenações Filipinas, os XVIII e XXIII tratam das duas formas de cometimento do delito de estupro. Ainda, cabe mencionar que as nomenclaturas dos delitos não foram estáveis ao longo do Antigo Regime português, havendo, portanto, frequentemente confusão entre os termos estupro e violação.⁷¹¹ O título XVIII descreve a cópula forçada com mulher, ou mediante sua imobilização, e o título XXIII, a cópula com mulher virgem, ou viúva honesta por sua vontade, havendo, pois, uma diferenciação entre a perda da virgindade, ou quebra da castidade, por sedução ou pela força. Contudo nas disposições normativas, de acordo com Silva, a diferença de tratativa processual aparentemente era que, nos casos em que tivesse havido força, o réu permaneceria preso até a finalização dos procedimentos judiciais.⁷¹²

Segundo a *Classe dos crimes* de Joaquim José Caetano Pereira e Sousa⁷¹³, as Ordenações mantinham previsão a outras formas de estupro. Não se deseja descuidar da contextualização da obra, produzida ao final do século XVIII e publicada em 1803⁷¹⁴, contudo resta interessante a classificação pelo autor realizada a partir das cominações existentes nas Ordenações. Nestas, não havia explicitamente o termo “estupro” – o que não significa que não era utilizado nos processamentos de crimes no período –, causando de fato uma dificuldade na compreensão de quais títulos adentrariam a esta noção. Para intentar uma delimitação pode-se recorrer a Raphael Bluteau⁷¹⁵, segundo o qual estupro seria o cometimento de cópula com mulher virgem e, conforme cita no seu *Dicionario*, também com mulher casada. Os termos mais largamente utilizados no Livro V são “dormir com” e “dormir por força com”, e encontram-se em 10 títulos dentre aqueles que tratam de crimes contra a moral (XIII a XXXIII), nesta numeração contidos o adultério e o incesto. Manuel Mendes de Castro referindo-se ao dispositivo que padroniza a prescrição para querelar – e requerer a satisfação de sua honra – do

⁷¹¹ BRAGA, 2018.

⁷¹² SILVA, M., 1984, pp. 71-72.

⁷¹³ SOUSA, 1803.

⁷¹⁴ Considerando que houve a partir do final do século XVIII um esforço progressivo de sistematização das normas institucionais a respeito de direito criminal em prol de modernização, sendo o Código Criminal intentado por D. Maria I usualmente utilizado como um dos exemplos disso. (FREIRE, 1823).

⁷¹⁵ BLUTEAU, 1713, p. 351.

delito de estupro contido no título XXIII, § 2º, do Livro V, menciona aplicar-se à “mulher corrompida”.⁷¹⁶

Pereira e Sousa, pois, afirma que estupro “Póde definir-se o carnal ajuntamento do homem com a mulher honesta, não ligados pelo matrimonio, ilícito, posto que sem inversão da ordem da natureza.”.⁷¹⁷ O autor faz a diferenciação entre o estupro voluntário e o violento, afirmando este comportar-se em uma classe diferente de crimes tendo em vista que por ele não se puniria, em nenhuma hipótese, a mulher. Pela legislação portuguesa, especificamente, afirma que igualmente não se pune fisicamente a mulher que for vítima de estupro voluntário, tendo em vista considerar-se castigo suficiente os incômodos da gravidez, do parto e a obrigação de ter que alimentar e criar a prole, além da “perda da esperança de casamento honesto”.⁷¹⁸ A punição, pois, era patrimonial: o Assento da Casa da Supplicação de 9 de Abril de 1772, que pusera *Deliberações tomadas na Casa da Supplicação sobre os recíprocos deveres, que entre si têm de se alimentarem os Descendestes, Ascendentes, e Transversaes*, amparado em cominação do Digesto, afirmava que mulher desonestada antes de ter 25 anos de idade estaria excluída da linhagem sucessória paterna bem como dos alimentos.⁷¹⁹

Expõe Pereira e Sousa enquanto formas de cometimento do delito as ocorrências de, além de dormir com mulher virgem, ou viúva honesta⁷²⁰ (título XXIII), dormir um criado com mãe, irmã, tia, parenta ou afim dentro do grau do amo, ou ama, a quem servir (título XXIV); dormir o homem com criada (título XXIV, § 1); o oficial de justiça, advogado ou procurador, dormir com mulher que perante ele requeira (título XX); o juiz, ou escrivão, de órfãos dormir com órfã de sua jurisdição, o tutor ou curador que dormir com órfã ou menor que estivesse sob sua guarda (título XXI, §1); homem que entrar em casa de outro para desonestar mulher livre (título XVI, § 1).

No título XVII, a descrição é a de que ao homem que dormir à força com “qualquer mulher” a penalização imputada seria a capital, à exceção de a mulher ser prostituta ou escravizada. Havia a possibilidade, também, de que o ofensor casasse com a vítima, em sendo de vontade dela e conveniência, caso contrário mantinha-se a pena de morte. Este é um dos

⁷¹⁶ CASTRO, Manoel Mendes de. **Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal novamente recompiladas com as remissoens dos doutores todos do Reyno, que as declaram, & concordia das Leys de partida de Castella**. Coimbra: Officina de Antonio Simoens Impressor da Universidade, 1699, p. 256.

⁷¹⁷ SOUSA, 1803, p. 198.

⁷¹⁸ SOUSA, 1803, p. 200.

⁷¹⁹ PORTUGAL. Assento 298º, *Deliberações tomadas na Casa da Supplicação sobre os recíprocos deveres, que entre si têm de se alimentarem os Descendestes, Ascendentes, e Transversaes*. In: PORTUGAL, 1852, p. 307.

⁷²⁰ E a este, em decorrência da Lei de 6 de Outubro de 1784, acresce a especificidade de que tivesse idade superior a 17 anos e que estivesse em poder dos pais, tutores ou irmãos. (PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, p. 197).

vários casos em que era prevista, em ameaça, uma pena bastante rígida mas, contudo, pouco aplicada na prática.

No título XXIII, a descrição é a de que o homem que dormisse com mulher honesta (virgem ou viúva) seria obrigado, caso fosse de vontade da ofendida – e a ela conveniente –, a contração de matrimônio e, em caso negativo, ao pagamento do dote, ou penalização ao degredo aos fidalgos, ou ao açoitamento e degredo aos não fidalgos, e aos que as tivessem tomado por força, a pena era capital. A perda da virgindade, de acordo com a imputação da pena deste título, acabava possibilitando o matrimônio entre pessoas de qualidade diferente caso a ofendida fosse de estrato social desfavorecido.⁷²¹ Em caso de utilização de força, o processamento do delito deveria ser realizado por meio de querela, sendo que caso o ofensor tenha utilizado força para perpetrar o crime, responderia os procedimentos necessariamente em cárcere. Para os casos em que não houvesse força, as Ordenações permitiam ao réu que houvesse relaxamento da prisão mediante caução, para que pudesse estar solto “como se andasse per carta de seguro”⁷²². A prática estabelecida na Casa da Suplicação era pela impossibilidade de concessão aos suspeitos em casos de defloração, medida esta imposta também à Relação do Porto através do Alvará de 29 de Março de 1751.⁷²³ De acordo com o alvará, a correta interpretação da norma constante das Ordenações era pelo relaxamento da prisão somente se esta impossibilitasse o suspeito de expor os termos de sua defesa.

Assim, pois, pode-se afirmar que o delito, nos termos do título XXIII, vem definido em grande medida pela caracterização da vítima. Deveria ser mulher virgem ou honesta, e neste requisito existia uma parcela muito larga de opinião pública enquanto unidade moral com efeitos familiares e sociais intensos à moça que os sofresse.⁷²⁴ O estupro era uma ofensa que detinha um componente simbólico, visto que com a ofensa à honestidade da mulher se estava, também, a ofender a honra de sua família.⁷²⁵

⁷²¹ ALMEIDA, 2005, p. 90.

⁷²² A carta de seguro era um instrumento de graça que permitia a soltura do suspeito do cárcere para que prosseguisse acompanhando o feito em liberdade. Poderia ser negativa ou confessativa, deveria ser requerida, nos âmbitos locais, perante o Ouvidor de Comarca e não discutia a presença ou ausência de culpa do sujeito, apenas o retirava da prisão ao mesmo tempo em que o vinculava ao foro obrigando-o ao comparecimento de todos os atos relativos ao seu procedimento judicial. (OF, L. V, tit. CXXIX; LEITÃO, 1745: 2009, pp. 219-220).

⁷²³ PORTUGAL. Alvará de 29 de Março de 1751. Alvará, em que se determinou, que na Relação do Porto se não passassem Cartas de seguro por dezoito dias nos casos de defloração, sem embargo do Assento, que nella havia, e se observasse o mesmo, que se pratica na Casa da Supplicação nesta matéria. In: PORTUGAL, 1830.

⁷²⁴ BLANCO CARRASCO, 2018.

⁷²⁵ JOHNSON, Lyman. Dangerous words, provocative gestures, and violent acts: the disputed hierarchies of plebeian life in colonial Buenos Aires. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 146.

Tais condutas eram necessárias enquanto estava na casa de seus pais, mesmo que não detivesse idade ainda para casar; acentuadas no momento em que estava à procura (ou à “disposição”) de um marido para casar-se de modo a demonstrar “publicamente” à comunidade na qual vivia que era uma moça com a qual valeria à pena esposar-se. Ainda, durante o casamento este comportamento deveria continuar, acompanhada da submissão ao marido sob pena de manchá-lo a honra. Por fim, enquanto viúva a conduta deveria ser a mesma tendo em vista que, caso fosse jovem, haveria a possibilidade de contrair segundo matrimônio e, caso fosse mais velha, era um dos pré-requisitos para que fosse respeitada. Um dos fatores que pode explicar a exigência de todo este comportamento – além dos argumentos médicos e religiosos de disciplinamento do doente e amaldiçoado corpo feminino – é que a integridade sexual feminina era havida como o elemento que asseguraria a linhagem sanguínea dos herdeiros mantendo seguro, assim, o patrimônio masculino.⁷²⁶

Retornando ao caso em questão, fora trazido aos autos uma cópia de trechos da justificação de esponsais⁷²⁷ ajuizados por Ana de Ramos no juízo eclesiástico da vila de Paranaguá, bispado de São Paulo. No auto de perguntas⁷²⁸ à autora, feito em 7 de outubro de 1769, afirmara que o réu lhe devia sua honra desde o Natal anterior, tendo depois disso continuado os atos ilícitos com ela. Mencionou que havia feito a ela promessa de casamento e esponsais verdadeiros (sem, contudo, o recebimento de prendas), passando-a o réu à autora por escrito que posteriormente o rasgara.

Em outro trecho de cópia dos esponsais⁷²⁹ houve a descrição de que o réu cortejava a autora frequentemente, indo à sua casa tanto durante o dia como à noite “com notável escândalo da vizinhança”, aguardando-a passar no caminho à cidade, mantendo afeições até 29 de setembro de 1769. A resposta do réu aos ditos da autora fora negativa à existência de promessa de casamento e à dívida da honra, atestando a veracidade “senão somente de muitos e repetidos brinquedos”⁷³⁰ porém sem que lhe ofendesse sua virgindade. Não fora acostada a decisão em sede de esponsais, mas das alegações do réu pode-se conhecer que foram improvidos, e a razão muito provavelmente tenha sido a ausência do documento escrito que comprovaria a promessa (dada a ausência de recebimento de prendas do réu a Ana) mas também por não se ter dado

⁷²⁶ KAMM, Elke. “My virginity is my honor”: women and honor in Tetrtskaro, Georgia. In: JACOBSEN, Grethe; WUNDER, Heide (eds.). **East meets West: a gendered view of legal tradition**. Sixth Conference of the International Research Network “Gender Differences in the History of European Legal Cultures”. Budapest, March 10th-12th, 2011. Kiel: Solivagus-Verlag, 2015, pp. 58-65.

⁷²⁷ Este documento foi buscado junto aos registros da Arquidiocese de São Paulo, porém não foi encontrado. (APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fls. 37-39).

⁷²⁸ *Ibidem*, fls. 38-38-v.

⁷²⁹ *Ibidem*, fls. 43, 43-v, 44.

⁷³⁰ *Ibidem*, fls. 38.

exatamente um dia, mês e ano em que teria havido a levada de sua honra e virgindade. As Ordenações, no tocante à prescrição para ingresso de querela, determinavam que o ajuizamento deveria ocorrer dentro do período de um ano contado a partir da data em que se deixava de ter afeição. Este prazo somente poderia ser elastecido caso a vítima fosse menor de 25 anos ou comprovasse impedimento de denúncia em período anterior.⁷³¹ Ana tinha 26 anos.

A discussão acerca da presença dos esponsais leva ao tema da configuração do engano, provocado mediante a sedução. Considerado como uma forma de força moral⁷³², era entendido como movido por malícia e “a persuasão suave do mal”⁷³³ e usualmente concretizado em uma promessa de casamento. Ou seja, na maior parte das vezes o delito era consumado mediante o consentimento feminino embasado em um vínculo prévio feito com ofensor.

No caso ora estudado, Ana fora exigir a satisfação de sua honra primeiramente a partir da justificação de esponsais. Os esponsais, espécie de contrato verbal e solene, representava o momento de ajustes a respeito da aliança entre duas famílias e, nesse momento em que decorreria a causa, poderia ser celebrado de modo civil (com lavra do tabelionato) ou através de um ritual próprio eclesiástico, sendo muito comum – de acordo com o que demonstra a Lei de 6 de Outubro de 1784⁷³⁴ – que a contração ocorresse sem tais registros.⁷³⁵ Esse é o caso que se observa dos autos de acordo com a narrativa de Ana. A principal diferença entre estas duas formas de celebração do compromisso eram os termos da dissolução: caso realizada somente perante o notário a dissolução seria mais simples, por consenso ou por ressarcimento da parte lesada caso a desistência fosse de somente uma das partes. O acordo havido na Igreja, todavia, somente poderia ser dissolvida por uma autoridade eclesiástica, conforme definição pelo Concílio de Trento.⁷³⁶ As causas que se moviam perante o juízo eclesiástico sobre os esponsais eram compostas basicamente pelos autos de perguntas à autora, ou ao autor, e ao réu, ou à ré, e nomeação e oitiva das testemunhas, elementos através dos quais se identificavam, além dos envolvidos, o lugar, o tempo, as horas, os vestidos, as palavras e as possíveis testemunhas dos eventos ocorridos. A atenção que deveria ser direcionada aos detalhes intentaria impedir fraudes

⁷³¹ OF, L. V, tit. XXIII, § 2.

⁷³² MARTÍNEZ LLORENTE, 2018.

⁷³³ TORREMOCHA HERNÁNDEZ, 2018.

⁷³⁴ Já que definira para, da data de publicação da lei em diante, houvesse obrigatoriedade no registro civil a lavra da Escritura Pública de contração com a assinatura dos contraentes e dos seus pais, tutores ou curadores. (PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, item *Primeiro*).

⁷³⁵ Segundo Marcia Krinski, há indícios de que na colônia os esponsais eram celebrados em uma cerimônia formal, mas era comum que entre os jovens ocorresse informalmente (KRINSKI, 2003, p. 54).

⁷³⁶ MOTA, Guilhermina. Longos e penosos meses de noivado. Um processo de esponsais na Coimbra do século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, t. XLIV, pp. 359-388, 2013, p. 360-361, 372-373.

e conluíus, com subornos de testemunhas e pagamentos àquelas que não tinham conhecimento do caso tratado.⁷³⁷

Uma grande questão que englobava diretamente o matrimônio era o consentimento dos pais, questão explicitamente contrariada por Ana e José já que Maria desconhecia tanto os tratos que o casal estava mantendo quanto a tal promessa de casamento escrita. Na primeira metade do século XVIII em Portugal as matérias específicas ao matrimônio concentravam-se na normativa da Igreja, que seguindo o conselho tridentino confirmava a liberdade de escolha de cônjuges e mantinha possibilidade de casamento sem autorização dos pais ou tutores.⁷³⁸ A limitação, pois, era dada pela legislação portuguesa às mulheres menores de 25 anos bem como aos demais filhos e filhas que intentassem contrair matrimônio sem o consentimento de seus superiores.⁷³⁹ A esta questão, Bartolomeu Coelho Neves Rebello, em 1773, desenvolvera um tratado para defender a necessidade de autorização para que os esponsais tivessem validade.⁷⁴⁰

A Lei de 19 de Junho de 1775, em ampliação ao título XVIII do Livro V das Ordenações, definiu os contornos do delito de rapto por sedução, colocando a desnaturalização e impossibilidade de receber alimentos às filhas que se deixassem corromper. Esta mesma pena seria aplicada aos filhos e filhas que contraíssem casamento sem consentimento, sendo-lhes cabido o processamento investigatório através de devassas *ex officio*.⁷⁴¹

Um aspecto interessante expresso no texto desta lei é a afirmação de que as penas postas pelos títulos XVIII e XXIII do Livro V das Ordenações eram, ao que as instituições metropolitanas conseguiram perceber, mais utilizadas por pessoas que não eram fidalgas ou nobres. Isso refletiria no fato de que as famílias pertencentes à nobreza ou à fidalguia que se encontrassem em situação de estupro ou rapto por sedução, muito embora a existência da desonra e discordância, findavam por aceitar um casamento indigno à profanação pública da honra.⁷⁴² Para além, a lei teria também objetivo de evitar situações em que os pais tentam incentivar “filhos alheios” para adentrarem às suas casas e terem tratos com suas filhas com

⁷³⁷ VIDE, 1707: 1853, Livro V, título LXXIV.

⁷³⁸ MOTA, 2013, p. 360-361, 372-373.

⁷³⁹ A forma de limitação era a retirada da “transgressora” do grupo de herdeiros legítimos (OF, L. IV, tit. LXXXVIII). Ainda, além desta contrariedade às normativas da Igreja católica, o Alvará de 4 de Fevereiro de 1765, que declarou a Lei de 17 de Agosto de 1761 e que tratou de questões de subsistência das filhas da nobreza portuguesa, principalmente em caso de tornarem-se viúvas, representou uma maior intervenção régia em assuntos relativos a matrimônio, de domínio tradicionalmente eclesiástico. (PORTUGAL, Alvará de 4 de Fevereiro de 1765. In: PORTUGAL, 1829, p. 145).

⁷⁴⁰ REBELLO, Bartolomeu Coelho Neves. **Discurso sobre a inutilidade dos esponsais dos filhos celebrados sem consentimento dos Pais**. Lisboa: Officina de Francisco Sabino dos Santos, 1773.

⁷⁴¹ PORTUGAL, Lei de 19 de Junho de 1775. In: PORTUGAL, 1828, V Item, p. 47

⁷⁴² *Ibidem*, *caput*, p. 46.

objetivo de queixarem-se deles e lhes obrigarem a casamento.⁷⁴³ Esta circunstância vai de encontro com o que afirma Nizza da Silva, de que aparentemente esta espécie de delito seria de ocorrência comum entre estratos sociais menos favorecidos.⁷⁴⁴

Em decorrência da inexistência de “muitos, e gravíssimos abusos, que se praticão na celebração do contrato Esponsalicio, por não haver Leis, que regulem a fôrma delle”⁷⁴⁵, a Lei de 6 de Outubro de 1784 introduziu uma regulamentação institucional régia detalhada para este instrumento à qual cabe referenciação mesmo que os esponsais supra descritos tenham decorrido em período anterior. Esta lei expressou a aspiração de, novamente, afirmar pela necessidade de consentimento dos pais (tutores ou curadores) no matrimônio dos nubentes através da introdução de dispositivos que impedissem que os esponsais estivessem à deriva da vontade dos contraentes. Os esponsais nasceriam “no seio do vicio”, porque muitas vezes os desejos estariam imbuídos de “promessas, pactos, e convenções clandestinas, feitas sem conselho, e consentimento dos Pais”⁷⁴⁶, à serviço do mero impulso, paixões desordenadas ou de solicitações de terceiros interessados, originando desordem, escândalos, ruína de famílias, perversão dos costumes e consequente prejuízo do “bem público”.

Assim, determinou que os esponsais não pudessem ser celebrados entre menores de 25 anos⁷⁴⁷ sem o consentimento dos pais, fossem necessariamente contraídos mediante escritura pública⁷⁴⁸, assinada pelos nubentes e pelos seus responsáveis. Caso os contraentes fossem maiores, deveriam requerer indispensavelmente o consentimento dos pais, sendo-lhes possibilitado, frente à negativa porém cumpridas as obrigações da obediência, que celebrassem os esponsais.⁷⁴⁹

Em caso de nulidade ou invalidade dos esponsais, ainda segundo a lei, muito provavelmente o caso estaria fundamentado em estupro, através do qual poderia requerer o ofensor o acesso ao dote ou, também à ofendida, adquirir o “Direito ao Matrimonio”. A lei determinara o não cabimento de querela (que, de acordo com o título XXIII do Livro V das Ordenações, estava à disposição das mulheres virgens em caso de estupro consentido) e consequentemente colocara os casos de estupro do título XXIII, ocorridos às mulheres virgens

⁷⁴³ *Ibidem*, III Item, p. 46.

⁷⁴⁴ SILVA, M., 2004, pp. 14-15.

⁷⁴⁵ PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, p. 360.

⁷⁴⁶ PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, p. 360.

⁷⁴⁷ Esta era a idade considerada para a maioridade; cabe salientar, porém, que ao atingi-la não havia emancipação automática da seara de poder do pai.

⁷⁴⁸ Também, estipulou normativa para os locais em que não houvesse tabelião, possibilitando que houvesse escrito particular realizado na presença dos pais, tutores ou curadores, e quatro testemunhas, devendo ser convertido em escritura pública no período máximo de um mês sob pena de perda da validade (PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, item *Segundo*, p. 362).

⁷⁴⁹ *Ibidem*, item *Sexto*, p. 363.

por vontade própria, como de processamento por devassa⁷⁵⁰. Acrescendo, ainda, que, em sendo o ofensor maior de 17 anos, pudesse ser condenado a degredo de cinco anos para África ou Ásia mediante requerimento dos pais, tutores, curadores ou irmãos da vítima. Em sendo esta menor de 17 anos, a idade atuaria enquanto agravante ao crime “do sedutor”, cuja cominação de pena era, além do degredo, o pagamento do dote.⁷⁵¹

Na sequência do processo, o réu, por meio de seu procurador, alegara por exceção peremptória⁷⁵², a carência de ação, requerendo a nulidade da querela. Nesta petição, José da Rocha Martins confessou ter tido tratos ilícitos com Ana, alegando ter sido em razão de “fragilidade e fraqueza humanas” na casa em que ambas viviam “com devassidão e publicidade”.⁷⁵³ Assim, alegara que a autora ajuizara a querela na Ouvidoria em razão de ódio pela perda da causa de justificação de esposais no juízo eclesiástico, e confessara a existência de amancebamento e concubinato que durara por muitos anos, inserindo o título XXXII, § 4º, do Livro V das Ordenações como possível enquadramento do que ocorria entre Maria de Lemos e Ana de Ramos.⁷⁵⁴ O parágrafo citado refere-se à descrição das práticas de alcovitaria consentida pelos pais da mulher prostituída, todavia o procurador não alargara a defesa com menção explícita à existência de lenocínio por parte de Maria de Lemos.⁷⁵⁵ Isto poderia constituir-se em uma estratégia de defesa no foro, com o lançamento destes crimes enquanto modos de transferir a culpa a Ana de Ramos ou à sua mãe e retirá-la majoritariamente do réu.

O procurador do réu, assim, utilizou do amancebamento e do concubinato como intento de alegar, mesmo que sem grande desenvolvimento e descrição das práticas, culpa por parte também de Ana de Ramos. Estas duas formas de denominar a ilicitude frente ao matrimônio constituem-se, à realidade social da América Portuguesa, práticas complexas e, consequentemente, de difícil singularização.

Bluteau definira o amancebamento como sinônimo de concubinato, referindo ao pecado daqueles que possuíssem concubinas, representando “O estado do amancebado”, “ter

⁷⁵⁰ Neste sentido, o Decreto de 31 de Julho de 1787, na tentativa de fazer com que não fossem mais anuladas as devassas abertas no caso de estupro de mulher virgem por sua vontade (o que gerava a facilitação das ocorrências do delito), determinou que deveriam ser tiradas a requerimento das partes, e não *ex officio*. (Decreto de 31 de Julho de 1787. In: PORTUGAL, 1828, p. 475).

⁷⁵¹ PORTUGAL, Lei de 6 de Outubro de 1784. PORTUGAL, 1828, item, *Nono*, p. 363.

⁷⁵² A exceção peremptória era um instrumento processual que levantava argumentos na tentativa de extinguir a intenção do autor (OF, L. III, tit. L; SOUSA, 1800, p. 95).

⁷⁵³ APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fl. 39.

⁷⁵⁴ *Ibidem*, fl. 39-v

⁷⁵⁵ Título XXXII, *Dos Alcoviteiros, e dos que em suas cazas consentem a mulheres fazerem mal de seus corpos*, § 4º “E qualquer pessoa, que dê consentimento a sua filha, que tenha patê com algum homem para com ela dormir, postoque não seja virgem, seja açoutada com barão e pregão pela Villa, e degradada para sempre para o Brazil, e perca seus bens.

E sendo de qualidade, em que na caibão açoutes, haverá somente a dita pena do Brazil.” (OF, L. V, tit. XXXII).

de sua mão alguma amasia, concubina, amiga” e “amancebar-se com mulher de má vida”. Ao termo mancebia, bem como às derivações, indicou condizer com a denominação do local de prostituição de meretrizes, a “casa de más mulheres”, a desonestidade de “mulheres impudicas”. Manceba – diferentemente de mancebo⁷⁵⁶ – significava amiga e concubina, mulher que mantinha amizade desonesta com algum homem. Esta mesma definição detinha os termos barregã e barregão, sendo identificados como a forma mais antiga de se denominar concubinos ou aqueles que andavam amancebados, em “amizade desonesta”.⁷⁵⁷

Enquanto Bluteau focou na índole feminina para a descrição, Vieira, evidenciou a continuidade da relação ilícita afirmando que o amancebamento correspondia ao “Trato ilícito entre homem e mulher teúda e manteúda” e o amancebado era o homem que vivia em concubinato, ou amigado com alguma mulher “que prefere a mancebia ao casamento”.⁷⁵⁸ Percebe-se que da leitura destas fontes que estes termos ensejavam grande complexidade na definição das realidades sociais.⁷⁵⁹

Segundo Goldschmidt, nas cidades portuguesas medievais denominavam “mancebas” aquelas que de seu corpo travavam comércio, e o bairro ou rua em que viviam eram as “mancebias”.⁷⁶⁰ Contudo, no período moderno a denominação do vocábulo parece se ter alterado.

Especificamente quanto à conotação na América Portuguesa, deve-se ressaltar a influência dada pelo modo como desenvolveram-se as práticas matrimoniais, surgindo da complexidade das realidades locais entre tradições de diferentes grupos indígenas e regras metropolitanas trazidas com os movimentos de ocupação portuguesa anteriores ao estabelecimento das normas tridentinas. Consoante Silva, estes conjuntos de práticas passaram por interpenetrações – sobretudo nas uniões entre portugueses e indígenas – e levaram os padres jesuítas dos primeiros tempos da colonização a referirem-se de modo genérico às situações enquanto concubinato ou mancebia. Isto não significa, contudo, que não realizassem diferenciações. Em análise a uma carta do Padre Manuel da Nóbrega de 1549, Silva afirma que o jesuíta realizara a diferenciação entre “mancebas” e mulheres como forma de diferenciar duas formas de relações que os portugueses estavam travando com as indígenas, aquela que o senhor

⁷⁵⁶ Que significava homem jovem, de até 30 ou 40 anos (BLUTEAU, 1716, p. 280; VIEIRA, Frei Domingos. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa**. Quarto volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873c, p. 71).

⁷⁵⁷ BLUTEAU, 1712a, p. 315; 1712b, p. 442; 1716, p. 280; 1789a, pp. 71, 304.

⁷⁵⁸ VIEIRA, 1871, p. 352; 1873a, p. 382, p. 732; 1873c, pp. 70-71

⁷⁵⁹ FIGUEIREDO, 2004, p. 147.

⁷⁶⁰ GOLDSCHMIDT, 1998, p. 130.

detinha com sua escravizada e a união entre o branco e a indígena livre “segundo o costume da terra”.⁷⁶¹

De todo modo, a autora afirma que era uma prática muito comum ao longo de toda a América Portuguesa, resultando em um alto índice de registros paroquiais de crianças expostas e filhos ilegítimos.⁷⁶²

O Concílio de Trento estabeleceu as diretrizes do sacramento do matrimônio em sua sessão XXIV e assentou o concubinato enquanto pecado grave quando cometido por solteiros e gravíssimo quando praticado por casados, passível de apenação com a excomunhão caso, após três admoestações, não rescindissem a relação ilícita. Caso ainda a continuassem pelo período de um ano, deveria o juízo eclesiástico contra eles proceder. Especificamente contra as mulheres, que também poderiam incorrer no delito tanto solteiras quanto casadas – e, aqui, o adultério, sob o prisma de Silva e Goldschmidt, constituiria uma subclasse do concubinato para as regras eclesiásticas⁷⁶³ –, seriam processadas pelo juízo eclesiástico após três admoestações e poderiam ser penalizadas com a expulsão do lugar ou da diocese.⁷⁶⁴ Em que pese normatizar os elementos e consequências dos que incorressem em concubinato, a sessão não expõe claramente o que, à sua luz, significava a prática. Deixa entrever, apenas, quem a poderia realizar – homens e mulheres, solteiros e casados – e a pressuposição de duas características: a publicidade e a coabitação.⁷⁶⁵ Isto traz à tona que na sociedade à época do Concílio este pecado era muito provavelmente cometido de forma mais saliente e visível, tanto que uma das disposições era que alguns homens costumavam “atreverem-se às vezes a tê-las, e sustentá-las na própria casa com suas mulheres”.⁷⁶⁶

Já ao início do século XVIII as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, indicou ser o concubinato – e aqui inseriram a denominação de amancebamento como sinônimo – a “ilícita conversação do homem com mulher por tempo considerável”⁷⁶⁷, acrescentando, pois, a continuidade das relações enquanto característica do delito. A confissão e a pública fama (acompanhada do escândalo e de fortes indícios⁷⁶⁸) representavam as principais formas de comprovação da prática do delito, no entanto na sua ausência era possível a prova através de

⁷⁶¹ SILVA, M., 1984, pp. 36-37.

⁷⁶² SILVA, M., 1995, pp. 88-89.

⁷⁶³ SILVA, M., 1984, p. 40; GOLDSCHMIDT, 1998, p. 130.

⁷⁶⁴ IGREJA CATÓLICA. **O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim, e portuguez**: Dedicada, e consagrada aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Tomo II. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781b, sessão XXIV, cap. VIII, pp. 249-251.

⁷⁶⁵ SILVA, M., 1984, p. 38.

⁷⁶⁶ IGREJA CATÓLICA, 1781b, sessão XXIV, cap. VIII, pp. 249-251.

⁷⁶⁷ VIDE, 1707: 1853, Livro V, tit. XXII, § 979, p. 338.

⁷⁶⁸ Acompanhados tendo em vista que “não poderão pela fama sómente ser condemnados em pena pecuniaria, ou outra alguma” (VIDE, 1707: 1853, Livro V, tit. XXII, § 987, p. 340).

duas situações. Havendo pública fama e indícios que não bastassem, poderia existir admoestação ao suspeito para que não entrasse em contato por via alguma com a mulher suspeita de ser sua concubina; caso estabelecessem alguma comunicação, estaria o delito provado. E, havendo igualmente pública fama e evidências insuficientes, caso uma mulher vivesse em casa de um homem por “razão honesta” – a exemplo, a serviço –, não fosse dele escravizada, engravidasse e fosse mantida na mesma casa, estaria igualmente provado o concubinato.⁷⁶⁹ Assim, deveriam os suspeitos ser processados pela justiça eclesiástica e, em adição, as Constituições determinaram que poderiam ser aplicados como penas, além da excomunhão, a prisão, o degredo e as multas.⁷⁷⁰

Particularmente às mulheres, as Constituições determinavam que, em sendo casada e descobrindo-se o delito, a questão fosse tratada com muito resguardo quando das admoestações previstas tendo em vista que, por envolver também adultério, o marido poder representar uma ameaça à vida da mulher. Quando não houvesse possibilidade de tal resguardo, a notificação deveria ser dada verbalmente por um pároco em segredo, situação esta que não deveria levantar suspeitas ao marido. Caso a mulher fosse solteira e não tenha perdido a “boa reputação”, a cautela deveria ser a mesma em decorrência da ameaça que possivelmente representavam seu pai e seus irmãos de a tratarem mal, e quando solteira ou viúva culpada em concubinato, contrair casamento antes de ser admoestada o juízo eclesiástico não poderia proceder contra ela. Quando já tivesse sido admoestada e estivesse a correr com seu livramento, deveria ser interrompido quando as autoridades eclesiásticas tivessem notícias do matrimônio. E, por derradeiro, se aqueles culpados de concubinato fossem solteiros e se casassem, o mesmo deveria a eles ocorrer.⁷⁷¹

Enquadradas nas prescrições dessas regras, as Constituições expuseram que as pessoas havidas como “fornicarias vagas” seriam repreendidas e advertidas, e se não se houvessem corrigido então seriam admoestadas para que pudesse contra elas proceder a justiça eclesiástica, porém sem a aplicação da pena pecuniária em conjunto com as notificações.⁷⁷²

De todo modo, Nizza da Silva conclui que o termo concubinato no XVIII, segundo as disposições das normativas sinodais, apresentara um alargamento da denominação e abarcara mais formatos de relações do que nos séculos anteriores. A coabitação e a publicidade passaram

⁷⁶⁹ VIDE, 1707: 1853, Livro V, tit. XXII, § 988, p. 340.

⁷⁷⁰ *Ibidem*, §§ 979, 980, p. 338. De todo modo, cabe destacar que segundo as pesquisas empreendidas por Silva no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, as penas aplicadas pelos párocos era frequentemente a excomunhão, sendo o número de concubinários pequeno nas fontes por ela analisadas (SILVA, M., 1984, p. 41).

⁷⁷¹ VIDE, 1707: 1853, Livro V, tit. XXII, §§ 990, 991, 992, pp. 341-342.

⁷⁷² *Ibidem*, § 993, p. 342.

a não fazer mais parte das características principais do delito, representando a continuidade das relações o elemento básico, ampliando para o bojo do delito relações entre pessoas que não residissem na mesma casa mas que mantivessem frequência por alargado espaço de tempo. A autora afirma que isso sugere pelo maior encobrimento das práticas do que no período de publicação das diretrizes tridentinas, além da demonstração de preocupação com as relações entre indivíduos livres, já que o engravidar de uma escravizada não seria um elemento a levantar suspeitas.⁷⁷³

A temporalidade da manutenção das relações ilícitas era o que se apresentava enquanto elemento chave para que o juízo eclesiástico procedesse ou não à penalização das condutas. A diferenciação entre as relações ilícitas entre pessoas – solteiras ou casadas – tinha como ponto principal a manutenção ou não, considerando que aquelas que praticassem fornicção de modo eventual não seriam havidas como concubinato. Este comportamento seria repreendido e poderia ser alvo do proceder da justiça, todavia não constituiria no mesmo delito visto que ausente o elemento da continuidade.

A disseminação destas normas no meio social, bem como das regras do matrimônio, fez com que paulatinamente fosse construído um saber popular acerca das práticas ilícitas de relacionamento entre homens e mulheres. Consoante Goldschmidt, isto favorecera não apenas um aumento gradual no número de denúncias de concubinato nas instituições eclesiásticas mas, também, incentivara a criação de habilidades para a ocultação da transgressão aos olhos destas autoridades, como, a exemplo, a troca de domicílio.⁷⁷⁴ Ainda, na análise das fontes eclesiásticas de São Paulo a autora elaborou uma classificação em grupos dos casos denunciados por concubinato, quais sejam: concubinato com promessa de casamento, concubinato simples⁷⁷⁵, concubinato adúltero, concubinato incestuoso e amancebamento de clérigo.⁷⁷⁶

O caso de Ana de Ramos, de acordo com as descrições dos autos, aparentemente tratava-se de um concubinato com promessa de casamento. Ana e José da Rocha Martins não residiram na mesma casa, isto é, não havia a coabitação e as fontes não sugeriram indícios de que ele a sustentasse, mas fora confesso que detiveram um relacionamento com tratos ilícitos dentro de temporalidade considerável. A permanência das relações era, pois, suficiente para a configuração de um concubinato para a regras eclesiásticas, porém a existência de uma

⁷⁷³ SILVA, M., 1984, p. 40.

⁷⁷⁴ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 133-133.

⁷⁷⁵ Cometido por pessoas solteiras e viúvas que poderiam ou não residir na mesma casa (*Ibidem*, pp. 138-139).

⁷⁷⁶ A partir do texto de Twinam (TWINAM, 1991, pp. 127-157; GOLDSCHMIDT, 1998, p. 131).

promessa de casamento fazia desta ilicitude a mais aproximada à legalidade sob a ótica da Igreja dentre a classificação supracitada.

Na justiça régia os contornos do delito de concubinato apontavam para características mais restritas do que para as normas eclesiásticas, existindo o que Pereira e Sousa denominou de concubinato simples e concubinato qualificado. O primeiro seria aquele cometido por pessoas solteiras – e, segundo o autor, não era punido pelas Ordenações Filipinas – e o qualificado era o cometido por mulher casada e homem casado, mulher casada ou solteira e clérigo e mulher tida e mantida na própria casa.⁷⁷⁷ Estes eram, pois, disciplinados pelos títulos XXVII, XXVIII, XXIX, XXX e XXXI do Livro V, sendo a regulamentação nestas diferentes seções dada à dependência da qualidade e do estado dos homens que tomavam mulheres como concubinas. Isto é, o título XXVII disciplinava acerca de homens cortesãos, ou que detivessem frequência à Corte, que tivessem concubinas, o XXVIII regulamentava homens casados que mantivessem tais relações ilícitas e, por seu termo, os XXX e XXXI tratava dos religiosos que tivessem concubinas. Os termos utilizados pelas normativas para o referimento eram *barregã*, *manceba* e a expressão “*teúda e manteúda*”, revelando esta uma das características para a configuração do delito.

O título XXVII proibia que aqueles que frequentassem as Cortes levassem ou tivessem consigo ali as suas concubinas, estabelecendo multas pecuniárias àqueles que o procedessem de acordo com sua qualidade. Às mulheres a pena aplicada deveria ser o degredo por um ano para fora da Corte, além do pagamento de pecúnia e da perda do exercício de seus ofícios caso fossem eles que lhes tivesse dado acesso à Corte.⁷⁷⁸ Na sequência, o título XXVIII disciplinava acerca dos homens casados que tivessem concubinas, sendo a prova havida pela “voz e fama de barregueiros”⁷⁷⁹, dada por testemunhas que tivessem presenciado o costume de frequentarem a casa um do outro.⁷⁸⁰ A penalidade ao homem era o degredo para a África por três anos e pagamento no valor da quarentena de seus bens – aumentado a cada reincidência –, excluídos aqueles que pertencerem à sua esposa, e à mulher a pena que deveria ser cominada eram açoites com barço e pregão, degredo de um ano para Castro Marim e o pagamento de metade da quarentena, igualmente acrescido a cada reincidência. Caso elas contraíssem matrimônio ou entrassem em ordem religiosa antes de serem presas não teriam a aplicação destas normas.⁷⁸¹

⁷⁷⁷ SOUSA, 1803, p. 195.

⁷⁷⁸ As Ordenações citam os ofícios como pescadeiras, padeiras e resgateiras (OF, L. V, tit. XXVII, §1º).

⁷⁷⁹ OF, L. V, tit. XXVIII, §6º.

⁷⁸⁰ CASTRO, 1699, p. 51.

⁷⁸¹ OF, L. V, tit. XXVIII, *caput* e §1º.

O título XXX, por seu turno, dava o regramento de concubinas de clérigos e religiosos mantidas fora de suas casas e recebendo deles mantimentos e vestimentas. A prova era dada, igualmente ao título antecedente, pela fama pública do concubinato sendo atestadas, por ao menos um testemunho, sete ou oito visitas do clérigo à casa em que era mantida a mulher, ou vice-versa, ao longo do período de seis meses. A penalidade era o pagamento de pecúnia por ambos e o degredo da mulher para fora da cidade ou vila em que foi mantida como concubina, sendo aplicado o degredo para fora do bispado acrescido de açoites na primeira reincidência e ao Brasil para sempre na segunda. Caso houvesse provas de que a concubina fora mantida de forma notória na casa de um clérigo, os açoites, o degredo para fora do bispado e o pagamento de multa eram as penas cominadas.⁷⁸² Na disposição do título XXXI, o direcionamento era para que clérigos e frades não fossem mantidos aprisionados por encontrarem-se em relações de concubinato, à exceção se assim requerido por Prelado, Vigário ou outra autoridade eclesiástica superior.⁷⁸³

Por derradeiro, o título XXIX determinara que as concubinas que fugissem dos homens com quem costumavam viver, mesmo que deles furtassem ou roubassem algo para lhes empreender a fuga, não poderiam ser por esta razão demandadas em juízo.⁷⁸⁴ A exceção era posta no parágrafo primeiro: se estes homens fossem casados, no entanto, suas mulheres poderiam demandar do que fora furtado ou roubado.⁷⁸⁵

O delito de concubinato, em termos jurídicos expostos por Pereira e Sousa, referia-se às uniões ilegítimas, consideradas uma incontinência contrária à “pureza do Christianismo, e aos bons costumes”.⁷⁸⁶ A concubina, assim, era a mulher que se encontrasse nesta situação, ressaltando – diferentemente do referido por Bluteau – que esta não era denominação direcionada às prostitutas.⁷⁸⁷ Mancebia, em contrapartida, “se entendia pela desonestidade das mulheres públicas, e impudicas”, e manceba, por seu turno, seria a denominação dada às prostitutas.⁷⁸⁸ O concubinato era “o estado de hum homem, e de huma mulher, que vivem juntos, como casados, sem terem preenchido as solemnidades legaes para dar a esta união a qualidade de casamento legitimo”.⁷⁸⁹ De acordo com o autor, portanto, a coabitação era o elemento principal para a configuração do delito, sendo necessário que o casal partilhasse da

⁷⁸² OF, L. V, tit. XXX.

⁷⁸³ OF, L. V, tit. XXXI.

⁷⁸⁴ CASTRO, 1699, p. 51.

⁷⁸⁵ OF, L. V, tit. XXIX, *caput*, §1º.

⁷⁸⁶ SOUSA, 1803, p. 195.

⁷⁸⁷ SOUSA, 1825, p. 243; SOUSA 1803, p. 193.

⁷⁸⁸ SOUSA, 1827a, p. 220.

⁷⁸⁹ SOUSA, 1803, p. 193.

vida como se estivessem legalmente casados. O “simples comércio carnal”, como denominava a relação sexual eventual ou aquela ocorrida entre pessoas que não viviam como casados, não constituía propriamente o crime mesmo que detivesse continuidade no tempo.

De acordo com as Ordenações a denúncia ou a queixa às relações de concubinato poderiam ocorrer por devassa ou por querela, sendo que em caso de devassa a acusação era possibilitada a qualquer pessoa.⁷⁹⁰ Às queixas prestadas contra homens casados era exigido que se cumprissem os requisitos da querela, isto é, acompanhamento do juramento, do depósito em juízo e da apresentação das testemunhas.⁷⁹¹ O Alvará de 26 de Setembro de 1769, contudo, estabeleceu a proibição de abertura de devassas de concubinatos. Isto é, a ausência de exclusividade na denúncia, segundo a descrição desta normativa, abriu espaço à acusação de mulheres casadas que viviam em boa harmonia com seus maridos com fundamentação nas inimizades. Assim, os testemunhos falsos dados ensejavam a pronúncia da culpa e a captura destas mulheres, arruinando-lhes a vida, maculando-lhes a honra, expondo-as ao perigo e causando a desconfiança de seus maridos. Por esta mesma situação, expôs o Alvará, passaram algumas filhas cujos pais, em decorrência da acusação injusta, viram-se obrigados a casá-las com as pessoas com quem estiveram infamadas, uniões tais que provavelmente não aconteceriam sem a existência da mencionada acusação em juízo. Para que esta situação não mais ocorresse, o Alvará proibiu a abertura de devassas para investigação de concubinatos, mantendo a possibilidade apenas em casos em que as concubinas estivessem “teúdas, e manteúdas com geral, e público escandalo”.⁷⁹²

Isto é, nos termos do que expõe Pereira e Sousa, esta norma vetou a abertura de devassas contra concubinatos simples, sendo, pois, um “erro político” na visão do autor punir as relações sexuais havidas de modo eventual.⁷⁹³ Ainda, no que tange à qualificação por ser a mulher casada, coibiu a aplicação dos títulos referentes ao concubinato e direcionou o correto processamento pelo título referente ao adultério, como será melhor exposto a seguir.

A prostituição não era considerada um delito pelas Ordenações Filipinas, nem pela legislação eclesiástica, contudo a condução a este pecado sim. A alcovitaria, ou lenocínio, nos termos do título XXXII do Livro V das Ordenações, correspondia ao crime cometido por aqueles que consentia que alguma mulher fizesse “mal de seu corpo”. Bluteau definira a prática enquanto a procura de prostituição de alguma mulher, fazendo com que ela pecasse com

⁷⁹⁰ Não se podendo mais acusar se o casal estivesse separado pelo período de seis meses (OF, L. V, tit. XXVII, §1º; tit. XXX, §2º; CASTRO, 1699, p. 51).

⁷⁹¹ OF, L. V, tit. XXVIII, §5º.

⁷⁹² PORTUGAL, Alvará de 26 de Setembro de 1769. In: PORTUGAL, 1829, pp. 432-433.

⁷⁹³ SOUSA, 1803, p. 196.

alguém⁷⁹⁴ e conciliando ilícitos ajuntamentos.⁷⁹⁵ Segundo Vieira, correspondia ao aliciamento, à sedução ou o contrato de mulheres para a prostituição.⁷⁹⁶

De acordo com Pereira e Sousa, representava a “pública prostituição da alheia honestidade feita para o fim do lucro, ou comodo”.⁷⁹⁷ Expõe que se distinguia em qualificado e simples, lucroso e gratuito. O lenocínio qualificado referia-se aos que dessem consentimento para que esposas ou filhas pecassem com homens, enquanto o simples seria cometido com outras mulheres. O lucroso correspondia aos que recebiam algum ganho com tais atos, o gratuito seria o consentimento dado por medo, necessidade ou outra causa não lucrativa.⁷⁹⁸

A regulamentação partia tanto da condição e do estado da mulher envolvida quanto da pessoa que cometia o crime, para além da relação entre elas. Nestes termos, se a mulher fosse casada a punição era de morte e perda de todos os bens, sendo que se o praticante do lenocínio fosse o marido o delito era compreendido como adultério e a punição abrangia a ambos. Se a mulher fosse freira professa, virgem ou viúva honesta de boa fama, o criminoso deveria ser açoitado, degradado e perderia todos os seus bens.⁷⁹⁹ O alcovitar filha, cunhada ou filha da pessoa com quem vivesse era punido com morte e perda de todos os bens, e parenta dentro do 4º grau (de acordo com o direito canônico) que estivesse na casa do criminoso, era condenado ao degredo para sempre para o Brasil e de dez anos caso a mulher envolvida fosse criada do alcoviteiro.⁸⁰⁰

Não existia, todavia, normatização de punições às mulheres que dispunham de seus corpos além da reprovação social. Institucionalmente, eram os “corruptores, e corruptoras da mocidade” que deveriam ser punidos, vez que “O mal que elles fazem he enorme, porque abrem a huma rapariga honesta a estrada da libertinagem, que sem isso ella não caminharia”.⁸⁰¹ O mal feito pelos alcoviteiros, segundo Pereira e Sousa, era maior do que o feito pela mulher prostituída. A consequência por esta sofrida era a perda do que a tornaria mulher e mãe virtuosa, significando a desgraça de seus parentes e a ruína de toda sua vida.

⁷⁹⁴ BLUTEAU, 1789a, p. 53.

⁷⁹⁵ BLUTEAU, 1712a, pp. 226-227.

⁷⁹⁶ VIEIRA, 1871, p. 284.

⁷⁹⁷ SOUSA, 1803, p. 225; SOUSA, 1825, p. 28.

⁷⁹⁸ SOUSA, 1803, pp. 225-230; GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 49-50.

⁷⁹⁹ OF, L. V, tit. XXXII, *caput*, §1º.

⁸⁰⁰ Se a filha não fosse virgem, o condenado seria açoitado com barão e pregão e degradado para sempre para o Brasil e, caso fosse fidalgo, lhe seria aplicado somente a segunda pena. Por derradeiro, o degredo de dez anos para o Brasil deveria ser aplicado ao invés da pena de morte àqueles que provada a prática do lenocínio feita com mulher de condição ou estado supracitados porém sem o resultado do ato final, e nos demais casos degredo de quatro anos para a África se o alcoviteiro for homem e de seis para Castro Marim sendo mulher (OF, L. V, tit. XXXII, §§2º, 4º, 7º).

⁸⁰¹ SOUSA, 1803, p. 226.

Segundo Goldschmidt, as normas concernentes à sexualidade feminina esvaíam-se quando não havia honra a preservar. Então, teoricamente, quando uma mulher se tornava prostituta não haveria condenação institucional por não haver mais o que preservar. Ou seja, em sendo a mulher desviada de sua honestidade nestes termos já teria sua vida e de sua família arruinadas, e não seria uma condenação pelas justiças suficiente para trazer redenção de seu pecado.⁸⁰² Para além, Pereira e Sousa expõe a prostituição enquanto uma prática que, quando permitida pela política, o era por significarem “salvaguada às mulheres honestas, fundando-se no axioma, que de dous males se deve evitar o pior”.⁸⁰³ Seria, pois, um “mal necessário” à proteção das mulheres honestas vez que, existindo as prostitutas, os homens não as iriam desonestar.

Em sendo mulher, a alcoviteira não condenada à morte nem a degredo, muito provavelmente em decorrência da reprovação social dada a permanência no local em que cometera o crime e convivência com os mesmos vizinhos, as Ordenações a obrigava a identificar-se com um lenço vermelho na cabeça⁸⁰⁴ como um sinal de estigma.

É por meio destas alegações que desejava o procurador do réu isentá-lo da incriminação por traição e aleivosia. Isto é, em havendo uma fama pública de desonestidade de Ana de Ramos, e consequentemente da casa de Maria de Lemos, as obrigações matrimoniais decorrentes da confissão do réu por haver mantido tratos com Ana, sejam eles de concubinato, mancebia ou a configuração de relação de estupro, deveriam esvair-se pela alegação de ausência da virgindade de Ana. E, novamente, esta ausência de virgindade seria admitida através de um respeito ao comportamento de mulher honesta, atacado com a alegação da alcovitaria. Este movimento argumentativo empreendido pelo procurador do réu sugere que lançar mão dos crimes acima envoltos com a “acusação” de alcovitaria em decorrência da anuência de Maria ao relacionamento da filha com o réu, pressupondo que haveria consentido, fora a maneira encontrada de proteger-se da querela ingressada pela mãe e de que a filha pudesse lhe exigir qualquer contrapartida possível no que tange aos crimes de mancebia e concubinato. Mesmo que não tenha desenvolvido largamente os argumentos, supõe-se que a acusação tenha sido tentativa de alguma responsabilização de Maria e Ana, sobretudo porque esta petição dera os artigos a serem lidos para as testemunhas na coleta das provas. Talvez a estratégia fosse inserir as menções a concubinato e à alcovitaria na esperança que, lidos os artigos aos depoentes,

⁸⁰² GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 49-50.

⁸⁰³ SOUSA, 1803, p. 226.

⁸⁰⁴ “E em todos os casos, em que alguma mulher fôr condemnada por alcoviteira em alguma das penas sobreditas, onde não haja de morrer, ou ir degradada para o Brazil, traga sempre polaina ou enxarvia vermelha na cabeça fôra de sua caza” (OF, L. V, tit. XXXII, § 6º).

houvesse alguma declaração que questionasse os comportamentos de Ana e de Maria e os pudesse aproximar destes delitos.

Na sequência, foram ouvidas cinco testemunhas em favor do réu, sendo que todas confirmaram a existência de alguma relação dele com Ana e, conseqüentemente, com Maria. Entre as provas, houve afirmações de que o réu frequentemente faltava às missas – considerando que era sacristão – e que ia à casa de Maria quando Ana estava só. Quanto a isto, afirmaram ainda que Ana havia alugado uma casa na Rua Direita, localizada na área urbana da vila⁸⁰⁵, sendo que sua mãe residia em um sítio e quando deslocava-se à vila permanecia alojada em casa de seu genro Manoel Gonçalves Ramalho. Alegaram, ainda, que a relação do casal era pública e notória, e neste ponto a fonte sugere que a estratégia argumentativa do procurador foi em alguma medida frutífera: alguns depoentes afirmaram pela existência de concubinato ou mancebia, muito provavelmente em decorrência dos termos postos. Uma das testemunhas, inclusive, mencionou que Maria havia manifestado em presença de outras pessoas moradoras da vila que já havia dado licença à sua filha para que ela buscasse um marido. Uma outra testemunha afirmara ter conhecimento de que Ana de Ramos já havia tido tratos ilícitos com outros homens, citando a exemplo o nome de Julio Pereira; outro depoente mencionou ter conhecimento de que teria tratado amizade com o Capitão Caetano Gago (recebendo dele um anel de ouro), e outro informou que sua mãe reclamava publicamente de sua conduta, queixando-se que “não podia com ela por ser malina”. Esta informação específica fora dada por Josefa do Rosário, de 60 anos, única mulher testemunha dentre as apresentadas em favor do réu. Isto sugere que Maria de Lemos reclamava de sua filha em conversas e contatos com outras mulheres da vila, muito provavelmente em tom de desabafo ou até mesmo para porventura escutar algum aconselhamento.⁸⁰⁶

Nessa questão, somente uma testemunha afirmara que Maria de Lemos não tinha conhecimento do relacionamento de Ana de Ramos e José da Rocha Martins antes de a filha alugar a casa na Rua Direita.⁸⁰⁷

Todos os depoentes confirmaram que a justificação de esponsais ajuizada na vara eclesiástica findara improvida a Ana de Ramos e também confirmaram que esta esteve grávida

⁸⁰⁵ A denominação completa desta via era Rua Direita do Bom Jesus para as Mercês, que levava este nome por ser caminho à Igreja do Bom Jesus. Atualmente corresponde à Rua Marechal Deodoro. É importante mencionar que Curitiba e Paranaguá não possuem mapas do século XVIII, sobretudo com detalhamento das ruas das vilas. As informações de localização das vias foram retiradas da pesquisa de Allan Kato a partir das Listas Nominativas. (KATO, Allan Thomas Tadashi. *Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstituindo espaços e a lógica de sua organização social. Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 283-320, p. 293).

⁸⁰⁶ APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fl. 84.

⁸⁰⁷ *Ibidem*, fl. 85.

e tivera um filho. Por fim, uma das testemunhas depusera que o padre da vila requisitara ao vigário autorização de batismo do filho de Ana de Ramos com a inscrição de José da Rocha Martins como pai. Foi-lhe negado e mandado inserir “filho de pais incógnitos”.⁸⁰⁸

A confirmação do relacionamento entre Ana de Ramos e José da Rocha Martins não fizera com que estes cidadãos apontassem para a obrigação de contração de matrimônio. A razão pela qual o réu estaria livre desta obrigação fora, colocando em termos básicos, a descrição da conduta de Ana de Ramos enquanto uma mulher jovem que já havia se relacionado com outros homens – sem, todavia, nenhuma das testemunhas ter dito qual fora a natureza de tais tratos –, que residia sozinha na região urbana da vila e da qual a mãe reclamara algumas vezes.

Nesse ponto, pode-se destacar que, em algumas sociedades de Antigo Regime, era comum que “rituais populares” fossem entendidos como formas de expressão de relações conjugais – não necessariamente matrimoniais – e isso poderia implicar o estabelecimento de relações sexuais entre o casal ou ser o efeito delas, independentemente do modo como foram iniciadas. Um destes “rituais”, que se observa nas fontes ser algo bastante comum, era a troca de objetos entre o casal (quaisquer tipos de objetos: um escrito, um “vale”, uma promessa, anéis, botões, cruzes, rosários, dar as mãos, entre outros). Independentemente da existência de relações sexuais entre eles, este ato simbolizava em meio à comunidade um vínculo estabelecido e adquiria uma certa publicidade.⁸⁰⁹ Os demais relacionamentos de Ana de Ramos – porque os testemunhos se furtam de alegar alguma legitimidade conjugal no relacionamento com o réu – aparentemente tiveram algum elemento desta natureza, de trocas de objetos. Ao menos a menção de que ela recebera um anel de ouro aponta nesta direção. A ausência, todavia, de menção ao escrito da promessa de casamento alegada pela autora, além da resposta aos esponsais de que não recebera presentes de José da Rocha Martins, findara por dificultar a confirmação simbólica da relação que desejava comprovar.

Tratados em razão deste primeiro caso as principais linhas teóricas que tocam a temas presentes nos três casos⁸¹⁰, passa-se ao próximo.

Angela Maria Barbosa⁸¹¹, moradora na vila de Curitiba, vivia na casa de sua irmã, Escolástica Maria de Albuquerque, e ingressara no juízo ordinário da mesma vila com uma

⁸⁰⁸ *Ibidem*, fls. 79-80-v

⁸⁰⁹ MANTECÓN MOVELLÁN, 2018, p. 257.

⁸¹⁰ Até porque o caso de Ana de Ramos possui o processo mais longo dos 5 autos que tratam de casos de estupro.

⁸¹¹ Angela Maria Barbosa era nascida em 17 de julho de 1735 e natural de Curitiba. Tinha, portanto, aproximadamente 35 anos em 1771 (ACMC. **Livro de Batismos**. maio 1734-maio 1755, p. 184).

A documentação do caso de Angela Maria Barbosa encontra-se bastante fragmentada e a reconstrução foi feita a partir dos dados constantes de três processos. O primeiro, cuja datação inicia em 12 de fevereiro de 1770,

querela contra José Antonio Moreira por este ter entrado na casa de sua irmã e ter dormido com a autora sob promessas de casar-se com ela. No traslado das testemunhas à querela de Angela Maria Barbosa, os depoentes afirmaram que a autora era uma mulher honesta e que andava de amores com o réu – ele lhe mandava flores e ramalhetes, e ela o correspondia –, sendo conhecida a pretensão deste em casar-se com ela. Ainda, todas as testemunhas confirmaram que em 29 (ou 28) de novembro de 1769 o réu havia entrado em casa de Escolástica Maria de Albuquerque, e segundo o depoente Francisco Xavier, este os teria surpreendido em “uma camarinha” às dez horas da noite; quando empurrou a porta viu o réu sair pela janela. Por derradeiro – e o elemento que ensejou a injúria pela qual Escolástica Maria de Albuquerque querelara –, todas as testemunhas afirmaram que o réu fora à freguesia de São José e passou a “gabar-se” de ter “estado uma noite com uma fêmea na Boa Vista com uma cunhada de Bernardo Jose”.⁸¹²

Ambas eram filhas de Salvador de Albuquerque e de sua segunda esposa, Maria do Carmo do Valle⁸¹³, e Angela apadrinhada por Pedro Carvalho Pinto e Francisca Velosa de Jesus, filha solteira do Alferes Gaspar Carrasco dos Reis, personagens estes que pertenceram a altos postos de governança na vila, eram detentores de terras na região e representavam figuras socialmente influentes. Foram registrados por Francisco Negrão como pessoas detentoras de poderio sócio-econômico, pertencentes a famílias tradicionais que detiveram larga permanência até pelo menos o século XIX e que realizavam enlances com outras famílias como meio de fortalecimento de poder e de relações de fidelidade.⁸¹⁴

corresponde a um traslado de testemunhas da autora da querela em questão, Angela, que fora enviada em remessa à Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em 10 e março de 1771. (APPR. PB 045.PC1756.54, 1771). O segundo inicia datação em 22 de maio de 1771 e inicia com a autuação de mandado entre João Antonio Moreira enquanto autor e Angela Maria Barbosa enquanto ré. A solicitação do mandado é para que João Antonio fosse solto sob vigilância de um carcereiro para o cumprimento de suas promessas na festa do Divino Espírito Santo. (APPR. PB 045.PC1746.53, 1771). Por derradeiro, o terceiro corresponde a um auto de libelo entre partes, ajuizado em oito de julho de 1771, enquanto desdobramento de uma querela dada por Escolástica Maria de Albuquerque, irmã de Angela Maria, contra João Antonio Moreira em razão de injúria e aleivosia. (APPR. PB 045.PC1720.52, 1771).

⁸¹² APPR. PB 045.PC1756.54, 1771, fl. 2-v

⁸¹³ Maria do Carmo do Valle era filha do sargento mor Manoel do Valle Porto – fundador da freguesia do Pilar da Graciosa (posteriormente denominada de vila de Antonina) – e sua mulher Maria de Cacere. Salvador de Albuquerque era natural de São Paulo, filho de Manoel Pacheco de Albuquerque e de Catharina Moreira de Godoy, e seu primeiro matrimônio fora com Izabel Antunes da Silva, filha de Gaspar Carrasco dos Reis e Ana da Silva Leme. Maria do Carmo Valle era sua esposa em segundo matrimônio, do qual tiveram 8 filhos. Salvador de Albuquerque se casou, em terceiro matrimônio, com Maria Ferreira de Almeida e faleceu em setembro de 1756. (NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. v. I. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1926; ACMC. **Livro de Batismos dos Brancos**. mai. 1734-mai 1755, p. 8).

⁸¹⁴ Negrão – dedicando uma grande seção do primeiro volume entre seis da *Genealogia* à família Carrasco dos Reis – registrou que Salvador de Albuquerque, quando já viúvo de Izabel Antunes da Silva em 1725, recebera em doação de Gaspar Carrasco dos Reis umas terras, retribuindo com a doação de uma fazenda de gado. Ainda, foi almotacé nomeado em 1732, empossado primeiro juiz de órfãos da vila em 1736 e aparecera em uma série de processos judiciais enquanto juiz árbitro em 1744, 1749, 1752 a 1755 e 1757 e, em 1751, também de órfãos. (BAMC, v. XI, 1924; BAMC, v. XII, 1925; NEGRÃO, v. I, 1926)

O fato de João Antônio Moreira ter disseminado o acontecimento muito provavelmente na região em que residia, a freguesia de São José, pode ser lido como uma tentativa de acentuar sua reputação pela sedução de uma mulher virgem proveniente de uma família abastada da região. Muito embora a família – ou melhor, a irmã – tenha intentado preservar a honestidade de Angela Maria, João Antônio conseguira transpassar as barreiras possivelmente existentes entre ele e a vítima e lhe manchar a honra. Este tipo de comportamento sugere que a honestidade feminina poderia ser visto como algo a ser conquistado, significando nesta situação o prejuízo da mulher e o engrandecimento da reputação masculina.⁸¹⁵

No terceiro processo referente a este caso a autora é Escolástica Maria de Albuquerque, por meio de seu procurador Antônio Bonete Vareiro. A irmã de Angela Maria Barbosa ingressara com um auto de querela⁸¹⁶ contra João Antônio Moreira, que ensejara a apresentação do libelo crime alegando que ele travara uma amizade política falsa e aleivosa com o marido da querelante, Bernardo Jose Ferreira, além de fingir que iria se casar com sua irmã para que a pudesse cortejar. De acordo com as alegações, Escolástica e Angela faziam parte de uma das principais famílias da região – eram filhas do Capitão Salvador de Albuquerque, sujeito que fora almotacé, juiz ordinário e juiz de órfãos entre os anos de 1732 a 1757, detendo prestígio e certa nobreza ou fidalguia.⁸¹⁷ Ou seja, a família mantinha o prestígio social de seus chefes, e a pressão às mulheres destes estratos para o comportamento honesto em prol da honra familiar aparentemente aumentava conforme a importância da família na região em que residiam. No caso em voga, Escolástica Maria de Albuquerque, por figurar enquanto responsável por sua irmã por esta viver com ela em razão da ausência dos pais, tentara manter a honra não somente de si e de sua irmã, bem como de seus pais. A quebra da honestidade feminina, como supra mencionado, findava por macular uma tradição familiar que ultrapassava a pessoa da própria vítima, e o ajuizamento destes autos pela irmã da ofendida sugere que este muito provavelmente fora o movimento.

No libelo acusatório, as alegações foram de que o réu agira com traição e aleivosia, mantendo amizade política com o marido da autora para que lhe fosse possível ir ao sítio em

⁸¹⁵ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 7-8.

⁸¹⁶ É possível visualizar somente o traslado dos autos desta querela nos autos de libelo crime. (APPR. PB 045.PC1720.52, 1771, fl. 5).

⁸¹⁷ Recebera a patente de capitão por D. Bras Balthazar da Silveira, Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo e Minas de ouro, em 29 de março de 1734; era filho de Manoel Pacheco de Albuquerque e de Catharina Moreira de Godoy, contraiu segundas núpcias com Maria do Carmo Valle, matrimônio do qual teve 8 filhos. Fora nomeado almotacé em 1 de novembro de 1732, empossado juiz ordinário em 1 de janeiro de 1734 bem como aparecendo em uma série de processos judiciais enquanto juiz árbitro em 1744, 1749, 1752 a 1755 e 1757 e, em 1751, enquanto juiz de órfãos. (BAMC, v. XI Curitiba: Imprensa Paranaense, 1924, pp. 98-99; BAMC, v. XII. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1925, pp. 66-67).

que residiam todos e manter contato com Angela Maria Barbosa. “Debaixo deste trato de amizade fingida (...) lhe foi fácil tratar de amores com a dita irmã”⁸¹⁸ pelo período de dois anos, prometendo casar-se com ela, dando-lhe recados, ramalhetes e flores. Quando Bernardo ausentara-se para as partes de São Paulo, aproveitara o réu para dormir com Angela Maria e passara a vangloriar-se a respeito na freguesia de São José, conforme o descrito nestes autos. Finaliza, assim, alegando que a acusação ao réu é por injúria feita contra ela bem como contra toda a sua família.

Neste documento, aparentemente a noção de honra apreendida por Escolástica aproximava-se ao que Twinam expõe a respeito das percepções de membros da elite da América Espanhola, de que a honra era algo de posse de famílias abastadas e influentes, e transmitido às gerações em decorrência da hereditariedade. Esse grupo concebia a si mesmo com destaque social, exclusividade na detenção da honra e, conseqüentemente, superioridade com relação a outros grupos.⁸¹⁹ As fontes não permitem afirmar que Escolástica acreditava na exclusividade, mas deixam entrever que sua perspectiva se aproximava da noção de superioridade e fundamentava-se na hereditariedade da honra. Sem olvidar os argumentos que afirmavam pelo comportamento honesto tanto de Escolástica como de Angela – expostos como primeiro argumento pelo procurador –, a alegação com fulcro na honra da família, apontada pela influência social representada pelo exercício de ofícios pelo pai Salvador de Albuquerque bem como na tradição de ser uma das primeiras famílias a ocupar a região, sugere que o pano de fundo seria a superioridade deste grupo social, pelo que a traição das boas relações previamente construídas pelo réu configurava-se enquanto um grande insulto a toda a família.

O terceiro caso é de Ana Maria do Espírito Santo, que ingressou em 1780 com querela contra o tenente Antônio Jose do Prado por tê-la forçado a deitar-se com ele. Na cópia da querela⁸²⁰ que forma o traslado da culpa, há a descrição do ocorrido: o réu detinha familiaridade com a casa dos pais de Ana Maria tendo em vista ser irmão da mãe da vítima, bem como a vítima também mantinha familiaridades à entrada de sua casa, em que residia com a sua esposa Ana Maciel. Estando nesta casa Ana Maria próxima à fonte, o réu a forçou e a corrompeu. Nas alegações a querelante utilizou as feições de seu filho, que havia nascido há 50 dias, para a demonstração de prova. Disse que vivia recolhida e honestamente em casa de seu pai e que se encontrava, naquele momento, perdida. Alegou que o réu tinha “pacto com o demônio”, sendo

⁸¹⁸ APPR. PB 045.PC1720.52, 1771, fl. 4.

⁸¹⁹ TWINAM, 1998, p. 73.

⁸²⁰ Os autos que possibilitam o conhecimento deste caso são Autos de livramento crime do réu, tenente Antônio José do Prado, ajuizado em 1783, nos quais a vítima não toma parte (APPR. PB 045.PC2393.80, 1783).

de conhecimento comum na vila que mantinha o costume de adivinhar “coisas encobertas”⁸²¹, que possuía maus procedimentos e que o fato de se ter refugiado e ocultado para proteger-se dos requerimentos da querelante funcionava, também, enquanto prova do delito.

As três testemunhas da querelante confirmam que o caso se havia espalhado pela vila, sendo de conhecimento comum que o tenente havia cometido o delito, inclusive confirmando que o ocorrido fora realizado mediante aleivosia aos pais de Ana Maria do Espírito Santo. Confirmaram o comportamento honesto da vítima e o conhecimento de que, sentindo-se grávida, fugira da casa de seus pais com um primo seu, Benedito Martins Valença, por ter medo de que seu pai e seus irmãos a matassem. Afirmam, também, que tivera uma criança e que era voz pública a semelhança com o tenente. Uma das testemunhas mencionou de modo bastante breve ter recebido uma forma de ameaça por parte do tenente Antônio Jose do Prado que “suspeitava que algumas pessoas desta vila lhe tinham perguntado alguma coisa a este respeito, e que ele dissera, a ele Testemunha nada dissesse contra ele querelado”⁸²². Outra, ainda, confirmou que o querelado mantinha “pacto com o demônio”, informando que levava consigo uma mandrágora⁸²³ e que “alcançava nas mulheres as suas vontades para obrar o que lhe passasse delas”⁸²⁴. Outra testemunha, a única mulher entre os depoentes, Sebastiana Cardoso, afirmou que já havia ouvido a mulher do querelado, Ana Maciel, lamentar-se da conduta dele e seu mal proceder, aconselhando-a que não consentisse mulheres em sua casa por ter conhecimento do modo como seu marido se comportava.

Aparentemente era de amplo conhecimento que o réu aliciava mulheres, sendo inclusive uma reclamação explícita de sua esposa. A este respeito, cabe citar que, da mesma forma como no caso de Ana de Ramos, o fato de a única testemunha a relatar o desgosto de Ana Maciel com relação ao comportamento do marido ser uma mulher, Sebastiana Cardoso, leva a crer que tal informação tenha sido dada em uma conversa particular em tom de desabafo ou na busca de aconselhamento (comportamento este que a depoente afirma ter tido). Aparentemente não era incomum os contatos e as conversas entre as mulheres no período estudado, e do que as fontes sugerem parecia existir na vila uma forma de apoio e confiança entre elas. Seria este um dos formatos possíveis de sociabilidade e solidariedade femininas, funcionando até mesmo enquanto uma rede de ligações que lhes amparavam de modo individual ou enquanto grupo.⁸²⁵

⁸²¹ APPR. PB 045.PC2393.80, 1783, fl. 11-v.

⁸²² *Ibidem*, fl. 13.

⁸²³ Consoante Bluteau, era uma “herva,, (...) mui narcótica, e purgante forte” (BLUTEAU, 1789b, p. 51).

⁸²⁴ *Ibidem*, fl. 14.

⁸²⁵ DEL PRIORE, 2000, pp. 9-10.

Essas relações de amizade, de solidariedade, eram as sociabilidades que reproduziam os encontros às portas das casas, às idas e vindas dos afazeres pela vizinhança, dos pontos de coleta de água. Dos depoimentos dos casos, parece ter sido comum o deslocamento das mulheres uma às casas das outras, ou o encontro delas em algum local em que deveriam realizar alguma atividade como lavar roupas ou apanhar algum alimento que não fosse produzido em sua própria horta. Esses eram os efeitos de uma certa transitoriedade social conferida às mulheres, o que lhes dava uma amplitude de trânsito pelos espaços da vila, dessa forma que apreendiam informações e comentários, e aparentemente estariam cientes dos boatos e famas existentes nos cotidianos. Na ótica da autora, esse seria o “direito à palavra” detido por elas, e avultado pelas interações sociais que mantinham cotidianamente. Para além, as relações de sociabilidades tidas pelos filhos e filhas também incrementavam a rede comunicativa, como aparentemente foi o caso de Ana de Ramos com Maria de Lemos.⁸²⁶

O proceder do tenente Antônio José do Prado não era algo desconhecido da vizinhança. No momento em que a dualidade entre elementos divinos e diabólicos regia as mentalidades, os comportamentos indesejados afastavam-se da identificação das virtudes e aproximavam-se aos feitos demoníacos. As testemunhas sugerem, pois, que, além de ser de amplo conhecimento a conduta do réu, o fato de supostamente manter pacto com o demônio e carregar consigo um artefato maléfico do qual se utilizava para o abuso às mulheres traz à tona não somente a fama do tenente mas também a repulsa generalizada que a ela a comunidade mantinha.

O estupro violento, diferenciando-o daquelas práticas em que havia o consentimento da mulher, pode ser compreendido como uma forma de estabelecimento de domínio e preeminência masculinos.⁸²⁷ Não se deseja com este argumento levantar o binarismo nas relações de gênero, colocando a mulher na posição de submetida e o homem de dominador. Não é esta a sugestão, até porque deve-se considerar que Ana Maria ingressou com a querela contra o tenente após o ocorrido, utilizando-se de uma das camadas de aceitabilidade existentes dentre as normatividades sociais, qual seja, a possibilidade de querelar de um estupro violento.

O que se deseja refletir é que a tomada sexual de uma mulher poderia significar domínio masculino não apenas sobre aquela mulher naquele momento – e em momentos posteriores considerando a ausência de queixa por parte da vítima – mas como afirmação de uma relação hierárquica de si com relação à família dela. Isso porque violentar sexualmente, no

⁸²⁶ CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.); DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (org.). **História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 542.

⁸²⁷ JOHNSON, 1998, pp. 146-147.

período colonial, possuía direta relação com a honestidade e, ainda mais, com a honra da família. O tenente poderia entender a si como hierarquicamente superior não apenas na sociedade colonial da vila de Curitiba – visto que era conhecido por assediar as mulheres da região – mas em relação a seus próprios parentes. Há de se considerar, ainda, que Ana Maria estava na residência de Antônio José do Prado; será que isto lhe teria dado maior convicção de que não sofreria consequências da família em decorrência de seu ato? Será que teria investido contra Ana Maria se estivessem na residência dos pais dela ou em algum outro local? Estas são especulações, porém, que as fontes não permitem confirmar.

No auto da querela, o réu fora pronunciado como suspeito e, conseqüentemente, fora aprisionado.⁸²⁸

Em 1783 o tenente Antônio José do Prado ingressou perante a Ouvidoria com uma petição em que requeria que se iniciassem os termos de seu livramento e conseqüente rediscussão dos termos de sua culpa. Para tanto, alegou que a abertura da querela fora oriunda de conduta dolosa da vítima, além de alegar o fato de ela possuir mais de 25 anos. Não mencionou, todavia, o crime cometido. Para além, não negou o seu cometimento.

Porém, em data anterior ao requerimento de início do livramento do réu, em 6 de dezembro de 1782, o tabelião fora à casa em que Ana Maria estava assistindo e realizara a atenuação da Escritura de perdão e desistência dada pela vítima ao réu. Neste documento a vítima afirmou que “para descargo de sua consciência, e poder salvar sua Alma fazia esta declaração (...) pois tinha dado a dita querela por obrigada, e por temor de seus Pais e parentes”⁸²⁹ e por estar envergonhada de ter saído da casa de seu pai, alegando que o tenente não lhe devia sua virgindade e honra.

Os pais de Ana Maria eram Izabel Martins Valença e tenente Manoel Rodrigues Seixas⁸³⁰, que servira no ofício de vereador primeiro da Câmara da Vila de Curitiba em 1739, de almotacé em 1740 e de procurador do conselho em 1743.⁸³¹ Do mesmo modo que o caso de Angela Maria Barbosa, o pertencimento à elite local pode explicar alguns contornos do processo. Os oficiais do conselho eram necessariamente homens reconhecidos da comunidade, sendo usualmente pertencentes ao grupo dos fidalgos por mercês de patentes militares. Ser eleito para cargos da governança não significava o incremento da honra e da estima social daquele grupo seletivo.⁸³² Não obstante não haver menção à qualidade da família nos autos, pode-

⁸²⁸ APPR. PB 045.PC2393.80, 1783, fl. 15-v.

⁸²⁹ *Ibidem*, fl. 5.

⁸³⁰ ACMC. **Livro de Batismos**. maio 1734-maio 1755, fl. 184.

⁸³¹ BAMC, 1925, v. XV, pp. 15-16; BAMC, 1925, v. XVIII, p. 3.

⁸³² TWINAM, 1998, p. 93.

se depreender da posição do tenente Manoel Rodrigues Seixas que pertenciam às famílias influentes da vila. A este respeito há um silêncio nas fontes, o qual também se pode interpretar. A ausência de membros da família nos autos, bem como a inexistência (de acordo com a catalogação dos processos realizada) de ajuizamento de autos imputando ao réu injúria mediante traição e aleivosia, como o fez Escolástica Maria de Albuquerque atuando em prol da defesa da honra de sua família, parecem contrariar o que Ana Maria do Espírito Santo relatara no momento da concessão de seu perdão de parte.

Ainda, é importante referir que igualmente sintomática é a inexistência de fragmentos que demonstrassem a abertura de devassa em decorrência de configurar-se uma das formas de incesto. Normatizado pelas Ordenações no título XVII, “*Dos que dormem com suas parentas, e affins*”, ao tomar notícia deste crime deveria o juiz ordinário proceder com o auto de devassa *ex officio*, isso quando não o procedesse a tempo certo nas devassas conhecidas como janeirinhas.⁸³³ Na temporalidade do caso, a querela de Ana Maria do Espírito Santo fora dada em 18 de maio de 1780, com o pronunciamento de captura em 20 de maio de 1780⁸³⁴ e o perdão de parte dado em 6 de dezembro de 1782. Ou seja, houve um decurso largo de tempo que possibilitaria a abertura de uma devassa para investigação.

O que se pode refletir a respeito deste silêncio é que muito provavelmente a abertura de um procedimento de devassa nas vilas de Curitiba e de Paranaguá findava por disseminar as informações dos casos, fazendo com que possivelmente se criassem boatos e famas a respeito dos envolvidos. Isso porque para que a devassa fosse válida o número de testemunhas deveria ser impreterivelmente 30. Nas devassas às quais se teve acesso ao longo da pesquisa (considerando que, finalizadas, eram remetidas à Ouvidoria e não foi possível localizá-las em nenhum acervo consultado), foi possível perceber que era muito comum, até porque o tamanho da população da vila de Curitiba era pequeno⁸³⁵, que as testemunhas depusessem com base em boatos, ou famas públicas, ou que algumas delas não tivessem conhecimento do caso do qual estavam sendo questionadas e apenas prestaram depoimento para o cumprimento do requisito numérico.

Assim, imagina-se que, instalado o procedimento inquiratório por devassa, a mobilização de sujeitos na vila que pudessem testemunhar era grande e certamente significaria um alastramento maior da corrupção e consequente desonra de Ana Maria e, por extensão, à

⁸³³ OF, L. V, tit. XVII, §5.

⁸³⁴ Considerando ausência de auto de prisão e tonsura do Tenente Antonio José do Prado não é possível conhecer a data exata de seu encarceramento.

⁸³⁵ PEREIRA, M., SANTOS, A., 2003.

família de Manoel Rodrigues. E, por derradeiro, tendo em vista o possível trânsito que Manoel Seixas poderia deter com os oficiais camarários exatamente por ter sido oficial, bem como por ser provavelmente um sujeito mais velho e conhecido em meio às elites locais, não seria difícil pensar que uma possível devassa tenha sido não despretensiosamente deixada à margem das prioridades dos juízes ordinários presidentes do conselho naqueles anos.⁸³⁶

Tendo em vista a ausência da vítima para acusar ao réu neste procedimento de autos de livramento crime, a justiça representada pelo promotor do conselho teve para si a tarefa de apresentar o libelo acusatório para prosseguimento do feito. Assim, alegara – aparentemente de modo a cumprir a formalidade do estilo para este procedimento para que não houvesse risco de invalidação – que o réu levava da virgindade e honra de Ana Maria do Espírito Santo Seixas valendo-se de traição e aleivosia em razão de travar amizade com os pais da “donzela”. Referiu que o réu se afastara das leis divinas e humanas – da mesma forma como as alegações ao caso de Ana de Ramos – e solicitou aplicação das penas cíveis e crimes cabíveis.⁸³⁷

Na sequência, o procurador do réu apresentou defesa utilizando-se da argumentação do comportamento que enseja a honra, alegando não ser a ofendida uma moça recolhida considerando que saíra da casa de seus pais em companhia de seu primo Benedito Martins Valença. Especificamente quanto a este particular, é importante mencionar que as mulheres que tinham condições de ausentar-se do local em que viviam com o objetivo de acobertar a gravidez e, conseqüentemente, a vergonha de ter exposta a mácula de sua honra e honestidade eram usualmente vindas de famílias abastadas. Quando a riqueza da família permitia, a mulher saía da casa dos pais acompanhada de criados e escravizados, porém não parece ter sido esta a condição de Ana Maria. De todo modo, esta passagem sugere que, mesmo tendo passado os meses em que estava grávida em local fora da vila, no retorno Ana Maria teve que enfrentar ataques, insultos e possivelmente a fama pública de não somente ter perdido a virgindade mas também de ter saído da proteção da casa de seus pais na companhia de seu primo.⁸³⁸

Afirmou que não havia provas de que o réu havia levado de sua virgindade, sendo conseqüentemente impossível comprovar que a querela havia sido dada no tempo de um ano a partir da ocorrência. Alegou que, por esta razão, “esta Lei como penal se deve sempre tomar sua disposição pela parte favorável”⁸³⁹, sendo inequívoco o reconhecimento pela própria querelante vista à concessão do perdão passado voluntariamente por escritura. Por derradeiro,

⁸³⁶ Até porque entre os processos consultados para a coleta do acervo trabalhado na tese existem alguns em nome de Manoel Rodrigues Seixas em requerimento para pagamento de dívidas.

⁸³⁷ APPR. PB 045.PC2393.80, 1783, fls. 7-7-v.

⁸³⁸ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 9.

⁸³⁹ APPR. PB 045.PC2393.80, 1783, fl. 18-v.

referiu o § 2º do título XXIII, alegando que não havia punição para estupro cometido contra mulheres maiores de 25 anos.

Pode-se refletir que a maior parte dos casos de estupro não passava por tipos de institucionalização, e muitas vezes a resistência por parte das mulheres circulava nas comunidades em razão da boataria e da fama. Inclusive, em um dos casos, muito embora levados à vara eclesiástica, não teria sido julgada pela justiça secular caso a mãe da ofendida, Maria de Lemos, não recorresse à Ouvidoria. A questão, todavia, fora a alegação de ofensa a si própria, quais sejam, a traição e a aleivosia como modo estratégico de uso da justiça para o alcance de seu interesse: se não o matrimônio de sua filha, ao menos a humilhação do ofensor.

A aleivosia e a traição significavam agravantes aos cometimentos dos crimes tendo em vista que pressupunham uma relação pré-existente entre ofensor e vítima, seja ela familiar ou profissional, podendo ter impactos de um ponto de visto político.⁸⁴⁰ Para além de Maria de Lemos, Escolástica Maria de Albuquerque também levou uma causa sua ao conhecimento do juízo ordinário. Em que pese o cerne de ambas as questões tenha sido o estupro da filha, no caso de Maria de Lemos, e da irmã, no caso de Escolástica Maria de Albuquerque, o ajuizamento de causas em seus nomes fora realizado em alegações que extrapolaram a esfera dos crimes sexuais e adentraram de modo mais direto e contundente às questões de honra. A aleivosia era normatizada no título XXXVII do Livro V das Ordenações e era configurada quando, sob aparência de amizade, alguém ferisse, matasse ou ofendesse outra pessoa sem que entre eles existisse algum tipo de rixa. Um dos tipos de ofensa expostos neste título é “como se lhe dormisse com a mulher, filha, ou irmã, ou lhe fizesse roubo, ou força”.⁸⁴¹

A traição era originalmente identificada enquanto quebra da lealdade para com o poder régio, e a aleivosia significaria e traição dirigida às demais pessoas em sendo o delito não relacionado com o poder régio. Com o referido título das Ordenações a traição passara a estar em conjunto com a aleivosia, segundo como descrito nos parágrafos do referido artigo, podendo, pois, ser realizada em crimes que não estivessem em contradição direta em relação ao poder régio mas que, todavia, desobedecessem os preceitos régios, isto é, os dispositivos das Ordenações. Segundo Silvia Alves⁸⁴², este agravante teria advindo da importância detida pelos laços de amor e amizade havidos no Antigo Regime, própria da cultura política “temperada pelos afetos”.⁸⁴³

⁸⁴⁰ ALVES, 2014, p. 881.

⁸⁴¹ OF, L. V, tit. XXVII.

⁸⁴² ALVES, 2014, p. 881.

⁸⁴³ CARDIM, 1999, p. 53.

Nessa mesma esteira, o instrumento que mais explicita a presença da misericórdia no interior das dinâmicas do direito criminal português do século XVIII são as várias possibilidades de perdoar aos criminosos. Na seara da administração da justiça, a raiz da concepção dos "atos de graça" estaria vinculada à imagem do rei como juiz supremo, responsável pela justiça independentemente do direito escrito. Havia uma ligação necessária da ordem jurídica dos homens com uma ordem objetiva divina superior, e o direito do rei necessariamente teria que estar de acordo com o direito divino. Caso as leis régias tivessem possibilitado uma injustiça, caberia ao rei a interferência, através dos atos de graça, para adequá-las às leis divinas e trazer a justiça ao caso. O perdão, assim, era uma das principais formas pelas quais o rei reestabeleceria a equidade na ordem jurídica e, exercendo sua virtude da misericórdia, livraria o criminoso da culpa e, conseqüentemente, do crime. O perdão de parte encontrava-se no interior destas compreensões, considerando que deveria ter a confirmação do oficial régio para a sua validade e, na dependência do caso e da forma como havia sido expressado, poderia ser negado pelo representante régio.⁸⁴⁴

Pode-se refletir, também, se a presença dessa figura no caso de Ana Maria do Espírito Santo poderia revelar em alguma medida uma faceta da negociação da honra. Ou seja, é possível que no movimento de disseminação do disciplinamento social através da ampliação institucional régia e esforço para que os casos crime fossem solucionados no interior deste aparato burocrático, a negociação dos termos da honra para que fosse possível restaurá-la estaria condicionada a práticas de negociação, trocas e tentativas de reparação das ofensas causadas entre as partes.⁸⁴⁵ Muito embora o que os autos sugerem é a ocorrência extrajudicial desta negociação, considerando que não houve um debate acerca dos elementos que poderiam estar envolvidos nas trocas entre as famílias para que Ana Maria recuperasse a reputação, o perdão da parte faria parte desse ambiente negocial presente nos delitos e, em que pese a justiça régia manter a reprodução das burocratizações mesmo quando o perdão era apresentado já ao início dos autos de livramento crime, foi em todos os casos respeitado, com o conseqüente livramento do réu.

Acredita-se que os elementos dos autos em tela apontam mais no sentido de uma espécie de negociação entre os componentes dos autos de querela em que o objeto assegurado seria a própria honra da família de Manoel Rodrigues Seixas, já que ambos eram dela membros e concorreriam por maculá-la. Mais do que alguma restauração da ofensa, ou misericórdia por

⁸⁴⁴ HESPANHA, 2012, p. 156.

⁸⁴⁵ TWINAM, 1998, pp. 69-70.

parte de Ana Maria, os silêncios rastreados nas fontes sugerem a presença de uma série arranjos familiares e com os oficiais camarários.

Os autos criminais referentes ao caso de Ana de Ramos tiveram duração aproximada de 8 meses⁸⁴⁶, sendo que em 13 de novembro de 1771 Maria de Lemos acostou uma petição informando que não possuía mais recursos financeiros para “satisfazer a Letrados e procuradores”, além de ter conhecimento de que “todos os presos e bons desta vila são empenhados por parte do Réu de que é geralmente manifesto”⁸⁴⁷, razões pelas quais requer desistência do feito lançando-o a cargo do promotor da justiça.

A sentença, pois, findou como provida ao réu. Não obstante a desistência da autora, exarou o ouvidor Lourenço Maciel Azamor⁸⁴⁸ que nenhuma das testemunhas comprovara o desfloramento de Ana de Ramos, não restando provados também ano, mês e dia de quando teria o réu levado da virgindade da ofendida – elemento este essencial “que por direito é permitido, para melhor apuração da verdade”. Nestes termos, ausente o requisito, invalidada ficara a querela. Ainda, apontou que Ana de Ramos já não mais residia com Maria de Lemos, situação esta confirmada pelas testemunhas e que seria um elemento contrário à comprovação da honestidade. Concluiu, disto, “De sorte que se disfarçava aquele concubinamento do Réu de que era sabedora era com a esperança do Réu casar com a dita sua filha”, ingressando com a presente ação apenas em razão do ódio pela negativa havida em sede de esponsais no juízo eclesiástico. Utilizou a desistência da autora como um demonstrativo do seu receio da descoberta de sua suposta malícia e consequente imputação de pagamento das custas processuais. Julga, assim, pela absolvição do réu do “crime de aleivosia”, porém condenando-o ao pagamento das custas pelo seu procurador ter ajuizado instrumentos de prolongamento do feito, e pela nulidade da querela de origem.⁸⁴⁹

Nenhum dos três processos relativos ao caso de Angela Maria Barbosa carregam a sentença final do feito. O traslado das testemunhas da querela finda com um termo de remessa deste instrumento do juízo ordinário da vila de Curitiba aos autos de agravo mantidos na

⁸⁴⁶ A data do primeiro instrumento processual do feito é 2 de março de 1771 e a última, da intimação ao a respeito da sentença, 20 de novembro de 1771. O caso, todavia, já se desenrolava desde 1769.

⁸⁴⁷ APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fl. 93.

⁸⁴⁸ Lourenço Maciel Azamor era de Braga e foi ouvidor da comarca de Paranaguá entre os exercícios de Jerônimo Ribeiro de Magalhães e Antônio Barbosa de Matos Coutinho. André Cavazzani o encontrou na lista nominativa de Paranaguá de 1801 e o descreveu possuindo 79 anos, casado com Vitória Rodrigues, de 80 anos, com três filhos residindo consigo e com plantel de 4 pessoas escravizadas adultas (CAVAZZANI, André. Nasceo a minha escrava Izabel filha de Catharina escrava de minha sogra: um balanço acerca dos usos do cativo por senhores portugueses no litoral paulista. *Anais do VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, maio 2015).

⁸⁴⁹ APPR. PB 045.PC1713.52, 1771, fls. 98-98-v.

Ouvidoria de Paranaguá datado de 10 de março de 1771⁸⁵⁰; a Autuação de mandado, finda em 25 de maio de 1771 com a vista aos autos concedida ao procurador do réu em razão dos embargos da autora⁸⁵¹ e, por fim, o auto de libelo crime ajuizado por Escolástica Maria de Albuquerque finaliza em 29 de julho de 1771 com o despacho do juiz ordinário da vila de Curitiba concluindo que “Quem querela de caso que lhe pertence não é obrigado a dar fiança como se vê da ordenação livro 5 título 117 § 6”.⁸⁵² Despacho este que fora dado em resposta à petição do réu em que alegara ser a autora mulher casada, e grave, portanto, detentora do privilégio de não poder ser admitida nem chamada em juízo sem faculdade e presença de seu marido, pelo que requereu que lhe fosse exigida fiança para que, em prosseguimento, pudesse oferecer sua contrariedade. O procedimento seguinte que deveria ter sido realizado seria a vista às partes para que, então, pudessem requerer andamento do feito com a apresentação das testemunhas por parte da autora e contrariedade por parte do réu para, então, o sentenciamento do juízo ordinário.

Por derradeiro, a finalização dos autos de livramento crime do tenente Antonio José do Prado, de quem querelara Ana Maria do Espírito Santo Seixas, fora pelo sentenciamento dado pelo ouvidor Antônio Barbosa de Mattos Coutinho⁸⁵³ provido ao réu mediante três fundamentos: nulidade da querela por ausência de ano, mês e dia do ocorrido, para que fosse possível contabilizar a prescrição; comprovação de que a querelante era maior de 25 anos e, por derradeiro, em razão da doação do perdão por parte da ofendida.⁸⁵⁴

Mesmo que as decisões finais destes cinco autos não tivessem adentrado ao mérito dos casos de estupro, é possível perceber que todas elas, em que pese carreguem em seu bojo demais motivos de encerramento do processo, tocaram em elementos relativos à forma correta do processamento e do ajuizamento dos processos criminais. Isto não pode abrir espaço para o argumento de que não são casos que, de um modo ou de outro, deixam entrever uma cultura jurídica praticada nas localidades de Curitiba e Paranaguá. Com o desenvolvimento dos procedimentos, mesmo os menores, é possível vislumbrar o manejo das mulheres envolvidas, dos oficiais, dos procuradores bem como a compreensão das partes e das testemunhas com relação às diferentes normatividades que englobavam os casos de estupro. Como salientado ao

⁸⁵⁰ APPR. PB 045.**PC1756.54**, 1771, fl. 3.

⁸⁵¹ APPR. PB 045.**PC1746.53**, 1771, fl. 6-v.

⁸⁵² APPR. PB 045.**PC1720.52**, 1771, fl. 9.

Este dispositivo das Ordenações, inserido no título XXVII, “*Em que casos se devem receber querelas*”, dispunha acerca dos casos em que era necessário dar fiança para o ajuizamento da querela; em sendo caso que tocasse à pessoa que estivesse querelando, não seria necessária a fiança. (OF, L. V. grifos no original).

⁸⁵³ Antônio Barbosa de Mattos Coutinho recebeu chancela régia em 1772 e foi ouvidor de Paranaguá entre 1774 e 1783. (ANTT PT/TT/CHR/U/1/32; PEGORARO, 2007, p. 61).

⁸⁵⁴ APPR. PB 045.**PC2393.80**, 1783, fl. 21-v.

início da apresentação deste trabalho, é possível a partir das questões neles expostas conhecer alguns dos aspectos relativos às vivências das mulheres, em especial as jovens, seus cotidianos e suas relações inter e intra familiares.

Rapto, adultério e incesto

Apresentados primeiramente os casos de estupro, passa-se a um crime que se relacionava com o desvirginamento de moças jovens: o rapto. Nos casos da seção anterior, as mulheres figuraram nos polos ativos das demandas processuais ao passo que nos casos trabalhados nesta parte elas adentraram ao polo passivo. À exceção do caso de Ana Michaela, as personagens foram levadas a juízo por demandas interpostas contra si, apontadas como culpadas pela vizinhança e pelo marido. Para além dos casos de rapto, são ora trabalhados os crimes de adultério e incesto em conjunto porque são delitos alegados nos mesmos processos. Isto é, um refere-se a rapto e adultério e o outro, rapto e incesto.

Luzia Leite Barbosa⁸⁵⁵, em 28 de abril de 1780, através de seu procurador Manoel Alvares da Cunha⁸⁵⁶, ingressou no Juízo Ordinário de Curitiba com requerimento para dar início aos termos de seu livramento a partir da apresentação do libelo acusatório por parte do ofendido. A motivação de seu pronunciamento havia sido dada em uma querela realizada pelo seu marido, Antônio Dias de Camargo⁸⁵⁷, morador no bairro de Tinguquera, contra ela e José de Souza Nunes em decorrência de adultério. De acordo com a certidão com cópia da querela e dos depoimentos que haviam ensejado a pronúncia, a queixa havia sido apresentada em 8 de abril de 1780 ao juiz ordinário Capitão José de Andrade contra José de Souza Carneiro, também morador na mesma região, pela razão de ter “carregado aleivosamente” sua esposa, Luzia Leite Barbosa, na noite de 3 de abril e tido, então, tratos ilícitos com ela.⁸⁵⁸

⁸⁵⁵ Luzia Leite Barbosa era filha de Paulo Barbosa de Siqueira e Francisca Leite da Silva, bastarda natural da vila de Curitiba. (ACMC. **Livro de Assentos dos Casados escravos, mulatos e bastardos**. nov./1762-jun./1784, fl. 40-v).

⁸⁵⁶ Neste caso, Manoel Alvares da Cunha afirmou ser procurador também de José de Souza Nunes.

⁸⁵⁷ Antônio Dias de Camargo tinha 37 anos, era natural da vila de Curitiba e filho de Antônio Dias de Camargo e Marta Rodrigues da Cunha, ambos foram administrados de Josefa Rodrigues da Cunha e, de acordo com o registro do nascimento nos livros paroquiais, ainda o eram quando do nascimento de Antônio. (ACMC. **Livro de Assentos dos Casados escravos, mulatos e bastardos**. nov./1762-jun./1784, fl. 40-v; ACMC. **Livro de Batizados dos Escravos e Administrados**. jan./1737-jan./1764, fl. 45).

⁸⁵⁸ Os autos que permitem conhecer esse caso são de livramento crime de Luzia Leite Barbosa e de seu amante, José de Souza Nunes, requerido em decorrência das culpas resultadas da querela de adultério dada por Antônio

A aleivosia sustentada se deu em decorrência de José de Souza Nunes Carneiro ter tido entrada livre na casa de Antônio Dias de Camargo e de Luzia Leite Barbosa. Este elemento de arbítrio com base nas circunstâncias do caso pressupunha uma relação social de amor, amizade, superioridade ou dependência – entre ofendido e ofensor, e a sua violação agravava a pena que deveria ser aplicada.⁸⁵⁹ No caso em tela, a fonte sugere que José e Antônio possuíam alguma relação de amizade ou compadrio. Pode-se especular, inclusive, que fora estabelecida em decorrência de um possível relacionamento amoroso encoberto desenvolvido entre Luzia e José, ou que as visitas à casa tenham dado oportunidade a contatos que possibilitaram a relação e fizeram aparecer a ideia da fuga.

Nesta oportunidade Antônio Dias de Camargo argumentou ter certeza dos tratos ilícitos por verificar que Jose de Souza Nunes e Luzia Leite Barbosa haviam carregado consigo “várias roupas feitas e por fazer e dinheiro que com o trabalho do suplicante ganhou pelo caminho do sertão”⁸⁶⁰, local do qual afirmou ter chegado havia poucos dias.⁸⁶¹ Isto é, levar roupas e dinheiro aparentava ressaltar a voluntariedade de Luzia Leite Barbosa no rapto. Poderia ocorrer de José de Souza Nunes tê-la raptado à força, porém não seria de grande plausibilidade que soubesse o local na residência do casal em que estariam não somente as roupas – e aquelas “por fazer”, que estavam sendo costuradas muito provavelmente por Luzia – mas sobretudo o dinheiro que Antônio Dias de Camargo havia trazido, há poucos dias, de seu serviço pelos sertões. Não há nos autos a especificação do montante roubado, porém pode-se refletir que significava o acumulado de todo um período de trabalho, suficiente para a subsistência do casal por um tempo. Acredita-se, pois, que deveria estar escondido, em local que somente Antônio e Luzia saberiam, e isto pode indicar uma preparação para a fuga.

Na queixa, Antônio Dias de Camargo relatou claramente o que parecia ser caso de rapto com adultério, porém não usara esta denominação. Declarara ser rapto com finalidade de tratos ilícitos, alegando ser caso de querela de aleivosia e furto e lhe dava contra os dois fugitivos, prestou juramento de que não o estava procedendo por ódio, malícia ou má intenção, e apresentou em seguida suas testemunhas que de tudo prestariam prova. A denominação de furto leva a refletir se o delito referia ao rapto de Luzia Leite Barbosa ou às roupas e ao dinheiro que o casal levava consigo na fuga; a reclamação principal, sem dúvida, era o delito de Jose de

Dias de Camargo (APPR. PB045.**PC2253.73**, Caixa 73, Curitiba, Autos de livramento da querela que deu Antônio Dias de Camargo de Sua mulher Luzia Leite Barbosa e Jose de Souza Nunes, 1780, fls. 3-6).

⁸⁵⁹ ALVES, 2014, p. 881.

⁸⁶⁰ APPR. PB045.**PC2253.73**, 1780, fl. 3-v.

⁸⁶¹ Isso nos permite refletir sobre a ocupação de Antônio Dias de Camargo; muito provável que fosse negociante.

Souza ter levado a esposa de sua casa, porém para a certeza é necessário analisar os depoimentos da querela.

Na sequência dos autos, houve a oitiva das testemunhas⁸⁶², as quais corroboraram todas as ocorrências alegadas por Antônio Dias de Camargo. Declararam que o réu “carregara furtivamente”⁸⁶³ e “furtara a mulher do querelante”⁸⁶⁴, apontando que a cominação de “furto” referira-se ao delito praticado por Jose de Souza Nunes ao raptar Luzia Leite Barbosa. As testemunhas relatam, assim como o queixoso, o fato de os fugitivos terem levado consigo roupas e dinheiro, porém o foco do delito é o rapto. Acrescentaram, ainda, que quando Jose de Souza Nunes fora preso, na madrugada de 10 de abril de 1780, estava na casa de Antônio Leme⁸⁶⁵ e tinha em seu poder Luzia Leite Barbosa. Nesta ocasião, declaram que o réu empunhara uma faca carnicadeira em direção a Antônio Dias de Camargo e o ferira na mão. A terceira testemunha informou, ainda, que “José Carneiro já há muitos tempos andava mal encaminhado com a dita mulher”⁸⁶⁶, sugerindo que a relação de Luzia e de José não era uma situação desconhecida pela vizinhança.

O segundo caso é o de Ana Michaela, filha de José Antunes e Paula da Silva.⁸⁶⁷

No início do ano de 1782, Ana Michaela ausentou-se da casa de seus pais e, em razão do desconhecimento do paradeiro da filha, sua mãe passou a afirmar que Francisco Ricardo de Oliveira, sobrinho de José Antunes, a tinha levado de casa. O suspeito havia passado alguns tempos na casa da família, e isto muito provavelmente fez com que Paula da Silva levantasse as suas suspeitas. Em decorrência desta e de outras notícias “de alguns incestuosos que há pelos Campos Gerais distrito desta vila (...)” além do fato de “se não ter inquirido Testemunhas sobre este caso na devassa geral do mês de janeiro”⁸⁶⁸, o juiz ordinário Paulo de Chaves de Almeida mandou, então, tirar devassa geral para a averiguação deste delito em específico, realizando oitiva das testemunhas entre 6 e 28 de dezembro de 1781 na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá⁸⁶⁹. Na cópia da devassa compulsada nos autos há o registro de 26

⁸⁶² Theodozio Esteves do Reis, Felipe da Cruz e Silva, Paulo de Chaves de Siqueira; sobre detalhamentos acerca destes personagens, ver anexo II.

⁸⁶³ APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fl. 4-v.

⁸⁶⁴ APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fl. 5.

⁸⁶⁵ O dono da casa estava ausente no momento da prisão (estava nas suas roças) e a casa teve de ser arrombada (APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fl. 4-v).

⁸⁶⁶ APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fl. 5-v.

⁸⁶⁷ Caso conhecido através dos autos de livramento crime de Francisco Ricardo de Oliveira (APPR. PB 045.PC2357.78, Caixa 78, Curitiba, Traslado de Autos de Livramento crime entre A. A Justiça por seu Promotor e R. Francisco Ricardo de Oliveira, 1782).

⁸⁶⁸ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 21-v.

⁸⁶⁹ Esta capela localizava-se na região do atual município de Balsa Nova, a aproximadamente 60 km do centro de Curitiba, e atualmente – após passar por algumas obras incluindo a de restauração e conservação – integra o patrimônio do Paraná (PARANÁ. SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA. **Portal**

depoimentos⁸⁷⁰, os quais relataram, em sua grande maioria⁸⁷¹, ter ouvido dizer que Francisco Ricardo, filho de Francisco Alvares, morador no bairro da Ponta Grossa, nos Campos Gerais, “furtara” da residência de seu tio, José Antunes, uma prima irmã de nome Ana Michaela, levando-a para a casa de seu pai “e a tivera metidas em uma capoeira de mato em um capão”.⁸⁷² Quando José Antunes os encontrou, relataram quatro das testemunhas ter conhecimento de que houve um conflito entre este e Francisco Ricardo, no qual este não quis que Ana Michaela fosse levada, afirmando que havia de matar a José Antunes.⁸⁷³

Informaram saber que Ana Michaela era casada com Francisco Xavier e, em decorrência da ausência do marido havia tempos para as partes do Viamão, assistia em casa de seu pai, José Antunes. Ainda, declararam ter conhecimento que Francisco Ricardo havia passado uns tempos na casa deste tio e que era um sujeito “muito tribulento”, de “má vida”, sendo “voz pública pelos Campos Gerais”⁸⁷⁴ que era acostumado a furtar, matar e vender animais alheios. Um dos depoentes declarou ter ouvido dizer que Francisco Ricardo e Ana Michaela andavam amancebados quando residiam na mesma casa, sendo um dia surpreendidos por José Antunes, razão pela qual mandou o sobrinho embora de sua casa. Por esta razão, pois, que Francisco Ricardo teria “furtado” Ana Michaela; um outro depoente, porém, narrou ter conhecimento que Ana havia dito que não tinha sido Francisco Ricardo que a “furtou”. Ressalte-se, por fim, que um dos depoentes narrou saber destes acontecimentos “por boca de umas mulheres que lhe não lembra o nome”.⁸⁷⁵

Os testemunhos ora compulsados trazem uma das facetas dos depoimentos de devassa: usualmente eram consideravelmente sucintos e em sua maioria dados por pessoas que não necessariamente mantinham conhecimento sobre os eventos ocorridos além das informações repassadas por meio de boatos na vila. A devassa coletava 30 depoimentos dos moradores da região afim de apurar a autoria de um crime conhecido, logo é de se imaginar que o delito seria conhecido e correria como informação dentre um grande número de moradores. Todavia, na disseminação do boato, perdem-se os detalhes. E se compararmos os depoimentos a seguir, prestados em devassa, com aqueles descritos anteriormente, dados em sede de autos de

Virtual Patrimônio Cultural. Capela da Nossa Senhora da Conceição. 2020. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>>; Acesso em: 28 set. 2020).

⁸⁷⁰ Para a lista de depoentes, ver anexo II.

⁸⁷¹ Apenas um fora discordante: Francisco Mendes da Costa ouvira dizer que Ana Michaela havia sido retirada de casa porém também ouvira que saíra da casa de seu pai e fora para a casa de sua tia, moradora na Ponta Grossa. (APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 28).

⁸⁷² APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 25-v.

⁸⁷³ Domingos Antônio e Francisco Lourenço; para detalhamento, ver anexo II.

⁸⁷⁴ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 32.

⁸⁷⁵ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 28, 30, 31-v.

livramento crime – pois, com um propósito mais claro, objetivando a defesa do réu – percebem-se as grandes diferenças não somente entre as informações prestadas bem como os modos através dos quais elas são ditas.

Pronúncia expedida em 8 de janeiro de 1782, Francisco foi preso para que contra ele lhe oferecessem o libelo acusatório e, do cárcere da câmara requereu perante o ouvidor que se desse início aos termos de seu livramento em 3 de março. Em sua petição inicial, alegou que a denúncia realizada contra ele fora falsa, e para que lhe fosse possível demonstrar tal falsidade requeria ao Juízo Ordinário da vila de Curitiba o prosseguimento de seu livramento e, consequentemente, lhe fosse obtida a possibilidade de defesa. Para o requerido, assim, era uma oportunidade para que apresentasse suas provas – isto é, trouxesse a juízo suas testemunhas – a fim de contrariar, ou de demonstrar alguma forma de álibi, com relação aos depoimentos prestados na devassa que imputou a culpa.

No correr de folhas para atestar culpas em outros cartórios, o escrivão da vila de Curitiba afirmou ter registro de culpa do réu em decorrência de uma “devassa que se tirou dos incestuosos”⁸⁷⁶, bem como o escrivão da Ouvidoria de Paranaguá, o tenente Antônio dos Santos Pinheiro. Em seguida, este mesmo personagem, porém investido do ofício de promotor de justiça⁸⁷⁷, ofereceu o libelo acusatório. A argumentação iniciou com a acusação de que o réu, devendo respeitar as leis divinas e humanas, assim não o procedera. Agira “sem receio da religião católica e sem temor das Leis do Reino e extravagantes dele temerário delinuiu com absoluto procedimento”.⁸⁷⁸ Em seguida, desenvolveu a alegação central do libelo, qual seja, de que “furtou o Réu uma sua prima irmã da casa de seu Pai ou de seu tio aonde se achavam todos juntos to [sic] digo juntos morando e a levou raptada, e estando com ela em atual concubinato sendo a mesma sua prima mulher casada estando na ocasião o marido ausente”.⁸⁷⁹

Por derradeiro, alegou que o réu deveria ser “asperamente castigado com todas as penas impostas pelas ditas extravagantes do Reino para exemplo de outros não cometerem semelhantes abusos”.⁸⁸⁰ Na argumentação, o promotor não somente apresentou os delitos aos quais desejava imputar ao réu, mas também deixou entrever alguns dos costumes e práticas do foro. Um ponto perceptível é que deu a continuidade do procedimento com o oferecimento do libelo acusatório enquanto uma formalidade para que os autos de livramento do réu pudessem

⁸⁷⁶ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 1-v.

⁸⁷⁷ Na experiência jurídica da vila de Curitiba era usualmente o mesmo oficial que ocupava o cargo de escrivão do conselho.

⁸⁷⁸ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 5-v.

⁸⁷⁹ *Ibidem*, fl. 5-v.

⁸⁸⁰ *Idem*.

prosseguir. Isto é sugerível pela imprecisão não somente dos delitos trazidos à tona, mas também dos próprios acontecimentos. Não se deseja aqui afirmar que nos procedimentos judiciais do século XVIII a imputação criminal se manteria no interior de uma tipificação criminal estrita, em que a cominação legal possuiria tamanha importância na descrição dos acontecimentos ocorridos em torno a um crime. O comum no direito criminal do século XVIII era o contrário: consideração muito mais às circunstâncias dos casos que ao desenvolvimento de uma teoria do crime, tendência exarada pelo Livro V das Ordenações.

Todavia, neste ponto há de se salientar que a fonte sugere não exatamente uma confusão entre os delitos, mas o próprio desconhecimento de alguns detalhes dos acontecimentos, o que consequentemente ensejou descrição dos fatos de um modo impreciso. O rapto ocorrera da casa do pai ou do tio de Ana Michaela? A acusação é de incesto, rapto ou concubinato (todavia um dos depoentes sustentou ter ouvido que viviam em mancebia)? Este desconhecimento pode ser fruto da atitude formalista muito presente na atuação dos oficiais camarários neste período; isto é, o cumprimento de exigências burocráticas acabara ocasionando um seguir processual de modo mais célere e talvez com menos atenção.

Primeiramente, quanto aos crimes. Em ambos os casos são alegados rapto (denominado furto e roubo) de Luzia e de Ana Michaela, sendo que no primeiro fora acrescida a queixa de adultério (e aleivosia contra Jose de Souza) e no segundo, tendo em vista a vítima ser prima irmã do Réu, incesto. Ainda, alegou-se concubinato, uma testemunha levantou o amancebamento e, de acordo com a menção de vários depoentes e do procurador, Ana Michaela era uma mulher que detinha o estado de casada e, por esta razão, haveria, ainda, que se suspeitar de um possível adultério. Seria lógico que ao serem alegados os delitos de rapto e incesto, logo muito provável haveria existido um possível adultério. Muito embora levantada a questão no libelo acusatório, este crime contra ela não foi referido e provável que não o tenha sido porque o marido de Ana Michaela seria o único competente a prestar tal queixa.⁸⁸¹

O delito arguido nos dois casos fora o rapto, definido por Bluteau como significado do “roubo v.g. da mulher que se leva violentada, ou com promessa de casamento”.⁸⁸² Em seu *Vocabulário*, publicado nas primeiras décadas do século XVIII, o autor expressou uma explanação um pouco mais larga do termo, afirmando assim sê-lo de acordo com a teologia moral e a jurisprudência canônica. Rapto, portanto, era “a razão de roubar, ou tirar de hum lugar para outro qualquer mulher, ou seja virgem, ou não, honesta, ou inhonesta, com violencia, ou

⁸⁸¹ OF, L. V, tit. XXV, § 3º.

⁸⁸² BLUTEAU, 1789b, p. 285.

com bom termo, & promessa de casar có ella”, definindo-o enquanto um crime.⁸⁸³ Interessante notar que o autor ressaltou que a mulher poderia ser desvirginada, não honesta e ir por violência ou vontade própria em companhia do raptor para que se configurasse o delito, não havendo uma definição expressa de qual local estaria sendo levada. Esta delimitação mais geral foi realizada também pelo Frei Domingos Vieira, segundo o qual rapto tinha sentido de “Roubo d’uma pessoa por violencia ou seducção.”⁸⁸⁴

As Ordenações, pois, restringiam estes detalhes de ocorrência para a configuração do crime: deveria ser levada da casa de quem dela fosse responsável, deveria ser mulher virgem e honesta e o rapto deveria ser por ela aceito. O delito era tratado no mesmo título que o estupro violento, muito embora inferisse que o rapto ocorreria por vontade da mulher. Definido, pois, no Livro V, título XVIII, § 3º, incriminava o homem que induzisse

alguma mulher virgem, ou honesta, que não seja casada per dadivas, afagos, ou prometimentos, e a tirar e levar fóra da casa de seu pai, mãe, Tutor, Curador, senhor ou outra pessoa, sob cuja governança ou guarda stiver, ou de qualquer outro lugar, onde andar, ou stiver per licença, mandado, ou consentimento de cada um dos sobreditos, ou essa assi enganada, e induzida se fôr a certo lugar, donde a assi levar, e fugir com ella, sem fazer outra verdadeira força a ella (...).⁸⁸⁵

A descrição é, pois, do rapto por sedução, tomando em conta que pressupõe que a mulher não detivesse o estado de casada e cedesse às dádivas, aos afagos e ao engano como motivações para ser levada, raptada ou para que fugisse com o raptor. A condenação imputada era de morte natural ao criminoso caso fosse de menor condição que a mulher; em sendo o contrário, seria condenado a tal pena caso oferecesse resistência aos responsáveis pela mulher.

A Lei de 19 de Junho de 1775 declarou que o delito passaria a ser definido pela finalidade libidinosa ou de consagração de um casamento impedido, tendo que existir, portanto, aliciação, solicitação ou corrupção das mulheres, filhas alheias, que viviam com honesta educação na casa de seus pais, parentes, tutores ou curadores. O processamento deste crime passaria a ser *ex officio*, sem a necessidade do requerimento da parte ofendida e de queixa, podendo ser cominada a penalização de degredo para galés pelo período de dez anos aos não nobres e dez anos para Angola aos nobres.⁸⁸⁶ Ou seja, a legislação especificara a finalidade do crime para que assim o fosse considerado e definira o instrumento judicial competente para o seu processamento. A cominação de dispositivo competente não constava expressa nos títulos

⁸⁸³ BLUTEAU, 1720.

⁸⁸⁴ VIEIRA, 1874, p. 81.

⁸⁸⁵ OF, L. V, tit. XVIII, §3º.

⁸⁸⁶ PORTUGAL, Lei de 19 de Junho de 1775. In: PORTUGAL, 1828, I e VI *items*, pp. 46-47.

XVIII e CXVII das Ordenações, contudo tendo em vista a forma de processamento dos outros crimes contra a ordem moral acredita-se que o rapto usualmente fosse processado por meio de querelas. A plausibilidade desta sugestão concentra-se no fato de que o rapto dificilmente era processado sozinho, tendo em vista a própria vinculação com o delito de estupro.⁸⁸⁷ Ainda, a própria definição nesta lei de que a competência passaria a ser por devassa *ex officio* leva a refletir que o instrumento previamente utilizado seria a querela e, por derradeiro, o fato de o legislador utilizar-se da nomenclatura de “queixosa” no momento de excluir a necessidade de requerimento da parte ofendida.

Interessante notar que nas definições dos dicionários, talvez porque amplas e embasadas em outros textos para além dos jurídicos, havia a diferenciação entre rapto por sedução e rapto violento, o que não aparece nas Ordenações. Estas questões, todavia, eram de suma importância aos juristas portugueses e, vez que o direito do Antigo Regime era pautado pela atuação doutrinária, isso possuía importância também à ordem jurídica.⁸⁸⁸

Esta distinção era feita por Pereira e Sousa, categorizando-a entre classes diferentes; enquanto o rapto que envolvesse sedução estava definido enquanto crime moral⁸⁸⁹, a violência o realocava entre os crimes contra a honra.⁸⁹⁰

O autor expõe que o rapto por sedução ocorria quando, sem violência, entretanto com afagos e promessas acompanhados por mau dolo e com finalidade libidinosa, uma mulher virgem (“ou reputada tal”) fosse retirada da casa de seu pai, sua mãe, tutor, curador, senhor ou responsável e levada para local diverso. A sedução, para este efeito, foi definida pelo autor enquanto um engano artificioso, utilizado para persuadir alguém a realizar um ato contrário à sua honra. Às mulheres, estaria configurada com o logro de uma junção carnal ilícita “de que resulta a gravidez, e o parto”, contudo não era suficiente para caracterizar o rapto: era necessária a sua retirada da casa de seus responsáveis e sua levada a outro local. Não bastava, pois, de um quarto a outro no interior da mesma residência.⁸⁹¹

Dentre os crimes contra a honra Pereira e Sousa arrola o rapto por violência, definindo ser caracterizado quando algum homem retirasse violentamente alguma mulher – contra a sua vontade – de algum lugar para outro com finalidade libidinosa. A mulher deveria ser honesta e

⁸⁸⁷ SILVA, M., 1984, p. 75.

⁸⁸⁸ *Idem*.

⁸⁸⁹ Os crimes morais eram: Concubinato, estupro, rapto por sedução, incesto, adultério, bigamia, sodomia (bestialidade e molície) e lenocínio (SOUSA, 1803, pp. 201-230).

⁸⁹⁰ Os crimes contra a honra, segundo Pereira e Sousa, eram: injúrias, injúrias verbais, injúrias escritas, injúrias reais, mexericos, estupro violento e rapto por violência (*Ibidem*, pp. 255-274).

⁸⁹¹ A penalização, em sendo fidalgo, seria exclusão dos livros da casa real e degredo para a África; em sendo de “menor qualidade, ou sendo iguaes em linhagem” a pena era de morte natural (*Ibidem*, pp. 201-202; OF, L. V, título XVIII, § 3º)

livre, podendo ser solteira, casada ou viúva, e o ponto salientado pelo autor é que o delito ocorria por violência quando houvesse a resistência da raptada ou de seu responsável. Ou seja, a diferença entre o rapto por sedução e o rapto por violência seria a resistência da mulher raptada, e se caso dela houvesse o consentimento, resistência de quem a tivesse sob poder. Aparentemente o autor delineou a diferença de quando a própria mulher ou aqueles presentes na casa no momento do rapto tentam impedir que seja levada, conduzindo a confrontos entre o ofensor e a mulher envolvida ou seus familiares.⁸⁹²

Nos termos de uma definição mais geral, afirmou o autor ser o rapto o “roubo que alguém faz de sua própria autoridade de huma pessoa, a quem conduz, ou faz conduzir, e deter em outro lugar (...), ou com o fim de corromper, ou de a esposar, ou de lhe fazer contrahir outro algum empenho”.⁸⁹³ Neste trecho o autor não deixa expresso que era um crime com vítima determinada – isto é, que a vítima do rapto seria sempre uma mulher –, porém com as motivações listadas deixa entrever que era um delito compreendido enquanto praticado de um gênero contra o outro. Defende, ainda, pela diferenciação entre as espécies de rapto, por sedução e por violência, sendo aquele empreendido por artifícios, promessas, “ou por outro modo se seduzem filhos, ou filhas menores”, fazendo-os consentir, ao passo que o por violência era realizado “apesar da pessoa roubada”. Interessante notar que o autor não refere estados e qualidades dos envolvidos, além de ao descrever a sedução declarar que o rapto poderia, pois, ser realizado contra filhos e filhas menores, não exarando neste trecho referências explícitas à honestidade feminina. De todo modo, a finalidade de corrupção porta consigo a lógica da castidade, porém a inserção de menoridade nas questões concernentes a existência de sedução faz pensar que, para o autor, seria caracterizável apenas nestes casos. Acredita-se, contudo, que isto se refira mais à defesa do autor pela impropriedade de denominar o delito que comporta a sedução de rapto, do que de uma alteração no pensamento jurídico de fins do século XVIII em qual seria a vítima deste crime em específico.

Ou seja, Pereira e Sousa alertou que não se deveria confundir o rapto por sedução e o por violência, explicando que não necessariamente ocorreriam contrários à vontade das mulheres, arguindo que elas se utilizam das promessas e persuasões masculinas como meio de encobrir suas próprias fraquezas.⁸⁹⁴

Melo Freire também fazia a diferenciação entre espécies de rapto, contudo antes expressa uma conceitualização geral defendendo ser classificado enquanto violência. Rapto,

⁸⁹² SOUSA, 1803, p. 272.

⁸⁹³ SOUSA, 1827b, p. 3.

⁸⁹⁴ SOUSA, 1803, p. 202.

então, era “*a condução violenta e contra vontade, duma pessoa honesta dum lugar para outro para fins libidinosos*”.⁸⁹⁵ Prossegue relatando existir o rapto verdadeiro – consistia em levar violentamente uma pessoa de um lugar para o outro – e o por sedução – seria quando a pessoa era levada sem força, porém com enganos e “carícias de amor, que pouco parecem distar da violência”.⁸⁹⁶ O engano era pelo autor compreendido conforme o que sustentam Martínez Llorente e Torremocha Hernández, isto é, uma força moral utilizada pelo raptor mediante carícias e, sobretudo, falsas promessas de casamento com a finalidade de não dar outra escolha à mulher que a realização de seu intento, a fuga com a finalidade libidinosa.⁸⁹⁷

Ao contrário de Pereira e Sousa, Melo Freire defendia que o rapto por sedução correspondia a um delito e utilizando, portanto, de violência empregada contra a mulher. Tratando do delito na seara da violência pública⁸⁹⁸, sustentava que representava perturbação à segurança, autoridade e economia públicas. Pereira e Sousa acreditava, por sua vez, que as mulheres não seriam realmente raptadas quando havia o consenso com os ofensores, e defende que a configuração do crime – em decorrência da Lei de 6 de Outubro de 1784 – “parece haver ficado nos termos do estupro voluntário”. Nestes termos, a retirada da mulher para um local diverso que sob o poder de seus responsáveis aludiria apenas a um agravante do delito de estupro voluntário “para ser pezada na balança do criterio do prudente julgador”.⁸⁹⁹ Por esta razão, no dicionário⁹⁰⁰ houve a tentativa do autor em expor que, sob sua perspectiva, o rapto por sedução poderia ser empreendido tão somente contra filhos e filhas menores. Isto deixa afirmar, portanto, que o autor acreditava que o consentimento feminino dado após os 25 anos não poderia ser considerado um engano.

Consoante Melo Freire, o raptor teria duas motivações principais na perpetração do crime nos termos do posto pelo §1º da Lei de 19 de Junho de 1775⁹⁰¹, quais sejam, além da finalidade de violentar a mulher raptada, por muitas vezes era através do rapto logrado um casamento que por outras vias seria impossível, sobretudo em decorrência da ausência de consentimento dos pais da moça. Expõe o jurista que a Lei de 6 de Outubro de 1784⁹⁰², em seu item *nono*, proibira às mulheres maiores de 17 anos de querelar não apenas do delito de estupro

⁸⁹⁵ FREIRE, 1794: 1966, p. 123 (grifos no original).

⁸⁹⁶ *Idem*.

⁸⁹⁷ MARTÍNEZ LLORENTE, 2018; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, 2018.

⁸⁹⁸ Ao lado do estupro violento, dos tumultos, das rebeliões, das reuniões clandestinas, das resistências a magistrados e oficiais no exercício de suas funções, do quebrantamento de cadeia, da assuada, dos duelos. (FREIRE, 1794: 1966, pp. 108-125).

⁸⁹⁹ SOUSA, 1803, p. 202.

⁹⁰⁰ Obra, pois, escrita em momento posterior à *Classe dos Crimes* e publicada postumamente.

⁹⁰¹ PORTUGAL. Lei de 19 de Junho de 1775. In: PORTUGAL, 1828, p. 45.

⁹⁰² PORTUGAL. Lei de 6 de Outubro de 1784. In: PORTUGAL, 1828, p. 360.

voluntário, bem como do rapto por sedução (ou, conforme denomina, voluntário), deixando à competência da acusação somente para pais, tutores, curadores ou irmãos. A devassa fora definida também para estes casos como a forma de processamento correto, mediante denúncia conforme o Decreto de 31 de Julho de 1787.⁹⁰³ As menores de 17 anos estavam, pela mesma lei, habilitadas a acusar criminalmente e a demandar – segundo Melo Freire, civilmente – do ofensor o matrimônio ou o dote segundo sua qualidade e condição.⁹⁰⁴

Um dos casos fora processado por meio de querela, o outro por meio de devassa tirada pelo ouvidor em correição. As diferenças dos procedimentos adotados foram em razão dos crimes alegados: no rapto de Luzia Leite Barbosa, seu marido dera querela de “aleivosia e furto” contra ela e seu raptor, e no caso de Ana Michaela o rapto foi alegado em inquirições feitas em devassa de incesto tirada pelo ouvidor. Ambos os casos ocorreram anteriormente à legislação de 1784, portanto o processamento do rapto poderia ainda ser realizado por querela, e no caso de Ana Michaela a aparente ausência de dissociação dos crimes alegados tenha feito com que o ouvidor mantivesse o processamento por devassa.

De acordo com as normativas da Igreja, o rapto tanto por engano quanto por violência representava um delito gravíssimo tomando em conta que a mulher raptada ficaria, assim, mais exposta ao pecado com seu raptor, “em perigo evidente para de todo se perderem”.⁹⁰⁵ Isso porque este delito estava usualmente ligado ao crime de estupro, razão pela qual As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia os trataram no mesmo capítulo, exarando as punições cabíveis aos clérigos.⁹⁰⁶ Definido como “quando se roubão, e tirão por força, ou engano”⁹⁰⁷ uma mulher da casa de seus pais ou responsável, a penalização será, além de aprisionamento, suspensão, pecúnia e degredo (cominadas para o delito de estupro) nos termos da qualidade do ofensor e do tamanho do escândalo, ficaria o clérigo obrigado a restituir financeiramente a injúria feita aos tutores ou curadores da raptada. Ainda, havia a normativa específica ao castigo direcionado aos eclesiásticos que raptassem mulheres de reputação honesta (ainda que não “donzela”) que viviam em recolhimentos: suspensão e pagamento, na conformidade das circunstâncias do caso, havendo condenação também daqueles clérigos que auxiliassem a ocorrência do rapto.

As Constituições restringem-se a tratar, neste título específico, apenas das cominações punitivas direcionadas aos membros da Igreja, fator este que levou Silva a questionar se

⁹⁰³ PORTUGAL. Decreto de 31 de Julho de 1787. In: PORTUGAL, 1828, p. 475.

⁹⁰⁴ FREIRE, 1794: 1966, p. 124.

⁹⁰⁵ SILVA, M., 1984, p. 75; VIDE, 1707: 1853, L. V, tit. 21, §§ 976-978, p. 337.

⁹⁰⁶ SILVA, M., 1984, p. 75.

⁹⁰⁷ VIDE, 1707: 1853, L. V, tit. 21, §§ 976-978, p. 337.

“Seriam estes os que mais comumente os praticavam?”.⁹⁰⁸ A questão que se pode levantar diz respeito às jurisdições dos delitos mistos, isto é, que detinham intrínseca relação com normatividades da Igreja bem como as seculares. Muito embora as definições dos delitos e as cominações de pena estejam expressas formalmente na documentação de ambas as jurisdições, existia na prática uma certa aglutinação dos casos em uma ou outra competência. Isto é, sugere-se que, assim como os casos de concubinato estão tratados nas Ordenações Filipinas porém não aparecem nos processamentos seculares, os casos de estupro e rapto estivessem tratados nas Constituições porém fossem processados pelo juízo secular.

A penalização tridentina era a excomunhão do ofensor, bem como todos aqueles que de alguma forma o auxiliassem, determinando que o matrimônio entre os envolvidos não poderia ocorrer enquanto durasse a situação do rapto. Por esta razão, muito embora este diploma eclesiástico em específico não tenha feito a diferenciação entre rapto por sedução e por força, Silva defende que para a Igreja era considerado enquanto um ato de violência tomando em conta que cerceava a liberdade da raptada.⁹⁰⁹ Isto é, enquanto a situação de violência não se encerrasse, e a mulher não se encontrasse apartada do raptor, não poderia tomá-lo por consorte se assim o desejasse, apenas quando estivesse em local seguro e pudesse decidir por si. Se caso o matrimônio não fosse de desejo, o ofensor estaria obrigado a dotá-la “decentemente, a arbitrio do Juiz”.⁹¹⁰

Para o direito comum, Antônio Cardoso do Amaral, no verbete *Raptus*, afirmou que o rapto era uma denominação utilizada tanto para coisas quanto para pessoas, referindo-se à alienação de algo. No caso do rapto de mulheres, para que o delito fosse configurado, a mulher teria que ser movida de um local ao outro, retirada do poder do pai, marido, irmão, tutor ou curador, e envolver causa libidinosa. O delito não incluía o crime realizado contra mulheres casadas e prostitutas – isto é, era necessária a presença da honestidade para que o rapto fosse configurado, porém quando tratasse de mulheres virgens a pena aplicada deveria ser a de estupro. A pena, pelo direito comum, seria aplicada sem distinção de pessoa, todavia a legislação portuguesa fazia, nas Ordenações, a distinção entre nobres, não nobres e oficiais mecânicos, nos termos do §3º do título XVIII do Livro V, e segundo Amaral deveria assim ser observada.⁹¹¹

⁹⁰⁸ SILVA, M., 1984, p. 75.

⁹⁰⁹ *Idem*.

⁹¹⁰ IGREJA CATÓLICA, t. II, 1781b, Sessão XXIV, cap. VI, p. 247.

⁹¹¹ AMARAL, 1733, pp. 327-329, *Raptus*.

O caso tratava de rapto, todavia os oficiais e os testemunhos mencionavam que Luzia Leite Barbosa e Ana Michaela haviam sido furtadas. Aparentemente, segundo o exposto por Nizza da Silva, esta denominação fora bastante comum na capitania de São Paulo.⁹¹²

A Mesa do Desembargo do Paço, condenando o raptor em pena pecuniária e degredo tendo em vista que a raptada fora encontrada honesta e recatada, o desembargador argumentara que o delito ofendia “aos direitos dos pais de família, da honestidade, dos costumes, da moral, e da religião”.⁹¹³ Isto é, o crime não ofenderia apenas à mulher envolvida, mas também sua família, seus valores e sua moral. O bem jurídico tutelado pelo delito era a honestidade mantida pela mulher, não a mulher em si enquanto pessoa ofendida, por esta razão que a ofensa era realizada contra quem detinha a honestidade enquanto um bem familiar. Pelo que o crime também fora denominado enquanto roubo e furto por assim referenciar aos que se deseja referir a ofensa. Até porque muitas das vezes o crime de rapto poderia significar a fuga feminina, razão pela qual ela não seria de todo modo a ofendida.

Contra as mulheres, porém, não se poderia imputar nenhuma penalização em decorrência do rapto, mesmo que o ocorresse por sedução. Para as mulheres raptadas, a situação poderia dar ensejo a algumas consequências: o recebimento de um valor para compor o dote para um futuro matrimônio ou para que fosse possível ingressar em um recolhimento, o casamento com o ofensor – situação com a qual a família por vezes aceitava prosseguir em prol da defesa da honra – ou, por derradeiro, nada recebiam, tinham arruinada a honra, findavam na solteirice e por vezes acabavam sendo obrigadas a cuidar de um filho oriundo do rapto.⁹¹⁴

De acordo com Silva, na capitania de São Paulo os raptos por sedução aparentemente ocorriam com maior frequência quando o pai se ausentava de casa, muitas vezes por longos períodos. Representavam, pois, “um crime comum na Capitania de São Paulo, praticado por homens de todas as condições sociais, solteiros ou mesmo casados.”⁹¹⁵

No caso de Luzia Leite Barbosa o rapto por sedução ocorrera juntamente com o adultério, sendo deste a punição aplicável, de acordo com o exposto por Amaral, por ser a mais grave.⁹¹⁶ Normatizado pelos títulos XXV e XXVI do Livro V, o adultério para as Ordenações significava o dormir com mulher casada, todavia para Bluteau a denominação da prática valia para ambos os sexos⁹¹⁷, acrescentando ser um “peccado da carne violador da fidelidade

⁹¹² SILVA, M., 1984, p. 80, nota 23.

⁹¹³ *Ibidem*, p. 79.

⁹¹⁴ *Ibidem*, pp. 79-80.

⁹¹⁵ *Ibidem*, 1984, p. 76; 80; SILVA, M., 2017, p. 99.

⁹¹⁶ AMARAL, 1733, p. 329, *Adulterium*.

⁹¹⁷ BLUTEAU, 1789a, p. 31.

conjugal”.⁹¹⁸ Para o direito pátrio, assim como para o direito romano, segundo Melo Freire, o adultério significava “a *violação do toro alheio*”, enquanto que para o canônico referia-se à violação à fé conjugal.⁹¹⁹ Deste mesmo modo o conceitualizou o Frei Domingos Vieira, salientando que de acordo com o catecismo romano constituía-se em injúria do leito legítimo, seja ele do homem casado ou da mulher casada.⁹²⁰

Amaral definiu adultério como a violação do matrimônio. Afirmar ser crime de foro misto, podendo ser processado, julgado e punido pelo juízo eclesiástico ou por instituição secular, porém somente ao eclesiástico competia decidir sobre a separação do casal. Esta aconteceria com o encaminhamento da adúltera a um monastério se esta fosse a decisão judicial, sendo-lhe aplicada a pena de excomunhão. O autor, todavia, salienta que esta pena de encaminhamento ao claustro não estava mais em uso considerando que o juízo eclesiástico costumava decidir pelo degredo por cinco anos para a África para os leigos e para Angola para os cleros.⁹²¹

Em leitura à doutrina de Amaral, Hespanha expõe que a punição do adultério advinha de uma vertente do direito romano e outra, do direito canônico. À tradição romana, a violação era à “lei conjugal” era penalizada em decorrência dos desdobramentos patrimoniais que possuía, e a possibilidade de transferência de patrimônio a um filho tido como legítimo por nascer dentro do laço matrimonial mas que não pertencia à herança sanguínea do marido. Na tradição canônica, a transgressão era contra a fidelidade conjugal, razão pela qual poderia ser cometida tanto pelo homem como pela mulher. As Ordenações seguiram as definições do direito romano em decorrência das cominações das penas e o fato de que usualmente o adultério masculino não era punido.⁹²² Desta mesma forma descreveu Melo Freire, classificando-o como um delito moral e um delito da carne, portanto oposto aos bons costumes. Estes são definidos pelo jurista como, “no sentido vulgar (...) costumes ordenados segundo as regras do pudor natural”.⁹²³

Nesse ponto, todavia, cabe ressaltar que houve na vila de Castro, em 1800, o processamento de um caso de adultério de um marido contra um homem.⁹²⁴ Ou seja, mesmo que a mulher não fosse trazida a juízo o adúltero poderia também ser processado. Porém, do que as Ordenações Filipinas expressavam o adúltero poderia ser querelado em conjunto com a

⁹¹⁸ BLUTEAU, 1712a, p. 141.

⁹¹⁹ FREIRE, 1794: 1966, pp. 126-135, 189.

⁹²⁰ VIEIRA, 1871, pp. 174-175.

⁹²¹ AMARAL, 1729, pp. 26-28.

⁹²² HESPANHA, 2015, pp. 639-340.

⁹²³ FREIRE, 1794: 1966, p. 188.

⁹²⁴ APPR. PB 045.PC3076.112, 1800.

adúltera, não de forma isolada. Ao menos no ingresso da querela, ambos seriam alvo da queixa e, como fez Antônio, a doação do perdão a Luiza fez que com somente José de Souza Nunes fosse acusado. Isso pode sugerir que a compreensão do adultério para os oficiais camarários de Castro estava muito mais relacionada à ofensa ao sacramento do matrimônio, conduta portanto realizada por qualquer um dos cônjuges, do que o foco nas questões patrimoniais.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia definiram o adultério enquanto crime “contra a fé do Matrimonio” devendo ser castigado de modo exemplar, sobretudo os clérigos. Todavia, a justiça eclesiástica apenas tomava o processamento deste crime para si caso fosse praticado de modo contínuo, com perseverança, infâmia e escândalo, adentrando, assim, às normatividades relativas ao concubinato. Nestes casos, proceder-se-ia contra os adúlteros na forma do parágrafo 9 do título XXIII, regra esta que tratava especificamente das mulheres, casadas ou solteiras, que incorressem em situação de amancebamento.⁹²⁵ A esta forma de relações ilícitas Goldschmidt denomina concubinato adulterino, ao qual o homem também estava passível de denúncias muito embora legalmente detivesse tratativa menos severa do que a mulher. Ou seja, o adultério, no interior da legislação canônica, era compreendido como uma subespécie do concubinato, devendo ser processado pelas instituições eclesiásticas na medida em que as relações ilícitas cumprissem o requisito da continuidade no tempo.⁹²⁶

De acordo com o exposto por Emanuel Araújo, a prática do adultério constituía-se enquanto uma das que mais influenciava no controle do comportamento das mulheres casadas. Acompanhada do estigma de marido que não satisfazia sexualmente a mulher, significava para o homem uma mancha à sua honra e a ruína da certeza da legitimidade de seus filhos. Por esta razão, não foi incomum na colônia, como já mencionado, que as mulheres casadas, na ausência dos maridos, fossem enviadas a recolhimentos em que permaneciam até o retorno. Certamente a estigma maior recaía sobre a mulher que o cometesse, ou que alguma fama assim o realizasse. Além de representar o colapso de sua reputação dentre aqueles que residiam na mesma localidade, a destruição da honra e do comportamento honesto, era bastante perigoso que alguma mulher se deixasse levar pelos encantos de outro homem que não seu marido, até porque as Ordenações permitiam licitamente que o marido que encontrasse os adúlteros em flagrante a matasse. E, de acordo com Araújo, este cometimento não fora na América Portuguesa tão raro.⁹²⁷

⁹²⁵ VIDE, 1707: 1853, L. V, tit. 19, §§ 966-968, pp. 334-335.

⁹²⁶ SILVA, M., 1984, p. 40; GOLDSCHMIDT, 1998, p. 130.

⁹²⁷ ARAÚJO, E., 2015, pp. 59-60.

Não raro, também, são os relatos sobre o comportamento descontraído de muitas mulheres casadas. O autor sustenta que adúlteras se refugiavam nos matos, nas redes, nos leitos, durante os festejos, e narra o exemplo de François Pyrard de Laval em Salvador em 1610. Segundo seu diário de viagem, o navegador francês concluía que as mulheres daquela região eram muito mais acessíveis e amigáveis aos estrangeiros que os homens.⁹²⁸

Classificado por Pereira e Sousa igualmente na seara dos crimes morais, disserta ser este delito passível de ser cometido tanto pelo marido quanto pela mulher e era realizado mediante o desprezo pela fê conjugal da pessoa casada. Poderia ser cometido de três formas: por duas pessoas casadas – representando crime “dobrado”⁹²⁹ –, por homem solteiro com mulher casada e, por derradeiro, por homem casado e mulher solteira. Simples era o crime cometido entre cristãos – pelo que a adúltera poderia ser perdoada pelo marido e livrar-se de todas as penas – e (também denominado) duplo, com mouro ou judeu – pelo que a extensão do perdão do marido seria limitada e a penalidade por ter pecado com infiéis permaneceria.⁹³⁰ O delito seria qualificado quando fosse cometido em conjunto com rapto – tanto por vontade da mulher quanto por força –, elemento este que excluía todas as possibilidades de perdão de parte e atenuação de pena ao adúltero.⁹³¹

Expõe Pereira e Sousa que não era reputado crime de acusação pública⁹³², e por esta razão o marido era o único competente a prestar queixa, “sem que nisso se intrometta o ministério público”, à exceção caso envolvesse grande escândalo.⁹³³ Para o autor o escândalo – pois, o desvio à ordem social – parece ser o elemento que tornava a prática ilícita a ponto de intervenção institucional. Assim disciplinado pelo § 3º do título XXV do Livro V das Ordenações, Melo Freire defende que a exclusividade da acusação se dava porque a injúria do crime era feita particularmente contra o marido. Nestes termos, não eram admitidos pai, irmãos, parentes ou qualquer outra pessoa, nem o juiz *ex officio* ou a requerimento.⁹³⁴ Na acusação, o marido deveria provar o matrimônio com testemunhas que tivessem ouvido as palavras de presente, visto o casal à porta da Igreja perante o clérigo ou que os tivessem recebido quando

⁹²⁸ ARAÚJO, E., 2015, pp. 60-61.

⁹²⁹ SOUSA, 1825, p. 18.

⁹³⁰ OF, L. V, tit. XXV, § 2º; FREIRE, 1794: 1966, p. 192.

⁹³¹ *Ibidem*, § 4º.

⁹³² Assim também o sendo “na maior parte dos Estados da Europa”. Neste ponto Pereira e Sousa refere-se à forma pela qual o crime deveria ser processado; não ser um crime “público” significaria que o acusador era específico, pelo que não poderia ser processado por devassa geral, devassa especial ou querela pública. (SOUSA, 1803, p. 210). Nestes mesmos termos, defende Melo Freire (FREIRE, 1794: 1966, p. 192). Nos termos do título CXVII, § 1º do Livro V das Ordenações: “E bem assi se póde e deve receber querela a pessoa, (...) que lhe commetteu adulterio com sua mulher, ou da dita sua mulher” (OF, L. V, tit. CXVII, §1º).

⁹³³ SOUSA, 1803, pp. 209-210.

⁹³⁴ FREIRE, 1794: 1966, p. 192.

do retorno para casa, vivendo com voz e fama de casados.⁹³⁵ As exceções eram dadas pelos parágrafos 2º e 3º do título XXV – quais sejam, adultério duplo, cometido por cristã com infiéis, e adultério cumulado com incesto –, entretanto o Alvará de 26 de Setembro de 1769 excluiu todas as competências de denúncia e ingresso de procedimento crime que não a queixa do marido.⁹³⁶

Anteriormente, era possível denúncia de práticas de adultério por outras pessoas sub judice de concubinato. De acordo com os fundamentos do Alvará de 26 de Setembro de 1769, aparentemente era comum a existência de “maior confusão, e abuso” pela imprecisão de processamento criminal, possibilitando que pessoas inimigas denunciassem e depusessem falsamente contra mulheres. Pronunciadas e aprisionadas, estas passavam a ter a desconfiança dos seus maridos e da vizinhança, arruinando suas honras e das demais mulheres de sua família, sobretudo suas filhas.⁹³⁷ Esta descrição, trazida no bojo do alvará, sugere que esta era uma prática comum, ao menos na metrópole, a que o rei desejava coibir ao exarar tal norma, visando “eliminar as discórdias particulares e defender a honra das famílias”.⁹³⁸

De acordo com o título XXV, a penalização era a morte a ambos adúlteros – esta era, pois, a pena ordinária⁹³⁹ –, à exceção se o homem fosse de maior qualidade que o marido. Se o crime fosse cometido com alguém da casa de seu marido⁹⁴⁰, a mulher deveria ser condenada à morte natural e o envolvido à morte, recebendo a mesma pena aquele que a levar por força e contra a sua vontade, além do dever de reparar pecuniariamente o marido.⁹⁴¹ Se o crime ocorresse com a conivência do marido – caso em que do crime de alcovitaria a conduta era remetida para normatização neste título de adultério –, o casal seria açoitado com “senhas capellas de cornos”⁹⁴² e degredados para o Brasil enquanto o adúltero seria condenado a degredo para sempre para a África. Outros casos de penas extraordinárias, diminuindo o rigor e gravidade da pena ordinária, arrolados por Melo Freire ocorreriam nas situações de o adúltero abandonar a adúltera, o marido que acusar de adultério encontrar-se comprometido pelo mesmo

⁹³⁵ OF, L. V, tit XXV, § 8º.

⁹³⁶ FREIRE, 1794: 1966, p. 192.

⁹³⁷ PORTUGAL, Alvará de 26 de Setembro de 1769. In: PORTUGAL, 1829, pp. 432-433.

⁹³⁸ Disto se infere, pois, que se o marido falecesse antes da contestação da lide, a acusação, pois, seria extinta; se a morte ocorresse depois da contestação da lide, o título CXVII do Livro V das Ordenações permitia que o prosseguimento da acusação fosse tomada por pai, irmãos, (FREIRE, 1794: 1966, pp. 192-193; OF, L. V, tit. CXVII).

⁹³⁹ FREIRE, 1794: 1966, p. 190.

⁹⁴⁰ A que Pereira e Sousa denomina de cumulação com incesto (SOUSA, 1803, p. 210).

⁹⁴¹ OF, L. V, tit. XXV, *caput* e § 1º.

⁹⁴² Ou, como explica Cândido Mendes, “grinaldas de cornos”. [MENDES, 1870, OF, L. V, tit. XXV, p. 1177, nota (2)].

delito, o cônjuge traído estar há muito tempo acometido por moléstia que o impedisse de cumprir seu dever conjugal.⁹⁴³

Acrescenta Melo Freire que, cumulando os títulos XXV e XXVI, os requisitos para que a pena fosse cominada era o dolo e o conhecimento do matrimônio, a existência de um casamento verdadeiro, isto é, contraído de direito ou de fato, bem como publicamente reconhecimento e, por fim, a presença da consumação do delito devidamente provada mediante a confissão de ambos os réus e gravidez.⁹⁴⁴

O termo “casada” mantinha significado de cumprimento dos ritos tridentinos previstos pelas Ordenações para a correta contração do casamento. No entanto, como já exposto, em determinados locais do Império bem como em meio a determinados grupos sociais era costumeiro que não houvesse preenchimento de todos os requisitos postos pelo Concílio de Trento para a celebração da aliança e sua devida consumação. Neste empenho, o título XXVI traz uma forma de relativização quanto ao cumprimento das regras do matrimônio, caracterizando enquanto crime o dormir também com “mulher casada de feito, e não de direito, ou que está em fama de casada”.⁹⁴⁵ Isto é, para efeito de validade do matrimônio neste título – e consequente possibilidade de acusação dos adúlteros – este título traz à tona nuances de relações conjugais que não estavam presentes no Livro IV das Ordenações, inserindo consequentes gradações de pena.⁹⁴⁶

Diferenciava, assim, entre casamento “de direito”, “de fato” e “de pública fama”. O matrimônio de fato era a união, feita de boa-fé, que se acreditava ser válida, no entanto nula por algum motivo. Isto poderia ocorrer em razão de algum parentesco ou algum outro impedimento, porém para os termos deste título seriam relevados quando houvesse comprovação de que o casal vivia junto, “no leito e na mesa”, que se considerassem casados e assim o fossem pela sociedade em que estivessem inseridos. Melo Freire discordava do reconhecimento legislativo a esta espécie de casamento – que denomina de putativo – para a imputação das penalidades ordinárias dispostas no título XXV vez que não o considerava suficiente para que se provasse a conduta adúltera. Entretanto, assumia que na prática o eram impostas e justificava com o fundamento “pelo medo de parto suposto”.⁹⁴⁷

Para além, as Ordenações consideravam válido o matrimônio, ainda, se os envolvidos tivessem “pública fama” de casados através da qual a mulher “fosse havida e tratada por casada

⁹⁴³ FREIRE, 1794: 1966, p. 190.

⁹⁴⁴ *Idem*.

⁹⁴⁵ OF, L. V, tit. XXVI.

⁹⁴⁶ SILVA, M., 1984, pp. 110-111.

⁹⁴⁷ FREIRE, 1794: 1966, p. 190.

(...) teve em fama publica de mulher, nomeando-se publicamente por marido e mulher e por taes havidos geralmente na vizinhança” “e Villa, onde forem moradores”.⁹⁴⁸ Ou seja, para além em decorrência da fama e do reconhecimento social o título XXVI tratava o matrimônio como válido para a acusação de adultério em detrimento do cumprimento das regras do casamento tridentino.

Desta maneira, sob a perspectiva de Nizza da Silva, era um matrimônio “social”, havendo reconhecimento pela legislação não apenas para a aplicação da pena, bem como a posse de bens, sobretudo no que tange à herança e legitimidade dos filhos. Expõe a autora que estas espécies de uniões, em que o casal vivia de fato como marido e mulher, eram revestidas com a mesma força daquelas regularmente celebrada por cleros, e conclui que para “o costume do Reino (e esse costume teve certamente longa vigência no Brasil colonial), ser marido e mulher era viver como marido e mulher, partilhando da mesma casa e do mesmo leito”.⁹⁴⁹ Pela sociedade na América Portuguesa, inclusive, ressalta ser comum que as fontes demonstrem existir aceitação de casamentos em desconformidade com as diretrizes tridentinas em decorrência da própria inserção destas normatividades canônicas nos diplomas régios ao longo do XVIII. A autora que esta prática estava de acordo com a própria mentalidade dos séculos XVI, XVII e, também, argumentando pela probabilidade, do XVIII.⁹⁵⁰

E, nestes termos, determinavam as Ordenações que dormindo um homem com mulher em casamento “de fato” ou “de pública fama”, seriam aplicadas normas do título precedente bem como do título XXXVIII, excetuando-se este na situação de o marido ter conhecimento do impedimento pelo qual o matrimônio era nulo.

As Ordenações dispunham alguns parágrafos acerca dos modos de perdoar aqueles que incorressem no delito, sendo, novamente, competência exclusiva do marido. Tanto em adultério simples quanto no duplo, mediante o perdão do marido o delito findaria extinto em favor do matrimônio, sendo a mulher solta e absolvida de toda a culpa e pena.⁹⁵¹ Caso o marido queresse, e, posteriormente, perdoasse tanto a adúltera quanto o adúltero a justiça não poderia oferecer contra ela acusação, teria que livrá-la assim que da escritura de perdão houvesse assento.⁹⁵² Quanto ao homem, o máximo de pena que poderia ser aplicada era o degredo por

⁹⁴⁸ OF, L. V, tit. XXVI, *caput*, §1º.

⁹⁴⁹ SILVA, M., 1984, p. 111.

⁹⁵⁰ *Ibidem*, p. 113.

⁹⁵¹ FREIRE, 1794: 1966, p. 192.

⁹⁵² Este livramento completo da mulher mediante o perdão do marido ocorria, também, nos casos em que fosse acusada de adultério cumulado com incesto. Melo Freire defende que, por efeito do Alvará de 26 de Setembro de 1769, não era possível, em uma situação como esta, alguém denunciar a mulher por incesto descolando-o do adultério; para o processamento de um crime seria necessário processar o outro. Assim, tendo em vista ser proibida

sete anos para África nos casos de adultério simples, e se cumulativamente houvesse cometido rapto não poderia ser perdoado.⁹⁵³ Em dando o marido o perdão somente à mulher “em favor do Matrimônio”, a pena direcionada ao adúltero não seria mais a de morte natural “porque pareceria scandalo ao povo, sendo a adúltera reconciliada com seu marido, ser o adúltero justificado”, mas a do degredo para sempre para o Brasil em acusando o marido ou de dez anos para a África em a acusação a cargo da justiça.⁹⁵⁴ Isso significa que de todo modo o perdão à mulher era também aproveitada pelo adúltero, livrando-o da pena ordinária mesmo que não fosse isento de todo e qualquer castigo.⁹⁵⁵

Interessante notar que, muito embora Pereira e Sousa, Bluteau e Vieira mencionem ser crime passível de cometimento tanto por homens quanto por mulheres, a tratativa – inclusive feita pelas Ordenações – era direcionada à punição da adúltera e do homem com quem se realiza a traição. No discurso jurídico, pois, seria um crime pensado à culpabilização feminina enquanto adúltera e a masculina enquanto ofendido, e o que as Ordenações explicitam no título XXXVIII era a permissão para que o marido matasse os adúlteros caso os encontrasse em flagrante ou se soubesse ao certo da traição, à exceção do caso de ser de menor qualidade que o adúltero. Correspondia à vingança particular, um poder extraordinário concedido por direito especial, e era dada somente ao marido, estando o pai excluído já que o matrimônio haveria retirado a filha de seu poder. Da mesma forma, não poderia ser transferida ao pai, ao filho, aos irmãos, contudo estes poderiam auxiliar o marido.⁹⁵⁶ Se nesta situação incorresse, as Ordenações proibiam a aplicação da pena ordinária, determinando que fosse condenado a degredo para a África por não mais de três anos.⁹⁵⁷ Silva expõe, todavia, que casos assim foram um tanto raros na América Portuguesa, sendo mais comum o envio da adúltera à reclusão em um recolhimento como punição ou, salientando casos no bispado de São Paulo, o pedido do divórcio pelo marido principalmente quando o cúmplice se tratasse do clero da região.⁹⁵⁸

Embora assim colocado pelo título XXXVIII do Livro V, Melo Freire expõe não existir jurista, à sua época, que defendesse a aplicação destes termos. Defende não haver razão na impunidade – pelo foro externo – daquele que matasse a adúltera e o adúltero, caso este de menor qualidade fosse. Argumenta que, em que pese compreendesse a existência da dor justa

a denúncia de adultério por outra pessoa além do marido, não haveria possibilidade de acusação, também, do incesto (FREIRE, 1794: 1966, p. 193).

⁹⁵³ CASTRO, 1699, pp. 10-11.

⁹⁵⁴ OF, L. V, tit. XXV, § 4º.

⁹⁵⁵ FREIRE, 1794: 1966, p. 192-193.

⁹⁵⁶ *Ibidem*, p. 194.

⁹⁵⁷ OF, L. V, tit. XXXVIII, *caput*, § 1º.

⁹⁵⁸ SILVA, M., 1995, pp. 90-91.

de um marido surpreender os adúlteros em sua casa, discordava veementemente da possibilidade de *uxoricídio* premiado com a impunidade a qualquer lugar e tempo. Ressalta, ainda, a inaptidão desta distinção entre “nobres e plebeus (...) Como se não fosse igual para todos os homens o direito de vingarem as suas injúrias, ou os plebeus tivessem a obrigação de tolerar pacificamente as ofensas que os nobres lhes façam!”. Por derradeiro, sustentou ser esta disposição legislativa em prejuízo também dos herdeiros legítimos, tendo em vista que com a morte da adúltera seus bens deveriam ser direcionados ao patrimônio do marido.⁹⁵⁹

Pereira e Sousa, ainda, é categórico: “A mulher porém não póde accusar o marido por adulterio.”.⁹⁶⁰ Isso pode levantar a hipótese de que o adultério referiria-se somente à condição feminina, enquanto o adultério masculino era enquadrado, no interior da legislação eclesiástica, no concubinato adulterino.⁹⁶¹ Inclusive, as Ordenações definiam que em sendo acusada pelo marido e condenada à morte e não tendo filhos, a ele seriam direcionados todos os seus bens, dotais e aqueles que porventura havidos em razão de casamento anterior.⁹⁶² Esta penalização, denominada de civil por Melo Freire, era nestes moldes indicada pela legislação romana.⁹⁶³

Contudo, o § 7º do título XXV estabelecia uma limitação a essa possibilidade de transmissão de patrimônio, considerando que algum marido muito bem poderia acusar falsamente à sua esposa para que detivesse completo controle e disposição de seus bens. Dispõem as Ordenações que caso uma mulher fosse acusada por adultério e absolvida ou não o fosse provado, não existindo filhos, ela teria direito a todos os bens do marido.⁹⁶⁴ Ressalte-se, porém, que caso existisse alguma relação entre os acusados – e absolvidos –, eles não poderiam contrair matrimônio mesmo após a morte do marido que os acusou.⁹⁶⁵ O § 10 do mesmo título define que se casassem ou dormissem juntos, seriam ambos condenados em morte natural e os bens seriam todos remetidos aos herdeiros do primeiro marido.⁹⁶⁶

Retornando ao primeiro caso, Antônio Dias de Camargo, muito embora competente para querelar de sua mulher, queixou-se de furto e aleivosia. Isto é, o crime de rapto bem como a acusação de aleivosia recaíam sobre o adúltero, José de Souza Nunes, e não sob Luzia Leite Barbosa. Em que pese Antônio Dias de Camargo tenha mencionado, no momento em que prestou a queixa, que acreditava que José de Souza Nunes e Luzia Leite Barbosa haviam tido

⁹⁵⁹ FREIRE, 1794: 1966, p. 195.

⁹⁶⁰ SOUSA, 1803, p. 210.

⁹⁶¹ GOLDSCHMIDT, 1998, pp. 144-157.

⁹⁶² CASTRO, 1699, p. 11.

⁹⁶³ FREIRE, 1794: 1966, p. 191.

⁹⁶⁴ OF, L. V, tit. XXV, § 7º.

⁹⁶⁵ CASTRO, 1699, p. 255.

⁹⁶⁶ OF, L. V, tit. XXV, § 10º.

tratos ilícitos e que desejava querelar de ambos, o traslado dos autos da querela demonstra que este procedimento foi realizado com base apenas no rapto e na aleivosia. Não houve apresentação, por parte de Antônio Dias de Camargo, de testemunhas ou documento eclesiástico que comprovasse o casamento⁹⁶⁷ Não caberia, pois, aprisionamento de Luzia Leite Barbosa, considerando que o adultério não foi pelo ofendido alegado e que a mulher não poderia ser punida em casos de rapto por sedução.⁹⁶⁸ Todos os crimes alegados por Antônio Dias de Camargo eram, pois, contra Jose de Souza.

Nos autos não existem documentos de auto de prisão, mas há a informação de que Luzia Leite Barbosa e José de Souza estavam aprisionados em 28 de abril de 1780, data da audiência em que o procurador dos querelados requereu prosseguimento nos termos de seus livramentos. A pronúncia de captura à Luzia Leite Barbosa, nos termos dos crimes alegados por seu marido, era inválida. Não deveria ela figurar enquanto ré no processo tendo em vista que dentre os crimes levantados por seu marido não havia adultério. Pela narrativa dos acontecimentos e pelo depoimento das testemunhas infere-se que houve a ocorrência do adultério, e muito provavelmente esta fora a motivação para que o juiz ordinário mandasse a prisão de Luzia.

Isto leva a refletir se a relação entre Luzia e José não configurava, no viés do juiz ordinário, um delito publicamente conhecido e que portava grande escândalo. Ou seja, o desvio ao consenso social poderia ter determinado a aceitação da queixa e o processamento da causa por parte do magistrado.

Na mesma audiência, contudo, comparecera o marido alegando que “de sua própria e livre vontade por serviço de deus sem constrangimento de pessoa alguma perdoara como com efeito perdoou a dita sua mulher o direito adultério e delito que nisso cometeu”.⁹⁶⁹ A declaração certa deste delito aparece somente nesta escritura de perdão e, encaixando-se no § 4º do título XXV das Ordenações, Luzia Leite Barbosa estava livre de toda culpa e pena advinda deste crime.⁹⁷⁰ Afirmou que se apartava da querela, deixando de requerer qualquer direito, fosse de ordem crime fosse civil, requerendo aos oficiais camarários que não seguissem com o processamento de sua esposa. Em relação ao outro acusado, Jose de Souza Nunes, alegou

⁹⁶⁷ Embora fosse possível, tendo em vista o casamento estar devidamente registrado nos livros paroquiais. Acontecera em 4 de maio de 1769 na Igreja Matriz da vila de Curitiba, sem impedimento algum e na presença do Padre Vigário Manoel Domingues Leitão. (ACMC. **Livro de Assentos dos Casados escravos, mulatos e bastardos**. nov./1762-jun./1784, fl. 40-v).

⁹⁶⁸ APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fls. 3, 3-v.

⁹⁶⁹ *Ibidem*, fl. 1.

⁹⁷⁰ OF, L. V, tit. XXV, § 4º.

Camargo que “o entregava as Justiças de Sua Majestade as quais o castigarão conforme o merecimento de suas culpas”.⁹⁷¹

O procurador de Luzia Leite Barbosa requereu que fosse juntada certidão com o auto de querela e conseqüentemente os ditos das testemunhas para que retornassem conclusos e fosse “sentenciado o que for prometido pela justiça a respeito da soltura da Ré”.⁹⁷²

Conclusos os autos ao juiz ordinário em 3 de maio de 1780, este decidiu pela soltura de Luzia Leite Barbosa nos termos do título XXV, § 2º, do Livro V das Ordenações tendo em conta a existência do perdão de parte.⁹⁷³ Em 5 de maio há o termo de perdão dado por Antônio Dias de Camargo no qual afirmou, “de própria e livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma” perdoar a Luzia por “toda e qualquer ofensa que lhe tivesse e tenha feito”.⁹⁷⁴ Como já mencionado, o crime de adultério tinha previsão expressa da possibilidade de doação do perdão pelo marido a qualquer tempo. Não apenas seja um reflexo do amplo regime de perdão do direito criminal português, entrelaçando a clemência e a misericórdia à justiça, mas também pode ter sido a forma que Antônio encontrou de processar somente a José.

O caso de Ana Michaela foi trazido a juízo a partir de uma devassa de incesto. Definido por Bluteau como a cópula com parenta até o quarto grau tanto consanguíneo como por afinidade.⁹⁷⁵ Para Vieira correspondia à cópula ilícita entre aparentados consanguineamente ou por afinidade, existindo, também, o “incesto espiritual”⁹⁷⁶ e, diferentemente de Bluteau, expõe que o grau seria definido pela legislação. Afirmava ser igualmente incestuosa a cópula entre confessor e penitente, representado atos impuros e contrários à castidade.⁹⁷⁷

Classificado por Pereira e Sousa e por Melo Freire enquanto um delito da classe dos crimes morais⁹⁷⁸, na perspectiva de Pereira e Sousa era a cópula ilícita entre parentes, sendo a proibição, de acordo com as normas regulamentadoras dos casamentos, até o quarto grau ressalvadas as dispensas matrimoniais que poderiam ser concedidas de modo extraordinário.⁹⁷⁹ Ressalta o jurista que o incesto pode estar presente tanto em situações de adultério e de estupro,

⁹⁷¹ APPR. PB045.PC2253.73, 1780, fl. 1-v.

⁹⁷² *Ibidem*, fl. 1-v.

⁹⁷³ *Ibidem*, fl. 6.

⁹⁷⁴ *Ibidem*, fl. 6-v.

⁹⁷⁵ BLUTEAU, 1713, p. 88; 1789a, p. 704.

⁹⁷⁶ Segundo o direito canônico, a cognação era dividida entre natural, espiritual e legal. A primeira referia-se à consanguinidade até o quarto grau; a segunda era contraída pelos sacramentos do batismo e da confirmação – envolvendo o batizado, seus pais e o sacerdote que batiza, o batizado, seus pais e os padrinhos – e a terceira, por sua vez, provinha da adoção, criando parentesco entre perfilhante, perfilhado, os cônjuges e os filhos enquanto estivessem sob o poder do que perfilha (VIDE, 1707: 1853, L. I, tit. XXI, §76, p. 31; SILVA, M., 1984, pp. 127-128).

⁹⁷⁷ VIEIRA, 1873b, p. 1061.

⁹⁷⁸ SOUSA, 1803, p. 203; FREIRE, 1794: 1966, p. 188.

⁹⁷⁹ SOUSA, 1827a, p. 116.

como em casamentos solenes e em clandestinos. Na seção em que trata deste delito em particular, Pereira e Sousa argumentou ter sido, em momentos da antiguidade, comum a celebração de matrimônios incestuosos, entretanto no período moderno – em que há “nações iluminadas” – construiu-se grande aversão por estas práticas não apenas em decorrência da imposição das leis mas também pela educação. Afirma que os casamentos celebrados entre estranhos – fora, portanto, do ramo da casa – significariam alianças que espalhariam entre os homens a benevolência e a caridade mútuas.⁹⁸⁰ A proibição de relações incestuosas viria a ser fundamentada, pois, em prol de uma sociabilidade acrescida com o estabelecimento de laços entre famílias.⁹⁸¹

Para Pereira e Sousa a aceitação de relações incestuosas seria algo que separaria os sujeitos da civilização e da barbárie, considerando que classifica os povos nativo americanos como “verdadeiros Selvagens das Índias Occidentales” porque “não tinham a menor idéia do que nós chamamos incesto”.⁹⁸²

A fixação de quais espécies de parentes consanguíneos e por afinidade eram incestuosos, pois, estava colocada pelo direito canônico no interior das regras a respeito dos impedimentos matrimoniais. Isto porque a cópula lícita somente poderia ocorrer no bojo de um matrimônio constituído segundo as regras do casamento, constituindo as diretrizes sobre os impedimentos modos de identificar os ajuntamentos carnavais ilícitos.

A normatização no direito régio era feita pelo título XVII do Livro V das Ordenações Filipinas, definindo que o incesto se caracterizava quando um homem dormia “com suas parentas, e affins”.⁹⁸³ A utilização da palavra “dormir” aponta que a proibição estabelecida direcionava-se a qualquer forma de relação incestuosa e não apenas ao matrimônio incestuoso – que adentrava à categoria dos casamentos clandestinos.⁹⁸⁴ A fixação da extensão da proibição dentro dos graus de parentesco era posta pelas regras eclesiásticas, sendo assim ressaltado no próprio título, em seu § 2º.

No contexto do Concílio de Trento a Igreja tentou intervir, em meio ao movimento de reforma do sacramento do casamento, na questão do incesto. O tema suscitou diferentes opiniões acerca dos graus de parentesco a serem motivação de impedimento, sendo solucionadas apenas ao início do século XIII.⁹⁸⁵ As Constituições Primeiras do Arcebispado da

⁹⁸⁰ SOUSA, 1803, p. 205.

⁹⁸¹ SILVA, M., 1984, pp. 126-127.

⁹⁸² SOUSA, 1803, p. 205.

⁹⁸³ OF, L. V, tit. XVII.

⁹⁸⁴ SILVA, M., 1984, p. 127.

⁹⁸⁵ BRAGA, 2003, p. 19. Sobre isso, ainda, LA RONCIÈRE, Charles de. A Igreja, a Ordem e o Casamento nos séculos XI e XII. In: BERNOS, Marcel et al. **O Fruto Proibido**. Lisboa: Edições 70, 1990.

Bahia colocavam o incesto enquanto um “crime abominavel a Deos” por ser um delito que “se tira a confiança, que deve haver entre os parentes”.⁹⁸⁶ Do mesmo modo que as Ordenações, também proibira as relações incestuosas em geral e não somente os casamentos, matéria esta que constituía uma das formas de impedimento tridentinas.

Aos seculares, a relação com ascendentes ou descendentes culminava na punição de prisão, pagamento de cinquenta cruzados e degredo para galés por dez anos ou, em caso de não poder cumprir esta pena vil, para a Angola ou São Tomé; cometimento com colaterais de primeiro grau de consanguinidade tinha como penas a prisão, o pagamento da mesma quantia e o degredo por cinco anos para as galés ou para Angola ou São Tomé; com colaterais de primeiro grau de afinidade, as punições eram o referido pagamento e degredo para fora do Arcebispado e, por derradeiro, cometimento com parentes dos demais graus de consanguinidade e de afinidade teria pena pecuniária e degredo mensurado pelo escândalo e as circunstâncias de cometimento do crime. Ao incesto espiritual as Constituições determinavam que o árbitro deliberasse, dentre as penas de direito, aquelas que lhe parecessem “bastantes para o delicto ficar castigado”.⁹⁸⁷

Quanto à aplicação das penas especificamente às mulheres incestuosas, cabe destacar que as Constituições determinaram que se procedesse com cominações mais leves e na medida que as pudessem cumprir. A fundamentação era “porque as mulheres naturalmente são mais fracas, e menos accomodadas para se executarem nellas penas de maior demonstração”.⁹⁸⁸

O paralelo possível entre as penas cominadas pelas Constituições e aquelas prescritas pelas Ordenações faz ressaltar o rigor por estas imposto. A penalização imputada para os casos de parentesco consanguíneo era de morte por fogo àqueles que cometessem o delito com ascendentes ou descendentes – aplicada a ambos homem e mulher –⁹⁸⁹, morte natural aos que incorressem com irmã, nora, sogra, madrasta ou enteada – mesma pena aplicada tanto aos homens quanto às mulheres –⁹⁹⁰, degredo aos que o realizassem com tia, prima ou outra parenta dentro do segundo grau – para a África por dez anos para os homens e para o Brasil por cinco para as mulheres – e aos que o consumassem com parentes de até quarto grau, a pena seria o degredo de quatro anos para a África e baraço e pregão aos homens e cinco anos de degredo para Castro Marim às mulheres.⁹⁹¹

⁹⁸⁶ VIDE, 1707: 1853, L. V, título XX, §969, p. 335.

⁹⁸⁷ *Ibidem*, §§971, 972, 973, pp. 335-336.

⁹⁸⁸ *Ibidem*, §974, p. 336.

⁹⁸⁹ OF, L. V, tit. XVII, *caput*.

⁹⁹⁰ *Ibidem*, §1º.

⁹⁹¹ *Ibidem*, §2º, p. 1166.

No que tange aos parentescos por afinidade, as Ordenações regulamentavam que o cometimento de incesto entre cunhados de primeiro grau fosse penalizado com degredo de ambos por dez anos para o Brasil, cada um para uma capitania. Se a afinidade for de segundo grau, a punição seria de degredo de cinco anos para a África para o homem e de sete anos para Castro Marim às mulheres; de terceiro, o degredo seria de dois anos para o mesmo continente ao homem e de três anos à mesma localidade para a mulher, adicionada a prática de baração e pregão a ambos. Caso todos os modos de cometimento do crime supra descritos envolvesse uma mulher de treze anos ou menos dispunha o § 4º que a ela não seria imputada pena alguma. Todavia, afirma Mendes de Castro que se o incesto fosse cometido por mulher casada, o perdão dado pelo marido ao delito de adultério não era aproveitado à ocorrência incestuosa, devendo as punições deste crime ser aplicadas.⁹⁹²

O § 3º do título XVII disciplina, ainda, que se de acordo com a qualidade dos envolvidos na incidência do delito houver de se aplicar uma pena mais grave do que as expostas pelos parágrafos anteriores, que assim os magistrados o procedessem. Por derradeiro, as Ordenações acrescentam a perda dos bens às sanções supra descritas.⁹⁹³

Pereira e Sousa defendeu que a penalização aplicada aos incestuosos deveria ser proporcional à proximidade do grau de parentesco entre os envolvidos.⁹⁹⁴ e gênero dos crimes contra a ordem “pública”.⁹⁹⁵ Melo Freire argumentou ser o incesto advindo do direito das gentes⁹⁹⁶, a que Pereira e Sousa discorreu afirmando que no direito romano havia a distinção entre incesto de direito das gentes – cometido entre ascendentes e descendentes – e de direito civil – cometido entre parentes colaterais em graus proibidos. No direito romano justinianeu, que influenciou largamente a doutrina do direito comum, houve apenas a cominação de penas ao incesto categorizado enquanto de direito das gentes, quais sejam, perda de bens, das honras e degredo aos réus de estratos sociais mais abastados e crescendo as penas corporais aos plebeus. As penas capitais, por outro lado, foram, segundo o autor, introduzidas pelos ditames dos mandamentos cristãos, ou, como denomina, pelo “Direito Mosaico”.⁹⁹⁷

Conforme o exposto por Mendes de Castro, a forma principal de processamento dos incestos deveria ser realizada por devassas gerais tiradas pelos oficiais de justiça todos os anos

⁹⁹² CASTRO, 1699, p. 211; OF, L. V, tit. XVII, §4º.

⁹⁹³ OF, L. V, tit. XVII, §3º.

⁹⁹⁴ SOUSA, 1827a, p. 116.

⁹⁹⁵ SOUSA, 1803, p. 203.

⁹⁹⁶ FREIRE, 1794: 1966, p. 199.

⁹⁹⁷ SOUSA, 1803, pp. 206-207.

sob a inquirição à população dos que mantiveram ajuntamento carnal com parentes e afins e daqueles que estivessem em fama de nubentes sem dispensa matrimonial.⁹⁹⁸

O réu, por meio de seu procurador Joaquim Gaspar Pereira, alegou que nos dias em que Ana Michaela havia saído da casa de seus pais o réu estava na freguesia de Santa Ana de Iapó na casa de Mathias de Freitas, local com distância de dois a três dias de viagem da casa de Paula da Silva, mãe de Ana Michaela. Declarou que, tendo em vista que o réu estava longe do local de onde Ana Michaela fora “furtada”, não haveria testemunha alguma que pudesse confirmar que fora ele o executor do crime. Alegou que logo depois de sair da casa de seus pais, Ana Michaela foi vista e encontrada na casa de sua tia, Leonor Gonçalves. Ainda, afirmou que o réu nunca havia morado na casa de sua prima, mas sim na casa dos seus próprios pais considerando que ali recebia assistência, e que Paula da Silva o denunciara por indução de Francisco e Domingos Leite, seus inimigos por discussões que haviam tido recentemente. Ao final, alegou que era “um bastardo provindo do gentio da terras [sic] e sendo assim tem pouco ou nada de branco e se pode reputar por escravo e pessoa de baixa esfera e muito pobre que vive de jornal e de aluguel ganhando salário para sustentar seus Pais, não obstante serem brancos contudo atentem muito a ofensa de Deus”.⁹⁹⁹ Finalizou afirmando que além de ser humilde, pobre e miserável, respeitava às justiças, era muito quieto e pacífico, temente a Deus e que pretendia provar que o libelo da justiça não deveria ser aprovado e o réu deveria ser absolvido.

Este trecho suscita uma série de questões a se manter atenção. Primeiramente, deixa entrever as formas como os indígenas livres mantinham seus costumes e sua subsistência na vila de Curitiba nas últimas décadas do século XVIII. A alegação do réu de ser indígena e bastardo pode dar noção de como conviviam os indígenas e seus descendentes nos ambientes urbanos, espaços em que não raro dizem-se “integrados”. Declarou, ainda, que embora filho de pessoas brancas, não possuía “muito de branco”, alegando ter condição de quase escravizado.

Faz-se atenção que neste momento do curso processual constituiu-se como primeira vez em que Joaquim Gaspar Pereira, procurador de Francisco Ricardo de Oliveira, utilizou-se da condição de descendente de indígena para respaldo da argumentação utilizada. A alegação de pertencer ao estrato social mais pobre e de não ser uma pessoa branca – mesmo sendo filho de pais brancos – parece sugerir o que Douglas Cope verificou ao México do século XVII: as noções de identidade de “raça” constituíam-se de modo mais fluido às pessoas pobres do que aos membros da elite. Assim, os membros de estratos sociais pobres poderiam mover-se por

⁹⁹⁸ CASTRO, 1699, p. 211; OF, L. V, tit. XVII, §5º, p. 1167.

⁹⁹⁹ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 7.

entre as camadas de identificação racial e social que conheciam utilizando-se daquelas que mais vantagem lhes desse na dependência das circunstâncias sociais.¹⁰⁰⁰

Alegar ser indígena nessa situação parece invocar a inocência e a rusticidade, elementos que escusavam o estrito cumprimento de regras da justiça e da Igreja considerando a pré-compreensão de parca instrução. Este modo de arrazoar não pareceu incomum como forma de suplicar a suavização, ou até mesmo a exclusão, de penalizações mais graves.¹⁰⁰¹ Esta estratégia, conforme sugerem as fontes, detinham alguma eficácia.

Em seguida, na inquirição das testemunhas, os depoentes atestaram a pacificidade das condutas e a pobreza do réu, que “e com os seus jornais se alimentava tanto a sua pessoa como a seus Pais”, salienta José da Silva Cunha “como assim é constante por todo aquele distrito”. Declararam os depoentes ter conhecimento do ocorrido por terem contato com a família de Ana Michaela e, também, por ser notório na vila. Assim, informaram que Francisco Alvares, pai do réu, Leonor Gonçalves, tia de Ana Michaela, e Francisco Pereira haviam dito que Ana Michaela havia saído da casa de seus pais quando o réu estava na casa de Mathias de Freitas em um casamento. Afirmaram ter conhecimento de que a vítima havia ido à casa de Leonor Gonçalves e quando o pai, Jose Alvares, fora por ela procurar lá a encontrara. Declararam, também, que o pai de Ana Michaela era tio e padrinho do réu, relação esta que o fez ir algumas vezes à sua casa, e que nunca assistira na casa de Ana Michaela. Inácio, ainda, disse que “ouvira dizer por boca da dita Ana Michaela”¹⁰⁰² que ela havia saído da casa de seus pais porque seu pai havia prometido castigá-la por outras causas. Por derradeiro, declararam que a denúncia ao réu havia sido dada por “indução de Francisco Lourenço e Domingos Leite” em decorrência de desavenças.¹⁰⁰³

Na sequência, Mathias de Freitas de Sampaio acrescentou às informações o álibi do réu, visto que estava em sua casa, na freguesia do Iapó, durante três dias por conta do casamento de uma filha sua. Ainda, atestou a descendência indígena e a pobreza do réu, afirmando “que vive de alugueis”.¹⁰⁰⁴

¹⁰⁰⁰ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 10.

¹⁰⁰¹ Especificamente a respeito dessa estratégia entre as fontes do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa em atuação na América Portuguesa, ver Maria Leônia Chaves de Resende [RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Da ignorância e rusticidade”: os indígenas e a Inquisição na América portuguesa (séculos XVI-XIX). In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro. **Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UA), PPGH/UFSJ – Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei, 2019].

¹⁰⁰² APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 15-v.

¹⁰⁰³ *Ibidem*, fl. 18-18-v.

¹⁰⁰⁴ *Ibidem*, fl. 14-17.

Após as oitivas, o procurador do réu, Joaquim Gaspar Pereira, ofereceu razões finais amparando-se nos doutrinadores Prospero Farinácio¹⁰⁰⁵, Antônio Mazzolli¹⁰⁰⁶, Giuseppe Mascardo¹⁰⁰⁷, Giovanni Pietro Sordo¹⁰⁰⁸, Manuel Alvares Pegas¹⁰⁰⁹, Manuel Mendes de Castro¹⁰¹⁰. As fundamentações pelas quais são utilizadas as primeiras duas obras de doutrina portuguesa referiam-se às especificidades processuais, sobretudo no tocante à validade das provas. O procurador defendeu os ditos das testemunhas de ciência certa e ocular fundamentando a validade das provas em Farinácio; ainda, alegou que as quatro testemunhas trazidas a juízo são suficientes para a prova cabal da inocência do réu tendo em vista apresentarem declarações uniformes. Em citação a Manuel Alvares Pegas e a Manuel Mendes de Castro sustentou que três depoimentos uniformes eram suficientes para a cabalidade da prova. Em decorrência disto, mencionou que a justiça autora não poderia alegar o §3º do título CXXXIV do Livro V das Ordenações na defesa de que o réu não fizera prova clara. Este título trata das provas dos crimes de ferimento de homens e forças de mulheres cometidos à noite ou em local isolado e normatiza que se a vítima bradasse o nome do ofensor, a ofensa que lhe havia sido cometida, demonstrasse as “nódoas”¹⁰¹¹, os ferimentos ou o sinal de corrompimento e fosse vista por algumas pessoas no local, o crime estaria provado. Todavia, caso o ofensor bradado apresentar contrariedade e provar os termos de sua defesa, não poderá ser condenado pela prova supracitada.

Com este embasamento, alegou que “é princípio certo de direito que Autor que não prova uma ação em qualquer matéria cível ou crime e o isso o Réu fica absolvido”. Ainda, defendeu que em causas crime basta que o réu negue o cometimento do delito para dele estar absolvido e que os ditos das testemunhas embasados em ouvir dizer não fazem prova alguma, considerando que deveriam depor do que ouviram ou viram diretamente o réu fazer.¹⁰¹²

¹⁰⁰⁵ FARINACIO, Prospero. **Decisiones criminales**. Libri Secundi. Nuremberg: Wolfgangi Mauriti Endterl, 1720, dec. CCXXX, n. 1. Na maior parte das citações, não é possível conhecer exatamente qual foi a obra e a edição utilizadas pelo procurador, considerando que a doutrina pode ter circulado por meio de compilados e manuais praxistas do período. Portanto, esta referência foi realizada com base nos indícios que apontam para a plausibilidade de consulta à doutrina exarada neste título.

¹⁰⁰⁶ Antonio Mazzolli foi o único doutrinador a que não foram encontradas referências nos acervos pesquisados. A citação do procurador foi a “Resolus crim”.

¹⁰⁰⁷ MASCARDO, Giuseppe. **De probationibus**. Volumen I-IV. Imp. Joan Feyerabendt, Sigism. Feyerabendt, Joan Syberti Heyl, 1585-1661, *concl.* 51 e 457; ver anexo I e manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹⁰⁰⁸ SORDI, Giovanni Pietro. **Consiliorum sive responsorum**. Liber Tertius. Turim, 1589; Veneza, 1596; Frankfurt: Officina Aubriana, 1616, cons. 19, n. 13; cons. 40, tit. 138, n. 14; ver anexo I e manter no horizonte as considerações da nota acima

¹⁰⁰⁹ PEGAS, 1672, ad Ord. L. I, tit. XXXV, §3º, n. 3º; manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹⁰¹⁰ CASTRO, 1680, L. III, cap. 12, n. 7; manter no horizonte as considerações da nota acima

¹⁰¹¹ “Manchas”, vermelhidões (BLUTEAU, dicionário, p. 117).

¹⁰¹² APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fl. 40-v.

Para finalizar a contrariedade, o procurador do réu argumentou que a devassa que deu ensejo à pronúncia de captura tinha prova desprovida de legalidade necessária reforçando que nenhuma das testemunhas afirmou ter visto Francisco Ricardo e Ana Michaela juntos. Assim, com fulcro no livro primeiro das Ordenações, título 5 §§5 e 37, na doutrina de Pegas¹⁰¹³, alegou que prevalecia a inocência do réu já que “*Ut accusato vi delictum non probante Reus dicatur docuisse pro sumptio de e jus innocentia*”, além de as testemunhas da defesa terem confirmado que quando Ana Michaela saíra da casa de seu pai o réu estava na casa de Mathias de Freitas.¹⁰¹⁴ Defendeu que as testemunhas da devassa que apontam à defesa possuem “mais crédito” neste conteúdo, sendo que nenhum dos depoentes que endossam a acusação o fazem de vista, sendo estas as pessoas inimigas que induziram a denunciante e, por esta razão, segundo Melchior Febo¹⁰¹⁵, não poderiam seus ditos fazer prova.¹⁰¹⁶

Segundo o procurador, pois, prova nenhuma fizeram e deveria o réu ser absolvido considerando que, em citação ao verbete sobre *delitum*, de Antônio Cardoso Amaral, defende que “*quea nemo puniri de bet sine culpa*”.¹⁰¹⁷ Ainda, argumentou que a doutrina jurídica era partidária às provas certas e claras na seara criminal.¹⁰¹⁸

Na sequência, alegou que havia, também, em favor do réu a ausência do juramento da denunciante e, mesmo que esta tivesse vindo realizar denúncia em juízo, não poderia ser aceita por estar seu marido ausente e “não poder estar em juízo mulher casada sem assistência de seu marido”.¹⁰¹⁹ Estas nulidades o procurador retirou do título CXII, § 6º, do Livro V das Ordenações, o qual definia que as querelas deveriam ser recebidas se houvesse o juramento dos querelosos. A denunciante Paula da Silva não jurou esta devassa, alegando o título XLVII do Livro I das Ordenações, defendendo, pois, a invalidade da denúncia.

Por fim, alegou que as circunstâncias, o ânimo e a inocência do réu eram suficientes para que fosse alvo da benevolência e piedade do ouvidor “conforme a recomendação do mesmo direito que se incline mais para ela do que para o rigor”.¹⁰²⁰ A isso acrescera que o réu era “um pobre peão que vive de jornal para alimentar seus pais”, e neste sentido citou o Alvará

¹⁰¹³ PEGAS, 1682; manter no horizonte as considerações das notas anteriores.

¹⁰¹⁴ Para tanto, cita o brocardo “*Ut accusato vi delictum non probante Reus dicatur docuisse pro sumptio de e jus innocentia*” (APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fls. 40-v e 41).

¹⁰¹⁵ FEBO, Melchior. **Decisionum Senatus Regni Lusitaniae**: in quibus multa quae in controversiam quotidie vocantur, gravissimo Illustrium Senatorum iudicio deciduntur. Tomo primeiro. Lisboa: Ex Officina Georgii Roderici, 1623; sobre o jurista, ver anexo I e manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹⁰¹⁶ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fls. 41-v.

¹⁰¹⁷ AMARAL, 1733, verbo *Delictum*, n. 39; APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fls. 41-v.

¹⁰¹⁸ AMARAL, 1733, verbo *Delictum*, n. 25.

¹⁰¹⁹ APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fls. 42.

¹⁰²⁰ *Ibidem*, fls. 42-v.

que determinava execução específica de sentenças aos réus que fossem “peões plebeus” e pessoas escravizadas, alegando que o réu adentrava nesta condição e neste estado.¹⁰²¹

Na sequência, em 28 de junho de 1782, o ouvidor Antônio Barbosa de Matos Coutinho decidiu que Francisco Ricardo deveria ser absolvido considerando que todas as testemunhas da devassa juraram de ouvida confusa sobre o furto da prima irmã Ana Michaela, bem como as testemunhas da defesa declararam que o réu estava a três dias de viagem da casa em que Ana Michaela se encontrava.¹⁰²² Os autos de livramento, figurando como uma das estratégias processuais que davam flexibilidade aos termos de aplicação das Ordenações, possibilitavam a exposição dos argumentos da defesa e, no caso de Francisco, a apresentação de um álibi para excluir a culpa que lhe havia sido imputada.

Os depoimentos da defesa e a resolução final destes autos apontam para o direcionamento de que Ana Michaela havia fugido da casa de seus pais em decorrência do temor da correção que seria aplicada por seu pai em exercício do poder doméstico. Não há nas fontes indicações a respeito de qual teria sido a transgressão praticada por Ana Michaela – conduta esta que possivelmente era um desvio da ordem social, e não da ordem jurídica considerando não ter sido alegada em momento algum para desacreditar a sua reputação. Este caso traz reflexões acerca da ordem moral social no âmbito do governo da casa, indicando que os pais talvez não adotassem modos brandos a depender do comportamento das filhas, talvez a ordem sexual, sobretudo considerando que Ana Michaela era uma mulher casada sob o poder do pai em decorrência da ausência de seu marido.

A prática das mulheres, na ausência do chefe de família, irem buscar assistência em outro ambiente doméstico ou em recolhimentos aparenta ter sido bastante comum na América Meridional. Na região de Paranaguá e de Curitiba não foram encontradas notícias acerca de recolhimentos destinados às mulheres, e as fontes sugerem que a prática destas vilas era que a mulher fosse mantida na casa de familiares quando da ausência do marido ou dos pais. Excetua-se desta lógica aquelas mulheres que constituíram seus domínios domésticos e eram elas mesmas as chefes de família de suas casas.

* * *

Incesto

¹⁰²¹ *Ibidem*, fls. 43.

¹⁰²² APPR. PB 045.PC2357.78, 1782, fls. 43-v.

O segundo caso de acusação de incesto fora o de Cecília Maria de Jesus, em termos bastante diferentes da situação de Ana Michaela.

Em 5 de maio de 1800 Cecília Maria de Jesus, moradora da vila de Curitiba, ingressou com seu pedido de livramento na Ouvidoria – em correição – com fundamento no perdão real dado por meio de uma Ordem Régia expedida pelo príncipe regente e despachada pelo ouvidor João Batista dos Guimarães Peixoto. Cecília encontrava-se desde 14 de abril nos cárceres da câmara em decorrência de pronúncia exarada em devassa de acusação de incesto.¹⁰²³

Para atestar a identificação social de Cecília nos termos de sua qualidade, seu estatuto e condição, anota-se sua descrição física conforme o auto de prisão¹⁰²⁴: tinha 26 anos, era solteira e era uma “mulher branca estatura ordinária delgada de corpo alva rosto comprido cabelos pouco ruivos crescidos e corredios olhos pequenos boca ordinária bons dentes e miúdos”.¹⁰²⁵ A qualidade, pois, decorria do estatuto de mulher branca, a condição era solteira.

Na devassa geral que ensejou a culpa, tirada pelo ouvidor João Baptista dos Guimarães Peixoto em correição na vila em 20 de março de 1800, foram realizados 46 questionamentos acerca dos delitos e das condutas impróprias que poderiam ter ocorrido na vila, sendo que o vigésimo oitavo e o vigésimo nono referiam-se, respectivamente, às práticas de incesto e de alcovitaria. Nestes, em específico, cinco das trinta testemunhas ouvidas declararam a incorrência de Cecília Maria de Jesus.

O primeiro dos depoentes a citar seu nome, Inácio Lustosa de Andrade, manifestou que era “público e notório” que Cecília mantinha tratos ilícitos “de portas a dentro em casa de seu Pai” com um parente¹⁰²⁶, informação esta lhe havia sido passada por Dona Maria Francisca viúva. Um ponto interessante deste depoimento é que a testemunha denomina Cecília enquanto uma “parenta honrada”, e a denúncia aqui lhe é feita enquanto um desdobramento da delação do parente com quem estava tendo relações. Isto é, o depoimento fora no sentido de apontar ao parente e não necessariamente à Cecília.¹⁰²⁷

¹⁰²³ Os autos que deixam conhecer essa narrativa são os autos de livramento de Cecília Maria de Jesus em decorrência de ter sido pronunciada em uma devassa de incesto (APPR. PB 045.PC3077.112, Caixa 112, Curitiba, Autos crimes de livramento entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Cecilia Maria de Jesus, 1800).

¹⁰²⁴ Copiado aos autos do “livro que serve para autos de prisões, (...) a f. 23” pelo escrivão Antônio Antunes Rodrigues, realizado pelo mesmo escrivão no momento em que Cecília Maria de Jesus foi entregue ao carcereiro Joaquim Alvares Cardoso (APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 4).

¹⁰²⁵ APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 4-v.

¹⁰²⁶ Tendo em vista os depoimentos serem cópia os demais nomes que foram citados aparecem omitidos pelo escrivão, sendo todos descritos com a palavra que se entendeu ser “Fcão”. Desta forma, nas frases em que o registro foi feito com esta inscrição optou-se pela substituição por [nome omitido pelo escrivão].

¹⁰²⁷ A frase que cita seu nome é “(...) que [nome omitido pelo escrivão] tem tratos ilícitos com uma sua parenta honrada Cecília” (APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 10).

Nesse ponto, há de se salientar uma sugestão interessante a partir do que foi registrado do dito da testemunha: não obstante estar sendo processada por incesto e ter denúncias de amancebamento, Cecília foi descrita como uma mulher honrada. Ou seja, aqui está um demonstrativo de que nem sempre relações existentes fora do sacramento do matrimônio tridentino fariam com que as mulheres perdessem ou arruinassem suas honras.¹⁰²⁸ Talvez, inclusive, nas situações de incesto e mancebia não fosse essa exatamente a regra. Como o exposto por Nizza da Silva, a realidade dos casamentos denominados clandestinos na América Portuguesa era a flexibilização da proibição de parentesco por consanguinidade (proibindo apenas o primeiro grau em linhas direta e transversal), por afinidade (impedindo somente em linha direta) e das regras estritas de celebração. Muitos dos enlaces tiveram concedidas dispensas matrimoniais, formalmente permitidas após 1790 entretanto em reprodução na colônia já em momentos anteriores.¹⁰²⁹

Com essa reflexão, o objetivo não é desconsiderar a existência dos processos eclesiásticos contra incestos e amancebamentos/concubinatos, portanto ressalte-se a profusão destes no Arquivo da Arquidiocese de São Paulo.¹⁰³⁰ Busca-se compreender o significado da descrição de “mulher honrada”, não obstante as denúncias. Um dos fatores que se pode levantar é, novamente, a existência do escândalo. Isto é, talvez esta espécie de relacionamento fosse moderadamente comum, representando um fator problemático à compreensão social quando objeto de algum escândalo.

Na sequência, Maria Francisca da Costa¹⁰³¹ foi chamada a depor como testemunha referida e declarou que era público e notório que um morador da vila tinha um filho “de uma parenta chamada Cecília com quem vive de portas a dentro com todos os indícios escandalosos de sua concubina”. Afirmou que os sogros de Cecília assumiam que a criança era de seu filho e que os deixavam a sós quando se ausentavam da vila, enquanto Francisca Pereira, mãe de Cecília, queixava-se com a depoente a respeito do relacionamento mantido pela filha.

Nesse testemunho, da mesma forma como o anterior, percebe-se que a denúncia é direcionada ao homem envolvido no que Maria Francisca denominou de concubinato, sendo

¹⁰²⁸ TWINAM, 1998, pp. 79-84

¹⁰²⁹ SILVA, M., 1984, pp. 110-111; 113; 133.

¹⁰³⁰ Documentação esta mantida no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CEDOPE. Estes processos eclesiásticos, muito embora não utilizados na escrita desta tese em decorrência do objetivo principal de trabalhar com a justiça secular, foi consultada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Segundo a contabilização dos casos feita por Rafael Ribas Galvão entre 1750 e 1800 em Curitiba e em Paranaguá, o concubinato, em sentido amplo, foi o crime mais processado nos juízos eclesiásticos, correspondendo a 61 casos dentre o total de 85, dos quais 20 eram especificamente incestuosos. (GALVÃO, 2006).

¹⁰³¹ Maria Francisca da Costa tinha 50 anos, era dona viúva, vivia de seu negócio de fazenda seca, era natural e moradora de Curitiba.

que a citação ao nome de Cecília fora em sua referência. Ainda, importante salientar que a fonte sugere que Francisca e a testemunha detinham algum grau de relação entre comadres, considerando que aquela, muito provavelmente em tom de desabafo, reclamou da situação da ausência de matrimônio da filha. Ao contrário das situações ensejadas por depoimentos de conversas particulares no caso de Ana de Ramos, nesta ocorrência acredita-se que Maria Francisca poderia crer que, ao denunciar o concubinato na pessoa do homem que dele participasse, estaria talvez auxiliando que houvesse um imperativo de casamento entre o casal e, conseqüentemente, cessasse a angústia de Francisca.¹⁰³²

Embora possa ser questionado o filtro posto pelo escrivão ao depoimento, a presença do termo “escandaloso” parece ir de encontro ao dito anteriormente. Aparentemente esta era o entendimento social que daria o tom para que uma determinada relação fosse ou não denunciada. E pelo que a testemunha sugestiona, parece ter sido o nascimento de um filho fruto da relação que dera o pontapé para que a união fosse denominada de amancebamento incestuoso e concubinato.

Depondo novamente enquanto testemunha décima da devassa, Maria Francisca voltou a citar as queixas de Francisca com relação à situação da filha, desta vez, todavia, o escrivão registra as palavras que supostamente por ela tinham sido utilizadas: “Vejam que os pais de [nome omitido pelo escrivão] tiraram a minha filha do meu poder para eu ver andar amancebada com o dito [nome omitido pelo escrivão], e parir dele agora um menino”.¹⁰³³

Novamente foi citado o nascimento de uma criança e, ressalte-se, houve a informação de que Cecília haveria sido retirada do poder de Francisca aparentemente contra a vontade desta. Ainda, parece ter sido a gravidez o motivo de Cecília ter ido morar na casa do parente com quem mantinha relações e isso aparentemente causou o desvio do consenso social: passaram, então, a denominar o relacionamento de escandaloso.

O próximo depoente, Luis Gomes da Silva, declarou igualmente ser público e notório o relacionamento entre um morador da vila e “sua parenta honrada” Cecília, alegando que viviam incestuosamente e amancebados. O depoente citou, inclusive, que havia visto dois pasquins em locais “públicos” desta vila “que diziam respeito ao dito incesto da maneira seguinte = Senhor [nome omitido pelo escrivão] morador no seu sobrado com sua prima Cecília vivendo amancebado = Senhor [nome omitido pelo escrivão], Senhora [nome omitido pelo

¹⁰³² APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fls. 10-v, 11.

¹⁰³³ *Ibidem*, fl. 12.

escrivão] não sejam alcoviteiros, e mais o que quiser”, que foram também vistos por Joaquim Eusébio e pelo depoente arrancados.¹⁰³⁴

Consoante esta descrição, está claro que não fora ela denunciada isoladamente. Seu parente aparentemente foi o principal denunciado, sendo ele o amancebado com uma prima sua, e não Cecília que andava amancebada com um primo seu. A própria omissão do nome por parte do escrivão pode levar ao questionamento da importância deste homem à vila, considerando que por fazer parte do crime poderia ser nos autos exposto.

Joaquim Eusébio Gonçalves relatou que arrancou um dos pasquins colocados nas esquinas da vila e afirmou que havia neles a inscrição de que Cecília vivia amancebada com um parente seu. Por derradeiro, o último depoente a citar seu nome foi Antônio Moreira dos Santos, que, na esteira dos demais depoimentos – talvez até mesmo induzido pelo escrivão em decorrência do uso das mesmas palavras –, relatou que a situação de concubinato era pública e notória.¹⁰³⁵

Note-se que a descrição de “mulher honrada” à Cecília foi manifesta apenas pelos homens depoentes, e não por Maria Francisca. O tom de como o escrivão registrou os testemunhos aventa uma certa proximidade da depoente com relação à família de Cecília, sobretudo com a sua mãe, e uma distância de Luis e Joaquim. Estes relataram saber dos acontecimentos a partir dos pasquins, não declararam nem ter ouvido boatos correrem entre as pessoas da vila, ao passo que Maria Francisca expôs conversas – muito provavelmente particulares – diretamente com a mãe de Cecília, queixando-se dos comportamentos da filha, de seu suposto genro e da família que a levava para morar com ele.

Isso pode ser reflexo, assim como no caso de Ana de Ramos, de uma certa vigilância das mulheres com relação ao proceder das jovens com as quais mantinham alguma forma de sociabilidade. As mães muito provavelmente intentavam educá-las no sentido das condutas quistas e em determinados momentos não é difícil imaginar que as tenham repreendido e as tenham tentado disciplinar com base nas normatividades – e nas camadas de aceitabilidade – que conheciam. Contudo, as próprias experiências destas jovens as demonstravam outra gama de normas sociais aceitáveis: o encontro com homens, o relacionamento e a manutenção de relações sexuais. Estas práticas poderiam colocá-las em risco de máculas à honra pela perda da honestidade, porém como o presente caso sugere, poderia ser que a honra – ao menos perante os círculos sociais que estivessem fora da própria família – não detivesse tantas rachaduras a

¹⁰³⁴ APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 11-v.

¹⁰³⁵ *Ibidem*, fls. 13, 14-v.

ponto de deixá-la em ruína. Cecília passou a residir com o companheiro em um sobrado no centro da vila, não parece que sua honra tenha sido aniquilada.

No que tange a esses testemunhos, outro aspecto que chama a atenção são as citações à existência de pasquins em circulação na vila, uma espécie de folheto que, segundo Bluteau, carregava consigo uma sátira escrita e era normalmente afixado em ruas e portas.¹⁰³⁶ Luciano Figueiredo, contudo, defende que esta definição é rasa para a compreensão do que realmente constituía este manuscrito e afirma que não carregavam necessariamente o gênero literário satírico bem como não tinham como única função difamar os moradores da vizinhança. Para a primeira metade do XVIII, eram descritos como qualquer papel escrito à mão e de publicação descontínua, contendo textos ou desenhos anônimos ou de falsa autoria, contendo críticas de natureza pessoal ou não, afixado em local de grande visibilidade ou distribuídos à população.¹⁰³⁷ Seu objetivo era tecer críticas ásperas a pessoas ou a grupos.¹⁰³⁸

Ao que o depoimento das testemunhas indica, a prática parece ter sido relativamente frequente na vila – considerando a menção a dois pasquins – e a afixação era feita em regiões mais centrais, espaços estes que eram constituídos por esquinas, reforçando os estudos de Figueiredo.¹⁰³⁹

Em decorrência do anonimato que permitiam, esses folhetos continham usualmente uma linguagem ríspida que dificilmente é encontrada em outras espécies de fontes deste período.¹⁰⁴⁰ Isso poderia ser reflexo da ausência de personagens que fizessem o intermédio entre o que se estivesse a declarar na oralidade e o que fosse registrado no papel, sobretudo oficiais, e pela própria finalidade do manuscrito, considerando que não seria registrar um depoimento, atestar uma petição, informar por correspondência, mas sim proferir uma opinião, realizar uma denúncia, intentar uma humilhação pública.

¹⁰³⁶ BLUTEAU, 1789b, p. 164; 1720, p. 296.

¹⁰³⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Escritos pelas paredes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 43, pp. 44-61, 2007, p. 44.

¹⁰³⁸ ARAÚJO, E., 1997, p. 330.

¹⁰³⁹ Figueiredo pesquisara especificamente os pasquins produzidos em contextos de rebeliões mineiras, tanto que os denominou de uma espécie de “papéis sediciosos”. Afirma terem sido uma prática bastante difundida no Império Ultramarino Português, tanto na metrópole quanto na América (nesta desde pelo menos 1587), circulando sobretudo em momentos de tensão na cultura política (FIGUEIREDO, 2007, p. 44; ARAÚJO, E., 1997, p. 330). Já em 1767 havia notícias destes manuscritos circulando pela capitania de São Paulo, segundo a informação de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo, a Sebastião José de Carvalho e Melo, no período conde de Oeiras: descreveu a afixação de um pasquim na porta da Igreja de Santa Rita durante uma novena de comemoração do aniversário de D. José I. Anonimamente, chamaram-no de “Fidalgo de Aldea, e de meya tigela” e “destruidor do Povo” em ataque à sua administração, e a desconfiança de autoria residia nos jesuítas recém chegados e nos oficiais do conselho (DIHCSP, v. XXIII, 1896, pp. 187-190).

¹⁰⁴⁰ FIGUEIREDO, 2007, p. 44.

As devassas de incesto eram tiradas pelo ouvidor a todo início de ano e essa era uma das perguntas específicas que deveria fazer às testemunhas.¹⁰⁴¹ Reflete-se, assim, o porquê a denúncia de Cecília foi feita através dos pasquins, um formato que garantia a permanência do anonimato e permitia uma linguagem mais direta e grosseira, e não diretamente ao juiz ordinário ou ao ouvidor quando em correição. Por que, então, a/o denunciante optou pela disseminação ampla e anônima da informação?

Como supracitado, talvez a denúncia não tenha sido feita com objetivo de levar Cecília a cárcere, mas sim o homem com quem residia e vivia como se casada fosse. Outro elemento interessante nestes depoimentos, e que nos permite refletir sobre as nuances da denúncia, é a menção ao sobrado em que residia o casal. Aparentemente, não somente viviam na região central da vila, mas em uma construção considerada de elite em comparação às residências mais comuns – as casas térreas –, porém não ostensivas como as “casas nobres”. Os sobrados eram construções estreitas e fundas, com uma parte térrea, uma ou mais partes superiores – construídas com um assoalho suspenso – e com poucas janelas, número muito menor do que as casas nobres.¹⁰⁴² Isso deixa entrever o grupo social em que provavelmente estavam. Pode ser que o companheiro de Cecília fosse um homem importante, ou até mesmo uma autoridade da vila, o qual não havia sido denunciado em devassa geral pelo receio dos moradores em receberem represálias, e que costumavam possuir uma casa na região urbana e outra residência – um sítio, rancho, arraial ou fazenda – no campo, principalmente os que desempenhassem funções oficiais e os que sobrevivessem de seus negócios tratados nos núcleos urbanos. Pode-se especular ter sido essa a situação do primo com quem Cecília se relacionava considerando que ter duas residências facilitava a manutenção de concubinas. A acusação foi direcionada a Cecília, instalada na cidade, enquanto talvez a esposa e a família poderiam estar residindo na área rural.¹⁰⁴³

Os pasquins fixados em esquinas foram utilizados como instrumentos de denúncias de quebra da ordem moral aos que se encontravam fora das normatividades de comportamento requeridas pela sociedade da época. Não continham sátiras, mas frases certeiras e diretas de apontamento crítico aos transgressores. Poderiam, também, representar um ataque político ao companheiro de Cecília. De todo modo, aparentemente o intento era publicizar a relação, torná-la conhecida daqueles que transitassem no centro da vila e, conseqüentemente, suscitar a

¹⁰⁴¹ OF, L. I, tit. LVIII.

¹⁰⁴² SILVA, M., 1993, p. 212; NOVAIS, Fernando (dir.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 1. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 64.

¹⁰⁴³ *Ibidem*, p. 210.

desaprovação coletiva. A tentativa de fazer com que o relacionamento contra a ordem moral adquirisse maior fama e, conseqüentemente, avultasse maior escândalo aponta para busca da humilhação do casal perante a vizinhança.

Finalizada a cópia do traslado de culpas da ré suspeita, o ouvidor solicitou que fosse juntada a cópia do perdão régio, cujo teor era o seguinte

Certifico e faço certo que revendo a Carta Régia de rígida por Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo General desta Capitania Antônio Manoel de Melo Castro, e Mendonça, e por ele remetida por copia ao Doutor Ouvidor Geral, e Corregedor desta Comarca João Baptista dos Guimarães Peixoto, cuja carta é do teor, e forma seguinte = Antônio Manoel de Melo Castro, e Mendonça Governador, e Capitão General de São Paulo, Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Tendo em consideração esta Faustíssima ocasião de Meu Real Decreto de quinze de Julho do presente ano, e Desejando corresponder com os efeitos da Minha Real Benignidade no que pode ser compatível com a justiça ao amor que todos os Vassallos Portuguezes tem manifestado ao Meu Real serviço nas demonstrações com que aplaudirão o motivo do referido Meu Real Decreto de quinze de Julho do presente ano: sou servido fazer Mercê aos Presos que estiverem por causas crimes nas cadeias públicas dos Distritos dessa Capitania, não tendo parte mais que a Justiça, de lhes perdoar livremente, por esta vez, todos, e quaisquer crimes, pelos quais assim estiverem presos, excetuando os seguintes pela gravidade deles ao serviço de Deus, e seus Santos: Inconfidência: Moeda Falsa: Testemunho Falso: Matar, ou ferir, sendo de proposito, sendo com Arcabuz, ou Espingarda: Dar Peçonha, ainda que morte se não siga: Morte cometida atreçoadamente: Querelante Prisões por força. Pôr fogo a cientemente: Forças mulheres: Soltarem Presos a carcereiros por vontade, ou peita: Ferimento de qualquer juiz, ou Pancadas, posto que Pesaneo, ou Venteneiro seja sendo sobre seu officio: Ferir que posse de um marco de prata: Ferida pelo rosto, com tenção de a dar se com efeito se deu em carcereiro: E outrossim ladrão formigueiro a terceira vez, nem condenações de açoites sendo por furto. É minha vontade, e Mente que exceto estes crimes aqui declarados que ficaram nos termos ordinários da justiça, todos os mais fiquem perdoados, não tendo parte mais que a Justiça. O que se entenderá tendo perdão delas, ainda que as não acusem, ou não aparecendo por contar que as não há para poderem acusar, ficando sempre o seu Direito salvo as ditas Partes neste segundo caso para acusarem os Réus perdoados quando apareçam, e o queiram é perdoar somente aos ditos Réus a satisfação da Justiça, e não prejudicar as ditas partes no direito que lhes pertencer. E para serem os ditos criminosos perdoados serão vistas as culpas pelo juiz o que todas para se haver este perdão por conforme a elas na forma ordinária o que assim fareis executar. Escrita no Palácio de Queluz aos vinte e oito de Agosto de mil setecentos noventa, e nove = Príncipe

Não foi rara a expedição de perdões régios de maneira ampla e sem a existência anterior de requerimento específico para doação de carta de perdão. A ordem jurídica criminal estava amparada nessas estratégias simbólicas que, ameaçando aos súditos com a inscrição de penalizações cruéis, perdoava pautado na clemência e na misericórdia. A forma mais comum de doação do perdão diretamente do rei eram os requerimentos encaminhados ao Desembargo do Paço, através da qual eram dadas as cartas de perdão. É plausível que pouquíssimos requerimentos oriundos das franjas do império fossem para a Mesa encaminhados, é de se refletir que a demora de uma possível resposta fosse muito superior às decisões, muito provavelmente de livramento, dadas pelos ouvidores. Então, assim como as fontes deixam

entrever estratégias locais que findavam com baixíssima punibilidade, a presença de perdões gerais poderia levar a crer que seria essa a estratégia empregada da metrópole com impactos não somente no reino mas nos confins do império.

Não houve termo de soltura de Cecília, mas é muito provável que tenha sido livrada do cárcere.

Nesta mesma devassa foram também pronunciadas mais três pessoas, uma mulher e dois irmãos, pelo crime de alcovitaria.¹⁰⁴⁴ No mesmo traslado de culpas, o escrivão copiou também os trechos dos depoimentos que apontavam para a existência de um prostíbulo na região urbana da vila. Levando em conta que um dos questionamentos realizados às testemunhas fora se havia “alguns homens, ou mulheres, que sejam alcoviteiros solicitando mulheres para outrem, ou que deem casa para tratos ilícitos por meio de alcovitice”¹⁰⁴⁵, Luis, Antônio e Maria Francisca declararam ter conhecimento da existência de dois irmãos alcoviteiros, um homem e uma mulher, filhos de uma moradora na Rua do Fogo. Expuseram que a casa em que os irmãos residiam era famosa pelo movimento de homens e de “moças” que se prostituíam em troca de dinheiro – sendo por eles persuadidas.

Em seu testemunho, Maria Francisca especificando ser vizinha da tal “casa pública de alcovitice”, e assegurando que não a frequentavam as “mulheres honradas, e graves que se há nesta vila”, declarou ter ouvido dos vizinhos que “quem não tinha uma moça prostituta em sua casa não ganhava dinheiro”. Informou, ainda, existir outra casa em que um casal realizava a prostituição de suas sobrinhas e parentes, chamando-as à residência sempre com tal finalidade. Ao conversar com o homem que procedia com a prática, manifestou que “é tão escandaloso que disse a ela testemunha o seguinte = Toda a mulher que se não prostitua e não usa mal do seu corpo, era ou feia ou inferior = querendo assim incendiar a ela testemunha que era bom o mesmo ofício”.¹⁰⁴⁶

O escândalo não era, pois, a ilicitude. Muito embora as prostitutas não fossem incriminadas pelo direito do período, os alcoviteiros deveriam sofrer as sanções postas no título XXXII do Livro V das Ordenações, ao menos no tocante à perda dos bens. Contudo, a permanência – mesmo contra o consenso social – de uma casa com tal configuração no centro da vila aponta para possíveis acordos que poderiam haver entre aqueles que deveriam fiscalizar não apenas o crime bem como a própria região ou até mesmo a tolerância social em relação a certas práticas.

¹⁰⁴⁴ Os nomes destas três pessoas foram omitidos pelo escrivão. (APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 13).

¹⁰⁴⁵ APPR. PB 045.PC3077.112, 1800, fl. 8.

¹⁰⁴⁶ *Ibidem*, fls. 12, 12-v.

A partir dos dados coletados das listas nominativas de 1810, Allan Kato identificou que a Rua do Fogo se localizava no núcleo urbano, à direita da Igreja Matriz e uma das suas extremidades terminava no ponto de coleta de água acima do Pátio da Matriz, denominada Carioca de Cima.¹⁰⁴⁷ Neste local, estava de encontro em formato circular à Rua Fechada, à Rua do Terço e à Rua da Carioca de Cima, e na outra extremidade desembocava na Rua do Lisboa, que dava acesso ao Largo da Matriz. A Rua Fechada, expõe o autor, era o espaço em que a tributação das casas apresentava os maiores valores da região, o que sugere que os moradores dela fossem membros de famílias abastadas e influentes da vila. Era nela, também, que Kato supôs estar situada a câmara da vila, em uma casa muito próxima à Carioca de Cima.¹⁰⁴⁸

Bastante curiosa a existência de um prostíbulo em uma das ruas mais centrais da vila. Isto pode sugerir a tolerância social às práticas da prostituição, além da possível clientela que o local recebia, sobretudo considerando a proximidade da Rua Fechada, cujos moradores detinham algum poder econômico, e da câmara municipal.

Silva expõe não ter sido incomum a existência de casas de prostituição nos centros urbanos, e nelas encontravam-se mulheres brancas, negras e “mulatas”. Segundo o descrito pela autora em citação de Von Leit-hold em 1819 ao caso do Rio de Janeiro, a alcovitaria era exercida por mulheres mais velhas que à luz do dia faziam-se “passar por damas de qualidade” no intuito de despertar o interesse de homens estrangeiros a visitar a casa.¹⁰⁴⁹

Uma sugestão que se pode levantar é a combinação de uma venda de produtos alimentícios com o prostíbulo descrito como meio de ludibriar as autoridades que controlavam as práticas de alcovitaria. Figueiredo e Magaldi salientam que, no cotidiano das Minas Gerais, o desmembramento de pequenos comércios em locais de prostituição de mulheres pobres, forras e escravizadas não era algo raro e contribuía como forma de complementação de renda àquelas, e aos donos das vendas, que ali desempenhassem funções. Não era incomum, ainda, que estas mulheres trabalhassem no cozimento dos alimentos ou no balcão do comércio e na prostituição, significando algumas vezes, na ótica dos autores, uma prática quase obrigatória no caso das escravizadas.¹⁰⁵⁰

O meretrício, como visto, não era descrito como delito pelas Ordenações, mas pode-se estimar que a ordem moral cuidava de disciplinar as mulheres que o praticassem. Causavam

¹⁰⁴⁷ Corresponde à seção da atual Rua São Francisco (KATO, Allan. **Retrato urbano**: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 64).

¹⁰⁴⁸ KATO, 2011, p. 48; 64, 69; 164

¹⁰⁴⁹ SILVA, M., 1995, pp. 89-90.

¹⁰⁵⁰ FIGUEIREDO, MAGALDI, 1985, pp. 56-57.

a desordem, e poderiam de algum modo serem perseguidas informalmente pelas autoridades pautadas pela moralidade religiosa, como relatam Figueiredo e Magaldi.¹⁰⁵¹ Porém o que a fonte em análise sugere é que a própria vizinhança as disciplinaria com o controle e alguma possível manifestação de repressão nos espaços públicos, como a emissão de insultos. Não há como concluir seguramente pela repressão ativa, mas de todo modo o controle no intuito do disciplinamento social moral resta visível.

Retornando às imputações de incesto, a diferença dos tratamentos dados a Ana Michaela e a Cecília sobretudo pela vizinhança é uma questão saliente nos processos, e talvez seja o fator que um caso indique maior escândalo causado por um em comparação a outro. A ilicitude estava presente em ambos os casos, porém aparentemente o que definira o desenrolar das situações a uma e a outra foi o escândalo.

* * *

Tratos ilícitos

O caso de Ana Gonçalves envolve acusações de tratos ilícitos levantadas por seu pai, e pelo juiz ordinário foram enquadradas enquanto adultério, incesto e aleivosia.¹⁰⁵² A denominação da existência de tratos ilícitos entre homens e mulheres não era incomum tanto na América Portuguesa quanto na metrópole. Conforme Braga, em Portugal os envolvidos frequentemente assumiam conscientemente que estavam com comportamentos irregulares, descrevendo suas condutas enquanto “desencaminhamento de moças”, “conversações ilícitas”, “amizades ilícitas”, “andar ou viver em pecado” e ter “tratos ilícitos”.¹⁰⁵³ Seria, pois, uma forma

¹⁰⁵¹ *Ibidem*, p. 57.

¹⁰⁵² Este caso é conhecido por meio de quatro autos que mantêm referência a dois processos judiciais principais. O primeiro é o auto de livramento crime de Diogo Gonçalves Ribeiro, acusado a partir de uma denúncia feita por Ângelo de Chaves de Siqueira em decorrência dos tiros contra ele dados (APPR. **PB 045.PC2595.88, Caixa 88**, Curitiba, Autos de livramento crime entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Diogo Gonçalves Ribeiro, 1786); há, deste, um traslado copiado pelo escrivão local para ser armazenado no juízo enquanto os originais teoricamente seriam remetidos às instâncias superiores (APPR. **PB 045.PC2594.88, Caixa 88**, Curitiba, Traslado de autos de livramento crime que vão remetidos deste Juízo Ouvidoria de Paranaguá para a cidade e Relação do Rio de Janeiro entre partes abaixo A. A Justiça por seu Promotor, R. seguro Diogo Gonçalves morador de Santo Antônio da Lapa, 1786). O terceiro e o quarto referem-se a traslados dos autos de livramento de Ângelo de Chaves de Siqueira, oriundos de uma querela dada por Diogo Gonçalves Ribeiro contra Ângelo de Chaves de Siqueira em queixa a tratos ilícitos tidos com Ana Gonçalves, ambos cópia do original remessado *ex officio* à Ouvidoria e posteriormente à Relação do Rio de Janeiro, muito provavelmente um manteve-se arquivado no Juízo Ordinário e outro na Ouvidoria. (APPR. **PB045.PC2776.97, Caixa 97**, Curitiba, Traslado de uns autos de livramento crime que vão por deste Juízo Superior remetidos por Apelação para a Relação do Estado da Cidade do Rio de Janeiro, 1788; APPR. **PB 045.PC2799.98, Caixa 98**, Curitiba, Autos crimes que vão deste Juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá para a Superior Instância da cidade do Rio de Janeiro para a Relação, 1788).

¹⁰⁵³ BRAGA, 2003, p. 67.

de descrever o comportamento socialmente reprovado sem que fosse possível ou quisto defini-lo. No caso em voga, aparentemente a alegação do pai de Ana apontara para tratos ilícitos por não estar bem certo a qual crime era possível incriminar o homem envolvido no caso, Ângelo de Chaves de Siqueira.

Em 21 agosto de 1786, na freguesia de Santo Antônio da Lapa, termo da vila de Curitiba, Ana Gonçalves estava em companhia de Ângelo de Chaves de Siqueira em local próximo ao monjolo do sítio de seu pai, Diogo Gonçalves Ribeiro, quando seu irmão, Francisco Gonçalves, os avistou, alterou vozes e disparou sua espingarda na direção de Ângelo. Em decorrência do barulho, Diogo Gonçalves Ribeiro, que estava trabalhando em sua carpintaria, dirigiu-se à região e encontrou seu filho, que lhe descreveu que “passando pela aguada em lugar oculto achou o queixoso Ângelo de Chaves junto com uma sua irmã”. Houve o disparo de mais um tiro por parte dos Gonçalves enquanto o alvo escapava a cavalo, restando-lhe vários bagos de chumbo pelas costas e pelo lado esquerdo do corpo.¹⁰⁵⁴

Direcionando-se à casa do juiz vintenário¹⁰⁵⁵, Joaquim José Leite, foi-lhe feito o auto de vistoria e corpo de delito na presença de quatro testemunhas. Nesta oportunidade, Ângelo de Chaves de Siqueira relatou que tomara dois tiros de espingarda, um dado por Diogo Gonçalves Ribeiro e outro por seu filho, Francisco Gonçalves, sendo que este o seguira com a finalidade de “o acabar” porém o desencontrou. Em decorrência desta denúncia, foi aberta a devassa pelo juiz ordinário da vila de Curitiba, Antônio José Teixeira, em 29 de agosto, por meio da qual foi realizada oitiva de 30 testemunhas e uma referida, expedida a pronúncia de captura de Diogo Gonçalves Ribeiro e de seu filho Francisco Gonçalves após os 15 primeiros depoimentos, incluindo o da testemunha referida.

Os depoentes declararam saber do ocorrido seja por terem alguma relação parental com os envolvidos, seja por ouvirem dizer aos rumores. Isto é, detinham maior proximidade com o acontecimento por estarem na vizinhança dos envolvidos no caso. A partir dos depoimentos é possível retirar as informações de que Ana Gonçalves era uma jovem casada, e estava em casa de seus pais em razão da ausência de seu marido. Estava em uma segunda feira pela manhã com Ângelo na região do engenho do sítio de seu pai, portanto perto da fonte de água em um local um pouco afastado e oculto. Ambos estavam em uma “tapera”, mas os

¹⁰⁵⁴ APPR. PB 045.PC2595.88, 1786, fl. 14.

¹⁰⁵⁵ Os juízes de vintena eram selecionados pelos membros conselhos para atuar nas freguesias das vilas. De acordo com Hespânia, o exercício de suas funções estava mais baseada na oralidade, sem a necessidade de grandes formalismos, nomeadamente por meio do rito sumário. Por este fator, este personagem é visto, em comparação aos ofícios de desempenho de funções jurisdicionais, como detentor de uma maior rusticidade (HESPÂNHA, 1994a).

testemunhos não concordam a respeito do que estaria o casal fazendo quando surpreendidos por Francisco Gonçalves: um deles declarou que Ana estava lavando milho enquanto conversava com Ângelo¹⁰⁵⁶, outras duas informaram que estaria retirando um pé de laranjeira para doá-lo a Ângelo¹⁰⁵⁷, outro disse que estava lavando roupa quando chegara Ângelo¹⁰⁵⁸, outros relataram que estavam conversando¹⁰⁵⁹, outros apenas afirmaram que eles estavam apenas juntos no referido local¹⁰⁶⁰ enquanto outros, por fim, afirmaram não saber do motivo pelo qual Diogo e Francisco Gonçalves dispararam os tiros¹⁰⁶¹ ou nem mencionaram que existira tal motivação.¹⁰⁶² Após a chegada do irmão de Ana Gonçalves, Ângelo de Chaves foi baleado por ambos pai e filho e, devido à fuga, deixou no local um calção de cetim de lã cor de rosa, “rebuço”¹⁰⁶³, ambos partes de seu vestuário, e um trilho de cano de espingarda com o qual açoitava o cavalo em que andava.

A inconsistência das declarações das testemunhas¹⁰⁶⁴ a respeito do que Ana e Ângelo estavam fazendo juntos, combinada com partes da roupa (as calças e uma capa que permitia esconder o rosto) e o trilho da espingarda deixados no local por Ângelo levantam algumas suspeitas de que poderia ter ocorrido algo relativo a comportamento sexual.

O Capitão Francisco Teixeira Coelho, relatou que após o ocorrido Ana foi à sua casa e lhe dissera que estava fugindo de seu pai e de seu irmão para que não a matassem depois de a terem visto na companhia de Ângelo no mato. Ainda, declarou o depoente que havia encontrado Francisco Gonçalves e este lhe assumira ter dado um tiro em Ângelo e o seguido até sua casa.¹⁰⁶⁵

Ao fim de todos os depoimentos, a conclusão do juiz ordinário foi pela manutenção da pronúncia já expedida, e consequente lançamento de Diogo e de Francisco Gonçalves no rol de culpados. Não há, todavia, entre os documentos da devassa copiados o auto de prisão, e tendo

¹⁰⁵⁶ Jerônimo Gomes de Siqueira, testemunha 1ª; sobre detalhes a respeito deste personagem, ver anexo II.

¹⁰⁵⁷ Inácio Dias de Meira, testemunha 3ª; Manoel Gonçalves de Araújo, testemunha 11ª; Francisco de Almeida Lopes, testemunha 14ª; para detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹⁰⁵⁸ Manoel da Luz Colasso, testemunha 8ª; para detalhes sobre este personagem, ver anexo II.

¹⁰⁵⁹ Manoel Alves de Siqueira, testemunha 4ª; Francisco Esteves de Oliveira, testemunha 9ª, relatou que estavam conversando “ocultamente”; Pedro Alves de Oliveira, testemunha 12ª, declarou, ainda, que sua companhia havia visto Francisco Gonçalves “andar com espingarda todo resabiado a perguntar pelo ferido”; ver anexo II.

¹⁰⁶⁰ Alferes Joaquim Vicente, testemunha 2ª; Francisco Gomes, testemunha 6ª; Joaquim Pereira de Azevedo, testemunha 15ª; Gaspar Correia Lobo, testemunha 16ª; para detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹⁰⁶¹ José Pires de Moraes, testemunha 5ª; Ignácio Fernandes Paes, testemunha 7ª; para detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹⁰⁶² Manuel da Veiga do Prado, testemunha 10ª; Joaquim Ferreira Terra, testemunha 13ª; Salvador de Lima Madureira, testemunha 17ª; para detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹⁰⁶³ Conforme Bluteau, seria uma espécie de capuz costurado junto à capa que possibilitava cobrir uma parte do rosto (BLUTEAU, 1789b, p. 292)

¹⁰⁶⁴ Refletindo que, também, poderiam ter sido influenciadas nas inquirições do magistrado bem como no registro do escrivão.

¹⁰⁶⁵ APPR. PB 045.PC2595.88, 1786, fls. 28, 28-v.

em vista que os autos de livramento em questão dizem respeito a Diogo, não existem nas fontes informações suficientes que possibilitem concluir pelo aprisionamento também de Francisco Gonçalves. A sugestão poderia apontar no sentido de que este suspeito teria fugido para que não fosse aprisionado.

Na continuidade, portanto, dos autos de livramento de Diogo, iniciados em 16 de outubro, Ângelo declarou desistência, deixando a acusação a cargo do promotor do conselho. No libelo crime houve a acusação de que fora o réu o autor dos disparos, sendo que na contradita a alegação era ter sido seu filho, Francisco Gonçalves, considerando que estava retornando da caça naquele momento e trazia consigo uma espingarda. As testemunhas levadas pela defesa¹⁰⁶⁶, todos homens residentes na mesma freguesia, sustentaram os termos arguidos pelo réu, sustentando que Ângelo estava em uma região de mata com Ana mantendo tratos ilícitos e foi encontrado por Francisco Gonçalves, que disparara a espingarda. Na fuga de Ângelo, ainda, afirmaram as testemunhas que deixara para trás um lenço e uma faca.¹⁰⁶⁷

Considerando as alegações bastante semelhantes entre os depoentes, a ausência de qualquer adição de algum acontecimento e a inexistência de registro que permita auferir que algum deles esteve presente no momento da ocorrência, é plausível pensar que todos fossem vizinhos, conhecidos e possivelmente compadres de Diogo, até porque o objetivo dos testemunhos era a sua defesa. Na citação de que existira tratos ilícitos entre Ângelo e Ana, nenhum declarou ser esta relação pública ou notória, o que permite afirmar, neste processo, pela inexistência de fama de Ana.

Algumas questões possíveis de serem levantadas surgem a partir do relato das testemunhas de que Ângelo havia esquecido no local, em razão da fuga ter muito provavelmente sido de supetão, partes de seu vestuário – conforme disseram três das testemunhas da devassa que moravam na vizinhança – e um lenço e uma faca – segundo um dos depoimentos da defesa de Diogo.¹⁰⁶⁸ É necessário sopesar os ditos das testemunhas. De todo modo, um questionamento que pode ser levantado a respeito destes itens é: por que o autor teria deixado para trás parte de suas roupas? Aparentemente, os boatos detiveram duas versões distintas. Primeiramente, o fato de Ângelo ter deixado suas roupas no local em que estava com Ana remete a pensar em algum

¹⁰⁶⁶ José Correia Porto, Francisco Antônio de Oliveira, João Manoel Batista de Castilhos; para os detalhes acerca destes personagens, para detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹⁰⁶⁷ No prosseguimento dos autos de livramento de Diogo Gonçalves, houve apresentação de alegações finais por parte do procurador do réu, Manoel Alvares da Cunha Teixeira, defendendo os mesmos argumentos da contradita, acrescidos da alegação de desistência – e consequente perdão – da parte ofendida. Aceitos os argumentos pelo ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rondon, o réu foi absolvido em 22 de janeiro de 1787. (APPR. PB 045.PC2595.88, 1786, fls. 13 até 38). Estes autos, porém, detiveram apelação por parte da justiça por seu promotor, (APPR. PB 045.PC2594.88, 1786).

¹⁰⁶⁸ José Correia do Porto; para detalhes sobre este personagem, ver anexo II.

tipo de relacionamento íntimo entre os dois, porém um lenço e uma faca não apontam para a mesma conclusão e, ainda, apontariam para os excessos havidos por Diogo e Francisco.

Em 18 de novembro do mesmo ano Diogo compareceu ao Juízo Ordinário de Curitiba e apresentou queixa contra Ângelo alegando que este teria mantido tratos ilícitos com Ana. Afirmou que ele nutria a filha em sua casa em razão da ausência de seu marido com todo recato e honestidade, e que o réu buscou meios de ter entrada em sua casa através de vestes de parentesco muito embora fosse igualmente casado. Diogo, portanto, querelou por sentir-se “tão gravemente ofendido, o que assim cometeu o suplicado, por ser pouco temente a Deus, e às Justiças de Sua Majestade Fidelíssima por ser acostumado a cometer semelhantes delitos”.¹⁰⁶⁹

Em seguida, os testemunhos corroboraram o relato de Diogo, acrescentando que o parentesco que supostamente Ângelo teria era com a mulher do querelante, e que por esta razão tinha entrada em sua casa havia tempos. Antiga era, também, a relação ilícita travada entre Ana e o réu, considerando que estava em companhia dos pais por seu marido estar ausente há aproximadamente quatro anos. Contudo, até o momento em que o casal foi surpreendido em região oculta nas redondezas do sítio de Diogo, este e sua mulher não tinham conhecimento do caso.¹⁰⁷⁰

Ao mesmo tempo em que os depoentes poderiam estar direcionados pelos artigos da acusação, ou serem próximos a Diogo a ponto de terem conhecimento da causa apenas por meio das informações que ele lhes haveria prestado, as declarações apontam para um provável cortejo de Ângelo a Ana. O depoimento que poderia ensejar um tanto mais de plausibilidade a esta reflexão e o de Manoel Batista de Castilho evidenciando uma fala da própria Ana, relatando “que a dita Ana lhe contara a ele testemunha que um Ângelo, andava desinquietando mandando-lhe recados”. Ainda, o Capitão Francisco Teixeira Coelho, na devassa geral, relatou que a jovem, após a confusão dada no sítio do seu pai, escondeu-se em sua casa por medo de que seu pai e seu irmão a matassem por tê-la visto na companhia de Ângelo.¹⁰⁷¹ Sopesando a possibilidade de mentiras por parte dos testemunhos, aumento ou diminuição no tom de alguns argumentos, acredita-se que se podem considerar estas duas falas. Não devia ser incomum que as mulheres jovens, muito embora casadas recebessem cortejos dos homens.

¹⁰⁶⁹ APPR. PB045.PC2776.97, 1788, fl. 9-v.

¹⁰⁷⁰ As testemunhas indicadas por Diogo foram, novamente, José Correia Porto, Manoel Batista de Castilho e Francisco Antônio de Oliveira; para detalhes, ver anexo II.

¹⁰⁷¹ APPR. PB045.PC2776.97, 1788, fls. 28, 28-v.

Conclusos os autos, o réu fora culpabilizado pelo juiz ordinário pelos delitos de adultério, incesto e aleivosia.¹⁰⁷² Essa decisão remete à reflexão acerca da imputação do crime de adultério aos homens. O direito criminal inscrito nas Ordenações Filipinas colocava a mulher explicitamente como passível de culpa neste delito mesmo que pudesse ser praticado pelos homens, e aparentemente os oficiais da vila mantinham a tendência à compreensão pelo viés da tradição cristã, isto é, como violação à fidelidade matrimonial. Nesses termos, haveria igual preocupação dos aparatos institucionais em buscar o disciplinamento de ambos os gêneros. Contudo, os amantes das adúlteras poderiam sofrer investigação, acusação e condenação à extensão dela. O que resta interessante nesse caso é que apenas ao marido era dada a capacidade para querelar do adultério; nesse caso não houve nem a alegação ao crime na queixa de Diogo, talvez não importando ao autor da demanda mas sendo salientado pela vizinhança e amparado pelo juiz ordinário.

Ainda, a aleivosia aparenta ter sido um agravante criminal imputado apenas de homens contra homens, como se as relações de amizade e compadrio pudessem ser desenvolvidas apenas entre eles. A frequência em que esta acusação surgiu em relações sociais entre homens traz a reflexão de que alegar a traição de um amigo era apenas aceitável pelos homens.

Em 11 de maio de 1787, Ângelo apresentou sua primeira carta de seguro e requereu ao juiz ordinário em exercício, Miguel Ribeiro Ribas, que fossem iniciados os termos de seu livramento.¹⁰⁷³ Para tanto, requereu citação do querelante para compor a lide. Diogo expressou negativa ao oferecimento de libelo acusatório nos autos de livramento, acostando um termo de perdão feito em 5 de maio em que declarou que em tempo algum seria parte de causa contra o réu e que cedia parte à justiça por seu promotor.¹⁰⁷⁴

Na sequência, pois, o promotor do conselho ofereceu o libelo acusatório fundamentado nos mesmos argumentos expostos por Diogo quando da entrada na querela, especificando que os delitos em que incorrera o réu eram de aleivosia e adultério – não sustentando, portanto, o incesto.¹⁰⁷⁵

¹⁰⁷² “Culpam as Testemunhas desta Querela a Ângelo de Chaves de Siqueira pelo adultério, e incesto, e aleivosia destes delitos entrando em casa do Querelante com a capa de parentesco, para os cometer, lance-se a rol de culpados, e passe-se as ordens necessárias Curitiba nove de Novembro [sic] de mil, e setecentos e oitenta e seis anos = Antônio Jose de Andrade” (*Ibidem*, fl. 11-v).

¹⁰⁷³ Nesta petição, o réu assumiu estar apresentando a carta de seguro fora do tempo determinado possível para a Ouvidoria, portanto por esta razão apresentava ao Juízo Ordinário, e justificou pela distância entre a freguesia em que residia e a vila de Curitiba, além de sua própria pobreza e padecimento a enfermidades (APPR. PB045.PC2776.97, 1788, fls. 2, 2-v).

¹⁰⁷⁴ *Ibidem*, fls. 6, 6-v.

¹⁰⁷⁵ *Ibidem*, fl. 7-v.

Na sua contrariedade, espaço para alegação dos termos da defesa, Ângelo aduziu pela falsidade de todos os argumentos levantados pelo promotor, sobretudo no que tange à existência de tratos ilícitos com Ana. A respeito da incursão em aleivosia pela presença de amizade e parentesco, e consequente “liberdade” de entrada em casa de Diogo, alegou que se houvesse alguma relação entre os envolvidos não era de terceiro nem quarto grau, não sendo por esta razão que o réu ia por algumas vezes a casa do querelante. Por derradeiro, afirmou nunca ter sido encontrado em local oculto e nunca ter rondado a casa de Diogo, acrescentando que este era um homem de mau gênio e por esta razão havia levantado falsas acusações.¹⁰⁷⁶

Em 22 de junho foi realizada a oitiva das testemunhas da defesa – todos vizinhos do réu, um deles afirmando ser seu compadre – e todas sustentaram os fundamentos da contradita, reforçando que o réu era muito católico, rezava em casa e comparecia às missas em todos os dias santos como forma de demonstrar que não seria capaz de incorrer em comportamento impróprio. O réu teria ido ao sítio de Diogo buscar mudas de laranjas ou procurar seus animais, “e não por desacreditar a sua casa”, sendo que nunca rondara o local ou estivera em qualquer tipo de trato com Ana. A maldade deveria ser presumida, segundo os depoentes, dos argumentos de Diogo, apoiados em sua ruindade e mau gênio. Por derradeiro, relataram que Ana Gonçalves era casada e não possuía fama alguma naquela freguesia, não existindo indícios de que cometera adultério.¹⁰⁷⁷

Nas razões finais, o procurador de Ângelo trabalhou novamente com os mesmos argumentos já expostos na contradita, acrescentando que “quando sucedesse a dita Ana ter cometido adultério só competia a seu marido a acusação”¹⁰⁷⁸, fundamento este acatado pelo juiz ordinário, Paulo de Chaves de Almeida, na sentença final dos autos de livramento. Incluiu que a acusação de competência do marido é, pois, a “ambos os cúmplices”, elemento este que retirava a culpa pelo adultério ao réu por ter sido denunciado pelo pai da ofendida. Ainda, determinou que não houve prova deste delito bem como do parentesco, desestruturados, portanto, os argumentos de incesto e de aleivosia. Assim sendo, absolvido o réu, remetidos os autos para a ouvidoria e corroborados tais termos pelo ouvidor em 18 de fevereiro de 1788.¹⁰⁷⁹ Ou seja, esta passagem permite refletir que mesmo que o adultério restasse dos autos provado, em razão da ausência do marido de Ana Gonçalves o delito não iria ser culpabilizado.

¹⁰⁷⁶ APPR. PB045.PC2776.97, 1788, fls. 8, 8-v.

¹⁰⁷⁷ Os que depuseram este conteúdo testemunharam também na devassa especial tirada contra Diogo pelos tiros dados em Ângelo: José Alvares, Pedro Alvares de Oliveira, Manoel da Veiga do Prado; ver anexo II (*Ibidem*, fls. 12, 12-v, 13, 13-v e 14).

¹⁰⁷⁸ *Ibidem*, fl. 14-v.

¹⁰⁷⁹ *Ibidem*, fls. 15, 15-v.

5.2 TOLERÂNCIA E ILICITUDE: NORMATIVIDADES SOBRE A HONESTIDADE

Existem algumas questões-chave que estão presentes, com maior ou menor circulação, em todos os casos de crimes contra a ordem moral apresentados. É possível verificar nas declarações das partes e das testemunhas que as normatividades locais detinham muita influência dos valores cristãos e morais, porém – na ordem social, tomando em consideração os consensos sociais e as noções de tolerância e escândalo – eram fluídos. O ilícito era por vezes tolerado pela vizinhança, mas nem sempre o era na esfera doméstica.

A maior parte das testemunhas relataram o conhecimento dos relacionamentos entre Ana de Ramos e José da Rocha Martins, Angela Maria Barbosa e José Antônio Moreira, Cecília Maria de Jesus e seu parente, Luzia Leite Barbosa e José de Souza Nunes, Ana Gonçalves e Ângelo de Chaves de Siqueira (mesmo que esta tenha sido mais discreta). Ana Michaela é a única que não deu indícios de ter um relacionamento com seu primo acusado de lhe “roubar” e com ela estar amancebado em incesto.

Pode-se pensar que, não obstante a manutenção de relações dessas mulheres, principalmente das virgens, com os homens da vila fosse algo que lhes pudesse comprometer, não houve abstenções nesses tratos. Das descrições havidas, é possível verificar o trânsito feminina pela vila, as idas de Ana de Ramos à roça com sua mãe e sozinha, as saídas de Ana Maria para visitação a parentes, e os contatos na vizinhança de Angela com José, Ana Michaela em fuga à casa da sua tia, Cecília provavelmente transitava nas ruas com a criança que todos alegaram ver, Luzia talvez se deslocava para se encontrar com o amante. Em alguma medida, mantinham contato e conversavam com outras mulheres ou com homens. As normatividades abarcavam essas formas de agir e atuar em sociedade.

Nesse sentido, destaque-se as confissões de Maria de Lemos à testemunha Josefa do Rosário e de Ana Maciel à depoente Sebastiana Cardoso. Pela descri o de Josefa e de Sebastiana, muito provavelmente ambas ocorreram em conversas nos ambientes domésticos ou pela vizinhança, talvez em visita o entre as mulheres envolvidas nos casos crime e as testemunhas. O curioso  , todavia, a diversa utiliza o das informa es: enquanto Sebastiana aparentemente intentara auxiliar o caso de Ana Maria, relevando uma cumplicidade¹⁰⁸⁰, Josefa

¹⁰⁸⁰ Vista também por Krinski (KRINSKI, 2003, pp. 107-112).

levantara os argumentos para que atuassem contra Ana de Ramos. Esta disparidade pode auxiliar a refletir se, tentando atender à plausibilidade, houvesse algum laço de solidariedade entre as mulheres ou se a informações dadas foram pautadas por conflitos geracionais. Por Josefa, aparentemente, os comportamentos desviantes não seriam largamente tolerados.

Pelas autoridades domésticas sustenta-se que a tolerância talvez fosse menor do que a da vizinhança em decorrência do caso de Ana Gonçalves. Não há relato algum que deixe conhecer o que ela e Ângelo de Chaves de Siqueira estavam fazendo no momento em que seu pai e seu irmão os surpreenderam. Na mesma linha de pensamento, Ana Maria do Espírito Santo, ao engravidar, fugiu da casa dos seus pais e querelou do tenente Antônio José do Prado por medo de sua família. A narrativa de fuga por medo ocorreu também a Ana Michaela, porém por razões que não ficam claras. Não há como saber se as declarações de temor dos pais as matarem detinha fulcro nas suas vivências ou fosse uma forma de argumentação. Não há relatos de ameaças nem de agressões físicas contra elas. Talvez de fato sentissem medo por representar uma ameaça real ou, possivelmente, era uma forma de escusar-se no decorrer da causa processual. O medo como argumento processual remete a um dos conselhos dados por Rui Gonçalves, o qual defendeu ser um fundamento pra exclusão de culpas.¹⁰⁸¹ A questão nesses casos, todavia, não era exclusão da culpa mas talvez justificar suas fugas de casa e comportamentos desaprovados pela família com um argumento que provavelmente não seria contestado ou combatido.

Ainda sobre as estratégias argumentativas que essas mulheres exercitaram em juízo, levanta-se o ingresso das acusações de traição, aleivosia e injúria por Maria de Lemos e Escolástica Maria de Albuquerque. Como já mencionado, as mulheres tinham capacidade para acusar apenas em casos de ofensa contra si; tanto Maria quanto Escolástica ingressaram com as querelas em decorrência do estupro ocorrido a outras mulheres de sua família. Mesmo assim levantaram argumentos que talvez representassem, inconscientemente, estratégias de atuação feminina. A iniciativa pode até ter sido delas mesmas, ou de seus procuradores.

Plausível que a ira contra os ofensores fosse tamanha, considerando que muito provavelmente tinham conhecimento dos cortejos – as relações ocorreram dentro de suas casas – e esperavam que Ana e Angela contraíssem matrimônio com José da Rocha e José Antônio. Talvez o estabelecimento dos relacionamentos já fosse visto como uma forma de união social em que homens e mulheres deveriam cumprir certas obrigações, o que réus se recusaram a fazer. Mas isso não pareceu ser um comportamento raro; Ana, em não ingressar com causa de

¹⁰⁸¹ GONÇALVES, 1557, p. 81; 1785, pp. 108-109; 209.

estupro após ter sua justificação de esponsais negada pelo juízo eclesiástico, talvez seja indício de que aceitara a condição da maternidade no estado de solteira. Ao fim do processo, Maria de Lemos também o teve que aceitar. No caso de Angela, a motivação que levou Escolástica à queixa foi José Antônio Moreira disseminar a relação ilícita – porém tolerada – à freguesia de São José, colocando em risco a honra de sua irmã e a sua própria, sobretudo considerando a auto definição de pertencimento a uma das famílias mais importantes da região.

Os casos de Ana Maria do Espirito Santo e de Cecília Maria de Jesus parecer movimentar relações sociais e políticas não apenas de si mesmas, mas de suas famílias. Em ambos os casos, as relações inter familiares aparecem de forma sutil e acredita-se ser apenas a superfície das redes de influência do pai de Ana e do companheiro de Cecília. Para Ana, parece ter havido termos de negociação da honra¹⁰⁸², enquanto para Cecília a difamação talvez intentou o ataque ao companheiro.

Por derradeiro, a questão mais salientada nesses casos foi a honestidade – porém não necessariamente vinculada somente à virgindade –, até mesmo de Maria de Lemos e de Escolástica cujos comportamentos sexuais não estavam envolvidos nos ocorridos. A virgindade era um valor cristão disseminado, mas não significa que fosse seguido à risca pelas mulheres coloniais. Seguindo a conclusão de que a existência de relacionamentos amorosos entre mulheres e homens, principalmente jovens, talvez tomada de modo isolado a conservação da virgindade fosse uma preocupação menor que os demais termos que envolvem a honra. Para manter a boa fama e se fazer crer virgem, era necessário manter um comportamento honesto – e, perante a justiça criminal, apresentar testemunhas que o declarassem – e não necessariamente a virgindade.

Cecilia Maria de Jesus, porém, foi descrita como mulher honesta por alguns depoentes e desonesta por outros. Isso faz refletir que, embora as representações femininas façam circular comportamentos ideais para que seja possível auferir a honestidade, parece correto afirmar que na realidade colonial detinha contornos amplos, noção fluida, imbuída das representações mas, ao mesmo tempo, das tolerâncias e das normatividades sociais correntes.

A honestidade vinculava-se à honra, incluindo a familiar, argumento levantado por Escolástica Maria de Albuquerque, Maria de Lemos e Diogo Gonçalves. Ou seja, por aqueles que não as ofendidas dos crimes. Interessante notar que aparentemente a família preocupava-se mais com a honra do que as mulheres que sofreram as máculas. Talvez aqueles que a elas

¹⁰⁸² Também identificados por Krinski (KRINSKI, 2003, pp. 100-107).

estavam consanguineamente ligados detinham maiores preocupações com as possibilidades de difamação e de estabelecimento de bons casamentos.

Especificamente Escolástica amparou a honra de sua família às influências que supostamente efetuava na vila. Não significa que os demais estratos sociais, e mulheres em outras condições sócio-culturais, não mantivessem preocupação com questões de honra. Acredita-se que sim, até porque inserto nos valores sociais do Antigo Regime. O que se está a refletir é se a institucionalização não revela um incômodo a mais tendo em vista que Angela Maria tinha, de fato, condições de conseguir boas alianças de casamento entre as famílias importantes da localidade, privilégio este que muito provavelmente mulheres não brancas e pobres não vislumbraria. Riqueza e famílias abastadas eram, usualmente, as chaves para a saída das mulheres de uma situação de perda de honra, enquanto as pobres eram forçadas a lidar diretamente com os desafios a essa situação relacionados. As redes sociais de poder e influências eram algo que se encontravam no cerne das questões de honestidade feminina de famílias abastadas. Mas as mulheres provenientes de estratos sociais pobres também buscavam a proteção às suas honras.¹⁰⁸³

¹⁰⁸³ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 9-10.

6. A VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA E A INTEGRIDADE DAS PESSOAS

A existência da violência física nos conflitos sociais era um fator que permeava o cotidiano colonial. Maria Beatriz Nizza da Silva salienta a presença da violência na documentação por meio de agressões entre mulheres e maridos, senhores e escravizados, indígenas e brancos, evidenciando nesses casos a existência de permissibilidades no emprego de algumas dessas práticas. A correção aos comportamentos femininos é uma delas.¹⁰⁸⁴ A violência surgida em meio a essa polarização dilui-se e toma algumas nuances nas fontes aqui trabalhadas. Em alguns casos, é plausível refletir que as agressões tenham como pano de fundo a correção de condutas empregada na hierarquia de gênero e de estatuto social, mas vez que o foco são os conflitos gerados contra, por e entre mulheres, a explicação por vezes parece ter acrescentada as questões sobre a agressividade empregada nos desejos de vingança e humilhação dos pares.

Robert Muchembled sustenta ser a violência uma “linguagem coletiva normal” e habitual produtora de elos sociais principalmente hierárquicos e que estabeleciam relações de poder. A sua prática, nesses termos, era dotada de transitoriedade e cruzamento entre as normatividades sociais e as institucionais, podendo resultar em comportamentos tolerados ou escandalosos, lícitos ou ilícitos. Ou seja, não correspondiam necessariamente a transgressões às ordens social e jurídica vigentes.¹⁰⁸⁵

A origem dessas práticas parecia estar vinculada à agressividade como potencialidade de manifestação da violência, característica que mantém relações estreitas com a virilidade, que, por sua vez, correspondia à noção construída por cada sociedade no quadro da diferenciação de gênero.¹⁰⁸⁶ Ao evidenciar essa ligação na concepção da violência, são aproximados os fatores sócio-cultural e biológico como elementos que se retro influenciam, não sendo a agressividade inata aos homens mas antes a eles imposta em decorrência do que o autor denomina de “ética viril”. O biológico aqui é o fator de investida social através da educação, da ordem moral e da pressão ambiente pela expectativa de comportamentos agressivos em prol de construções sociais como a dominação sexual, a sobrevivência, a proteção de si e da coletividade (incluindo da honra). Por esta razão adquire uma característica

¹⁰⁸⁴ SILVA, M., 1993, pp. 307, 311.

¹⁰⁸⁵ MUCHEMBLED, 2012, pp. 2-9, 14; MANTECÓN MOVELLÁN, 1996, p. 234.

¹⁰⁸⁶ Para o autor, a masculinidade consiste no dado biológico e virilidade na construção social (MUCHEMBLED, 2012, pp. 8-14).

fluida e não estável nos diferentes recortes temporal e espacial, modificando-se na dependência da sociedade e do período em que está inserido.¹⁰⁸⁷

Das mulheres o esperado era que permanecessem no lugar social que lhes era reservado, de modo tal que confirmava ao homem a posição de dominação. Nos comportamentos, a expectativa era pela passividade, com as representações femininas de um ser suave, frágil, desarmado e incapaz de incorrer em condutas de violência física. Aquelas que empreendiam tais atitudes poderiam ser enquadradas fora da normalidade, apontadas como loucas ou perturbadas, frequentemente identificadas com atitudes diabólicas e de essência má. Entretanto, as práticas de violência física por mulheres no Antigo Regime eram comuns, permanecendo o cenário que Nicole Castan denomina de sociabilidade agressiva.¹⁰⁸⁸

Os comportamentos lesivos empregados por mulheres, lidos como inadequados e violentos, eram percebidos como fruto de sua inferioridade biológica e intelectual, o que moldou o entendimento a alguns crimes como tipicamente femininos: era este o caso, a exemplo, do envenenamento, do infanticídio e de ofensas verbais. A vinculação de determinados delitos ao gênero não era algo exclusivo às mulheres, aos homens eram vinculados comportamentos como a vadiagem e a embriaguez.¹⁰⁸⁹

Ataques físicos, pancadas, pontapés, ameaças e insultos entre mulheres, delas contra homens, cometimento de mortes e casos de brutalidade banal não eram raros. Isso porque, muito embora não fossem o alvo do investimento social da educação à agressividade, estavam de todo modo cercadas destas compreensões sociais, o que faz com que Irene Vaquinhos e Mantecón Movellán vejam as práticas de violência como uma das facetas da manifestação de conflitos. Faziam parte da própria ordem social através do estabelecimento de relações e vínculos.¹⁰⁹⁰ A “cultura da violência”, assim, afetava toda a sociedade, e este molde de educação era direcionado tanto aos meninos como às meninas.¹⁰⁹¹

Os ataques violentos investidos de homens contra mulheres na sociedade colonial eram frequentemente compreendidos como formas de restabelecimento do domínio e da hierarquia sexual e social.¹⁰⁹² Isso não significava a inexistência de enfrentamentos por parte das mulheres em relação aos homens. Castan expõe que a maior parte da agressividade cotidiana feminina era exercida principalmente nos espaços domésticos considerando ser ali um dos locais em que

¹⁰⁸⁷ MUCHEMBLED, 2012, pp. 8-14.

¹⁰⁸⁸ CASTAN, 1991, p. 542.

¹⁰⁸⁹ HOXHA, Damigela. Donne criminali fra dottrina e prassi alla fine del XVIII secolo. **Historia et ius**. Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna, n. 9, paper 36, jun. 2016, pp. 1-2.

¹⁰⁹⁰ VAQUINHAS, 1995, p. 274; MANTECÓN MOVELLÁN, 1997, p. 23.

¹⁰⁹¹ MUCHEMBLED, 2012, pp. 21-22.

¹⁰⁹² JOHNSON, 1998, p. 147; SILVA, M., 2004, p. 111.

conseguiria exercer “um verdadeiro magistério” em decorrência dos encargos e papéis sociais atribuída às mulheres no cuidado da casa e da família. Situado entre o espaço “privado” familiar e o espaço “público” social, o universo doméstico abrangia a casa e as imediações, como a vizinhança, as ruas da região e os exercícios de trabalho realizados nestes arredores. Detinham maior domínio nas questões que envolviam trivialidades, como o cuidado da educação dos filhos, dos adoentados e do preparo dos alimentos, situações que poderiam abranger a violência não apenas por meio de impulsos agressivos, mas através do envenenamento e pela negligência de cuidados que lhe eram socialmente exigidos.¹⁰⁹³

Outro elemento que alimentou a “cultura da violência” eram as situações de vingança, prática refletida na existência dos duelos. Usualmente exercido entre nobres, ao início do período moderno significou uma forma polida de travestir a agressividade no enfrentamento viril.¹⁰⁹⁴ Mario Sbriccoli expõe que no período tardo medieval representava uma prática ordinária de justiça por ser entendida como um direito, e o elemento que a movia e se configurava como sua finalidade era a satisfação da ofensa. O fundamento deste modo de solução de conflitos residia no costume de que as ofensas cometidas contra as pessoas, envolvendo sua honra ou seu corpo, seriam situações de resolução privada e envolveriam apenas a família e a rede de influência do ofendido. Não abrangeriam, necessariamente, as instituições de administração da justiça.¹⁰⁹⁵

Especificamente ao período moderno, Muchembled, Sbriccoli e Lyman Johnson expõem que foram disseminadas estratégias de controle da violência brutal cotidiana e disciplinamento dos comportamentos, fazendo com que as práticas de violência física fossem sendo paulatinamente diminuídas. O alargamento de aparatos régios e religiosos de controle no empenho de resolver com procedimentos institucionais os conflitos sociais, o esforço pelo desarmamento das populações, a criminalização das práticas de duelo, até o próprio intento de desvalorização de condutas agressivas ilegítimas foram algumas das estratégias empreendidas a partir dos séculos XVI e XVII, com resultados sobretudo no XVIII.¹⁰⁹⁶

Las Heras Santos sustenta que para o reino de Castela nos quinhentos e seiscentos, essas práticas, inscritas na legislação como os crimes contra a vida e à integridade física, foram, juntamente com crimes contra bens, os que mais renderam preocupações aos agentes dos aparelhos de administração da justiça régia.¹⁰⁹⁷ Na Europa, a sociedade imbuída de costumes

¹⁰⁹³ CASTAN, 1991, pp. 535-541.

¹⁰⁹⁴ MUCHEMBLED, 2012, p. 23.

¹⁰⁹⁵ SBRICCOLI, 2009, pp. 4-7.

¹⁰⁹⁶ MUCHEMBLED, 2012, p. 8; SBRICCOLI, 2009, pp. 7-8; JOHNSON, 1998, p. 147.

¹⁰⁹⁷ LAS HERAS SANTOS, 1994, p. 217.

de uma nobreza guerreira, na qual a solução de conflitos era feita principalmente através das vendetas, foi gradativamente tendo os casos de violência atraídos para resolução institucional, à crença ao arbítrio judicial como meio de abranger as indignações e inquietudes dos envolvidos e lhes despendar a justiça. Nesse interim, foram disseminadas – sem planejamento porém com alguma ordem social – formas de convivência e de relações sociais pautadas na contenção das paixões e das reações de brutalidade como incremento do prestígio social. Castan salienta que nesse processo a palavra, os insultos e os gestos progressivamente adquiriram maior potencial ofensivo e violento do que, a exemplo, uma facada.¹⁰⁹⁸ Nesse contexto, à mulher era atribuído o papel de “civilizadora”, a qual poderia influenciar ao abrandamento dos costumes e ao afastamento do homem de condutas de violência física.¹⁰⁹⁹

O aumento do disciplinamento social institucional não fez com que a violência existente antes ao estabelecimento das justiças criminais desaparecesse, mas se adaptasse. A competição com violência interpessoal deu lugar a disputas litigiosas e burocráticas, à aquisição de riqueza e influência social, elementos estes que representavam material e politicamente a posse de honra.¹¹⁰⁰ Para Braga, a reivindicação com base na ofensa à honra expressava mais que simples recurso aos aparatos de administração da justiça, significando a vingança por este meio como um fator de sociabilidades específicas.¹¹⁰¹

Johnson e Lipsett-Rivera aproximam a violência masculina na segunda metade do século XVIII à proteção da honra pessoal e familiar, considerando que essa salvaguarda muitas vezes levava a disputas e às práticas de violência. Conforme já exposto, a estabilidade social da honra dependia basicamente de uma dupla caracterização. Por um lado, era sustentada pelos atributos advindos da compreensão social da família, como riqueza, legitimidade, qualidade e estado e, por outro, a sua preservação e expansão dependiam de características de ordem comportamental, compreendidas dentro das dinâmicas de disciplinamento social. Aqui, os requisitos para que uma pessoa adquirisse e mantivesse a honra adentrava à lógica dos comportamentos esperados, embasados na representação das virtudes.¹¹⁰²

Ressalte-se que os comportamentos honrosos esperados das mulheres diferiam em vários aspectos daqueles requeridos aos homens. A honestidade era também um elemento importante, todavia inauferível ao corpo masculino e, portanto, acabava sendo excluído da

¹⁰⁹⁸ CASTAN, 1991, p. 543; CASTAN, Nicole. **Justice et répression en Languedoc a l'époque des lumières**. Paris: Flammarion, 1980, pp. 5-10.

¹⁰⁹⁹ MUCHEMBLED, 2012, p. 21.

¹¹⁰⁰ JOHNSON, 1998, pp. 128-129; MUCHEMBLED, 2012, p. 21.

¹¹⁰¹ BRAGA, 2018, p. 171.

¹¹⁰² JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 7; JOHNSON, 1998, p. 128.

manutenção de um alto controle social. Os comportamentos de maior visibilidade eram a coragem, a retidão, a fidelidade à palavra dada e a influência social, e nisto entrava a ideia de que os homens não poderiam temer a exposição ao ridículo ou a ocorrência de disputas corporais. A proteção à honra pessoal e familiar era, também, um comportamento esperado, devendo ser acompanhado da coragem. Caso houvesse falhas nesta defesa perante os pares, o indivíduo seria alvo de insultos e piadas, frequentemente comparado a mulheres no tocante aos comportamentos e marginalizado da sociabilidade masculina.¹¹⁰³

A salvaguarda da honra familiar envolvia respostas violentas à possibilidade de vulnerabilidade das reputações das esposas, filhas, irmãs e mães, representando frequentemente esforços de disfarçar a existência de relações sexuais fora de acordos matrimoniais que vinham à público com nascimento de uma criança ilegítima. Isto seria reflexo não apenas da tentativa de proteção da mulher em relação às violências sociais que recebiam, mas principalmente à reputação dos maridos, pais ou irmãos. As manchas existentes na honra feminina eram atribuídas, também, aos homens da família pela negligência da sua proteção e defesa, significando covardia, incompetência e falha.¹¹⁰⁴

Mulheres que detinham personalidade muito assertiva, ou combativa, que dominavam seus maridos, intimidavam homens ou os insultavam com provocações e piadas também os colocavam em posição de humilhação e incompetência, expostos ao ridículo. No caso de pertencerem à mesma família, os chefes tinham que ao menos demonstrar deter o domínio e controle sobre os membros que vivessem sob seu poder. Quando estas formas de conflitos ocorriam nas ruas ou em outros locais públicos, poderia ensejar uma reação violenta masculina com o objetivo de assegurar sua reputação. O desrespeito alheio – isto é, a ausência de valor social – significava ausência de valor dado a si mesmo, e o desrespeito das esposas era acrescido socialmente com a visão de que representaria alguma forma de insuficiência sexual.¹¹⁰⁵

As mulheres, igualmente, utilizavam-se das práticas de violência física, insultos e intimidações para a proteção de sua honra – aqui compreendida não apenas como honestidade mas também como conservação de seu valor social e de sua família. Tanto as pertencentes a camadas sociais pobres quanto membros de elites poderiam ser provocadas a uma série de agressões, mesmo que em público. Muito embora fossem consideradas como um desvio do

¹¹⁰³ JOHNSON, 1998, pp. 128-130.

¹¹⁰⁴ *Ibidem*, pp. 128-130.

¹¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 145.

comportamento desejável às mulheres, conflitos, brigas e confrontos verbais frequentemente eram meios efetivos de proteção da honra feminina.¹¹⁰⁶

De todo modo, a violência física e a honra eram questões bastante ligadas e, na Península Ibérica, esta vinculação teve reflexos nas legislações régias e na América Portuguesa essas dinâmicas detiveram amplos reflexos e complexificadas pela presença das escravizações negra e indígena, de forras e forros, ex administradas e ex administrados, não apenas em decorrência destes agentes e seus senhores, mas antes com outras personagens da vizinhança. Marco Antônio Silveira define, para Minas setecentista, a existência de uma “obsessão pela honra preservada”. Tal imbricação seria fruto da necessidade de afirmação constante dos valores com a finalidade de assegurar as condições e as qualidades, principalmente considerando a inserção dos agentes em uma conjuntura dotada de fluidez dos reconhecimentos e relações sociais. A violência, nesse contexto, corresponderia a uma linguagem através da qual era possível expressar a própria distinção.¹¹⁰⁷

Especificamente aos crimes contra a integridade das pessoas, as ofensas corporais, Hespanha e Las Heras Santos expõem que o tratamento jurídico derivava da tradição de direito romano tangente às injúrias, considerando que estes tipos de agressões eram compreendidos como uma espécie delas. A desproporção entre os delitos e as penas específicas das agressões – mesmo que do ponto de vista físico fossem irrelevantes – representava um dos fatores¹¹⁰⁸ que explicava a ofensa à honra compreendida na prática destes crimes. O corpo, ao longo de todo período de vigência do direito comum, era compreendido como o alicerce da honra, e toda ofensa a ele empreendida significava uma forma de atentado ao valor social do indivíduo. Nestes termos, a punição na legislação portuguesa variava de acordo com valores simbólicos que envolviam as diferentes partes do corpo, relacionadas aos usos sociais e fisiológicos. A exemplo, as feridas feitas no rosto eram uma forma de agravamento da pena que seria imposta ao ofensor.¹¹⁰⁹

Johnson destaca, ainda, para a América espanhola na região sul na segunda metade dos setecentos, que a denominada “cultura da honra” na faceta masculina havia permeado todos os diferentes grupos sociais visto que reproduzida pelos homens de estratos sociais pobres.¹¹¹⁰

¹¹⁰⁶ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, pp. 11-12; CASTAN, 1991.

¹¹⁰⁷ SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas, 1735-1808.** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 150. Nesse sentido, também: SILVA, Edna Mara Ferreira da. Poder, justiça e violência: aspectos do cotidiano na cidade de Mariana (MG) em fins do século XVIII. **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão.** Anpuh/SP, São Paulo, pp. 1-12, 2008.

¹¹⁰⁸ Para além das estratégias da ordem jurídica criminal discutidas no capítulo 1 deste trabalho.

¹¹⁰⁹ LAS HERAS SANTOS, 1994, p. 219; HESPANHA, 1993a, pp. 351-353; HESPANHA, 2015, pp. 651-652.

¹¹¹⁰ JOHNSON, 1998, p. 128.

Esta lógica adentraria à ideia, primeiramente teorizada por José Antônio Maravall, de que a detenção de honra seria prerrogativa da nobreza e seria reproduzida pelas demais camadas sociais a partir da imitação. O autor sustenta a complexificação do conceito, todavia, com o fator de que no período mencionado os membros dos grupos empobrecidos também experienciavam os sentimentos de vergonha e humilhação, provenientes dos julgamentos de ausência de coragem, competência, lealdade, retidão e, conseqüentemente, de máculas à honra. As respostas destes grupos e da elite, porém, tendiam a ser diferentes: a agressão física de modo mais impulsivo era muito mais comum entre estas camadas que entre os membros das elites.¹¹¹¹

Note-se que, se a pedra de toque dos impulsos de agressão que chegavam a irromper a violência física estava fundamentada na manutenção da honra para não sofrer vergonha e humilhação, parece correto afirmar que as relações de sociabilidades davam o tom da existência da explosão de conflitos. Muchembled sustenta a existência de uma “lei da vergonha”, a qual complexificava as normatividades sociais e, imprimindo-lhe uma série de exigências, ou expectativas, de comportamentos, findava por significar uma rede de vigilância recíproca. Isso porque a desonra adquirida por um indivíduo poderia abater à família, aos vizinhos, ao bairro. A violência que chega às agressões do corpo, assim, refletia em certa medida emoções coletivas que uniam um indivíduo ao seu grupo, de tal modo que a vingança se tornava uma espécie de obrigação fundamental para a restauração da honra coletiva.¹¹¹²

As questões de violência física, assim, estavam ligadas aos desejos de vingança e à defesa da honra, ambas associadas à vergonha e à humilhação. As vítimas almejavam meios de reparação da ofensa de modo a submeter os ofensores a estes mesmos sentimentos, expondo os maus procedimentos e causando em alguma medida um desprestígio social. A humilhação era, então, um mecanismo de resolução de conflitos.¹¹¹³

6.1 HOMICÍDIO, ENVENENAMENTO, OFENSAS CORPORAIS E AMEAÇA

Homicídio e envenenamento

Sobre as mortes feitas a opção para o trabalho das fontes foi, além desta separação entre os crimes de cada caso, a categorização entre procedimentos em que as mulheres foram

¹¹¹¹ JOHNSON, 1998, pp. 129-130.

¹¹¹² MUCHEMBLED, 2012, pp. 27-28.

¹¹¹³ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 13.

autoras dos processos e aqueles em que figuraram enquanto rés. À primeira classificação, foram encontrados dois casos que, porém, possuem um grande problema de fragmentação documental. No primeiro caso os autos encontrados possuem folhas somente até o substabelecimento de procuradores e, dessa forma, perdem-se os detalhes do delito processado. O segundo, por sua vez, é composto somente da citação às partes ofendidas para acusar o réu preso e do libelo acusatório. De todo modo, à guisa de compreensão da prática dos foros revela-se interessante.¹¹¹⁴

Nos primeiros casos trabalhados nesta seção, as mulheres figuraram enquanto autoras das acusações. Maria Buena da Rocha, Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves ingressaram com libelos na justiça para demandarem de mortes feitas a parentes seus.

Aprisionado na cadeia da câmara de Curitiba em decorrência da devassa tirada pela morte feita a Manoel de Carvalho, o capitão Antônio da Silva Leme, em abril de 1750, ajuizou uma petição requerendo que fossem citados os pais da vítima, o capitão João Carvalho de Assumpção e Maria Buena da Rocha para que se apresentassem à justiça caso desejassem ingressar com o libelo acusatório. A solicitação fora dada em razão de o réu desejar dar início aos termos do seu livramento e foi deferida em despacho pelo ouvidor Antônio Pires da Silva e Melo Porto Carreiro¹¹¹⁵, acrescentando que fossem citados todos os parentes de Manoel de Carvalho até quarto grau.¹¹¹⁶

Nesta mesma audiência pública compareceu o procurador dos pais da vítima, o sargento mor Patrício da Silva Chaves, apresentando o documento de constituição e informando que sua constituinte, Maria Buena da Rocha, bem como sua filha “donzela” não deveriam “residir nas audiências por ser mulher de distinção”.¹¹¹⁷ De acordo com o parágrafo 16 do título CXXIV, Livro V, das Ordenações Filipinas, as mulheres poderiam acusar em juízo por meio de seus procuradores sem que houvesse a necessidade de comparecer às audiências.¹¹¹⁸ Este dispositivo representa uma permanência das regras existentes nas Ordenações Manuelinas¹¹¹⁹,

¹¹¹⁴ APPR. PB 045. **PC761.23**, **Caixa 23**, Curitiba, Traslado de autos de livramento crime que vai expedido por apelação deste Juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá por fiel para a Relação da Cidade do Rio de Janeiro, A. a Justiça por seu Promotor; R. o Capitão Antonio da Silva Leme, 1750; APPR. PB 045. **PC1519.46**, **Caixa 46**, Curitiba, Autos de libelo crime entre partes A.A. Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves, R. Sebastião Palhano, 1767.

¹¹¹⁵ O ouvidor Antônio da Silva Pires Melo Porto Carreiro fora nomeado em 1748 e anteriormente servira como juiz de fora nas vilas de Povos e de Castanheira, ambas localizadas no reino. Ocupou, também, a função de provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Paranaguá (PEGORARO, 2007, p. 60). Do que se pode perceber das fontes é que era usual que o oficial que exercesse o cargo de ouvidor acumulasse, também, estas funções.

¹¹¹⁶ APPR. PB 045. **PC761.23**, 1750, fls. 4-v, 5.

¹¹¹⁷ *Ibidem*, fls. 1-v, 2.

¹¹¹⁸ OF, L. V, tit. CXXIV, §16, p. 1292.

¹¹¹⁹ PORTUGAL. **Ordenações Manuelinas**. L. V. Lisboa: Jacome Cromberger, 1521, tit. I, §12.

sendo descritas por Rui Gonçalves como um privilégio. A esta situação o autor denominara de *accusare*, através da qual as mulheres poderiam comparecer por procurador, sem serem obrigadas a comparecerem pessoalmente, para oferecerem acusação às pessoas suspeitas – que estivessem, pois, em prisão e livramento –, ou que se encontrassem sob alvarás de fiança ou carta de seguro.¹¹²⁰

Em novembro de 1767, Vitoria Teixeira e de Josefa Gonçalves¹¹²¹ ofereceram libelo acusatório contra Sebastião Palhano pela morte de Jerônimo, irmão das autoras. Em que pese a documentação referente a este processo judicial encontre-se bastante fragmentada¹¹²², é possível inferir que o libelo fazia parte dos autos de livramento do réu, pronunciado em decorrência de devassa tirada pelo Juízo Ordinário da vila de Curitiba do assassinato de Jerônimo, morador no rocio da vila. Sebastião Palhano estava sob proteção de carta de seguro para que não fosse aprisionado, razão pela qual acompanhava o decurso dos autos de seu livramento fora do cárcere.

As autoras, por meio do procurador João Pereira de Azevedo, sustentaram que Sebastião Palhano matara Jerônimo dentro de sua própria casa com um machado. Em uma noite do ano de 1763, adentrou à residência tendo em vista ter “pouca fortaleza de portas” e, enquanto Jerônimo dormia, atirou-lhe um machado na cabeça fazendo-a “em pedaços fazendo-lhe outras várias feridas, e penetrantes, e assim o matou sem temor de Deus nem das Justiças de Sua Majestade”, “tirando-lhe a vida sem confissão nem sacramento”. Após, recolheu o corpo, colocou-o em um cavalo e o despejou em uma paragem denominada o Taboão, local em que foi encontrado no dia seguinte.

Este momento processual referia-se ao oferecimento de libelo acusatório, realizado após o procedimento de investigação da morte feita por meio de devassa. Este delito era disciplinado pelo título XXXV do Livro V das Ordenações¹¹²³, tendo, consoante Pereira e Sousa, o significado de dar causa à morte de alguém e sendo classificado em voluntário e involuntário, simples e qualificado. Era classificado pelo autor como uma espécie de delito contra a segurança ao lado dos casos de ferimentos, contusões, tiro, aborto e infanticídio, e as situações de parricídio, assassínio, venefício (envenenamento) e latrocínio eram espécies de qualificação do crime. A morte voluntariamente feita constituía o tipo doloso, devendo ser

¹¹²⁰ GONÇALVES, 1557, pp. 33-37.

¹¹²¹ APPR. PB 045.PC1519.46, 1767.

¹¹²² No topo superior direito da primeira página do documento, o libelo acusatório interposto por Vitória e Josefa, consta a numeração de página “10”.

¹¹²³ OF, L. V, tit. XXXV, *caput*.

punida com a morte natural não somente a pessoa que efetivamente tivesse feito a morte, mas também aquela que a tivesse dado causa.¹¹²⁴

Nesta mesma esteira afirmava Melo Freire, para quem o delito era definido pelo fato de se tirar a vida de alguém, salientando que nesta expressão encontrava-se também a ação negativa ou, como denomina, o “não fato”. Isto é, a configuração do homicídio ocorria pela atuação em retirar a vida mas também pela ausência de atitude que tenha cominado na mesma ocorrência. Cominado também como homicídio era o mandar matar – não devendo o mandante ser responsável pelos excessos do mandatário –, pelo que se aplicava a mesma pena. O autor classificava os tipos de homicídio em doloso, culposo, casual ou necessário. O doloso subdividia-se em simples e qualificado, sendo este cometido com alguma especialidade quanto ao modo, à causa ou à pessoa; nestes termos, dividia-se entre homicídio de traição (por aleivosia ou proditório), assassinio, latrocínio, parricídio, infanticídio e envenenamento. O simples, por sua vez, poderia ser direto – com intenção de matar – ou indireto – em que havia vontade de se fazer o mal porém sem matar –, sendo esta característica auferível, assim também sob a perspectiva de Pereira e Sousa, pelo instrumento utilizado bem como pelas circunstâncias de cometimento do crime.¹¹²⁵

Para ambos os autores, ainda, às mortes feitas sem malícia ou vontade – isto é, de modo involuntário, classificado por Pereira e Sousa em culposo, necessário e casual – a punição deveria ser aplicada à medida da culpa.¹¹²⁶ O homicídio necessário seria o praticado em decorrência de defesa da vida, honra ou de bens, em situações em que o ofendido por poderia defender-se de modo mais leve, em exercício à justa defesa, não detendo cominação de pena pelas Ordenações Filipinas. O homicídio casual abarcava as situações de morte feita por acaso, feita por pessoa a quem não se poderia imputar dolo ou culpa, feita com permissão da lei – como a morte de mulher adúltera pelo marido – e ocasionado por caso fortuito, não imputando penalização alguma nem reparação do dano. Por derradeiro, o homicídio por aleivosia, cometido por amigos ou inimigos, sob a simulação de amizade e “ciladas ocultas”, situações as quais seriam dificilmente evitáveis pela vítima, motivo pelo qual a punição era mais severa.¹¹²⁷

¹¹²⁴ OF, L. V, tit. XXXV, *caput*; SOUSA, 1803, pp. 280-286.

¹¹²⁵ FREIRE, 1794: 1966, pp. 177-182; SOUSA, 1803, pp. 280-286.

¹¹²⁶ As circunstâncias do culposo eram dadas quando embora não fosse o desejo causar o mal acaba por resultar em algo ilícito, ou lícito, em lugar, tempo ou modo ilícito, incluindo-se nesta classificação situações como negligência de médicos ou cirurgiões na posologia de feridas e doenças e a manipulação de medicamento que haveria causado a morte de mulher em trabalho de parto (SOUSA, 1803, pp. 280-286).

¹¹²⁷ FREIRE, 1794: 1966, pp. 177-180; SOUSA, 1803, pp. 280-286.

Melo Freire, ainda, adicionara o homicídio cometido em situação de defesa, que ocorreria em caso de defesa de cônjuge, filhos, parentes ou qualquer inocente; (FREIRE, 1794: 1966, p. 180; OF, L. V, títs. XXXVII, §1º, XXXV).

De acordo com o registro de óbito feito pelo Vigário Manoel Domingues Leitão, Jerônimo, inscrito como bastardo, possuía aproximadamente 40 anos, era natural da freguesia da vila de Curitiba e era casado com Elena, filha de Antônio Francisco de Siqueira. Falecera em 23 de julho, sem receber a extrema unção porque “o mataram, e não se soube coisa alguma se não quando o acharam morto em um caminho”.¹¹²⁸

De acordo com os argumentos sustentados pelo procurador de Vitória Teixeira e Josefa Gonçalves, o assassinato teria ocorrido porque Sebastião Palhano vivia em concubinato com a mulher de Jerônimo, Elena. A prova cabal disto seria, supostamente, por esta estar em casa juntamente com o defunto no momento de sua morte pelo réu. À acusação alegaram a traição e a aleivosia, qualificadores estes que indicavam que entre ofensor e ofendidas havia uma relação de amizade e confiança; não houve acusação de adultério muito provavelmente em razão de que apenas o marido possuía capacidade jurídica para o ingresso desta espécie de querela.

O argumento a respeito da convivência de Elena e Sebastião Palhano poderia corresponder a alguma plausibilidade ou poderia figurar como meios de defesa e conclusões de alguns comportamentos identificados por Vitória e Josefa como possivelmente desviantes de Elena. Não se acredita que o argumento seria levantado a partir de mentiras infundadas, mas poderia ter escurecidas as tintas em decorrência de ser a razão pela qual às autoras foi possível ingressar com a acusação crime. Lembre-se que a capacidade feminina para o ingresso de ações crime era apenas no tocante a demandas relacionadas a si mesmas; o homicídio do irmão juridicamente não seria argumento suficiente para sustentar ofensa contra Vitória e Josefa e, assim, poder incriminar Sebastião Palhano. A traição e a aleivosia, por outro lado, poderiam ter sustentação referente às autoras; inclusive, era uma questão bastante fluida e manipulável com amparo no que poderiam significar as ofensas sob um espectro mais subjetivo. Percebe-se, assim, ser essa alegação uma frequente apreendida pelas mulheres como forma de exercerem a capacidade que lhes era concedida pelas Ordenações Filipinas para o ingresso de acusações criminais. No caso em tela, especificamente, as fontes sugerem que o argumento foi direcionado apenas para a acusação de Sebastião, não alcançando Elena; não parece correta a reflexão de que esta teria sido a intenção de Vitória e de Josefa, mesmo porque se assim o fosse não teriam informado ao juízo pela crença na existência do concubinato. A aleivosia e a traição alegadas teriam amparo em relações de amizade e na liberdade de ingresso na residência, questões que talvez não abrangessem Elena se residente na mesma casa.

¹¹²⁸ ACMC. **Livro de Assentos dos Defuntos**. dez./1731-mai./1769, fl. 173-v.

Outra reflexão possível é do emprego da palavra concubinato ao invés de adultério, vez que nos autos a situação descrita aponta para também a conduta adúltera de Elena. A situação de amancebamento pressupunha, como detalhado no capítulo anterior, a manutenção provida do homem à mulher; provavelmente as autoras da acusação tenham percebido alguma forma de doação de bens ou presentes de Sebastião à Elena, ou que esta se encontrasse em residência diversa da do marido e estivesse sendo mantida pelo amante. Isto é, o emprego da palavra aponta para a probabilidade de uma situação mais duradoura entre o casal.

Ainda, não é raro encontrar na bibliografia descrições de casos que, ao envolver o homicídio do marido ou de familiares – como nas situações recontadas por Damigela Hoxha –, vinculavam a mulher e o criminoso em alguma espécie de relacionamento amoroso.¹¹²⁹ O exercício da autoridade dos homens da família sobre as mulheres era um fato conhecido, e a possibilidade de existirem relacionamentos era, muitas vezes, motivo de represália, como nos casos de Ana Maria do Espírito Santo, Ana Michaela e Ana Gonçalves, que relataram terem medo de que seus familiares as matassem em decorrência dos seus comportamentos sexuais. Parece ser plausível sustentar que uma das formas que as mulheres poderiam encontrar de transpor a repressão e o medo de serem mortas por membros de suas convivências domésticas em razão de relacionamentos amorosos era a morte, usualmente mediante a assistência de seus amantes.¹¹³⁰ Considerando a “cultura da violência”, bem como a normalidade de práticas violentas exercidas por homens e mulheres, seria plausível pensar nessas possibilidades.

A essa mesma conclusão poderia apontar o caso de Luzia Pereira, além das fontes sugerirem que tivera participação na causa à morte do marido. Em 9 de dezembro de 1751, os oficiais da câmara de Curitiba¹¹³¹ realizaram, em virtude do mandado do juiz ordinário capitão Miguel Ribeiro Ribas, sequestro nos bens de Luzia e de Antônio para pagamento das custas judiciais referentes à devassa tirada pela morte de Manoel Alvares Siqueira.¹¹³²

Luzia Pereira, então viúva de Manoel Alvares Siqueira, e Antônio Pinto dos Reis foram ambos pronunciados à prisão e livramento e, enquanto mantidos em cárcere, tiveram apreendidos – deste – uma arma de fogo, um traçado e copos de fumo, e, de Luzia, uma escravizada chamada Romana, algumas roupas velhas de lã e de algodão e, por fim, uma saia e

¹¹²⁹ HOXHA, 2016, pp. 2-3, 10.

¹¹³⁰ *Ibidem*, p. 10.

¹¹³¹ O alcaide Francisco Pereira do Couto acompanhado do escrivão João de Bastos Coimbra.

¹¹³² O documento que deixa conhecer este caso refere-se a um auto de sequestro realizado nos bens de Luzia Pereira e de Antônio Pinto dos Reis com o objetivo de pagamento das custas dispendidas na devassa em que houve a pronúncia de captura dos suspeitos (APPR. PB 045. **PC783.24 Caixa 24**, Curitiba, Autos de sequestro feito nos bens dos Réus Antonio Pinto dos Reis e Luzia Pereira viúva que ficou do defunto Manoel Alvares de Siqueira pelo crime que a um e outro Resultou da morte feita ao dito Manoel Alves de Siqueira, 1751).

uma manta que estavam em poder da mulher do juiz de vintena, José de Siqueira Baião, por as haver emprestado da acusada. Os bens foram depositados em mãos do Alferes João Batista Diniz e do Sargento mor Felix Ferreira Neto nos termos da lei dos fiéis depositários até arrematação em praça pública.¹¹³³

Os pronunciados tiveram seus bens apreendidos em decorrência do processamento pela morte de Manoel Alvares de Siqueira no Juízo Ordinário de Curitiba e, para além desta informação não existem largas pistas acerca do caso ocorrido. Contudo, uma vez que as fontes afirmam que ambos concorreram para a morte de Manoel de Siqueira, pode-se refletir que muito provavelmente as testemunhas poderiam ter levantado hipóteses de adultério entre os acusados. Há o registro de um auto de resistência de Antônio Pinto dos Reis, expedido juntamente com seu auto de prisão, seguido das petições de Manoel Lourenço, do alcaide Francisco Pereira do Couto e Pedro Gonçalves requerendo pagamento de serviços feitos com relação a Antônio Pinto dos Reis. Manoel Lourenço, também aprisionado, declarou que deu aguardente ao acusado para lhe curar de suas feridas, o alcaide requereu o pagamento das diligências feitas ao bairro de Tinguiquera e à borda do Campo e, por derradeiro, Pedro Gonçalves solicitou o pagamento da remoção do preso até a cadeia de Paranaguá.

O crime ocorreu muito provavelmente em um dos bairros aos quais o alcaide fora em diligência, sendo possivelmente os locais a que se dirigira para levar os réus aprisionados ao cárcere da câmara de Curitiba. Ainda, o fato de Antônio Pinto dos Reis ter recebido de Manoel Lourenço dois frascos de aguardente em razão de suas feridas sugere que o auto de resistência se referia ao momento da prisão do acusado, pelo que muito provavelmente sofreu ferimentos por parte dos oficiais que o foram aprisionar; ou as feridas poderiam ter sido ocasionadas no próprio ato de matar a Manoel Alvares de Siqueira com Luzia Pereira. Pode-se talvez refletir que Antônio e Manoel entraram em luta corporal, que Manoel poderia ter surpreendido o casal em adultério, o que explicaria a presença de ambos no momento do homicídio. Por derradeiro, a notícia de que fora removido à cadeia da Ouvidoria de Paranaguá sugere pela remoção dos autos para julgamento por esta instância, motivo pelo qual talvez não tenha sido encontrados os autos da devassa entre as fontes e aponte pela fragmentação documental pela perda do acervo mantido nessa instituição.

Sobre Luzia Pereira, todavia, não se tem mais notícias. Não há, inclusive, documentos que, além da execução da cobrança dos valores da devassa sobre seus bens, permitam concluir

¹¹³³ Interessante citar que no Termo de praça dos bens contidos no auto de sequestro foi realizada a descrição de que o juiz ordinário mandou colocar em praça pública um bofete, que, segundo Bluteau, correspondia a uma “espécie de banca lavrada do melhor pão, que o ordinario, e com mais curiosidade.” (BLUTEAU, 1789b, p. 186).

pela sua condenação ou por seu livramento. O que se poderia deduzir é a partir do informe sobre a remoção de Antônio Pinto dos Reis à cadeia de Paranaguá: vez que ausentes referências a Luzia, provavelmente tenha sido livrada do cárcere mediante exclusão de sua culpa. Reflexões além dessas não são permitidas pelas fontes, mas a ocorrência parece apontar semelhanças com o caso anterior, de Elena: o cometimento do homicídio em razão de algum relacionamento amoroso entre Luzia e Antônio.

Outro caso de morte envolveu as personagens Francisca Alvares e Rosa Maria.¹¹³⁴ Essa ocorrência fora de morte de uma criança recém-nascida.

Em 28 de março de 1799 foi denunciada ao juiz ordinário da vila de Paranaguá, capitão Francisco Xavier da Costa, a morte de uma criança de uma filha de Francisca Alvares e Gonçalo Mendes, “enterrada pagã”¹¹³⁵ no Rio dos Medeiros. Aberta a devassa, o juiz mandou chamar a Joana Ferreira Correa¹¹³⁶ e seu filho, Antônio Francisco¹¹³⁷, por serem vizinhos do casal bem como por ter sido aquela a parteira da filha deles. O objetivo dessa primeira oitiva era a realização do corpo de delito indireto mediante as declarações das testemunhas. Assim, de acordo com as perguntas feitas primeiramente à Joana Ferreira Correa, declarou que fora chamada por Gonçalo Mendes para realizar o parto de sua filha solteira, Rosa Maria. Esta deu à luz à “uma criança varoa (...) sem moléstia alguma” aproximadamente às quatro horas da tarde de 19 de março, e pela noite Francisca e Gonçalo, por iniciativa deste, teriam matado a criança recém nascida e a sepultado. A motivação teria sido a chegada de um outro filho do casal, Francisco, “que vinha de fora”. Quando Joana perguntara a Francisca pela criança, esta lhe informara que Gonçalo a havia levado para enjeitar¹¹³⁸, contudo falecera no caminho e ele a enterrara. Antônio Francisco, por sua vez, informou que no dia em que nascera a criança estava “ralando uma pouca de mandioca” quando vira Francisca indo chamar sua mãe, Joana, para auxiliar no parto de Rosa Maria, e que, segundo Joana, havia parido uma menina. Naquela noite, enquanto sua mãe estava na casa dos denunciados e o depoente se dirigia ao seu sítio, Francisca lhe pediu que não contasse a ninguém que a criança havia nascido, disse-lhe que Gonçalo a havia ido enjeitar mas que havia falecido no caminho. A testemunha alegou que não

¹¹³⁴ Este caso é conhecido a partir de um processo de livramento crime dos réus Gonçalo Mendes e Francisca Alvares, ambos aprisionados na enxovia da câmara de Paranaguá (APPR. PB 045.PC3042.111 Caixa 111, Paranaguá, Autos crimes de livramento, 1799).

¹¹³⁵ Sem o sacramento do batismo, situação na qual entendia-se que não possuiria alma (PROSPERI, Adriano. **Dar a alma**: história de um infanticídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 31-56).

¹¹³⁶ Viúva de 68 anos, que vivia de suas lavouras, era natural de Paranaguá e moradora no Rio dos Medeiros

¹¹³⁷ Para detalhes sobre o personagem, ver anexo II.

¹¹³⁸ Enjeitar/engeitar uma criança, segundo Bluteau, significava rejeitá-la, expô-la (BLUTEAU, 1789a, p. 500; 1713, p. 116).

o viu levar a criança, mas que ouvira dizer que a haviam escondido em decorrência da chegada de um filho do casal.¹¹³⁹

O crime de infanticídio não detinha regramento específico nas Ordenações Filipinas, estando abarcado pelas normativas do homicídio. Segundo Pereira e Sousa, correspondia a um homicídio qualificado e era definido pela vítima, significando, então, causar a morte a criança imediatamente após o seu nascimento com vida. Na regulamentação pelo direito régio, conjugou o parágrafo 4 do título LXXIII do Livro I, que dispunha sobre a suspeição à mulher que escondesse a gravidez, e o título XXXV do Livro V, que definia o homicídio.¹¹⁴⁰ Estendia-se ao feto, abarcando também as situações de aborto, mas a penalização não deveria ser a mesma que a aplicada para as mortes de adultos, justificado por Melo Freire por considerar que impedir um feto de nascer figurava uma situação menos grave que matar alguém¹¹⁴¹, defendendo que “de facto, não se sabe se e quantas vezes a mulher viria a ser mãe”.¹¹⁴² Expôs, inclusive, que em algumas situações o infanticídio poderia ser resultado das leis cruéis na cominação de castigos às mulheres – salientou, honestas – que fossem vítimas de estupro, criticando também o dispositivo que colocava em suspeição a gravidez que fosse escondida.¹¹⁴³ Porém, ao mesmo tempo, sustentou ser o delito “muito mais atroz que qualquer outro homicídio simples”.¹¹⁴⁴

Adriano Prosperi sustenta que no século XVIII o infanticídio podia ser definido genericamente como morte dos filhos causada pelos pais, mas, com a introdução das doutrinas do iluminismo jurídico penal, como Beccaria, o termo foi modificado e passou a ser entendido como um crime que poderia ser praticado exclusivamente por mães contra os filhos recém-nascidos.¹¹⁴⁵ As representações de mulheres que contrariavam a sua natureza – e, em muitas sociedades, o seu papel social – colocando-se contra a maternidade era atrelada ao estigma de “mães cruéis”, recaindo sobre elas as estigmas de “bestial” e “nefanda”. Para a Igreja, o agravante do delito era a morte sem o sacramento do batismo, significando a perda de uma alma e, conseqüentemente, uma culpa grave.¹¹⁴⁶ Entretanto, o autor destaca que as fontes deixam

¹¹³⁹ APPR. PB 045.PC3042.111, **Caixa 111**, 1799, fls. 15, 15-v, 16.

¹¹⁴⁰ SOUSA, 1825, pp. 94, 123; SOUSA, 1803, pp. 294-295.

¹¹⁴¹ A infância não se configurava como uma parte em separado da vida adulta até pelo menos o século XVI, quando passou a ser construída. Era um “adulto em miniatura”. De todo modo, no século XVIII colonial as crianças detinham responsabilidades de ordem econômica, social e religiosa e eram igualmente alvo de violências (LOPES, E., 1998, pp. 22-23, 39; ver: ARIËS, Phillippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: Editora Ltc, 2014).

¹¹⁴² Inclusive, mencione-se que a perda constante da prole não era uma circunstância que impressionasse a família colonial (LOPES, E., 1998, p. 37).

¹¹⁴³ PORTUGAL. Ordenações, Livro I, tit. LXXIII, § 4.

¹¹⁴⁴ FREIRE, 1798: 1966, pp. 184.

¹¹⁴⁵ PROSPERI, 2010, pp. 86-87.

¹¹⁴⁶ PROSPERI, 2010, pp. 31-56.

entrever que a morte dos filhos não desejados era um fato habitual ou, ao menos, bastante recorrente, principalmente de crianças do sexo feminino.¹¹⁴⁷

Pereira e Sousa e Melo Freire defenderam, ainda, que a exposição com a intenção de matar¹¹⁴⁸ também deveria estar incluída no delito; não seria detectada, contudo, quando fosse feita com objetivo de “salvar a sua reputação”.¹¹⁴⁹ Isso leva a crer que a honestidade e a honra – da mulher e da família – ao direito criminal nesses casos era um valor que se sobrepunha à condição do exposto e talvez adentrasse à noção da defesa de si mesmo, colocada pelas Ordenações Filipinas como lícita.¹¹⁵⁰

As crianças expostas, muito embora fossem abandonadas por diferentes razões, estavam normalmente vinculadas à existência de uma relação em desvio à ordem cristã e moral. Para Eliane Cristina Lopes, a existência do anonimado quando do abandono é um fator que sustenta essa conclusão, significando que as crianças eram, em geral, bastardas.¹¹⁵¹ Na vila de Curitiba, Cavazzani identificou que eram deixados usualmente à porta dos domicílios modestos, algumas vezes em casas de pessoas abastadas e influentes na vila como os oficiais camarários, passavam a ser agregados daquela família, por vezes eram apadrinhados e acabavam detendo algum espaço para a integração familiar.¹¹⁵²

Retomando o caso em tela, pelas declarações do corpo de delito indireto era essa forma de abandono que Gonçalo informou ter supostamente ido realizar.

Na sequência, o juiz ordinário e o escrivão fizeram assentada para a oitiva das testemunhas a compor a investigação na devassa. Os depoimentos¹¹⁵³ declararam as mesmas informações prestadas por Joana Ferreira e Antônio Francisco, acrescentando três dos depoentes que, ao ouvir a notícia da morte da criança, dirigiram-se à sepultura, localizada no porto atrás da casa de Gonçalo e Francisca, abaixo do Rancho da Canoa, para conferir. Manifestaram ter visto o corpo envolto em uma “baeta”¹¹⁵⁴ azul e em decorrência da deterioração não foi possível atestar o sexo da criança.¹¹⁵⁵

¹¹⁴⁷ O que o autor denomina de “infanticídio seletivo” (*Ibidem*, p. 66).

¹¹⁴⁸ Presumida a partir das circunstâncias do crime: se a criança foi deixada em local em que havia trânsito de pessoas, se deixada envolta com material que possibilitasse a identificação de que ali existia um recém-nascido e se foi abandonada em local aberto durante o inverno (FREIRE, 1798: 1966, p. 184).

¹¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 184.

¹¹⁵⁰ OF, L. V, tit. XXXV.

¹¹⁵¹ Os bastardos eram filhos ilegítimos, isto é, frutos de relacionamentos cujos envolvidos não possuíam impedimentos de realização de um matrimônio futuro (LOPES, E., 1998, pp. 74-75, 81-83).

¹¹⁵² CAVAZZANI, 2005, pp. 86-91.

¹¹⁵³ Dentre os quais um era de Ana Maria do Rosário, única mulher; era casada, tinha 44 anos, “vive debaixo do domínio de seu marido”, natural e residente da vila de Paranaguá. Para os demais depoentes, ver anexo II.

¹¹⁵⁴ Tecido de lã batida, “grosseiro, felpudo” (BLUTEAU, 1789a, p. 157).

¹¹⁵⁵ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 16-v, 17.

Tendo em vista haver sido referida nos depoimentos, Joana foi citada novamente a depor e confirmou as declarações acrescentando que ao dia seguinte ao nascimento da criança encontrara Rosa e lhe perguntara o que havia acontecido com sua filha, e antes que a pudesse responder “com muitas lágrimas, acudiu a Mãe dela Francisca Alvares, e lhe disse, que se chorasse havia de a castigar”.¹¹⁵⁶

Visto que algumas testemunhas declararam ter visto o corpo da criança, o juiz ordinário ordenou que se fizesse um auto de corpo de delito embasado em exame ocular. Com auxílio de Francisco Pires Ribeiro, “por entender de Barbeiro sangrador, por não haver naquele lugar outra pessoa, que entendesse de curativo”, os oficiais verificaram a referida cova aberta e sem corpo, porém com “fétido grande”; foram encontrados “uns pedacinhos de cascos de cabeça um deles com cabelo, (...) e bem se percebia, ser de pessoa humana” debaixo de uma moita junto com o trapo de “baeta” azul. Concluíram que algum animal havia comido o corpo em decorrência da ausência de carne e ossos.¹¹⁵⁷

Os barbeiros executavam suas funções vinculados aos conselhos camarários e sob fiscalização do físico-mor da colônia desde o século XVII. Poderiam realizar pequenas intervenções cirúrgicas como sangrias, fazer incisões, aplicação de ventosas, suturação de ferimentos, extração de balas e dentes. Estas funções elementares eram de encargo dos cirurgiões, porém em razão do reduzido número de médicos na América Portuguesa os barbeiros detinham autorização para tanto. As ocupações eram confundidas nas práticas coloniais, e a dificuldade de controle e fiscalização das atuações principalmente nas vilas do sertão fazia com que por vezes atuassem como médicos.¹¹⁵⁸

Após, o juiz ordinário expediu pronúncia para que Gonçalo e Francisca fossem capturados e mantidos na prisão “até dela se mostrarem livres”, incluindo-os no Rol dos culpados na forma do estilo.¹¹⁵⁹ Note-se que Francisca foi pronunciada juntamente com o marido à captura porém os depoimentos não haviam mencionado que teria parte na morte da criança; as declarações mencionaram que tinha conhecimento das circunstâncias da situação, mas não que seu marido pudesse ter cometido o crime. Talvez o juiz a tenha tomado como cúmplice por ter solicitado a Antônio que não repassasse a informação de que Rosa havia parido, de modo a esconder a gravidez da filha.

¹¹⁵⁶ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 17, 17-v, 18.

¹¹⁵⁷ *Ibidem*, fl. 19-v.

¹¹⁵⁸ SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. VIII, n. 2, pp. 407-438, 2001, p. 409; SILVA, L., 2019, p. 152.

¹¹⁵⁹ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 20.

Continuaram-se os depoimentos, e foi declarado que os boatos na vila eram de que Gonçalo supostamente dissera a Joana, assim que nascida a criança viva e sem moléstia, que lhe pagaria se a matasse e nada dissesse. Ainda, as informações eram de que pela noite Gonçalo e Francisca retiraram a criança das mãos de Rosa e a levaram para local não sabido, motivado por terem ouvido “umas cantigas pelo mar, que conheceram (...) era um seu filho por nome Francisco que vinha de certa viagem que tinha feito”. Quando Rosa e Joana foram procurar pela criança, encontraram com Gonçalo e este dera em sua filha “uma pancada nos ombros dizendo calasse a boca pois a criança já tinha morrido”. No terceiro depoimento que prestou após ter sido referida por outra testemunha, incluiu as informações de que tentou levar a criança consigo, porém foi impedida por Gonçalo e Francisca “por não chorar a criança” e por correr o risco de ser vista por Francisco, filho do casal. Declarou, ainda, que “o Avô da criança veio ao quarto da filha, e lhe tirou a criança dizendo, aí vem Francisco, e agora há de matar a Rosa, e levaram ela dita Avó, e Avô a criança porém não soube ela para onde”. Após a chegada de Francisco, os pais teriam mandado a Rosa que fizesse a ceia para disfarçar “o caso da parição”.¹¹⁶⁰

Novamente percebem-se relatos sobre a violência empregada contra as mulheres para a correção dos comportamentos na esfera doméstica. Aqui, como talvez se pode pensar no caso de Ana Gonçalves, era o irmão que mais se temia; as fontes não deixam claro as razões, mas aparentemente o medo era mais sentido pelos pais. As descrições dos testemunhos levam a crer que Rosa não teria enjeitado a criança se esta fosse uma escolha sua, o que sugere provavelmente que detinha um menor temor de seu irmão.

Ainda, a partir desses testemunhos é possível entender a razão pela qual Francisca havia sido aprisionada. Muito provavelmente o juiz ouvira antes dos depoimentos – mesmo que fora de juramento e de modo não oficial –, por meio das informações circulantes na vila, que Francisca havia assistido a Gonçalo e, conseqüentemente, que ambos restavam culpados pela morte da criança. Interessante notar que em nenhuma passagem dos autos houve suspeita de Rosa. Parece que a representação, afirmada por Prosperi para os juristas criminais europeus influentes em Bolonha, de que a morte de recém-nascidos seria a priori feita pela mãe não era na região recorrente. Isso talvez pelas informações anteriormente dissipadas, ou porque o entendimento acerca dessa espécie de morte não fosse direcionado à criminalização da mãe, ou,

¹¹⁶⁰ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 20-v, 21-v, 22.

nos termos do que sustenta Del Priore, por ser grande o número de abandonados¹¹⁶¹ ou por ser recorrente pelos parentes o deixar de crianças em locais ermos à deriva.¹¹⁶²

Em 28 de maio foi realizado o auto de perguntas a Gonçalo e Francisca pelo juiz ordinário juntamente com o escrivão. O suspeito estava aprisionado na enxovia dos homens e Francisca, na das mulheres, portanto a oitiva foi procedida em separado. Primeiramente quanto a Gonçalo, sendo-lhe perguntado se havia matado sua neta respondeu que quando houve o parto ele estava “nos matos tirando imbé”¹¹⁶³ e que neste mesmo dia sua filha estava passando muito mal por não ser ainda o tempo da criança nascer. Feita a mesma pergunta pelos oficiais a Francisca, a resposta foi muito semelhante: estavam ela e seu marido nos “matos aos imbé” no momento em que a criança nascera, e que sua filha estava muito mal naquele dia “por lhe ter morrido a criança no ventre”.¹¹⁶⁴

Após, no auto de prisão e tonsura dos réus, Gonçalo foi curiosamente descrito como “de estatura baixa, moreno¹¹⁶⁵, rosto redondo, pouca barba, olhos grandes, sobrancelhas cerradas, com bastantes sinais de bexigas, cabelo preto, e atado, de idade que disse ser de cinquenta anos mais ou menos”, filho de Antônio Mendes e Ana Luiz. Francisca Alvares, por sua vez, foi descrita como “de estatura ordinária, rosto comprido, cabelos pretos, e atado, olhos grandes, de idade que disse ser de quarenta, e oito anos mais ou menos, a qual achei vestida com uma camisa de pano de algodão usada, e uma saia de riscado porto novo”, filha de Antônio das Neves e Inácia Alvares da Cunha.¹¹⁶⁶

Feitos estes procedimentos da devassa, em 10 de maio os réus enviaram ao Juízo Ordinário, por meio do procurador o Advogado Francisco José Ferreira, petição para que lhes fosse dado início aos termos de seus livramentos.¹¹⁶⁷ Para tanto, havia requerido que fosse citada a sua filha, Rosa, para que viesse na primeira audiência oferecer libelo acusatório contra seus constituintes. Assim realizado, Rosa afirmou que não queria ser parte em causa crime contra seus pais e corroborou os termos dos autos de perguntas. Declarou ser “falsíssimo dizer-

¹¹⁶¹ DEL PRIORE, 1994, p. 46.

¹¹⁶² Essa situação foi registrada por Cavazzani em Curitiba a partir dos livros paroquiais, sustendo ser uma forma de abandono ausente de premeditações (CAVAZZANI, 2005, pp. 97-98).

¹¹⁶³ “Imbé” em denominação mais atual, “embé” a utilizada por Westphalen e “emby” como descrita na fonte. Era uma espécie de cipó típico da Mata-Atlântica com o qual era possível confeccionar cordas “beta”, utilizada na construção náutica. Existiam, também, cestos feitos com o mesmo material, os quais poderiam ser designados pela palavra “beta” (CAVAZZANI, 2015, p. 63, nota 79; WESTPHALEN, 1998, p. 212).

¹¹⁶⁴ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 22-v, 23.

¹¹⁶⁵ “De cor parda escura” (BLUTEAU, 1789b, p. 97); “Cousa de cor escura, mas não totalmente negra.” (BLUTEAU, 1716, p. 580).

¹¹⁶⁶ Eis uma questão difícil de ser respondida mas que poderia direcionar à reflexão da descendência do casal: por que Francisca não teve referida a cor de sua pele? Teria sido um esquecimento do escrivão ou um apontamento de que era uma mulher branca? (APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 6, 6-v).

¹¹⁶⁷ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 3.

se que ela tinha parido a criança viva” tendo em vista que nascera fora do tempo e que já a sentira morta em seu ventre havia dias, razão pela qual nasceu morta e esteve a declarante muito doente após o parto. Expôs que as informações de que a criança havia nascido viva o foram dadas por pessoa inimiga de seus pais, seu tio Francisco Alvares, rivalidade esta iniciada em decorrência de umas terras. Por derradeiro, declarou que desejava dar o perdão a seus pais e o desejava que fosse ratificado em escritura pública.¹¹⁶⁸

Acostada aos autos, na escritura de perdão Rosa acrescentou que seus pais não sabiam de sua gravidez, “contudo (...) a toparam muito doente, e pelo amor Paternal, e Maternal que lhe tinham os mencionados seus Pais a trataram com muito zelo, compadecendo-se dela outorgante por vê-la muito mal tratada da moléstia que lhe sobreveio com a sua parição”. Ainda, declarou que no enterro do recém-nascido estava acompanhada de uns irmãos menores e a parteira, por esta ser de grande amizade da família.¹¹⁶⁹

Não há nos autos um depoimento anterior a este por parte de Rosa, mas pela precisão argumentativa se poderia refletir sobre a sua instrução pelo advogado recém constituído no processo. Além de afirmar pela ignorância dos pais acerca da gravidez, o sentir a criança inanimada pela ausência de movimentos no ventre, o parto fora de tempo e o nascimento sem vida eram argumentos colocados por Pereira e Sousa e Melo Freire como excludentes da culpa pela morte neste crime específico.¹¹⁷⁰ Para que o delito fosse configurado, a criança tinha que ter nascido com vida e com condições de mantê-la após o parto, não sendo caracterizado nos casos em que nascesse morta. Os fundamentos, ainda, consistiam em relatos cuja informação era detida apenas por Rosa, portanto muito difíceis de contrariar por parte do promotor de justiça. Declarar a ausência de consentimento dos pais poderia remeter ao crime de alcovitaria, talvez sustentando a ausência de consentimento de seus pais ao possível relacionamento do qual a criança era fruto. De todo modo, o perdão da parte ofendida dificilmente era desconsiderado pelo magistrado, resultando desse documento uma conjunção de elementos da técnica jurídica que certamente livraria Gonçalo e Francisca do crime.

Em libelo acusatório, a justiça por seu promotor, Domingos da Rocha Martins, argumentou que os réus tomaram a criança com vida e sem o batismo, “esquecidos de serem católicos” a mataram e a enterraram em local afastado de onde moravam motivados pelo temor

¹¹⁶⁸ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 2-v.

¹¹⁶⁹ *Ibidem*, fls. 12, 12-v.

¹¹⁷⁰ SOUSA, 1800, pp. 296-297; FREIRE, 1794: 1966, pp. 184-185.

ao filho Francisco Mendes, chegado de viagem no mesmo dia do parto. Em decorrência disto, requereu ao juízo que fossem “asperamente punidos pelas leis de Sua Majestade”.¹¹⁷¹

Em contrariedade – em exposição aos argumentos da defesa –, o procurador dos réus arguiu que estavam ao longo de todo o mês de março de 1799 nos matos fabricando “botas de imbés, uma das ocupações em que os Réus labutam, e vivem, além de lavouras em que exercitam não só para seus gastos, como para venderem, como é público”. Declararam ser pobres, pessoas miseráveis, “oriundos do gentio da terra”, “porém muito tementes a Deus e às Justiças de Sua Majestade”, vivendo sempre com muita honra, sã consciência, vida ajustada e bons costumes motivação pela qual não seriam capazes de cometerem o crime que lhes fora imputado.

Os argumentos amparados na pobreza e na gentilidade foram aparentemente uma frequente. Muito provavelmente intentavam sustentar a ausência de conhecimento dos feitos jurídicos, alegar ignorância e rogar pela benevolência aos que eram miseráveis e sobreviviam dos trabalhos mecânicos.

Sustentaram, no mesmo sentido do perdão de Rosa, que não sabiam da gravidez e, em razão disso, não poderiam saber o tempo ou o dia de seu parto. Argumentaram que a criança já estava morta no ventre de Rosa, motivo pelo qual estava doente, que a fora enterrar em companhia de umas crianças, de suas irmãs e de Joana, e que, quando da chegada de Francisco, filho dos réus, Rosa já se encontrava recuperada. Por derradeiro, evidenciaram que a publicidade do caso em questão fora feita por Francisco Alvares, inimigo declarado dos réus, com auxílio de Joana.¹¹⁷²

Na sequência, foram inquiridas as testemunhas da defesa¹¹⁷³, que corroboraram com os termos alegados na contrariedade, incluindo o relato do alcaide da câmara de ter sido pelos réus acolhido em uma ocasião de diligência para fugir de um temporal, foi tratado com muita honra e percebeu que o modo de vida dos réus era muito grave. Declarou, também, que quando fora citar Rosa para lhe questionar se desejava ser parte do libelo acusatório contra seus pais, esta demonstrara surpresa ao receber a notificação e informou ao depoente que na ocasião do parto estava acompanhada apenas de uns irmãos menores vez que seus pais não sabiam de sua gravidez por ela a ter escondido. Mencionou, ainda, que Francisco Alvares, cunhado dos réus, era deles inimigo capital havia muitos anos e que havia comprado as terras nas quais residiam

¹¹⁷¹ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 8.

¹¹⁷² *Ibidem*, fls. 10, 10-v, 11, 11-v.

¹¹⁷³ Manuel Vilela do Nascimento, Paulo da Silva, casado, que declarou ter conhecimento das informações prestadas por “ser da casa” e sua mulher ser sobrinha de Francisca Alvares, Antônio da Silva, Francisco Pereira de Macedo, Eusébio Cardoso Leitão; para detalhamentos sobre estes personagens, ver anexo II.

com a intenção de dali os expulsar. Ao comprá-las, foi requerer a medição às justiças, sendo o depoente designado para tanto. Medidas, Francisco Alvares verificou que o sítio dos réus estaria compreendido nestas terras, impugnou a medição e requereu ao juiz ordinário que os removesse. A decisão do magistrado foi pelo prazo de seis meses para que os réus mudassem a casa de local, consentindo Francisco Alvares de modo contrariado.¹¹⁷⁴

As demais testemunhas acrescentaram informações do conhecimento amplo da vizinhança sobre o nascimento da criança morta, de que o inimigo dos réus havia solicitado a Joana que dissesse que havia nascido viva para que se vingasse dos réus e que a parteira estava muito arrependida do mal que fizera.¹¹⁷⁵

As alegações finais era usualmente o momento processual em que os procuradores ressaltavam os termos da defesa de acordo com o direito régio e, sobretudo, com os doutrinadores. No caso, o argumento recaiu, com fulcro nos relatos dos depoentes, sobre o falso testemunho de Joana. Expôs amplo conhecimento de obras de juristas, manipulando citações a Manuel Alvares Pegas¹¹⁷⁶, Alvado Valasco¹¹⁷⁷, Manuel Mendes de Castro¹¹⁷⁸, Agostinho Barbosa¹¹⁷⁹, António Gomez¹¹⁸⁰, Giuseppe Mascardo¹¹⁸¹, Mario Giurba¹¹⁸², Giovanni Pietro Sordo¹¹⁸³, Prospero Farinacio¹¹⁸⁴ e Antonio Mazzolli.¹¹⁸⁵ Assim, defendeu que a prova em feitos crimes deveria ser claríssima e expressa no direito, não sendo aceita quando em “luce meridiana”. Citou o brocardo “*Apuniendam falcitatem sufficit nocere etiam iminime*” de

¹¹⁷⁴ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 25, 25-v, 26.

¹¹⁷⁵ *Ibidem*, fls. 26 a 29.

¹¹⁷⁶ PEGAS, 1672, Ord. l. 1 tt. XXXV § 18 n° 3; ressalte-se, novamente, que na maior parte das citações não é possível identificar exatamente qual foi a obra e a edição utilizadas pelo procurador, considerando que a doutrina pode ter circulado por meio de compilados e manuais praxistas do período. Portanto, esta referência foi realizada com base nos indícios que apontam para a plausibilidade de consulta à doutrina exarada neste título.

¹¹⁷⁷ VALASCO, Álvaro. **Decisionum, consultationum ac rerum iudicatarum in regno Lusitaniae**. Lisboa: Antonius Alvarez, 1595 (até cons. 102), 1591; sobre o jurista, ver anexo I; manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹¹⁷⁸ CASTRO, 1680, ad Ord, L. I, cap. 2, n. 43; manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹¹⁷⁹ BARBOSA, Agostinho. **Repertorio juris civilis et canonici** (...). Lyon (Lugduni): Petri Borde et Joan, 1689, verbo *Testis*, p. 291; manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹¹⁸⁰ Há a referência a “tom 3º” mas não há indícios que possibilitem identificar alguma plausibilidade de título que conteria essa doutrina; ver anexo I e manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹¹⁸¹ Igualmente à situação descrita na nota acima, houve a referência a “de probat cloi 740 n. 14” mas os indícios são insuficientes para o apontamento de algum título; ver anexo I.

¹¹⁸² Igualmente à situação mencionada na nota acima. Há a citação de “cons 71 n° 2”, mas os indícios são insuficientes para o apontamento de alguma obra; ver anexo I.

¹¹⁸³ A citação é “cons 121 n° 42”, sem indícios que possibilitem apontar o título da obra, como os casos das notas supra; ver anexo I.

¹¹⁸⁴ FARINACIO, Prospero. **Responsorum criminalium**. Liber primus. Veneza: Haeredes Georgij Varici, 1615, cons. LXI, n. 17; manter no horizonte as considerações da nota acima.

¹¹⁸⁵ Relembrando que Antonio Mazzolli foi o único doutrinador a que não foram encontradas referências nos acervos pesquisados. A citação do procurador foi a “Resolus crim (...) absolutio n° 4º”.

Mascardo¹¹⁸⁶ e Farinácio¹¹⁸⁷, defendendo que, mesmo sendo mínima, a falsidade deveria ser condenada pelos juízes. Em menção a Barbosa e a Mendes de Castro, sustentou que Joana, por ser mulher, não deveria ter sido aceita como testemunha na causa crime “*Testes non admitemtur mulieris in causis criminalibus, quod comprobant multi abi citali*”, destacando também sua condição de “baixa esfera”.¹¹⁸⁸ A respeito das provas admitidas em direito, sustentou que a inimizade existente entre os réus e o denunciante era oriunda de rixa velha e declarada, motivação pela qual Francisco Alvares havia induzido testemunhas a jurar em falso.¹¹⁸⁹

Testemunho em falso, bem como sua indução ou corrupção em casos de morte, constituía crime assim colocado nos termos do título LIV do Livro V das Ordenações, e a penalização era de morte natural e a perda dos bens em favor da coroa.¹¹⁹⁰ Nesse sentido, o procurador argumentou que a falsidade restava provada das testemunhas apresentadas pela defesa, que confirmaram os artigos da contrariedade e que demonstraram que Francisco Alvares lançou as suspeitas pela vizinhança rompendo “uma voz vaga” com o objetivo de fazer público o caso e, consequentemente, influenciando testemunhas para que jurassem em falso. Ainda, corrompera a Joana para que depusesse contra os réus, tendo como prova cabal a escritura de perdão dado por Rosa, declarando serem seus pais inocentes das acusações. O depoimento por ela dado amparou, também, o dito pelos réus no auto de prisão e tonsura, mas o procurador defendeu, ainda, que bastaria que os réus negassem o delito arguido na devassa para não lhe se provar.¹¹⁹¹

Especificamente ao questionamento acerca do depoimento de Joana em decorrência de seu gênero, o título LVI do Livro III das Ordenações Filipinas não definia nenhuma limitação expressa ao testemunho feminino. Há de se considerar a representação de fragilidade intelectual que permeava o direito criminal setecentista, mas objetivamente na oitiva dos depoimentos as influências dessa imagem feminina eram, aparentemente, mais sutis; nesse sentido, o procurador sustentou, juntamente com o questionamento de gênero, que Joana era de condição social “baixa” e “caduca” por ser idosa. Isso leva a crer que o intento foi colocar em pauta a

¹¹⁸⁶ MASCARDO, 1585-1661, *caso XXX*, nº 16; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

¹¹⁸⁷ FARINACIO, Prospero. **Praxis, et theoricæ criminalis amplissimæ**. Pars Tertia. Frankfurt: Prodit e Collegio Paltheniano, 1605; Lyon (Lugduni): Sumptibus Horatii Cardon, 1606, *quaest.* CL, n. 335, tit. 3 §5º n. 56; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

¹¹⁸⁸ “Esta testemunha, além de ser mulher, é de avançada idade e por tal caduca, que não merece crédito a seu depoimento” (APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fls. 31, 31-v).

¹¹⁸⁹ FARINACIO, 1605, 1606, *quaest.* LIV, n. 166 ; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

¹¹⁹⁰ OF, L. V, tit. LIV.

¹¹⁹¹ MASCARDO, 1585-1661, *concl.* XCVI, n. 1; *de justic.*, cap XXXXIX, n. 3; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

debilidade do intelecto feminino, a ignorância dos estratos sociais mais empobrecidos e a falibilidade senil. Ao que parece que o argumento pautado na fragilidade do gênero feminino não seria o suficiente para a exclusão do depoimento em questão.

Então, do que se percebe das fontes, na prática do foro não era incomum que fossem testemunhas mulheres, incluindo as de elite, pobres, indígenas e descendentes, negras e descendentes, escravizadas e forras, mesmo que em número reduzido em comparação aos homens depoentes. Talvez uma padronização que se poderia retirar era o conhecimento, mesmo que pequeno, sobre as circunstâncias do crime que estava sendo arguido, sendo que frequentemente detiveram algum envolvimento mais direto. Esse apontamento, porém, é flutuante conforme a conjuntura dos casos, considerando que, no caso em tela, ao mesmo tempo em que houve o testemunho de Joana, parteira que auxiliou Rosa, houve o relato superficial de Ana Maria do Rosário.¹¹⁹²

Note-se que Joana havia sido citada para compor o corpo de delito indireto e não para testemunhar, depondo posteriormente por ter sido referida em outros testemunhos. Em que pese envolvida nas circunstâncias do crime e relatando-o como certo, não o presenciara. Da mesma maneira, nenhum dos depoentes da devassa relatou ter visto alguma conduta dos réus, e todos alegaram conhecimento pelas informações serem públicas na vizinhança. Com base nisso, o procurador argumentou pela nulidade do corpo de delito por não ter trazido prova alguma contra os réus; era certo que a criança fora sepultada, todavia nada fora sustentado e provado quanto à causa de sua morte. Alegou, ainda, que para tanto deveria ter sido realizado por um cirurgião e não por barbeiros e sangradores, “que estes não podem ser admitidos a semelhantes exames, e por isso sem merecimento”.¹¹⁹³

Alegou que as testemunhas que depuseram a favor dos réus constituíam para eles melhor prova, amparando-se em Sordo¹¹⁹⁴, acrescentando que “onde não se dá pena, se não pode considerar crime, e menos tem lugar a pena adonde senão dá culpa”.¹¹⁹⁵ As testemunhas produzidas na defesa, segundo o procurador, eram “pessoas de maior exceção e com boas razões de seus ditos”, motivo pelo qual representariam testemunhas mais críveis que as escutadas na devassa.¹¹⁹⁶ Concluiu, assim, que – para além dos argumentos levantados para defesa – o álibi

¹¹⁹² Algumas das reflexões foram realizadas durante a leitura de GOUVEIA, Jaime Ricardo. Costelas de Adão: a desacreditação dos depoimentos femininos na Inquisição portuguesa. *Mátria Digital*, n. 5, pp. 221-247, nov. 2017/out. 2018.

¹¹⁹³ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 34-v.

¹¹⁹⁴ SORDO, 1616, *concl.* XIX, n. 13, XL, CXXXVIII, n. 14; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

¹¹⁹⁵ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 35.

¹¹⁹⁶ PEGAS, 1672, ad Ord, L. I, tt. XXXV, § 18, n. 3; CASTRO, 1680, l. 3 cap. 12 n. 7; manter no horizonte as considerações realizadas nas notas anteriores.

apresentado pelos réus seria suficiente, nos termos do parágrafo 3º do título CXXXV do Livro V das Ordenações, para a absolvição da culpa.¹¹⁹⁷

Por derradeiro, desenvolveu os argumentos no sentido da honra dos réus com fundamento em Valasco e Pegas, citando que “*Quia honor vite perfertur, et vite e qui parather*”. Alegou que eram “pessoas pobres, e miseráveis, contudo dotados de honra”, afirmando que “agora se vê esta honra ofendida por um inimigo sorrateiro, sem advertir este que menos é viver do que perder a honra, e por isso a honra prefere a vida”. Nesse mesmo sentido, afirmou que “De tal sorte, se julga maior a perda da honra, a dos bens temporais”.¹¹⁹⁸

O manejo de doutrinadores, a utilização dos brocardos e de argumentos técnicos pelo Advogado Francisco José Ferreira, bem como a larga biblioteca de obras são elementos que se destacam na leitura desta petição e intensifica as críticas à suposta rusticidade da atuação dos foros locais nas franjas do império. Embora o número de bacharéis em leis na região de Paranaguá e de Curitiba ao fim do XVIII não fosse alto ou, como concluído por Ivan Furmann para o início do XIX a presença de procuradores sem letramento, formação em Faculdade de Leis, era corrente.¹¹⁹⁹ Raramente nesse período existem procedimentos do foro sem a presença de procuradores que representassem as partes, por menos abastadas que fossem – como é o caso dos réus. Isso leva a crer que os advogados leigos fossem personagens ao menos conhecidos na vizinhança pelo exercício das funções, ou que ao menos estivessem às portas do conselho para que as pessoas que fossem para ali trazidas os contratassem.

Ainda, se na região estudada havia, mesmo que em algumas causas, a manipulação das doutrinas do direito régio e do direito comum embasada na circulação dessas obras, pode-se refletir que para a realidade colonial esses estilos fossem frequentes. Aparentemente os advogados leigos acompanhavam as regras do direito e, relevando a expressiva presença de autores italianos, detinham considerável conhecimento da tradição comum. Muito embora a causa em tela já detivesse argumentos suficientes no momento que Rosa solicitou a escritura de perdão, parece que a aplicação do conhecimento técnico jurídico pelo advogado era algo que fazia parte da prática do foro da vila de Paranaguá.

Na conclusão feita em 22 de maio do mesmo ano, o juiz ordinário, capitão Manoel Antônio da Costa, reconheceu a inocência dos réus acatando que a denúncia havia sido feita por inimigo declarado que havia manipulado testemunhas ao levá-las à sepultura, subornando-

¹¹⁹⁷ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 35-v.

¹¹⁹⁸ *Ibidem*, fl. 37-v.

¹¹⁹⁹ FURMANN, Ivan. **Cultura jurídica e transição entre colônia e império**: a experiência da ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Curitiba, 2013. Tese (Doutorado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2013, pp. 133-135, 266-267.

as para que fosse possível constituir tal prova para a abertura da devassa bem como consequente culpabilização dos réus. Ainda, tomou em conta o juiz o depoimento e perdão dado por Rosa Maria que, sob juramento, declarou que a criança nascera morta, comprovando-se pelo depoimento tanto de Francisca Alvares quanto de Gonçalo Mendes. Feita remessa obrigatória à ouvidoria, o ouvidor interino por impedimento de moléstia do ouvidor em exercício – o próprio capitão Manoel Antônio da Costa –, desempenhando tais funções confirmou a própria sentença ordenando que os réus fossem retirados do rol de culpados e que fosse dada baixa em suas culpas.¹²⁰⁰

É possível afirmar que o caso evidencia a lacuna entre uma forma de prática familiar de regulação dos nascimentos indesejados, normalmente acobertado pelos muros domésticos¹²⁰¹ e estimulada pela reação defensiva dos familiares para a manutenção da honra. A dissipação das informações da gravidez sem o estabelecimento de um matrimônio, ou ao menos de uma situação de concubinato que pudesse ser vista socialmente como um casamento social, poderia arruinar as possíveis relações sociais da família. Mas no caso de Gonçalo, Francisca e Rosa acresce-se um fato que parece ter sido mais decisivo que a proteção à honra: o temor de Francisco, filho do casal. A documentação não deixa conhecer os motivos desse medo, mas ressalta em várias passagens que a motivação para a exposição da criança foi, de fato, a sua chegada na casa acompanhada da potencialidade do emprego da violência física contra a irmã, Rosa, a ponto de matá-la.

* * *

Envenenamento

Em relação aos casos de envenenamento, foram encontrados dois, um contendo uma morte e outro, não. O fator interessante de ambos, além da disseminação do estereótipo de que seriam as mulheres as responsáveis pela manipulação de venenos em alimentos, foi a imbricação das situações ocorridas com algumas questões ligadas a relações sociais possivelmente amorosas entre mulheres e homens.

Em 10 de dezembro de 1754 na vila de Paranaguá, Catarina Pereira e sua filha Maria Pereira, em conjunto com o respectivamente marido e pai, Pedro das Neves, foram aprisionados em decorrência de uma devassa geral tirada no mesmo dia pelo ouvidor Antônio Pires da Silva

¹²⁰⁰ APPR. PB 045.PC3042.111, 1799, fl. 37-v, 39-v.

¹²⁰¹ PROSPERI, 2010, pp. 71, 83.

e Mello Porto Carreiro. A suspeição era de terem envenenado um vizinho, José Pessoa, com um “guisado de caranguejo” cozido por Catarina e a ele levado por Maria.¹²⁰²

De acordo com a cópia dos depoimentos feita no traslado da culpa dos réus, das 30 testemunhas, 24 declararam ter conhecimento do caso. Os depoentes Manuel Pardinho Nobre¹²⁰³, José Pessoa de Barro¹²⁰⁴, Marcos Jose Mendes¹²⁰⁵ e Alexandre da Silva¹²⁰⁶ declararam que estavam na casa de José Pessoa em horário próximo ao meio dia – afirmaram estarem ali para jantarem – quando comera os tais caranguejos e começara a sentir-se mal. Aparentemente José Pessoa estava em reunião com outros cirurgiões e um negociante, provavelmente colegas ou compadres, quando tivera as reações descritas. A informação de dois destes estavam na vila em visita sugere que talvez eram convidados de Pessoa a alguma ocasião.

Chama a atenção a descrição de que estavam ali para a finalidade de jantarem juntos, sendo a descrição do horário próximo ao meio-dia. Esta informação sugere que os costumes da alimentação – ao menos deste grupo social composto por homens que afirmaram ser cirurgiões e um deles comerciante – mantinham horários semelhantes aos descritos para Lisboa. Lousada afirma que no espaço urbano da metrópole as três refeições principais eram o almoço – realizado entre 8 e 11 horas –, a janta – feita entre às 11 e 16 horas – e a ceia – entre às 19 e 22 horas.¹²⁰⁷ A fonte não permite afirmar que esta era uma prática em toda a vila, mas o poderia ser da região considerando que Catarina havia, já ao meio-dia, cozido os caranguejos.

Descreveu o depoente que a vítima sentiu tonturas, “ânsias mortais”, seu corpo começara a inchar, surgiram-lhe bolhas, tivera dedos e palmas das mãos escurecidos, além de perda de sensibilidade. Sendo chamado o “boticário” Manuel Antônio Machado¹²⁰⁸, este “lhe deu sucessivamente com toda a brevidade três porções sucessivas de triaga magna e extrato brasílico”¹²⁰⁹, antídoto que o fizera melhorar. De acordo com o depoimento, ainda, José Pessoa

¹²⁰² APPR. PB 045.PC1053.31, Caixa 31, Paranaguá, Autos crimes de livramento em que são partes A. a Justiça por seu promotor; RR. Pedro das Neves, sua mulher Catarina Pereira e sua filha Maria Pereira, 1755.

¹²⁰³ Declarou-se viver de ser advogado dos auditórios; ver anexo II.

¹²⁰⁴ Afirmou ser cirurgião e que estava na vila de Paranaguá como “visitante”. Pode-se refletir que ao utilizar este termo para definir sua permanência por alguns tempos na vila que estava exercendo seu ofício a alguma família importante e abastada da região; ver anexo II.

¹²⁰⁵ Também afirmou que estava na vila como “visitante”; ver anexo II.

¹²⁰⁶ Declarou ser alcaide da cadeia; ver anexo II.

¹²⁰⁷ LOUSADA, Maria Alexandra. **Espaço urbano, sociabilidades e confrarias**. Lisboa nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Centro de História da Cultura Terramar, 1999, pp. 4-5.

¹²⁰⁸ Declarou ser, também, escrivão da câmara e do juízo de órfãos; ver anexo II.

¹²⁰⁹ “Triaga magna” correspondia a um antídoto feito com base de plantas, animais e outros ingredientes utilizado para curar uma série de doenças. Na América Portuguesa, pela ausência de determinados ingredientes, os jesuítas da Bahia criaram o “estrato brasílico” a partir das experiências de misturas com componentes específicos da terra, que revelou ser um remédio eficiente contra picadas de cobras e outros animais peçonhentos (COELHO, Ricardo Ribeiro. **O universo social das artes de curar**: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII). Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2012, p. 84).

– que exercia o ofício de cirurgião – teria afirmado que no momento em que sentiu-se mal, seu pulso esteve fraco e acreditou que morreria, “procedido tudo dos tais caranguejos que comeu por virem infeccionados com veneno cruelíssimo”.¹²¹⁰ Na sequência, foi intimado a depor Manuel Antônio Machado¹²¹¹, que manipulou a substância que havia curado a vítima, “como professor que era da farmacêutica”, confirmando os acontecimentos expostos pelo depoimento anterior. Do mesmo modo, declarou o ajudante Manuel Borges da Rocha¹²¹², vizinho de José Pessoa.

Um elemento que chama a atenção nestes depoimentos é a citação dos efeitos sofridos pela vítima descritos da mesma maneira e dispostos na mesma sequência. Isto leva a crer que talvez o ouvidor, no momento da realização das perguntas na inquirição, possa ter sugerido tais sintomas com base em testemunhos anteriores na devassa ou mesmo no conhecimento que detinha do caso. Não parece, assim, que o registro destes depoimentos tenha sido feito de maneira estritamente fiel ao que cada testemunha pode ter declarado.

Alexandre da Silva, ainda, informou ter ouvido Catarina das Neves ter dito que José Pessoa “lhe escapou aquela e lhe não escaparia da outra”.¹²¹³ Este depoimento foi o primeiro dado na segunda audiência para inquirições e é interessante notar que nas declarações subsequentes a esta a informação do que Catarina supostamente disse na prisão passou a ser replicada. A maioria dos depoentes declarou que tinha conhecimento disto por “ouvir dizer”, já que o caso tinha se tornado “notório” a partir da segunda audiência de inquirição provavelmente porque os suspeitos tiveram pronúncia de captura expedida pelo ouvidor ao final da primeira audiência e foram aprisionados neste mesmo dia. Aparentemente o encarceramento de pessoas da vila originava uma série de boatos disseminados rapidamente entre os moradores, e nota-se, também, que o teor dos depoimentos foi sendo progressivamente alterado: enquanto nos primeiros a declaração foi no sentido de que José Pessoa havia dito que ingerira veneno nos caranguejos dados por Catarina, Pedro e Maria, a partir do 12º depoimento a informação prestada era de que “Pedro das Neves, Catarina Pereira e sua filha mais velha por nome Maria mandaram ao referido José Pessoa caranguejos com confeição tão venenosa”.¹²¹⁴

Curioso foi o depoimento de José Cabral que acrescentou que, além do antídoto, José Pessoa havia recebido “água de unicórnio” do padre vigário da vila. Durante o registro de outro depoimento, o escrivão escreveu uma confusão e deixou entrever brevemente a forma como os

¹²¹⁰ APPR. PB 045.PC1053.31, Caixa 31, Paranaguá, 1755, fl. 11.

¹²¹¹ Declarou ser escrivão da câmara, de órfãos e boticário.

¹²¹² Para detalhes sobre este personagem, ver anexo II.

¹²¹³ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 14-v.

¹²¹⁴ *Ibidem*, fl. 16-v.

moradores da região utilizavam as expressões faladas. Escreveu que “a gente disse digo disse que ouvira dizer que ouvira dizer que a gente que esta dera veneno em uns caranguejos ao cirurgião”¹²¹⁵, porém sem deixar claro se a confusão fora originada na fala ou diretamente na escrita. Se for na fala, isto sugere que este depoente não detinha bom conhecimento sobre o caso; se for na escrita, pode sugerir que o escrivão teve um lapso de atenção durante a oitiva.

Deseja-se destacar, também, o depoimento dado por Maria Pinheira. Juntamente com Francisca Rodrigues, estas eram as duas únicas mulheres a testemunharem os acontecimentos.¹²¹⁶ Maria Pinheira declarou os mesmos elementos ditos pelas demais testemunhas, acrescentando que deles tinha conhecimento por residir em frente às residências de Pedro das Neves, Catarina Pereira e de José Pessoa. Informou, assim, ter visto “uma filhinha de Pedro das Neves mais moça” à porta do vizinho com o prato enviado pelos seus pais, destacando haver sido um presente.¹²¹⁷ Este registro feito pelo escrivão, novamente, parece ter sido a transcrição do modo como Maria Pinheira descrevia a filha mais jovem do casal.

O envenenamento estava disciplinado pelo parágrafo 2º do título XXXV do Livro V das Ordenações, no mesmo título das tratativas acerca dos homicídios. Manipular veneno a alguém era, pois, compreendido como uma das formas de se matar alguém, por mais que nisto não resultasse, e deveria ser punido com pena capital. Para Melo Freire, era classificado como um homicídio qualificado mas a sanção não deveria ser a todos os casos a pena de morte. ressaltou o autor que, não resultando no falecimento da vítima nem em dano permanente, deveria ser aplicada uma pena extraordinária. A esta espécie de situação denominou envenenamento culposos, devendo a punição ser pela culpa mensurada.¹²¹⁸

Pereira e Sousa também classificou este crime como homicídio qualificado, tendo em vista ser uma forma pela qual seria possível dar causa à morte de alguém. Afirmou, contrariamente a Melo Freire, ser a morte natural a penalização aplicada igualmente em casos intentados. Segundo o autor, seria o modo “mais barbaro” de matar e representaria a forma mais grave – mas não a mais cruel – dentre os tipos de homicídios qualificados, podendo ser feito

¹²¹⁵ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 20-v.

¹²¹⁶ Maria Pinheira tinha 60 anos, era mulher forra, viúva e vivia de sua venda. Francisca Rodrigues era solteira, tinha 30 anos e também vivia de sua venda. Em que pese a coleta dos depoimentos não permitam concluir pela ausência de inscrição do escrivão neste sentido, Maria e Francisca poderiam ser mãe e filha, que juntas geririam um pequeno negócio, ou uma “taverna” como assim definido por Bluteau (1789a, p. 515). Os elementos utilizados para descrever principalmente Maria Pinheira chamam a atenção por demonstrarem uma ex-escravizada como dona de uma pequena loja na vila de Paranaguá, uma característica recorrente para Minas Gerais no século XVIII consoante as conclusões de Figueiredo e Magaldi (FIGUEIREDO, MAGALDI, 1985). Considerando, ainda, ter declarado ser viúva, muito provavelmente a venda era administrada por ela própria, com auxílio dos filhos (APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 16).

¹²¹⁷ *Ibidem*, fls. 16, 16-v.

¹²¹⁸ FREIRE, 1794: 1966, p. 186

através de substâncias postas em alimentos, bebidas, introduzidas pela respiração ou por mordidas de animais. Nesta esteira, as razões da gravidade eram porque realizado de modo oculto, raramente deixava vestígios e, conseqüentemente, era de mais fácil perpetração. Assim, seria comum atribuírem-se as situações de mortes súbitas à manipulação de venenos.¹²¹⁹

O Alvará de 28 de Fevereiro de 1743, manifestando a preocupação do rei D. João V com o delito de “propinação” de veneno, considerou o processamento por querela não ser o bastante para a investigação do crime. Nestes termos, determinou – ainda que não resultasse em morte – que fosse processado por devassa.¹²²⁰ O alvará acrescentou este crime na competência descrita para processamento por meio de devassa especial, tendo em vista referir-se ao parágrafo 31 do título LXV do Livro I das Ordenações.

Aprisionados em 10 de dezembro de 1754, foi então feito o Auto de prisão, habito e tonsura descrevendo que Pedro das Neves, preso na enxovia dos homens, havia informado ter 50 anos, que era natural do Rio de Janeiro e que estava vestido de modo bastante simples, com uma camisa, um calção e chinelos. Do mesmo modo, foram realizadas as mesmas perguntas a Catarina Pereira e a Maria Pereira, presas na enxovia das mulheres, que declararam ter 46 anos e 13 anos, naturais de Paranaguá e havendo a descrição de que ambas vestiam roupas igualmente simples, com camisas de linho, saias e chinelos.¹²²¹

Na sequência, acostaram em 19 de maio de 1755 procuração em que davam poderes a José Cabral – o mesmo personagem que afirmara, em depoimento na devassa deste caso, que a “água de unicórnio” auxiliara no salvamento de José Pessoa. Em seguida, o então procurador entregou ao ouvidor uma petição, em nome de Pedro das Neves, Catarina Pereira e Maria Pereira, requerendo que fosse dado início aos termos de seus livramentos, tendo ficado a família aprisionada por cinco meses e 14 dias.¹²²² A subsistência dos suspeitos no cárcere não era de responsabilidade da instituição que havia realizado a prisão.

Respeitando os procedimentos, o promotor do conselho, Manuel Fernandes Souto – também escrivão da ouvidoria –, juntou o libelo acusatório explanando que os réus tratavam a José Pessoa com amizade “aleivosa”, enviando os caranguejos envenenados para o “matarem com disfarce”.¹²²³

¹²¹⁹ SOUSA, 1803, pp. 302-304.

¹²²⁰ PORTUGAL. Alvará de 28 de Fevereiro de 1743. In: PORTUGAL, 1819b, p. 494.

¹²²¹ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 1-v.

¹²²² Este documento foi acostado, e deferido pelo ouvidor Jerônimo Ribeiro Magalhães em 24 de maio de 1755 (*Ibidem*, fl. 5, 5-v).

¹²²³ *Ibidem*, fl. 5, 5-v.

Em contrariedade, o procurador dos réus apresentou a defesa argumentando que a acusação era falsa alegando que, sendo a família vizinha de José Pessoa, a filha mais nova do casal, Antônia, de 7 anos, estava à sua porta comendo “um dedo de caranguejo cozido”. Pessoa tirou-lhe da mão, afirmou que “era muito amigo de caranguejos” e lhe pediu que fosse buscar alguns em casa de seus pais. Antônia, assim, entrou na casa de seus pais e “pôs em um prato três ou quatro caranguejos cozidos em água somente e os levou ao dito José Pessoa”. Ressaltou que Pedro e Catarina não tiveram conhecimento de que Antônia havia levado o prato ao vizinho porque estavam no quintal trabalhando “por serem pobres e viverem da agência de suas mãos”.

Neste ponto, as alegações adentram a um terreno curioso, com o procurador afirmando que Pessoa havia comido os referidos alimentos em companhia de Marcos de Abreu, com molho de azeite, vinagre, alho, pimenta da terra e do reino. Afirmou que, antes desta refeição, Pessoa havia comido “doce e outras mixofrofadas que lhe mandaram e bebido muito”¹²²⁴, para além “depois de tudo isto comeu ainda bananas da terra cruas que não podendo fazer-lhe bom cozimento digo [sic] fazer-lhe bom estômago e cozimento tantas coisas indigestas resultou dar-lhe uma cólica”. Havia ingerido esta quantidade de alimento “por ser glotão como é notório”, ou melhor, por ser uma pessoa que se alimentava com grandes quantidades, sentindo-se bem após expelir o conteúdo que havia em seu estômago.¹²²⁵

O cerne deste primeiro argumento foi José Pessoa sentir-se mal por comer demais. Claro que se em uma passagem o alegado foi que Pedro e Catarina não avistaram sua filha servindo-se de comida para levar ao vizinho, difícil seria crer que o teriam visto ingerir todos estes alimentos, o que faz crer que poderia ser um relato embasado nos boatos surgidos em conversas entre vizinhos ou em diferentes dias que possivelmente os réus possam ter presenciado a alimentação de José Pessoa. De todo modo, o curioso destas passagens é compreender um pouco do que poderia ser uma rotina alimentar na vila de Paranaguá neste período: o costume de alimentar-se de caranguejos com o molho, o acesso às pimentas e a necessidade de cozinhar as bananas da terra para que não resultassem em indigestão. Outro aspecto interessante era o hábito de trocas de alimentos entre as famílias; não somente José Pessoa pedir à Antônia que lhe desse um alimento de sua casa bem como recebido outras comidas. Isso poderia ser em decorrência de alguma posição social de importância, ou, tendo em vista que tinha em sua casa colegas para jantar, poderia tratar-se de alguma data especial.

¹²²⁴ O termo “mixofrofada” não foi encontrado em outro documento para a definição, todavia se compreende pelo contexto que provavelmente corresponderia a uma espécie de alimento.

¹²²⁵ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 6-v. Conforme Bluteau, “glotão” significava “comilão” (BLUTEAU, 1789a, p. 661).

O segundo argumento exposto apontou que a devassa que ensejou o aprisionamento da família seria uma represália à cobrança de cumprimento de esponsais por parte de Maria Pereira contra Francisco Gomes Teixeira. De acordo com o que relatou o procurador dos réus, Maria havia ingressado no juízo eclesiástico com procedimento para cumprimento de esponsais de futuro contra Francisco Gomes Teixeira, sujeito que “o dito Doutor Antônio Pires da Silva Mello Porto Carreiro o amparava com tanto empenho que lhe fazia a todos os seus papéis e requerimentos falando ao Reverendo Vigário da vara”. O ouvidor teria pago por Francisco Gomes Teixeira os valores de depósito em juízo e frequentemente solicitava aos Reverendos Padres Frei Sebastião de Santa Rosa e Padre José Rodrigues Franca que conversassem com Maria para que desistisse da causa, prometendo-lhe pagar os gastos que haviam sido feitos em prol da “quitação” de Francisco. Frente à negativa da família, requereu a José Pessoa que os denunciasses falsamente por envenenamento, porém este também negara. Assim, fizera a devassa geral em que logrou êxito em aprisioná-los. A sentença final dos autos de esponsais foi provida a Maria Pereira – e por um dos testemunhos de defesa foi dada a informação de que se casou com Francisco Gomes Teixeira –, situação esta que teria instigado a ira de Porto Carreiro.¹²²⁶

De acordo com estas declarações, o ouvidor, então, teria utilizado da devassa geral como meio de perseguição e punição políticas por meio das instituições. A motivação teria sido a proteção a Francisco Gomes Teixeira, contudo com os dados do processo não foram encontrados mais dados acerca deste personagem. Pode-se imaginar que se encontrava em meio à rede de influências do ouvidor, podendo esta ser social ou política, não sendo raro que se utilizassem das instituições de poder para que atingissem tais finalidades. Pelo relato, o ouvidor primeiramente tentara realizar alguma espécie de acordo diretamente com Maria Pereira e com sua família, fora, portanto, da vara eclesiástica, o que leva a refletir pelo costume de resolução de conflitos na seara social. Talvez levantaria suspeitas se Porto Carreiro comparecesse em pessoa à residência da família para solicitar que Maria desistisse da exigência de esponsais. Ou, ainda, a família poderia contra ele oferecer mais resistência que aos padres por ele enviados. O próprio fato de convencer os reverendos a realizarem tal serviço também poderia ser um indicativo do alcance das redes de influência do ouvidor que, por fim, atuou através de seu próprio cargo.

A alocação de ouvidores objetivava uma aproximação aos locais das normatividades colocadas como padrão ao reino português, dos estilos ali reproduzidos e das formas seguidas

¹²²⁶ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fls. 6-v, 7.

na burocracia da prática jurídica. Eram oficiais letrados, e, como já citado principalmente na atuação do ouvidor Pardinho, em muitas oportunidades expuseram esses modelos aos conselhos camarários e atuaram na fiscalização do desempenho das funções. Então, em tese, eram oficiais que estariam apartados das dinâmicas políticas locais e não seriam por elas condicionados em suas atuações. Não é isso, todavia, que o caso em tela apresenta. O cenário de ouvidores estabelecendo relações políticas e redes de influências não foi raro, existindo vários relatos nesse sentido destacados por historiadores, como o identificado por Maria Fernanda Bicalho e Mafalda Soares da Cunha na América Portuguesa e Angola, vislumbrado por Stuart Schwartz especificamente na jurisdição da Relação da Bahia, analisado por Isabele Pereira de Matos Pereira de Mello no Rio de Janeiro e detectado por Pegoraro em Paranaguá. A vivência dos ouvidores nas localidades aproximava interesses comuns com as elites locais, estabelecia negócios, permitia o pertencimento às mesmas organizações e a adoção de estilos de vida semelhantes, proporcionando relações sociais pautadas por laços políticos, parentais, de compadrio. Situações que violavam o isolamento que, teoricamente, o desempenho das funções de ouvidor deveria ter.¹²²⁷

Maria Pereira negara a proposição dos acordos e isto levanta duas questões: estava certa de que haveria de ter sentença a si favorável e, mesmo sendo tão nova, aparentemente se manteve com a crença de que contrair matrimônio com Francisco Gomes Teixeira seria a melhor escolha. Apoiada pelos seus pais, muito provavelmente tomar o estado de casada significaria passar a estar em uma posição social mais favorável do que aquela em que se encontrava.¹²²⁸ Não há nos autos, contudo, detalhes que possam esclarecer o objetivo de Maria com o cumprimento dos esponsais.

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os esponsais nos juízos eclesiásticos poderiam ser feitos por mulheres e homens a partir dos sete anos completos¹²²⁹, e a causa em questão pode ter sido oriunda de promessa de casamento feita a Maria Pereira antes de completar 12 anos, idade mínima para contrair matrimônio. Se assim o tivesse ocorrido, poderia se imaginar que completando tal idade, Francisco Gomes Teixeira quebrou a promessa, ensejando o ingresso do instrumento. Embora não se saiba qual

¹²²⁷ BICALHO, Maria Fernanda; CUNHA, Mafalda Soares da. Corregedores, ouvidores-gerais e ouvidores na comunicação política. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 358-364; SCHWARTZ, 2011, pp. 220-226; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Poder, administração e justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, pp. 63-77; PEGORARO, 2007, 2015.

¹²²⁸ ALMEIDA, 2005, p. 25.

¹²²⁹ Requisito este permitido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia todavia limitado aos 25 anos na Lei de 6 de Outubro de 1784 (VIDE, 1707: 1853, § 262, p. 108).

especificamente era o requerimento feito por Maria bem como quais partes haviam sido providas, é de se imaginar que tenha logrado a realização de matrimônio ou, sendo Francisco Gomes Teixeira da nobreza da terra, o pagamento de multa no valor de dez mil réis dividida entre o meirinho e a acusadora.¹²³⁰ Ainda não havia a obrigatoriedade de inscrição dos esponsais em escritura pública, determinada apenas pela Lei de 6 de Outubro de 1784, fator este que pode trazer à tona uma faceta mais costumeira de como haveria sido realizada a promessa de casamento, como sugere o desfecho do caso.

É importante mencionar que o mau procedimento do ouvidor Porto Carreiro não era desconhecido. Nomeado ao cargo em 1748, em 1751 os oficiais da câmara de Iguape encaminharam correspondência a D. José I, endereçada ao Conselho Ultramarino, requerendo providências contra as atitudes de ouvidor nos anos de 1750 e 1751. Alegaram ser “indecoroso”, provocar gastos extras à câmara e condenar de modo arbitrário ao pagamento dos moradores em decorrência da extensão de terras que utilizavam, além de ter incorrido em uma situação em que prendeu a todos os oficiais do conselho, levando-os à praça de Santos.¹²³¹ Em 15 de abril de 1752, os oficiais da câmara de Paranaguá encaminharam carta ao rei relatando os abusos cometidos pelo ouvidor. Informaram que estava realizando correições com peridiocidade alta – sendo que lhes parecia suficiente uma a cada três anos –, resultando no empobrecimento ainda maior de uma comarca já miserável. A denúncia incluiu descrição de arbitrariedades praticadas também nas vilas de Iguape e de Santos, salientando, nesta, o aprisionamento dos juízes ordinários, vereadores e procurador, e intenção de subtração da residência do juiz de fora.¹²³² Em consequência, em 1754 o juiz de fora de Santos também denunciou dos procedimentos do ouvidor, resultando em sindicância aberta pelo Conselho Ultramarino para averiguação.¹²³³

Pelo que as fontes permitem verificar, a atuação deste oficial afastava-se bastante do que era o padronizado pela lei regia. Os objetivos do isolamento no cumprimento das funções, sem envolvimento e tendências dados por relações políticas, além da fiscalização e manutenção do direito padronizado não parecem terem sido seguidos por Porto Carreiro nesses casos. Ainda, pode-se pensar que esta se configurava em uma prática habitual deste personagem dada a quantidade de reclamações em diferentes vilas.

Em 1759, o então ouvidor Jerônimo Ribeiro Magalhães comunicou ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, posteriormente Marquês de

¹²³⁰ VIDE, 1707: 1853, §§ 262-267, pp. 108-110.

¹²³¹ AHU, ACL, CU, 023, Cx. 4/Doc. 250 (1); AHU, ACL, CU, 017-1, Cx. 70/Doc. 16351 (1).

¹²³² AHU, ACL, CU 023, Cx. 4/Doc. 252.

¹²³³ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 21/Doc. 2016 (1); AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 22/Doc. 2111.

Pombal, por meio de ofício ao Conselho que Porto Carreiro havia sido investigado na devassa tirada dos crimes cometidos na extração de diamantes na região de Tibagi e, em 1757, encontrava-se preso porque facilitara a extração a alguns sujeitos e recebera algumas destas pedras.¹²³⁴

Retornando à contrariedade dos réus, por derradeiro, foi alegado pelo procurador que os réus sempre mantiveram relações de boa vizinhança com Pessoa, tratando-se com amizade, a ponto deste doar àqueles “duas purgas sem que por elas quisesse levar dinheiro algum”¹²³⁵ em decorrência da pobreza em que viviam. Assim, afirmou que os réus nunca desejaram mal ao vizinho, não existindo motivação para supostamente lhe darem veneno, levantando, também, que a devassa restava nula pela inexistência de corpo de delito. Protestou que se julgasse perdas e danos, e injúria, em favor dos réus em decorrência do tempo em que estiveram aprisionados pelas culpas injustas.¹²³⁶

As testemunhas apresentadas pela defesa¹²³⁷ confirmaram os termos expostos pela contradita sem adicionarem demais informações importantes ao caso. Uma curiosidade, e que é plausível assumir ser uma prática comum na vila, foi o relatado por Inácio João de Freitas afirmando que em decorrência da doença de José Pessoa enviara-lhe uma galinha viva. O presentear com alimentos parece, ao que deixam entrever as referências feitas pelas personagens envolvidas nestes autos, ter sido algo bastante costumeiro. Talvez as relações de boa vizinhança fossem assim construídas e mantidas.

As razões finais apresentadas pelo procurador José Cabral destacaram a nulidade da devassa em decorrência da ausência de corpo de delito – já que esta seria a única forma de “conhecer semelhante delito” –, esvaziando os termos da culpa. Para a fundamentação deste argumento, expôs brocardos de Bártolo de Sassoferrato, Prospero Farinácio¹²³⁸, Tiberio Deciani¹²³⁹, Giacomo Menochio¹²⁴⁰ e Agostinho Barbosa, complementando que as penas criminais não poderiam ser cominadas a partir de presunções.¹²⁴¹ Citando novamente

¹²³⁴ AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 22/Doc. 2113.

¹²³⁵ Segundo Bluteau, “purga” seria uma espécie de remédio purificador. (BLUTEAU, 1789b, p. 265).

¹²³⁶ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 6-v.

¹²³⁷ Manuel Antônio Machado, João Nunes Gomes, Sargento mor Damião Carvalho da Cunha, Manuel da Silva, novamente Alexandre da Silva e Inácio João de Freitas; ver anexo II.

¹²³⁸ FARINACIO, 1605, 1606, *quaest.* LXXXVI, n. 100, p. 106; retomando as considerações acerca dos doutrinadores citados pelos procuradores nos processos crime.

¹²³⁹ DECIANO, Tiberio. **Tractatus criminalis**. Tomus primus. Veneza: Franciscum de Franciscis Senensem, 1609; Frankfurt: Haeredum Christiani Egenolphi, Typis Ioannis Bringeri, Impensis verò, 1591, 1613; Tomus secundus. Turim: Haredem Nicolai Bevilaqua, 1593, Veneza: Franciscum de Franciscis Senensem, 1609; ver anexo I e manter no horizonte as considerações realizadas na nota anterior.

¹²⁴⁰ MENOCHIO, Giacomo. Não foi possível identificar qual foi a obra utilizada.

¹²⁴¹ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fl. 26.

Farinácio¹²⁴², fundamentou que o caso em questão não se tratava da ocorrência de delito, mas sim de caso de “indigestão e cólica” de José Pessoa.¹²⁴³

Remetidos os autos ao ouvidor Jerônimo Ribeiro de Magalhães, a decisão foi pela absolvição dos réus considerando que as motivações expostas na contradita foram provadas pelos depoimentos das testemunhas da defesa, não dando crédito ao “que animosamente depõem as testemunhas da culpa”. Afirmou, ainda, que os casos de envenenamento não deveriam ser processados por devassa geral – não seria, pois, caso de investigação em correição –, mas sim por devassa particular, estando este feito em desacordo com a “lei novíssima”, referindo-se ao supracitado Alvará de 28 de Fevereiro de 1743.¹²⁴⁴

Curioso notar que a sentença não fez referência alguma à acusação aos modos de proceder do ouvidor Porto Carreiro nem à existência de autos de cumprimento de esposais entre Maria Pereira e Francisco Gomes Teixeira. Este silêncio acompanhado da fundamentação de que a devassa geral não era o instrumento cabível para o processamento do crime de envenenamento faz pensar na veracidade das alegações relativas aos esposais de Maria Pereira contra Francisco Gomes Teixeira. Por um lado houve, de modo tácito, a corroboração de que a devassa tirada por Porto Carreiro foi errônea – mesmo que por outros fundamentos – ao mesmo tempo em que o ouvidor não tocou em questões que não eram relativas a seu foro neste momento. Acredita-se que se as acusações fossem em vão, muito provavelmente o promotor de justiça poderia ter levantado a levandade da denúncia, e o ouvidor poderia bem aplicar alguma sanção a respeito.

Em decorrência da apelação necessária à Relação do Rio de Janeiro feita pelo ouvidor, embargou o procurador dos réus afirmando que eram “oriundos do gentio da terra”, miseráveis que mantinham subsistência através de trabalho braçal. Assim, em casos em que a penalização cominada pelas Ordenações não era a capital, os ouvidores tinham competência para sentenciar sem apelação. De acordo com o § 5º do título LVIII do Livro I, os ouvidores de comarca deveriam necessariamente apelar quando dessem sentenças definitivas nos feitos, à exceção de serem os apelantes pessoas pobres e de “baixa condição”. Segundo o procurador, esta normativa estava no Regimento dos Ouvidores Gerais e Corregedores das Comarcas, de 11 de março de 1669, registrado no Livro dos Registros da Câmara.¹²⁴⁵ Lançando mais provas, os testemunhos

¹²⁴² FARINACIO, Prospero. *Praxis, et theoricæ criminalis amplissimæ*. Pars Prima. Lyon (Lugduni): Sumptibus Horatii Cardon, 1634; Veneza: Haeredes Iohannis Varici, 1695. *De Inquisitione, quaest.* II, n. 29, p. 21; manter no horizonte as considerações feitas nas notas anteriores.

¹²⁴³ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fls. 25-v, 26, 26-v.

¹²⁴⁴ *Ibidem*, fl. 27-v.

¹²⁴⁵ *Ibidem*, fl. 28-v.

confirmaram os termos dos embargos afirmando que Catarina era filha de mãe indígena e pai branco e Pedro era de “baixa esfera”. Maria Pereira, em consequência da mãe, possuía também a miscigenação. A família foi, assim, denominada de “carijós” e “pessoas humildes”, na tentativa de comprovar que faziam parte do grupo social menos favorecido para que, então, lograssem não ter a apelação do ouvidor em seu processo de livramento.

Neste ponto, o argumento de pertencer a estratos sociais empobrecidos e de serem descendentes de indígenas aponta para o intento de exclusão da pena com base na ignorância, na rusticidade e, provavelmente, na inocência. Dos procedimentos estudados, essa alegação era recorrente nos processos judiciais, levando a crer que consolidavam um argumento acatado pelo juízo, mesmo que de modo inconsciente. Aqui poderia levantar-se que as representações acerca dos indígenas e dos empobrecidos de ignorância e ingenuidade demandariam a benevolência daqueles que estivessem representando o rei nas franjas do império, sendo um fator a dar maior peso à exclusão da culpabilidade.

Na decisão, dada em 8 de julho de 1755, o ouvidor Magalhães proveu os embargos e decidiu pelo não cabimento de apelação nos termos alegados, contudo na sequência, em 7 de outubro de 1759, o ouvidor em exercício revisitou a motivação e alterou o julgado. Realizando a apelação, mandou citar aos réus. Catarina e Maria Pereira foram encontradas, aquela já viúva e esta casada com Carlos Manuel Pereira da Silva, na vila de Iguape. Notificadas, não responderam à apelação e os autos então foram remetidos à Relação.¹²⁴⁶ Após este instrumento não houve mais notícias de Catarina e de Maria.

O fato de terem saído de Paranaguá e se estabelecido em Iguape traz à tona reflexões no sentido de que Catarina e Maria estivessem, não é possível ter a informação se juntamente com Pedro ou não, em fuga às justiças e, o que pode ser mais provável, à rede de influências do antigo ouvidor Porto Carreiro. Tendo em vista que foi aprisionado pelo ouvidor subsequente apenas em 1757, e os réus foram livrados da prisão em 1755, pode-se imaginar que passaram a sofrer maiores represálias neste lapso temporal e decidiram sair da região em que esta rede poderia manter influência. Em que pese Maria Pereira tenha tido sentença eclesiástica a seu favor nos autos de cumprimento de esposais, não se casara com Francisco Gomes Teixeira. Receber uma sentença do juízo eclesiástico, portanto, não significava que o homem respeitaria e contraísse matrimônio com a suplicante. Neste caso, a ausência de casamento entre Maria e Francisco até reforça que as pessoas que tentaram, antes dos acontecimentos constantes destes autos, convencer a família a desistir dos autos de cumprimento dos esposais continuaram

¹²⁴⁶ APPR. PB 045.PC1053.31, 1755, fls. 33-v, 34-v, 35.

pressionando-os para que o enlace não ocorresse. Talvez isto possa ter dado ensejo a perseguições e a alguma espécie de violência cotidiana, com pressões e ameaças.

O caso de Inácia Pereira e suas filhas também relacionara questões de comportamento sexual e envenenamento, porém a partir de um homicídio e com ocorrências bastante diferentes. Em 24 de dezembro de 1791 Inácia Pereira, seu marido Inácio Pereira e suas filhas foram pronunciados pelo Juízo Ordinário de Paranaguá em uma devassa tirada para apurar a denúncia de um corpo sepultado fora do adro da Igreja. O local do enterro foi um ponto no termo da vila de Paranaguá denominada Ilha de Raza Grande e, no auto de corpo de delito, o defunto foi identificado pelas testemunhas como sendo Francisco Xavier da Silva, natural de Cananeia. O procedimento que traz essas informações data, todavia, de 11 de junho de 1799 e refere-se ao agravo de injusta pronúncia feito pelo pronunciado Antônio Pinto à ordem do juiz ordinário de Paranaguá e encaminhado ao ouvidor interino.¹²⁴⁷

Na cópia da oitiva dos depoimentos colhidos no curso da devassa os nomes dos demais pronunciados para além de Antônio Pinto foram omitidos, contudo é possível afirmar que as inculpações foram direcionadas à Inácia Pereira, a Inácio Pereira e às suas filhas. Isso porque a cópia das duas pronúncias expedidas pelo juiz ordinário na devassa apontam o pronunciamento de “Fulano, sua mulher Fulana e suas filhas” e de Antônio Pinto¹²⁴⁸, e este, em sua petição de agravo, afirmou terem sido Inácio Pereira, Inácia Pereira e suas filhas os pronunciados juntamente consigo.¹²⁴⁹ Não existindo, portanto, outros pronunciados além destes, os nomes omitidos no momento da cópia dos depoimentos e substituídos por “Fulano de tal” e “Fulana de tal” referem-se a Inácio e Inácia.

Não há nos autos o registro completo de todos os 30 testemunhos da devassa, foram copiados somente aqueles que citaram o nome do culpado a que o processo judicial em questão faz referência, Antônio Pinto, somando ao todo 7 depoimentos. Todas estas testemunhas são nascidas na vila de Paranaguá e residentes da vizinhança da Ilha de Raza Grande e forneceram,

¹²⁴⁷ Assim, os documentos da devassa pesquisados estão em cópia nestes autos (APPR. PB 045.PC3044.111, 1799). Ressalte-se, o ouvidor interino era Manoel Antônio da Costa e estava em exercício “por moléstia do atual ouvidor”.

¹²⁴⁸ “Pronuncia = Obrigam os ditos das testemunhas inquiridas até aqui nesta Devassa a prisão e livramento a Fulano, sua mulher Fulana, e suas filhas como também a Antônio Pinto moradores todos na Ilha Raza grande termo desta vila. O escrivão os lance o rol de culpados, e passe as ordens necessárias para serem presas com autoridade de justiça, e se continue com a presente Devassa com o número de testemunhas da Lei. Paranaguá trinta de Dezembro de mil setecentos e noventa e um anos Francisco Xavier da Costa = Segunda pronuncia = O que mais acresce na presente Devassa de folhas em diante disse mais em culpa aos já pronunciados Paranaguá vinte e oito de Janeiro de mil setecentos e noventa e dois anos = Antônio Jose de Carvalho” (*Ibidem*, fls. 12-v, 13).

¹²⁴⁹ “Diz Antônio Pinto morador no termo desta vila, que tirando-se Devassa ex officio de uma morte que se diz se fizera na Ilha Raza Grande do termo desta mesma vila a um Francisco de tal **fizeram pronunciados na dita Devassa Inácio Pereira e sua mulher Inácia Pereira e suas filhas, e juntamente o suplicante** por se dizer que o suplicante ajudara a sepultar o morto” (sem grifos no original) (*Ibidem*, fl. 2).

mesmo que de forma fragmentada, alguns elementos sobre a compreensão social de Inácia e de suas filhas. Assim, através dessas pistas é possível colher alguns dados sobre estas personagens e, no interior do conjunto documental reunido nesta tese, refletir acerca deles.

Nesta esteira, portanto, os depoimentos copiados declararam que os boatos da vizinhança eram que Inácia “matara com veneno ao falecido Francisco Xavier da Silva por este contar a seu marido umas tantas coisas a respeito do mal procedimento das filhas”.¹²⁵⁰ O defunto estava falando na vizinhança a respeito dos desacatos que faziam as filhas de Inácia em casa de Inácio, e, quando Inácia soube sobre a difamação de suas filhas, disse que dava a Francisco três dias para que parasse. O defunto teria dito diretamente a Inácio que deveria fazer algo para “prover de remédio” para que as suas filhas deixassem de andar “mal encaminhadas”, e, “querendo este pôr cobro”, Inácio lhe teria dado “umas pancadas de raiva”. Desejando o casal “tomar cobro e pôr em melhor cautela a sua casa”¹²⁵¹, Inácia lhe teria dado veneno em um “bocado”¹²⁵² pelo qual sangrou “uma desesperação”. Informou, ainda, que “todos no geral daquela vizinhança” sabiam que o tal doce era de Inácia e de suas duas filhas cujos nomes não estão revelados pelas fontes.¹²⁵³ Um dos testemunhos ressaltou que era certo que morrera do malefício por ela feito, até porque “já há muitos tempos tem ouvido dizer a todos que aquela mulher fulana era feiticeira”.¹²⁵⁴

Após a morte de Francisco Xavier, Antônio Pinto haveria auxiliado a família a enterrar o corpo, levando-o em uma canoa, “na véspera da Senhora da Conceição”, fazendo a sepultura “debaixo de um laranjal” no dia seguinte. Este depoente finaliza afirmando que Inácia e uma de suas filhas, a que identifica como “cozeira”¹²⁵⁵, eram afeitas ao cometimento de semelhantes delitos, tendo notícias de que a um filho seu, ao castigar uma de suas irmãs “por lhe evitar o mau caminho em que andava”, deram um “bocado” e alguns biscoitos, dos quais acabara falecendo.¹²⁵⁶ Foi declarado, ainda que se falava naquele bairro que Inácia costumeiramente fazia “semelhantes absurdos”¹²⁵⁷, mencionando um dos depoentes que assim o supunha por ter

¹²⁵⁰ Vicente Rodrigues, José Nunes de Souza, José da Silva Lopes, Manoel Lourenço, Bernardino Mendes da Silva; para mais detalhes sobre estes personagens, ver anexo II.

¹²⁵¹ Pôr cobro em algo, segundo Bluteau, significava “pola em lugar, em q̃ se não ache facilmente”, “arrecada-la, guardá-la. (...) vigiá-la”. (BLUTEAU, 1789a, p. 281; BLUTEAU, 1712b, p. 352).

¹²⁵² “*Bons bocados*, iguarias gulosas” (BLUTEAU, 1789a, p. 185).

¹²⁵³ APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fls. 17, 17-v.

¹²⁵⁴ *Ibidem*, fls. 18-v, 19.

¹²⁵⁵ O verbo cozer/coser, segundo Bluteau, possuía muitas significações; poderia estar relacionado ao exercício de funções como costureira e cozinheira (Dicionário, pp. 339-340, 344; Vocabulário pp. 582-583). Mas o contexto do depoimento leva a crer ser um termo utilizado para difamar mulheres quanto aos seus comportamentos sexuais.

¹²⁵⁶ APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fls. 17, 17-v, 18.

¹²⁵⁷ *Ibidem*, fls. 19, 19-v.

ido visitar um filho doente de Inácia e escutara uma conversa entre os dois em que ela afirmava que o vingaria.¹²⁵⁸

Um dos testemunhos que destoou destes foi o de Miguel Martins¹²⁵⁹, o único que afirmou ter visto algo, e não apenas ouvido falar do caso: manifestou que sabia que Francisco Xavier da Silva estava doente, que viu seu cunhado e Antônio Pinto em uma canoa com o corpo e que estes lhe informaram que Francisco havia falecido de “bexigas”¹²⁶⁰ e que o haviam enterrado.¹²⁶¹ Nesse mesmo sentido foram as alegações de Antônio Pinto no agravo de injusta pronúncia, ressaltando que “pessoas inimigas e mal afeitas daquela vizinhança saciaram seu ódio com jurarem contra os culpados”.¹²⁶² O procurador levantou o argumento de que as testemunhas ouvidas na devassa eram em sua maioria moradoras no bairro da Ilha de Raza Grande e, por serem pobres, não eram maiores de exceção e não deveriam ter sido admitidas, citando o título LV do Livro III das Ordenações Filipinas, as doutrinas de Giacomo Menochio¹²⁶³ e Manuel Barbosa¹²⁶⁴. Não haveria, por esta razão, prova clara e suficiente, alegando que nenhuma das testemunhas afirmou ter visto a nenhum dos réus cometendo o delito pelo qual foram culpados.¹²⁶⁵

Esse caso parece evidenciar que as práticas de violência se amparavam em grande medida em questões de vingança. Aparentemente, o defunto Francisco Xavier da Silva estava espalhando pelo bairro que as filhas de Inácia e de Inácio mantinham relações com homens dentro da própria casa da família, o que poderia incriminar o casal como alcoviteiros. Talvez Francisco tenha tirado tal conclusão por ver movimentações de homens que não eram parentes na residência, ou até por ouvir falar a respeito dos comportamentos sexuais das filhas. As fontes não providenciam informações sobre o número de filhas, nem idades, mas reflete-se que seriam todas solteiras. A difamação feita pelo defunto lhes poderia arruinar a honra mediante o questionamento da honestidade, alastrando-se, conseqüentemente, a toda a família. Talvez por

¹²⁵⁸ APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fls. 19-v, 20.

¹²⁵⁹ Sobre detalhes do personagem, ver anexo II.

¹²⁶⁰ “Doença conhecida, que cobre o couro de boitelas. Procede de hum sangue viciado, que causa esta effervescencia na massa sanguinaria, & do sangue reconcentrado nas bostelas se gerão huns pequenos abcessos, cõ impressoens corrosivas na pelle, que nella deixão humas pequenas cicatrizes.”, isto é, varíola (BLUTEAU, 1712b, p. 115).

¹²⁶¹ APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fl. 19-v.

¹²⁶² APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fl. 14.

¹²⁶³ Não foi possível identificar pistas que evidenciassem qual título provavelmente foi utilizado; a citação é “de arbitr cas 65 nº 12”

¹²⁶⁴ BARBOSA, Manuel. *Remissiones Doctorum ad Contractus, ultimas voluntates, et delicta spectantes*. In *Librum Quartum, et Quintum Ordinationum Regiarum Lusitanorum*. Lisboa: Ex officina Petri Craesbeeck, 1618, Lisboa: Ex officina Petri Craesbeeck, 1618, ad Ord. L.III, tit. LV, n. 72; manter no horizonte as considerações das notas anteriores sobre a doutrina citada nas fontes.

¹²⁶⁵ APPR. PB 045.PC3044.111, 1799, fl. 21-v.

esta razão, em prol da defesa e proteção da honra da família, Inácio teria empreendido agressões físicas contra Francisco, levando a crer que, se Inácia realmente o envenenara, foi também com amparo nesse mesmo desejo. Proteção à honra e vingança parecem ter sido as razões caso o falecimento tenha sido causado pelos doces de Inácia.

Considerando-se os depoimentos que culpabilizaram o casal, os atos realizados por Inácio e por Inácia adentram a algumas representações sobre o emprego da violência por homens e mulheres nessa sociedade de Antigo Regime. Isto é, enquanto o homem tende a solucionar os conflitos mediante a agressão física direta, com “pancadas” e “bofetadas”, à mulher era vinculada, em teoria, uma ação mais sutil porém infalível; o envenenamento, assim, era tido como crime eminentemente feminino sobretudo contra um homem já que a força física talvez não pudesse ser um meio de satisfação da vingança. Essa representação, porém, leva a pensar a respeito da própria construção inconsciente dos depoimentos sobre a morte por envenenamento; nenhuma das testemunhas, todos homens, deu a entender que o veneno pudesse ter sido manipulado por Inácio. Eram as mulheres, nos ambientes domésticos, que detinham o dever de preparação dos alimentos, portanto se o falecimento ocorrera sem que a vizinhança pudesse ver um conflito, uma briga, que deixasse claras as motivações e a causa da morte, consequentemente – em havendo razões para o agir feminino – o homicídio em silêncio seria feito por envenenamento ou por feitiços por elas empregados. Parece que nos depoimentos fora esse o estereótipo reproduzido.

Outra questão que parece aqui fundamental era a circulação da fama. Muito do contido sobre a criminalidade no Antigo Regime estava empregado pelas percepções e imagens tidas pelos depoentes.¹²⁶⁶ Estes, por sua vez, embasavam as declarações a partir das informações de que tinham conhecimento, usualmente por ouvir dizer – isto é, em decorrência dos boatos circulantes. A fama, assim, poderia deter o condão de, à guisa das situações, impactar de forma decisiva na atuação da justiça local quando do amparo nas declarações dos testemunhos. Na pronúncia e no aprisionamento de Inácia pelo envenenamento aparentemente houve maior peso dos depoimentos, em razão das informações de que ela era afeita ao uso de veneno vez que já havia causado a morte de um filho – que, reflete-se, poderia ter sido causada por alguma doença, como deixou entrever um testemunho por informar que o havia ido visitar quando acamado –, do que a materialidade processual trazida pelo corpo de delito. Este documento identificou o defunto, mas não a causa da morte, o que sugere que a ênfase das declarações ao que se supunha

¹²⁶⁶ MANTECÓN MOVELLÁN, 2014, p. 63.

existir naquele meio social poderia, ao menos no momento da investigação dos delitos, ser determinante.

Não há nas fontes mais informações que permitam concluir pela condenação ou pelo livramento de Inácia, de Inácio e de suas filhas. Considerando a decisão de exclusão da culpa dada a Antônio Pinto, talvez o ouvidor interino os possa ter livrado considerando o falecimento por doença e a ausência da causa por envenenamento no corpo de delito.

* * *

Ofensas contra a integridade das pessoas: ferimentos e injúrias

Dentre os casos de ofensas contra a integridade das pessoas, envolvendo violência física porém sem causar mortes, foram encontradas situações de agressões físicas empregadas por mulheres, ocorrido com Quitéria da Rocha e Narcisa, escravizada¹²⁶⁷, e com Quitéria Luiza de Azevedo¹²⁶⁸, porém em contextos e por meios bastante diferentes. Os dois processos encontrados que tratam de violência física empregada contra mulheres foram os casos de Catarina Alvares Palhana¹²⁶⁹ e de Luiza Mariana¹²⁷⁰, ambos ocorridos em 1786 e com circunstâncias que podem ser aproximadas para reflexão. Os outros dois casos correspondem a conflitos entre mulheres, sugerindo redes de solidariedade, relações de inimizade e de antipatias. No primeiro caso, de Maria de Cubas e Maria Palhana¹²⁷¹, é possível entrever uma relação de amizade enquanto o segundo, de Vitoriana Pereira e Maria da Costa¹²⁷², é pautado pelas rivalidades e brigas entre vizinhas.

¹²⁶⁷ Os autos que permitem conhecer este caso são dois: o primeiro refere-se ao livramento crime ajuizado por Quitéria da Rocha Martins em 1783, na sequência da ocorrência da querela dada por Luis Antônio de Menezes, e o segundo o agravo de injusta pronúncia ingressado por Narcisa, escravizada de Quitéria da Rocha Martins, em 1786 (APPR. PB 045. **PC2438.81, Caixa 81**, Paranaguá, Autos de livramento crime entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Quitéria da Rocha e sua escrava Narcisa, 1783; APPR. PB 045. **PC2613.89, Caixa 89**, Paranaguá, Traslado de autos crimes de agravo de injusta pronúncia, 1786).

¹²⁶⁸ APPR. PB 045. **PC2627.89 Caixa 89**, Curitiba, Autos de livramento crime em que são partes A. A justiça por seu Promotor e R. Quitéria Luiza de Azevedo, 1786.

¹²⁶⁹ APPR. PB 045. **PC2614.89 Caixa 89**, Paranaguá, Autos de livramento crime de Manuel escravo de Elias de Barcelos, 1786.

¹²⁷⁰ Estes autos encontram-se incompletos, os procedimentos havidos anteriormente à junção da carta de seguro nos autos de livramento de Antônio Ferreira e Antônio de Andrade não foram encontrados (APPR. PB 045. **PC2656.91 Caixa 91**, Curitiba, Autos de libelo crime, 1786).

¹²⁷¹ APPR. PB 045. **PC789.24, Caixa 24**, Curitiba, Auto de vistoria feita as feridas de Maria de Cubas, 1751.

¹²⁷² APPR. PB 045. **PC2643.90 Caixa 90**, Curitiba, Autos cíveis de petição de injúria [e ofensa física], 1786; APPR. PB 045. **PC2644.90 Caixa 90**, Curitiba, Autuação de nomes de testemunhas que deu a autora Vitoriana Pereira pedido pelos Réus Policarpo digo pelo Réu João Policarpo e sua mulher Maria da Costa, 1786.

Quitéria da Rocha Martins e Narcisa, sua escravizada, tiveram contra si queixa de Luis Antônio de Menezes perante o Juízo Ordinário de Paranaguá em 26 de abril de 1783 em referência a umas “pancadas” que ambas teriam dado em seu filho de menor idade, Ricardo, no dia anterior, 25 de abril, às 8 horas da manhã. Relatou o querelante ter escutado os gritos do menino e, socorrido pela vizinhança, Quitéria da Rocha Martins foi encontrada com um pedaço de madeira na mão ao pé da porta de sua casa para impedir que alguém viesse em seu socorro, tendo, segundo o querelante, mandado Narcisa dar a surra no menino. Declarou que esta situação teria sido dada em decorrência de rixa velha, visto que Quitéria da Rocha Martins havia, no dia 23 do mesmo mês, “descomposto ao suplicante, com palavras injuriosas”. A surra dada em Ricardo, assim, supostamente representava a fúria de Quitéria contra seu pai.¹²⁷³

Apresentadas as testemunhas, acrescentaram que, quando retornavam da missa no dia relatado, viram Narcisa levando o menino para a casa de sua senhora, Quitéria. Relataram os alvoroços e os gritos de Luis Antônio de que elas o iriam matar, e agindo em socorro José Alvares de Menezes entrou na casa e viu a cena: o menino chorando, a acusada com um pedaço de madeira nas mãos, perguntando-lhe do porquê de tal tratamento à criança. Não tendo nenhuma resposta, levou o menino para fora e ambos foram vistos pelos demais depoentes, os quais relataram estar o menino com marcas de “nódoas” e “pisaduras”.¹²⁷⁴ José declarou, ainda, não ter visto Narcisa dentro da casa, apenas Quitéria. No que tange ao proferimento de palavras injuriosas por Quitéria a Luis, todas as testemunhas informaram terem ouvido – e uma delas presenciado – que esta o havia descomposto. Após, o Juiz Ordinário, capitão Antônio Rodrigues Carvalho, pronunciou a Quitéria da Rocha Martins e a Narcisa à prisão e livramento.¹²⁷⁵

Cabe, primeiramente, relevar a diferenciação entre as palavras que se referiam às atitudes empregadas para provocar os ferimentos sem o uso de armas de fogo ou bestas: “pancadas”, “palmadas” e “bofetadas”. Segundo o exposto por Bluteau e por Vieira, “dar pancadas” significava dar um golpe em alguém, no corpo ou na cabeça, com as mãos ou com algum instrumento, podendo levá-lo a cair ao chão. Era, portanto, uma agressão moderada a grave, e as mais leves eram definidas pelos termos “palmada”, que corresponderia à agressão com as mãos abertas no corpo ou na cabeça, e “bofetada”, desferida igualmente com a palma da mão porém necessariamente no rosto.¹²⁷⁶ As “palmadas” e as “bofetadas”, apesar de

¹²⁷³ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fls. 18, 18-v; APPR. PB 045.PC2613.89, 1786, fls. 4, 4-v.

¹²⁷⁴ “Concurso de sangue onde se levou alguma pancada que não ferio”; ou seja, hematomas (BLUTEAU, 1789b, p. 206).

¹²⁷⁵ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fl. 21-v; APPR. PB 045.PC2613.89, 1786, fls. 6-v, 7.

¹²⁷⁶ Conforme Bluteau, “Bofetada” poderia, também, significar “Desfeita que se faz a alguém”. Ou seja, este termo carregava também algo de ferimento não apenas corpóreo mas também moral à pessoa que a sofresse. (BLUTEAU, 1789a, p. 186; 1789b, p. 150; 152; 1712b, p. 141; v. 6, p. 208; 217; VIEIRA, 1871, p. 784; 1873c, p. 639; 643).

poderem resultar em marcas, dificilmente ensejariam ferimentos letais. Do que as fontes sugerem, deixavam usualmente vermelhidões, hematomas, arranhões e escoriações, dificilmente originando cortes na pele e raramente ossos quebrados. Tanto o era que Pereira e Sousa afirmou que estas formas leves de agressão não ensejariam cometimento de delito, podendo ser classificados como injúrias.¹²⁷⁷ As “pancadas”, por outro lado, resultavam em ferimentos graves, podendo deixar a vítima com alguma deficiência física permanente ou levá-la à morte.

Nas Ordenações os crimes de causar ferimentos estavam postos no título XXXV do Livro V das Ordenações, ao lado do delito de homicídio. Estavam descritos, especificamente, nos parágrafos 4º e 5º (ferimentos causados utilizando-se armas¹²⁷⁸), 6º (ferimentos causados por presos) e 7º (ferimentos feitos ou mandados fazer de propósito com instrumento cortante no rosto, julgados juntamente com injúria). Se dessem causa à morte da vítima a pena aplicada era a mesma do homicídio; caso não resultasse a morte a pena variava conforme as circunstâncias do crime e das pessoas envolvidas.¹²⁷⁹

O crime teria a pena aumentada caso a ferida fosse “atroz”¹²⁸⁰, situação essa mensurada a partir do seu tamanho, em que região do corpo foi feita, com qual espécie de arma, com quais causa e razão, se deixou alguma deficiência física ou deformidade no rosto, o local em que o delito havia sido perpetrado e, por fim, em decorrência da dignidade e da qualidade da vítima.¹²⁸¹ Caso não fosse desferida no rosto porém fosse examinada por cirurgiões¹²⁸² e tida como mortal, a pena seria – afirmou Melo Freire – de morte. Complementa o autor que se a vítima fosse levada à morte por outras circunstâncias, incluindo culpa do médico que a atendeu, o ofensor não deveria receber pena alguma.¹²⁸³

¹²⁷⁷ SOUSA, 1803, p. 278.

¹²⁷⁸ Espingarda, besta, farpão, palheta, seta (arma de arremesso), viratão ou virote (espécie de arma de arremesso curta). (OF, L. V, tit. XXXV, § 4).

¹²⁷⁹ Ferir alguém por dinheiro, mesmo que de forma leve, era penalizado com a morte, sendo esta a sanção também aplicada ao escravizado e ao filho que ferisse seu senhor e seu pai (tit. XLI) e àquele que, com dolo, ferisse alguém com as armas descritas no § 4, tit XXXV; ferimento no rosto deveria ser punido com degredo, perda de bens e, não sendo nobre ou fidalgo, cortamento da mão (§ 7º, tit. XXXV); ferimento feito em procurador de causa em que o ofensor estava litigando, penalização em dobro (§ 1º, tit. XLII) (OF, L. V).

¹²⁸⁰ Segundo Bluteau, “enorme, grave (...). Fero, cruel, deshumano” (BLUTEAU, 1789a, p. 142).

¹²⁸¹ Estes termos estavam preconizados nos §§ 2º, 3º e 4º do título XXXIX do Livro V e no título LVIII do Livro I (OF, L. I e V; FREIRE, 1794: 1966, p. 172).

¹²⁸² O § 38 do título LXV do Livro I determinou que esta avaliação deveria ser feita por dois cirurgiões. De acordo com Assento 271, da Relação do Porto, de 20 de Novembro de 1760, a prática em Lisboa era que fosse convocado somente um cirurgião nos casos de ferimentos leves, abrindo esta possibilidade para os outros juizes também. Ainda, definiu que na ausência de cirurgiões poderiam ser convocados os “práticos” (PORTUGAL. Assento 271º. In: PORTUGAL, 1852, pp. 278-279; OF, L. I, p. 141, nota (3)).

¹²⁸³ FREIRE, 1794: 1966, p. 172.

Do que se observa nas fontes, estas noções acerca das circunstâncias deste crime eram frequentemente alegadas, até porque definiam se a pessoa denunciada como culpada haveria realizado um delito ou não. Assim, caso a querela por ferimento fosse dada em “rixa nova”, o que correspondia afirmar que a situação havia ocorrido de modo casual ou “involuntário”, com o perdão do ofendido e sem deixá-lo com deficiência física ou deformidade no rosto, o acusado deveria ser absolvido. A máxima punição que poderia ocorrer era a cobrança pecuniária de perdas e danos. Contudo, se o contexto fosse em “rixa velha”, circunstância que provaria a premeditação do delito e a voluntariedade, ou houvesse ocasionado sequelas, o magistrado deveria prosseguir com a investigação mesmo que a parte ofendida tivesse dado o perdão. Aos casos com esta conjuntura, a pena cominada seria arbitrada pelo magistrado. Acrescenta Pereira e Sousa que os ferimentos provocados em razão da defesa da honra, da própria vida “ou para estremar, guardada a devida moderação” não sofreriam sanção.¹²⁸⁴ Quanto às “bofetadas”, e à exceção das definições supra expostas, não havia regulamentação específica nas Ordenações, pelo que foi publicado o Alvará de 15 de Janeiro de 1652.

Na sequência, em 24 de novembro do mesmo ano, Joaquim Gaspar Pereira, procurador constituído de ambas as suspeitas, apresentou petição e carta de seguro, requerendo que fossem dados os termos do livramento de Quitéria vez que o documento, embora com vistas à soltura de ambas, relatava termos negativos a Quitéria e confessativos com defesa a Narcisa. Isto é, Quitéria negara o cometimento de quaisquer delitos enquanto Narcisa – até mesmo por ter sido vista pela vizinhança levando o menino para dentro da casa de sua senhora – confessara ter-lhe dado umas leves “palmadas” em decorrência “do Amor Materno”. Na petição de requerimento da carta de seguro ao ouvidor, as pronunciadas informaram que Ricardo havia brigado com um filho de Narcisa e, em decorrência, Luis havia dado neste muitas “pancadas”. Por esta razão, Narcisa fizera o mesmo com o filho do querelante, suavizando, segundo o alegado, nas “palmadas”.¹²⁸⁵

Do documento é possível afirmar que o sentimento motor para o agir de Narcisa foi a vingança, executando-a “na mesma moeda”; seu filho havia sofrido agressões, o filho do ofensor as teria de sofrer também. Aqui pode-se pensar que o agir das mulheres coloniais partiria da crença do merecimento, ou seja, de que os atos que empreendem seriam de seu interesse e lhes seria justo, expondo as camadas de aceitabilidade por entre as normatividades. Uma mulher escravizada direcionar conduta de violência contra um menino livre, filho de um

¹²⁸⁴ OF, L. V, tit. CXXII, *caput*, § 1º, p. 1283; L. I, tit. LXV, § 38; FREIRE, 1794: 1966, pp. 172-173; SOUSA, 1803, pp. 275-277.

¹²⁸⁵ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fls. 6-v, 7.

homem livre, como forma de reparar a ofensa que – mesmo que indiretamente – sofrera não deveria ser algo excessivamente fora da norma. Comportamentos para correção das crianças, mesmo que não fossem do mesmo convívio doméstico, não deveriam ser raros.

O argumento levantado em prol de Narcisa foi o “amor de mãe”, indo ao encontro das representações femininas sobre a maternidade. Atrelada a valores cristãos, o pensamento acerca da mulher mãe no período moderno detinha a imagem de recepção de uma graça divina, vez que a própria reprodução deteria este significado; seria, ao mesmo tempo, o desempenho de um papel social e o cumprimento à ordem da natureza, ao que o corpo feminino estaria destinado a realizar. Assim, desenvolver no interior dessa ideia as relações de amor entre a mãe e a prole representaria um ato de devoção. A realidade materna na colônia, contudo, não raramente era uma situação de pobreza em que as mulheres exerciam funções de trabalho para a subsistência – e, conseqüentemente, as crianças também seriam empregadas para tanto. De todo modo, Del Priore sustenta que o papel social era exercido de forma adaptada às circunstâncias de suas vivências particulares.¹²⁸⁶ Às mães negras escravizadas existia uma série de complexidades advindas das hierarquias de ordem econômica, de gênero e racial que não raro as colocavam em posições de exploração de trabalho e sexual.

Entretanto, surgem nas fontes uma série de situações que demonstram o desenvolvimento de estratégias de escravizadas para alcançar benefícios próprios ou para seus filhos.¹²⁸⁷ O caso em tela parece ilustrar uma dessas situações, na esteira do que Mariana Dantas defende: o uso de práticas e normas dominantes, comumente aplicadas para favorecimento da elite branca, em benefício próprio. Aparentemente, o argumento a respeito do amor de mãe, invocando de modo tácito valores e virtudes cristãs muito provavelmente compartilhados por aqueles homens da elite responsáveis pelo julgamento da causa, simboliza uma estratégia amparada na utilização das representações e normas de comportamento direcionadas às mulheres brancas para benefício próprio.¹²⁸⁸ Esse uso pode ter sido orientado pelo procurador, mas, de todo modo, mantinha a finalidade de soltura de Narcisa, motivo pelo qual o ouvidor concedeu a carta de seguro. A situação descrita pelos autos não deixa conhecer a relação entre Narcisa e seu filho, mas permite concluir pela utilização da representação.

A justificação posta na petição encaminhada ao ouvidor para a expedição da carta de seguro inseriu o termo “palmadas” em substituição ao alegado pelo querelante, “pancadas”.

¹²⁸⁶ DEL PRIORE, 1994, pp. 49-.

¹²⁸⁷ DANTAS, Mariana. Mulheres e mães negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Almanack*, Guarulhos, n. 12, pp. 88-104, jan./abr. 2016, p. 91.

¹²⁸⁸ *Ibidem*, pp. 97-100.

Como supracitado, as “palmadas” retinham o significado de golpes leves com a mão aberta, o que se pode atrelar à finalidade corretiva. As “pancadas”, por sua vez, tinham o objetivo de ferir de forma grave, podendo até mesmo causar a morte.

Outro fator a ser levado em conta foi o auxílio de Quitéria movido também pela vingança, porém as razões permanecem nebulosas. O conhecido é apenas o proferimento de palavras injuriosas entre ela e Luis, o que muito provavelmente ensejou o desejo pela reparação das ofensas sofridas, muito embora já o tivesse expressado por suas palavras. Pode-se refletir, ainda, que a briga ocorrida poderia estar relacionado ao espancamento do filho de Narcisa.

Citado o querelante, foi dado por ele e sua mulher, Margarida Pereira, o perdão a Quitéria da injúria e crime contra eles feitos, isto é, “tanto de que tinha açoitado ao seu menino inocente filho deles outorgantes, como de os descompor, com palavras injuriosas” tomando em conta que a culpada já havia, em presença de testemunhas, retirado as palavras que havia dito. Requeriam, assim, que “as justiças de Sua Majestade, usassem com a dita Ré Quitéria da Rocha, a equidade, que eles outorgantes pelo amor de Deus davam o dito perdão”. Na escritura os outorgantes, contudo, deixaram expressa a exclusão dos efeitos a Narcisa, contra a qual desejavam ser partes acusantes.¹²⁸⁹

Desta escritura infere-se que as injúrias trocadas por Quitéria e Luis o foram, também, por Margarida. Curioso, porém não espantoso, que o casal tenha doado perdão à Quitéria – que contra eles cometera dois crimes – e não a Narcisa. Os termos expostos não permitem inferir certamente se não fora perdoada por questões relacionadas às hierarquias sociais e ao estatuto de Narcisa, mas pode-se sustentar que a existência da carta de seguro confessativa, mesmo que com defesa, pode ter dado algum peso a essa decisão do casal e, mediante a declaração de que fora a responsável pelas escoriações causadas no menino, alimentado o desejo de vingança.

Desse ponto em diante as acusações separaram-se e a continuidade do procedimento foi apenas contra Quitéria. O promotor de justiça acostou libelo acusatório alegando os termos declarados pelo querelante e pelos seus depoentes, acrescentando ser o acontecimento uma vingança de caso pensado e motivado por rixa velha, visto que alguns dias antes Quitéria havia proferido palavras injuriosas contra o querelante.¹²⁹⁰

Na contrariedade, o procurador Joaquim Gaspar Pereira lançou a responsabilização pelo ocorrido em Narcisa, motivada pelo “amor de mãe”. Alegou não ter havido rixa alguma nem planejamento e que não havia restado das “palmadas” nenhuma lesão ou deformidade ao menino. Por derradeiro, ressaltou a existência do perdão dado por Luis e Margarida, destacando

¹²⁸⁹ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fls. 2, 3, 4.

¹²⁹⁰ *Ibidem*, fls. 11, 11-v.

ser a ré muito grave e de honesto viver, incapaz, portanto, “de cometer semelhantes insultos porque é acusada”.¹²⁹¹ Apresentadas as três testemunhas¹²⁹² para a defesa, os depoentes corroboraram os termos da contradita confirmando que Luis havia dado “pancadas” no filho de Narcisa.

Na sequência, o procurador de Quitéria apresentou razões finais amparadas no parágrafo 2º do título CXXII, Livro V das Ordenações, que dispunha sobre o respeito da justiça ao perdão da parte, defendendo não ter, neste caso, parte a justiça régia. Sustentou novamente os termos da contradita, expondo não existir rixa alguma, com fulcro nas doutrinas de Farinácio¹²⁹³ e Pegas.¹²⁹⁴ Argumentou, também, que as palavras ditas pela ré ao querelante não poderia ser tomadas enquanto motivação de condenação por já haverem sido por ela negadas e desditas.¹²⁹⁵ Concluiu, assim, que a ré desejava ser absolvida não apenas pelos argumentos supra apresentados mas, também, por ser de bom procedimento, vida e costume, predados estes comprovados pelas testemunhas da defesa e, conforme Mendes de Castro¹²⁹⁶, suficientes para a exclusão de toda a culpa em casos negados.¹²⁹⁷ Conclusos em 15 de dezembro de 1783, o ouvidor absolveu Quitéria com a consideração de que o caso havia sido dado em rixa nova, sem lesão nem deformidade do menino e com o perdão da parte.¹²⁹⁸

O procedimento judicial específico de Narcisa durara mais tempo que o de sua senhora, sendo maio de 1786 a datação dos autos que tratam especificamente de seu caso. Os autos principais não foram encontrados, porém o traslado do agravo por ela interposto nos autos crimes permite o conhecimento do desfecho. A carta de seguro que agraciara Narcisa juntamente com Quitéria teve seu vencimento no prazo de um ano, obrigando a ré a solicitar outra em 17 de maio de 1786, desta vez apenas em seu nome e inteiramente negativa. Neste documento, a descrição fora pela negativa do ocorrido, contudo sem outras informações que permitam compreender melhor o que ocorrera na situação sob seu viés.¹²⁹⁹ A existência deste documento pode levar a crer que a narrativa contada anteriormente foi uma estratégia para o livramento de Quitéria. Das fontes não é possível afirmar categoricamente por essa conclusão, mas as dinâmicas sociais hierárquicas muito provavelmente existentes entre uma senhora e sua

¹²⁹¹ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fls. 13, 13-v.

¹²⁹² Capitão Manoel de Souza Pinto e Caetano José Pereira; para detalhes, ver anexo II.

¹²⁹³ FARINACIO, 1605, 1606, *quaest.* CXXVI, *de homicidio* n. 112; *quaest.* CV n 71; salientando as considerações feitas em notas anteriores sobre a citação à doutrina.

¹²⁹⁴ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fl. 24-v.

¹²⁹⁵ PEGAS, 1672, ad Ord L. I tt. LXV § 12; mantendo no horizonte as considerações anteriores.

¹²⁹⁶ CASTRO, 1680, pt. 3, n. 28; mantendo no horizonte as considerações anteriores.

¹²⁹⁷ APPR. PB 045.PC2438.81, 1783, fl. 25.

¹²⁹⁸ *Ibidem*, fl. 26.

¹²⁹⁹ APPR. PB 045.PC2613.81, 1786, fl. 2-v.

escravizada fazem pensar se a surra dada no filho de Luis não foi motivada por questões concernentes apenas a Quitéria.

Na sequência, Narcisa, pelo procurador Joaquim Gaspar Pereira e autorizada por Quitéria, agravou da pronúncia contra ela expedida. A defesa neste documento foi bastante técnica: destacou a inexistência de corpo de delito para a prova das supostas pancadas. Citando o título CVII do Livro V das Ordenações, sustentou a nulidade do procedimento pela inexistência do corpo de delito já que parte fundamental do início das querelas.¹³⁰⁰ Nesse sentido o procurador destacou o julgamento feito cotidianamente pelos Tribunais da Relação¹³⁰¹, bem como pela Ouvidoria de Paranaguá, trazendo que

proximamente se acha julgado no cartório desta ouvidoria em uma causa crime entre partes Manoel Leite de Magalhães, com Gabriel Pereira do Bom Sucesso do Rio de São Francisco, e outra da Vila de Cananeia a justiça por seu promotor, com João José Davel, que em ambas foram os juízes ordinários condenados nas custas, no primo Senado pela falta de corpo de delito.¹³⁰²

Assim, argumentou que a culpa fora injustamente imputada à ré em processo judicial nulo, razão esta acatada pelo ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rondon¹³⁰³ em sentença de 13 de outubro de 1786.¹³⁰⁴

Ou seja, não apenas o procurador detinha conhecimento das doutrinas circulantes no reino como também a respeito dos julgados específicos da jurisdição da América Meridional. Não há meios de identificar como essas informações circulavam na região, nem documentos específicos de Joaquim Pereira Gaspar foram encontrados, mas pode-se supor pela inscrição nas procurações que assinara como outorgado que atuava nos foros de Curitiba, Paranaguá e Rio de Janeiro. Aparentemente os personagens que exerciam funções nos auditórios estavam em constante deslocamento entre as vilas, ou ao menos possuíam contatos com outros procuradores em outras localidades que lhes passassem tais julgados. Sublinhe-se que, novamente, essas ocorrências vêm a contrariar a rusticidade da prática dos foros.

¹³⁰⁰ APPR. PB 045.PC2613.89, 1786, fls. 7-v, 8.

¹³⁰¹ “E cotidianamente se tem julgado nas relações *ut praci obceruat senatus ut tenet*” (*Ibidem*, fl. 8).

¹³⁰² *Ibidem*, fl. 8.

¹³⁰³ Francisco Leandro de Toledo Benidos Rondon foi nomeado ao cargo de ouvidor em 1783 e o exerceu entre 1785 e 1790. Era natural da capitania de São Paulo e parte de família cujos membros tradicionalmente ocupavam altos postos da administração político-jurídica da capitania. Ao que parece, o fim do exercício das funções de ouvidor em Paranaguá coincidiu com pedido de licença para casar-se com Joaquina Josefa Pinto da Silva Bustamante e Sá; talvez pode-se levantar a hipótese de que tenha encerrado suas atividades em decorrência deste enlace, podendo ter vindo acompanhado de um cargo melhor na cidade de São Paulo trazendo, certamente, mais poderio social e econômico (ANTT, **Leitura de Bacharéis**, 1781, maço 13, número 4; ANTT, **Chancelaria de D. Maria I**, Livro 36, fl. 112; BAMC, v. VIII, 1924, p. 109; PEGORARO, 2007, pp. 51, 62).

¹³⁰⁴ APPR. PB 045.PC2613.89, 1786, fl. 8-v.

Este caso foi o único que envolveu uma mulher escravizada, sendo ilustrativo do tratamento discrepante que recebera não da justiça criminal, mas dos agentes sociais com que estava em conflito. Embora presentes dinâmicas de retroalimentação entre a sociedade e as instituições de administração da justiça, aparentemente não fora essa a situação ocorrida nos procedimentos supra expostos. Isto é, o tratamento judicial a Quitéria e a Narcisa, ao fim, fora o mesmo; inclusive, ambas estavam representadas pelo mesmo procurador e este desenvolveu argumentos para ambos os processos. O tratamento diverso foi dado de modo explícito por Luis e Margarida.

Joaquim Gaspar Pereira atuou como procurador, também, de Quitéria Luiza de Azevedo, culpada por três procedimentos. No ano de 1786, em 23 de janeiro, o procurador requereu perante a ouvidoria – em correição em Curitiba – os termos do livramento de sua outorgante. Quitéria encontrava-se aprisionada em decorrência de uma devassa tirada em 1760 por supostamente mandar agredir fisicamente (“dar pancadas”) seu marido, Rodrigo Inácio, e as demais dadas em 1774 por ter fugido da cadeia.¹³⁰⁵ No libelo acusatório, o promotor sustentou os crimes descritos acima, acrescentando que, em uma das fugas em 1774, Quitéria havia quebrado as correntes em que estava amarrada e feito um furo na parede da cadeia.¹³⁰⁶

As acusações eram, portanto, mando de agressão física ao marido e arrombamento de cadeia. Os que poderiam incorrer no arrombamento da prisão eram os presos, aqueles que desejassem livrar algum preso e o carcereiro, e a punição era direcionada ao uso da violência e não à fuga isoladamente. Ou seja, lograr escape da prisão não era compreendido como delito e, pois, se cometido sem violência não era apenado.¹³⁰⁷

Para Melo Freire, este constituía um delito de violência pública por afrontar a ordem pública, e era classificado pelo autor como crime “*sedicioso* em extremo grau” sobretudo se perpetrado com arma. Sedição, conforme Bluteau, significava “rebellião contra o poder legítimo”¹³⁰⁸, correspondendo ao agrupamento de pessoas que viessem a desafiar algum braço do poder régio. Melo Freire, neste sentido, compreendia que o rompimento das grades da cadeia e a consequente fuga representava uma forma de desafio aos aparelhos institucionais de administração da justiça, e por esta razão o definia enquanto delito de violência pública.¹³⁰⁹ Pode-se afirmar que Pereira e Sousa prosseguira nesta mesma linha ampla de compreensão,

¹³⁰⁵ APPR. PB 045.**PC2627.89 Caixa 89**, Curitiba, Autos de livramento crime em que são partes A. A justiça por seu Promotor e R. Quitéria Luiza de Azevedo, 1786, fls. 1, 1-v, 2, 2-v.

¹³⁰⁶ *Ibidem*, fls. 7, 7-v.

¹³⁰⁷ FREIRE, 1794: 1966, p. 113.

¹³⁰⁸ BLUTEAU, 1789b, p. 383.

¹³⁰⁹ FREIRE, 1794: 1966, p. 113.

contudo para este autor a classificação seria mais específica. Assim, o definira como um dos crimes contra a justiça pública, no interior da classe de crimes civis ao lado das espécies de crimes contra o “Estado”¹³¹⁰ e crimes contra os direitos do imperante.¹³¹¹ Correspondiam a delitos de afronta direta aos organismos de administração da justiça, seja por desobediência quando se estivesse a ela submetido por meio de algum procedimento judicial, seja por tomar para si as suas competências – sobretudo de punição – ou atuar em algum modo de corrupção.¹³¹²

A normatização do delito àqueles que danificavam as cadeias para delas fugir, bem como aos terceiros que o fizessem para escapar a algum preso, estava posta no título XLVIII do Livro V das Ordenações.¹³¹³ A penalização, todavia, era diversa. Aos terceiros as cominações previstas, a depender das circunstâncias, eram a morte, os açoites e galés por dez anos aos que não eram nobres e, sendo nobres, o degredo por dez anos para Angola.¹³¹⁴ Aos presos fugitivos, porém, a punição estaria a cargo do magistrado com fulcro nas qualidades e nas culpas havidas. Segundo Melo Freire, não deveria ser apenado o delito quando fosse cometido sem o uso de força, mediante aliciamento do carcereiro ou para livrar o cônjuge.¹³¹⁵

A devassa que investigara o delito de agressões físicas ao marido de Quitéria não foi copiada nos autos, estando presentes somente os traslados das devassas de arrombamento da cadeia. A primeira foi tirada em 11 de novembro de 1774 pelo juiz ordinário Antônio Ribeiro do Vale em decorrência de um buraco feito na parede da prisão. Ao ser novamente aprisionada Quitéria confessou no auto de perguntas tê-lo feito sozinha com um “tição de fogo, ou uma reixa de linha que tinha para queimar”.¹³¹⁶ Nesse procedimento foram inquiridas 9 testemunhas, 6 delas disseram não saber do ocorrido e 3 afirmaram ter conhecimento de “ouvir dizer” que Quitéria tinha feito a perfuração na parede do cárcere. Em 20 de novembro a pronúncia de captura foi expedida, porém no dia 16 do mesmo mês a ré havia fugido novamente. Acredita-se que, por ser este o cometimento de um novo delito, o juiz ordinário, em que pese expedida a pronúncia, acabou tornando inválido este procedimento por não finalizar a colheita dos 30

¹³¹⁰ Crimes específicos e diretos contra o poder régio, a pessoa do rei, ou a família real (SOUSA, 1803, pp. 34-52).

¹³¹¹ Que seriam os delitos realizados contra as instituições régias de modo mais amplo, não somente as de administração da justiça (*Ibidem*, pp. 53-79).

¹³¹² Os outros crimes neste grupo classificados por Pereira e Sousa eram: resistência, arruído em juízo, desafio, falsificação de selos, açoitamento de malfeitores, peculato, concussão, “peitas” (suborno), âmbito ou compra de votos (*Ibidem*, pp. 80-117).

¹³¹³ No caso dos carcereiros possibilitarem a fuga, eram aplicados os §§ 2, 3 e 7 do título LXXVII, o Alvará de 28 de Abril de 1681 e a Lei de 20 de Julho de 1686. (PORTUGAL, 1819b)

¹³¹⁴ Conforme o Alvará de 28 de Julho de 1751.

¹³¹⁵ FREIRE, 1794: 1966, p. 113.

¹³¹⁶ Uma pequena madeira que pôs em chamas. (BLUTEAU, 1789b, pp. 314, 459; APPR. PB 045.PC2627.89, 1786, fls. 28-v, 29).

depoimentos necessários. Tirou, assim, nova devassa em 17 de novembro de 1774 com a finalidade de apurar as duas fugas. Na inspeção do local, o juiz e o alcaide, Salvador da Costa Colaço, identificaram – além do mencionado buraco, que registraram ter aparentemente sido feito pelo lado de fora –, a porta com marcas de tiros com arma de chumbo e com uma dobradiça quebrada. Algumas das 30 testemunhas alegaram ter visto que Quitéria estava aprisionada, porém a maioria o sabia por “ser público”, sendo que a informação de que havia incorrido em fuga foi declarada sob estes mesmos termos, pelo “ouvir dizer”. Apenas dois dos depoimentos afirmaram que os tiros na porta da prisão foram dados pelo carcereiro, Plácido de Castilhos, sendo o que possibilitou o escape.¹³¹⁷

Como supracitado, os autos de livramento de Quitéria têm autuação datada de 23 de janeiro de 1786 e petição inicial ajuizada pelo procurador Joaquim Gaspar Pereira. Não existem nos autos detalhamentos dos acontecimentos após a pronúncia expedida pelo juiz ordinário na última devassa. Muito provavelmente tenha sido solta da prisão por ausência de interposição de libelo acusatório do promotor de justiça, porém as culpas continuaram inscritas em cartório. Ao vir o ouvidor em correição à vila de Curitiba, ingressou com o requerimento de livramento do crime para alcançar a dissolução das culpas e a absolvição de toda e qualquer punição que poderia ser dele advinda.

A questão que se pode levantar é por qual razão Quitéria demorara tantos anos para ingressar com estes autos? Levantam-se duas reflexões: talvez as práticas judiciais do ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rondon disseminassem notícias de que teria práticas brandas de aplicação da legislação criminal, tendências a conceder cartas de seguro de modo indiscriminado e absolver os suspeitos em livramento, o que a poderia ter encorajado a requerer a rediscussão de suas culpas. Ainda, poderia ter tido a informação – dada pelo procurador Joaquim Gaspar Pereira – de que depois de tantos anos a justiça não a iria punir por crimes que se poderia questionar por falta de testemunhas que tivessem presenciado os casos. De todo modo, estas são reflexões que não podem ser afirmadas com certeza por não haver documento que as ampare.

Cumprindo os requisitos processuais, o promotor do conselho ingressou com o libelo acusatório argumentando os mesmos termos supracitados: Quitéria era suspeita de ter mandado provocar agressões físicas a seu marido, Rodrigo Inácio, e de ter empreendido as fugas da cadeia.¹³¹⁸

¹³¹⁷ APPR. PB 045. **PC2627.89**, 1786, fls. 17-v, 27.

¹³¹⁸ *Ibidem*, fls. 7, 7-v.

Na contrariedade, expôs argumentos de defesa a todos os crimes pelos quais tinha culpas formadas. Por meio de seu procurador, alegou não ter concorrido para nenhum dos três delitos dos quais era suspeita, destacando que “sempre viveu honradamente como vivem as mulheres casadas amando e venerando a seu marido como manda os preceitos de Deus e das Justiças”, estando em companhia dele até seu falecimento. Na petição inicial afirmou que “um Francisco Batista, que deu as ditas facadas no marido da suplicante sem ela o saber”, expondo nesta peça que havia sido denunciada por inimigos. No que tange ao arrombamento da cadeia, contradisse o que havia confessado na primeira devassa – inválida pela ausência de coleta de todos os testemunhos – e afirmou não o ter feito visto que “é aleijada de um braço e perna muito antes de que fosse presa”. Tanto a perfuração na parede quanto os tiros dados na porta do cárcere teriam sido feitos pelo carcereiro Plácido de Castilho, apresentando a ré o álibi de encontrar-se na casa de Maria Valente quando o sino da cadeia foi tocado.¹³¹⁹

Os depoimentos das testemunhas de defesa sustentaram os argumentos de Quitéria. É importante destacar o reforço à gama de representações e normatividades que eram postas às mulheres quando contraíam um matrimônio. A honra, como visto, era um pressuposto para o desenvolvimento da vida social das mulheres, a obediência e a devoção ao marido eram comportamentos femininos esperados, fatores estes que ingressavam nas representações femininas havidas no período moderno. À mulher casada, manter-se honesta e dedicar-se à devoção e ao amor ao marido e a Deus era uma forma de norma moral, social e jurídica bastante difundida na colônia, e neste caso judicial fora utilizada como argumento de defesa, portanto em favor de Quitéria. Esta questão faz refletir, novamente, que muito embora as representações deste período não abarcassem muitas das mulheres da realidade prática, estavam muito presentes nos cotidianos, direcionando os comportamentos e influenciando as interações sociais. Poderiam ser utilizadas como instrumento de estratégias institucionais e sociais que as mulheres pudessem vir a necessitar, alegando estar dentro das ordens social, moral e jurídica desejadas para elas neste momento histórico mesmo que fugissem às demais normatividades relativas às representações.

Na sequência, os depoimentos declararam que foi após a morte do marido de Quitéria que fora pronunciada, sendo que até então havia vivido sempre em paz. Assim, todos apontaram as culpas do carcereiro. Nas razões finais, o procurador ressaltou a fragilidade das provas da devassa considerando não terem sido claras, utilizando o fundamento doutrinário¹³²⁰ de que esta espécie de prova seria útil apenas em casos cíveis, porém jamais em casos criminais.

¹³¹⁹ APPR. PB 045. **PC2627.89**, 1786, fls. 9, 9-v, 10.

¹³²⁰ Citações, novamente, aos doutrinadores Farinácio, Mascardo, Gomes, Giurbo e Sordo (*Ibidem*, fl. 34).

Acrescentou que se o crime que ensejou seu primeiro aprisionamento tivesse desvendado que não fora a culpada, os demais não teriam ocorrido.¹³²¹

O ouvidor, por derradeiro, considerou válidos tais argumentos e julgou não ter lugar a acusação da justiça, pelo que a ré ficou absolvida de todos os crimes pelos quais havia sido acusada.¹³²² Mesmo que Quitéria tenha confessado a fuga da cadeia – o que tinha a possibilidade de ser assumido pela justiça como confissão dos crimes pelos quais a prisão foi realizada –, o ouvidor considerou que o primeiro crime, por não provado, não deveria ter ocasionado o aprisionamento. Note-se que a insurgência da mulher contra o marido era uma afronta aos valores disseminados, e era visto como um comportamento que deveria ser corrigido pela autoridade familiar. Porém, mesmo existindo as denúncias contra Quitéria, aparentemente essas questões de fundo não influenciaram na decisão.

Na sequência dos casos de ofensas físicas, figurando como vítimas foram encontrados os casos de Catarina Alvares Palhana e de Luiza Mariana, ambos em 1786.

Catarina, em 15 de fevereiro de 1786, queixou-se ao juiz ordinário da vila de Paranaguá contra Manuel, homem escravizado cujo proprietário era Elias de Barcelos. Relatou que no dia 12 do mesmo mês, por volta das 9 horas do dia, estava indo buscar farinha no sítio denominado dos Padres quando no caminho aparecera Manuel, “começou a disputar, mandando-se parar no caminho” questionando por que havia ido a um sítio vizinho que não era o seu. A esta pergunta Catarina respondera “que isso não lhe importava, porque sabia, que o sítio dele suplicado não era”, seguindo-se às agressões de Manuel com um pedaço de madeira que tinha nas mãos.¹³²³

O auto de exame e corpo de delito havia sido realizado logo após o conflito na presença do juiz ordinário capitão Francisco Rodrigues Costa, do cirurgião aprovado Mathias Xavier Baleeiro e do escrivão Anacleto Teixeira Vaz. Examinados os ferimentos de Catarina, o cirurgião verificou hematomas no ombro direito e na coxa direita e várias manchas nesta mesma região, concluindo terem sido feitos com instrumento contundente.¹³²⁴

Duas das testemunhas desta querela¹³²⁵, Maria Mendes e sua filha Tomásia Mendes, depuseram que Maria havia mandado Catarina ir buscar farinha no sítio dos Padres e na sua volta ouviram rebuliços na estrada pública. Indo socorrer, viram Catarina e Manuel discutindo,

¹³²¹ APPR. PB 045. **PC2627.89**, 1786, fl. 34.

¹³²² *Ibidem*, fl. 36.

¹³²³ APPR. PB 045. **PC2614.89**, 1786, fl. 16.

¹³²⁴ *Ibidem*, fl. 16-v.

¹³²⁵ Maria Mendes, casada com João Pereira de Oliveira, 46 anos, natural da vila de Santos e moradora no Rocio Grande; Thomazia Mendes, solteira, filha de Maria Mendes, 17 anos, moradora no Rocio Grande em companhia de seus pais e Inácia de Ramos, casada, 50 anos, natural e moradora do Rocio Grande.

ela dizendo “não me dê, que eu me vou queixar no Senhor Ouvidor”, ao que houve a resposta “pois vá”. Em seguida, Catarina dirigiu-se à casa de Maria e Tomásia com a farinha que a tinham mandado buscar, chorando e contara o sucedido. Todas as testemunhas, com adição da terceira, Inácia de Ramos, viram as marcas das pancadas.¹³²⁶

Catarina ter ido buscar farinha a mando de Maria e a sua acolhida na casa desta após o ocorrido sugerem que talvez fizessem parte da mesma unidade familiar, morassem na mesma vizinhança, ou que houvesse o desempenho de alguma função nesse sentido, ou até mesmo que fosse agregada da família, como apontam as conclusões de Machado para a freguesia de São José.¹³²⁷ A fonte não permite uma conclusão categórica, mas deixa em evidência que existia alguma relação entre elas que muito provavelmente detinha algum tom hierárquico conjugado com uma sociabilidade minimamente afetiva, até porque a situação parece ter sido interrompida por Maria e Tomásia.

A motivação do desentendimento entre Catarina e Manuel não resta claro. Aparentemente ela estaria retornando do sítio dos Padres, ele a perguntara sobre a procedência e, mediante a resposta a impor limites, ele ameaçou agredi-la, reação à qual replicou também com uma ameaça, porém amparada na justiça régia. Saliente-se a crença de Catarina de que o ouvidor lhe iria vingar contra Manuel e, para além, o uso da expressão como uma forma de ameaça. Utilizando o caso em tela como referência, é possível pensar que enquanto os homens detinham o impulso de se fazerem respeitados mediante a violência, não pareceu incomum que às mulheres a estratégia utilizada fosse o aparato de justiça. Mesmo que Catarina não tivesse prestado a queixa, fez uso da ameaça como forma de intentar deter a ação de Manuel. Curiosa é a alegação pelo ouvidor e não pelo juiz ordinário da vila. Ambos os oficiais deveriam ser reconhecidos localmente, bem como suas redes de influência e, provavelmente, as formas com as quais resolviam os conflitos. Talvez Elias de Barcelos fizesse parte das relações sociais do juiz ordinário ou a atuação do ouvidor, mesmo que a baixa punibilidade fosse a regra, ao menos houvesse a recorrência do aprisionamento dos culpados.

Expedida pronúncia de captura a Manuel, compareceu em juízo – mediante autorização de seu senhor – com sua carta de seguro para requerer os termos de seu livramento. Nesta, confessara ter repreendido Catarina – descrevendo-a como “parda forra” – por não ser lícito “fazer-se mal feitorias em roças alheias”, pelo que Catarina lhe teria respondido de modo ofensivo e lhe querendo ferir com um pedaço de madeira instigando que agisse em legítima

¹³²⁶ APPR. PB 045.PC2614.89, 1786, fls. 17-v, 18, 18-v.

¹³²⁷ MACHADO, C., 2008, pp. 116-117.

defesa com uma vara dando-lhe “umas leves fustigadas pelo corpo por cima da roupa de que se não seguiu o mínimo ferimento ou deformidade”.¹³²⁸

Acontecimento ocorrido na rua, entre duas pessoas não brancas, em decorrência de um desentendimento que aparenta ter surgido não naquele mesmo momento. A dinâmica sucedida parece estar na superfície de alguma relação social existente entre Catarina e Manuel, no sentido das aceitabilidades de comportamento entre um escravizado e uma mulher não branca. Poderia ser levantado que fossem conhecidos um do outro, talvez por residirem na mesma vizinhança ou por terem exercido alguma função de trabalho juntos. Ou, ainda, Catarina estivesse utilizando como trajeto para seu retorno à casa de Maria uma região que não pertencesse ao caminho pelo qual era possibilitado a todos transitar, motivo pelo qual Manuel a teria indagado. Frente à resposta, talvez no ímpeto de se impor à mulher descrita na petição do réu como não branca e ex-escravizada, agiu com a violência descrita. As hierarquias de gênero existentes na ordem social e as permissibilidades dadas por essas normatividades aparentemente eram detidas e reproduzidas pela população não branca, escravizada e livre, quando acreditassem lhes ser de merecimento. Isto é, Manuel provavelmente desferiu golpes por identificar Catarina como “parda forra”; talvez não tivesse o mesmo comportamento se a situação envolvesse uma mulher branca e, com um tanto mais de certeza, um homem branco. Nesse sentido, pode-se refletir na conclusão de Lyman Johnson para as práticas de violência física em Buenos Aires ao fim do XVIII a respeito das questões de cor. Segundo o autor, poucos casos criminais entre pessoas livres registraram homicídios e agressões de não brancos a brancos, assim como de brancos a não brancos em conflitos particulares.¹³²⁹ A maioria dos conflitos judicializados envolvem pessoas que pertenciam ao mesmo grupo social ou cujos grupos se aproximavam em semelhanças dentro das hierarquias sociais.¹³³⁰

Na sequência, foi acostada a escritura de perdão dado por Catarina a Elias de Barcelos “por cabeça de seu escravo Manuel” fundamentando que detinha conhecimento que a agressão não havia sido feita por vingança nem ódio além do fato que “se tinha contratado com o dito Elias de Barcelos, por este lhe ter pago o dinheiro que ela dita pagou das custas daquela ao escrivão”.¹³³¹ Catarina, então, dera seu perdão mediante pagamento e isso leva a pensar sobre os significados de vingança às diferentes camadas sociais. Provavelmente os estratos sociais

¹³²⁸ APPR. PB 045.PC2614.89, 1786, fls. 3, 4, 4-v, 5.

¹³²⁹ Estas questões aparentemente englobavam as hierarquias sociais e as permissibilidades existentes sobretudo às pessoas brancas; as questões nesses casos judicializadas provavelmente englobariam algum escândalo ou crueldade.

¹³³⁰ JOHNSON, 1998, p. 141.

¹³³¹ APPR. PB 045.PC2614.89, 1786, fl. 10.

mais abastados, pela lógica da defesa da honra, pudessem não aceitar negociações pecuniárias quando envolvidos em causas crime judicializadas. Aparentemente, não é o que ocorrera nessa relação entre Catarina e Elias; o acordo pecuniário não aparenta ter sido expressivo, porém a situação de provável pobreza de Catarina – não apenas pelo recorte racial mas também pela sugestão inicial dos autos de desempenhar funções a mando de Maria – e o afastamento das noções de defesa da honra, de vergonha e de desejo da humilhação daquele que lhe ofendera pudessem ter tido algum peso na escolha pelo aceite. De todo modo, a busca pela justiça lhe pareceu, ao fim, benéfica.

Na continuidade do caso, o promotor do conselho interpôs o libelo acusatório com fulcro nos termos da queixa de Catarina. Em seguida, foi realizado novamente o exame de corpo de delito pelo juiz ordinário, pelo mesmo cirurgião e pelo escrivão do conselho, com a conclusão de que eram ausentes qualquer lesão grande e deformidade. Com tal embasamento, o procurador de Elias em nome de Manuel, Joaquim Gaspar Pereira, ofereceu a contradita acrescentando haver sido o ocorrido acidental e que a justiça havia de respeitar o perdão dado pela parte. Conclusos os autos, a decisão judicial considerou tais argumentos e livrou Manuel do crime.¹³³²

O caso de Luiza Mariana também envolve questões acerca das hierarquias de gênero e entre pessoas não brancas, porém em relação a pessoas que, ausente a descrição de “negros”, “pardos”, “forros”, podem ser tidas como brancas. Em 27 de março de 1786, Luiza – descrita como “mulher parda” e “mulata” – denunciara ao juiz ordinário da vila de Curitiba, Antônio José Teixeira, que havia sofrido “pancadas” e ferimento em 11 de fevereiro após as “Ave Marias”, portanto no período da noite. No auto de vistoria e corpo de delito, realizado em 12 de fevereiro na presença do escrivão Antônio Francisco Guimarães e das testemunhas, foi verificado que Luiza tinha um corte na cabeça, próximo à testa, com a medida de uma polegada, do qual tinha saído sangue, e que no braço e nas costas possuía marcas feitas com argola de laço.¹³³³ Nessa oportunidade, Luiza declarara queixar-se de Antônio Ferreira e Antônio de Andrade, todavia a devassa não foi tirada logo na sequência porque o juiz ordinário acreditou ser caso de querela por tratar-se de ferimentos. O ouvidor da comarca¹³³⁴, todavia, obrigou a tirar devassa pela razão de que o conflito ocorreu à noite.¹³³⁵

¹³³² APPR. PB 045. **PC2614.89**, 1786, fls. 11 a 21.

¹³³³ Esses detalhes eram necessários para a identificação de “atrocidade” ou não do crime, pelo que a pena seria aumentada: ferimentos ocasionados em rixa velha (o que comprovaria o planejamento do autor do delito), por dinheiro, no rosto, causar “aleijão”, for cometido à noite. (OF, L. I, tit. LXV, §37; L. V, tit. XXXV, tit. XXXXVI, CXXII).

¹³³⁴ Francisco de Toledo Rondon.

¹³³⁵ APPR. PB 045. **PC2656.91**, Autos de libelo crime, 1786, fls. 17 a 26-v.

O fato de as feridas terem sido feitas com um laço e uma argola na extremidade não aparentam ser “pancadas”, mas açoites, o que ensejava um outro disciplinamento normativo. O Alvará de 15 de Janeiro de 1652, além de dispor sobre a incriminação das “bofetadas”, expôs a proibição àqueles que açoitassem mulheres tendo em vista que destes casos as Ordenações não dispunham. Definidos por esta normativa como “atrozes”, deveriam ser processados por devassa de homicídio, mesmo que não incorressem em morte ou ferimento, e a punição deveria ser aplicada “com toda a demonstração”.¹³³⁶ A violência no período moderno, como já exposto nas considerações iniciais deste trabalho, era uma constante, aparentemente fazia parte do cotidiano. A publicação de uma legislação que tentou criminalizar e processar especificamente agressões físicas cometidas contra mulheres leva a crer que muito provavelmente era uma prática comum. Note-se que não houve a especificação de uma qualidade ou de um estado da mulher a ser protegida, podendo se interpretar o objetivo de uma proteção ampla.

O procedimento dado curso foi uma devassa mediante o argumento do ouvidor de que ferimentos causados à noite eram dessa forma investigados.¹³³⁷ Isto é, não houve levante do enquadramento do caso em açoites, o que deveria majorar a ofensa do crime em decorrência da atrocidade. Isso poderia ter sido arguido, também, em razão do planejamento para a execução do crime, tomando em conta a entrada na casa de Luiza para tal finalidade. Ainda, poderia se refletir que, embora o argumento do ouvidor tenha sido estritamente formal para contrariar o juiz ordinário – que havia ordenado investigação por querela, portanto, dependendo de prova da queixa e de pagamento de custas pelo querelante –, este mantinha alguma relação social e política como pano de fundo para que não tenha procedido com a devassa – que deveria ser *ex officio* mediante denúncia.

Nesses termos, a partir de 27 de março foram ouvidas as 30 testemunhas requeridas para a validade do procedimento de investigação, sendo que no traslado da culpa dos réus não houve a cópia de 7 testemunhos pelos depoentes terem afirmado não saber do ocorrido. As demais testemunhas relataram terem conhecimento do caso por ouvirem dizer, em maioria vulgarmente pela vizinhança. As declarações versaram acerca dos machucados, dos hematomas e da ferida na cabeça de Luiza feitos com uma argola de laço e com um pedaço de madeira por Antônio Ferreira dos Santos e Antônio do Espírito Santo de Andrade, sendo que um dos depoentes acrescentou ter sido o delito motivado porque Luiza teria falado dos créditos da

¹³³⁶ PORTUGAL, Alvará de 15 de Janeiro de 1652. In: PORTUGAL, 1819a, pp. 554-555.

¹³³⁷ “E bem assi tirarão inquirição devassa sobre (...) ferimento feito de noite, ora a ferida seja grande, ora pequena” (OF, L. I, tit. LXV, § 31).

mulher de Antônio Ferreira. Houve a confirmação do alegado pela vítima, de que o ocorrido fora de noite e alguns depoimentos declararam saber que os ofensores se dirigiram à casa de Luiza com tal propósito.

Na sequência do conflito, os depoentes relataram que Luiza comparecera à residência de Afonso de Macedo, em que estava João da Rosa, requerendo-lhe que fizesse uma petição de querela contra os acusados, oportunidade em que ambos os depoentes viram as marcas da agressão e a camisa ensanguentada em decorrência do corte na cabeça. Declarou, ainda, que lhe tinham levado alguns pertences, quais sejam, dois lençóis de algodão, dois pratos de estanho, uma roupa “baeta” cor de rosa e uma toalha de algodão fino com seu crivo e renda. Um elemento citado por algumas testemunhas que relataram o ocorrido de modo mais distante era a procedência de Luiza. Na inscrição de seus dados para a identificação de sua pessoa, o escrivão atermou – além das descrições de “parda” e “mulata” – ser oriunda do Rio de Janeiro, e as declarações afirmaram saber ser vinda “de fora a esta vila”.¹³³⁸

Antônio Ferreira dos Santos, vindo de Paranaguá, era filho de Antônio Rodrigues dos Santos e Ursula Maria Borges, e havia se casado em 19 de janeiro de 1786 com Ana Maria de Andrade, irmã de Antônio do Espírito Santo de Andrade, filhos de Agostinho de Andrade e Gertrudes Pereira. Antônio e Ana contraíram matrimônio “por palavras de presente” e, de acordo com o pároco da vila, “na forma do sagrado Concílio de Trento sem aparecer impedimento algum canônico, nem eu o saber”. Neste registro, ainda, constam os nomes dos avós de cada nubente: da parte de Antônio, Diogo Cabral, Francisca Rodrigues, Antônio Ferreira Matozo, capitão mór de Paranaguá, e Maria Borges; da parte de Ana, Lourenço Ribeiro de Andrade (“natural da Europa”)¹³³⁹, Izabel Rodrigues Seixas, Francisco Diniz Pinheiro e Clara Pereira Teles (“natural de Cascais”).¹³⁴⁰ As famílias às quais pertenciam estavam entre as de maior influência da localidade, sobretudo os Rodrigues Seixas, configuravam-se em donos de terras, de ofícios e de patentes. Antônio Ferreira dos Santos havia composto expedição ao sertão chefiada pelo coronel Pedro de Siqueira Cortes¹³⁴¹ e posteriormente, tornou-se coronel. Os laços com a família dos Siqueira Cortes permaneceram, vez que a filha de Antônio e Ana casou-se com José Raimundo de Siqueira, filho do major Manoel Felix de Siqueira. Antônio José Teixeira, juiz ordinário árbitro do caso em tela, era português, casado com Maria

¹³³⁸ APPR. PB 045. **PC2656.91**, 1786, fls. 17 a 26-v.

¹³³⁹ Era um dos homens que compuseram o corpo de eleitores dos oficiais da câmara municipal, e fora eleito juiz ordinário em 1750 e em 1754 (SANTOS, R., 2011, pp. 40-45).

¹³⁴⁰ APMC. **Livro de Matrimônios**, mai. 1784-jan.1801, fl. 10-v.

¹³⁴¹ NEGRÃO, 1927, p. 547; III, pp. 463, 616, 618.

Rodrigues Moreira e filho de Francisco Teixeira Seixas e Rosa Maria de Carvalho.¹³⁴² Provavelmente não ter tirado a devassa especial *ex officio*, que seria obrigação das funções que exercia no conselho, foi um resultado das alianças sociais e políticas com aqueles indicados como suspeitos.

Em nenhum trecho das fontes restam claras quais foram as falas de Luiza contra Ana. O casamento entre Ana e Antônio havia sido realizado a pouco mais de dois meses e, apenas aventando a possibilidade, pode-se pensar que Luiza tenha comentado algo em conversas pela vizinhança sobre a honra de Ana por ter contraído a união em segundas núpcias.¹³⁴³ De todo modo, mesmo não sendo possível desvendar o conteúdo da ofensa, a situação parece ter ocorrido nos termos do que exaram Johnson e Silveira, em decorrência da proteção à honra e da vingança.¹³⁴⁴ A agressividade masculina expressa na linguagem da violência, assim, foi empregada em prol da honra familiar, não apenas da mulher envolvida. Parece correto afirmar que para as elites locais a difamação feita a um membro da família atingiria a todos os demais, razão pela qual talvez não apenas o marido, Antônio Ferreira, mas também o irmão, Antônio de Andrade, executaram o ataque à Luiza.

Além de Luiza ser descrita como “parda”, o que já lhe conferia uma certa vulnerabilidade na ordem social vigente, ser definida como “de fora” também era um fator que a posicionava de forma socialmente desfavorável. Em uma sociedade que vinha de uma tradição cuja significação do sujeito era dada a partir do coletivo e, na realidade colonial, estabelecia-se de modo vinculado às redes de sociabilidades que compunham, ser apontado como alguém que não possuía relações locais imprimia grande instabilidade. Mesmo aqueles que não eram nascidos na vila, porém mantinham vínculos locais, não eram assim descritos; usualmente eram identificados como naturais de alguma outra localidade, porém moradores da vila. No caso de Luiza, talvez por ter se instalado havia pouco tempo ou por não lograr relações sociais que a auxiliassem em sua proteção, pelos depoentes foi indicada como a pessoa que não pertencia àquela vizinhança. Desta feita, o entrar em sua casa, executado por dois membros das elites locais, e lhe causarem ferimentos que pelo detalhamento não aparentavam ser leves, infelizmente era um risco que aparentemente não era raro às pessoas que estivessem nessa posição social.

¹³⁴² *Ibidem*, p. 289; III, p. 611.

¹³⁴³ Ana Maria de Andrade era viúva de Manuel Inácio da Fonseca (NEGRÃO, 1927, II, p. 547).

¹³⁴⁴ JOHNSON, 1998; SILVEIRA, 1997.

Finalizadas as oitivas, o juiz ordinário expediu pronúncia de captura a Antônio Ferreira e a Antônio de Andrade com o fundamento de que os ferimentos foram feitos de propósito, muito embora não lhe tivesse resultado aleijamento ou deformidade.¹³⁴⁵

Identificando as similitudes entre os casos de Catarina e de Luiza, houve o ingresso com o pedido de livramento e os réus seguros alegando terem recebido perdão das vítimas. No caso de Catarina, esta deixara claro que perdoava Manuel por ter feito acordo com seu senhor, Elias de Barcelos: este lhe pagara o valor que havia gasto para o ingresso da querela, talvez até mais.¹³⁴⁶ Luiza, por sua vez, declarara perdoar Antônio Ferreira e Antônio de Andrade “de sua livre vontade” fundamentando que “como cristã que era não queria mais acusá-los”.¹³⁴⁷

Ambos autos de livramento foram providos aos réus com os fundamentos crivados nos termos de perdão dados pelas vítimas, pela inexistência de aleijamento e deformidade, além de não terem sido as ocorrências realizadas em razão de rixa velha.¹³⁴⁸

Este perdão parece estar na ponta visível de uma série de conflitos políticos e sociais existentes na vila, sobretudo considerando os laços existentes entre as famílias dos réus e do juiz ordinário e a situação pela qual Luiza fora descrita pelos testemunhos. As fontes não permitem que se vá além da suposição; imagina-se, então, que Luiza possa ter sofrido alguma ameaça – vez que já fora alvo da violência, poderiam lhe dizer que o seria novamente. De todo modo, o tratamento da justiça, em que pese a suspeita de obstrução ao início – corrigida pelo ouvidor –, o juiz ordinário cumpriu com os termos processuais na forma padronizada pelas leis régias. Sobre o ouvidor, ainda, saliente-se o papel de, principalmente nos momentos das correições, atuar como fiscal dos atos do magistrado local, certificando-se de que o direito régio reproduzido na localidade estivesse ao menos parelho com a legislação portuguesa e assegurando, em grande medida, que, ao menos nos casos que passassem sob seu olhar, a justiça régia não seria movida por interesses particulares.

Alterando a ótica para os procedimentos ocorridos entre duas mulheres, foram encontrados os casos de Maria de Cubas e de Vitoriana Pereira.

Em 20 de janeiro de 1751 o juiz ordinário de Curitiba, capitão Miguel Ribeiro Ribas, na companhia do escrivão, Manoel Borges de Sampaio, compareceu à casa de Francisco Nabarro por ter chegado a eles a notícia de que uma jovem estava ferida.¹³⁴⁹ Maria de Cubas

¹³⁴⁵ APPR. PB 045.PC2656.91, 1786, fls. 20-v, 26, 26-v.

¹³⁴⁶ APPR. PB 045.PC2614.89, 1786, fl. 10.

¹³⁴⁷ APPR. PB 045.PC2656.91, 1786, fl. 6-v.

¹³⁴⁸ Manuel fora livrado pelo juízo ordinário de Paranaguá e Antônio Ferreira Matozo e Antônio de Andrade pela Ouvidoria de Paranaguá. OF, L. V, tit. CXXII.

¹³⁴⁹ O documento que permite conhecer deste caso é o auto de vistoria feita às feridas de Maria de Cubas (APPR. PB 045.PC789.24, Caixa 24, Curitiba, Auto de vistoria feita as feridas de Maria de Cubas, 1751).

estava com um ferimento na parte direita do pescoço, local em que constava ainda fragmentos do que lhe atingira. Francisco Nabarreto, juntamente com André Francisco Coimbra, estavam tentando curar a lesão por ambos supostamente terem experiência. O registro, por parte do escrivão, de que estes personagens detinham tal conhecimento, e o fato de que Maria de Cubas foi levada até a residência de um deles, sugere que exercitavam alguma espécie de prática de cura na vila.

Maria de Cubas foi descrita pelo escrivão como “moça solteira”, o que permite vislumbrar que muito provavelmente era uma mulher jovem. Era filha de Luzia Gonçalves, ex-administrada de Antônio Garcia Carrasco, já falecido quando do acontecimento supra descrito. Ao ser questionada pelo juiz sobre o ocorrido, de quem se queixava e se foi por ódio, vingança ou inimizade, discorreu que na manhã daquele dia estava brincando com Maria Palhana quando esta pegou uma pistola e disparou por acidente, atingindo-a. Destacou que não desejava queixar-se de Maria Palhana porque o tiro havia ocorrido de modo acidental “em folguedo”¹³⁵⁰, e, ainda, ressaltou que se viesse a morrer em decorrência do ferimento nenhum parente seu teria direito algum para ingressar com causa alguma contra ela.

Maria Palhana, descrita como “solteira e de tenra idade” – muito provavelmente palavras do escrivão –, era filha de Luiz Palhano de Azevedo e de Maria Dias Domingues. Seu pai era uma figura importante da vila que, segundo Negrão, “exerceu todos os honrosos cargos da governança de Curitiba”. É de se imaginar que Maria Palhana fazia parte das elites locais e, em 6 de fevereiro de 1755, firmou aliança com a família Siqueira Cortes mediante a união com o capitão Pedro de Siqueira Cortes, filho de Francisco Siqueira Cortes.¹³⁵¹

A reflexão, ao ver a disparidade social e racial entre Maria de Cubas, descendente de indígena, e Maria Palhana, membro das elites locais, é orientada no sentido de que Maria de Cubas tentou evitar que, caso viesse a morrer, algum parente seu – muito provavelmente indígenas e descendentes, empobrecidos, administrados ou, se livres, obrigados a exercer funções “mecânicas” para a sobrevivência – ingressasse com uma causa judicial contra a família de Palhana com a finalidade de humilhá-los, expô-los perante seus pares mediante a acusação de homicídio ou até mesmo conseguir algum pagamento em pecúnia. Não houve nenhuma ação nesse sentido. Do que se procurou nos livros de óbitos da paróquia de Curitiba neste e nos anos seguintes, aparentemente Maria de Cubas não faleceu em decorrência dos ferimentos.

O documento é composto apenas pelo auto de vistoria das feridas, mas acredita-se ser possível explorar a relação entre Maria de Cubas e Maria Palhana. Vez que a declaração aponta

¹³⁵⁰ “Divertimento, passa-tempo” (BLUTEAU, 1789a, p. 624).

¹³⁵¹ NEGRÃO, 1926, I, p. 597; APMC, **Livro de Matrimônios**, jan. 1732-abr. 1758, fl. 175-v.

que as duas estavam juntas em divertimento, parece correto afirmar que entre elas havia alguma afetividade. A realidade colonial era expressão da multiplicidade de convivências, não sendo raros os registros de relações sociais amistosas entre mulheres indígenas, negras, suas descendentes, e brancas. Talvez pudessem ser vizinhas, ou a mãe de Maria de Cubas exercesse alguma função de trabalho na casa da família de Maria Palhana.

Lançando luzes a uma outra relação entre mulheres, que aparenta ter sido o contrário da estabelecida entre Maria de Cubas e Maria Palhana, há o caso de Vitoriana Pereira e sua vizinha Maria da Costa.¹³⁵² Em 1786, Vitoriana, por meio de seu procurador Manuel Alvares da Cunha Teixeira, ingressou com uma petição perante o juiz ordinário de Curitiba, o tenente Antônio José Teixeira, relatando que em 22 de junho daquele ano, quando estava indo em busca de uma vaca sua, encontrou com Maria de Cubas e João Policarpo. De acordo com a descrição, as duas mulheres se exaltaram, Maria proferiu contra Vitoriana alguns “nomes afrontosos” e lhe agrediu com um pedaço de madeira. O procurador da autora alegou que os xingamentos foram motivados pela sua “naturalidade” dos “oriundos da terra”, afirmando que “contudo é honesta e do seu procedimento não dá escândalo a pessoa alguma”. Argumentou que, ao contrário de si, seus vizinhos tinham costume de gerar conflitos, tendo por esta razão fama pública. Por fim, requereu que lhe pagassem 20 mil réis pela injúria verbal e que sofressem as penas criminais.¹³⁵³

A injúria poderia ser compreendida tanto sob a perspectiva criminal quando sob a civil, sendo que nesta era pressuposta a reparação pecuniária. As Ordenações Filipinas não dispendiam de um tratamento exclusivo àquelas que não tinham alguma espécie de agressão corporal, e isso significava que recepcionavam, neste particular, as disposições de direito comum. Havia, assim, a apreensão de um regime “privatista” da punição quando a ofensa fosse somente verbal, representando uma forma de estabelecer modos menos violentos de resoluções desses conflitos do que, a exemplo, a vingança “privada”.¹³⁵⁴

Para que fosse configurada, a injúria necessariamente deveria comportar a intensão de insultar.¹³⁵⁵ Conforme Pereira e Sousa, correspondiam a uma classe de crime contra a honra –

¹³⁵² Este caso é conhecido através dos autos cíveis de petição de injúria feita por Vitoriana Pereira contra Maria da Costa e seu marido, João Policarpo. O caso foi inserido para análise porque, em que pese conter injúrias verbais – o que fez com que o caso fosse processado como civil –, envolve um conflito com agressão física. Inclusive, cabe ressaltar que nos requerimentos da autora há o pedido de aplicação não somente de medidas civis, portanto pecuniárias, mas também penas criminais (APPR. PB 045. **PC2643.90 Caixa 90**, Curitiba, Autos cíveis de petição de injúria, 1786; Arquivo Público do Paraná (APPR). PB 045. **PC2644.90 Caixa 90**, Curitiba, Autuação de nomes de testemunhas que deu a autora Vitoriana Pereira pedido pelos Réus Policarpo digo pelo Réu João Policarpo e sua mulher Maria da Costa, 1786).

¹³⁵³ APPR. PB 045. **PC2643.90**, Curitiba, 1786, fl. 3.

¹³⁵⁴ HESPANHA, 2015, pp. 646-647.

¹³⁵⁵ *Ibidem*, p. 647.

ao lado de “mexericos”, estupro violento e rapto por violência –, diferenciando-as entre verbais, escritas e reais. Para o autor, o termo carregava um significado muito amplo, sendo que na legislação era compreendido como “tudo o que se faz contra direito público, ou particular”.¹³⁵⁶ Isto é, em um sentido mais geral significava tudo o que era contra o direito, e de modo mais específico correspondia à afronta injusta intencional.¹³⁵⁷ Na mesma esteira, Melo Freire expôs que as injúrias seriam classificadas entre verbais e reais, cometidas mediante conduta dolosa com finalidade ofensiva. Para ser configurado enquanto um delito, na mesma esteira do colocado por Pereira e Sousa, a intenção deve ser a ofensa da honra, da pessoa ou dos bens no que fosse dito, escrito, feito ou omitido. Ou seja, a ofensa causada sem intenção não era reconhecida como injúria, não devendo, portanto, obrigar reparação.¹³⁵⁸

As injúrias reais referiam-se às situações que envolviam pequenas agressões e gestos¹³⁵⁹ com que se perpetrava a violência¹³⁶⁰, e eram também classificadas entre simples e atrozes. Melo Freire expôs que, em decorrência da inexistência de título exclusivo sobre injúrias reais nas Ordenações, consideravam-se aplicáveis os dispositivos que disciplinavam o cometimento de agressões físicas bem como os que definiam as formas de processamento por querela ou devassa. A penalização restaria ao arbítrio do magistrado e, nos termos do parágrafo 1º do título XXXVI do Livro V, não deveria excluir a imposição de multa.¹³⁶¹

O processamento das injúrias verbais pelo Juízo Ordinário estava descrito no parágrafo 25, título LXV, Livro I, das Ordenações, consoante o qual deveriam ser procedimentos breves, sem o peticionamento de razões finais, sem interposição do rol de testemunhas após a contradita e o julgamento deveria ser realizado pelo ministro em conjunto com os vereadores da câmara.¹³⁶²

Em Portugal as ações de injúria eram primordialmente civis em decorrência da indenização como modo de reparação do dano.¹³⁶³ Acredita-se que o mesmo tenha ocorrido na América Portuguesa. No caso em tela, Vitoriana Pereira ingressou tanto com requerimento de reparação pecuniária quanto de aplicação penal, e na autuação de sua petição inicial o escrivão

¹³⁵⁶ SOUSA, 1803, pp. 255-259.

¹³⁵⁷ HESPANHA, 2015, p. 646.

¹³⁵⁸ FREIRE, 1794: 1966, pp. 165-172.

¹³⁵⁹ As injúrias reais descritas por Melo Freire são no mínimo curiosas: “é o caso de se arrancarem os cabelos ou a barba a alguém, esbofetear, açoitar, bater ou ferir com a mão, vara ou outro instrumento, ou fazer gestos de desprezo e ódio, como mostrar a língua, ameaçar com os olhos, fazer visagens, ou pendurar cornos às portas dos casados”, existindo para a punição específica deste último comportamento a Carta de Lei de 15 de Março de 1751 (FREIRE, 1794: 1966, p. 171; PORTUGAL. Carta de Lei de 15 de Março de 1751. In: PORTUGAL. 1830).

¹³⁶⁰ SOUSA, 1803, p. 256.

¹³⁶¹ FREIRE, 1794: 1966, p. 172.

¹³⁶² OF, L. I, tit. LXV, § 25.

¹³⁶³ HESPANHA, 2015, p. 648.

anotou a ação como autos cíveis. Talvez tenha sido este o objetivo da autora, bem como de seu procurador, considerando que receber a indenização em decorrência do ocorrido poderia significar um benefício maior do que levar Maria e João ao cárcere. Observando a prática jurídica dos foros da vila, o caminho do livramento aos réus seria muito provavelmente o seguido.

A contestação, feita pelo procurador tenente Antônio José Ferreira, apresentou-se toda defesa em nome da ré muito embora seu marido também estivesse sendo processado. Isto leva a crer que, em que pese o marido estivesse presente na situação, o conflito muito provavelmente ocorreu essencialmente entre as vizinhas Vitoriana e Maria, até porque a acusação de injúria foi dada contra as palavras por esta proferidas. Na defesa, a ré alegou que a vaca pertencente à autora estava, havia anos, destruindo as lavouras dos vizinhos, e quando a viu em sua plantação a foi espantar com o auxílio do marido. Nesse momento, chegou a autora supostamente “cheia de cólera” e, em razão de seu “mau gênio”, não aceitou quando a ré reclamou a ela o dano feito pelo animal. O procurador de Maria não negou as agressões feitas a Vitoriana, escusou-as argumentando que a ré havia sido provocada pela autora e sua atitude foi em prol apenas da própria defesa, expondo que “quem é excitado não faz ofensa em defender-se”. Na sequência, descreveu terem comparecido em sua casa, provavelmente em um momento posterior, Vitoriana e Antônio Francisco de Oliveira “fingindo que tinha ordem ou poder de prender a ré” e alegou haver ela sofrido injúria. Nesta ocasião, Vitoriana se teria direcionado a João chamando-o de “cornudo”, impedindo que a ré se defendesse em decorrência da ameaça de prisão.¹³⁶⁴

Situando-se fora da esfera da honra e da vergonha, aparentemente nem sempre a sociabilidade agressiva¹³⁶⁵ precisava de um motor de fundo para o emprego da violência. A situação descrita pelos autos foi uma briga – muito provavelmente antiga – entre vizinhas que explodiu em ímpetos de ira. Isso leva a crer que motivos banais que despertassem a cólera no contexto de sociabilidades não amistosas seriam razões suficientes para o exercício da violência física por meio de “pancadas”, “palçadas” e “bofetadas”. Parece, também, que essa espécie de conflito entre residentes da mesma área da vila a respeito de plantações não foi raro no reino: dentre as atribuições do juiz ordinário, as Ordenações Filipinas definiram, no parágrafo 32, que “queixando-se alguma pessoa, que lhe foi feito algum dano em Horta, ou Pomar” o magistrado

¹³⁶⁴ APPR. PB 045. **PC2643.90**, Curitiba, 1786, fls. 7, 7-v, 8.

¹³⁶⁵ CASTAN, 1991, p. 542.

deveria tirar devassa especial caso a autoria não fosse conhecida.¹³⁶⁶ Considerando que acabava gerando estrondos na rua, é presumível que fosse frequente no cotidiano.

Contrariando, a autora reafirmou os termos anteriormente alegados, negou ter proferido palavras injuriosas contra o marido da ré. Defendeu ser Antônio Francisco de Oliveira o “cabo daquele bairro” de Tinguquera, função através da qual tinha competência dada por ordem do capitão mor “deste continente” para fiscalizar as desordens, pelo que poderia aprisionar quem estivesse a cometer delitos.¹³⁶⁷

O cabo do bairro, pelo que se depreende da fonte, seria um morador da vizinhança escolhido pelo capitão mór da vila para deter o poder de vigilância, controle e, consequentemente, aprisionamento de seus vizinhos que estivessem a cometer algum delito. Pode-se aproximar de uma figura de controle existente no reino, qual seja, os corregedores dos bairros de Lisboa regulamentados pelo Alvará de 25 de Junho de 1760, que criou a Intendência Geral da Polícia. Esta lei separou as funções de corregedor e de juiz do crime dos bairros, submetendo-os ao Intendente Geral do Reino. Orientou que os corregedores e juizes do crime deveriam atuar contra a ocorrência de insultos e de mortes violentas, além da restauração da ordem.¹³⁶⁸ Definiu, ainda, os termos do procedimento sumário realizado na seara criminal e que deveria ser seguido por esses oficiais, através dos quais o processamento dos crimes deveria ser desenvolvido de modo célere e essencialmente verbal.¹³⁶⁹

O procurador de Vitoriana, em suas alegações, não deixou claro quais eram os delitos a que Antônio Francisco de Oliveira poderia dar voz de prisão, mas a aparição desta figura apenas na ocorrência de agressão física e de injúrias proferidas na rua sugere que os crimes a que havia maior atenção eram aqueles que envolvessem violência física leve e corriqueira.¹³⁷⁰

Dentre os argumentos de defesa, a injúria direcionada à origem indígena de Vitoriana não foi levantada com finalidade de amparo argumentativo. É possível que as representações circulantes auxiliassem a exclusão de culpabilidade nos procedimentos crime e talvez não detivessem efeitos positivos em ações cíveis.

¹³⁶⁶ OF, L. I, tit. LXV, § 32.

¹³⁶⁷ Não foi encontrada esta ordem nas fontes consultadas.

¹³⁶⁸ Os principais crimes que deveriam ser recebidos e processados sumariamente pelos juizes e corregedores dos bairros, e enviados para inspeção pelo Intendente Geral eram: de armas proibidas, insultos, conventiculos (conspirações), sedições, ferimentos e mortes. (PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL, 1810, p. 733, § 4).

¹³⁶⁹ PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL, 1810, p. 733, § 5.

¹³⁷⁰ No contexto colonial, existem registros da função descrita como o posto de capitão de bairro, como na vila de Guaratinguetá em 1778 e em 1779, vinculados às companhias de ordenanças, porém talvez não seja possível afirmar pela identificação destes cargos pela presença do exercício jurisdicional vinculado ao rito sumário e pelo fato de Antônio Francisco de Oliveira não ser identificado como capitão nas fontes (AHU, ACL, CU 023-01, Cx. 32\Doc. 2816; AHU, ACL, CU 023-01, Cx. 33\Doc. 2899).

As testemunhas¹³⁷¹ apresentadas pela autora corroboraram os termos de suas petições, acrescentando que o ferimento havia sido feito por Maria na cabeça de Vitoriana com um pedaço de madeira e que tinham conhecimento da situação por ouvi-la da própria ré. Antônio Francisco de Oliveira declarou ser cabo do bairro de Tinguquera e que estava trabalhando em uma plantação quando Vitoriana lhe foi chamar para que aprisionasse Maria. Acabou dando voz de prisão à mãe da ré e não a querendo levar ao cárcere da vila a escondeu nos matos a caminho da região central. Interessante foi a sinceridade do depoimento de Antônio que, supostamente, deveria levar ao juiz ordinário aqueles que perturbassem as ordens no bairro em que residia. Com base nisso, acredita-se que o posto que ocupava não o fosse mediante nenhum tipo de juramento ao desempenho de funções em representação à administração régia. Do contrário, muito provavelmente Antônio responderia por essa ação.

Os depoentes da ré¹³⁷², por sua vez, apoiaram os termos por ela expostos, acrescentando que Vitoriana não somente desferiu palavra injuriosa contra João Policarpo mas também vários xingamentos contra a ré. Ainda, o procurador ajuizou embargos de suspeição alegando que as testemunhas da autora eram todos seus parentes, inclusive Antônio Francisco de Oliveira, em manifesta contrariedade ao título LVI do Livro III das Ordenações Filipinas, que dispunha sobre as pessoas impedidas de depor.¹³⁷³

Na sequência, por estar a câmara de Curitiba em correição pelo ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rondon, solicitou o procurador de Vitoriana que a causa passasse à competência da ouvidoria. Remetidos os autos, o ouvidor fundamentou que “Visto a natureza desta injúria que se trata nesta causa” o feito deveria ser julgado pela câmara.¹³⁷⁴ Nestes termos, o sentenciamento foi dado pelos oficiais conselheiros Paulo de Chaves de Almeida – juiz ordinário –, Bento Ferraz Lima, Francisco Rodrigues Seixas e Braz Alvares Natel. O feito foi provido a Maria considerando que a prova de Vitoriana havia sido confusa e por testemunhas suspeitas, além de os oficiais haverem tomado em conta que “a autora com a sua costumada imprudência injuriar a muito aos Réus que naturalmente se haviam também irar”.¹³⁷⁵ Isto leva a crer que esta não era a primeira ação ajuizada por, ou contra, Vitoriana Pereira. Faz questionar se os oficiais a conheciam ou se a fama pública dos conflitos havidos com seus vizinhos se havia alastrado por toda a vila.

¹³⁷¹ Antônio Francisco de Oliveira, Sebastião Luiz de Almeida, casado com uma irmã de Vitoriana Pereira, José Soares Godinho, João Pedroso Leme; para detalhes sobre os depoentes, ver anexo II.

¹³⁷² Antônio Ribeiro Moreira, Bento Gonçalves Moreira, Jerônimo Rodrigues da Cunha; para detalhamentos, ver anexo II.

¹³⁷³ APPR. PB 045. **PC2644.90**, 1786, p. 2-v.

¹³⁷⁴ *Ibidem*, p. 21-v.

¹³⁷⁵ *Ibidem*, p. 22-v.

Os autos parecem acentuar que, além da provável vulnerabilidade econômica das autoras – motivação pela qual a destruição das roças de Maria e José Policarpo lhe causou tanta ira – as injúrias feitas entre mulheres eram levadas à solução institucional quando injuriante e injuriada identificavam-se socialmente, fazendo parte do mesmo grupo. Isso porque, compartilhados os mesmos valores sociais, as palavras e ações detinham a carga significativa das ofensas que se desejava lançar. Talvez entre mulheres de realidade social muito afastadas, não apenas a ofensa não seria a mesma como a resolução muito provavelmente não seria realizada perante justiça régia.¹³⁷⁶ E quando feitas entre pessoas de diferentes grupos permeados pela hierarquia de gênero, econômica e de questões embasadas na cor, como foi o caso de Luiza Mariana, a resolução e a aplicação da vingança provavelmente não seriam institucionais.

Assim, eram frequentes as ofensas com caráter sexual principalmente vinculando a ausência de honestidade da ofendida. No caso em tela, Vitoriana se teria direcionado a João Policarpo com objetivo de injuriar à sua mulher sugerindo ser adúltera. Figurando como um valor social bastante compartilhado na colônia, mesmo que em diferentes medidas às diferentes camadas e posições sociais, a ofensa em questão, além de curiosa, parece reforçar essa ideia: a mulher indígena, residente na área rural da vila de Curitiba, ofendera à vizinha com ataque à sua honestidade em decorrência da destruição de lavouras.¹³⁷⁷

* * *

Ameaça

Os conflitos existentes em relações conjugais eram frequentes no contexto colonial, normalmente exercidos em espaços permissíveis pelas normatividades das ordens social, moral e jurídica em prol da autoridade doméstica.¹³⁷⁸ A indissolubilidade, em tese, do sacramento do matrimônio acabava desafiada pelos maus tratos cometidos no relacionamento, ensejando abandonos e estabelecimento de novas relações em busca de uma paz conjugal.¹³⁷⁹ É comum, nesse sentido, encontrar registros da correção de comportamentos femininos, da obstacularização a seus interesses e da imposição de certos papéis sociais. O caso que segue

¹³⁷⁶ VAQUINHAS, Irene Maria. Mulheres que se injuriam, mulheres que se batem: alguns valores femininos vistos através de uma análise da delinquência em Coimbra (1850-1915). **Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa**, Coimbra, 1985, pp. 7-9.

¹³⁷⁷ VAQUINHAS, 1985, pp. 10-12

¹³⁷⁸ SILVA, M., 2004, pp. 111, 307

¹³⁷⁹ FIGUEIREDO, 1995, p. 88.

trata de ameaça do marido à mulher que, embora não configurasse crime para o direito português, resta interessante para lançar luzes à complexificação dessas vivências.

Em 8 de outubro de 1788, Custódia Maria, moradora no bairro de Santa Quitéria, ingressou com uma petição perante o juiz ordinário de Curitiba, o sargento mor Francisco Xavier Pinto, requerendo que seu marido, Salvador dos Santos, fosse punido por ameaçá-la. Discorreu que havia algum tempo seu marido vinha tendo “tensões diabólicas” e a estava ameaçando de morte juntamente com uma filha do casal, Maria. Este comportamento, segundo a declarante, havia iniciado quando ela o repreendeu por tentar violentar a filha do casal, momento no qual Salvador teria passado a desenvolver ódio por Custódia e por Maria.¹³⁸⁰

De acordo com o registrado pelo escrivão na autuação deste processo, a própria Custódia compareceu perante ele com a petição supracitada. Comparando-se diferentes procedimentos judiciais, aparenta ser comum em algumas espécies de causas que os suplicantes viessem à presença do escrivão do Juízo Ordinário e solicitassem o registro de suas reclamações, fazendo-o em uma petição que deveria ser despachada pelo juiz e buscando o auxílio de um procurador, que compreendesse e detivesse experiência no foro, em etapa processual posterior. As causas cíveis que tratavam especificamente de dívidas pequenas consultadas ao longo da pesquisa foram as que mais apresentaram esta espécie de ajuizamento, e sugerem que assim o eram pela natureza célere do procedimento.¹³⁸¹ Nas causas criminais não foi comum encontrar procedimentos sem a presença de procuradores.

Neste procedimento, todavia, parece ser o ocorrido. Não há junção de procuração nem menção de que Custódia estava sendo acompanhada por alguém que detivesse experiência no foro. Como supracitado, aparentemente compareceu ao escritório do escrivão sozinha – saliente-se, sem acompanhamento de alguém que se apresentasse enquanto seu representante conforme disposições de direito. A documentação, contudo, não permite concluir que Custódia não compareceu acompanhada de sua filha, Maria, ou de alguma outra pessoa que detivesse o conhecimento dos acontecimentos para auxiliá-la na declaração dos eventos. Comparando a grafia do escrivão com a da petição entregue pela suplicante, a indicação é de que esta não foi atermada pelo escrivão. Isso faz refletir se Custódia a teria escrito por si. É difícil acreditar neste apontamento por conter o documento termos e formas jurídicas muito semelhantes aos procedimentos feitos por procuradores, indicando que muito provavelmente Custódia havia sido auxiliada por alguém que detivesse tais conhecimentos. Poderia ser desta forma, com

¹³⁸⁰ Este caso é conhecido pelos Autos cíveis e crimes ajuizado no Juízo Ordinário de Curitiba (APPR. PB 045. **PC2782.97 Caixa 97**, Curitiba, Autos cíveis e crimes, 1788, fl. 2).

¹³⁸¹ Estes processos são os autos de assinação de dez dias e os autos cíveis de ação d'alma.

auxílio individual sem assumirem a posição de procuradores, que muitos comessem a exercitar e a tomar experiência na prática jurídica, o que posteriormente lhes poderia render o desempenho de funções de representação em juízo ou até mesmo de oficiais do conselho.

Na descrição do acontecimento que motivou a suplicante a ingressar com o pedido de punição de seu marido, declarou que no dia 2 de outubro, empunhando uma faca, Salvador a quis matar. Custódia e Maria retiraram-se em direção à casa de Antônio Gonçalves, cabo do bairro de Santa Quitéria, e encontraram no caminho Maria Gonçalves e sua mãe, Domingas Gonçalves, que as auxiliaram na fuga tendo em vista que Salvador corraera atrás da mulher e da filha. Ao chegarem na casa de Antônio Gonçalves, recontaram-lhe o ocorrido e, perseguidas por Salvador com a faca em mãos, o cabo lhe prendeu e o levou à cadeia de Curitiba. Por fim, na petição constou pedido de que o procedimento aplicado fosse o sumário, de que fossem coletados os depoimentos das testemunhas e que o marido fosse punido com “todas as penas cíveis e criminais que por direito forem prometidas”.¹³⁸²

O rito sumário era o tomado para que não fossem exigidas as solenidades havidas no rito ordinário e deveria ser aplicado ao processamento de crimes mais graves e em alguns mais leves.¹³⁸³ Estava previsto nos parágrafos 16 e 30 do título I do Livro I das Ordenações, porém sem a descrição de quais procedimentos judiciais deveria conter; a seleção de quais casos seriam processados sumariamente, bem como a sanção aplicada, era posta ao arbítrio do magistrado.¹³⁸⁴ A regulamentação de quais elementos deveriam estar presentes foi dada pela legislação extravagante. O alvará de criação da Intendência Geral de Polícia, de 25 de Junho de 1760, disciplinou que este deveria ser o procedimento tomado pelos corregedores e juizes do crime dos bairros de Lisboa¹³⁸⁵ após a captura e prisão dos réus. Deveriam examinar os aprisionamentos, autuá-los em processos sem numeração fixa de testemunhas, remetê-los ao intendente geral para avaliação e, se este achasse necessário, encaminhados à Relação para sentenciamento. O Alvará de 20 de Outubro de 1763 expôs que o rito deveria, ademais, incluir corpo de delito, perguntas aos réus (para se agravarem as culpas ou se defenderem) e ser remetido no tempo de oito dias, contados a partir da prisão, ao organismo de administração da justiça competente. O Decreto de 4 de Novembro de 1755 dispôs que os “processos verbais” deveriam ter execução da sentença no mesmo dia em que proferida.¹³⁸⁶

¹³⁸² APPR. PB 045. **PC2782.97**, 1788, fls. 2, 2-v.

¹³⁸³ FREIRE, 1794: 1966, pp. 73-80; SOUSA, 1870, pp. 174; 179.

¹³⁸⁴ OF, L. I, tit. I, § 16, pp. 3-4.

¹³⁸⁵ Jurisdições estas divididas desde o Alvará de 25 de Dezembro de 1608, também denominado de Regimento dos Bairros (PORTUGAL. Alvará de 25 de Dezembro de 1608. In: PORTUGAL. 1819a, pp. 87-100).

¹³⁸⁶ Em resumo, eram os crimes de homicídio, desafio, delitos capitais agravados, injúrias não atrozes, dos delitos processados nas Relações, daqueles processados no foro militar, no juízo de contrabandos, no dos falidos, no de

Em resumo, e conforme Melo Freire, deveria conter os procedimentos judiciais para a demonstração do delito e do autor. Deveriam estar presentes, pois, o corpo de delito, os testemunhos e as respostas do réu.¹³⁸⁷ Nos casos graves, a sentença deveria ser proferida por seis juízes e deveriam ser dadas 24 horas para que o réu a pudesse embargar.¹³⁸⁸ Saliente-se que era por meio deste procedimento que eram dadas as decisões sobre cauções de termos de bem viver, usualmente utilizadas para prevenir conflitos entre vizinhos.¹³⁸⁹

Como mencionado, a ameaça não era tomada pelo direito criminal do período moderno como um delito. Segundo Melo Freire, constituía um indício falível independentemente do modo como fosse.¹³⁹⁰

A coleta dos depoimentos do caso em questão foi realizada na mesma data de autuação da petição de Custódia na residência do juiz ordinário. Retomando as questões acerca do comparecimento sozinha a juízo, imagina-se que a suplicante tenha ido acompanhada das testemunhas, o que explicaria os acontecimentos terem ocorrido em 2 de outubro e o ajuizamento da petição inicial apenas no dia 8. Talvez tenha ido requerer à presença do juiz quando pudesse levar os depoentes consigo, e a demora de seis dias tenha sido para reuni-las e movimentar-se em conjunto ao escritório do escrivão, considerando que todas eram suas vizinhas, moradoras no bairro de Santa Quitéria, região afastada do centro e localizada no termo da vila.

As testemunhas¹³⁹¹ corroboraram os acontecimentos relatados por Custódia declarando terem presenciado o evento em que Salvador tentou matá-la com uma faca. Cabe mencionar que ao início de todos os depoimentos houve o questionamento se Custódia e Salvador eram de fato casados. Isso poderia ser provado em solicitação ao pároco da Igreja matriz do envio de cópia do registro do casamento existente nos livros paroquiais, entretanto isto não foi feito pelos oficiais. O matrimônio havia sido celebrado em 21 de novembro de 1775

residência e nos casos de réus presos há mais de três meses (HESPANHA, 2015, p. 628; PORTUGAL. Alvará de 31 de Março de 1742 In: PORTUGAL. 1819a, pp. 482-490; Decreto de 4 de Novembro de 1755. In: PORTUGAL. 1830, p. 399; PORTUGAL. Alvará de 25 de Junho de 1760. In: PORTUGAL. 1830, p. 733, item 5; PORTUGAL. Alvará de 20 de Outubro de 1763. In: PORTUGAL. 1829, p. 63, item 1; PORTUGAL. Alvará de 15 de Janeiro de 1780. In: PORTUGAL, 1828, pp. 255-256; PORTUGAL. Alvará de 5 de Março de 1790. In: PORTUGAL, 1828, pp. 589-592).

¹³⁸⁷ FREIRE, 1794: 1966, pp. 73-80.

¹³⁸⁸ SOUSA, 1870, p. 178.

¹³⁸⁹ OF, L. I, tit. LXV, § 26; L.III, tit. LXXVIII, § 5, L. V, tit. CXXVIII; HESPANHA, 2015, p. 628; SOUSA, 1870, p. 181.

¹³⁹⁰ FREIRE, 1794: 1966, p. 142.

¹³⁹¹ Dentre as testemunhas, Isabel Maria da Costa, solteira, 20 anos, vivia em casa de seu pai Matheus Colaço; Maria Gonçalves, solteira, 30 anos, e sua mãe, Domingas Gonçalves, viúva, 60. Os demais depoentes foram: Matheus da Costa Colaço, Bento Pires Pedroso, cunhado de Custódia Maria, Antônio Gonçalves de Oliveira, Salvador Rodrigues e João Correia Lopes; para detalhamentos, ver anexo II.

em presença de Manoel Domingues Leitão e de testemunhas¹³⁹², mas aparentemente o registro não foi conhecido pelos oficiais. A ausência de tal solicitação confirma a lógica do “casamento social”, de Nizza da Silva, detendo impactos sociais e jurídicos. Assim, o que importava para relatar se um homem e uma mulher eram casados era a convivência.

Confirmaram que o marido estava com “intentos diabólicos”, e acrescentaram que haviam ouvido várias vezes o próprio Salvador afirmar que desejava matar sua mulher e sua filha, e desta “levar da honra e virgindade”. Antônio Gonçalves, especificamente, declarou que havia três meses Custódia já lhe havia procurado para reclamar que “o suplicado anda dando-lhe má vida”.¹³⁹³ Isto significava que o marido não estaria cumprindo com suas obrigações postas pela situação matrimonial. Assim como a mulher tinha que cumprir uma série de comportamentos, o homem também o deveria, razão pela qual Custódia foi reclamar àquele que era o responsável pela manutenção da ordem do bairro.

Conforme o posto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os maus tratos, ou as “sevícias” em medida “grave e culpável”, a ponto de colocar a vida de um dos cônjuges em risco era motivação para requerer o divórcio à justiça eclesiástica.¹³⁹⁴ Poderia conter circunstâncias como espancamentos, ameaça de morte, abandono, ausência de subsistência e às elites poderia ser alegada a dispersão dos bens. Nos pedidos de divórcio analisados por Nizza da Silva em São Paulo a questão mais arguida foi a violência e demonstrada a insistência das mulheres pela mudança do comportamento dos maridos.¹³⁹⁵

Custódia tinha ao menos algum conhecimento das obrigações maritais de não maltratar as esposas e, ainda, sabia a quem se dirigir para intentar alguma salvaguarda. Muito embora pudesse ter medo das ameaças por ele proferidas, soube qual medida era aceitável, no interior das camadas de aceitabilidade normativa presentes no cotidiano, para enfrentá-lo. Considerando isto, era provável que já teria tentado uma afronta direta ao marido – como relatou em sua petição inicial, que o repreendeu por várias vezes – porém sem conseguir alterar seu comportamento.

As testemunhas informaram, no dia do ataque descrito pela suplicante, ao amanhecer, terem ouvido os gritos pedindo “que as acudisse”, e muito provavelmente por esta razão os vizinhos saíram de suas casas para ver o que estava acontecendo. Acrescentaram que, nesta ocasião, antes que Custódia conseguisse chegar à casa de Antônio Gonçalves, o marido lhe

¹³⁹² ACMC. **Livro de Assento dos Casamentos**, nov. 1762-jun. 1784, fls. 82, 82-v. Menciona-se que o registro paroquial anotou serem ambos expostos.

¹³⁹³ APPR. PB 045. **PC2782.97**, 1788, fl. 6-v.

¹³⁹⁴ VIDE, 1707: 1853, livro I, tit. LXXII, §§ 316-317.

¹³⁹⁵ SILVA, M., 1980, pp. 153-158.

cortou a trança de seus cabelos. Saliente-se que a informação de que lhe havia sido cortada a trança foi dada por todos os depoentes, o que leva a crer que provavelmente este evento havia ocorrido nas ruas do bairro ou, ao verem Custódia com os cabelos curtos, presumiram que teria sido o marido que os cortou. Com esta informação a fonte sugere que provavelmente era comum que as mulheres tivessem cabelos compridos e os trançassem cotidianamente¹³⁹⁶, e quando intentou escapar Salvador pode tê-la alcançado apenas pelo cabelo. Imagina-se que, no ato de fúria, desferiu um golpe e cortou seus cabelos.

Mas, além disso, cortar os cabelos poderia deter alguns significados. Poderia ser um ato de violência, feito em meio a agressões físicas e com objetivo de demonstração do poder marital sobre a esposa. Poderia, também, deter um significado específico enquanto prática realizada em meio aos conflitos entre os cônjuges ou a vizinhança. Era visto como uma forma de retaliação e punição à mulher que ofendesse seu marido, sobretudo em relação a comportamento sexual. Isto é, determinadas condutas femininas, como deter uma personalidade assertiva, intimidar os homens, não agir com discrição e condutas que ensejassem boatos de adultério, poderiam atingir a reputação masculina rendendo-lhe a fama de insuficiência sexual acrescida à incompetência de proteção à família. Ter os cabelos curtos às mulheres era algo que causava humilhação e vergonha públicas visto que sugeria promiscuidade e, em decorrência disso, o castigo pelos domínios domésticos. Segundo Johnson, representava uma espécie de ritual normalmente acompanhado de espancamento, e tinha como objetivo que a sociedade visse a imoralidade da mulher submetida. Sair de casa para espaços da vila com transitoriedade de pessoas com cabelos curtos e sinais de espancamento causava o julgamento, insultos e humilhações por parte dos outros membros da sociedade. A mulher, mesmo que inocente das acusações que seu marido lhe possa ter feito, tinha sua reputação em ruínas enquanto o homem – ao demonstrar que estava a defender sua honra contra sua esposa – era poupado de ter um tratamento ríspido e humilhante de seus vizinhos.¹³⁹⁷

As declarações dadas neste processo não permitem concluir que fora exatamente este o caso de Custódia e Salvador. Não houve nenhuma indicação sobre o comportamento de Custódia, muito menos algo que apontasse ao possível cometimento de adultério. Mas é plausível que fizesse parte de uma normatividade social. O que se pode inferir, portanto, é que o ato de cortar os cabelos foi realizado por Salvador com o intento de humilhar publicamente a mulher. O casal vinha tendo discussões em decorrência do comportamento de Salvador havia

¹³⁹⁶ Costume este também relatado por Johnson às mulheres pobres de Buenos Aires na segunda metade do século XVIII (JOHNSON, 1998, p. 145).

¹³⁹⁷ *Ibidem*, pp. 145-146.

três meses, tempo durante o qual Custódia estava sendo por ele ameaçada. Considerando que matar a esposa sem que houvesse a ocorrência de um adultério seria considerado homicídio – além de não ser valorado por pensamentos da ordem cristã – e, provavelmente, Salvador iria sofrer as consequências sociais e ao menos ser aprisionado após a investigação por uma devassa, pode-se refletir que ele tenha optado por uma forma de castigar a esposa por meio de um comportamento socialmente aceito – portanto, uma das normatividades sociais. A opção não parece ter sido, entretanto, algo refletido, a fonte sugere que, como já mencionado, ter sido um ato de fúria. Mas, de todo modo, não aparenta ter sido em vão ou completamente ausente de significados. O objetivo teria sido humilhar Custódia publicamente perante os vizinhos, fazer com que fosse socialmente julgada, o que provavelmente afastaria de Salvador alguma imputação que pudesse ter pelos maus tratos a que lhe vinha submetendo.

Isabel Maria da Costa, Maria Gonçalves e Domingas Gonçalves foram as três mulheres que depuseram neste procedimento. A primeira, mulher jovem que vivia na casa de seu pai, relatou que as ameaças descritas por Custódia contra sua filha Maria aconteciam havia bastante tempo. Em decorrência, a suplicante pedia à depoente que solicitasse ao seu pai, Matheus da Costa Colaço, que acompanhasse Maria quando deveria ir ao rio lavar roupa para que não corresse riscos de que Salvador a “fizesse mal”.¹³⁹⁸

Este trecho deixa entrever um pouco do cotidiano das mulheres moradoras deste bairro em que, aparentemente, era comum que as jovens fossem sozinhas ao rio ou a alguma fonte para lavar as roupas dos moradores de suas casas. Este local, imagina-se, não deveria estar situado muito próximo à casa de Custódia e Maria, e poderia exigir uma breve caminhada, passando por regiões um tanto isoladas. Para que a suplicante pedisse o auxílio de Matheus da Costa Colaço, muito provavelmente residiam em lugares próximos, o rio ou a fonte poderia não ter casas próximas e por vezes estar vazio. Esses lugares de coleta de água, aparentemente, eram espaços de sociabilidade feminina, onde muito provavelmente as mulheres se encontravam para os afazeres domésticos, porém a declaração acima sugere que, ao menos nos bairros localizavam-se em partes um tanto isoladas. Assim, poderia representar, na área rural, um local que oferecesse perigo às mulheres, sobretudo às mais jovens.

Domingas e Maria Gonçalves, mãe e filha, foram as testemunhas que auxiliaram Custódia e sua filha no momento da fuga do marido. Domingas Gonçalves, por sua vez, declarou viver com Salvador e tê-lo repreendido ela mesma várias vezes pelo desejo de “desonrar” sua própria filha. Domingas, portanto, residia com o casal e, muito provavelmente,

¹³⁹⁸ APPR. PB 045. **PC2782.97**, 1788, fl. 5-v.

Maria também morasse no mesmo local considerando que afirmou ser solteira. Acrescentou, assim, que quando viu o casal tentou impedir Salvador possibilitando que Custódia corresse à casa de Antônio Gonçalves, relatando que “se ela testemunha não estivesse presente mataria a sua mulher”.¹³⁹⁹

Na sequência, o juiz ordinário e o escrivão realizaram o auto de perguntas feitas à Maria, filha de Custódia e de Salvador. Questionaram-lhe somente a sua idade, o que declarou ter 11 para 12 anos, e se as alegações de sua mãe no que tangia às ameaças de seu pai a violar estavam corretas. A tudo, respondeu que sim, corroborando os termos alegados pela mãe.¹⁴⁰⁰

Conclusos os autos, este decidiu por manter Salvador aprisionado e enviar-lhe à cadeia da ouvidoria, em Paranaguá, em decorrência do que mandava o rito de procedimentos sumários. Recebidos pelo ouvidor Francisco Leandro de Toledo Rondon, este julgou o procedimento nulo porque, em que pese a existência das ameaças, não havia sido cometido delito algum. Segundo o oficial, não teria lugar nem o processamento por meio de querela, pelo que mandou soltar Salvador da prisão mediante assinatura de um “termo de conservar a vida de sua mulher e filha, e de viver em paz com elas”. Assinado em 5 de dezembro de 1788, foi o suplicado livrado da cadeia.¹⁴⁰¹

Esse caso auxilia a refletir a medida da permissibilidade das práticas de violência dos maridos contra as mulheres. Embora o direito, a família e a moral fossem campos permeados de práticas no que tange à atitude correcional ofensiva do marido, ou pai, com relação à mulher e aos filhos, a questão levantada é se, de fato, as agressões físicas possuíam aceitação tão ampla no seio das demais normatividades sociais.¹⁴⁰² As circunstâncias do conhecimento de Custódia sobre o que poderia ensejar alguma proteção a si e à sua filha a ponto de saber que a ameaça de morte ultrapassava os limites do poder marital, conjugado com o auxílio de Matheus da Costa Colaço em acompanhar a filha de Custódia quando ia lavar roupas e a intromissão de Maria e Domingas Gonçalves nas questões do casal leva a crer que ao menos a vizinhança do bairro de Santa Quitéria não fosse exageradamente tolerante aos maus tratos. Pode-se sugerir, até, que a própria ação de buscar auxílio perante a violência dos maridos não devia ser algo raro; se não recorrer às instituições, ao menos aos vizinhos, ou às vizinhas. Pelos depoimentos, a situação que aparentemente ocorreu foi acompanhada dos gritos de Custódia pela rua do bairro, e Maria Gonçalves que a foi defender; será que entre elas existia uma relação amistosa que explicasse

¹³⁹⁹ APPR. PB 045. **PC2782.97**, 1788, fls. 4-v, 5.

¹⁴⁰⁰ *Ibidem*, fl. 9.

¹⁴⁰¹ *Ibidem*, fls. 9-v a 10-v.

¹⁴⁰² VANDENBOGAERDE, 2016, p. 15.

a interferência? Ainda, por que os demais vizinhos que escutaram o pedido de socorro não se intrometeram ou, o que pode ter ocorrido, não foram levados ao juízo para depor? Questões essas que, visto os limites das fontes, apenas é possível imaginar. De todo modo, parece ser possível levantar entre essas mulheres redes de sociabilidade e, em alguma medida, de salvaguarda umas das outras.

6.2 DESEJOS DE VINGANÇA E HUMILHAÇÃO: JUSTIÇA CRIMINAL E OFENSAS AO CORPO

As questões mais gerais que aparentemente se encontravam presentes em todos os casos de violência física relacionavam-se aos desejos de vingança e de humilhação aos que haviam ensejado ofensas. Uma das diferenças de análise entre os processos de crimes contra a ordem moral e a maior parte dos crimes neste tópico trabalhados é uma amplitude maior dos panoramas nos quais as ocorrências desenvolveram-se. Os processos judiciais não dizem respeito apenas aos relatos narrados nos documentos, expressam também a respeito de outros casos e motivações diversas, alianças políticas e inimizades, denúncias e depoimentos movidos por malícia ou suborno. Ainda, alguns deixam mais claras as estratégias argumentativas dos procuradores das partes, com grande manejo de obras de doutrinadores do direito régio e do direito comum.

As narrativas postas em voga pelos processos de Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves, Luzia Pereira, Quitéria Luiza de Azevedo e Custódia Maria lançam luzes às questões de violência existentes no interior das conjugalidades. Os três primeiros casos compreendem crimes executados contra os maridos, os dois primeiros sugerem a ocorrência causada supostamente pelos amantes das esposas. Vitoria e Josefa acusam Elena, viúva, de estar amancebada com Sebastião Palhano e este argumento dá a entender que teria tido participação no cometimento do homicídio. Ao caso de Luzia Pereira não há narrativa que permita compreender as circunstâncias do crime, mas também deixa entrever que a viúva teve envolvimento na morte do marido.

Quitéria Luiza de Azevedo, por outro lado, foi denunciada por ter mandado darem “pancadas” em seu marido, situação pela qual foi aprisionada 14 anos depois, após tornar-se viúva. Adicionando-se a essas narrativas aquela sobre a ameaça de Salvador a Custódia Maria, que, segundo a vítima e as testemunhas, perseguiu-a pelas ruas do bairro em que residiam com

uma faca na intenção de matá-la. Essas causas levam a refletir a respeito dos maus tratos sofridos pelas mulheres por seus maridos e as estratégias que desenvolviam para minorar a situação. Duas dentre elas agiram da forma mais definitiva e brutal, porém, em tese, executada pelos amantes. Quitéria, se mandou mesmo pessoas provocarem lesões em seu marido, utilizou-se da mesma estratégia de solicitação de auxílio. Custódia, por sua vez, buscou as instituições de justiça criminal, um movimento bastante interessante e que leva a refletir se era comum ao menos no bairro em que residia. Deveria ter, ao menos, recebido a informação de que esse procedimento seria uma forma de proteger-se contra o seu marido, e pelo que as fontes permitem ver, Custódia havia procurado o cabo do bairro outras vezes dentro do período de três meses em que estava sendo ameaçada.

O auxílio que recebera no momento da explosão de fúria do marido, ainda, leva a pensar sobre as dinâmicas sociais de auxílio e proteção entre mulheres. Provavelmente não eram estabelecidas conscientemente, mas talvez as vizinhas estivessem, em decorrência da própria relação de afeto, preocupadas em mantê-las sob seus olhos.

O caso de Francisca Alves e de Rosa Maria coloca em pauta uma situação que deveria ser bastante comum nas vilas. Considerando a existência efetiva dos tratos e relacionamentos entre os jovens, mulheres engravidando fora do contexto matrimonial não deveria ser algo incomum. É nesse sentido que apontou Cavazzani em análise à numeração de crianças expostas na vila; não apenas a exposição pareceu ser muito comum, mas também o próprio abandono em locais ermos, lançadas à morte. Rosa, nesse contexto, pareceu ter sido submetida à autoridade de seu pai, do que as fontes permitem verificar a decisão de enjeitar, e muito provavelmente a morte da criança, foram de iniciativa de Gonçalo.

Os casos supra mencionados parecem reforçar o ambiente doméstico como uma rede de normatividades aparentemente mais justas que a própria justiça criminal. Porém, aqui, adentra novamente ao consenso social e ilicitude: matar recém nascidos aparentemente poderia estar no campo do tolerado, mesmo sendo ilícito. O planejamento das mortes dos maridos poderia ser, também, algo não tão raro.

A respeito das ocorrências de envenenamento, tanto na acusação de Catarina Pereira, e sua filha Maria, quanto na de Inácia Pereira, e suas filhas, aparentemente direcionam às representações femininas de manipulação de veneno nos alimentos. Interessante notar que em ambos os casos a família toda acabou presa porém foram as mulheres as referidas como causadoras do malefício, inclusive as filhas. Ainda, destaque-se que as duas situações possuem como pano de fundo um conflito anterior envolvendo questões de honestidade e honra das filhas das acusadas. No caso de Catarina e Maria configurou a instrumentalização da justiça criminal

pelo ouvidor e no caso de Inácia o que a teria movido foi a vingança contra Francisco pela difamação das filhas. Posteriormente, a questão de fundo veio à tona: Francisco desejava expulsar Inácia, seu marido e suas filhas das terras nas quais residiam.

Os casos de envenenamento provavelmente eram permeados por grandes dificuldades em coletar provas, mesmo mediante corpo de delito, até porque – vez que familiares das partes não podem testemunhar – improvável que algum vizinho visse o preparo e planejamento da ação com o veneno. Considerando essa dificuldade, será que não foi utilizado como meios de levar à prisão as famílias acusadas em razão dos outros casos? Os autos não permitem concluir categoricamente, mas é uma orientação plausível.

Os casos de Luiza Mariana e de Catarina, ambos de ferimentos feitos por homens, refletem, o primeiro, as redes de relações sociais e políticas existentes na vila e os meios pelos quais os conflitos muito provavelmente eram, em maioria, solucionados. Enquanto o segundo parece demonstrar um conflito no grupo de pessoas não brancas, em que talvez a hierarquia de gênero tenha alimentado a explosão da violência.

As sociabilidades femininas, de afetividade e de inimizade, são as sugestões dos casos de Maria Palhana e Maria de Cubas e Vitoriana Pereira e Maria da Costa. As relações de inimizade entre vizinhas parecem ter sido bastante comuns, as quais criavam situações de ira e acabavam em insultos e “palmadas” pelas mais diversas razões.

As questões principais que parecem orientar os casos em tela são a vingança e o objetivo de humilhação do ofensor. Isto é, parece que o motor da maior parte dos casos de violência física são os conflitos cotidianos que envolvem de alguma forma situações vergonhosas aos ofendidos. Assim, a procura à justiça criminal era uma busca pela satisfação da vingança e o desejo de restauração de sua posição perante os outros mais do que a punição do culpado. Parece ser através da justiça criminal a tentativa de transferência da humilhação e a vergonha ao acusado, colocando-o de alguma maneira em uma posição de inferioridade.¹⁴⁰³ A isso relaciona-se, também, outra faceta da honra, compreendida como sensibilidade à experiência de humilhação e vergonha.¹⁴⁰⁴

Essa parece ter sido uma das estratégias que imprimiam na justiça criminal uma dimensão simbólica ainda maior. Representava uma forma de vingar aos inimigos através de testemunhos – que, saliente-se, poderiam ser manipuláveis.¹⁴⁰⁵ Isso explicaria a ausência de conclusão de muitos casos, abandono das causas por parte dos queixosos e denunciante, bem

¹⁴⁰³ JOHNSON, LIPSETT-RIVERA, 1998, p. 3.

¹⁴⁰⁴ *Ibidem*, 1998.

¹⁴⁰⁵ MUCHEMBLED, 2012, p. 28.

como o estabelecimento de acordos, como foi o caso de Catarina, para que o ofensor evitasse maior humilhação e a parte acusadora evitasse maiores despesas com o procedimento criminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito, ainda, a se descobrir sobre as mulheres curitibanas e parnaguaras, sobre as normatividades e o jurídico colonial. O que se expõe nesse espaço de finalização da tese não apresenta o esgotamento do tema, há sempre mais a ser descoberto, as fontes mostram uma série de pistas e indícios a mais elementos da justiça bem como mais aspectos e particularidades das vivências femininas a serem desvendados. De todo modo, a partir da documentação histórica exposta e trabalhada acredita-se ser possível vislumbrar e compreender alguns pontos referentes a essas duas temáticas.

Esta tese pretendeu destrinchar os procedimentos criminais para que fosse possível examinar tanto características a respeito da justiça criminal quanto relativas às mulheres de Curitiba e de Paranaguá. Em prol de alguma didática, primeiramente expõem-se as considerações sobre a justiça criminal.

Primeiramente, as funções dos aparatos de justiça criminal locais eram marcadas por uma baixa punibilidade e a existência de uma ampla defesa aos culpados e acusados. Essa dinâmica, segundo Hespanha, assim o era também em terras metropolitanas, enfatizando a presença das estratégias de perdão régio e de processo criminal que permitiam livramentos dos crimes, solturas da prisão, rediscussão dos termos das culpas, amplas e reiteradas oportunidades de defesa dos réus e absolvição dos acusados. Os documentos trabalhados reforçam essa visão, apresentando – quando presente as decisões finais dos juízes ou ouvidores – a presença massiva da absolvição e da doação dos perdões das partes ofendidas. A questão do perdão remete à literatura do gênero espelho do príncipe e às questões de justiça que o cerca. Conforme os aconselhamentos, mais valia fomentar o amor que o temor dos súditos, a virtude da clemência régia e os deveres decorrentes da economia da graça eram a regra. Em um dos processos houve a cópia da ordem régia de perdão geral, à exceção de crimes determinados, que abarcou uma das personagens que estava aprisionada. Este processo, porém, não foi o único criminal encontrado com ordem régia de perdão. Foi o que adentrou aos recortes de análise, porém existe outro auto com a presença de uma mulher em que houve soltura do acusado em decorrência de perdão régio geral.

Essas são as estratégias de baixa punibilidade vistas por parte dos magistrados, todavia sustenta-se a existência de estratégias – com outras pretensões – oriundas das práticas dos personagens que compareciam ao juízo nas causas criminais. Muitos dos procedimentos não finalizaram por desinteresse ou ausência de recursos de pagamento das custas judiciais por parte

das ofendidas ou dos ofendidos. Duas das causas deixaram clara a falta de recursos para a continuidade, porém as demais não apresentaram essa argumentação para o abandono da acusação. O que se sugere é que o uso que os moradores das vilas faziam da justiça criminal intentava a humilhação, embasada na “lei da vergonha” de Muchembled, do ofensor, e aparentemente isso era logrado com o ingresso do ofendido com denúncia ou queixa e a consequente prisão – ou ameaça de prisão nos casos em que havia doação da carta de seguro. Ser chamado à justiça – ou ter 30 depoentes fazendo apontamentos das culpas – deveria ser algo cuja notícia espalhava-se rapidamente pelas vilas, e muito embora todas as narrativas tenham minúcias específicas de ambos os lados e muitas nuances, a informação que possivelmente se dissipava era a versão cujo conteúdo foi apresentado à justiça: portanto, de que aquela pessoa teria cometido o crime. Assim, a fama de ter cometido o delito se alastrava e, em conjunto com as atitudes de busca e captura pela justiça, talvez fosse o suficiente para a satisfação do desejo de vingança do ofendido.

Inclusive, imagina-se que no momento que alguém era levado à cadeia das vilas, todo o acontecimento deveria ser acompanhado por várias pessoas. O que também ficou claro ao longo do trabalho era que as vistas dos vizinhos estavam sempre presentes em todas as ocorrências – e a partir delas os boatos eram dissipados –, então os moradores da vizinhança dos locais nos quais as pessoas eram apanhadas (que deveriam ser usualmente nos arredores de suas moradas) muito provavelmente viam todo o acontecimento, acabavam acessando a informação de que o encarceramento ocorreu por causa de um crime específico e pronto, essas eram as informações que a vila iria estar sabendo.

A humilhação, então, era dupla: a pessoa ser levada pelas ruas pelo alcaide acompanhada pelos olhos dos seus conhecidos e tê-los afirmando que o crime havia sido “de fato” por ela cometido. Reflete-se, nesse ponto, se não havia algo a mais por parte da vizinhança além do olhar e falar. Será que, após a pessoa ser livrada do cárcere, receberia insultos pela rua? Será que mesmo depois de tempos passados do caso crime continuaria sendo chamada pela denominação do delito pelos vizinhos? Será que sofria algum castigo pelos seus pares que os processos crime não permitem acessar? Se a sociedade era amparada na violência e no proferimento de insultos, não é difícil de acreditar que isso fosse comum.

Talvez esses questionamentos auxiliassem a pensar o porquê das ofendidas e dos ofendidos prestarem a denúncia ou a queixa e, por muitas vezes, doavam os perdões. O objetivo do impacto social da justiça criminal teria sido alcançado, logo manter o procedimento judicial iria apenas render o pagamento de maiores custas.

A humilhação, assim, era um uso social da justiça. E ao que parece as mulheres, em prol de seus interesses e do que acreditavam merecer, utilizavam a justiça criminal nesse sentido. Uma característica que parece amparar essa hipótese é a baliza jurídica feita por Maria de Lemos, Escolástica Maria de Albuquerque e Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves. Todas ingressam com queixas e denúncia que não diziam respeito a ofensas contra si, mas sim contra outras pessoas. Maria e Escolástica ingressam com ação contra o estupro ocorrido, respectivamente, com sua filha e irmã, e Vitoria e Josefa interpõe libelo acusatório pela morte de seu irmão. Às mulheres era defeso ingressar com causa cuja ofensa não tivesse sido realizada contra elas mesmas, e foi exatamente o que ocorreu nesses casos mediante a alegação da existência de aleivosia, traição e injúria, atraindo ofensas para si. Isso poderia ter sido orientado pelo procurador, mas de todo modo é uma estratégia para que pudessem reclamar de ocorrências que lhes indignavam e ao menos intentar a humilhação daquele que elas sentiram que as insultou em suas honras. A sugestão pela humilhação se dá também em decorrência da forma como a causa de Maria finalizou: alegou não possuir mais recursos para o pagamento das custas e do procurador que a representava em juízo e abandonou o processo. Talvez tivesse alcançado seu objetivo.

Mas a estratégia não era vazia. É válido afirmar que os processos judiciais representam narrativas que deixam entrever que elas levavam a busca pela justiça régia como algo importante, sério.¹⁴⁰⁶ A obediência às formalidades dos procedimentos sugere atenção – o que não garantia o cumprimento – às normatividades que faziam parte do estatuto jurídico direcionado às mulheres, condicionando seus comportamentos. As dinâmicas e as redes de sociabilidades apresentadas pelas mulheres, bem como pelos homens nas causas contra as mulheres, permitem visualizar as tensões e os laços sociais. Dinâmicas de produção de evidências que direcionassem as causas a seu favor, respeitando as formalidades para a construção da validade processual.

A justiça criminal das vilas acabaria, na conclusão apontada acima, detendo uma atitude duplamente simbólica. Além da dimensão da clemência e da misericórdia régias, seria uma forma de “autorizar” à vizinhança a envergonhar cotidianamente a pessoa que houvesse sido processada, trazendo uma humilhação maior, mais efetiva e mais rápida do que alguma condenação que teria que passar pela revisão ao menos do ouvidor para que pudesse ser executada. Ou, também, seria o castigo possível para as condições institucionais da justiça criminal. De todo modo, simbolizada a mancha na honra do ofendido.

¹⁴⁰⁶ PAES, Mariana Armond Dias. Taking legal proceedings seriously. *Rechtsgeschichte Legal History*, Frankfurt, n. 25, pp. 363-365, 2017.

Esse era o impacto da justiça criminal no social, mas se sustenta que o movimento contrário também ocorria. A circulação dos pasquins – que não deveria ser rara na vila – foi, muito provavelmente, o que moveu à justiça para que fosse procedida a investigação aos crimes que estavam sendo ali apontados. Ainda, em situações mais sutis, como foi o aprisionamento de Francisca Alvares, é de se supor que o juiz ordinário já soubesse, previamente à expedição da pronúncia de captura, o envolvimento de Francisca na morte do recém-nascido de Rosa. A considerar que os boatos circulavam nas vilas, não se pode excluir dessas dinâmicas os oficiais camarários. Talvez algumas notícias chegassem propositalmente neles na esperança de, com alguma acusação vil, executar a humilhação de alguém. Isso não foi visto em nenhuma das fontes, o que indica pelo seguimento dos magistrados das formalidades mínimas para a culpabilização de alguém. Isto é, deveria haver alguma plausibilidade na denúncia para que se procedesse com a devassa, mesmo que este instrumento jurídico estivesse sendo utilizado como uma forma de perseguição e retaliação em decorrência de outros acontecimentos, como foi o caso de Catarina Pereira e Maria Pereira aprisionadas a mando do ouvidor Porto Carreiro.

A segunda consideração, e que tem sido afirmada e reafirmada pelas investigações dos historiadores do direito que trabalham com o acervo processual da Curitiba colonial¹⁴⁰⁷ é pela sofisticação na técnica jurídica por parte daqueles que operavam o direito régio (e o direito comum) nas vilas. O juiz ordinário e os procuradores manejavam o direito metropolitano de uma forma bastante técnica e amparada na burocracia padronizada pelas Ordenações Filipinas. Assim, a tese da rusticidade da administração da justiça das franjas imperiais¹⁴⁰⁸ não é vista aqui.

O conhecimento das Ordenações e das leis extravagantes, até das ordens régias por mais pontuais que fossem, é notável. Do ouvidor de comarca é uma prática que se espera, considerando sua formação na Faculdade de Leis, mas do juiz ordinário não. Ilustrado e nascido nos confins do império, aprendia com a prática o manejo das leis portuguesas, exercendo vários ofícios na câmara e acumulando a experiência das diferentes funções até conseguir ser eleito à de magistrado. Destaca-se, também, o manejo dos procuradores à literatura jurídica portuguesa e italiana em diversos conteúdos não apenas nas temáticas dos crimes mas no tocante às validades e nulidades das provas, das testemunhas e demais etapas processuais que estão presentes na seara criminal e na cível. Essa prática jurídica aparentemente era comum a considerar que, além de estar expressa em várias causas, era assim realizada com todos os

¹⁴⁰⁷ PEREIRA, L., 2009, 2012, 2016, 2020; ARAÚJO, D., 2016, 2012; BRIGHENTE, 2013; FURMANN, 2013; MASSUCHETTO, 2016.

¹⁴⁰⁸ Afirmada por Hespanha para os locais que fossem as periferias do Império (HESPANHA, 1994a).

outorgantes, fossem livres ou escravizados, de elite ou empobrecidos. O conhecimento tanto dos juízes ordinários quanto dos procuradores era tamanho que eles conseguiam adentrar às fissuras argumentais para atingir os interesses. Por parte dos juízes isso é mais sutil, mas mesmo assim possível de detectar; por parte dos procuradores é expresso já que quando atuavam em alguma causa era tomando um dos lados.

Este tema, e em especial os procuradores que demonstraram esse manejo, mereceria um estudo específico e aprofundado à parte. Nesse sentido, verificou-se que esses personagens atuam em várias demandas processuais ao longo da segunda metade do século XVIII e, no objetivo de encontrar registros de suas bibliotecas, buscou-se os inventários deles e o arrolamento de bens de outros inventários; infelizmente essa busca foi infrutífera, motivo pelo qual não constam maiores informações nesta tese.

Por derradeiro, o que se pode sustentar em considerações mais gerais quanto à justiça criminal é a presença dos cabos dos bairros. Buscou-se em outros documentos evidências desta nomenclatura para que restassem mais claras as extensões de atuação, mas a procura foi infrutífera sobretudo ao considerar que os meios de exercício dos cabos eram pautados pela oralidade, e todo o registro de sua atuação era feita pelos oficiais camarários. Podiam, em muitos procedimentos, apenas afirmar que o morador do bairro que exercia as funções de cabo havia trazido um sujeito detido à cadeia mas sem especificar quais foram as minúcias desse aprisionamento. De todo modo, embora o cabo do bairro que apareceu nas fontes tenha afirmado que foi investido desse poder pelo governador da capitania, parece ter sido essa uma atribuição sustentada pelo conselho camarário de Curitiba. É de se pensar que todos os bairros rurais da vila tinham um cabo responsável pelo apartar das brigas enquanto as freguesias possuíam os juízes de vintena escolhidos pela câmara. Nessa linha, questiona-se: será que a maior parte dos conflitos menores eram apartados por essa figura? Será que à justiça criminal só chegavam os casos em que o ofendido realmente fizesse questão de vingar-se da forma acima descrita, mediante a humilhação do ofensor? Como se acredita serem bastante comuns as brigas entre vizinhos, ou até nas lojas e vendas – supõe-se que os moradores tivessem de fato “línguas afiadas” –, será que esses casos cotidianos acabavam sendo solucionados pelo cabo de bairro? A essas perguntas não existem respostas que as fontes permitam formular, mas também é um ponto interessante a ser aprofundado por pesquisa específica.

Agora, mais detidamente quanto às mulheres. Da mesma forma que Krinski, conclui-se pelo amplo trânsito das jovens pelas vilas. Não apenas delas, mas de todas as mulheres encontradas nas fontes independentemente das idades. Não estavam restritas a espaços domésticos, saíam sozinhas, visitavam parentes e conhecidos, iam lavar roupas nos rios,

trabalhavam nas lavouras ou em vendas, iam buscar alimentos (como a farinha de mandioca, que talvez não fosse produzida por todas as casas) em outros locais. Enfim, há registros nas fontes dos seus trajetos, muito provavelmente, cotidianos.

Ademais, as narrativas construídas nos processos permitem ver não apenas os seus passos, mas também as suas relações. Com quem falavam, qual era a relação que mantinham com as pessoas das casas que frequentavam, quem recebiam em suas casas, quais eram suas amizades e quais eram as suas inimizades. Pois, as sociabilidades. Porém para estas não é possível afirmar uma ideia geral que abarque a maior parte delas, são demasiadamente relativas a cada caso, a cada personagem. Podem-se ressaltar algumas: a aparente permissibilidade da autoridade doméstica dada a mulheres como Ana de Ramos, Angela Maria Barbosa, Cecília Maria de Jesus, frente à aparente restrição dada a Ana Maria do Espírito Santo, Ana Michaela e Ana Gonçalves. Ressalte-se pelas semelhanças entre as mulheres desses dois grupos: as primeiras viviam, pelo que se pode inferir dos depoimentos, sob o poder das mães. Maria de Lemos (mãe de Ana) e a Francisca Pereira (mãe de Cecília) não foram encontradas como chefes de família nas listas nominativas, mas mesmo que houvesse a presença de um homem em casa parecia, nesses contextos, serem as mães as responsáveis pelas filhas, ou as se preocuparem com a honra das filhas a ponto de expressarem suas angústias a Josefa e Maria Francisca da Costa, testemunhas que relataram as conversas que tiveram com as mães. Ana Maria, Ana Michaela e Ana Gonçalves, por outro lado, pareciam ter dinâmicas familiares pautadas por uma maior violência; Ana Maria e Ana Michaela fugiram da casa dos pais por medo deles – que, como já citado, poderiam sentir ou utilizar como argumento em foro – e Ana Gonçalves foi surpreendida pelo irmão e pelo pai aos gritos e armados quando estava na companhia de Ângelo. Se dispararam tiros e feriram Ângelo em fuga, é de se imaginar que algum castigo direcionaram a Ana. Nesse espectro, ainda, cite-se Rosa Maria: ao mesmo tempo que estava grávida não sendo uma mulher casada – o que aponta para alguma permissibilidade –, Gonçalo ter supostamente levado a criança contra a sua vontade e lhe dado uma “palmada” repreendendo-a para que não chorasse aponta no outro sentido.

Isso parece apontar para a intensa complexidade das relações familiares e pela fluidez das normatividades que nessa esfera atuavam, não permitindo por uma conclusão geral a respeito. Não se pode concluir também que fatores como pertencimento a estratos sociais ou a grupos de pessoas não brancas interferiu nesses casos. Isto é, não se pode afirmar que famílias abastadas detinham necessariamente dinâmicas familiares violentas em defesa da honestidade das mulheres e, também, não é possível inferir que famílias empobrecidas ou não brancas eram marcadas por uma ampla flexibilidade dos valores morais relativos à honestidade das mulheres.

As três que detinham maior permissibilidade aparentemente são de estratos sociais que detinham alguma posse, enquanto Ana Michaela possuía ascendência indígena e não existe nenhum argumento do pai de Ana Gonçalves no sentido de suas influências locais em prol da honra da filha.

Outra dinâmica de sociabilidade passível de ser vista nas fontes é o conflito geracional entre as mulheres. Ana de Ramos (que tinha 26 anos), como supra mencionado, aparentava ter uma vivência com alguma permissibilidade, e sua mãe desabafou sobre seus comportamentos com Josefa do Rosário (uma senhora de 60 anos, bastante senil para a época). Esta, porém, ao testemunhas no caso ajuizado por Maria não pensou em auxiliá-la e “botar panos quentes” nas reclamações feitas pela mãe contra a filha e não as dar como argumento de defesa a José da Rocha Martins; pelo contrário, declarou tudo que havia sido dito e, talvez, fosse em reprovação aos comportamentos de Ana. Dessa mesma forma pareceu ter agido Maria Francisca da Costa (50 anos e dona viúva) em valoração aos comportamentos de Cecília Maria de Jesus.

As relações de amizade e de inimizade também são visíveis. Nesse sentido, os casos do acidente ocorrido entre Maria Palhana e Maria de Cubas foi o caso mais saliente de demonstração de que havia algum afeto entre elas. Além de estarem brincando juntas, Maria de Cubas expressou não querer que seus parentes ajuizassem demanda contra Maria Palhana caso falecesse. Talvez Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves também detivessem alguma relação próxima, possivelmente até conviviam na mesma casa, se pode ser considerada a acusação em conjunto contra Sebastião Palhano. A relação entre Ana Michaela e sua tia Leonor Gonçalves, casa para a qual fuge de sua família, possivelmente era ao menos pouco afetuosa para acolhê-la nessa situação. O suposto acolhimento e acompanhamento de Joana Ferreira a Rosa Maria no enterro da criança recém-nascida também sugere pelo mínimo de afeto entre as vizinhas. Por último, o acolhimento de Catarina Palhana por Maria Mendes e Tomásia Mendes após as “pancadas” que levava de Manuel podem direcionar ao mesmo sentido.

Dinâmicas hostis parecem ter existido entre Quitéria da Rocha Martins e sua escravizada Narcisa, que aparentemente foi levada a juízo por uma questão que pelo cruzamento das narrativas se leva a crer que não a envolvia. Talvez tenha sido mandada por Quitéria a buscar o menino para que não fosse vista e as culpas das “pancadas” pudessem recair sobre Narcisa; muito provavelmente a tenha obrigado a confessar o crime quando do requerimento da carta de seguro para que pudesse sair ilesa da acusação. E, ainda, a inimizade explosiva entre Vitoriana Pereira e Maria da Costa sugere uma rixa antiga entre vizinhas.

As fontes permitem concluir, também, que conheciam as normatividades existentes. Compreendiam – consciente ou inconscientemente – os extremos das ordens social e jurídica:

o escândalo e o tolerado, o ilícito e o lícito; isso permite afirmar que detinham noções de quais comportamentos ter perante os vizinhos para não extrapolar os limites do tolerado e do que afirmar quando eram levadas a juízo para não transpassar os limites do lícito. Do que as fontes mostram, ainda, esses contornos não correspondiam; o lícito era muito menor que o tolerado.

Um dos fatores que salientam isso é o próprio ajuizamento das causas. Há de se fazer a ressalva de que poderia haver um aconselhamento dos procuradores, mas de todo modo a própria busca por um representante no foro já demonstra o conhecimento das normatividades, do que era possível alegar em juízo e do que não era. Nessa esteira, salienta-se o uso das representações femininas circulantes, e compartilhadas pelas noções do direito criminal régio e do direito comum, na defesa de seus argumentos. Mesmo que as representações não fossem benéficas, em um sentido mais geral, às mulheres, retirando-lhes capacidades, imputando-lhes algumas limitações, eram por elas utilizadas de forma a beneficiá-las. Alegar representações vinculadas à fraqueza, à fragilidade, à imbecilidade, isto é, a características que lhes fossem apontadas como naturais, como a maternidade, eram uma forma de atingir, perante os oficiais – que compartilhavam do pensamento sobre as mulheres a partir dessas representações –, seus interesses. Portanto, no ajuizamento de querelas ou na apresentação de libelos acusatórios, era usual que o primeiro argumento fosse afirmar ser mulher honesta, devota e, quando pertencente a alguma família abastada e casada ou viúva, grave. Nas defesas era igualmente comum o levantamento de argumentos nesse sentido, como é o caso da maternidade.

As representações, assim, eram detidas de movimento e fluidez. Assim como imprimiam algumas incapacidades, apresentavam benefícios. Para além, sustenta-se que o próprio cotidiano e suas demandas faziam com que atuassem em papéis sociais igualmente dotados de fluidez. Natalie Zemon Davis já demonstrou como as percepções do masculino e do feminino estavam relacionadas à aceitação ou ao questionamento de normatividades da ordem social no período moderno¹⁴⁰⁹, portanto dotadas de movimento.

O amparo nas representações para o estudo das mulheres nos processos judiciais crime e das normatividades não intentou trabalhar na dualidade de opressão-resistência femininas, até porque a resistência explícita não é a tônica dos achados nas fontes sobre mulheres na América Portuguesa. A institucionalização de discursos sociais de inferioridade feminina é importante para a investigação sobre as vivências, assim como a consideração das capacidades de enfrentamento a normatividades que advinham desta lógica, mesmo que fosse adentrando às representações, aproveitando seus movimentos e utilizando-as em benefício próprio. Mesmo

¹⁴⁰⁹ DAVIS, Natalie Zemon. As mulheres por cima. In: DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna**: oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

que essa forma de enfrentamento, ou “resistência”¹⁴¹⁰, não tenham sido àquele momento suficientes para uma alteração de estrutura da sociedade, eram formas de atuação e estratégias pessoais das mulheres para que pudessem viver em melhores condições, em relações desejadas, rompendo com o estereótipo de reclusão e servidão doméstica.

As práticas jurídicas acompanhavam esse movimento e por vezes confundiam as searas da ordem social e da ordem jurídica. Ou seja, a justiça criminal poderia atuar em decorrência de escândalo e não na ilicitude. Aliás, normalmente, ao menos nas causas que envolveram mulheres, parecia que o ponto para que houvesse o acionamento da justiça nas causas em que o juiz ordinário ou o ouvidor tinham que tirar devassas era mesmo a ocorrência do escândalo. Do contrário, a justiça criminal não parecia estar inclinada a seguir de forma estrita o que era descrito como ilícito pela legislação régia. O concubinato parece ter sido a característica colonial mais saliente neste sentido, a considerar ser descrita pela maior parte dos historiadores que trabalham com questões matrimoniais.

O que se pôde vislumbrar das fontes coletadas neste trabalho é que as mulheres, mesmo que cercadas de normatividades que por vezes não lhe eram favoráveis, encontravam meios de acesso a condutas, relações, capacidades, competências tanto inseridas nas representações quanto fora delas.

¹⁴¹⁰ Salientadas por autoras como Mary Del Priore e Rachel Sohiet.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Manuscritas

Autos Judiciais

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC715.21, **Caixa 21**, Autuação de petição ao diante junta, 1749, 7 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC761.23 **Caixa 23**, Curitiba, Traslado de autos de livramento crime que vai expedido por apelação deste Juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá por fiel para a Relação da Cidade do Rio de Janeiro, A. a Justiça por seu Promotor; R. o Capitão Antônio da Silva Leme, 1750, 11 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC783.24 **Caixa 24**, Curitiba, Autos de sequestro feito nos bens dos Réus Antônio Pinto dos Reis e Luzia Pereira viúva que ficou do defunto Manoel Alvares de Siqueira pelo crime que a um e outro Resultou da morte feita ao dito Manoel Alves de Siqueira, 1751, 12 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC789.24, **Caixa 24**, Curitiba, Auto de vistoria feita as feridas de Maria de Cubas, 1751, 3 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1053.31, **Caixa 31**, Paranaguá, Autos crimes de livramento em que são partes A. a Justiça por seu promotor; RR. Pedro das Neves, sua mulher Catarina Pereira e sua filha Maria Pereira por envenenamento do Licenciado Jose Pessoa, 1755, 35 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1519.46, **Caixa 46**, Curitiba, Autos de libelo crime entre partes A.A. Vitoria Teixeira e Josefa Gonçalves, R. Sebastião Palhano, 1767, 3 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1713.52, **Caixa 52**, Paranaguá, Autos de livramento crime de José da Rocha Martins, 1771, 99 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1720.52, **Caixa 52**, Curitiba, Autos de libelo crime entre partes A. Escolástica Maria de Albuquerque R. João Antônio Moreira, 1771, 9 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1746.53, **Caixa 53**, Curitiba, Autuação de mandado entre partes A. João Antônio Moreira R. Angela Maria Barbosa, 1771, 7 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC1756.54, **Caixa 54**, Curitiba, Traslado de testemunhas da querela que deu Angela Maria Barbosa, 1771, 3 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2253.73, **Caixa 73**, Curitiba, Autos de livramento da querela que deu Antonio Dias de Camargo de Sua mulher Luzia Leite Barbosa e Jose de Souza Nunes, 1780, 7 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2357.78, **Caixa 78**, Curitiba, Traslado de Autos de Livramento crime entre A. A Justiça por seu Promotor e R. Francisco Ricardo de Oliveira, 1782, 44 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2393.80, **Caixa 80**, Curitiba, Autos de livramento crime entre A Justiça por seu Promotor – A. e o Tenente Antonio José do Prado – R., 1783, 22 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2438.81, **Caixa 81**, Paranaguá, Autos de livramento crime entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Quitéria da Rocha e sua escrava Narcisa, 1783, 9 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2594.88, **Caixa 88**, Curitiba, Traslado de autos de livramento crime que vão remetidos deste Juízo Ouvidoria de Paranaguá para a cidade e Relação do Rio de Janeiro entre partes abaixo A. A Justiça por seu Promotor, R. seguro Diogo Gonçalves morador de Santo Antônio da Lapa, 1786, 38 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2595.88, **Caixa 88**, Curitiba, Autos de livramento crime entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Diogo Gonçalves Ribeiro, 1786, 38 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2613.89 **Caixa 89**, Paranaguá, Traslado de autos crimes de agravo de injusta pronúncia, 1786, 9 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2614.89 **Caixa 89**, Paranaguá, Autos de livramento crime de Manoel escravo de Elias Barcelos, 1786, 26 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2627.89 **Caixa 89**, Curitiba, Autos de livramento crime em que são partes A. A justiça por seu Promotor e R. Quitéria Luiza de Azevedo, 1786.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2643.90 **Caixa 90**, Curitiba, Autos cíveis de petição de injuria, 1786, 37 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2644.90 **Caixa 90**, Curitiba, Autuação de nomes de testemunhas que deu a autora Vitoriana Pereira pedido pelos Réus Policarpo digo pelo Réu João Policarpo e sua mulher Maria da Costa, 1786, 3 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2656.91 **Caixa 91**, Curitiba, Autos de libelo crime, 1786, 29 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2776.97, **Caixa 97**, Curitiba, Traslado de uns autos de livramento crime que vão por deste Juízo Superior remetidos por Apelação para a Relação do Estado da Cidade do Rio de Janeiro, 1788, 16 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2782.97 **Caixa 97**, Curitiba, Autos cíveis e crimes, 1788, 10 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC2799.98, **Caixa 98**, Curitiba, Autos crimes que vão deste Juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá para a Superior Instância da cidade do Rio de Janeiro para a Relação, 1788, 19 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC3042.111 **Caixa 111**, Paranaguá, Autos crimes de livramento, 1799, 40 fls..

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC3044.111 **Caixa 111**, Paranaguá, Autos crimes de agravo de injusta pronuncia, 1799, 22 fls.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (APPR). PB045.PC3077.112, **Caixa 112**, Curitiba, Autos crimes de livramento entre partes A. A Justiça por seu Promotor, R. Cecilia Maria de Jesus, 1800, 18 fls..

Demais Fontes Manuscritas

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (ACMC). **Livro de Assentos dos Casados escravos, mulatos e bastardos**. nov./1762-jun./1784. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/>>; Acesso em: 26 set. 2020.

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (ACMC). **Livro de Batismos**. maio 1734-maio 1755. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/>>; Acesso em: 26 set. 2020.

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE Curitiba (ACMC). **Livro de Batizados dos Escravos e Administrados**. jan./1737-jan./1764. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/>>; Acesso em: 26 set. 2020.

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE Curitiba (ACMC). **Livro de Matrimônios**, mai. 1784-jan.1801. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/>>; Acesso em: 26 set. 2020.

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE Curitiba (ACMC). **Livro de Assentos dos Defuntos**. dez./1731-mai./1769. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/>>; Acesso em: 26 set. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 017-1, Cx. 70/Doc. 16351 (1), Projeto Resgate, Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU ACL CU 023, Cx. 1\Doc. 8, fls. 1 e 2, Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (1644-1830).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023, Cx. 1\Doc. 37 (1), Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (1644-1830).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023, Cx. 1\Doc. 57 (1)\Doc. 58 (1), Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (1644-1830).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL CU 023, Cx. 3\Doc. 187 (1), Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (1644-1830).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023, Cx. 4\Doc. 249\Doc. 250 (1)\Doc. 252, Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (1644-1830).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 2\Doc. 121, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 10\Doc. 1061\Doc. 1058, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 13\Doc. 1225 (2)\Doc. 2427, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 37\Doc. 3116 (1)\Doc. 3117 (1). Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 41\Doc. 3340 (1), Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 44\Doc. 3507 (2). Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 53\Doc. 4119 (3). Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 58\Doc. 4368 (1), Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 21\Doc. 2029 (1)\Doc. 2016 (1), Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL, CU, 023-01, Cx. 22\Doc. 2111\Doc. 2113, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL CU 023-01, Cx. 32\Doc. 2816, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU, ACL CU 023-01, Cx. 33\Doc. 2899, Projeto Resgate, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. ANTT PT/TT/CHR/U/1/32, Chancela Régia de Antônio Barbosa de Mattos Coutinho, 1772.

Impressas/Publicadas:

AMARAL, António Cardoso. **Liber Utilissimus Judicibus et Advocatis Compositus**. Tomo I. Coimbra: Apud Antonij Simoens Universitatis Typographi, 1729.

_____. **Liber Utilissimus Judicibus et Advocatis**. Tomo II. Coimbra: Apud Franciscum de Olyveira Universitatis Typographi, & Familiaris Sancti Officij, & Sumptibus suis, 1733.

ARAGÃO, António Barnabé de Elescano Barreto e. **Demetrio Moderno, ou o Bibliografo Juridico Portuguez**. Lisboa: Na Officina de Lirio da Silva Godinho, 1781.

ARQUIVO DO ESTADO DE São Paulo (AESP). **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. v. XXII, XXIII, XXXIV, XXXVIII, LVII. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

BARBOSA, Manuel. **Remissiones Doctorum ad Contractus, ultimas voluntates, et delicta spectantes**. In Librum Quartum, et Quintum Ordinationum Regiarum Lusitanorum. Lisboa: Ex officina Petri Craesbeeck, 1618.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua Portugueza** composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo Primeiro. A-K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789a.

_____. **Diccionario da Lingua Portugueza** composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo Segundo. L-Z. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789b.

_____. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712a (A).

_____. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712b (B-E).

_____. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1713 (F-J).

_____. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716 (L-N).

_____. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720 (O-S).

_____. **Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antônio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1727 (A-L).

_____. **Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa Occidental: Na Patriarcal Officina da Musica, 1728 (M-V).

BOTERO, Giovanni. **La Ragon di Stato**. Roma: Donzelli, 2009.

CABEDO, Jorge de. **Praticarum observationum, sive Decisionum Supremi Senatus Regni Lusitaniae**. Pars Prima. Antuérpia: Joannem Baptistam Verdussen, 1734a.

_____. **Praticarum observationum, sive Decisionum Supremi Senatus Regni Lusitaniae**. Pars Secunda. Antuérpia: Joannem Baptistam Verdussen, 1734b.

CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica judicial muyto útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, & advogar, & para todos os que solicitão causas nos Auditorios de um, & outro foro**. Coimbra: Officina de Antonio Simoes Ferreyra, 1730.

CASTRO, Manoel Mendes de. **Practica Lusitana Ab Emmanuele Mendes de Castro** In Conimbricensi Academia Lemniscato Legum Professore accuratissimè elaborata, et omnibus utroque foro versantibus utilissima, & necessária. Três tomos. Coimbra: Josephum Ferreyra: Universitat. Typograph, 1680.

_____. **Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal novamente recompiladas com as remissoens dos doutores todos do Reyno, que as declaram, & concordia das Leys de partida de Castella**. E agora novamente acrescentado, e addicionado nesta quinta impressão pelo Lecenciado Martim Alveres de Castro advogado da Casa da Supplicaçam, filho do Autor. Coimbra: Officina de Antonio Simoens Impressor da Universidade, 1699.

COUTINHO, D. Joaquim da Cunha de Azeredo. **Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boavista de Pernambuco**. Lisboa, 1798.

DECIANO, Tiberio. **Tractatus criminalis**. Tomus primus. Veneza: Franciscum de Franciscis Senensem, 1609; Frankfurt: Haeredum Christiani Egenolphi, Typis Ioannis Bringeri, Impensis verò, 1591, 1613; Tomus secundus. Turim: Haredem Nicolai Bevilaqua, 1593, Veneza: Franciscum de Franciscis Senensem, 1609.

DEUS, Frei Gaspar Madre de. **Memórias para a Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo e Noticias dos annos em que se descobrio o Brazil**. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920.

FARINACIO, Prospero. **Responsorum criminalium**. Liber primus. Veneza: Haeredes Georgij Varici, 1615.

_____. **Decisiones criminales**. Libri Secundi. Nuremberg: Wolfgangi Mauriti Endterl, 1720.

_____. **Praxis, et theoricæ criminalis amplissimæ**. Pars Prima. Lyon (Lugduni): Sumptibus Horatii Cardon, 1634; Veneza: Haeredes Iohannis Varici, 1695.

_____. **Praxis, et theoricæ criminalis amplissimæ**. Pars Tertia. Frankfurt: Prodit e Collegio Paltheniano, 1605; Lyon (Lugduni): Sumptibus Horatii Cardon, 1606.

FEBO, Melchior. **Decisionum Senatus Regni Lusitaniae**: in quibus multa quae in controversiam quotidie vocantur, gravissimo Illustrium Senatorum iudicio deciduntur: tomus primus. Lisboa: Ex Officina Georgii Roderici, 1623. BNP, S.C. 44403 V; Microfilme F. 4479.

FERREIRA, Manuel Lopes. **Pratica criminal expedida na fo'rma da praxe observada neste Reino de Portugal**. Tomos I a IV. Porto: Na Officina de Antônio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.

FREIRE, Pascoal José de Melo. **Codigo Criminal Intentado pela Rainha D. Maria I**. Segunda edição castigada dos erros. Corrector o licenciado Francisco Freire de Melo, sobrinho do autor. Lisboa: Typographo Simão Thaddeo Ferreira, 1823.

_____. **Ensaio do Codigo Criminal, a que mandou proceder a Rainha Fidelissima D. Maria I**. Composto por Pascoal José de Mello Freire, que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, offerece e dedica Miguel Setáro, a quem liberalmente o cederão em publica utilidade os dignos herdeiros de seu benemerito Autor. Lisboa, 1823.

_____. **Institutiones Juris Civilis Lusitani cum Publici tum Privati**. Livros I, II, III. Lisboa, 1789-1794. Tradutor Português: Miguel Pinto de Meneses. **Boletim do Ministério da Justiça**, Lisboa, ns. 161 a 171, 1967.

_____. **Institutionum Juris Criminalis Lusitani**. Liber singularis. Lisboa: Ex Typographia Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1794, Tradutor Português: Miguel Pinto de Meneses. **Boletim do Ministério da Justiça**, Lisboa, ns. 155 e 156, 1966.

GONÇALVES, Rui. **Dos privilegios e praeerogativas q ho genero feminino te~ por direito comu~ & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino**. Apud Jobanné Barreiu Regium Typographum, 1557.

_____. (autor); S., J. A. Presbit. (ed.). **Privilegios e prerogativas que o genero feminino Tem por direito commum, e Ordenações do Reino, mais que o genero masculino**. Lisboa: Na Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785 (Biblioteca Nacional de Portugal, S.C.14251P., Microfilme FG.1955).

IGREJA CATÓLICA. **O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim, e portuguez**: Dedicada, e consagra aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, Joaõ Baptista Reycend. Tomo I. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781a.

_____. **O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim, e portuguez**: Dedicada, e consagra aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, Joaõ Baptista Reycend. Tomo II. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781b.

LEITÃO, Mateus Homem. **Do direito lusitano – Dividido em três tratados. Agravos, Cartas de seguro, inquirições. Obra útil a todos os Professores de Leis e indispensável aos que trabalham nos tribunais**. Coimbra: Tipografia do Real Colégio das Artes, 1745. Tradução de António Manuel Hespanha. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Tomo I. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

_____. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Tomo II. Lisboa: Na Officina de Inácio Rodrigues, 1747.

_____. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Lisboa: Na Officina de Inácio Rodrigues, 1752.

MARCONDES, Moysés. **Documentos para a história do Paraná (1ª série)**. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil. 1923.

MASCARDO, Giuseppe. **De probationibus**. Volumen I-IV. Imp. Joan Feyerabendt, Sigism. Feyerabendt, Joan Syberti Heyl, 1585-1661.

MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1972.

NEGRÃO, Francisco (ed.). **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. I – Fundação da Villa de Curytiba (1668 a 1721). Curitiba: Impressora Paranaense, 1906.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. vol II – Cartas Régias, Provimentos, Alvarás, Resoluções, Vereanças de Curytiba. Curitiba: Impressora Paranaense, 1906.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. vol VI – Fundação da Villa de Curytiba (1693-1735). Curitiba: Livraria Mundial, 1908.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. VIII – Provimentos de Correições (1721 a 1812). Curitiba: Livraria Mundial, 1924.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. VIII. Curitiba: Livraria Mundial, 1924.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. XI Curitiba: Impressora Paranaense, 1924.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. XII. Curitiba: Impressora Paranaense, 1925.

_____. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**. Documentos para a história do Paraná. v. XVIII. Curitiba: Impressora Paranaense, 1925.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. I. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1926.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. II. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1927.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. II. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná

_____. **Genealogia Paranaense**. v. III. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1928.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. IV. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1929.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. V. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1946.

_____. **Genealogia Paranaense**. v. VI. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1950.

PEGAS, Manuel Álvares. **Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae**. Tomo quarto. Lisboa: Ex Typographia Ioannis A Costa, 1672.

_____. **Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae**. Tomo sexto. Lisboa: Antonii Leite Peretra, 1681.

_____. **Comentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae**. Tomo sétimo. Lisboa: Antonii Leite Peretra, 1682.

PORTUGAL. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, posteriores a' nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603**. Tomo I de LL., Alv., Etc. Que comprende os Reinados de Filippe II e III; e do Senhor D. João IV. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819a.

_____. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, posteriores a' nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603**. Tomo I de Decrett., Cartt., Etc. Que comprende os Reinados de Filippe II e III; e dos Senhores D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819b.

_____. **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603**. Tomo II. Que comprende o Reinado do Senhor D. José I até o anno de 1761 inclusivamente. Coimbra: Prensa da Universidade, 1810.

_____. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa**. Compilada e annotada por José Justino de Andrade e Silva. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

_____. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

_____. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774**. Lisboa: Na Typografia Maignense, 1829.

_____. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790**. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

_____. **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva, Bacharel Formado em Direito. 1657-1674**. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856.

_____. **Collecção Chronológica dos assentos das Casas da Supplicação e do Cível**. Quarta edição na qual vão inseridos na ordem Chronologica os cinco Supplementos as edições anteriores. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867.

_____. **Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772.** Livro II que contém os cursos jurídicos das Faculdades de Cânones e de Leis. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772.

_____. **Ordenações Filipinas. Livro I a V.** 14ª ed. (Recompiladas por Candido Mendes de Almeida segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1821). Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

_____. **Ordenações Manuelinas. Livro V.** Lisboa: Jacome Cromberger, 1521.

REBELLO, Bartolomeu Coelho Neves. **Discurso sobre a inutilidade dos esponsais dos filhos celebrados sem consentimento dos Pais.** Lisboa: Officina de Francisco Sabino dos Santos, 1773.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Monumenta. Provimentos do ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá (1721).** vol. 3. n. 10. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

SILVA, Innocência. **Diccionario Bibliographico Portuguez.** Tomo septimo. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862.

SORDO, Giovanni Pietro. **Consiliorum sive responsorum.** Liber Tertius. Turim, 1589; Veneza, 1596; Frankfurt: Officina Aubriana, 1616.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Classe dos crimes,** por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1803.

_____. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes.** Obra Posthuma. Tomo I. A-E. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1825.

_____. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes.** Obra Posthuma. Tomo II. F-Q. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1827a.

_____. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes.** Obra Posthuma. Tomo terceiro. R-Z. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827b.

_____. **Primeiras linhas sobre o processo criminal.** Segunda edição. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

VALASCO, Álvaro. **Consultationum, ac Rerum Iudicataruim in Regno Lusitaniae.** Livro Primeiro. Lisboa: Antonius Alvares Typographia, 1593.

_____. **Consultationum, ac Rerum Iudicataruim in Regno Lusitaniae.** Tomo Segundo. Lisboa: Georgij Rodrigues Typographia, 1601.

_____. **Decisionum, Consultationum ac Rerum Iudicararum in Regno Lusitaniae.** Livro Segundo. Genebra (Colloniae Allobrogum): Marci-Michaelis Bousquet & Sociorum, 1735.

_____. **Praxis partitionum et collationum inter haeredes, secundum ius regium Lusitaniae, & iuxta ius commune.** Coimbra, 1605; Frankfurt: Typis Antonii Humii, Sumptibus Wolfgang Endteri, 1649.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade:** propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimba em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta Capital. Livros I a V. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes, 1853.

VIEIRA, Frei Domingos. **Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa** pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Primeiro volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes; Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho; Pará: Antônio Rodrigues Quelhas, 1871.

_____. **Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa** pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Segundo volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873a.

_____. **Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa** pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Terceiro volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873b.

_____. **Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa** pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Quarto volume. Porto: Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873c.

_____. **Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa** pelo Dr. Fr. Domingos Vieira dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Quinto volume. Porto: Editores, E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

AGULHON, Maurice. **Política, imagens, sociabilidades**: de 1789 a 1989. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.

ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822. 1 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Edunb, 1993.

_____. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. A clausura feminina no mundo ibero-atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 32, pp. 95-113, 2012.

_____. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII. Recife, 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ALVES, Silvia. *Infirmas sexus, animi levitas*. Notas sobre a punição das mulheres na vigência das Ordenações Filipinas. **Revista *Duc In Altum***, Recife, v. 4, n. 6, pp. 9-62, jul./dez. 2012.

_____. **Punir e humanizar**. O direito penal setecentista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

ANDRADE, Elias Aves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 10-11, p. 149-172, 2009.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Andanças e paranças pelos sertões da área de irradiação paulista (1500-1899). **Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-bresilien**, Toulouse, n. 99, pp. 15-34, 2012.

_____. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia; BOTELHO, Tarcísio (orgs.). **Linhas e entrelinhas**: diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.

_____. O clero, as viúvas e as solteiras: matrimônio num vilarejo luso-americano. In: ANDREAZZA, Maria Luiza; BOSCHILIA, Roseli. **Portuguesas na diáspora**: histórias e sensibilidades. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

_____. ; NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes no Brasil, colonos e povoadores**. Curitiba: Editora Nova Didática, 2000.

_____; NADALIN, Sergio Odilon; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (orgs). **VIª Jornada Setecentista**. Conferências & Comunicações. Curitiba: Aos quatro ventos, CEDOPE, 2006.

_____; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: Editoria UFPR, 2001.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. Pelo rei, com razão: sobre as reformas pombalinas no campo jurídico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 452, p 15-50, 2011.

_____; SILVEIRA, Marco Antônio. Reparação e desamparo: o exercício da justiça através das notificações (Mariana, Minas Gerais, 1711-1888). **Topoi**, v. 13, n. 25, pp. 25-44, jul./dez., 2012.

ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **A Almotaxaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828)**. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. **Um “cartório de feitiçarias”**: direito e feitiçaria na vila de Curitiba (1750-1777). Curitiba, 2016. Tese (Doutorado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2016.

_____; STRICKER, Gabrielle. **Processo dos delitos e heresias**: um guia de leitura das Ordenações Filipinas (1603) e do Regimento Inquisitorial (1640). Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINKSY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, **Guia de Fundos**. 2021. Disponível em <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>>; Acesso em 01 dez. 2019.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Mulheres neoconvertas perante o Santo Ofício: como resistir ao Monstrum horrendum? In: SANTOS, Georgina Silva dos; GARCIA, Elisa Frühauf (orgs.). **Mulheres no mundo Atlântico**: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

BARLETA, Leonardo Brandão. **O sertão partido**: a formação dos espaços no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII). Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2013.

BELLINI, Ligia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Crime e castigo em Portugal e seu Império. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, jan./dez., pp. 244-231, 2000.

_____. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In: BICALHO, M. F.; FURTADO, J. F.; SOUZA, L. de M. e (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009a.

_____; FURTADO, Júnia Ferreira; SOUZA, L. de M. e (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009b.

_____; CUNHA, Mafalda Soares da. Corregedores, ouvidores-gerais e ouvidores na comunicação política. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRGIN, Haydée (ed.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

BLANCO, Marcio Munhoz. Entre Luzias e Marianas: vivências familiares de mães solteiras escravas no mundo rural (Campos de Viamão, 1747-c.1760). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

BLANCO CARRASCO, José Pablo. Una notación histórica sobre el delito de estupro hasta la codificación penal. In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

BONI, Maria Ighes Mancini de. **A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes – 1765-1785**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974.

BORELLI, Andrea. **Matei por amor: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais**. São Paulo: Celso Bastos editores, 1999.

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, pp. 291-313, jul./dez. 2006.

BOXER, Charles. **A mulher na expansão ultramarina ibérica (1415-1815): alguns factos, ideias e personalidades**. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

_____. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAGA, Isabel Drumond. **A bigamia em Portugal na Época Moderna**. Sentir mal do sacramento do matrimónio? Hugin Editores, 2003.

_____. A parenética franciscana ao serviço da Monarquia por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793). **Paralellus. Revista Eletrônica em Ciências da Religião**, Recife, v. 6, n. 12, p. 119-138, jan./jun. 2015a.

_____. **Cultura, Religião e Quotidiano**. Portugal (século XVIII). Lisboa: Hugin, 2005.

_____. O Brasil setecentista como cenário de bigamia. **Estudos em Homenagem a Luis Antônio de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

_____. **Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Lisboa: Hugin Editores, 2002.

_____. Punir a Violação, perdoar os Violadores: entre a justiça e a clemência no Portugal Moderno. In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

_____. Violência no Feminino, Violência sobre o Feminino. In: BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV a XIX**. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

_____. **Viver e Morrer nos Cárceres do Santo Ofício**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015b.

_____. ; MOURÃO, Maria Elsa. Género e Discurso Proverbial no Portugal Moderno. **Faces de Eva**, Lisboa, n. 33, pp. 83-102, 2015c.

_____. ; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita (coords). **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. Dossiê: A mulher no espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. **Vivência: história, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII – 1751-1800 segundo os registros paroquiais**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974.

CABRAL, Gustavo César Machado. **Literatura jurídica na Idade Moderna: as decisiones no reino de Portugal (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CAIN, Patricia. Feminist Jurisprudence: grounding the theories. **Berkeley Women's Law Journal**, v. 4, pp. 191-214, 1990.

CAMILO, Nathan. Nominação luso-brasileiras: um estudo de trajetórias femininas no extremo sul da América portuguesa entre o final do século XVIII e o início do século XIX. In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

CANDAU CHACÓN, Maria Luisa. Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidad y penitencia em la España moderna. **Manuscripts**, Barcelona, n. 25, pp. 211-237, 2007.

CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. **Lusitania Sacra**, 2 série, 11, pp. 21-57, 1999.

_____. **O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa, 2000. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.); DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (org.). **História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. **Justice et répression en Languedoc a l'époque des lumières**. Paris: Flammarion, 1980.

CAVANNA, Adriano. **Storia del diritto moderno in Europa**. Le fonti e il pensiero giuridico, v. II. Milão: Dott. A. Giuffrè Editore, 2005.

CAVAZZANI, André. As mulheres que foram: notas acerca de duas portuguesas na faze imigratória de transição. In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

_____. Nasceo a minha escrava Izabel filha de Catharina escrava de minha sogra: um balanço acerca dos usos do cativo por senhores portugueses no litoral paulista. **Anais do VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, maio 2015.

_____. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. São Paulo: Alameda, 2015.

_____. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII)**. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

CHAGAS, Paula Roberta. **Usos cotidianos do parentesco espiritual: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2010.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel Difusão Editorial, 1988.

CLAVERO, Bartolomé. **Antidora**: antropologia católica de la economía moderna. Milano: Giuffrè Editore, 1991.

_____. Gracia y derecho entre localización, recepción y globalización (lectura coral de las vísperas constitucionales de António Hespanha). **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Giuffrè Editore, Milano, n. 41, pp. 675-763, 2012.

_____. **Historia del derecho**: derecho común. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1994.
COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'além-mar**: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII). Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

COELHO, Ricardo Ribeiro. **O universo social das artes de curar**: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII). Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2012.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 127-140, 1998.

COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas**: as mulheres na América Portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

COSTA, Malena. El pensamiento jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas. **Revista Gênero e Direito**, n. 2, 2014.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. Coimbra: Almedina, 1996.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

CRAWFORD, Patricia; MENDELSON, Sara. **Women in early modern England. 1550-1720**. New York: Oxford University Press, 1998.

CRUZ, Ana Lúcia Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (orgs.). **Curitiba e seus homens-bons**: espaço e sociedade na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011.

D'CRUZE, Shani. Approaching the history of rape and sexual violence: notes towards research. **Women's history review**, v. 1, n. 3, 1993.

DAHL, Tove Stang. **An Introduction to Feminist Jurisprudence**. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987.

DAL RI JUNIOR, Arno; SONTAG, Ricardo. **Iluminismo e direito penal**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

DANTAS, Mariana. Mulheres e mães negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Almanack**, Guarulhos, n. 12, pp. 88-104, jan./abr. 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna**: oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary (org.); PINKSY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Ao Sul do Corpo**. Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____.; MÜLLER, Angélica (orgs.). **História dos crimes e da violência no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DONOSO, Igor Goicovic. Ámbitos de sociabilidade y conflictividad social en Chile tradicional. Siglos XVIII y XIX. **Revista Escuela de Historia**, a. 4, v. 1, n. 4, 2005.

DUVE, Thomas. Global legal history – a methodological approach. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, Frankfurt, n. 4, 2016.

ENGEL, Magali Gouvea. **Meretrizes e doutores**: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FACCHI, Alessandra. El pensamiento feminista sobre el derecho: un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dahl. **Academia. Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, a. 3, n. 6, pp. 27-47, 2005.

FACIO, Alda. **Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)**. San José, C.R.: ILANUD, 1992.

FARGE, Arlette. **Fragile lives**: violence, power and solidarity in eighteenth-century Paris. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

_____. L'espace public de la criminalité féminine. In: CADIET, Loïc; CHAUVAUD, Pauline Schmitt; TSIKOUNAS, Myriam (dir.). **Figures de femmes criminelles de l'Antiquité à nos jours**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010.

_____. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, João de Azevedo. **De cunhã a mameluca**: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. 2 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

FERNÁNDEZ, Macarena Cordero; CORRADI, Rafael Gaune; JERIA, Rodrigo Moreno (comp.). **Cultura legal y espacios de justicia en América**. Siglos XVI-XIX. Santiago de Chile: Universidad Adolfo Ibáñez, Dibam, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2017.

FERRARESI, Liliam Brighente. **Entre a liberdade e a administração particular**: a condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750). Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Escritos pelas paredes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 43, pp. 44-61, 2007.

_____. **O Averso da Memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1999.

_____; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Quitandas e quitutes**: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 54, pp. 50-61, 1985.

FINEMAN, Martha. Feminist Legal Theory. **Journal of Gender, Social policy & the Law**, v. 13, n. 1, 2005.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Apresentação. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no extremo sul (freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, 1772-1822). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson;

MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas**: as mulheres na América Portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

FURMANN, Ivan. **Cultura jurídica e transição entre colônia e império**: a experiência da ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Curitiba, 2013. Tese (Doutorado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2013.

GALVÃO, Rafael Ribas. **Relações amorosas e ilegitimidade**: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2006.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. In: SANTOS, Georgina Silva dos; GARCIA, Elisa Frühauf (orgs.). **Mulheres no mundo Atlântico**: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

GIL, Pedro Ortego. Condenas a mujeres en la Edad Moderna: aspectos jurídicos básicos para su comprensión. **Historia et ius. Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna**, n. 9, 2019.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

GOMES, Luciano Costa. As forras e a luta pela autonomia na América portuguesa: produção agrícola e pequeno comércio urbano em Porto Alegre, décadas finais do século XVIII. In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daissou; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas**: as mulheres na América Portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORENSTEIN, Lina. **A Inquisição contra as Mulheres**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Humanitas, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. A construção política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777). **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 23-45, 2013.

GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. Costelas de Adão: a desacreditação dos depoimentos femininos na Inquisição portuguesa. **Mátria Digital**, n. 5, pp. 221-247, nov. 2017/out. 2018.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A história do direito na história social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

_____. A historiografia jurídico-institucional e a “morte do Estado”. **Anuário de filosofía del derecho**, Madrid, n. 3, pp. 191-228, 1986.

_____. **A política perdida**. Curitiba: Juruá, 2010a.

_____. **Às vésperas do Leviathan**: Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994a.

_____. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **Como os juristas viam o mundo**. 1550-1750. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa, 2015.

_____. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milénio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

_____. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. **Anuario de Historia del Derecho Español**, Madrid, tomo LVII, pp. 493-578, 1987.

_____. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel. **Justiça e litigiosidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993a.

_____. Entre o padrão e o vernáculo. O que era o “Direito Português” no *De Jure Lusitano* (1645) de Mateus Homem Leitão. In: LEITÃO, Mateus Homem. **Do direito lusitano – Dividido em três tratados. Agravos, Cartas de seguro, inquirições. Obra útil a todos os Professores de Leis e indispensável aos que trabalham nos tribunais**. Coimbra: Tipografia do Real Colégio das Artes, 1745. Tradução de António Manuel Hespanha. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

_____. **Filhos da terra**: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa. Lisboa: Tinta da China, 2019.

_____. Form and content in early modern legal books. Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. **Rechtsgeschichte**, n. 12, pp. 12-50, 2008.

_____. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

_____. **Imbecillitas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010b.

_____. Is there place for a separated legal history? A broad review of recente developments on legal historiography. **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Florença, n. 48, pp. 7-28, 2019.

_____. **Justiça e litigiosidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993b.

_____. La economía de la gracia. In: HESPANHA, António Manuel. **La gracia del derecho**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993c.

_____. Lei e justiça: história e prospectiva de um paradigma. In: HESPANHA, António Manuel. **Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993d.

_____. **O Direito dos Letrados no Império Português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

_____. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 21, pp. 8-16, jan./mar. 1995.

_____. Os juristas como couteiros: a ordem na Europa ocidental dos inícios da Idade Moderna. In: HESPANHA, António Manuel. **A política perdida: ordem e governo antes da modernidade**. Curitiba: Juruá, 2010a.

_____. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994b.

HOXHA, Damigela. Donne criminali fra dottrina e prassi alla fine del XVIII secolo. **Historia et ius**. Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna, n. 9, paper 36, jun. 2016.

JAFFARY, Nora; MANGAN, Jane. **Women in colonial Latin América, 1526 to 1806**. Indianapolis: Hackerr Publishing Company, 2018.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: WEST, Robin. **Género y teoria del derecho**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2000.

JOHNSON, Lyman. Dangerous words, provocative gestures, and violent acts: the disputed hierarchies of plebeian life in colonial Buenos Aires. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

_____; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.) **The faces of honor: sex, shame and violence in colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

_____; LIPSETT-RIVERA, Sonya. Introduction. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

KAMM, Elke. "My virginity is my honour": women and honour in Tetrtskaro, Georgia. In: JACOBSEN, Grethe; WUNDER, Heide (eds.). **East meets West: a gendered view og lega**

tradition. Sixth Conference of the International Research Network “Gender Differences in the History of European Legal Cultures”. Budapest, March 10th-12th, 2011. Kiel: Solivagus-Verlag, 2015.

KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KATO, Allan Thomas Tadashi. Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstituindo espaços e a lógica de sua organização social. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 283-320, 2012.

_____. **Retrato urbano**: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. As normas do controle. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994a.

_____. Introdução. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994b.

KRINSKI, Marcia Luzia. **“Com doces palavras e felizes promessas”**: vivência de jovens na região do Paraná tradicional, segunda metade do século XVIII. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2003.

_____. **Promessas desfeitas**: documentação paranaense em processos do Juízo Eclesiástico da Diocese de São Paulo (1750 a 1796). Coleção Monumenta. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAS HERAS SANTOS, José Luis de. **La justicia penal de los Austrais en la corona de Castilla**. 2 ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

_____. La mujer y la moral en la legislación castellana de la Edad Moderna. **Historia et ius. Rivista di storia giuridica dell’età medievale e moderna**, n. 9, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVRIN, Asunción (coord.). **Sexualidad y matrimonio en la América hispánica**. México D.F.: Editorial Grijalbo, 1991.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajetórias de crioulos**: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760-c.1830). Curitiba,

2001. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado**: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998.

LOPES, Maria Antónia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (orgs.). **Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)**. Coimbra: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010.

_____. Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715. In: PIRES, Daniel; MACHADO, Fernando; FRANCO, José Eduardo; SEIXAS, Margarida; LOPES, Maria Antónia; ASSUNÇÃO, Paulo de; CALAFATE, Pedro; VENTURA, Ricardo; ALVES-DIAS, Susana (coords.). **Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa**: Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas. v. 14. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019, pp. 60-66.

_____. Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). ROSSI, Maria Antonietta (a cura di). **Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-xxi)**. Viterbo: Sette Città, 2017.

_____. Mulheres condenadas à morte em Portugal: de 1693 à abolição da pena última. In: BRAGA, Isabel Drumond; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita (coords.). **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

_____. **Mulheres, espaço e sociabilidade**: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

_____. **Mulheres, espaço e sociabilidade**: a transformação dos papéis femininos em Portugal na segunda metade do século XVIII. Coimbra, 1987. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987.

_____. *O Espelho de casados* (1540) do Dr. João de Barros: concepções sobre as mulheres, o casamento e a relação conjugal na obra e na época. In: FLECK, Eliane Deckmann; DILLMANN, Mauro (orgs.). **O universo letrado da Idade moderna**: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2019.

_____. Representations of women, marriage, and conjugal life in two 16th century Portuguese avant-garde authors: João de Barros and Rui Gonçalves. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.). **The City**: multifaceted views. Landscapes, heritage & territory collection. Braga: Lab2PT, 2019.

_____. Um jurista em busca da proteção das mulheres nos meandros da lei quinhentista. In: PIRES, Daniel; MACHADO, Fernando; FRANCO, José Eduardo; SEIXAS, Margarida;

LOPES, Maria Antónia; ASSUNÇÃO, Paulo de; CALAFATE, Pedro; VENTURA, Ricardo; ALVES-DIAS, Susana (coords.). **Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa**: Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas. v. 14. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019.

LOUSADA, Maria Alexandra. **Espaço urbano, sociabilidades e confrarias**. Lisboa nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Centro de História da Cultura Terramar, 1999.

_____. Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime. **Ler História**, Lisboa, n. 48, pp. 33-46, 2005.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACKINNON, Catharine. **Feminism Unmodified**. Boston: Harvard University Press, 1987.

MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás. Los impactos de la criminalidad en sociedades del Antiguo Régimen: España en sus contextos europeos. **Vínculos de Historia**, Ciudad Real, n. 3, pp. 54-74, 2014.

_____. **Conflitividad y disciplinamento social em la Cantabria rural del Antiguo Régimen**. Santander: Universidad de Cantabria, Fundación Marcelino Botín, 1997.

_____. Desviación, disciplina social e intervenciones judiciales en el Antiguo Régimen. **Studia Histórica, Historia moderna**, v. 14, pp. 223-243, 1996.

_____. Estupro, sexualidad y identidad em sociedades católicas del mediterráneo durante el Antiguo Régimen. In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro**: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

MARQUES, Rachel dos Santos. A presente, a ausente e a santa: as madrinhas no Rio Grande de São Pedro (1776-1795). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas**: as mulheres na América Portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

MARTÍNEZ LLORENTE, Félix. “Adónde irán los secretos?” Reflexiones en torno el estupro y el mercado matrimonial en la Edad Moderna, In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro**: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editoria Fiocruz, 2004.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3ª ed. Curitiba: Editora Guaíra, 1950.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MASSUCHETTO, Vanessa. **Os autos de livramento crime e a vila de Curitiba: apontamentos sobre a cultura jurídica criminal (1777-1800)**. Curitiba, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2016.

_____. PEREIRA, Luis Fernando Lopes. O rei como dispensador da graça: autos de livramento crime e cultura jurídica criminal em Curitiba (1777-1800). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 1, jan./mar. 2020.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 67-75, 1998.

_____. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, pp. 5-15, 2013.

MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal Vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Poder, administração e justiça**: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, Jeannie da Silva. O direito e o costume: mulheres brancas entre representações e práticas no século XVIII. **Mneme, Revista de Humanidades**, Caicó, v. 7, n. 16, pp. 211-229, 2005.

_____. **Sem embargo de ser femea**: as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no ‘direito local’ de Pernambuco no século XVIII. Recife, 2010. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MEQUELUSSE, Jair. **A população da vila de Paranaguá no final do século XVIII segundo as listas nominativas de habitantes**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, 1975. Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1975.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As grandes casas. In: MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal**. v. 2. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda. & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOREIRA, Júlio Estrella. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos**. Curitiba: Editora da UFPR, 1972.

MOTA, Guilhermina. Longos e penosos meses de noivado. Um processo de sponsais na Coimbra do século XVIII. **Revista Portuguesa de História**, t. XLIV, pp. 359-388, 2013.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NASH, Mary. Desde la invisibilidad a la presencia de la mujer em la historia: corrientes historiográficas y marcos conceptuales de la nueva historia de la mujer. **Nuevas perspectivas sobre la mujer: actas de las Primeras Jornadas de Invertigación Interdisciplinaria**, coord. Pilar Folguera, v. 1, pp. 18-37, 1982.

NEDER, Gizlene. **Illuminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NICOLAZZI JR., Norton Frehese. O almotacé na Curitiba colonial (1718-1828). In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; NICOLAZZI JR., Norton Frehese (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

NOVAIS, Fernando (dir.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 1. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OFFEN, Karen; PIERSON, Rith Roach; RENDALL, Jane (ed.). **Writing women's history: international perspectives**. Hampshire: Macmillan Press, 1992.

OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: RUIZ, A. (comp.). **Identidad femenina y discurso jurídico**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

OLTEAN, Crina. **A denúncia ao serviço da fé ou da vingança?** A delação inquisitorial e os seus efeitos. Lisboa, 2014. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2014.

PAES, Mariana Armond Dias. Taking legal proceedings seriously. **Rechtsgeschichte Legal History**, Frankfurt, n. 25, pp. 363-365, 2017.

PALOMO, Federico. "Disciplina christiana". Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamento social como categorias de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de História Moderna**, Madrid, n. 18, pp. 119-136, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Niterói, v. 12, n. 22, pp. 270-283, 2011.

_____. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, pp. 35-44, 1994.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-98, 2005.

_____; PINKSY, Carla Bassanezi (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007.

_____. **Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2015.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. A circularidade da *cultura jurídica*: notas sobre o conceito e sobre método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história do direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Cultura jurídica dos rústicos da América Portuguesa: juízes ordinários da vila de Curitiba no século XVIII. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Ilustração: cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

_____. Cultura jurídica dos rústicos na América Portuguesa: juízes ordinários da vila de Curitiba no século XVIII. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

_____. Direito dos letrados nos confins da expansão portuguesa: ouvidores régios de Paranaguá/São Paulo em Curitiba (1711-1738). **História do Direito: RHD**, Curitiba, v. 1, n. 1, pp. 12-32, jul./dez. 2020.

_____. Estruturas político-jurídicas na América Portuguesa: entre centro e periferia. **Primer Encuentro Latino Americano de Historia del Derecho y la Justicia**, Cidade do México, 2009.

_____. O Império Português: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **As formas do direito, ordem, razão e decisão**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. Súditos del-Rey na América Portuguesa: monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a 172, v. 452, jul./set., p. 51-86, 2011.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). **Posturas municipais – Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

_____; NICOLAZZI JR., Norton Frehese (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

_____; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para o bom regime da República: os ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). **Monumenta. Provimientos do ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá (1721)**. vol. 3. n. 10. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

_____; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Códigos de Posturas Municipais. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Posturas municipais Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2017.

_____; DUBY, George (dirs.); FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon (coords.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 3. Porto: Afrontamento, 1994.

_____; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, pp. 159-189, 2009.

POLETTI, Lizandro. **Pastoreio de almas em Terras Brazilis: a igreja católica no “Paraná” até a criação da Diocese de Curitiba (XVII-XIX)**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Artes e Letras, Universidade Federal do Paraná, 2010.

_____. **Pastoreio de almas em Terras Brazilis: a igreja católica no “Paraná” até a criação da Diocese de Curitiba (XVII-XIX)**. São Paulo: Dialética Editora, 2020.

PORTELA, Bruna Marina. Carambolas ou artes diabólicas: As mulheres e a feitiçaria na sociedade colonial do século XVIII. In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daissou; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

PREMO, Bianca. **The Enlightenment on trial: ordinary litigants and colonialismo in the Spanish Empire**. New York: Oxford University Press, 2017.

PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell’anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994.

PROSPERI, Adriano. **Dar a alma: história de um infanticídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. O feminismo como crítica do direito. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 4, n. 3, 2009.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 77-87, 1998.

_____. Epistemologia feminista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

REINHARD, Wolfgang. Disciplinamento sociale, confessionalizzazione, modernizzazione. Un discorso storiografico. In: PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Da ignorância e rusticidade”: os indígenas e a Inquisição na América portuguesa (séculos XVI-XIX). In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro. **Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAe), PPGH/UFSJ – Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei, 2019.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R.. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Algés: DIFEL Difusão Editorial S.A., 1998.

_____. Women and Society in Colonial Brazil. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 9, n. 1, pp. 1-34, maio 1977.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Mulheres na América e no Mundo Ibérico**. São Paulo: Humanitas, 2011.

_____. **A família brasileira**. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR, 2009.

_____. (org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

_____; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos (orgs.). **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. O corpo dos pecados: as representações femininas nos Reinos Ibéricos (1250-1350). **T.E.X.T.O.S. de H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, v. 9, n. 1/2, pp. 13-31, 2001.

SANTOS, Georgina Silva dos. Véus de heresia: freiras e donatas nas malhas da Inquisição portuguesa (século XVIII). In: SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa (orgs.). **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. 1 ed.. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa (orgs.). **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. 1 ed.. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Os homens-bons vão às urnas. In: CRUZ, Ana Lúcia Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (orgs.). **Curitiba e seus homens-bons: espaço e sociedade na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011.

SARMENTO, Clara (ed.). **Women in the portuguese colonial empire: the theatre of shadows**. Cambridge: Cambirdge Scholars Publishing, 2008.

SBRICCOLI, Mario. Giustizia criminale. In: SBRICCOLI, Mario. **Storia del diritto penale e dela giustizia**. Tomo I. Milano: Giuffrè Editore, 2009.

SCALES, Ann. Towards a Feminist Jurisprudence. **Ind. L.J., Indiana Law Journal**, v. 56, iss. 3, pp. 375-444, 1981.

SCHAAF, Mariza Budant. **A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes – 1786-1799**. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974.

SCHETINI JR., Ademir. Costurando fragmentos: cristãs-novas da Bahia e rota sefardita no século XVIII. In: SANTOS, Georgina Silva dos; GARCIA, Elisa Frühauf (orgs.). **Mulheres no mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SCHIERA, Pierangelo. Disciplina, Stato moderno, disciplinamento: considerazioni a cavallo fra la sociologia del potere e la storia costituzionale. In: PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994.

SCHILLING, Heinz. Chiese confessionali e disciplinamento sociale. Un bilancio provvisorio della ricerca storica. In: PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coord.). **Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra Medioevo ad Età Moderna**. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Colocando a mulher no seu devido lugar”: uma reflexão sobre a agência feminina: a freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos (orgs.). **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

_____. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; Silva, Jonathan Fachini da. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editoria Unisinos, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

_____. **Género e historia**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

SEABRA, Maria Judite. A mulher e o dote na segunda metade do século XVIII. **Antropologia Portuguesa**, Coimbra, v. 1, 1983.

SEELAENDER, Airtton Cerqueira Leite. A "polícia" e as funções do Estado: notas sobre a "polícia" do Antigo Regime. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, n. 49, p. 73-87, 2009.

_____. A longa sombra da casa. Poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do Antigo Regime à modernidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 178, n. 473, pp. 327-424, 2017.

SERRA, Pedro. Da figura à voz anônima. Aproximação aos *exempla* femininos no discurso moralístico sobre o casamento (sécs. XVI-XVII). **eHumanista Journal of Iberian Studies**, Santa Barbara, v. 1, pp. 98-118, 2001.

SILVA, Cristina Nogueira da, XAVIER, Ângela Barreto. **O governo dos outros: poder e diferença no Império Português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

SILVA, Edna Mara Ferreira da. **A ação da justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais: uma análise dos processos criminais da cidade de Mariana, 1747-1820**. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

_____. Poder, justiça e violência: aspectos do cotidiano na cidade de Mariana (MG) em fins do século XVIII. **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. Anpuh/SP, São Paulo, pp. 1-12, 2008.

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. Women in the Capitaney of Paraíba: a Legal History Approach to the Sources of Colonial Brazil. In: WEBER, Ulla (ed.). **Fundamental questions: gender dimensions in Max Planck Research Projects**. Baden-Baden: Nomos, 2021.

_____. **Nem teúdas, nem manteúdas: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822)**. Frankfurt: Max Planck Institute for European Legal History, 2020.

_____. O saber médico e o corpo das mulheres no Brasil colonial: a tradição médica da metrópole na Capitania da Paraíba. **Iberoamericana**, a. XIX, n. 71, pp. 145-172, 2019.

_____. Sexy legal history: mapping sexualities in a handbook. **Rechtsgeschichte – Legal History**, Frankfurt, n. 27, 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **Donas mineiras do período colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, pp. 75-96, 1995.

_____. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. ; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa; NEVES, Lúcia M. Bastos P.. **História de São Paulo colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, Maria Regina Tavares. O que se dizia sobre as mulheres. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 21, pp. 81-88, jan./mar. 1995.

SILVA, Salete Maria da. Feminismo jurídico: uma introdução. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, pp. 85-102 jan./mar. 2018.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas, 1735-1808**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMONTON, Deborah. Introduction. Writing women in(to) modern Europe. In: SIMONTON, Deborah (ed.). **The Routledge History of Women in Europe Since 1700**. London and New York: Routledge, 2006.

SMART, Carol. La teoria feminista y el discurso jurídico. In: LARRAURI, Elena (comp.). **Mujeres, derecho penal y criminología**. Madri: Siglo Veintiuno, 1994.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro no século XIX**. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. VIII, n. 2, pp. 407-438, 2001.

SOCOLOW, Susan Migden. **The women of colonial Latin America**. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2015.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e historia de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, pp. 77-87, 1998.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINKSY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 281-300, 2007.

SOUZA, Francielle de. **As mulheres chefes de domicílio na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1776-1797)**. Curitiba, 2019. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SPURLING, Geoffrey. Honor, sexuality, and the colonial church: the sins of Dr. González, Cathedral Canon. In: JOHNSON, Lyman; LIPSETT-RIVERA, Sonya (ed.). **The faces of honor: sex, shame, and violence in Colonial Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805)**. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

STRANGE, Carolyn. Femininities and Masculinities: looking backward and moving forward in criminal legal historical gender research. In: DUBBER, Mark; TOMLINS, Christopher. **The Oxford Handbook of Legal History**. Oxford Handbooks Online, 2018.

SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal Vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas de Ouro (1769-1831)**. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 2. Porto: Afrontamento, 1994.

TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita. **Cárcel de mujeres en el Antiguo Régimen**. Teoría y realidade penitenciaria de las galeras. Madrid: Editorial Dykinson, 2018a.

_____. El estupro em el Informe jurídico de Meléndez Valdés. Una visión ilustrada de un delito contra el honor familiar (1796). In: TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita; CORADA ALONSO, Alberto. **El estupro: delito, mujer y sociedad em el Antiguo Régimen**. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2018b.

_____. La fragilidad femenina y el albitrio judicial (s. XVIII). Entre la caridad y la equidad em los tribunales. **Tempos modernos**, n. 36, pp. 429-453, 2018.

_____; CORADA ALONSO, Alberto (ed.). **La mujer en la balanza de la justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)**. Valladolid: Castilla Ediciones, 2017.

TORRES, Max S. Hering; MARTÍNEZ, María Elena; NIRENBERG, David (ed.). **Race and blood in the Iberian World**. Zürich: LIT Verlag, 2012.

UNDURRAGA, Verónica; GAUNE, Rafael. Diálogos y propuestas historiográficas desde um espacio de disciplinamiento. In: UNDURRAGA, Verónica; GAUNE, Rafael (eds.). **Formas de control y disciplinamiento**. Lima: Uqbar Editores, 2014.

URIBE-URAN, Victor. **Fatal love: spousal killers, lar, and punishment in the late colonial Spanish Atlantic**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro Editoria Objetiva LTDA, 2000.

_____. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VANDENBOGAERDE, Sebastiaan; LELLOUCHE, Iris; DUFFULER-VIALLE, Hélène; DHALLUIN, Sébastien; DEBAENST, Bruno. **(Wo)Men in legal history**. Lille: Centre d'Histoire Judiciaire, 2016.

VAQUINHAS, Irene Maria. Mulheres que se injuriam, mulheres que se batem: alguns valores femininos vistos através de uma análise da delinquência em Coimbra (1850-1915). **Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa**, Coimbra, 1985.

_____. **Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

VÁSQUEZ, María Eugenia Albornoz. Violencias cotidianas en femenino: desbordes “naturales del sexo”... ¿o rendijas, cegueras y impotencias del orden? Chile, 1800-1874. In: DONOSO, Igor; VALLEJOS, Julio Pinto; Silva, Claudio Pérez (comp.). **Historia de la violencia en América Latina**. Siglos XIX y XX. Santiago: Ceibo Ediciones, 2013.

WEHLING, Arno. **Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Brasília: UnB, 1986.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça do Brasil Colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WESTPHALEN, Cecília. **Comércio exterior do Brasil Meridional**. Curitiba: CD Encadernações, 1999.

_____. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

_____.; CARDOSO, Jaime Antônio. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.); MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. O Antigo Regime – 1620-1810, v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

ZAMORA, Romina. **Casa poblada y buen gobierno**: oeconomia católica y servicio personal en San Miguel de Tucumán, siglo XVIII. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.

ANEXO I – LISTA DE JURISTAS

- Agostinho Barbosa (?-1649), filho de Manuel Barbosa, foi bacharel pela Universidade de Coimbra em direito romano, em 1648 tornou-se bispo de Ugento, em Nápoles, e foi autor de obras a respeito do direito privado e canônico, com destaque às questões metodológicas (MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Tomo I. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, pp. 54-60).
- Álvaro Valasco, (1526-1593) foi bacharel pela Universidade de Coimbra, da qual fora lente a partir de 1556. Transferiu-se à Lisboa em decorrência de um conflito contra Pedro Barbosa pela ocupação da “Cadeira do Digesto Velho” em Coimbra, foi advogado da Casa da Suplicação, em 1577 passou a Desembargador dos agravos na Casa da Suplicação. Deteve produção sobretudo a respeito do direito régio e à prática dos tribunais, mas foi autor também de comentários ao *corpus iuris*. Suas obras detiveram edições até aproximadamente 1735 (MACHADO, 1741, pp. 116-118).
- António Cardoso do Amaral (15??-16??) versado em cânones, foi reitor da Igreja de São Lourenço da Vila de Santarem entre 1598 a 1614. (MACHADO, 1741, pp. 230-231).
- António Gómez (1500-1572) espanhol, jurista e clérigo. Formou-se na Universidade de Salamanca e exerceu funções de arcebispo de Toledo. Sua obra mais disseminada refere-se a comentários às Leyes de Toro ().
- António Vanguerve Cabral (17??-??) foi bacharel pela Universidade de Coimbra, “Tendo administrado rectamente alguns lugares não querendo continuar no exercício de Ministro, se aplicou com grande desvelo a escrever diversas obras em benefício dos Juizes, e Advogados (...)” (MACHADO, 1741, p. 409).
- Belchior Febo (?-1632) foi bacharel pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Suplicação, (MACHADO, 1741, pp. 490-491).
- Domingos Antunes Portugal (?-1677) foi bacharel pela Universidade de Salamanca e, após exercer ofícios régios em “varios lugares em benefício da Republica”, foi conservador da Universidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto, da Casa da Suplicação e Deputado do Conselho Ultramarino. (MACHADO, 1741, p. 707).
- Giacomo Menochio (1532-1607) nasceu em Pavia, doutorou-se dos estudos jurídicos em 1549, foi docente da Universidade de Pavia e no Studium de Mondovi e a maior parte de sua produção doutrinária trata de direito canônico. (Valsecchi, Chiara. Giacomo Menochio. Giuseppe. **Dizionario Biografico degli italiani**, v. 73, 2009).
- Giovanni Pietro Sordo (1544/1548-1598) doutorou-se em estudos jurídicos em 1567 na Universidade de Pavia, foi senador e embaixador do duca de Mantova durante o pontificado de Clemente VIII. Foi membro do Supremo Tribunal de Monferrato e em 1595 retornou ao Senado de Mantova assumindo a presidência. A doutrina que produzira foi em grande medida a partir do desempenho de suas funções no senado, versando sobre técnicas argumentativas e fundamentos do direito comum utilizados. (MASSETTO, Gian Paolo. Giovanni Pietro Sordo. **Dizionario Biografico degli italiani**, v. 93, 2018).
- Giuseppe Mascardo (1540/1545-1585/1587) nascido em Sarzana, parte da aristocracia local e doutorado em estudos jurídicos em 1565. Viveu na corte do *duca* de Urbino e exerceu funções na cúria. Produziu doutrina sobre o direito comum e, segundo Lorenzo Sinisi, foi um dos primeiros juristas italianos a tratar de estudos humanistas (SINISI, Lorenzo. Giuseppe Mascardi. **Dizionario Biografico degli italiani**, v. 71, 2008).
- Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1796-1870) bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, foi escrivão do crime de Alfama (1778), oficial da guarda da Alfândega (1811), escrivão do geral e da câmara de Arruda (1817). Foi, juntamente com Melo Freire, um dos autores mais disseminados na doutrina jurídica de começo do século XIX. Inovou nos métodos doutrinários quanto aos manuais praxistas, e apresentou obras com novas divisões das matérias jurídicas (BARAHONA, Henrique. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa e as “primeiras linhas” da modernidade jurídica luso-brasileira (sécs. XVIII/XIX). **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**, Rio de Janeiro, 2014).

Jorge de Cabedo (15??-1602), filho de Miguel de Cabedo (desembargador dos agravos, chanceler e presidente da alçada da Beira, Minho, Trás-os-Montes), tornou-se bacharel pela Universidade de Coimbra estudando direito canônico e ingressou no Real Colégio de São Paulo em 1575. A partir de 1583 foi desembargador dos agravos na Casa da Suplicação, em 1590 procurador da Coroa, em 1597 Chanceler da Casa da Suplicação. Foi também Conselheiro de Portugal na Corte de Madri, cavaleiro da Ordem de Cristo, guarda-mór da Torre do Tombo (MACHADO, 1747, p. 794-795).

Manuel Alvares Pegas (1635-1696) foi bacharel pela Universidade de Coimbra, patrono de causas forenses, advogado da Casa da Suplicação, procurador das Mitras de Lisboa, Braga, Évora e Lamego, promotor da “Bula da Cruzada”. (MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica**. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, pp. 174-177).

Manuel Barbosa (1546-1639) foi bacharel pela Universidade de Coimbra, advogado de causas forenses em Porto e procurador da Fazenda Real. (MACHADO, 1752, p. 191-192).

Manuel Lopes Ferreira (?-?) foi bacharel em Direito Pontifício pela Universidade de Coimbra, Ouvidor do Algarve e Corregedor de Lamego e “querendo mostrar como estava perito na pratica da Jurisprudencia. Compoz *Pratica Criminal expendida na forma da Praxe, observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, Regimentos, e Doutores*. Tom. I Lisboa na Officina Ferreiriana 1730. fol. Tom. 2. ibi na mesma Officina 1731. fol. Tom. 3. ibi na mesma Officina 1733. fol. Tom. 4. ibi. Na mesma Officina. 1733. fol.” (MACHADO, 1752, p. 296).

Manuel Mendes de Castro (15??-16??) aprendeu em Portugal as “letras humanas” e bacharelou-se na Universidade de Salamanca. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1587 em substituição a algumas “cadeiras vagas” (principalmente a dos “três livros do Codigo”, contudo nunca fora constituído enquanto lente. Foi advogado na Corte de Madri, em Lisboa em 1604, procurador da Coroa na Casa da Suplicação e um famoso jurisconsulto. (MACHADO, Diogo 1752, pp. 309; HESPANHA, António Manuel. **Como os juristas viam o mundo**. Lisboa: 2015).

Mario Giurba (1561/1594-1649) nasceu em Messina, doutorou-se nos estudos jurídicos em Pisa em 1587. Atuou nos foros de tribunais seculares e eclesiásticos, incluindo o Tribunal do *Concistoro* e o Tribunal do Santo Officio. Produziu doutrina pautada pela atuação nos tribunais, sobretudo nos especificamente citados, dissertando, portanto, sobre direito canônico e direito comum. (NAPOLI, Maria Teresa. Mario Giurba. **Dizionario Biográfico degli italiani**, v. 57, 2001).

Pascoal José de Melo Freire (1738-1798) formou-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra e dela foi lente a partir de . Foi um dos juristas mais salientes ao longo da segunda metade do século XVIII, contribuindo para a dissipação das políticas pombalinas e a aplicação dos Estatutos Pombalinos de 1772 na Universidade de Coimbra, desenvolvendo compêndios para o ensino conforme a proposta pedagógica pombalina. Contribuiu, também, nos debates acerca do Código de Direito Público e Código Criminal em Portugal durante o reinado de Maria I. (MERÊA, Manuel Paulo. **Estudos de História do Direito**. Coimbra: Casa França & Armênio, pp. 27-29).

Rui Gonçalves (?-15?) fora um jurista licenciado em Direito Civil e em Direito Canônico e, com nomeação em outubro de 1539, tornara-se lente na Universidade de Coimbra. Lecionou na cadeira de Instituta, de Digestus e, segundo os registros de Machado, ensinou sobre jurisprudência especulativa. Após o tempo enquanto lente em Coimbra, fora à Lisboa atuar como advogado na Casa da Suplicação. Além da obra analisada nesta seção, é atribuída à sua autoria o *Tratado sobre a expedição dos perdoens que concedem os Reis de Portugal*, obra sem datação impressa anonimamente em Lisboa (SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **Direito e Gênero: Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal no séc. XVI (1521-1603)**, Goiânia, 2007, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, p. 49; MACHADO, 1752, p. 661).

Tiberio Deciani (1509-1582) nasceu em Udine, teve base de estudos em humanismo, formou-se em 1529, desempenhou funções na Universidade de Pádua e junto ao *doge* de Verona. Suas publicações versam sobre a prática jurídica do direito comum, sendo a obra *Tractatus criminalis*, editada em 1590, 1591, 1593 e 1614, uma das mais disseminadas. (SPAGNESI, Enrico. Tiberio Deciani. **Dizionario Biográfico degli italiani**, v. 33, 1987).

ANEXO II – LISTA DE TESTEMUNHAS

1 CRIMES CONTRA A ORDEM MORAL

1.1 Estupro

1.1.1 Caso de Ana de Ramos (APPR. PB 045.PC1713.52, 1771)

Testemunhas de Maria de Lemos

Anna Gonçalves Ramos, mulher “parda”, 40 anos, mulher de Ignacio da Silva, vivia de “sua agência”, natural e moradora de Paranaguá.

Antônio Jose Soares, 31 anos, casado, alfaiate, natural da vila e praça de Santos e morador de Paranaguá.

Caetano Feles de Assumpção, 47 anos, solteiro, alfaiate, natural da cidade do Rio de Janeiro e morador de Paranaguá.

Escolástica Maria de Godoy, 25 anos, casada, vivia de sua agência de lavoura, natural da vila de Mogy das Cruzes termo da cidade de São Paulo e moradora de Paranaguá.

Ignacio da Silva Borges, 56 anos, casado, alfaiate, natural da vila e praça de Santos, morador de Paranaguá.

Ilena Maria da Conceição, 24 anos, solteira, vivia de “suas agências”, natural da vila e praça de Santos e moradora de Paranaguá.

Izabel filha de Domingos Mathozo, 25 anos, solteira, vivia na casa de seus Pais, natural e moradora de Paranaguá.

Testemunhas de José da Rocha Martins

Bernarda Barro Mathoza, 50 anos, casada com Domingos Mathozo, vivia de “sua agência”, natural e moradora de Paranaguá.

Domigos Mathozo, 60 anos, casado com Bernarda Mathoza, vivia de “sua agência”, natural e morador de Paranaguá.

Euzebio Gonçalves Carvalho, 33 anos, solteiro, vivia de ser meirinho geral da ouvidoria, natural da cidade do Rio de Janeiro, e morador de Paranaguá.

Ignacio Joseph da Silva, 40 anos, solteiro, vivia de “seu negócio”, natural e morador de Paranaguá.

José Caetano da Silva, 25 anos, solteiro, vivia de “sua agência”, natural e morador de Paranaguá.

José Nunes Santiago, 23 anos, casado, sapateiro e carcereiro, natural e morador de Paranaguá.

Josefa do Rosario, 60 anos, viúva, vivia de suas lavouras, natural da Ilha de São Jorge, e moradora de Paranaguá.

Maximiliano de Castilho, 28 anos, casado, sapateiro, natural da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier e morador de Paranaguá.

Manoel Martins Barbosa, 52 anos, casado, vivia de ser procurador dos auditórios, natural da Freguesia de Santa Maria de Carvoeiro Arcebispado de Braga e morador de Paranaguá.

1.1.2 Caso de Angela Maria Barbosa (APPR. PB 045.PC1756.54, 1771; APPR. PB 045.PC1746.53, 1771; APPR. PB 045.PC1720.52, 1771)

Testemunhas de Angela Maria Barbosa

Francisco Xavier, 38 anos, solteiro, vivia de suas lavouras, morador no bairro da Boa Vista distrito de Curitiba.

João Alvares de Aguiar, 30 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador do bairro da Boa Vista distrito de Curitiba.

João José, 18 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, morador de Curitiba.

1.1.3 Caso de Ana Maria do Espírito Santo (APPR. PB 045.PC2393.80, 1783)

Testemunhas de Ana Maria do Espírito Santo

Antonio Teixeira de Freitas, 33 anos, casado, carpinteiro, morador de Curitiba.

João Alvares da Conceição, 25 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Sebastiana Cardoso, 40 anos, viúva, vivia de suas roças, natural e moradora de Curitiba.

1.2 Rapto, adultério e incesto

1.2.1 Caso de Luzia Leite Barbosa (APPR. PB045.PC2253.73, 1780)

Testemunhas da querela de Antônio Dias de Camargo:

Felipe da Cruz e Silva, 35 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no bairro de Tinguiquera, distrito de Curitiba.

Paulo de Chaves de Siqueira, 48 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no bairro de Tinguiquera, distrito de Curitiba.

Theodozio Esteves do Reis, 51 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no bairro de Tinguiquera, distrito de Curitiba.

1.2.2 Caso de Ana Michaela (APPR, PB 045.PC2357.78, 1782)

Testemunhos da devassa:

Alexandre Alvares da Silva, 34 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.

Antônio Ferreira de Faria, 31 anos, casado, minerador, morador na Capela do Tamanduá distrito de Curitiba.

Antônio Gonçalves Padilha, 40 anos, casado, vivia de seus negócios de vender e comprar gados, morador no Rodeio distrito de Curitiba.

Antônio José Teixeira, 50 anos, casado, vivia de seu negócio, morador na Capela do Tamanduá distrito de Curitiba.

Antônio Lopes Teixeira, 55 anos, viúvo, alfaiate, morador na Capela do Tamanduá distrito de Curitiba.

Balthazar Pacheco Soares, 28 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no Campo Largo distrito de Curitiba.

Joaquim Barbosa, 30 anos, vivia de conduzir tropas no caminho do sertão, morador de presente na Capela do Tamanduá distrito de Curitiba.

Braz Alvares, 37 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba;

Custódio Alvares de Moura, 63 anos, casado, vivia de seu negócio, morador nos Campos Gerais distrito da vila de Curitiba.

Domingos Antônio, 59 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no cercado de Santa Quitéria nos Campos Gerais distrito de Curitiba.

Domingos Ribeiro, 35 anos, casado, vivia de criações, morador na fazenda de Tayacoca, em Curitiba.

Francisco Dias Palhano, 57 anos, casado, carpinteiro, morador de Curitiba.

Francisco Lourenço, 56 anos, casado, vivia de suas ganancias, morador na Fazenda de Combipé nos Campos Gerais, distrito de Curitiba.

Francisco Martins, 33 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador na Capela do Tamanduá, distrito de Curitiba.

Francisco Mendes da Costa, 44 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador nos Campos Gerais, distrito de Curitiba.

Francisco Rodrigues da Costa, 50 anos, casado, minerador, morador nas minas do Itaembé, distrito de Curitiba.

Inácio Antunes Maciel, 25 anos, homem casado, sapateiro e morador no bairro da Ponta Grossa Campos Gerais, distrito de Curitiba.

Jeronimo da Silva Araújo Travassos, 50 anos, solteiro, minerador, morador no bairro da Ponta Grossa Campos Gerais, distrito de Curitiba.

João de Barros de Araújo, 67 anos, casado, minerador, morador nas minas do Itaembe distrito de Curitiba.

João Francisco de Oliveira, 40 anos, casado, minerador, morador no Itaembé distrito de Curitiba.

João Pedro da Costa, 37 anos, casado, alfaiate, morador da vila de Curitiba.

Jose Antunes Maciel, 32 anos, homem casado, sapateiro e morador nos campos gerais baixo da Ponta Grossa, distrito de Curitiba.

José da Silva Cunha, 37 anos, solteiro, viandante “que anda no caminho do sertão com tropas de animais”, natural de Pindamonhangaba mas estando nos Campos Gerais “há tempos”.

José Ferreira Pinto, 36 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no cercado da Ponta Grossa, distrito de Curitiba.

José Ferreira Prestes, 28 anos, solteiro, minerador, morados nas minas do Itaembé, distrito de Curitiba.

José Lopes da Silva, 30 anos, casado, ferreiro, morador na região da Capela do Tamanduá, distrito de Curitiba.

Mathias de Freitas de Sampaio 53 anos, casado, agricultor e morador nos campos gerais, distrito de Curitiba.

Mathias Leite Soares, 51 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador na Capela do Tamanduá, distrito de Curitiba.

Miguel Serra, 70 anos, casado, fazendeiro, morador na Fazenda dos Porcos, em Curitiba.

Pedro Alvares Barreto, 50 anos, casado, agricultor e morador nos Campos Gerais, distrito de Curitiba.

Testemunhas de Francisco Ricardo de Oliveira

Inácio Antunes Maciel, citado acima.

José Antunes Maciel, citado acima.

José da Silva Cunha, citado acima.

Mathias de Freitas Sampaio, citado acima.

Pedro Alvares Barreto, citado acima.

1.2.3 Caso de Cecília Maria de Jesus (APPR, PB 045.PC3077.112, 1800)

Testemunhas da devassa:

Antônio Moreira dos Santos, 34 anos, casado, oleiro, natural de Paranaguá e morador de Curitiba.
 Inácio Lustosa de Andrade, 33 anos, alferes das milícias, casado, nascido e residente na vila de Curitiba.
 Joaquim Eusébio Gonçalves, 48 anos, casado, carpinteiro, nascido na comarca de Barcelos, Arcebispado de Braga, e morador em Curitiba.
 Luis Gomes da Silva, 33 anos, casado, músico, nascido em Paranaguá e morador em Curitiba.
 Maria Francisca da Costa, 50 anos, dona viúva, que vivia de seu negócio de fazenda seca, natural e moradora de Curitiba

1.3 Tratos ilícitos

1.3.1 Caso Ana Gonçalves (APPR. PB 045.PC2594.88, 1786; APPR. PB 045.PC2595.88, 1786; APPR. PB045.PC2776.97, 1788; APPR. PB 045.PC2799.98, 1788)

Testemunhas da devassa:

Afonso de Macedo Araújo Castro, 55 anos, viúvo, vivia de suas lavouras e de minerar, morador de Curitiba.
 Antônio Gomes de Souza, 45 anos, vivia de sua lavoura e de “sua agência, natural dos Campos dos Itacazes, morador de Curitiba.
 Braz Alvares Natel, 44 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, natural da Ilha de São Sebastião, morador de Curitiba.
 Francisco de Almeida Lopes, 32 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de Arassuasuna, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Francisco Esteves de Oliveira, 36 anos, solteiro, vivia de suas lavouras e de conduzir tropas no caminho do sertão, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Francisco Gomes, 26 anos, solteiro, vivia de conduzir tropas no caminho do sertão, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Francisco Teixeira Camelo, 50 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil e de ser sapateiro, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Francisco Teixeira Coelho, 39 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Gaspar Correia Lobo, 40 anos, casado, sapateiro, natural das minas de Vila Rica, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Inácio Dias de Meira, 34 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Inácio Fernandes Paes, 50 anos, viúvo, vivia de ganho no caminho do sertão, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Inácio José do Prado, 20 anos, alfaiate, natural e morador de Curitiba.
 Jerônimo Gomes de Siqueira, 41 anos, casado, alfaiate, natural de Paranaguá, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Jerônimo Rodrigues da Cunha, 46 anos, casado, ferreiro, morador no bairro Tinguquera, distrito de Curitiba.
 João Leonardo de Assunção, 40 anos, solteiro, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.
 João Pereira de Azevedo, 58 anos, latoeiro, natural de Paranaguá, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Joaquim dos Anjos Pereira, 26 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, natural e morador de Curitiba.
 Joaquim Ferreira Terra, 45 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Joaquim Vicente, 53 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, natural da Ilha Terceira, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 José Pires de Moraes, 15 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Manoel Alvares de Siqueira, 36 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Manoel da Luz Colasso, 47 anos, casado, alfaiate, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Manoel Domingues Leitão, 63 anos, solteiro, vivia de minerar, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Manoel Gonçalves de Araújo, 29 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural do Rio Grande de São Pedro, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Manoel José, 62 anos, alfaiate, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Manuel da Veiga do Prado, 63 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de Jacareí, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.
 Pedro Alvares de Oliveira, 30 anos, vivia de suas lavouras, natural de Curitiba, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.

Pedro de Moraes, 20 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de Mogi de Santa Ana, morador no rossio de Curitiba.

Salvador de Lima Madureira, 25 anos, solteiro, vivia de suas lavouras, morador na Freguesia de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.

Thomas José Gonçalves de Almeida, 27 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, natural e morador de Curitiba.

Testemunhas de Diogo Gonçalves:

Francisco Antônio de Oliveira, 43 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de vila boa de Goias, morador em Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.

João Manoel Batista de Castilhos, 49 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.

José Correia Porto, 42 anos, casado, natural de Portugal, morador em Santo Antônio da Lapa, distrito de Curitiba.

Testemunhas de Ângelo de Chaves de Siqueira:

José Alvares, 26 anos, casado, vivia de suas lavouras e de conduzir tropas de animais no caminho do sertão, morador na freguesia de Santo Antônio da Lapa,

Manoel da Veiga do Prado, acima citado, compadre de Ângelo.

Pedro Alvares de Oliveira, acima citado.

2. CRIMES CONTRA A VIDA E A INTEGRIDADE DAS PESSOAS

2.1 Homicídio e Envenenamento

2.1.1 Caso de Francisca Alvares e Rosa Maria (APPR. PB 045.PC3042.111, 1799).

Ana Maria do Rosário casada, 44 anos, “que vive debaixo do domínio de seu marido”, natural e residente da vila de Paranaguá.

Antônio da Silva, 65 anos, solteiro, vivia de suas lavouras e de sua serra, natural e morador na vila de Paranaguá.

Antônio Francisco, 30 anos, solteiro, vivia de suas lavouras, natural e morador no termo da vila de Paranaguá.

Eusébio Cardoso Leitão, 54 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá.

Francisco Alvares Ferreira, 50 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural da vila de Paranaguá, morador no Rio dos Medeiros, cunhado dos denunciados.

Francisco Pereira de Macedo, 30 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador no termo de Paranaguá.

Francisco Pires Ribeiro, testemunha também referida, casado, 55 anos, porteiro dos auditórios, natural e morador de Paranaguá.

Joanna Ferreira Correa, 68 anos, viúva, natural de Paranaguá e moradora no Rio dos Medeiros.

Joaquim Gonçalves da Costa, 40 anos, casado, natural e morador da vila de Paranaguá.

José Pereira, 38 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural de Paranaguá e morador em seu termo.

Manuel Vilela do Nascimento, casado, 40 anos, alcaide, natural da vila de Santos e morador em Paranaguá.

Paulo da Silva, 37 anos, casado, vive de suas lavouras e de suas serragens, natural e residente da vila de Paranaguá, sua mulher era sobrinha de Francisca Alvares.

Testemunhas de Francisca Alvares e Gonçalo Mendes

Antônio da Silva, citado acima.

Paulo da Silva, citado acima.

Euzébio Cardoso Leitão, citado acima.

Francisco Pereira de Macedo, citado acima.

Manuel Vilela do Nascimento, citado acima.

2.1.2 Caso Catarina Pereira e Maria Pereira (APPR. PB 045.PC1053.31, 1755)

Testemunhas da devassa:

Alexandre da Silva, solteiro, 50 anos, alcaide da cadeia e morador de Paranaguá.

Amaro Ferreira de Almeida, 38 anos, casado, vivia de sua venda, morador de Paranaguá.

Aniceto Borges da Silva, 32 anos, solteiro, escrivão da igreja, morador de Paranaguá.

Antônio de Oliveira, 28 anos, solteiro, vivia de suas agências;

Antônio de Souza Pereira, 42 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Paranaguá.

Antônio João de Mendonça, 68 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Paranaguá.

Bernardino Mendes da Silva, casado, 30 anos, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá.

Domingos Cardoso Lima, 54 anos, casado, regente dos moradores de Paranaguá, morador da vila.

Domingos Matoso, 36 anos, solteiro, meirinho geral do juízo eclesiástico
 Estevão Ferreira da Costa, 50 anos, casado, sapateiro;
 Francisca Rodrigues, 30 anos, solteira, vivia de sua venda, moradora de Paranaguá.
 João de Abreu Guimarães, 36 anos, solteiro, vivia de suas agências, morador de Paranaguá.
 João dos Santos, 30 anos, solteiro, porteiro do juízo, morador de Paranaguá.
 João Francisco Lessa, 55 anos, casado em Portugal, vivia de sua loja, morador de instante de Paranaguá.
 Jose Cabral, 61 anos, casado, vivia de ser requerente dos auditórios e era morador de Paranaguá.
 José Furtado de Mendonça, 58 anos, casado, requerente dos auditórios;
 José Gonçalves de Siqueira, 38 anos, casado, sapateiro, morador de Paranaguá.
 José Pessoa de Barros, Solteiro, 42 anos, cirurgião e afirmou estava na vila de Paranaguá como “visitante”.
 José Rodrigues, branco, 27 anos, solteiro, vivia de sua loja, morador de Paranaguá.
 Luis da Rocha Martins, 52 anos, casado, vivia de ser tesoureiro dos defuntos e ausentes e de seu negócio, morador de Paranaguá.
 Manuel Antônio Machado, solteiro, escrivão da câmara, de órfãos e boticário, morador de Paranaguá
 Manuel Borges da Rocha, 52 anos, solteiro, vivia de sua loja e morador de Paranaguá
 Manuel da Silva de Oliveira, 34 anos, solteiro, vivia de sua venda, morador de Paranaguá.
 Manuel da Silva, 40 anos, solteiro, alfaiate, morador de Paranaguá.
 Manuel Pardinho Nobre, 43 anos, casado, advogado dos auditórios, natural da Capitania do Espírito Santo e visitante de Paranaguá.
 Marcos Jose Mendes Solteiro, 18 para 19 anos, vivia de seus negócios e estava na vila como “visitante” .
 Maria Pinheira, forra, 64 anos, viúva, vivia de sua venda, moradora de Paranaguá.
 Silvestre Marques da Cunha, 73 anos, casado, vivia de ser mineiro, morador de Paranaguá.

Testemunhas de Catarina Pereira, Pedro das Neves e Maria Pereira
 Alexandre da Silva, citado acima.
 Damião Carvalho da Cunha, 69 anos, casado, vivia de seu negócio, morador de Paranaguá.
 Inácio João de Freitas, 33 anos, viúvo, carpinteiro, morador de Paranaguá.
 João Nunes Gomes, 55 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Paranaguá.
 Manuel Antônio Machado, citado acima.
 Manuel da Silva, citado acima.

2.1.3 Caso de Inácia Pereira e suas filhas (APPR, PB 045.PC3044.111, 1799)

Testemunhas da devassa
 Bernardino Mendes da Silva, 30 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá, residente na Ilha de Raza Grande.
 José da Silva Lopes, 52 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá, residente na Ilha de Raza Grande.
 José Nunes de Souza, 50 anos, casado, natural e morador de Paranaguá.
 Manoel Lourenço, 46 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá, residente na Ilha de Raza Grande.
 Vicente Rodrigues, 30 anos, solteiro, pescador, morador de Paranaguá.
 Miguel Martins, 44 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Paranaguá, residente na Ilha de Raza Grande.
 Vicente Rodrigues, solteiro, de idade de 30 anos e pescador, natural de Paranaguá e morador na Ilha de Raza Grande.
 José da Silva Lopes, sétimo depoente, casado, com 52 anos, vivia de suas lavouras, natural de Paranaguá e residente na Ilha de Raza Grande.
 José Nunes de Souza, quarta testemunha, casado, 50 anos, natural de Paranaguá e morador na Ilha de Raza Grande.
 Manoel Lourenço, casado, 46 anos, vivia de suas lavouras, natural de Paranaguá e morador na Ilha de Raza Grande.

2.2 Ferimentos

2.2.1 Quitéria Rocha Martins e Narcisa (APPR, PB 045.PC2438.81, 1783; APPR, PB 045.PC2613.89, 1786)

Testemunhas de Luis Antônio de Menezes:
 Manoel José de Azevedo, 36 anos, viúvo, vivia de “andar embarcado”, natural do Rio de Janeiro, morador em Paranaguá.
 José Alvares de Oliveira, 42 anos, casado, vivia de seu negócio, natural do Rio de Janeiro e morador em Paranaguá.
 Manoel José do Nascimento, 24 anos, solteiro, vivia de “andar embarcado” e de negócio de seu barco, natural da Ilha de São Sebastião e morador em Paranaguá.

Testemunhas de Quitéria da Rocha Martins e Narcisa

Manoel de Souza Pinto, 43 anos, casado, vivia de seu negócio, morador de Curitiba.

José da Silva Pinto, 25 anos, casado, carpinteiro, morador de Curitiba.

Caetano José Pena, 60 anos, solteiro, vivia de seu negócio, morador de Curitiba.

2.2.2 Quiteria Luiza de Azevedo (APPR, PB 045. PC2627.89, 1786).

Testemunhas da devassa:

Antônio Alberne, 53 anos, solteiro, vivia de suas lavouras, morador na freguesia de São José distrito de Curitiba.

Antônio da Silva Lima 60 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Antônio Gonçalves de Oliveira, 34 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador no bairro de Barigui, distrito de Curitiba.

Antônio Gonçalves de Oliveira, 40 anos, casado, vivia do seu ofício de carapina, assistia em Curitiba.

Antônio José Ferreira, 30 anos, casado, vivia de seus negócios, morador de Curitiba.

Antônio Pereira de Almeida, 51 anos, casado, vivia de seu negócio, morador de Curitiba.

Antônio Pires Madeira, 50 anos, solteiro, vivia de seus negócios, assistente em Curitiba.

Eugenio Ribeiro, 40 anos, viúvo, ferreiro, morador de Curitiba.

Francisco da Costa Pinto, 24 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.

Francisco da Silva, 80 anos, viúvo, vivia de seus negócios, morador nos Campos Gerais de Curitiba.

Francisco da Silva, 80 anos, viúvo, vivia de seus negócios, morador nos Campos Gerais de Curitiba.

Francisco Dias de Meira, 22 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Francisco Ferreira Camilo, 37 anos, casado, sapateiro, morador de Curitiba.

Gaspar Correia Leite solteiro e morador no distrito desta vila

João Barbosa Calheiros, 45 anos, casado, minerador, morador na Freguesia de São José, distrito de Curitiba.

João da Costa Rosa, 56 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

João de Abreu Guimarães, 50 anos, solteiro, vivia de suas agências, morador de Curitiba.

João de Bastos Coimbra, 56 anos, casado, vivia de suas lavouras e de minerar, morador na freguesia de São José distrito de Curitiba.

João Francisco Correa, 29 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.

João Pedro Afonso, 28 anos, casado, alfaiate, morador de Curitiba.

Joaquim de Melo e Vasconcelos, 26 anos, solteiro, vivia de seus negócios, morador de Curitiba.

Joaquim José Galudo, 28 anos, casado, alfaiate, morador de Curitiba.

Joaquim José Galvão, 27 anos, casado, vivia do seu ofício, morador de Curitiba.

José Rodrigues Lanhoso, 44 anos, casado, vivia do seu ofício de trindade, morador de Curitiba.

José Rodrigues Lanhoso, 50 anos, casado, alfaiate, morador de Curitiba.

José Vaz Torres, 35 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Manoel Cardoso, 23 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Manoel da Luz Colaço, 38 anos, casado, alfaiate, morador de Curitiba.

Manoel da Silva, 29 anos, casado, vivia de seus negócios, morador de Curitiba.

Manoel Domingues Leitão, 50 anos, solteiro, vivia de suas agências, morador de Curitiba.

Manoel Gomes de Matos, 50 anos, casado, vivia do seu ofício, morador de Curitiba.

Manoel Gomes de Matos, 51 anos, casado, sapateiro, morador de Curitiba.

Matheus Soares, 50 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador em os campos de Catanduva distrito de Curitiba.

Miguel Martins Leme, 50 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador em Tatuquara distrito de Curitiba.

Paulo de Chaves de Almeida, 47 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.

Sebastião Álvares de Araújo, 49 anos, casado, vivia do seu negócio, morador de Curitiba.

Valentim Pedroso Leite, 29 anos, solteiro, alfaiate, morador em o Descoberto, distrito de Curitiba.

Zacarias Fernandes de Siqueira, 25 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Testemunhas de Quitéria Luiza de Azevedo:

Francisco Dias Palhano, 62 anos, casado, carpinteiro, morador de Curitiba.

João Fernandes Moraes, 30 anos, casado, porteiro dos auditórios, morador de Curitiba.

João Martins, 47 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.

Salvador da Costa Colaço, 46 anos, casado, alcaide, morador de Curitiba.

2.2.3 Catarina Alvares Palhana (APPR. PB 045. PC2614.89, Caixa 89, 1786)

Testemunhas de Catarina Alvares Palhana

Inácia Ramos, 50 anos, casada, moradora no sítio do Rocio Grande, em Paranaguá.

Maria Mendes, 46 anos, casada com João Pereira, natural de Santos, moradora no Rocio Grande de Paranaguá.

Tomásia Mendes, 17 anos, solteira, filha de Maria Mendes, vivia em casa de seus pais.

2.2.4 Caso de Luiza Mariana (APPR. PB 045. PC2656.91, 1786)

Testemunhas da devassa:

Afonso de Macedo Araújo, 44 anos, viúvo, minerador, morador de Curitiba.
 Alexandre Alves da Silva, 36 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 Antônio Gomes de Souza, 45 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, natural dos Campos do Itacazes, morador de Curitiba,
 Antônio Pereira de Almeida, 57 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 Braz Alvares Natel, 44 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 Domingos Antônio Pimentel, 30 anos, casado, alfaiate, natural e morador de Curitiba.
 Domingos Antônio, 15 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, natural da Freguesia de São José, morador de Curitiba.
 Domingos Ferreira, 16 anos, casado, alfaiate, natural das partes de São Paulo, morador de Curitiba.
 Francisco Dias Palhano, 62 anos, casado, carpinteiro, morador de Curitiba.
 Francisco Teixeira Camelo, 50 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil e de ser sapateiro, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Gabriel Narciso Bello, 26 anos, casado, vivia se “suas agências”, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 João da Costa Rosa 67 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 João Pedro Afonso, 40 anos, casado, alfaiate, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Joaquim Álvares de Araújo, 22 anos, solteiro, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 José de Freitas Saldanha, 24 anos, casado, vivia de seu negócio mercantil, morador de Curitiba.
 Leonardo Leite de Miranda, 24 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, morador de Curitiba.
 Manoel de Souza Pereira casado e morador no bairro de Ouriques termo desta Vila que vive de suas lavouras de idade que disse ser de 24 anos pouco mais ou menos
 Manoel Dias Colaço, 76 anos, casado, vivia de suas lavouras, morador de Curitiba.
 Manoel José, 60 anos, casado, alfaiate, natural de Portugal, morador de Curitiba.
 Plácido Francisco de Oliveira, 22 anos, solteiro, vivia debaixo do poder de seu pai, morador de Curitiba.
 Sebastião Cardoso Serpa, 58 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, natural da Ilha do Pao, morador de Curitiba.
 Tenente José Bernardino de Souza, 42 anos, casado e morador nesta Vila natural de Portugal que vive do seu negócio Mercantil de idade que disse ser de 42 anos pouco mais ou menos

Testemunhas de Antônio Teixeira e Antônio do Espírito Santo Andrade

José Francisco do Amor Divino, 25 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, natural da Freguesia de São José, morador no bairro de Tinguquera termo de Curitiba.
 Manoel Luiz José, 29 anos, solteiro, vivia de “suas agências”, natural e morador de Curitiba.
 Ângelo Pedroso de Godoi, 20 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural da Vila de Mogi das Cruzes de Santa Ana, morador de Curitiba.
 José Fernandes Vidal, 31 anos, casado, sapateiro, natural da Espanha, morador de Curitiba.

2.1.5 Vitoriana Pereira e Maria da Costa (APPR. PB 045.PC2643.90, 1786; APPR. PB054.PC2644.60, 1786)

Testemunhas de Maria da Costa

Antônio Francisco de Oliveira, casado, 52 anos, vivia de suas lavouras, morador no bairro de Tinguquera;
 Sebastião Luiz de Almeida, casado com uma irmã de Vitoriana Pereira, 44 anos, vivia de suas lavouras, morador no mesmo bairro;
 José Soares Godinho, casado, 48 anos, vivia de suas lavouras e morador no mesmo bairro;
 João Pedroso Leme, viúvo de uma tia de Vitoriana, 64 anos, vivia de suas lavouras, natural de Sorocaba e morador no mesmo bairro

Testemunhas de Vitoriana Pereira

Antônio Ribeiro Moreira, solteiro, 67 anos, vivia de suas lavouras, natural de Guaratinguetá e morador no bairro;
 Bento Gonçalves Moreira, casado, 49 anos, vivia de suas lavouras e de conduzir “tropas de animais pelo sertão”, morador no bairro;
 Jeronimo Rodrigues da Cunha, (rasurada a anotação do estado), 47 anos, ferreiro, primo da autora

2.1.6 Custódia Maria (APPR. PB 045. PC2782.97, 1788)

Antônio Gonçalves de Oliveira, 50 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.
 Bento Pires Pedroso, 28 anos, casado, cunhado de Custódia Maria, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.
 Domingas Gonçalves, 60 anos, viúva, mãe de Maria Gonçalves, vivia de suas lavouras, natural e moradora de Curitiba.
 Isabel Maria da Costa, 20 anos, solteira, vivia em casa de seu pai Matheus da Costa Colaço, natural de Curitiba.

João Correia Lopes, 91 anos, viúvo, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.

Maria Gonçalves, 30 anos, solteira, filha de Domingas Gonçalves, vivia de suas lavouras, natural e moradora de Curitiba.

Matheus da Costa Colaço, 40 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.

Salvador Rodrigues, 28 anos, casado, vivia de suas lavouras, natural e morador de Curitiba.

[illegible]

Termo de perdão ao adultério dado por Antônio Dias Camargo a Luzia Leite Barbosa (APPR. PB045.**PC2253.73**, 1780)